

NO “CORÇÃO DAS TERRAS”:


Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império Português (1750-1808)

Alexandre Bittencourt Leite Marques

Orientadoras:

Maria de Deus Beites Manso

Suely Creusa Cordeiro de Almeida



Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de
Doutor em História

Évora, 2019

NO “CORÇÃO DAS TERRAS”:

Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola:
Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império
Português (1750-1808)

Alexandre Bittencourt Leite Marques

Orientadoras:

Maria de Deus Beites Manso

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de
Doutor em História

Évora, 2019

Orientadoras

Doutora Maria de Deus Beites Manso, Professora Auxiliar c/Agregação, da Universidade de Évora;

Doutora Suely Creuza Cordeiro de Almeida, Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco;

Banca do Júri

Presidente:

Doutora Maria de Fátima Nunes, Professora Catedrática da Universidade de Évora, por delegação de competências do Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada.

Vogais:

Doutor Joseph Abraham Levi, Professor Catedrático, of George Washington University;

Doutora Maria de Fátima Nunes, Professora Catedrática da Universidade de Évora;

Doutora Maria de Deus Beites Manso, Professora Auxiliar c/Agregação, da Universidade de Évora, orientadora;

Doutora Maria Leonor Garcia Cruz, Professora Auxiliar, Universidade de Lisboa;

Doutora Isnara Pereira Ivo, Professora Titular, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;

Doutor Manuel Leão Marques Lobato, Investigador Auxiliar da Universidade de Lisboa;

Para minha avó Maria Luiza (*in memoriam*) e
minha filha, Alice.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta trajetória do doutorado, tive o apoio de diversas pessoas e instituições. Primeiramente, agradeço as minhas professoras orientadoras, Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora-Portugal) e Suely Almeida (Universidade Federal Rural de Pernambuco), as orientações e a confiança no meu trabalho. A elas, devo as valiosas oportunidades, lições, ensinamentos e amizades. Agradeço aos professores João Brigola, Silvério Rocha-Cunha, Paulo Rodrigues, Leonor Cruz, Sandra Olivero e Clara Sarmento as oportunidades de apresentação de trabalhos em diversos eventos acadêmicos realizados nas Universidades de Évora, de Lisboa, de Sevilha e Instituto Politécnico do Porto. Sou grato também às sugestões e aos comentários dados pelos professores de diferentes instituições de ensino: Manoel Lobato, Joseph Abraham Levi, Fátima Nunes, Isnara Ivo, Francisco Soares, Selma Pantoja, Ana Nascimento.

Agradeço o companheirismo e a troca de conhecimentos proporcionados por pessoas das mais diversas instituições de ensino do Brasil e da Europa: Welber Andrade, Lais Souza, Anderson, Dário, Javier, Francis, Roberto, Jorge, Waira, Grayce, Belarmino, Patrícia, Luiz, João, Elizeth, Cândido, Poliana, Agata, entre tantas outras com quem tive oportunidade de interagir ao longo da minha estada em Portugal. Sou grato também às pessoas das bibliotecas e arquivos que frequentei no Brasil, em Portugal, e a minha antiga instituição de ensino, a UFRPE. Agradeço também a todos os amigos, colegas de trabalho e alunos da Escola de Referência Gonçalo Antunes Bezerra-PE e da ETE Ministro Fernando Lyra-PE, especialmente às gestoras Jucileide Castor e Eligivania Macedo. Meus agradecimentos também vão aos amigos dos grupos de capoeira Filhos de Angola em Portugal, Nova Aliança Portugal e N'golo Caruaru pelos treinos e amizades com todos vocês.

Agradeço ao amor da linda família que construí ao longo deste período: à minha esposa e companheira, Maíra Jerônimo Ferreira, minha filha, Alice, e meu enteado, Vinícius. Também com muito amor vai meu agradecimento para meu pai, Carlos Marques, minha mãe Tânia Bittencourt, meu irmão, Carlos Bittencourt L. Marques, minha avó Maria Auxiliadora (Lia) e todos os tios, tias, primos, primas e demais familiares que sempre me apoiaram. De igual forma, meu muito obrigado à família Jerônimo Ferreira, Nalva e a todos os meus amigos e amigas de recentes e longas datas.

Por fim, agradeço à Universidade de Évora (Portugal), à CAPES/MEC-Brasil e à Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco, que proporcionaram a realização desta tese de doutorado.

O reyno dos Ambundos vulgarmente dito de Angola se chama nas cartas de mercês, e provisões dos Reys de Portugal, desdo tempo delrey dom Sebastião a esta parte, novo Reyno de Sebaste na conquista de Ethiopia. Está em nove graos na Etiopia meridional norte sul, entre o de Congo e o de Benguella, leste oeste com Pernambuco na costa do Brasil. (BRÁSIO, 1954a, v. 4, p. 546).

No “Coração das Terras”: os sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no Império Português (1750-1808)

RESUMO

A expansão marítima, seguida pela expansão terrestre dos portugueses na África e América, propiciou, pela primeira vez na História, uma ligação entre os mais distantes sertões de um e outro continente. Embora em ritmos diferentes, concomitantemente, os colonizadores portugueses dirigiam-se tanto para o interior da África quanto para o interior da América portuguesa. Tratando-se especificamente do Reino de Angola (África portuguesa) e da Capitania de Pernambuco (América portuguesa), pessoas e culturas de duas sociedades coloniais em formação passaram a transitar de um lugar para o outro, tanto sofrendo mudanças quanto mantendo certas permanências em cada um dos lugares aonde chegavam. O objetivo geral deste trabalho é analisar as conexões existentes entre Pernambuco e Angola na passagem do século XVIII para o XIX, procurando mostrar que ambos mantiveram entre si profundas relações, e elas foram bem além das linhas costeiras dos respectivos territórios; ou seja, as relações abarcavam também (embora de forma menos intensa) os sertões: lugares distantes, de limites incertos, o interior, “o coração das terras”, situados às margens dos principais centros de poder de Pernambuco (Recife e Olinda) e Angola (Luanda e Benguela). Para este estudo, opta-se por seguir a linha da história sociocultural, que permite analisar a cultura material, as práticas, as representações e os trânsitos culturais entre diferentes povos, sociedades e indivíduos. Em termos metodológicos, adota-se a concepção da história conectada, que procura superar estudos comparativos tradicionais e analisa, a partir de um fio direto, as flexibilidades do espaço e as histórias paralelas entre distantes regiões. Desse modo, embora separados pela vastidão do Oceano Atlântico e por extensas faixas de terra dos continentes, os sertões de Pernambuco e de Angola conectavam-se a um espaço complementar pertencente ao Império Português.

Palavras-chave: Sertões de Pernambuco, Sertões de Angola, Império Português, Conexões, Séculos XVIII e XIX.

In the “Hearts of the Wilderness:” the wilderness of the Captaincy of Pernambuco and of the Kingdom of Angola: representations, connections, and cultural transitions in the Portuguese Empire (1750-1810)

No “Coração das Terras”: os sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no Império Português (1750-1808)

ABSTRACT

Portuguese maritime expansion, followed by land expansion in parts of Africa and Brazil, provided, for the first time in History, a link between “backwoods” from both sides of the Atlantic. Even though the dynamics were different, Portuguese colonizers settled at the same time in the African and Brazilian interior. From the Kingdom of Angola (Portuguese Africa) and the Captaincy of Pernambuco (Portuguese America), people and cultures of two colonial societies then in-the-making, began to transit from one place to the other. Needless to say, there were similarities and stark differences. In this work, I analyze the existing connections between Pernambuco and Angola at the turn of the 19th century. My aim is to demonstrate that both sides of the Atlantic maintained tight connections which went far beyond the coastal areas of Brazil and Angola, respectively. In other words, these ties also included, though to a lesser degree, the woodlands of both colonies. The Brazilian and Angolan wilderness were thus distant lands; they were endless. They were the interior; they were the “heart of the lands” situated at the edge of the main centers of power of Pernambuco (Recife and Olinda) and Angola (Luanda and Benguela). In this work, I have opted for a socio-cultural approach to History. This allowed me to analyze material culture as well as cultural practices, representations, and exchanges among different people, societies, and individuals. As for my methodological approach, I have adopted the notion of History as the connector whereby, instead of concentrating on traditional comparative analyses, I have followed a common thread connected by space fluidity and parallel histories between two distant regions. Even though separated by an Ocean and by a vast magnitude of land on both continents, the wilderness of Pernambuco and Angola were in turn connected to an ancillary space that belonged to the Portuguese Empire.

Keywords: Wilderness of Pernambuco, Wilderness of Angola, Portuguese Empire, Connections, 18th and 19th centuries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Mapa-múndi de Urbano Monte, 1587	20
Figura 2	–	Detalhe do mapa geográfico do Brasil, 1740	21
Figura 3	–	Mapa da Capitania de Pernambuco antes de 1817	21
Figura 4	–	Detalhe da Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela avec les pays voisins tiré de l'anglois, c. 1754	24
Figura 5	–	Mapa atual de Angola com detalhe em amarelo e vermelho dos núcleos coloniais existentes no limiar do século XVIII para o XIX	24
Figura 6	–	Mapa da Geografia dos Mbundu e seus vizinhos	68
Figura 7	–	Mapa sintético dos etnônimos indígenas no estado de Pernambuco no século XVIII	69
Figura 8	–	Rota terrestre: Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil	76
Figura 9	–	Rota terrestre: Angola na África Centro-Occidental	76
Figura 10	–	Detalhe da farinha proveniente de Pernambuco armazenada no Terreiro Público de Luanda no ano de 1769	175
Figura 11	–	Detalhe do informe do governador de Benguela sobre o uso da farinha e demais gêneros provenientes do Brasil que servia para a manutenção das armações dos escravos novos, dos negociantes, das famílias e gentio habitante ao redor desta cidade, 1799	177
Figura 12	–	Detalhe do aviso que o governo de Angola fez para a Capitania de Pernambuco para que esta remetesse carne seca devido à quantidade insuficiente de bois no território angolano	189
Figura 13	–	Detalhe das condições para ida de cavalos da capitania de Pernambuco para Luanda e de negros de Luanda para Pernambuco no ano de 1771 ..	200
Figura 14	–	Detalhe do ofício escrito pelo governador e capitão-general de Angola ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar referindo que os cavalos de São Tomé e de Pernambuco se adaptavam ao clima daquela colônia ao contrário dos do Rio de Janeiro	202
Figura 15	–	Abolição da proibição de se exportar éguas para o Reino de Angola	208
Figura 16	–	Detalhe do Ofício do governo de Angola informando a chegada de remessa de madeira de qualidade e cavalos vindos da Capitania de Pernambuco no ano de 1791	224

Figura 17 –	Detalhe da carta do ouvidor-geral da Capitania de Pernambuco ao rei Dom José sobre a arrecadação dos direitos dos escravos e marfim saídos de Angola	249
Figura 18 –	Detalhe de ofício elaborado pelo governador de Benguela informando sobre o uso do marfim naquelas partes da África e na América	254
Figura 19 –	Relação dos escravos e quantidade e qualidade de cera que partiram de Angola para Pernambuco e outros lugares da América portuguesa no ano de 1803	263
Figura 20 –	Detalhe da isenção do direito de todo o ferro que das minas de Angola se exportar para os portos do Brasil	275
Figura 21 –	Detalhe do ofício do governo de Pernambuco sobre estabelecimento de uma ferraria na vila do Recife com o objetivo de consertar armas e fazer ferragens para esta e outras capitanias e ainda do Reino de Angola	277
Figura 22–	Anúncio da chegada a Pernambuco de elefante e outros animais vindos de Angola no ano de 1763	294
Figura 23 –	Detalhe de conteúdo da carta escrita pelo governador de Angola ao governador de Pernambuco a respeito da remessa de 13 zebras e outros animais que fariam escala naquela capitania da América	296
Figura 24 –	Detalhe do anúncio da chegada a Pernambuco das zebras e outros animais remetidos por Angola	297
Figura 25 –	Anúncio da saída de onça e lobo de Angola com escala nas capitanias de Pernambuco e Bahia	299
Figura 26 –	Anúncio do governador de Pernambuco sobre a onça remetida por Angola que havia chegado à dita capitania com destino a Lisboa	300
Figura 27 –	Mapa da rota atlântica de escravos saídos da África Centro-Occidental para Pernambuco	346
Figura 28 –	Arrolamento de escravos no inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800	389
Figura 29 –	Detalhe da Revogação de alforria do mulato Prudêncio	400
Figura 30 –	Requerimento do preto Caetano quanto ao seu direito de estar forro	401

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Amostragem de farinha de mandioca de Pernambuco no Terreiro Público de Luanda em Angola	174
Quadro 2 –	Entradas de farinha “fabricada na terra” (Angola) e “fabricada no Brasil” no Terreiro Público de Luanda de 1797 a 1800	176
Quadro 3 –	Alguns dos proprietários de gado vacum nos sertões de Pernambuco ...	187
Quadro 4 –	Remessas de marfim	251
Quadro 5 –	Exemplos de algumas remessas de cera de Angola para Pernambuco ...	263
Quadro 6 –	Amostragem de algumas remessas de ferro	273
Quadro 7 –	Exemplos de animais de Pernambuco e animais de Angola destinados a Portugal	285
Quadro 8 –	Amostragem de algumas remessas de pássaros	301
Quadro 9 –	População de escravos, forros e filhos forros em três freguesias dos sertões de Angola	321
Quadro 10 –	Significados dos nomes em kimbundo de alguns escravos presentes nas relações de Muxima e Pedras	328
Quadro 11 –	Participação de João de Oliveira Gouvin, Mestre de Campo do Recife, em algumas saídas de escravos de Angola para Pernambuco, 1763-1765	343
Quadro 12 –	Quantidade de escravos embarcados na África Centro-Occidental e desembarcados em Pernambuco, 1751-1810	347
Quadro 13 –	Escravos que adentraram os sertões de Pernambuco para trabalhar nas minas dos Kariris Novos	361
Quadro 14 –	Formação familiar nos inventários	382

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Número de escravos computados na amostragem de inventários em termos absolutos e percentuais	365
Tabela 2 – Escravos africanos e descendentes diretos em números absolutos e percentagem	366
Tabela 3 – Escravos mestiços	373
Tabela 4 – Faixa etária dos escravos	374
Tabela 5 – Escravos, por sexo, em número absoluto e percentagem entre 1771 e 1810	378
Tabela 6 – Registro de ofícios e serviços de escravos nos inventários <i>post-mortem</i>	386
Tabela 7 – Casos de morbidez dos escravos nos inventários <i>post-mortem</i>	394

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADP	Arquivo Distrital do Porto
AHTC	Arquivo Histórico do Tribunal de Contas
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPE	Biblioteca Pública de Évora
CEAUP	Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
MJPE/TJPE	Memorial de Justiça de Pernambuco/Tribunal de Justiça de Pernambuco
NBR	Norma Brasileira
SILB	Sesmaria do Império Luso-Brasileiro

Sumário

INTRODUÇÃO	16
PARTE I – OS SERTÕES	45
CAPÍTULO 1 – CONCEITO, EXPANSÃO TERRITORIAL E REPRESENTAÇÕES	46
1.1 O vocábulo <i>sertão</i> na história e na historiografia: alguns apontamentos	47
1.2 A expansão terrestre sobre os sertões	57
1.3 A construção das representações sobre os sertões	77
CAPÍTULO 2 – O OLHAR DOS AGENTES DA EXPANSÃO SOBRE OS SERTÕES	89
2.1 Os sertões dos navegadores	89
2.2 Os sertões dos religiosos	97
2.3 Os sertões dos militares	109
2.4 Os sertões dos naturalistas	126
PARTE II – ENTRE PERNAMBUCO E ANGOLA: TRÂNSITO DE PRODUTOS DOS SERTÕES (1750-1808)	159
CAPÍTULO 3 – DOS SERTÕES DE PERNAMBUCO PARA ANGOLA	160
3.1 Farinha de mandioca	161
3.2 Carne bovina	162
3.3 Cavalos	194
3.4 Madeira	213
CAPÍTULO 4 – DOS SERTÕES DE ANGOLA PARA PERNAMBUCO	233
4.1 Marfim	236
4.2 Cera	259
4.3 Ferro	269
4.4 Animais selvagens	281

PARTE III – TRÂNSITO DE ESCRAVOS NO CORAÇÃO DAS TERRAS	305
CAPÍTULO 5 – DOS SERTÕES DE ANGOLA AOS SERTÕES DE PERNAMBUCO:	306
5.1 A escravidão nos enclaves coloniais dos sertões de Angola	310
5.2 A travessia dos escravos	333
CAPÍTULO 6 – A ESCRAVIDÃO NOS SERTÕES DE PERNAMBUCO	353
6.1 O perfil identitário dos escravos	356
6.2 Faixa etária, sexo e formação familiar	373
6.3 Trabalho, maus-tratos, achaques e moléstias	385
6.4 A busca pela liberdade: fugas e alforrias	397
CONSIDERAÇÕES FINAIS	411
FONTES E REFERÊNCIAS	424
APÊNDICE – Memorial dos escravos dos sertões de Pernambuco	466

INTRODUÇÃO

Há tempos que vários investigadores, de diversas nacionalidades, analisam as relações estabelecidas entre o Brasil e a África nos séculos XVI ao XIX. Exemplos diversos desses estudos ocorreram ao longo de todo o século XX, seja de forma tangencial, seja de forma aprofundada.¹ Recentemente, houve um considerável aumento do número de trabalhos sobre essa relação. Tomando como foco uma perspectiva bipolar, alguns investigadores passaram a se debruçar, sobretudo, na relação direta entre esses dois lugares, tendo o Oceano Atlântico como um espaço que proporcionava a ligação entre ambos.² Contudo, ainda há muito estudo a ser feito. Tanto o Brasil quanto a África têm vastos territórios. Algumas das localidades ou regiões das vastidões brasileiras e africanas chegaram a ser contempladas por determinados estudos, já outras ainda carecem de maior análise por parte da historiografia. Se tomarmos como exemplo o estudo das conexões existentes entre Capitania de Pernambuco (Brasil) e o Reino de Angola (África Centro-Occidental), perceberemos que pouca coisa foi abordada a respeito desses dois lugares específicos.³

Além disso, tratando-se de Brasil e África, quase a totalidade dos estudos privilegiou/privilegia os espaços que compõem as rotas do Atlântico, isto é, o oceano e os

¹ Ao longo do século XX, alguns exemplos sob diferentes prismas podem ser vistos em: RODRIGUES, Raimundo Nina. *Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. BASTIDE, Roger. *As Américas negras*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1974. DELGADO, Ralph. *História de Angola: primeiro e segundo períodos, 1482 a 1648*. Benguela: Edição da Tipografia do Jornal de Benguela, 1948. MENDONÇA, Manuel Júlio de Mendonça. *O distrito de Moçâmedes: nas fases da origem e da primeira organização, 1485-1859*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colônias, 1950. FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2010. REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola (1641-1648)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colônias, 1948. RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

² Segundo Luiz Felipe de Alencastro, “a bipolaridade das relações comerciais entre os mercados brasileiros e africanos possuía uma dinâmica própria que verga a política portuguesa no Atlântico”. De acordo com Alencastro, essa bipolaridade punha em xeque o comércio triangular existente entre Europa, América e África. Por outro lado, Alberto da Costa e Silva também chama a atenção para a predominância desse comércio bilateral, contudo, sublinha que o modelo triangular não deixou de existir nos negócios entre o Brasil, Angola e Portugal. Sobre a bipolaridade ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 116. SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011.

³ As ligações de Pernambuco com Angola se deram desde o final do século XVI, perpassando os séculos XVII, XVIII até o XIX. Como veremos mais adiante, dos poucos estudos sobre essas ligações, a maior parte debruça-se a respeito do século XVII devido à conquista empreendida pelos holandeses e os reflexos de sua posterior expulsão das duas margens do Atlântico, tanto na América quanto na África. Já outros abordam as relações entre formações de mocambos e quilombos existentes entre a América e África, incluindo Pernambuco e Angola. Contudo, ainda há muito a ser feito sobre os diversos tipos de conexão, tanto nesse período quanto nos séculos XVIII e XIX.

litorais, com seus diversos portos marítimos espalhados ao longo das costas continentais. Por outro lado, até agora, o interior dos continentes americanos e africanos foram pouco pensados e abordados como algo integrado a esse Mundo Atlântico. Só recentemente alguns historiadores apontaram para a necessidade de se ampliar o recorte espacial de estudos sobre essas áreas tidas como periféricas, os chamados sertões do Império Português. Por exemplo, foi o caso daquilo proposto por Russell-Wood e Alberto da Costa e Silva. O primeiro investigador destaca que é necessário perceber que a influência do Atlântico “transcendeu as suas próprias orlas para ter impacto e exercer influência em terra, e mesmo em regiões cercadas de terra na Europa, na África e na América e sem acesso direto ao mar”.⁴ Já o segundo observa que o comércio atlântico de escravos entre África e Brasil “não aproximou apenas as praias que ficavam frente a frente, mas estendeu sertão adentro o seu alinhavado”, afinal, diversos escravos trazidos para o Brasil e que foram trabalhar no seu interior vieram de regiões do interior do continente africano, isto é, das bordas dos desertos e das savanas.⁵

Nesse sentido, baseado na perspectiva metodológica da história conectada, o presente trabalho tem por objetivo analisar as relações existentes entre a Capitania de Pernambuco e o Reino de Angola, dando ênfase aos seus sertões, regiões periféricas de ambos os lugares que, durante muito tempo, foram postas em segundo plano no que concerne à predileção dada pela historiografia aos estudos das áreas de portos marítimos.⁶ Diante disso, algumas ações direcionam este trabalho: 1) analisar as representações construídas pelos diversos agentes da expansão (navegadores, religiosos, militares, cientistas) acerca dos espaços e dos habitantes dos sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola; 2) identificar como Pernambuco se relacionava com Angola devido ao trânsito de pessoas e de cultura material (produtos de origem vegetal, animal e mineral) dos sertões;⁷ 3) identificar remessas de alguns dos produtos dos sertões de Pernambuco que seguiram para Angola, assim como as remessas

⁴ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009. p. 59.

⁵ SILVA, 2011.

⁶ Como veremos mais adiante, o conceito de história conectada/*connected history* se insere na problemática teórico-metodológica de Serge Gruzinsky (iniciada anos antes por Sanjay Subrahmanyam).

⁷ Segundo Jean-Marie Pesez, o conceito de cultura material significa o conjunto de objetos que caracterizam uma sociedade. PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (Org.). A História Nova. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Para Víctor Patiño, a cultura material é entendida como o complexo de conquistas, atividades e reações relacionadas com o cotidiano e congruente com a satisfação das necessidades físicas, que o homem compartilha com os demais membros da escala zoológica, mas também com os comportamentos psíquicos. Religiosos que são proprietários e fazem dele o animal social por excelência. Conquistas como o uso e dominação do fogo, integração com o meio ambiente e sua eventual subjugação; domesticação e cultivo de plantas e animais; comida, moradia e roupas; o aparelho inerente a todo ato da vida, incluindo as funções fisiológicas, está todo envolvido com o conceito de cultura material. PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. Alimentación y alimentos. In: PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. *História de la cultura material en la América equinoccial*. Bogotá: Intituto Caro y Cuervo, 1990. v. 1, p. 13.

de produtos dos sertões de Angola cujo destino (final ou parcial) foi Pernambuco;⁸ 4) analisar o perfil dos escravos saídos de Angola, que foram introduzidos compulsoriamente nos sertões de Pernambuco; 5) analisar o impacto desses produtos e pessoas nos hábitos culturais dessas duas sociedades coloniais distantes e ímpares, mas, ao mesmo tempo, aproximadas e semelhantes em razão do projeto colonial português.

A expansão marítima, seguida pela expansão terrestre dos portugueses na África e América, propiciou, pela primeira vez na história, uma conexão entre os mais distantes sertões de um e outro continente. Embora em ritmos diferentes, ao mesmo tempo, os colonizadores portugueses dirigiam-se tanto para o interior da África quanto para a terra adentro da América portuguesa. No bojo desse empreendimento, pessoas e produtos passaram a transitar de um lugar para o outro, estabelecendo contatos, conflitos, negociações e interações. Tratando-se especificamente do Reino de Angola e da Capitania de Pernambuco, aspectos culturais (hábitos, práticas, cultura material) de duas sociedades coloniais em formação passaram a transitar de um lugar para o outro e vice-versa, tanto sofrendo mudanças quanto mantendo certas permanências em cada um dos lugares onde chegavam.

A penetração portuguesa nos sertões de Angola e Pernambuco não foi apenas paralela e contemporânea, era parte de um mesmo plano da Coroa, da Igreja e de ações informais empreendidas por diferentes indivíduos. Esses processos geraram conflitos intensos e violentos entre conquistadores europeus e os grupos autóctones daqueles lugares, mas também propiciaram contatos, negociações e interações.⁹ Tratando-se da expansão colonizadora em Pernambuco e Angola, observam-se muitos elementos em comum, embora existam também suas especificidades. Desse modo, embora separados pela vastidão do Oceano Atlântico e por extensas faixas de terra dos continentes, os sertões de Pernambuco e de Angola, gradativamente, foram sendo integrados ao Império Português.

De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, sem dúvida, o tráfico de escravos é o componente principal que liga Angola ao Brasil. Sendo colônia de Portugal, o Brasil

⁸ Utilizamos no trabalho o conceito de produto baseado no dicionário de Raphael Bluteau, escrito no século XVIII. “Producto”, aquilo que é “produzido”. “Vid. produzir”: “a abundância das cousas que a terra produz.” Ex: “as árvores produzem frutos.”; “a África produz elefantes.” BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 6, p. 761.

⁹ Em relação a conflitos causados pelo processo colonizador português sobre ameríndios e africanos, ver, PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: 2002. BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa de Angola*. Tradução de Altino Ribeiro e Sérgio Moutinho. Porto: A Regra do Jogo, 1974. Sobre contatos, negociações e interações promovidos entre portugueses e demais povos do globo, ver, DISNEY, Anthony. *A expansão portuguesa, 1400-1800: contactos, negociações e interações*. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 295-326. CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. v 1. Lisboa, Alêteia Editores, 2016.

converte-se no maior importador de escravos do Novo Mundo. Até o fim do século XVII, em consequência do sistema de ventos, das correntes e do comércio escravista predominante no Atlântico, algumas capitanias do Brasil, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, estavam mais conectadas com Angola do que com a Amazônia, o Pará, Maranhão, Piauí e o Ceará. No bojo do trato negreiro, produtos primários africanos também saíam de Angola em direção ao Brasil, da mesma forma que produtos do Brasil seguiam para Angola. Enquanto os escravos eram mercadorias aglutinantes, isto é, capazes de atrair outras mercadorias, os produtos primários eram mercadorias ancilares, ou seja, mercadorias que se relacionavam com a aglutinante. Em outras palavras, os tais produtos ancilares orbitavam em torno do comércio de escravos. Marfim, cera, pele, almíscar, cobre, azeite de palma, etc. eram remetidos de Angola para o Brasil, permitindo complementar os lucros obtidos no carregamento de escravos. Já do Brasil partia para Angola, farinha de mandioca, tabaco, jeribita, cachaça, queijos entre outros produtos no intuito de serem trocados por escravos.¹⁰ Sendo assim, direta ou indiretamente, todas essas trocas eram decorrentes do tráfico negreiro. Esse fluxo de mercadoria interligou não somente os portos marítimos de Angola e Brasil, como também penetrou nas grandes distâncias continentais, acoplando cada vez mais os sertões aos espaços de influência do Império Português.¹¹

Geograficamente falando, Angola e Pernambuco encontram-se basicamente paralelos. No fim do século XVI, o padre Pero Rodrigues já situava da seguinte forma esses dois lugares:

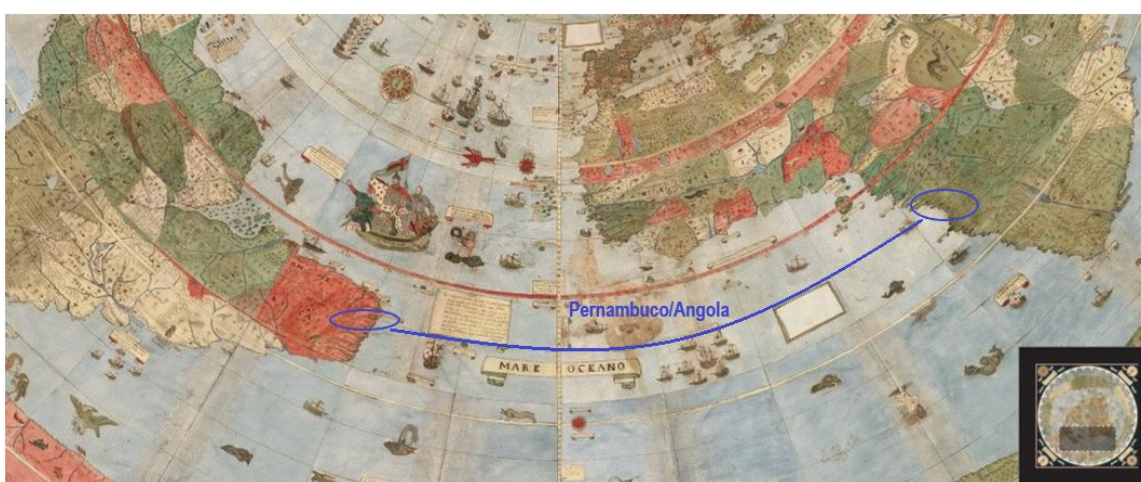
¹⁰ ALENCASTRO, 2000.

¹¹ O Império Português foi temporalmente longo e geograficamente alargado. Como diz Angelo Assis, Maria Manso e Joseph Levi, “foi com base numa persistência política de conquista, de negociação e de diferentes maneiras de circulação lusa que começou em 1415 a construção de um Império vastíssimo, heterogêneo e longo no tempo (1415-2002)”. ASSIS, Angelo Adriano Faria; MANSO, Maria de Deus. LEVI, Joseph Abraham. *A expansão: quando o mundo era português: da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002)*. Braga, Portugal: Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais; Viçosa, Brasil: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade federal de Viçosa; Washington, DC, /USA: 2014.

O reyno dos Ambundos vulgarmente dito de Angola se chama nas cartas de mercês, e provisões dos Reys de Portugal, desdo tempo delrey dom Sebastião a esta parte, novo Reyno de Sebaste na conquista de Ethiopia. Está em nove graos na Etiopia meridional norte sul, entre o de Congo e o de Benguella, leste oeste com Pernambuco na costa do Brasil.¹²

Na mesma época em que o dito padre fez a descrição acima, o geógrafo Milanês Urbano Monte (ou Monti, 1544-1613) elaborou um complexo mapa-múndi onde é possível perceber nos detalhes que Pernambuco e Angola se encontram praticamente paralelos (Figura 1).

Figura 1 – Mapa-múndi de Urbano Monte, 1587



Fonte: Detalhe do autor no mapa de Urbano Monte de 1587.¹³

Pernambuco, na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX era uma extensa área duas vezes maior do que seu atual território. No passado, a região onde a Capitania de Pernambuco estava inserida era designada “norte do estado do Brasil”.¹⁴ Além disso, antes de 1817, as comarcas do São Francisco e de Alagoas faziam parte do território da antedita Capitania, o que deixava seu território bem mais extenso. Abaixo, nas Figuras 2 e 3,

¹² História da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola, e cousas tocantes ao Reino e conquista, 1-5-1594. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1469-1599: suplemento aos séculos XV e XVI*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954a. v. 4, p. 546, grifos nossos. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34718/1/MMA_completo_Vol_4.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

¹³ LARGEST Early World Map - Monte's 10 ft. Planisphere of 1587. *David Rumsey Map Collection*, 26 Nov. 2017. p. 1. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/blog/2017/11/26/largest-early-world-map-monte-s-10-ft-planisphere-of-1587>. Acesso em: 11 out. 2018.

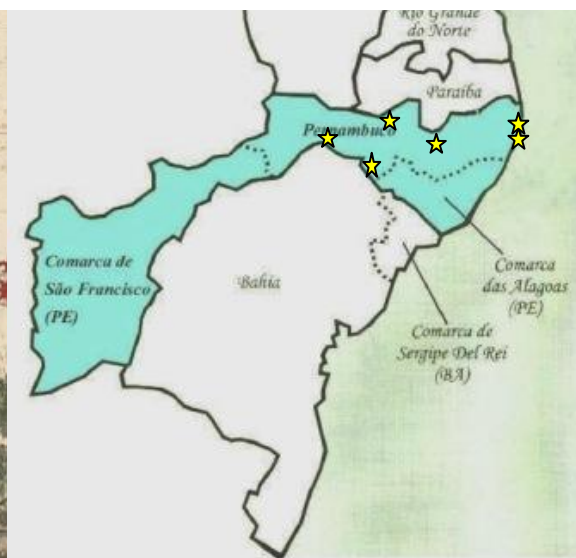
¹⁴ Após um rearranjo político no início do século XX, a dita região passou a ser chamada oficialmente de Nordeste do Brasil. Sobre isso, ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

pode-se ter uma ideia da localização e dos limites de Pernambuco no início do século XIX.¹⁵ Dito isso, em relação aos sertões pernambucanos, dedicamos maior atenção à Vila de Cimbres e aos julgados do Pajeú, Tacaratu e Cabrobó, todos esses situados nas proximidades de alguns dos principais rios da capitania: o São Francisco, Ipojuca, Capibaribe, Moxotó, Ipanema e Pajeú.¹⁶

Figura 2 – Detalhe do mapa geográfico do Brasil, 1740



Figura 3 – Mapa da Capitania de Pernambuco antes de 1817



Fonte: Adaptado de Giovanni Battista Albrizzi (1698-1777). Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/1195/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Fonte: Museu da Cidade do Recife: acervo virtual.

A imagem da esquerda é um detalhe adaptado do Mapa Geográfico do Brasil (c. 1740) de Giovanni Battista Albrizzi (1698-1777). De acordo com a Biblioteca Digital Mundial, “este mapa do Brasil foi publicado por Giovanni Battista Albrizzi (1698-1777), um proeminente editor veneziano de livros e mapas. As notas no mapa, em italiano, incluem várias observações especulativas acerca das pessoas e da geografia do interior do Brasil, nessa época, ainda bastante desconhecido dos europeus”. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/1195/>. Acesso em: 11 out. 2018. Já o mapa da direita, é uma projeção recente, de autoria desconhecida, pertencente ao acervo digital do Museu da Cidade do Recife. O tal mapa mostra o território de Pernambuco antes de 1817. Adaptamos o antedito mapa e introduzimos estrelas que correspondem a alguns dos núcleos urbanos do litoral e interior de Pernambuco, na passagem do século XVIII para o XIX. Da direita para a esquerda, aparecem as vilas de Olinda, Recife e Cimbres, e os julgados do Pajeú, Tacaratu e Cabrobó.

¹⁶ A partir do século XX, boa parte do imenso território que era taxado de sertões desde o período colonial foi oficialmente dividido em duas grandes regiões, sendo levados em conta seus aspectos geográficos: uma continuou a ser chamada de sertão, já a outra passou a ser designada de agreste. Apesar de certa diferença, ambas fazem parte daquilo que os geógrafos convencionaram chamar de semiárido. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Semiárida do Brasil possui “uma extensão total de 982.563,3 km². Dessa área, a Região Nordeste concentra em torno de 89,5%, abrangendo a maioria dos estados nordestinos, com a exceção do Maranhão, e o Estado de Minas Gerais, situado na Região Sudeste, possui os 10,5% restantes (103.589,96 km²). A Região Semiárida foi delimitada com base na isoietia de 800 mm, no Índice de Aridez de Thorntwaite de 1941 (municípios com índice de até 0,50) e no Risco de Seca (superior a 60%). Como reflexo das condições climáticas dominantes de semiaridez, a hidrografia é pobre, em seus amplos aspectos. As condições hídricas são insuficientes para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão”. IBGE. *Áreas especiais: Cadastro de Municípios localizados na Região Semiárida do Brasil*. Rio de Janeiro, [2017]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiario.c=4>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Por sua vez, na mesma época, do outro lado do oceano, o território do Reino de Angola configurava-se como uma estreita e indefinida zona de dominação direta portuguesa, centralizada por Luanda, e tendo outros núcleos coloniais erigidos nos seus sertões, ou seja, no interior do território.¹⁷ Em nossa pesquisa, também abordamos Benguela, estado independente administrativo, judicial e financeiro de Angola desde 1615, mas a partir de 1779 teve seu governo subalternizado ao de Angola.¹⁸ Sendo assim, a respeito de toda essa região de dominação portuguesa, em um documento do ano de 1785, intitulado de Carta Geográfica, descreve-se que Angola e Benguela tinham como limites do rio Zaire para o sul, passando pelo rio Quanza, até a baía de Benguela.¹⁹ Segundo um trecho desse documento:

Ao sul, porém, do Zaire, que denominamos de Angola, tem a Nação Portuguesa há séculos não Feitorias, mas muitas e populosas colônias, com muitos moradores, ou Europeos, ou descendentes de Europeos; assim na Costa do Mar como pelo interior das terras a muita distância como Vossa Excelência pode verificar na Carta que está suficientemente graduada, de sorte que toda esta Costa, e a grande extensão terra adentro he indisputável de Sua Majestade pelo que se segue a dizer: ahi verá que ao Norte do rio Quanza tem Sua Majestade além das dilatadas capitânicas do Bengo, Icolo, Golungo e Dande; a colonia e presidio militar da Pedra de Encoje nas vizinhanças da capital do Congo. A Leste os presidios de Massangano, Cambambe, Ambaca e Pedras com munerosa população. Ao Sul do Quanza, e 25 léguas para dentro do rio que corre para Leste temos a colonia e presidio de Muxima sobre as quiçamas; e na Costa do mar na enseada de Quicombo o do Novo Redondo, e na Bahia de Benguela o presidio deste nome que cobre o porto e defende uma populosa cidade, donde dilatando-se os domínios pelo presidio de Caconda [...].²⁰

Em relação aos sertões angolanos, ou seja, “o interior das terras a muita distância”, “a terra adentro”, nosso enfoque recaiu, de forma geral, nas diversas localidades acima descritas

¹⁷ O termo “Reino de Angola” era utilizado pelas autoridades coloniais na documentação do conselho ultramarino para se referir a essa determinada região na África sob o domínio português. Sobre o uso do termo “Reino de Angola”, ver FRAGOSO, João; MONTEIRO, Gonçalo Nuno (Org.). Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal e Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a. p. 15. MENZ, Maximiliano M; LOPES, Gustavo Acioli. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c.1700-1850). *Revista de História*, São Paulo, n. 177, 2018. p. 11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.122490>. Acesso em: 9 jan. 2019.

¹⁸ Sobre a independência administrativa, judicial e financeira de Benguela em relação a Angola, a partir de 1615, e a posterior subordinação de seu governo ao de Angola em 1779, ver VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII*: um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Stampa, 1996. p. 28.

¹⁹ A referida carta foi elaborada com o objetivo de corrigir confusões geradas por geógrafos “mal instruídos” a respeito de “parte da África que principia no cabo de Lopo Gonçalves, e vai correndo ao Sul, além da nova Colonia de Bengala [Benguela]”. Segundo consta no documento, sobre a supracitada parte da África, havia “denominações impróprias e indefinidas de Guiné, Congo, Angola, Benguela. Confusão que é necessário tirar para não confundir as convenções que sobre estas regiões se oferecem”. Sobre mais detalhes da Carta Geográfica e os limites de Angola e outras regiões, está disponível em AHU-Angola, cx. 70, doc. 01.

²⁰ Disponível em: AHU-Angola, cx. 70, doc. 01.

na carta: Icolo, Muxima, Massangano, Cambambe, Ambaca, Pedras, Caconda, entre outros.²¹ Atualmente, Angola tem um território bem maior do que tinha no século XVIII.²² O País insere-se em uma vasta região no que hoje se chama África Centro-Occidental. Essa região vai desde o sul de Camarões, passando pela Guiné-Equatorial, Gabão, Congo, até a fronteira entre Angola e Namíbia. Abaixo, a comparação entre dois mapas (Figuras 4 e 5) nos dá uma ideia aproximada dos limites imprecisos de Angola na passagem do século XVIII para o XIX.²³

²¹ Apesar da supracitada descrição do documento, estamos cientes da dificuldade em demarcar o território de Angola sob o domínio dos portugueses, já que o avanço não se deu uniformemente em linha reta, mas sim de forma salteada. Além disso, nem sempre os portugueses detinham realmente o domínio de determinadas localidades. Por exemplo, em meados do século XVII, o missionário italiano Cavazzi de Montecuccolo já dizia que o Reino de Angola, ou Dongo, “fica um tanto limitado, sob o poder dos portugueses, porque muitas províncias gozam da isenção de qualquer imposto, reconhecendo a soberania deles só nalgumas circunstâncias e em caso de guerra. Em qualquer outro assunto, ficam dependentes dos seus sobas. As províncias, portanto, que se reconhecem a inteira soberania dos portugueses são as seguintes: Dande, Musseque, Bengo, as duas Ilambas, Ari, Ambaca, Benguela, Chela, Cabesso, Libolo, Haco”, sendo Ambaca a última província desse reino. CAVAZZI MONTECUCOLO, João António. Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. v. 1, p. 33-34. Mais detalhes sobre a expansão terrestre em Angola pode ser vista na primeira parte da tese.

²² Sobre a geografia física de Angola, segundo Joseph Miller, uma vez que os aspectos físicos do território pouco mudaram do século XVI até hoje, não há problemas técnicos sobre a exposição que se segue: “os contornos gerais da geografia angolana estão em conformidade com o padrão geral da metade sul do continente africano, comparada pelos geógrafos a um pires invertido: no oeste, uma faixa baixa e estreita de terras arenosas separa o Atlântico de fileiras de colinas, que se erguem em terraços em direção a um planalto interior, a leste. Este padrão básico do relevo é menos marcado no norte junto da desembocadura do rio Congo (ou Zaire), onde as elevações do interior são mais baixas, mas torna-se muito bem marcado para sul onde os planaltos atingem altitudes que excedem bem os 1.800 metros, erguendo-se por vezes abruptamente acima das planícies costeiras. Numerosos rios correm geralmente de leste para oeste, irrigando as encostas das montanhas em leitos rochosos e poucos fundos que não se alargam para dimensões navegáveis até se aproximarem muito da costa. Mesmo os maiores rios – o Congo, o Kwanza e o Kunene – permitem à navegação oceânica penetrar apenas 160 quilômetros ou ainda menos, no interior, todos excepto o Congo tem apenas pequenos troços de águas sem obstáculos. A chuva decresce de norte para sul; vai desde chuvas geralmente regulares, embora sazonais, junto do rio Congo, até atingir condições próprias do deserto à medida que nos aproximamos do baixo Kunene. Também diminui de leste para oeste, de acordo com o sistema prevalecente de ventos de leste”. MILLER Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. Ministério da Cultura, 1995. p. 31 e 32.

²³ A Figura 4 é um detalhe da *Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela avec les pays voisins tiré de l'anglais*. BELLIN, Jacques Nicolas. *Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela, avec les Pays voisins tiré de l'anglais*. Paris, ca. 1754. 1 mapa, color, gravura a cobre, size: 9.4 x 12.2 inches/24.0 x 31.0 cm. Escala – de 100 léguas marinhas de França. Disponível em: <http://www.swaen.com/antique-map-of.php?id=25948>. Acesso em: 14 mar. 2018. Já a Figura 5 é um mapa adaptado por nós por meio de uma projeção atual de Angola elaborada pelo Google Earth. Nele, introduzimos alguns dos núcleos coloniais que existiam no limiar do século XVIII para o XIX.

Figura 4 – Detalhe da Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela avec les pays voisins tiré de l'anglais, c. 1754



Fonte: BELLIN, c. 1754.

Figura 5 – Mapa atual de Angola com detalhe em amarelo e vermelho dos núcleos coloniais existentes no limiar do século XVIII para o XIX



Fonte: Adaptado do Google Earth.

Nota: As marcações no mapa correspondem aos núcleos coloniais. Litoral: 1- Luanda, 2- Benguela; Interior: 3 - Muxima, 4 - Cambambe, 5 - Massangano, 6 - Dembos, 7 - Encoge, 8 - Ambaca, 9 - Pedras de Pungo Andongo, 10 - Cassange, 11 - Caconda.

Por fim, salienta-se também que, uma vez que tratamos de trânsito de pessoas e circulação de mercadorias, por vezes, fez-se necessário ampliar a pesquisa para outras áreas dos sertões das colônias do Brasil e Angola, além daquelas supracitadas, já que estas também se interligavam às dinâmicas internas do nosso recorte geográfico proposto, tanto de um lado quanto do outro. Afinal, limitar rigidamente a pesquisa somente a alguns povoados e vilas, e não citar outros, também inseridos nos sertões, seria ir de encontro a nossa ideia de que havia mobilidades dentro desses espaços, e de que eles também estavam conectados internamente a outras partes dos domínios portugueses. Sendo assim, embora haja um recorte geográfico para nossa investigação, procuramos não nos deter rigidamente aos seus limites devido à dinâmica e interconexões entre as diversas localidades dos sertões, ocorridas internamente tanto nas capitâneas do norte do Brasil quanto na África Centro-Ocidental.²⁴

O recorte temporal da pesquisa tem como baliza cronológica a segunda metade do século XVIII até à primeira década do século XIX. Foi a partir de 1750 que a Coroa tomou uma série de medidas de incentivo a um melhor conhecimento e maior ocupação dos sertões da África e América.²⁵ Já no fim da primeira década do século XIX, em 1808, tem-se a saída da família real para o Brasil. Esse fato trouxe mudanças significativas para o contexto em análise, pois culminou na abertura dos portos para a comercialização com outras nações. Nesse sentido, modificaram-se as dinâmicas de entrada e saída de pessoas e produtos no Brasil, gerando outro contexto. Entretanto, assim como ocorreu com o nosso recorte espacial, as balizas do recorte temporal também se alargaram em determinados momentos no intuito de melhor compreender nosso objeto de pesquisa. Por exemplo, para entender como ocorreu o processo de expansão territorial portuguesa sobre os sertões, bem como a construção das representações a respeito deles, foi necessário recuarmos alguns séculos, momento em que diversos agentes (navegadores, religiosos, aventureiros, etc.) projetaram suas percepções sobre esses lugares apartados do litoral.

Em relação aos sujeitos de nossa pesquisa, abordamos tanto aqueles que ocupavam posições de médio, pouco ou nenhum destaque nas sociedades vigentes (as ditas gentes

²⁴ Exemplos dessa forma de abordar os recortes espaciais e temporais da pesquisa como algo mais flexível podem ser vistos em: BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. POMIAN, Krzysztof. História das estruturas. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 130-153. RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

²⁵ De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, a partir da segunda metade do século XVIII, novas orientações da Coroa Portuguesa procuraram fazer das parcelas disseminadas pelo mundo um todo em constante ligação com a Metrópole. A ideia era formar uma política de unidade à administração dos Estados do Brasil e da Índia, do Reino de Angola, Moçambique, entre outros. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: o despotismo iluminado, 1750-1807*. 6. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2004. p. 139 .

comuns, “gente pouco importante”,²⁶ os “esquecidos”, os que ficavam à “margem”²⁷), assim como aquelas figuras que ocupavam maior posição de destaque nas duas sociedades coloniais. Senado assim, estamos a falar de um conjunto de diferentes indivíduos: desde o pequeno colono, o militar de baixa patente, o escravo, o indígena, o pequeno e médio comerciante, o calon²⁸ até o capitão-mor, o grande homem de negócios, o bispo, o governador, o grande proprietário de terras, o cientista viajante, o “herói navegador”.²⁹ Ao transitarem e/ou se estabelecerem em Pernambuco e Angola, todas essas pessoas levavam imbuídas consigo as mais diversas formas de conhecimento, de práticas, de hábitos e demais culturas. De alguma maneira, essas pessoas influenciavam outros indivíduos, lugares e sociedades por onde passavam, bem como recebiam também influências destes.

A noção atual de Império Português permite-nos compreender as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas a partir da expansão ultramarina protagonizada pelos portugueses, e proporciona-nos verificar também as conexões e dinâmicas existentes entre diferentes povos localizados em longínquas regiões dos domínios lusos. Apropriamo-nos dos dizeres de Sanjay Subrahmanyam, para quem o Império Português é um tipo de império em rede. “Tem menos a ver com o modelo romano e mais com o fenício ou o grego. Um império disperso que não tem necessariamente um controlo administrativo importante de territórios.” Para Subrahmanyam, uma das excessões era o Brasil, onde havia territórios importantes sob o controle administrativo dos portugueses.³⁰ Também seguimos o raciocínio

²⁶ José Andrés-Gallego, ao estudar o período chamado de Antigo Regime, conceitua que a “gente pouco importante” é o oposto da gente tida como “importante” das atenções de uma historiografia tradicional que se preocupava somente em analisar os feitos dos líderes, dos governantes, dos papas e bispos, daqueles alçados à condição de heróis, deixando como homogênea, anônima ou inexistente toda uma gama de indivíduos, dentre eles, o homem e a mulher das fronteiras, os caçadores, os camponeses, os pescadores, ou seja, os simples indivíduos de uma realidade cotidiana. ANDRÉS-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

²⁷ Jean-Claude Schmitt afirma que os “esquecidos”, os “marginalizados” da história tradicional poderiam ser simples vagabundos, os bruxos, as prostitutas, ciganos, o simples camponês, etc. Alguns lugares também poderiam ser colocados como marginais, eram as zonas de fronteiras, os lugares mais afastados das cidades ou aldeias, eram os matos, as montanhas isoladas, entre outros. SCHMITT, Jean Claude. *A História dos Marginais*. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-363.

²⁸ Comumente chamados de ciganos, os calon ou calé são descendentes de um povo nômade em solo ibérico que depois foram também para antigas colônias portuguesas em África e América.

²⁹ Obviamente que todos esses indivíduos não ocupavam o mesmo nível nas hierarquias sociais no Império. Porém, no que tange às antigas pesquisas históricas, geralmente “a gente pouco importante” era relegada à invisibilidade diante das atenções voltadas para as figuras mais ilustres.

³⁰ Sobre esses dizeres de Subrahmanyam, ver entrevista no jornal Expresso. SUBRAHMANYAM, Sanjay. O império português era um império em rede. *Expresso*, 20 ago, 2016. Entrevista. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-08-27-Sanjay-Subrahmanyam-O-imperio-portugues-era-um-imperio-em-rede-1>. Acesso em: 9 mar. 2017.

de Russel-Wood, para quem o Império Português não contou com uma uniforme política de colonização coerente ou sustentada em todo seu território. “Pelo contrário, o povoamento e a colonização tiveram diferentes modelos, arranques em falso e até alguma improvisação”, proporcionados pelo envolvimento tanto da Coroa quanto de grupos de interesses e de alguns indivíduos.³¹

Há muito tempo, o historiador inglês Charles Boxer apontou os caminhos para a importância de se pesquisar a história pela perspectiva de Império, em que variados indivíduos circulavam pelas mais distantes áreas do globo. Segundo ele, “foram os exploradores portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para melhor e para pior, os ramos separados e distantes da grande família humana”.³² Esse tipo de perspectiva global trabalhada por Boxer foi importante porque contribuiu para ultrapassar pesquisas então vigentes, desde fins do século XIX e ao longo do século XX, elaboradas por uma ótica de estados nacionais. Conforme apontado por António Manuel Hespanha, tais pesquisas eram pensadas e concebidas de forma isolada, preocupadas com a construção de uma identidade nacional. Havia um ressentimento pós-colonial de ambos os lados do Atlântico. Ao longo de décadas, gerações de historiadores brasileiros e portugueses perpetravam esse tipo de imagem fundada em preconceitos enraizados acerca da relação metrópole/colônia: “do ponto de vista do colonizador, a imagem de um Império centralizado era a única que fazia suficientemente jus ao gênio colonizador da metrópole. [...] Do ponto de vista das elites coloniais, um colonialismo absoluto e centralizado condiz melhor com uma visão heroica celebradora da independência”.³³

Como diz Heloíza Gesteira, Miguel Carolino e Pedro Marinho, ao longo de décadas, “gerações de historiadores brasileiros e portugueses conceberam os espaços metropolitano e colonial como realidades quase estanques e rigidamente hierarquizadas”.³⁴ Para Laura de Melo e Souza, a carga de ressentimento pós-colonial, ainda presente nos pesquisadores de meados do século XX, contribuiu para deixar o caminho livre para que historiadores estrangeiros, livres desse peso que não era seu, traçassem suas hipóteses e preenchessem

³¹ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Padrões de colonização no Império Português, 1400-1800. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007.

³² BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português: 1415-1825*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2015. p. 20.

³³ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns envios correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 167.

³⁴ GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 10.

lacunas nos estudos sobre outra faceta das relações entre a Colônia e Portugal. Os primeiros historiadores estrangeiros a abrir caminho eram anglo-saxônicos: Charles Boxer, Stuart Schwartz, John Russell-Wood, Dauril Alden.³⁵

Por sua vez, para superar essas fechadas fronteiras artificiais criadas por historiografias nacionais de tempos passados, Serge Gruzinski comenta que “o historiador tem de se converter em uma espécie de eletricitista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras”.³⁶ Além disso, ao analisar a expansão marítima e as formações dos impérios ibéricos, Gruzinski diz-nos que a globalização não é um fenômeno novo, exclusivo dos dias de hoje. “É no século XVI que a história humana inscreve-se num cenário que se identifica com o globo.”³⁷ Seres humanos de distintos continentes encontravam-se, enfrentavam-se e misturavam-se. Graças aos embates provocados pelas iniciativas de portugueses e espanhóis em escala planetária, houve uma mistura de histórias cujas trajetórias se entrecrocaram, provocando desenlaces até então inimagináveis.³⁸ Gruzinski é um dos investigadores que mais têm trabalhado o tema, particularmente as mestiçagens biológicas e culturais que envolvem as sociedades e culturas do continente europeu e americano, a partir da coexistência de enfrentamentos e intercâmbios entre indígenas, brancos, negros, mulatos e mestiços. Esses trabalhos têm influenciado outros investigadores.³⁹

Nas novas revisões historiográficas sobre a perspectiva de Império, de Global, alguns objetos de pesquisa tomaram força, dentre eles, as conexões existentes entre Brasil e África. Como diz Gruzinski, no contexto latino-americano, muitos historiadores brasileiros de forma exemplar “estão recuperando a história africana tão essencial para entender o passado

³⁵ SOUZA, Laura de Melo e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 29.

³⁶ GRUNZINKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

³⁷ GRUNZINKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 18.

³⁸ GRUNZINKI, 2015, p. 17.

³⁹ Maria Manso e Manuel Lobato, por exemplo, tratam das mestiçagens e identidades no mundo lusófono promovidas em escala global. Baseados nas análises de Serge Gruzinski, a ideia dos anteditos investigadores é “revisitar o passado em que o ‘encontro de culturas’ – da lusófona como das ‘outras’ – produziu espaços disciplinados – e quantas vezes silenciados – pelas relações de poder e pelo predomínio das instâncias normativas de uma cultura escrita”. Sendo assim, um dos objetivos dos estudos é se afastar dos antigos focos dicotômicos geográficos metrópole/colônias. Aqui, a ideia é perceber como os espaços tornaram-se laboratórios de encontros e mestiçagens biológicas e culturais entre europeus e diversos povos de outros continentes. MANSO, Maria de Deus; LOBATO, Manuel (Coord.). *Mestiçagens e identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. Braga: Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais, 2013. p. X-XI.

americano”.⁴⁰ Segundo John Thornton, antes, os historiadores basicamente estudavam continentes e países isoladamente, mas depois eles passaram a estudar interações em uma escala intercontinental. Sendo assim, “o Atlântico tornou-se um cenário de grandes migrações intercontinentais”, surgiu-se aí a denominada “História Atlântica”.⁴¹

Definitivamente, a partir da década de 1990, o número de produção historiográfica sobre relações existentes entre África e América multiplicou-se em várias instituições de pesquisas do Brasil, Portugal, Angola e outros países.⁴² Diversas obras de grande relevância vêm sendo publicadas com temas relativos ao tráfico de escravos, as dinâmicas socioculturais, o circuito atlântico, o trânsito de culturas e a complexa interconexão dos continentes africano e americano. Dentre elas, podemos citar as de Alberto da Costa e Silva,⁴³ Luiz Felipe de

⁴⁰ GRUZINSKI, Serge. Os canibais de Lisboa: da história colonial e imperial à história global. In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 24.

⁴¹ THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

⁴² É necessário salientar também a grande contribuição proporcionada pelas instituições de pesquisa norte-americanas, no que versa, principalmente, ao tráfico de escravos no Atlântico. O advento da Internet com suas redes sociais propiciou também o estreitamento de laços entre as mais diversas instituições de pesquisas. Variados pesquisadores de diversas nacionalidades passaram a trabalhar em projetos conjuntos. Como resultado disso, algumas instituições criaram bancos de dados que abarcam os mais variados temas: desde produções historiográficas, passando por documentos digitalizados ou, até mesmo cadastro sobre personagens, ou número de escravos, ou concessão de sesmarias, entre tantos outros. O Instituto Harriet Tubman da Universidade de York, por exemplo, faz parte de uma rede internacional de centros de pesquisa comprometidos com a maior compreensão da história da escravidão e seu legado. Disponível em: http://www.tubmaninstitute.ca/news/the_harriet_tubman_institute. Acesso em: 3 abr. 2017. Há também o Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos que reúne informações sobre quase 36.000 viagens negreiras que embarcaram à força mais de 10 milhões de africanos para serem transportados até as Américas, entre os séculos XVI e XIX. O número real sendo estimado em até 12,5 milhões. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 3 abr. 2017. No Brasil, a Fundação Casa de Rui Barbosa, que disponibiliza o Ambiente Digital. Nesse ambiente estão disponibilizados livros, revistas, artigos e referências de materiais sobre os temas Escravidão, Abolição e Pós-Abolição. Disponível em: <http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/estante-digital.html>. Acesso em: 3 abr. 2017. Plataforma Sesmaria do Império Luso-Brasileiro (SILB). A plataforma SILB é uma base de dados que contém informações das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa no Mundo Atlântico. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em: 2 abr. 2017. Em Portugal, destaque para o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). O dito Centro é uma organização de investigação e cooperação multidisciplinar e multicultural formada em 10 de novembro de 1997. Reúne investigadores, docentes universitários e estudantes de instituições nacionais e internacionais. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php>. Acesso em: 3 abr. 2017.

⁴³ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. SILVA, 2011.

Alencastro,⁴⁴ John Thornton,⁴⁵ Isabel de Castro Henriques,⁴⁶ Eduardo França Paiva e Vanicléia Silva Santos,⁴⁷ Martin Lienhard,⁴⁸ Selma Pantoja⁴⁹, entre tantos outros.⁵⁰

Apesar de variados, os trabalhos dos supracitados investigadores a respeito da relação América portuguesa/África influenciaram-nos a estudar mais especificamente as relações entre Pernambuco e Angola. Para este estudo, optamos pelo gênero história sociocultural, que nos permite analisar a cultura material, as práticas e representações, hábitos e costumes, as interações, as trocas e os trânsitos culturais entre diferentes povos, sociedades e indivíduos.⁵¹ Ao nos debruçarmos sobre o trânsito de pessoas e a circulação de produtos ocorridos entre Angola e Pernambuco, e vice-versa, não pretendemos fazer pelo viés puramente administrativo e econômico a partir de números, preços e cálculos de perda e lucro, mas sim por um viés social e cultural, embora isso não signifique deixar de reconhecer a importância

⁴⁴ ALENCASTRO, 2000.

⁴⁵ THORNTON, 2004.

⁴⁶ HENRIQUES, Isabel de Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África: séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

⁴⁷ PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, 2013.

⁴⁸ LIENHARD, Martin. *O mar e o mato: histórias da escravidão*. Luanda: Kilombelombe, 2005.

⁴⁹ PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam C. (Org.). *Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas*. São Paulo: Intermeios, 2014.

⁵⁰ Além dos anteditos trabalhos, outras investigações das últimas décadas podem ser encontradas em: ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. SARMENTO, Clara; MANSO, Maria de Deus Beites (Org.) *A expansão: quando o mundo foi português: da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002): mulheres na expansão colonial portuguesa*. Braga: Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, 2014. p. 290-373. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. FRAGOSO; MONTEIRO, 2017a. COSME, Leonel. *Crioulos e brasileiros de Angola*. Coimbra: Novo Imbondeiro, 2001.

⁵¹ Até algumas décadas atrás, havia uma diferença bem estabelecida entre o historiador social e o cultural. De acordo com E. H. Gombrich: “o primeiro interessa-se pela mudança social em si, empregando as ferramentas da demografia e da estatística para traçar o quadro das transformações na organização da sociedade. O segundo agradecerá toda a informação que puder obter dessa investigação, mas o sentido do seu interesse continuará a ser a forma como essas informações interagiram com outros aspectos da cultura.” GOMBRICH, E. H. *Para uma história cultural: trajetórias*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1994. p. 87. Entretanto, segundo Peter Burke, nos últimos anos, os termos “social” e “cultural” parecem estar sendo usados de maneira quase intercambiável. “A expressão história sociocultural tornou-se moeda corrente.” É o aparecimento de um gênero híbrido. Esse “gênero pode ser praticado de diversas maneiras, e alguns historiadores colocam a ênfase mais na parcela cultural, enquanto outros, no aspecto social”. BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. p. 147.

do fator econômico que propiciou formal ou informalmente o estabelecimento de redes e conexões entre os domínios portugueses.⁵²

Afinal, como bem afirma Peter Burke, “uma história cultural das calças, por exemplo, é diferente de uma história econômica sobre o mesmo tema, assim como uma história cultural do parlamento seria diversa de uma história política da mesma instituição”.⁵³ Segundo Burke, até mesmo alguns historiadores econômicos foram influenciados pela história cultural, na medida em que deram importância aos valores para explicar a produção, a acumulação e o consumo da riqueza.⁵⁴ Ainda a respeito da importância da história cultural, de acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, outros objetos culturais tiveram atenção e delimitação por parte dos historiadores de variadas nacionalidades, “que vão desde as práticas relacionadas ao dar a luz e criar os filhos às atitudes perante a doença e a morte, passando pelo modo de vestir, de comer, de ocupar os momentos liberados pelas ocupações diárias”.⁵⁵ Sendo assim, embora dialoguemos com informação variada, centrar-nos-emos em um estudo sociocultural nesta tese.

Sem dúvida o comércio foi um dos principais impulsionadores da circulação de produtos pelos espaços do Império Português. Entretanto, para além da questão puramente econômica, ele também contribuiu para o surgimento de novos hábitos culturais em diferentes e distantes sociedades, a partir dos trânsitos de pessoas e produtos. Como afirma Paiva, “mercado, comércio e cultura eram, então, faces da mesma moeda, que circulava intensamente [...] em um mundo em processo de globalização [...]”.⁵⁶ A circulação de exemplares do reino animal, vegetal e mineral, bem como de costumes e cultura material, pelos espaços do Império Português, de certa forma, contribuiu para a construção de um

⁵² Segundo Amélia Polónia e Amândio Barros, as redes resultam em sistemas complexos que são definidos e redefinidos pelas articulações entre indivíduos. Nesse modelo de rede o indivíduo é posto como objeto de estudo, e a partir dele se tenta definir as redes e compreender os sistemas existentes. Mesmo lugares pequenos, aparentemente marginais, sofreram, direta ou indiretamente, implicações e impactos por meio de redes de articulações complexas. POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. *Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico: séculos XVI-XVIII*. In: ALMEIDA, Suely *et al.* *Políticas e estratégias administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 23-24.

⁵³ BURKE, 2005, p. 10.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 74.

⁵⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Guia de história do Brasil colonial*. Porto: Universidade Portucalense, 1992. p. 16.

⁵⁶ PAIVA, Eduardo França. Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português: naturalia & mirabilia. In: STOLS, Eddy; THOMAS, Werner; VERBERCKMOES, Johan (Org.). *Naturalia, Mirabilia & Monstrousa en los Imperios Ibéricos: siglos XV-XIX*. Louvain University Press, 2006. v. 1. p. 107-108. Disponível em: <http://www.esclavages.cnrs.fr/IMG/pdf/LouvainTexto.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

“ambiente semelhante em todas as áreas, simultaneamente múltiplo, diverso, mas portador de identidades singularizantes, talvez luso-brasileiro-tropicais”.⁵⁷

Ao tratarmos sobre o trânsito de pessoas e suas culturas pelas distantes e imprecisas fronteiras dos sertões do império, a história sociocultural também nos fornece a perspectiva de fronteiras e encontros. Como diz Burke, as fronteiras, antes vistas como barreiras, hoje tendem a ser pensadas como lugares de encontro ou “zonas de contato”. Barreiras e arames farpados não impedem o trânsito de ideias, embora também reconheça que alguns obstáculos físicos, políticos e culturais possam interferir na variação da velocidade com que se dão os movimentos culturais. Porém, para mais ou menos, o trânsito não deixa de acontecer.⁵⁸ Segundo Serge Gruzinski, uma fronteira também pode ser porosa, permeável, flexível: ela se move e pode ser movida.⁵⁹

Ao abordarmos a mobilidade de pessoas e produtos entre Pernambuco e Angola, obviamente está subentendido que estes transitavam via Oceano Atlântico e portos nas costas marítimas dos continentes sul-americano e africano. Afinal, com a evolução das tecnologias e dos conhecimentos náuticos da Idade Moderna, o dito oceano passou de barreira natural a elo entre os dois continentes. Suas águas serviram como passagem para as mais diversas rotas das embarcações. Entretanto, se o oceano interligava as costas africana e americana, cabia aos imprescindíveis caminhos por terra e por rios estabelecerem as conexões entre o interior continental e o circuito atlântico.

A respeito do Atlântico, como categoria de análise, baseamo-nos em Russell-Wood, para o qual o “mundo atlântico” ultrapassa/ transcende as fronteiras políticas ou nacionais, e se caracteriza por “conexões, interconectividade, redes e diáporas que ligam a Europa, as Américas e a África”.⁶⁰ Um Atlântico caracterizado pelo movimento, pelo vaivém, pelo intercâmbio de pessoas, de mercadorias e produtos, de fauna e flora, culturas, costumes e práticas. Algo inerente a esse conceito é que nenhuma parte é de toda isolada, por mais que existam distâncias. Aqui Russell-Wood abre dois pontos.

⁵⁷ PAIVA, 2006, v. 1, p. 107-108.

⁵⁸ BURKE, 2005, p. 153.

⁵⁹ GRUZINSKI, 2007, p. 57.

⁶⁰ RUSSELL-WOOD, 2009, p. 20.

O primeiro ponto é que o Oceano Atlântico não é uma entidade isolada em si, ele está conectado com outros oceanos, onde ocorre um fluxo e refluxo de pessoas, produtos, culturas. Nesse caso, elementos biológicos e culturais de outras partes do globo também circulam pelo Atlântico por meio das navegações.⁶¹ Dessa forma, o Atlântico desempenhava um papel preponderante dos ritmos do Império: as comunicações, o comércio, a migração, os intercâmbios culturais, os movimentos de flora e fauna.⁶²

Já o segundo ponto, bem específico para nossa pesquisa, é que a influência do oceano transcendeu as próprias orlas e exerceu impacto em terra, inclusive em regiões mais distantes, no interior dos continentes, cercadas de terras e sem acesso direto ao mar, os chamados sertões. Segundo Russell-Wood, é necessário perceber as conexões existentes entre o Atlântico com outros oceanos e com os lugares mais apartados do litoral. A atuação dos europeus no Oceano Atlântico ultrapassou as orlas e exerceu influência em diversas regiões apartadas das costas e cercadas de terras nos diferentes continentes.⁶³ Desse modo, o historiador atenta que as regiões interioranas da América e da África, ou seja, os sertões, também sofreram influência da atuação dos europeus no Atlântico.⁶⁴ Sendo assim, mesmo distantes e com poucos colonatos, o interior do Brasil e da África, de certa forma, conectava-se com o Mundo Atlântico.⁶⁵

⁶¹ Por conta da mobilidade dos portugueses pelo globo, Russell-Wood caracterizou o Império português como um “mundo em movimento” através de um “fluxo e refluxo” humano por vários lugares do planeta. Para o historiador, os colonatos surgidos pela expansão não eram exclusivamente de influência cultural portuguesa, os povos autóctones também contribuíam para a formação desses lugares. RUSSELL-WOOD, 1998, 2009.

⁶² O historiador também mostra certas reservas a respeito das abordagens que colocam o Atlântico como um espaço fechado em si mesmo, como um ponto de referência exclusivo. RUSSELL-WOOD, 2009. Nesse sentido, embora tomemos o Atlântico como ligação entre Pernambuco e Angola, estamos cientes de que a variedade de produtos e pessoas que circulavam por esse oceano também vinha de outras partes do globo. O Império Português era um “mundo em movimento”.

⁶³ RUSSELL-WOOD, 2009, p. 59.

⁶⁴ De acordo com Russell-Wood, “a palavra portuguesa para este tipo de regiões era ‘sertão’ e, para melhor captarem a sua qualidade infinita e sem limites, os Portugueses recorriam à forma plural, ‘sertões’. Estes termos foram aplicados ao Sudeste africano, ao Interior de Angola e às vastas extensões do Brasil, do Maranhão e Ceará a Minas Gerais. No Brasil, os Portugueses acabaram por associar a palavra ‘sertão’ aos excessos climáticos, à desordem topográfica, ao caos. A própria terra foi demonizada. A percepção portuguesa da terra era inalienável do modo como viam a população indígena: os nativos eram bárbaros, canibais, sub-humanos, imorais, inferiores a animais e impermeáveis a influências civilizadoras”. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Padrões de colonização no Império português, 1400-1800. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 178.

⁶⁵ Segundo o historiador, o Império Português caracterizou-se por um padrão de colonatos discretos, bastante dispersos e muitas vezes isolados uns dos outros por distâncias muito grandes. No Brasil e Angola, onde os portugueses tinham acesso a maiores territórios contíguos, existiam poucos colonatos (em Angola bem menos que no Brasil). Para ele, a colonização foi do tipo ‘arquipélago’: ilhas populacionais separadas por grandes distâncias e barreiras físicas. Eram os rios e rotas terrestres que propiciavam os contatos entre as ilhas de povoação dos interiores com seus respectivos litorais. As comunidades existentes ao longo das rotas desempenhavam um papel de fornecedoras de diversos tipos de serviços: alimentos, provisões e comércio. RUSSELL-WOOD, 2007.

Por nossa vez, ao tomarmos como foco os sertões de Pernambuco e Angola, também podemos dizer que, apesar das distâncias das barreiras físicas, esses sertões não eram estáticos, isolados. Havia uma dinâmica, em que diversos tipos de pessoas gradativamente passaram a circular e/ou se fixar, gerando transformações, lentas inovações e troca de conhecimentos. Nesse sentido, pensamos nesses sertões não somente como lugares apartados do litoral, como também lugares onde, apesar das distâncias e outras barreiras físicas, havia, para maior ou menor grau, dinâmicas e conexões, diretas ou indiretas, com os demais espaços do Império Português, ou seja, os sertões estavam conectados e não eram isolados.

Novas mestiçagens biológicas e culturais foram forjadas e deram origem a outros tipos de relacionamentos e de modo de vida naqueles espaços distantes. O trânsito de culturas não só proporcionava maior dinâmica entre os distantes sertões e o litoral das respectivas colônias, como também os conectava ao circuito do Mundo Atlântico. Ao sabor do fluxo e refluxo de variadas e distintas pessoas pela terra adentro dos dois continentes, foram sendo estabelecidas as mais diversas práticas e representações, hábitos, costumes e miscigenações biológicas e culturais entre diferentes povos, sociedades e indivíduos. Por mais que os sertões fossem lugares distantes e de difícil acesso, também eram “zonas de contato” entre diferentes indivíduos e culturas.

Para analisarmos as relações existentes entre Pernambuco e Angola, assim como o papel dos sertões dessas duas localidades na dinâmica do Império Português, buscamos formular alguns questionamentos, dentre eles: como eram representados nos documentos coloniais os espaços e habitantes dos sertões? De que forma se caracterizavam as conexões existentes entre a capitania de Pernambuco e o Reino de Angola? Por que havia e como ocorria o trânsito de pessoas e produtos nos sertões dessas duas localidades? Qual o impacto da circulação de pessoas e produtos nas sociedades coloniais dos anteditos lugares?

Sendo assim, ao analisar as relações existentes entre Pernambuco e Angola e o trânsito de pessoas e a circulação de produtos empreendidos em dois sertões apartados e distantes, nossa pesquisa fez uso da metodologia da história conectada, de acordo com modelo de análise utilizado por Sanjay Subrahmanyam, Serge Gruzinski e outros historiadores. Essa

opção metodológica procura superar estudos comparativos tradicionais e analisa as flexibilidades do espaço e as complexas relações entre os impérios e as colônias.⁶⁶

De acordo com Subrahmanyam, ideias e construções mentais que fluíam através de diferentes e apartadas fronteiras permitem que se perceba que não se está lidando com histórias separadas e comparáveis, mas conectadas. Essa metodologia proporciona uma interface do local com o regional (que se pode denominar de nível “micro”) e o suprarregional, e até global (o que se pode chamar de nível “macro”). Segundo ele, metodologicamente falando, isso faz frente ao problema de excesso de fragmentação e isolacionismo espacial ocorridos em algumas pesquisas do nível micro, assim como inversamente evita cair em análises generalizadas e vagas a respeito do “todo” feitas por algumas pesquisas macro.⁶⁷

⁶⁶ A história conectada é subsidiária da história comparada. José Barros de Assunção é um investigador que está a realizar discussões a respeito daquilo que chama de “família da história comparada”. Para o dito investigador, a história conectada, a história cruzada, a história global, a história transnacional, a história entrelaçada são distintos gêneros historiográficos, mas com campos históricos bastante próximos e com muitos pontos em comum, que juntos formam a família da história comparada. Ainda segundo ele, é bem difícil prever quais dessas designações que tem surgido no cenário historiográfico se consolidarão, sendo assimiladas pela historiografia, e quais dessas irão desaparecer ou recuar do cenário principal. Mas, de acordo com Assunção, o gênero da história conectada vem se configurando como uma das mais atuantes, principalmente nos meios não europeus de produção de saber historiográfico. Em se tratando da história comparada, esta foi adotada por Marc Bloch no intuito de analisar as influências recíprocas entre sociedades próximas no tempo e no espaço. Embora Bloch procurasse realizar comparações no intuito de perceber não só diferenças como também semelhanças, sua perspectiva terminava por focar somente em especialidades próximas, isto é, em sociedades vizinhas, da mesma natureza, que faziam fronteiras umas às outras. No entanto, o trabalho de Bloch contribuiu para superar antigos estudos comparativos que abordavam dois objetos de pesquisa como algo completamente estático, rigidamente oposto e hierarquizado. Abordagem parecida foi feita pelo historiador Fernand Braudel, só que o mundo Braudeliano não tem fronteiras. Em sua obra *O Mediterrâneo*, o historiador analisa as ligações existentes entre as sociedades do Mediterrâneo, do Atlântico e do Índico, bem como as relações entre rotas marítimas e terrestres da Europa, África e Ásia. Em outra obra, *Civilização material, economia e capitalismo*, Braudel, a partir da história comparada, estabeleceu comparações no mais vasto espaço possível, onde procurou se estender ao mundo inteiro, naquilo que chamou de “estudo mundializado”. BRAUDEL, 1995. p. 13. Sobre análises e discussões a respeito da história comparada e seus gêneros derivados, ver: BARROS, José d’Assunção. Ao lado da história comparada: histórias interconectadas, histórias cruzadas e outras histórias. In: ALVES, Gracilda. LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl. *História comparada: debates teóricos e metodológicos*. Recife: Edupe, 2013. BARROS, José d’Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014a. BARROS, José d’Assunção. História comparada; da contribuição de March Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, SP, n. 1, p. 7-21, 2007. BUSTAMANTE, Regima M. da Cunha; THEML, Neyde. História Comparada: olhares plurais. *História Comparada*, v. 1, n. 1, jun. 2007.

⁶⁷ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, Jul., 1997, p. 735-762. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/gurminderkbhambra/research/iasproject/1/2/subrahmanyam_connected_histories.pdf. Acesso em: 2 abr. 2017. Outras informações sobre a relação da história conectada com a micro-história podem ser vistas em: SUBRAHMANYAM, Sanjay. Impérios, historiografia, ciências sociais: uma entrevista com Sanjay Subrahmanyam. *Análise Social*, n. 226, v. 53, primeiro trimestre, p. 189-206, 2018. Entrevistadores: Ângela Barreto Xavier et al. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a08.pdf>. Acesso em: 5/fev 2019.

Assim como Subrahmanyam, Serge Gruzinski também afirma que a história conectada, ou a história global, pode conduzir o historiador a um ponto de partida em que não se corra o risco de cair em historiografias estáticas e pulverizadas por uma micro-história mal dominada, tampouco se corre o risco de afundar-se nas generalidades de uma história-mundo. Nesse sentido, a história conectada reorganiza a história local e a história da Europa em perspectivas mais fluidas e particularizadas de determinada parte do mundo.⁶⁸ Em outras palavras, segundo Gruzinski, “esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si”.⁶⁹ Desse modo, cabe ao historiador fazer emergir “as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas (quando não são excluídas da análise”⁷⁰.

Segundo José d’Assunção Barros, nas histórias conectadas (chamada por ele de “interconectadas”), as histórias encadeiam-se de alguma maneira: tanto na possibilidade de narrativas como na de aspectos analíticos. Além disso, algumas “realidades historiográficas complexas, como a dos grandes impérios que abarcam dentro de si mundos culturais diversos, parecem convidar ao estabelecimento de conexões com vistas a uma apreensão mais plena da realidade examinada”.⁷¹

Nesse enfoque de história conectada, acreditamos que o conceito de “trânsito cultural” é uma ferramenta metodológica bastante útil para trabalharmos as conexões existentes nos sertões de Pernambuco e Angola. Como bem disse Eduardo França Paiva: “comparações e conexões têm no trânsito e na mobilidade culturais dois de seus pilares mais sólidos.”⁷² O trânsito cultural era proporcionado pela mobilidade de agentes mediadores que possibilitavam a transferência de alguns elementos de universos culturais (cultura material, costumes, conhecimentos, práticas e representações) de uma região a outra.⁷³

⁶⁸ Sobre a micro-história, por exemplo, Gruzinski diz que o “interesse pela micro-história, ou pela microetno-história, teve o seu impacto sobre o olhar do historiador e que alguns pesquisadores tiveram o hábito de esquecer o contexto geral enquanto focalizavam o particular”. Ver GRUZINSKI, 2001.

⁶⁹ GRUZINSKI, 2001, p. 176.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 177.

⁷¹ BARROS, José d’Assunção. Histórias cruzadas: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014b. p. 285.

⁷² PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 15.

⁷³ O conceito de trânsito cultural foi usado por Paiva para analisar as dinâmicas internas e externas entre os sertões das Minas Gerais e a África portuguesa. De igual forma, fez Isnara Pereira Ivo, ao analisar internamente as relações entre os sertões da Bahia e Minas Gerais. PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008. PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: Annablume, 2002.

Comparar, conectando culturas ora preservadas fora de seu ambiente, ora modificadas, mas, inclusive, modificadas de maneira semelhante em regiões muito distintas (culinária, ritmos e religiões sempre fornecem bons exemplos), bem como conectando elementos de origem múltipla, ‘nascidos’ quase que igualmente em locais diferentes, e, talvez, simultaneamente, não deve, portanto, ser procedimento confundido com a velha História Comparada, de padrões históricos pré-definidos e de cunho evolucionista, estruturalista, determinista e, ainda, economicista.⁷⁴

Serge Gruzinski também se debruça a respeito de indivíduos e grupos que agem como intermediários ao viajarem pelo globo. Essas pessoas realizam cruzamentos, intercâmbio entre um mundo e outro, entre grandes blocos culturais. Para ele, misturar e cruzar são palavras que se aplicam à mestiçagem.⁷⁵ Contudo, vale aqui uma ressalva, tanto Gruzinski quanto Eduardo Paiva atentam que é necessário ter cuidado com o termo mestiçagem, para não dar um entendimento errôneo de que mestiçagem é resultado da combinação de duas ou mais coisas completamente originais e puras.⁷⁶ Conforme Paiva, culturas puras, íntegras e estanques no tempo são construções que só existem e persistem historicamente nos domínios das representações e dos discursos. Em outras palavras, fora dos discursos e das representações históricas, elas não existem.⁷⁷ Por conta disso, alguns pesquisadores preferem utilizar o termo “novas mestiçagens”, “novas miscigenações”, como forma de deixar subentendido que desde séculos ou milênios já havia interação de diferentes pessoas e culturas.⁷⁸

Em suma, trazendo essas concepções para o nosso trabalho, a penetração realizada pelos portugueses no interior de Angola (na África) e Pernambuco (Brasil) permite-nos estabelecer conexões entre esses dois lugares. Os espaços de mediação entre Pernambuco e Angola surgem a partir da colonização portuguesa. Dessa forma, procuramos construir uma história sociocultural a respeito dos variados produtos que circularam e das pessoas que transitaram e/ou se estabeleceram em dois espaços do Império Português: os sertões de Angola (na África) e os sertões de Pernambuco (na América). Sendo assim, nossa ideia não é fazer uma comparação baseada em mera dualidade, polarização, mas sim analisar como os sertões de Pernambuco e Angola, unidos pelas rotas do oceano e pelos caminhos que levavam

⁷⁴ PAIVA, 2008, p. 15.

⁷⁵ GRUZINSKI, 2007.

⁷⁶ Na passagem do século XIX para o XX, a mestiçagem foi apropriada pelo evolucionismo, cientificismo e eugenia, associando-a à impureza de raças, de cultura, de nações. GRUZINSKI, 2007; PAIVA, Eduardo França. Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando? In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

⁷⁷ PAIVA, 2008.

⁷⁸ Ver, por exemplo: MANSO, Maria de Deus Beites; SOARES, Francisco. Tirar doutrina: cruzamentos narrativos de Cadornega. In: BOTELHO, Cléria; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). *História & literatura: identidade e fronteiras: fronteiras da africanidade*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 127-158.

do litoral ao interior dos continentes, ergueram-se e se conectaram ao Império. Portanto, as histórias de Angola e Pernambuco, além de paralelas, são diretamente ligadas.

Em relação ao uso das fontes nesta pesquisa, compreendemos que a construção do trabalho inicia-se com o levantamento de diferentes tipos de documentos que, devidamente analisados, nos fornecem indícios sobre nosso objeto de estudo. Contudo, é necessário lembrar que nosso recorte espacial da pesquisa (os sertões) eram lugares à margem dos principais núcleos urbanos estabelecidos no litoral de Pernambuco (Olinda e Recife) e Angola (Luanda e Benguela). A maior parte da documentação produzida desde o século XVI até o XIX traz uma ênfase muito maior em relação a conteúdos que tratam das áreas litorâneas das ditas colônias, lugares onde estavam estabelecidas as principais instituições administrativas, políticas, religiosas.

Sendo assim, nos diversos tipos de documentos, informações detalhadas sobre os sertões aparecem menos do que informações sobre o litoral. Por isso, foi necessário reunir um grande volume de documentos para que deles pudéssemos identificar e extrair fragmentos de informações dispersas sobre esses lugares, afinal, apesar da quantidade de documentos escritos, na maioria consistem em ofícios, requerimentos, petições, consultas, cartas, registros entre outros, cujas descrições pormenorizadas sobre nosso recorte espacial são mais escassas, à exceção dos relatos de viagens.⁷⁹

Além disso, existe a dificuldade em encontrar, nos mais diversos documentos, informações detalhadas a respeito de alguns sujeitos abordados, ou seja, aqueles que eram considerados “pouco importantes”: o simples colono, os escravos, os pequenos comerciantes, militares de baixa patente, os calon, os indígenas. Os anteditos indivíduos, quando apareciam, eram basicamente sob o olhar daqueles que produziam os documentos oficiais, ou seja, a elite da Colônia e metropolitana: o capitão-mor, o juiz ordinário, o governador, o bispo, o secretário do ultramar, etc. Logo, muitas vezes, os primeiros eram relegados a segundo plano e tratados de forma generalista, preconceituosa, ou, então, eram omitidos. Quanto mais baixo na escala hierárquica social do Império, mais empecilho tem o historiador em encontrar

⁷⁹ Beatrix Heintze, por exemplo, afirma que, em Angola dos séculos XVI e XVII, a maioria das fontes surgia na costa, em Luanda, e poucos autores se demoraram pelas terras do interior, o que em princípio também se aplica aos missionários, aos quais se devem os melhores testemunhos sobre a cultura material e os aspectos etnográficos daquela região. Por sua vez, de forma complementar, aparecem os dizeres de Isabel de Castro Henriques, ao afirmar que “se o conhecimento relativo às regiões costeiras de Angola permite uma maior e melhor produção documental, já as informações relativas às populações e às terras do interior são escassas, antes da segunda metade do século XIX”. Sobre as anteditas citações, ver: HEINTZE, Beatrix. Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Organizações Kilombelombe, 2007. p. 559. HENRIQUES, 2004, p. 68.

informações a respeito da vida e dos hábitos desses indivíduos na documentação produzida na época.

Sendo assim, tratar sobre os sertões e suas gentes, isto é, sobre as áreas periféricas do Império Português com seus habitantes e culturas, é um desafio, pois existem poucas informações sobre eles nos documentos espalhados nos arquivos das diversas instituições, se comparado à alta quantidade de documentos que tratam de governadores, provedores, grandes negociantes, militares de alta patente, bispos, etc. Todos esses geralmente instalados nos principais núcleos urbanos que se situavam nos litorais de Pernambuco e Angola. Portanto, para analisar nosso objeto de pesquisa, foi preciso vasculhar os arquivos, encontrar documentos em potencial e esmiuçar os indícios presentes neles. Desse modo, baseamo-nos no historiador italiano Carlos Ginzburg, a respeito do paradigma indiciário, que nos permite enveredar nos resíduos sobre dados marginais de uma documentação fragmentada acerca de determinado tema.⁸⁰ A partir daí, fizemos um rastreamento minucioso dos detalhes esparsos sobre os sertões e suas gentes e culturas, e procuramos organizar as informações de forma coerente a partir das concepções teórico-metodológicas adotadas.

Como diz Jean-Claude Schmitt, o pesquisador dos lugares e das pessoas das margens faz uso, na maior parte dos casos, dos diversos arquivos e documentos que emanam do “centro”, do lugar que foram prestados, não das margens. Entretanto, os historiadores também podem utilizar esses mesmos documentos na tentativa de melhor captar a voz daqueles que estão à margem, por mais paradoxal que possa parecer. Isso porque cabe ao historiador procurar por vestígios discretos, mas que podem ser tão vivos. Além de ajudar a preencher a história das margens, o historiador ajuda a possibilitar uma releitura da história do centro.⁸¹ De forma parecida, trata Isabel de Castro Henriques, que diz que a atual operação historiográfica não precisa recusar esses documentos que emanam do centro, basta despi-los de suas abordagens elitistas e preconceituosas, e fazer uma releitura e reclassificação trazendo-os como fontes. Nessa operação, procura-se nas entrelinhas vestígios que possam ser analisados de forma crítica na tentativa de trazer aspectos da vida desses indivíduos, dando vez e voz a eles.⁸²

Sendo assim, a abordagem desenvolvida no presente trabalho baseia-se na ideia de um estudo que combina a análise integrada em documentos de variadas naturezas. Baseado nas supracitadas operações historiográficas, procuramos transformá-los em fontes capazes de nos

⁸⁰ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁸¹ SCHMITT, 2005.

⁸² HENRIQUES, 2004, p. 33-91.

fornecer informações sobre nosso objeto de pesquisa. Dessa forma, o conhecimento erigido em torno do tema, bem como o acesso às fontes documentais necessárias à sua realização nos permitiram garantir a viabilidade de nossa Tese. No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal, utilizamos, principalmente, os documentos manuscritos avulsos do Fundo do Conselho Ultramarino das Séries Angola e Pernambuco.⁸³ Trata-se de requerimentos, consultas, ofícios, avisos e cartas. Esse fundo é constituído pela comunicação de diversas questões da esfera pública, bem como as missivas de particulares que tratam diretamente com a Coroa Portuguesa. Também fizemos uso de cartas régias, alvarás, provisões e decretos, avulsos e ofícios presentes nos livros da série Registro de Ordens Régias e Avisos para Pernambuco e Angola da Secretaria do Ultramar. Todos esses documentos nos forneceram, principalmente, vestígios de informações a respeito do trânsito de pessoas e de produtos entre Pernambuco e Angola, boa parte provindo dos sertões de ambos os lugares.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, pesquisamos a Coleção Feitos Findos. Nos “Livros de Casa Comercial em Luanda”, deparamos e coletamos informações referentes a negócios envolvendo escravos, marfim, cera e outros produtos. Destacam-se contratos comerciais dos escravos e marfim, relações de Angola com o Rio de Janeiro e Pernambuco (Brasil), Lisboa, etc. Esse acervo nos dá um panorama da cultura material que circulava pelo Império e das relações de Angola com Pernambuco e demais capitânicas do Brasil. Por sua vez, no “Juízo da Mina e Índia, Justificações Ultramarinas, África” tem-se documentos que tratam das habilitações de heranças de pessoas que faleceram em Angola, habilitação a legados deixados a viúvas, etc. Esse tipo de acervo nos proporcionou informações a respeito de objetos, bens de raiz e escravos pertencentes a indivíduos que se haviam estabelecido naquela colônia entre os séculos XVIII e XIX.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC) de Portugal, há uma coleção de documentos interessantes para o estudo da História de Portugal e suas colônias, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX. No Fundo Geral do Erário Régio, detivemo-nos nos diversos livros, diários e notícias da Contadoria Geral da África

⁸³ O acervo de Pernambuco encontra-se todo digitalizado e disponível; já o acervo de Angola, para o nosso recorte temporal (século XVIII e XIX), ainda não está digitalizado. Sendo assim, fizemos a pesquisa na própria instituição arquivística portuguesa. Cabe aqui um alerta: ao longo de nossa pesquisa no AHU, todos os documentos manuscritos avulsos de Angola estavam em processo de catalogação, com novas referências dos documentos substituindo as antigas; ou seja, alguns documentos já haviam sido catalogados com uma nova referência, já outros ainda não. Por isso, para evitar confusão na hora de referenciar os documentos ao longo do nosso trabalho, escolhemos manter a antiga referência. Para o leitor que porventura deseje consultar algum documento após a leitura do nosso trabalho, não haverá problema, pois o catálogo da instituição está sendo elaborado com as novas referências ao lado das antigas, justamente para não haver dificuldades em encontrar determinado documento.

Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Baía. Dentre o diverso material que analisamos, chamamos a atenção para o Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Reino de Angola, 1765-1789; Livro de resumo dos ofícios recebidos de Angola e Benguela 1798-1809; Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822; Livro de registro do balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral da Junta da Real Fazenda da Capitania de Pernambuco; Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804. Esses e mais outros livros proporcionaram-nos, principalmente, vestígios de informações sobre a remessa de produtos de Angola para Pernambuco (escravos, marfim, animais), assim como informações de remessa de produtos de Pernambuco para Angola (madeira, cavalos, entre outros).

No Arquivo Distrital do Porto/Portugal fomos à procura dos Livros de Batismo. A pesquisa no acervo teve a finalidade de encontrar registro de batismo de um personagem nascido no norte de Portugal, que migrou para o Brasil, onde se estabeleceu com escravos nos sertões de Pernambuco, na virada do século XVIII para o XIX. À procura desse indivíduo, analisamos seis livros de batismo da paróquia de Travanca, termo do Porto, Bispado de Braga que cobriam o período 1700-1793. De posse das informações desse registro de batismo, pudemos encontrar alguns elementos da trajetória de vida dessa personagem, por exemplo, ano e lugar de nascimento, nome dos pais, avós e irmãos.

Um conjunto de bibliotecas portuguesas foi de extrema importância para a nossa pesquisa bibliográfica. Na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), além do acesso a livros de diversos investigadores que usamos ao longo da nossa tese, a pesquisa nessa instituição nos permitiu consultar crônicas, relatos, diários, memórias dos mais variados agentes da colonização que percorreram os sertões do Império Português, na América e África, entre os séculos XVI e XIX. Também nos debruçamos na seção de reservados à procura de documentos relativos ao tráfico escravo entre a África e a América. Por sua vez, na Seção de Reservados da Biblioteca Pública de Évora (BPE), no acervo Cunha Rivara, pesquisamos os mais diversos documentos que trazem algumas informações válidas para o nosso trabalho. Dentre esses documentos: relatos das campanhas militares sobre os sertões de Angola e sobre os sertões de Palmares em Pernambuco; relações contendo o número e o nome das gentes das povoações do interior de Angola, bem como a situação em que se encontravam esses núcleos coloniais dos sertões, no início do século XVIII, entre outros documentos. Já na Biblioteca-Arquivo da Alfândega, tivemos acesso às Pautas da Alfândega do século XVIII e Coleção das Leis, Decretos e Alvarás de 1750 a 1810, o que nos deixou a par de informações a

respeito de alguns assuntos no que concerne ao Direito de entrada de alguns produtos de Angola para o Brasil, dentre outras coisas.⁸⁴ Em relação à Biblioteca Central de Estudos Africanos, unidade especializada da biblioteca do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), consultamos trabalhos de alguns investigadores a respeito da História de Angola. Por último, na Biblioteca da Ajuda, deparamos com um documento que nos mostra a relação de colonos originados do Brasil (possivelmente de Pernambuco) que se estabeleceram na região de moçâmedes, Angola, em meados do século XIX. Já em outro documento, obtivemos informações sobre as madeiras do Reino de Angola.

Finalmente, no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e no Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE), ambos localizados em Pernambuco/Brasil, fizemos uso dos inventários *post-mortem* e testamento de habitantes de algumas áreas dos sertões, produzidos entre os séculos XVIII e XIX. Os arrolamentos de bens desses inventários nos proporcionaram perceber os tipos de habitações, os móveis, os bens de raiz e os escravos vindos da África para o sertão de Pernambuco, dentre outras coisas. Contudo, é necessário ter ciência de que os indivíduos arrolados nos inventários constituem uma amostra imperfeita da população. Estamos a trabalhar com uma pequena parte de documentos que certamente faziam/fazem parte de um universo maior. Muitos inventários dos habitantes dos sertões de Pernambuco perderam-se ou se deterioraram com o passar dos séculos.⁸⁵ Além disso, dos que resistiram e chegaram aos dias de hoje, nem todos ainda estão disponíveis para consulta. Nesse sentido, é conveniente usar com cautela os dados extraídos desse tipo de fonte.⁸⁶

Após a apresentação dos acervos pesquisados e as respectivas instituições arquivísticas, faremos abaixo a descrição da estrutura da tese, que se divide em três partes compostas por diversos capítulos. Como não poderia deixar de ser, a construção de cada uma dessas partes foi ancorada nas diversas fontes pesquisadas nos acervos supracitados, bem como no diálogo com os trabalhos produzidos por variados investigadores. Salientamos que

⁸⁴ No período em que pesquisamos na referida instituição (meados de 2016), a Biblioteca-Arquivo, localizada no Edifício da Alfândega (antigo Edifício do Terreiro do Trigo), encontrava-se em processo de desativação, tendo boa parte de seu acervo sido transferido para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁸⁵ Como dizem Fábio Lima e Reinaldo Leão, a respeito dos inventários e outros documentos de Pernambuco: “desgraçadamente, em muitas das praças mais antigas do Brasil, como é o caso de Olinda e do Recife [em Pernambuco], os cartórios e os órgãos de justiça não conservaram adequadamente os seus depósitos documentais. O descaso, associado às características climáticas locais, acabou levando ao desaparecimento de conjuntos documentais de valor inestimável”. LIMA, Fábio Arruda de; LEÃO, Reinaldo Carneiro. O inventário post-mortem de Gaspar Carneiro, senhor do engenho Tibiri de baixo (1624). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP), Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.

⁸⁶ Os inventários que se encontram no IAHGP foram objetos de projetos de conservação e disponibilização. Uma parte desse trabalho realizado tomou forma de catálogo para consultas. Outros inventários encontram-se no MJPE/TJPE e também passaram por projeto de conservação, catalogação e disponibilização.

na presente tese, adotamos nas referências a Norma Brasileira (NBR 6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 2. ed, de 14 nov. 2018.

Na primeira parte do nosso trabalho, procuramos apresentar uma discussão a respeito do conceito “sertão”. Palavra de origem complexa, o termo “sertão” e seu plural “sertões” provoca em vários historiadores e demais pesquisadores acaloradas discussões sobre sua origem e significados. Em seguida, abordamos brevemente o processo de expansão terrestre portuguesa sobre os sertões de Pernambuco e Angola. Concomitantemente, embora em ritmos diferentes, os portugueses pernetravam nos sertões dessas duas distintas e distantes localidades.

Também apresentamos as representações feitas por diversos agentes (navegadores, religiosos, militares, cientistas) a respeito da fauna, flora, clima, relevo e dos habitantes dos sertões. Nessas representações tratamos do modo como os diferentes agentes da expansão construíram a alteridade sobre o *Outro*, sendo esse *Outro* os espaços e habitantes dos sertões, colocados como o oposto dos espaços e habitantes dos núcleos coloniais situados nas costas marítimas de Angola e Pernambuco. Em outras palavras, havia um jogo de espelhos entre o litoral e o sertão: o sertão, espaço do *Outro* (do autóctone, do selvagem, do bárbaro, do rústico) refletia de forma invertida, deformada, estilhaçada seu principal referente, o litoral (território de poder, do desenvolvimento, do padrão cultural, das pessoas autoproclamadas civilizadas). Entretanto, apesar da existência dessa dualidade nas representações, tivemos a preocupação em analisar que nem sempre os sertões foram colocados em qualidade negativa por alguns desses agentes. Em certos trechos de alguns documentos, é possível verificar alguns aspectos explícitos ou implícitos acerca de representações de um sertão positivo, de espaços aprazíveis e populações que detinham conhecimentos importantes para a sobrevivência e estabelecimento dos colonizadores. Para construirmos essa parte, foi imprescindível o uso de dicionários de época e relatos, memórias, diários e requerimentos produzidos pelos supracitados agentes.

Na segunda parte da tese, acompanhamos o trânsito de variados produtos dos sertões de Angola e Pernambuco. Aqui, foi essencial o uso dos diversos documentos pesquisados, principalmente, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. Nos referidos documentos, analisamos indícios sobre as conexões existentes entre Pernambuco e Angola a partir das remessas desses produtos de um lugar para o outro e vice-versa. Nesse processo, houve um fluxo de animais, madeiras, minerais, objetos e demais produtos. À medida que circulavam por esses espaços, pessoas e produtos influenciavam e sofriam influência por onde passavam. Em outras palavras, devido a esse trânsito, debruçamo-

nos também na influência cultural que esses produtos causaram nas duas sociedades coloniais distantes uma da outra. Nesse caso, a ação de alguns desses produtos entre Angola e Pernambuco, e vice-versa, ultrapassavam as áreas costeiras e também chegavam a influenciar, de modo direto ou indireto, os sertões desses lugares. Ao longo desse trânsito e influências culturais, os “corações das terras” de Pernambuco e Angola iam sendo cada vez mais incorporados aos espaços do Império Português, ocupando papel nas dinâmicas deste.

Por fim, a terceira e última parte da tese analisa a presença de escravos de Angola e seus descendentes nos sertões de Pernambuco, na América portuguesa. Para além do trânsito dos escravos, interessa-nos perceber a sua proveniência, perfil, modo como viviam e as mestiçagens empreendidas na sua relação com as populações em diálogo. O contato entre africanos, indígenas e brancos fez com que surgissem mestiçagens biológicas e culturais no interior de Pernambuco. Nesses distantes sertões, esses contatos propiciaram o desenvolvimento de sociedades no interior de Pernambuco onde elementos culturais do europeu, africano e americano se cruzaram em diferentes e complexas formas. Concomitantemente, também nos debruçamos na escravidão presente nos sertões angolanos, como forma de compreender alguns aspectos identitários e culturais referentes a muitos indivíduos escravos na África que, posteriormente, foram vendidos por seus senhores, tomando o rumo do Atlântico, alguns em direção a Pernambuco. A construção dessa última parte teve por base, principalmente, a análise de inventários *post-mortem* e testamentos (localizados no Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP), Memorial da Justiça de Pernambuco (MJPE), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); da relação das gentes do bispado de Angola, localizada na Biblioteca Pública de Évora (BPE), dos livros da casa comercial em Luanda (ANTT) e de diversos documentos manuscritos avulsos de Angola e Pernambuco do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

PARTE I

OS SERTÕES

CAPÍTULO 1

CONCEITO, EXPANSÃO TERRITORIAL E REPRESENTAÇÕES

O vocábulo *sertão*, de origem incerta, já era utilizado pelos portugueses desde o início da expansão marítima. Aplicado às vastas extensões da África e do Brasil, esse termo também chegou a ser usado para designar alguns espaços da Ásia. Ao tratar não de um sertão, mas de diferentes sertões, estamos a falar de vastos e diversos lugares, na maioria de fronteiras imprecisas, espalhados por diferentes continentes. O que caracterizava esses espaços como sertões, de certa forma, era o fato de serem afastados das linhas litorâneas e/ou de terem pouca ou nenhuma presença de padrões culturais europeus. Este primeiro capítulo faz um breve inventário sobre a aparição da palavra sertão em alguns dicionários e documentos elaborados entre os séculos XVI e XIX, buscando analisar os significados do referido vocábulo segundo a forma como aparecia na documentação coeva.

Concomitantemente, estudam-se também algumas discussões sobre o tema ao longo da historiografia. Sendo assim, o trabalho é o resultado do diálogo estabelecido entre as fontes pesquisadas e os investigadores consultados. Também abordamos o processo de expansão terrestre portuguesa sobre os sertões de Pernambuco e Angola. Simultaneamente, embora em ritmo diferente, os portugueses penetravam nos sertões dessas duas distintas e distantes localidades. Nesse processo, os interiores continentais, gradativamente, passavam a integrar os espaços do Império Português.

Por fim, analisamos o modo como os diferentes agentes da colonização (navegadores, religiosos, militares, cientistas) construíram a alteridade sobre o *Outro*, sendo esse *Outro* os espaços e habitantes dos sertões, colocados como o oposto dos espaços e habitantes dos núcleos coloniais situados nas costas marítimas de Angola e Pernambuco. Entretanto, apesar da existência dessa dualidade nas representações, tivemos a preocupação em analisar que nem sempre os sertões foram postos numa qualidade negativa por alguns desses agentes. Em certos trechos de alguns documentos, é possível verificar alguns aspectos explícitos ou implícitos acerca de representações de um sertão positivo, de espaços aprazíveis e populações que detinham conhecimentos importantes para a sobrevivência e estabelecimento dos colonizadores. É justamente na análise das representações elaboradas que notaremos que o interior dos dois continentes era pensado mediante alguns aspectos em comum, pois, além de ambos serem representados como desertos, perigosos, inóspitos, incultos e com diversos tipos de riqueza, eram considerados como territórios que faziam parte de projetos expansionistas de

caráter político, econômico e científico, onde transitavam pessoas que levavam e traziam os mais diversos tipos de conhecimentos das vastidões do Império. O processo de construção das representações sobre os sertões, e o imaginário constituído acerca deles com o passar dos séculos justifica, neste capítulo, a opção por uma abordagem que contemple a perspectiva da longa duração. Sendo assim, pegaremos uma breve amostragem das representações sobre os espaços e habitantes dos sertões ao longo dos séculos XVI a XIX.

1.1 O vocábulo *sertão* na história e na historiografia: alguns apontamentos

A historiografia dos últimos anos, sobretudo a brasileira, vem procurando mostrar os sertões como espaços protagonistas nas dinâmicas do Império Português.⁸⁷ Em outras palavras, procura-se colocar uma lupa nessas regiões que durante muitos anos tiveram suas histórias ofuscadas pela ênfase dada às histórias dos empreendimentos coloniais nos principais núcleos urbanos, situados, em sua maior parte, nas costas marítimas da América e África.⁸⁸ É justamente nessas novas concepções que nosso trabalho se insere. Desses recentes trabalhos produzidos sobre o tema sertão/sertões, somente alguns investigadores se lançaram ao desafio de analisar o dito vocábulo a partir da sua origem, significado e uso na documentação entre os séculos XVI e XIX. Longe de querer esgotar esse assunto, que hoje rende imbricadas discussões na Academia, procuramos, aqui, trazer alguns apontamentos de alguns dos investigadores que se debruçaram e se debruçam sobre o tema. No bojo dessa discussão, pretendemos, na medida do possível, também chamar a atenção para ele.

Na atualidade, investigadores de diferentes áreas, que se dedicam ao estudo do vocábulo *sertão*, basicamente convergem para algumas conclusões: a origem do vocábulo é

⁸⁷ O trabalho de Isnara Pereira, tomando como objeto de estudo os sertões da Bahia e Minas Gerais, Ivo é um dos grandes exemplos no quesito conexões e dinâmicas dos sertões do Império Português. IVO, 2012.

⁸⁸ Apesar dessa predominância da historiografia sobre as áreas litorâneas com seus portos marítimos, não podemos deixar de salientar que isso não significa que não houvesse estudos sobre os sertões, seja de forma tangencial, seja aprofundada. Contudo, estes últimos são minorias diante dos primeiros. Sendo assim, ao longo do século XX, alguns exemplos de estudos a respeito dos sertões do período colonial podem ser vistos nas obras de alguns investigadores. Sobre os sertões do Brasil, têm-se, por exemplo: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. BARROSO, Gustavo. *O sertão e o mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Livr. Leite Ribeiro, 1923. MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano, 1738 e 1802*. Recife: UFPE, Instituto de Ciências do Homem, 1966. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Já em relação aos sertões de Angola, por exemplo, há trabalhos elaborados por DELGADO, Ralph. *Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela, 1483-1942*. Lisboa: [Imprensa Beleza], 1944. REGO, 1948. SANTOS, Afonso Costa Valdez Thomaz dos. *Angola, coração do Império*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1945. TORRES, Manuel Júlio de Mendonça. *O distrito de Moçâmedes: nas fases da origem e da primeira organização, 1485-1859*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1950.

imprecisa e complexa; o sertão foi significado mediante uma perspectiva físico-espacial; o sertão foi significado por uma perspectiva sociocultural; as duas anteditas perspectivas, apesar de diferentes, não se anulam. Muito pelo contrário, elas se completam. Como diz Janaína Amado, “em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de ‘sertão.’”⁸⁹

Ainda de acordo com Amado, a palavra *sertão* (também grafada *certão*), talvez já fosse utilizada pelos portugueses desde o século XII, mas certamente já era usada no século XIV para referir-se a áreas situadas em Portugal. Depois, com a expansão marítima, passou a ser largamente usada pela Coroa Portuguesa e pelas autoridades lusas nas colônias até o fim do século XVIII. Durante o processo colonizador, “sertão tanto designou quaisquer espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitados ou pouco habitados [...], como adquiriu uma significação nova, específica, estritamente vinculada ao ponto de observação, à localização onde se encontrava o enunciante, ao emitir o conceito”.⁹⁰ Para o colonizador português, o sertão era o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade.

Segundo Eivaldo Fagundes, alguns etimologistas atribuem *sertão* à palavra *muceltão*, cujo significado em latim seria “lugar entre terras, interior, sítio longe do mar”. Também pode ser do latim *desertanu*, que significaria região agreste, lugar recôndito, o interior. Há também *sertanus*, que seria entrelaçar, entrançar, em alusão à vegetação contínua.⁹¹ Conforme Neves, essa obscuridade etimológica resultara de sua polissemia adquirida no tempo e no espaço das áreas que no passado compunham o antigo Império Português. Além disso, ele diz que o sertão foi criado não somente na perspectiva espacial, mas também numa perspectiva sociocultural. Nesse caso, a categoria “sertão” é portadora de grande carga de sentidos históricos, geográficos, sociológicos, antropológicos.⁹²

Para Antonio Carlos Robert de Moraes, o sertão tem caráter vago e fronteiras imprecisas. “Não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares”. Há impossibilidade de realizar uma “caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável,

⁸⁹ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. p. 145, grifo da autora.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 148-149.

⁹¹ Sobre análise da etimologia de sertão, ver NEVES, Eivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controverso. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012a. p. 14-57.

⁹² NEVES, Eivaldo Fagundes. Introdução. In: NEVES, Eivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais do sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno”.⁹³ Sendo assim, não se trata de um sertão, mas sim de vários sertões, os quais podem ser atribuídos a uma mata específica, ou a uma margem de determinado rio, ou a uma cadeia de serras, ou a um vale, entre outras coisas. Em outras palavras, o termo sertão era usado de forma genérica para designar vários lugares de características diferentes.

De acordo com Gilberto Teles, a palavra sertão, nos países lusófonos, tem sido usada para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é, num lugar privilegiado — na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador.⁹⁴

Ao estudar a transformação espacial e a paulatina nomeação dos sertões mineiros da América portuguesa, Cláudia Damasceno Fonseca debate que a noção de sertão relaciona-se com outros conceitos espaciais. Um deles é que, na perspectiva do colonizador, o sertão era um espaço vazio, associado a uma “superfície de contornos imprecisos, mas contínua, homogênea”. Era como se fosse uma “folha de papel em branco sobre o qual virão de inscrever as marcas da dominação”. O outro sentido que o conceito de sertão aproxima-se é o de fronteira. Não necessariamente o de fronteira física (montanha, floresta, campo), mas sim cultural, correspondendo aquilo que era o oposto ao espaço povoado, cultivado, civilizado.⁹⁵

Por sua vez, Kalina Vanderlei Silva dedicou-se a analisar o aparecimento e uso do vocábulo *sertão* nas representações elaboradas pelos primeiros cronistas que percorreram os sertões de Pernambuco, assim como a criação da dicotomia litoral/sertão. De acordo com ela, na América portuguesa, durante o primeiro século da colonização, foi estabelecendo-se uma dicotomia entre as regiões do Brasil inseridas e não inseridas na jurisdição metropolitana. As primeiras, situadas no litoral, faziam parte da jurisdição portuguesa em razão do estabelecimento do empreendimento açucareiro. Já a segunda, era o interior, lugar afastado do dito empreendimento, portanto era a “área desocupada que abrangia todo o continente para além da zona da cana e do litoral”. Ainda de acordo com Silva, de início, o termo *sertão* indicava o apartado do litoral, mas depois foi, gradativamente, ganhando conotação de regiões

⁹³ MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, Nova Série, n. 4-5, p. 1-8, 2012. p. 3. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 26 mar. 2018.

⁹⁴ TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. *Verbo de Minas*: Revista do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora, v. 8, n. 16, p.71-108, jul./dez. 2009.

⁹⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d’El Rei: espaço e poder nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 52, 57.

inóspitas e sem lei. Sendo assim, na imagem do colonizador, as vilas açucareiras correspondiam ao civilizado, enquanto os sertões eram as solidões vastas e assustadoras.⁹⁶

Algo semelhante foi em Angola na África Centro-Occidental. Selma Pantoja, por exemplo, afirma que sertão era região onde se concentravam os mbundu em oposição ao litoral, onde se localizavam os portugueses. Estes últimos, mais do que tudo, tinham intenção em formar comércio de escravos: estabelecer redes de contato em que rotas e feiras do interior funcionassem para abastecer o litoral de Angola e de lá vender ao litoral brasileiro, do outro lado do Atlântico, além de outras praias americanas. Pantoja, ao identificar essa separação entre litoral (ocupado pelos portugueses) e sertão (ocupado pelos mbundu), acaba por nos mostrar a existência de dualidades entre as duas regiões.⁹⁷ A investigadora, com Aida Freudenthal, também identificou termos do idioma kinbundu presentes na documentação portuguesa. Alguns desses termos eram associados ao interior, ao sertão, aos matos daquele território.⁹⁸

Como nos referimos há pouco, esses e outros investigadores chegaram à conclusão de que a palavra *sertão* aparece associada tanto a uma perspectiva espacial quanto a uma perspectiva sociocultural. Em relação à primeira, geralmente, os sertões constam como lugares do interior do continente, isto é, oposto à costa marítima. Eram comumente designados como vastos, distantes, selvagens. Por vezes, os sertões também eram equivocadamente pensados como regiões homogêneas, de paisagem única, uma terra “virgem”.⁹⁹ Por outro lado, na perspectiva sociocultural, os sertões aparecem como lugares vazios, incultos, rústicos, bárbaros, sáfaros, incivilizados. Isso estava muito ligado à concepção de fronteira, onde aparentemente se separava a selvageria da civilização. Mais do que fronteiras físicas (montanha, rio, floresta), eram fronteiras culturais. Fronteiras imprecisas, fugidias e instáveis, que delimitavam os brancos dos indígenas, a natureza bruta da civilizada. Pelo fato das regiões litorâneas da América e África terem sido as primeiras a serem ocupadas pelos portugueses, onde foram erigidas as primeiras fortalezas, entrepostos comerciais, povoados e vilas, pode-se dizer que estas se tornaram as detentoras e representantes dos elementos dos padrões culturais europeus, diferentemente dos interiores continentais, que praticamente ainda não os possuíam.

⁹⁶ SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010. p. 112.

⁹⁷ PANTOJA, Selma. Revisitando a rainha Nzinga: histórias e mitos das histórias. In: MATA, Inocência (Org.). *A rainha Nzinga Mbandi: história, memória e mito*. Lisboa: Colibri, 2014. p. 135.

⁹⁸ FREUDENTHAL, Aida; PANTOJA, Selma. *Livro dos Baculamentos que os Sobas deste reino de Angola pagam a Sua Majestade, 1630*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, D. L., 2013; Lisboa: Publito, 2013.

⁹⁹ FONSECA, 2011, p. 52.

Sendo assim, não eram somente as distâncias físicas que apartavam as duas regiões. Sobretudo, era também a detenção, em maior ou menor grau, de elementos dos padrões culturais europeus (leis, forma de habitar, idioma, forma de se vestir). Nesse caso, os litorais da África e América portuguesa tinham bem mais dos padrões europeus, justamente por sua maior ligação com a Europa, por conta do Oceano Atlântico, que servia de elo por meio das navegações, e também por conta dos objetivos econômicos da Coroa, voltados mais para essas regiões principalmente nos séculos XVI e XVII.

Em razão dessas duas perspectivas acima descritas (espacial e sociocultural), torna-se importante perceber não só o significado da palavra *sertão*, mas também identificar a forma como era usada nos diversos documentos produzidos entre os séculos XV e o século XIX, que poderia divergir dos significados nos ditos dicionários coevos. Afinal, como dito por Eduardo França Paiva: “um dos procedimentos desejáveis para diminuir o prejuízo de entendimento e análise é a busca da melhor compreensão dos significados atribuídos no passado a essas palavras/conceitos, assim como das associações feitas a eles”.¹⁰⁰

Os dicionários de época nos ajudam a compreender o significado do vocábulo “sertão”, e os documentos coevos nos propiciam perceber como tal vocábulo era empregado pela sociedade vigente. Por isso, a necessidade de cruzarmos esses dicionários com os diversos documentos produzidos, de caráter jurídico, legislativo, administrativo, religiosos, científico no intuito de melhor entender as informações descritas neles.

O vocábulo *sertão* pode ser encontrado em diferentes continentes em que a língua portuguesa se instalou de forma mais arraigada. Nos primeiros séculos da expansão marítima portuguesa, o termo era usado para designar não só a amplitude de Portugal, mas também as vastidões continentais da Europa, América, África e Ásia. A respeito de Portugal, por exemplo, Duarte Nunes de Leão (1530-1608) escreveu que lugares do “além Tejo”, da “Estremadura” e da “Beira” “eram metidos pelo sertão muito mais léguas afastados do mar”.¹⁰¹ Em outro momento, Leão também se refere ao “sertão dos reinos de Castela & Leão”, ou seja, sertão da Espanha. Sobre a Ásia, por exemplo, Diogo de Couto (c.1542-1616) utilizou-a para descrever a localização de uma cidade “um pouco pelo sertão” do continente, onde houve um confronto entre portugueses e mulçumanos.¹⁰² Para a África, João de Barros (c. 1496-

¹⁰⁰ PAIVA, 2016, p. 57.

¹⁰¹ LEÃO, Duarte Nunez de. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Impressa por Jorge Rodriguez, 1610. p. 49 e 50.

¹⁰² COUTO, Diogo de. *Da Ásia: dos feitos que por portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente*. Década IV. Liv. I. Cap. II. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1776. Liv. I, cap. II, p. 17.

1570) fez uso da referida palavra para designar uma vasta e vaga área da Guiné.¹⁰³ Já na América, mais precisamente no Brasil, em 1500, Pero Vaz de Caminha também a utilizou para descrever as vastidões daquele lugar.¹⁰⁴ Sendo assim, embora um tanto quanto vaga, a palavra sertão foi usada como referencial espacial pelos quatro indivíduos acima citados.¹⁰⁵

Consideramos que espaços de dominação espanhola também tiveram sobre si imputação de palavras possivelmente derivadas de “sertão”. Víctor Manuel Patiño, num pequeno glossário que compilou, levantou em alguns documentos coloniais dos séculos XVII e XIX os vocábulos “sartaneja”, “sarteneja” ou “saltaneja”, cujos significados eram atribuídos a “depreciones e espacios regulares en un camino”; “surcos transversales em un camino” Exemplos: “Sartanejas estrechas y profundas”, para referirse al camino de Petapa em Guatemala. Além da Guatemala, esses termos também apareceram na Colômbia e na Venezuela, durante o período colonial espanhol.¹⁰⁶ Como se pode observar, o sentido da palavra espanhola *sartaneja* estava associado a algumas condições físico-espaciais que remetiam a caminhos sinuosos, estreitos, profundos, o que, de certa forma, se aproxima de algumas das associações dada à palavra portuguesa *sertão*, no quesito também físico-espacial. Sendo assim, isso nos mostra que o termo *sertão* e suas derivações não estavam restritos a lugares onde havia somente presença portuguesa. Nesse caso, derivações da palavra pareciam abranger também o mundo ibérico. Vale lembrar que, na Idade Antiga, a Península Ibérica, juntamente com outras partes da hodierna Europa, partes do norte da África e partes do Oriente Médio abrangiam o território do antigo Império Romano. Portanto, caso a palavra *sertão* seja realmente derivada do Latin Vulgar *desertanum* (*desertum* + *anum*, ou seja, *deserto* + *coisa*), nada mais plausível que o termo, e depois sua variações, também estivessem presentes em outros lugares influenciados pelo Latin Vulgar, e não somente confinados nos espaços portugueses .

No século XVIII, como não poderia deixar de ser, o vocábulo *sertão* aparece naquele que é considerado o primeiro dicionário da língua portuguesa, elaborado pelo padre Raphael Bluteau entre os anos de 1712 e 1728. Nele, o termo foi conceituado da seguinte forma:

¹⁰³ BARROS, João de. *Da Ásia*. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1776. Liv. III, cap. XII. p. 255.

¹⁰⁴ CAMINHA, PeroVaz de. *Carta a El rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (1500). Notas de Maria Paula Caetano Águas. Lisboa: Expo98, 1997. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/explorar-por-autor.html?aut=1566>. Acesso em: 22 fev. 2017.

¹⁰⁵ Mais adiante, ao tratarmos sobre as representações dos sertões, abordaremos melhor alguns dos referidos relatos.

¹⁰⁶ PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. Vias, transportes, comunicaciones. In: PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. *História de la cultura material en la América equinoccial*. Bogotá: Intituto Caro y Cuervo, 1990. v. 3, p. 20.

“região, apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras. *Mediterranea Regio*”.¹⁰⁷ Décadas depois, foi a vez de Morais Silva, em 1789, conceituar o sertão em seu dicionário: “o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa. O sertão toma-se por mato longe da costa”.¹⁰⁸ Já em 1804, Frei Bernardo Maria de Canecattim (missionário de Angola e Congo), ao traduzir o português para a língua bunda falada em Angola, informava que a tradução de *certão* para o antedito idioma era “mulcetão” ou “muchítu”, sendo ambas associadas à palavra latina *locus mediterraneus*.¹⁰⁹ Por sua vez, a palavra “muchítu” e suas variações significavam: “bosque”, “deserto”, “coisa deserta”, “ermo”, “cousa de fora”, “matagal”, “matos”, “roçar mato”, “rústica coisa” ou “agrestis”, “soledade” ou “solitude.”¹¹⁰

Conforme pode ser observado, no Dicionário de Bluteau e no Dicionário de Canecattim, a palavra *sertão* aparece associada aos termos *mediterrânea* ou *mediterrâneus*, que, em latim, “significa o meio da terra”, “o interior da terra”.¹¹¹ Inclusive, o uso desse termo aparece em algumas obras escritas em latim, em meados do século XVII, por exemplo, Gaspar Barleus (1584-1648) e Guilherme Piso (1611-1678), que utilizaram o termo *mediterrâneo* e suas variações para se referir ao interior do Brasil e Angola, durante o período de ocupação de partes daquelas colônias pelos holandeses.¹¹² Fora isso, como se pode ver, os três dicionaristas¹¹³ (Bluteau, Silva e Canecattim) conceituaram praticamente o sertão da mesma forma, embora com algumas palavras diferentes. De forma geral, o conceito estava ligado a lugar entre terra ou região oposta à costa marítima, o interior, os matos.

Entretanto, no que tange à documentação coeva, observamos que nem sempre a palavra *sertão* remete exclusivamente ao conceito de apartado da costa, de distante do litoral, presente nos dicionários supracitados. Em 1816, por exemplo, o viajante inglês Henry Koster

¹⁰⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v.7, p. 613.

¹⁰⁸ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado.* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. v. 2. p. 693.

¹⁰⁹ CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da Língua Bunda, ou angolense explicada na portugueza e latina.* Lisboa: Impressão Régia, 1804. p. 235.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 140, 229, 295, 369, 421, 445, 509-510, 641, 644, 667.

¹¹¹ No início do século XX, Gustavo Barroso já havia percebido essa relação sertão-mediterrâneo. Segundo ele, a tradução de *mediterrâneo* para o português significa “lugar entre terras”. BARROSO, 1923. Por sua vez, no início do século XXI, Gilberto Teles chamou a atenção para uma possível explicação etmológica quanto a isso. TELES, 2009, p. 103.

¹¹² BARLÉU, Gaspar. *Casparis Barlaei Rervm per Octennivm In Brasillia Et alibi nuper gefarum, Sub Prefectura Illuftriffijni Comitiss I. Mavrittii Nassoviae &c. Comitiss.* Amstelodami, Ex Typographeio Ioannis Blaev, 1647. p. 11, 24, 40, 43. PISO, Guilherme et al. *Gulielmi Pisonis, medici Amstelaedamensis, de Indiae utriusque re naturali et medical libri quatuordecim, quorum conenta pagina sequens exhibet.* Amsterdã: Ludovicum et Danielelem Elzevirios, 1658. p. 9, 11, 193, 194.

¹¹³ Significado de Dicionarista. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dicionarista>. Acesso em: 27 nov. 2018.

informava que a palavra *sertão* era usada tanto para designar o interior do Brasil, como também para se referir a uma parte da costa brasileira, cuja população ainda era escassa.¹¹⁴

A palavra *sertão* atribuída ao litoral pode ser observada também num trecho presente na obra o *Novo Orbe Seráfico*, do historiador, cronista e frade Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779). O dito frei compilou um fato ocorrido no ano de 1525, quando Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil e adentrou o rio de São Vicente. Segundo o trecho descrito: “Tem o Rio, ao entrar, uma grande aberta, na boca do qual estão duas ilhas de cinco até seis léguas de circuito, cercadas pela parte dos Sertões, de grandes mangues, e fundos lamaçais.”¹¹⁵ Ora, o mangue é um tipo de vegetação comumente encontrada em locais de encontro das águas de rio e mar, ou seja, no litoral e entorno. Os sertões citados no Orbe Seráfico aparecem cercando uma parte das ilhas. Sendo assim, o trecho dá a entender que os tais sertões faziam parte do entorno da costa marítima, eles eram as próprias bordas do continente.

Dois outros casos podem ser vistos em relação à África Ocidental. No ano de 1618, João Roxo descreveu o tráfico nas imediações da fortaleza da Mina da seguinte forma: “Também pode haver neste castelo ordem de tirar escravos pera as índias e Brasil, porque o sertão desta costa hé mui grande, e terá Sua Majestade muito proveito por haver aqui mais negros do que em Angola”.¹¹⁶ Aqui, novamente se percebe o uso do termo *sertão* para designar os vastos espaços da costa. Já em outro raro momento, deparamos com a palavra *sertão* sendo atribuída também a espaços de uma ilha, e não somente às vastidões continentais. No ano de 1760, o governador de Angola usou a expressão “aquele sertão” para designar determinado espaço da ilha de São Tomé, onde, segundo ele, negros matavam cavalos.¹¹⁷

No meu entendimento, o sentido de *sertão* presente nos ditos documentos de 1525, 1618, 1760 e 1816 são exemplos que remetem mais a lugares onde a presença colonizadora era escassa do que simplesmente a lugares apartados, distantes da costa. Em outras palavras, nos anteditos exemplos, o termo *sertão* foi atribuído ao litoral por conta de certos lugares

¹¹⁴ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, 1816.

¹¹⁵ JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo orbe serafico brasílico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858. p. 59. Apesar de ter sido impressa em 1858, a obra de Frei Jaboatão foi produzida em meados do século XVIII.

¹¹⁶ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Lembrança de João Roiz Roxo (1618?). In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1611-1621*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. v. 6, p. 344-350. Disponível em: MMA_completo_Vol_6.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

¹¹⁷ OFÍCIO do governador e capitão-general de Angola, António de Vasconcelos, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. AHU-Angola, cx. 43, doc. 25, 26 e 27.

onde ainda havia resquícios de natureza inóspita e, até mesmo, com pouca presença ou vazia de súditos da Coroa. Entretanto, não podemos dizer que essa associação do termo *sertão* para lugares da costa do Brasil e África era algo comum na documentação da época. Muito pelo contrário, foram pouquíssimas as referências com as quais deparamos em diversos documentos pesquisados. De qualquer forma, apesar dos dicionários dos séculos XVIII e XIX se referirem aos sertões como região apartada do mar, oposta à costa marítima, metida entre terras, interior, coração das terras, o fato é que o uso do vocábulo ao longo dos séculos nem sempre seguiu essas definições, sendo, por algumas vezes, aplicado também a lugares da costa continental ou insular de população colonial dispersa ou vazia.

Com a passagem dos séculos, o uso da palavra *sertão* sofre variação, inclusive, a respeito do próprio interior dos continentes. Enquanto nos séculos XVI e XVII as penetrações colonizadoras ocorrem de forma esporádica sobre o apartado das costas marítimas, nos séculos XVIII e XIX, elas avançam num passo importante, atingindo cada vez mais lugares longínquos no coração dos continentes americano e africano. Uma vez erigidos os núcleos interioranos coloniais, a palavra *sertão*, por vezes, sofre um deslocamento e passa a designar o entorno desses povoados e vilas. Ali, os sertões passam a ser o entorno, as margens dos núcleos coloniais interioranos. Já os núcleos são considerados enclaves coloniais cercados pelos perigos dos incultos sertões. Em outras palavras, os sertões eram os espaços “selvagens” localizados à margem dos núcleos coloniais do interior. Com isso, esses núcleos se tornaram uma espécie de “ilhas civilizadas” erigidas no interior dos continentes e cercadas de perigos dos desertos sertões.

Nesse sentido, cabe dizer que as fronteiras impostas pelos padrões colonizadores não eram uma linha reta que avançava uniformemente. Elas contornam, formam zigue-zagues, avançam e recuam em determinados trechos. Nesse caso, as áreas onde as vilas e povoados foram assentados no interior da África e da América, passavam agora a desenvolver elementos culturais do colonizador, como o idioma, a religião e o comércio. Em outras palavras, o deslocamento do *sertão*, na condição de construção sociocultural, acompanhava o movimento de ocupação do interior do continente, afastando-se das áreas agora ocupadas pela presença colonizadora, ou seja, dos núcleos coloniais do interior.¹¹⁸ Sendo esse o caso, então cabe aqui uma pergunta: como denominar as áreas mais distantes desses enclaves que ainda não haviam sido colonizadas? Pensamos que a utilização de alguns termos atrelados à palavra *sertão*, presentes em alguns documentos, tinha como intuito designar essas ditas áreas ainda

¹¹⁸ Por isso Cláudia Fonseca faz uso do termo “franja” para mostrar que a fronteira colonizadora não era uma linha reta, contínua, que ia avançado de forma uniforme e concisa sobre os sertões. FONSECA, 2011, p. 57.

mais distantes, mais isoladas, mais perigosas. Daí o uso de expressões como o “interior do sertão” ou “sertão adentro”.

Contudo, esses núcleos coloniais do interior, apesar de terem elementos dos padrões culturais europeus, não necessariamente deixaram de ser chamados de *sertão* tanto no quesito de “distante”, de “longínquos”, como também no sentido de “atrasado”, “rústico”, “inculto”. Primeiro porque se continuava utilizando o termo como distância física do litoral. Sendo assim, mantinha-se um sentido espacial à palavra. Segundo porque, apesar da incorporação dos novos elementos de padrões culturais coloniais, ainda assim existia a oposição ao capital simbólico e econômico dos principais núcleos urbanos estabelecidos no litoral.¹¹⁹ Neste último caso, mesmo com núcleos coloniais no interior, muitas vezes os habitantes do litoral generalizavam e continuavam chamando toda aquela região de sertão, não só no sentido físico de distância, de interior, mas também no sentido cultural, de lugar atrasado, rústico.¹²⁰ Além disso, quando convinha, até os próprios colonos e autoridades instalados nos sertões, ora saudavam o núcleo colonial onde moravam como “civilizados”, ora o tachavam de “deserto”, de “perigoso”. Isso dependia do interesse que determinado indivíduo tinha em certo momento.

Por fim, a partir do século XX, maiores mudanças ocorreram no que se refere à aplicação da palavra sertão. Em Angola, gradativamente a palavra cai em desuso, embora ainda sendo possível encontrá-la ao longo das primeiras décadas dos anos 1900 em alguns dicionários como o de Assis Junior (1941) ou de Pereira do Nascimento (1907).¹²¹ Ao que parece, atualmente, ela não é mais usada pela população local. Já em relação ao Brasil, a utilização do termo sofreu transformações no início do século XX, e hoje em dia há uma predominância

¹¹⁹ Pierre Bourdieu, em seu livro *O poder simbólico*, aborda a oposição entre regiões que detinham o poder simbólico e regiões que não detinham. Segundo ele, “uma determinada região pode existir como espaço estigmatizado, como ‘província’, definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 126. Se trouxermos essa perspectiva analisada por Bourdieu para as colônias do Brasil e Angola, veremos que eram os núcleos dos litorais dessas localidades os principais portadores dos empreendimentos econômicos (os transportes de mercadorias dos portos para o circuito atlântico), assim como as sedes principais do governo português nas colônias. Enquanto isso, mais do que pelas grandes distâncias, os sertões desses lugares eram estigmatizados negativamente justamente por não possuir, ou por possuir pouco do capital material e simbólico que os “centros” de poder de ambas as colônias possuíam.

¹²⁰ Kalina Silva já havia percebido isso para os sertões de Pernambuco. Segundo Kalina, a imagem de sertões perigosos ainda existia em fins do século XVIII, mas dessa vez não em relação ao indígena, mas sim em relação ao colono à margem da sociedade, isto é, aquele sobre qual era imputado o estigma de vadio, mesmo sendo este um excluído da sociedade. SILVA, 2010, p. 126-134. Por sua vez, em relação à África, Isabel de Castro Henriques informa que, em meados do século XIX até o século XX, traços negativos acumulavam-se ao longo do tempo como forma de justificar imposições dos colonizadores sobre os grupos humanos africanos que viviam no interior, nas fronteiras dos espaços tidos como civilizados. A eles eram imputados termos como preguiçosos, adúlteros, feiticeiros, etc. HENRIQUES, 2004, p. 61-89.

¹²¹ ASSIS JUNIOR, Antonio de. *Dicionário kimbundu-português*: linguístico, botânico, histórico e corográfico. Luanda: Argente, Santos e Cia., 1941. p. 281. NASCIMENTO, José Pereira do. *Dicionário português-kimbundu*. Huilla: Typographia da Missão, 1907. p. 98.

oficial em não atribuí-lo a todo o interior do país, mas sim a uma área específica da região Nordeste do Brasil, de clima semiárido, quente e seco, de baixa pluviosidade, de vegetação rasteira e espinhosa, de solo pedregoso.¹²² Em alguns lugares do interior do Nordeste brasileiro, do qual Pernambuco faz parte, desenvolveram-se consideráveis núcleos urbanos, com ativo comércio, indústria e população que ultrapassa a casa dos 300 mil habitantes em certos municípios.¹²³ Contudo, ainda assim, parte da população das principais cidades litorâneas imputa erradamente sobre eles o estigma de rústicos, de rurais, de população matuta.¹²⁴

1.2 A expansão terrestre sobre os sertões

As conquistas do interior do Brasil e de Angola foram realizadas por meio de um conjunto de interesses distintos, mas possuíam pontos em comum. Expansão do controle territorial, disseminação da fé católica, desenvolvimento de comércio e aquisição de terras e títulos eram aspirações que permeavam a Coroa Portuguesa, a Igreja Católica, as elites metropolitanas e coloniais. A transformação de ambas as fronteiras dos sertões em novos espaços coloniais significou também a formação de novos grupos sociais e a constituição de novas estratégias cotidianas da relação destes com a Coroa e com os diversos grupos autóctones do interior do Brasil e Angola.

A colonização efetiva dos sertões de Angola e Brasil ocorreu de forma lenta e gradual, por meio das ações da Coroa, da Igreja e dos particulares para integrar os litorais e sertões no modelo administrativo colonial. Em outras palavras, procurava-se estabelecer em regiões distantes dos principais centros de poder formas de controle territorial, social, religioso e econômico. Para isso, foram criadas, ao longo dos séculos, aldeamentos, freguesias, povoados e vilas em locais estratégicos dos interiores continentais. Esses lugares abrigavam os poderes políticos, religiosos e econômicos locais. A respeito deste último, no caso de Pernambuco (Brasil), os negócios nos sertões giravam essencialmente em torno da criação de gado e,

¹²² Embora que, no cotidiano, algumas pessoas ainda usem o termo sertão para outras áreas não exclusivamente do interior do Nordeste brasileiro: exemplo: sertões de Goiás, sertões do Mato-Grosso, entre outros.

¹²³ Cidades como Caruaru, situada no que é hoje chamada de região agreste, e Petrolina, no sertão, têm uma população estimada em 356 mil habitantes e 343 mil habitantes respectivamente. Informação sobre o número atual de habitantes Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2018.

¹²⁴ Significado de matuto: “1. Que é relativo ao mato; 2. Que ou aquele que vive no mato; 3. [Brasil] Que ou aquele que vive no interior, no campo. = CAIPIRA, ROCEIRO, SERTANEJO 4. [Brasil, depreciativo] Que ou aquele que é considerado rústico, simples, grosseiro ou ignorante. = CAIPIRA”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/matuto>. Acesso em: 28 nov. 2018.

posteriormente, da plantação de algodão. Por sua vez, nos sertões de Angola (África Centro-Ocidental), havia basicamente o interesse no comércio de escravos, marfim, cera e minérios.

A penetração, a conquista e ocupação nos sertões de Angola e da América portuguesa não ocorreram de forma homogênea e ininterrupta. Ao longo dos séculos, o processo de avanço colonizador ora acelerava, ora desacelerava. Essa alternância se dava por variados tipos de fatores, dentre eles, a resistência dos povos autóctones, a dificuldade do clima, da vegetação, do relevo e da fauna estranha aos colonizadores. Além disso, o empenho e as prioridades dos governos das colônias e da Metrópole portuguesa também contribuíam para isso.

Especificamente em termos de Pernambuco e Angola, há toda uma bibliografia especializada (mediante os mais variados prismas investigativos) acerca do processo de penetração, conquista e ocupação dos sertões de cada uma dessas duas localidades. Sobre os sertões de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil, investigadores clássicos como Capistrano de Abreu,¹²⁵ Caio Prado Júnior,¹²⁶ Celso Furtado,¹²⁷ Sérgio Buarque de Holanda,¹²⁸ Manuel Correia de Andrade¹²⁹ e José Antônio Gonçalves de Melo¹³⁰ ainda hoje são referências importantes para quem deseja debruçar-se sobre o tema. Nas últimas décadas, os trabalhos de outros investigadores vieram a se somar aos demais: Tânia Brandão,¹³¹ Maria Idalina Pires,¹³² Fátima Martins Lopes,¹³³ Pedro Puntoni,¹³⁴ Ricardo Pinto de Medeiros,¹³⁵ Kalina Vanderlei Silva,¹³⁶ Socorro Ferraz,¹³⁷ Bartira Barboza,¹³⁸ Isnara Pereira Ivo,¹³⁹ EsdrasArraes,¹⁴⁰ Elba Cunha,¹⁴¹ Helder Macedo,¹⁴² Paulo Guedes.¹⁴³ Já em relação à

¹²⁵ ABREU, 1998.

¹²⁶ PRADO JÚNIOR, 2011.

¹²⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

¹²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹²⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

¹³⁰ MELLO, 1966.

¹³¹ BRANDÃO, 2012.

¹³² PIRES, 2002.

¹³³ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003.

¹³⁴ PUNTONI, 2002.

¹³⁵ MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

¹³⁶ SILVA, 2010.

¹³⁷ FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. *Sertão: fronteira do medo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

¹³⁸ *Ibid.*, 2015.

¹³⁹ IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

¹⁴⁰ ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

penetração territorial, conquista e ocupação dos sertões de Angola, há trabalhos publicados, antigos e recentes, que perpassam ou se aprofundam no referido processo, os quais podem ser vistos em: Alfredo Felner,¹⁴⁴ Ralph Delgado,¹⁴⁵ Silva Rego,¹⁴⁶ Manuel Torres,¹⁴⁷ Afonso Santos,¹⁴⁸ David Birmingham,¹⁴⁹ John Thornton,¹⁵⁰ Maria Emília Santos,¹⁵¹ Beatrix Heintze,¹⁵² José Venâncio,¹⁵³ Rosa Cruz Silva,¹⁵⁴ Ilídio do Amaral,¹⁵⁵ Isabel de Castro Henriques,¹⁵⁶ Catarina Madeira Santos,¹⁵⁷ Flávia Maria de Carvalho,¹⁵⁸ entre outros.

Sendo assim, o que pretendemos nesta breve seção não é o aprofundamento da análise a respeito do processo de expansão, conquista e ocupação dos sertões de Pernambuco e Angola, coisa que já vem sendo contemplada nos supracitados estudos e em mais tantos outros ao longo dos anos. Nosso objetivo aqui é mostrar como, concomitantemente, os portugueses adentraram os sertões de Angola e os sertões de Pernambuco. Mesmo com a devida particularidade de cada um dos casos, ambos os processos de penetração, conquista e ocupação dos sertões não foram apenas paralelos e contemporâneos; eles tiveram muita coisa

¹⁴¹ CUNHA, Elba Monique Chagas da. Sertão, sertões: colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

¹⁴² MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte, séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

¹⁴³ GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba, 1750-1800. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

¹⁴⁴ FELNER, Alfredo. *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela: extraídos de documentos históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

¹⁴⁵ DELGADO, 1944; DELGADO, 1948. RALPH DELGADO, RALPH. *História de Angola: terceiro período, 1648 a 1836*. Lisboa: Banco de Angola, 1978.

¹⁴⁶ REGO, 1948.

¹⁴⁷ TORRES, 1950.

¹⁴⁸ SANTOS, 1945.

¹⁴⁹ BIRMINGHAM, 1974.

¹⁵⁰ THORNTON, 2004. THORNTON, John K. Os portugueses em África. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007.

¹⁵¹ Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1978.

¹⁵² HEINTZE, 2007.

¹⁵³ VENÂNCIO, 1996.

¹⁵⁴ SILVA, Rosa Cruz. O corredor do Kwanza: a reurbanização dos espaços: Makunde, Kalumbo, Massangano, Muxima, Dondo e Kambambe séc. XIX. In: SANTOS, Maria Emília Madeira. *A África e a instalação do sistema colonial*. Lisboa: IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000.

¹⁵⁵ AMARAL, Ilídio. *O consulado de Paulo Dias de Novais: Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

¹⁵⁶ HENRIQUES, 2004.

¹⁵⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio, 1750-c.1800*. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

¹⁵⁸ CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

em comum, pois seguiram basicamente o mesmo esquema colonizador. Ter uma ideia básica desse processo é importante para depois podermos compreender as representações e o trânsito de produtos e pessoas por esses espaços. Temas esses que serão tratados nos próximos capítulos.

Segundo Anthony Disney, em meados do século XVI, os portugueses já estavam bem entrincheirados em vários pontos da orla da Ásia e África, e também tinham iniciado a ocupação do Brasil costeiro. Para Disney, basicamente havia chegado ao fim os primeiros contactos por via marítima com povos desconhecidos. Com o passar do tempo, gradativamente Portugal adquirira uma rede quase global de colônias, fortalezas e feitorias dos territórios agora controlados pelos portugueses, e também cada vez mais no interior além desses territórios.¹⁵⁹ Especificamente a respeito do Brasil e África, Disney afirma que os colonatos portugueses “confinavam com regiões e sociedades pouco menos complexas, se bem que mais modestas em termos de realização materiais. A experiência portuguesa nos contactos fronteiriços foi inevitavelmente rica e variada”.¹⁶⁰ Esses contatos foram mais ou menos contínuos durante todas as fases da expansão e da presença ultramarina até 1800. Ocorreram tipicamente no interior; além da orla dos colonatos portugueses estabelecidos no litoral, assumiram diversas formas e deram origem a atitudes e estereótipos de influência duradoura.¹⁶¹

Antes de prosseguirmos na penetração portuguesa de ambos os territórios, vale salientar que, anteriormente à chegada dos lusos, os povos autóctones de Pernambuco e de Angola já haviam constituído vastos e diversos caminhos que interligavam a costa ao interior dos respectivos continentes.¹⁶² Nesse sentido, como diz Russell-Wood, “Portugal não poderia ter criado esse mundo Atlântico sem a ajuda, forçada e voluntária, de não-europeus”.¹⁶³ A transmissão dos diversos saberes de variados grupos humanos autóctones (ameríndios, africanos, etc.), a respeito dos caminhos e rotas pelo interior dos respectivos continentes onde habitavam, proporcionou aos europeus não somente noção sobre a direção desses caminhos, como também contribuiu no conhecimento das variadas formas de sobrevivência (habitação, alimentação, etc.) por esses trajetos à medida que esses estrangeiros adentravam os sertões.

¹⁵⁹ DISNEY, 2007.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 303.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 322.

¹⁶² Em relação a Angola, África, ver: SILVA, 2000. DIAS, Jill. Caçadores, comerciantes, guerreiros: os Cokwe em perspectiva histórica. In: A ANTROPOLOGIA dos Tshokwe e povos aparentados: colóquio em homenagem a Marie-Louise Bastin. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p. 17-49. Sobre o Brasil, especialmente a região Nordeste onde Pernambuco está inserido, ver: MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

¹⁶³ RUSSELL-WOOD, 2009, p. 26.

Russell-Wood diz que “africanos e ameríndios eram essenciais como batedores, guias em trilhas e rios, e para o conhecimento da flora e da fauna nativas”. Graças ao compartilhamento do conhecimento dos ameríndios, os portugueses aprenderam “como colher e usar plantas nativas como comida ou para seu potencial comercial”. Por sua vez, alguns africanos tinham certos tipos de “conhecimento de mineração e metalurgia indispensáveis para os mineradores portugueses”.¹⁶⁴

Desde os primeiros séculos de chegada dos portugueses, tanto na África Centro-Ocidental quanto na América portuguesa, a penetração ao interior dos continentes se deu, principalmente, por acompanhamento do curso de extensos rios. Na África Centro-Ocidental, em fins do século XV, por exemplo, Diogo Cão penetrou mais de uma centena de quilômetros rio Zaire acima.¹⁶⁵ Já no Novo Mundo, o navegador Américo Vespúcio identificou o São Francisco como um rio que adentrava o continente entre os territórios de Pernambuco e Bahia. O próprio Vespúcio também adentrou o rio Amazonas, localizado na região mais ao norte.¹⁶⁶

De início, na passagem do século XV e XVI, os sertões de Angola e Brasil foram pouco penetrados. Os portugueses, além de estarem mais ocupados em explorar e guarnecer as áreas litorâneas das novas possessões, não possuíam contingente suficiente de pessoas e material para empreender a conquista e ocupação do vasto interior dos continentes da América e África nos primeiros séculos da expansão ultramarina.

Em relação ao Brasil, uma espécie de confusão sobre as informações que envolviam o interesse português sobre os sertões generalizou-se ao longo dos tempos. Esse problema parece ter surgido ainda na virada do século XVI para o XVII, quando frei Vicente de Salvador (1564-c. 1636-1639) descreveu a demarcação da terra e costa do Brasil em sua obra *História do Brasil*.¹⁶⁷ Contudo, diferentemente do que a historiografia propagou durante muito

¹⁶⁴ RUSSELL-WOOD, 2009, p. 27.

¹⁶⁵ PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. p. 83. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242845>. Acesso em: 19 maio 2018.

¹⁶⁶ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Prefácio. In: VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro: Ed. da UnB, [s. d.]. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). p. 49.

¹⁶⁷ Durante séculos, reverberou na historiografia a expressão usada pelo frei Vicente de Salvador (1564-c.1636-1639) de que os portugueses eram “negligentes”, pois contentavam-se em “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” em vez de aproveitarem a “largura que a terra do Brasil tinha para o sertão”. Sendo assim, baseada nessa afirmação, parte da historiografia tradicional brasileira tratou, de uma forma um tanto quanto distorcida e generalizada, a ideia de que Portugal foi negligente nos primeiros séculos por não passar para além das linhas costeiras em direção ao sertão, pois se contentaram em andar pelas praias. Contudo, o fato de frei Vicente de Salvador informar sobre a tal negligência dos portugueses parece não corresponder à realidade que o frei estava inserido. Até porque, ao longo de sua obra, o próprio frei revela que particulares obtiveram autorização dos governadores das colônias para capturar índios, obter terras, procurar minas de metais e pedras preciosas sertão adentro. Portanto, ele mesmo acaba por entrar em contradição. É bom

tempo, principalmente em relação ao Brasil, Portugal tinha interesse pelos sertões, o que não havia eram condições de conquistá-los e ocupá-los durante os primeiros séculos de presença portuguesa nos dois continentes. Sendo assim, os portugueses não ficaram satisfeitos somente em andar pelo litoral dos continentes. Apesar de todas as dificuldades, gradativamente ocorreu penetração tanto no Brasil (na América) como em Angola (na África), por exemplo. A Coroa Portuguesa, em parceria com a Igreja, tinha planos para os sertões. Basta ver algumas das ordens dadas aos governadores, missionários e demais autoridades locais do Brasil e de Angola. Falava-se explicitamente em estimular o domínio daqueles territórios, em propagar a fé cristã, em incentivar o conhecimento da fauna, flora e minerais para fins econômicos, etc.¹⁶⁸ Não é à toa que alguns missionários obtiveram autorização da Coroa e da Igreja para adentrar, conhecer e relatar alguns dos sertões do Brasil e de Angola. Isso sem falar nas diversas pessoas que, por conta própria, adentravam os sertões em busca de aventuras, ou por motivo de fuga das autoridades ou por quererem estabelecer simplesmente uma nova vida.

salientar também que “arranhar” não foi sinônimo de não tentar, muito menos é sinônimo de não se interessar, de negligenciar. Além disso, podemos dizer que, de tanto arranhar, gradativamente os lusos acabaram por abrir caminhos e adentrar o interior do continente. SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil, 1889*. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 5, 7, 23, 64.

¹⁶⁸ No Brasil, por exemplo, a Carta de foral que doou a Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, concedida pelo rei de Portugal, em 27 de setembro de 1534, informava que caberia ao capitão-donatário Duarte Coelho pagar “o quinto” ao rei sobre “qualquer sorte de pedrarias, pérolas, aljófar, ouro, prata, cobre, estanho, chumbo sobre tanto nas terras quanto na costa, mares, rios e baías”. Já a exploração do pau-brasil e “qualquer especiaria e drogaria de qualquer qualidade que seja” era “tudo sempre” do rei. Biblioteca Nacional (Brasil). *Carta de foral doando a capitania de Pernambuco a Duarte Coelho* [Manuscrito]. Évora, Portugal: [s.n.], 27/09/1534. mss1428653, 09,02,004 n.º 002 – Manuscritos. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=23574. Acesso em: 18 abr. 2018. Em cartas escritas ao rei, entre os anos de 1542 e 1550, o dito capitão-donatário reportava suas atividades desenvolvidas e dizia que nunca deixava de inquirir sobre as “coisas do ouro e procurar sobre elas”, mas que o “sertão adentro” era longe, e a jornada era de “muito perigo e trabalho” devido às nações indígenas contrárias. O mesmo pode ser dito em relação à extração do pau-brasil “muito longe no sertão a dentro”. Embora afirmasse que era “muito trabalhoso e perigoso” adquiri-lo devido às distâncias e a “má vontade” dos índios, Coelho não se esquivou de mandar diligências buscá-lo quer a “Levante quer a Poente”. Sendo assim, podemos afirmar que havia o interesse em adentrar os sertões de Pernambuco, o que faltava eram condições propícias para isso. As referidas cartas podem ser lidas em MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997. Por sua vez, em Angola, na Carta de Doação do Reino de Angola feita pelo rei português a Paulo Dia de Novais (1571), têm-se as seguintes ordens para “sujeitar e conquistar o reino de Angola”: “[...] o dito reino de Angola que começará no rio Quanza e águas vertentes a ele para o sul e entrará pela terra adentro tanto quanto poderem entrara e for da minha conquista da qual terra pela dita demarcação lhe assim faço doação e mercê [...]. E outrossim me praz que o dito capitão e governador e todos os seus sucessores possam por si fazer vilas todas quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e lhe a eles parecer que o devem de ser [...] e isto porém se entenderá que poderão fazer todas as vilas que quiserem das povoações que estiverem ao longo da Costa da dita terra e dos rios que se navegarem porque por dentro da terra firme pelo sertão se não poderão fazer menos espaço de seis léguas de uma a outra para que possam ficar ao menos três léguas de terra que assim tiverem dado por termo fazer outra vila sem minha licença”. Sendo assim, no antedito trecho, nota-se também o interesse da Coroa em conquistar e povoar o sertão de Angola, desde que as povoações dos sertões respeitassem uma distância demarcada entre uma e outra. A antedita Carta de Doação a Paulo Dias de Novais pode ser vista em FELNER, 1933, p. 407-408.

É bem verdade que, em determinados momentos, os poderes locais das colônias não viam com bons olhos as tentativas de entrada nesses lugares (isso dependia muito do interesse e disposição dos governadores das colônias, por exemplo), mas isso não significa que não houvesse estímulo ou tentativas por parte de outros funcionários régios, militares, missionários, particulares, aventureiros ou, até mesmo, de outros governadores de olho na expansão para os sertões. Como já dito mais acima, o que ocorria era que, nesse período, Portugal esbarrava em problemas de caráter físico-espacial (distância, relevo, clima e vegetação inóspita ao europeu, populações nativas, entre outros) e de caráter logístico (número insuficiente de pessoas para ocupar os grandes espaços interioranos e falta de equipamentos) na penetração do interior das suas colônias na África e América portuguesa.¹⁶⁹

Com o passar do tempo, em termos da penetração territorial e da presença militar portuguesa nas fronteiras interiores desses continentes, segundo Disney, consolidaram-se duas formas: uma era a guarnição sedentária, a outra eram as colunas expedicionárias móveis que avançavam para o distante interior. “Em África e no Brasil, as colunas portuguesas penetravam profundamente nos territórios vizinhos em incursões de pilhagem ou escravagistas, em expedições punitivas ou tentativas de conquista”. No Brasil, o objetivo principal dessas incursões era a captura de índios para fornecer mão de obra aos colonos brancos. Na África Centro-Occidental, gradualmente caminhos foram abertos para o interior. Houve uma prolongada e sangrenta luta contra a resistência dos Mbundu. Porém, aos poucos, os portugueses conseguiram estabelecer uma série de postos fortificados no interior que formaram o núcleo da futura Angola portuguesa.¹⁷⁰

Para David Birmingham, na África, Portugal começou como outros países europeus por não entrar no interior e se limitar à compra de escravos fornecidos pelas guerras entre os reinos africanos. Contudo, especificamente em Angola, posteriormente os portugueses

¹⁶⁹ Esses problemas só iriam ser sanados (alguns deles nunca seriam de todo resolvidos), gradativamente, com o passar dos séculos, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Até mesmo entre o século XVIII e XIX, ainda havia casos de governadores se interessarem tanto para mais quanto para menos na colonização dos sertões das colônias, tanto em Angola quanto em Pernambuco. Em Angola, por exemplo, a correspondência trocada entre alguns dos governadores e o Conselho Ultramarino nos fornece um bom exemplo disso. Entre os anos 60 e 70 do século XVIII, o governador Dom Francisco de Souza Coutinho se mostrava um grande entusiasta na consolidação da colonização dos sertões. Historiadores como Joaquim Veríssimo Serrão, Maria Emília Madeira, David Birmingham e José Carlos Venâncio já haviam identificado esse interesse do governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho com os sertões de Angola. Nossas pesquisas com a documentação dos manuscritos avulsos de Angola também coagiram para as conclusões dos supracitados investigadores. Por sua vez, para o governador D. Miguel (que governou Angola algumas décadas depois, em fins dos anos 90 do século XVIII e primeiros anos do século XIX) investir nos sertões não valia a pena. O melhor mesmo era assegurar o controle e colonização das áreas mais próximas da costa angolana, onde estava situada Luanda e Benguela. D. Miguel, por exemplo, posicionou-se contra a construção de mais presídios nos sertões de Angola. Nesse caso, a posição de D. Miguel era oposta a um dos seus antecessores, Francisco Coutinho. Ver: AHU-Angola, cx. 98, doc. 07.

¹⁷⁰ DISNEY, 2007, p. 305-306.

desencadearam as próprias campanhas de aquisição de escravos.¹⁷¹ Segundo John Thornton, parte das atividades do exército português e sua expansão em direção ao leste resultou no aparecimento de muitos escravos angolanos.¹⁷² De acordo com Selma Pantoja, os portugueses chegaram, oficialmente, à região dos Mbundu em 1575, como conquistadores e comerciantes, sempre lutando para estender seu controle sobre o território. Conquista e comércio estavam intrinsecamente ligados. A intenção principal dos portugueses na região era garantir o controle das rotas comerciais que vinham do sertão em direção ao litoral, trazendo escravos, marfim e cera.¹⁷³

Para controlar o comércio no interior, era necessário substituir as resistentes lideranças locais africanas por outras africanas aliadas dos portugueses. Essa conquista com substituição das autoridades africanas foi de lutas sangrentas e com avanços e recuos de ambas as partes. Nesse processo de substituição de líderes, depois se estabeleceu uma interdependência comercial entre mercadores africanos e portugueses em razão da forte demanda por escravos da parte portuguesa e o desejo por objetos manufaturados europeus e asiáticos das autoridades africanas. Esse foi o contexto dos primeiros ataques dos portugueses para comercializar escravos e conquistar a região.¹⁷⁴

Gradativamente, foi-se dando o avanço português em território dos Mbundu. Uma das entradas aos sertões deu-se por meio do corredor formado pelo rio Quanza. Na segunda metade de Quinhentos, os portugueses iniciaram a subida desse rio que viria a ser uma das principais vias de penetração da África austral.¹⁷⁵ No fim do século XVI e início do XVII, à medida que adentravam os espaços do interior, os portugueses marcavam posições mediante estruturas militares ao largo daquele rio. Paulatinamente, à custa de intensos combates contra os povos autóctones, foram erigidas fortalezas nos pontos considerados principais: Massangano (1583), Muxima (1599) e Kambambe (1604). Essas construções deram início a uma nova organização do espaço, já que, como forma de estratégia, os portugueses procuravam geralmente se fixar em lugares que pudessem aproveitar estruturas preexistentes (anteriormente elaboradas pelos autóctones) somadas, agora, a novas lógicas introduzidas pelos próprios colonizadores.¹⁷⁶

¹⁷¹ BIRMINGHAM, 1974, p. 5-7.

¹⁷² THORNTON, 2004, p. 156.

¹⁷³ PANTOJA, 2014, p. 125-127.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ SANTOS, 1978, p. 97.

¹⁷⁶ De acordo com Rosa Cruz e Silva, mesmo antes da chegada dos portugueses, a partir do século XVI, já havia núcleos urbanos no interior de Angola, erigidos pelas populações autóctones, às margens do rio Kwanza e seus afluentes. No entanto, afirma a historiadora, à proporção que os portugueses iam avançando em direção

Nas capitanias do norte do Brasil, um dos primeiros avanços ao interior do continente foi realizado, por exemplo, seguindo o curso contrário do rio São Francisco. Marco geográfico de separação de duas das principais capitanias da Colônia, Pernambuco e Bahia, o rio adentrava os sertões e foi percorrido pelos primeiros aventureiros do século XVI na tentativa de encontrar ouro. Já nos séculos XVII e XVIII, rios como o próprio São Francisco, o Capibaribe e o Ipojuca tiveram um importante papel na penetração colonizadora aos sertões de Pernambuco, na medida em que serviram de passagem para o estabelecimento da pecuária no interior, no estabelecimento de missões religiosas e depois na edificação de povoados e vilas.

Segundo Manuel Correia de Andrade, o governo da Capitania de Pernambuco estabeleceu dois caminhos que demandavam o São Francisco. O primeiro partia do Recife em direção a Limoeiro pelo vale do Capibaribe e subia o rio até suas nascentes. Atravessando seus interflúvios, ia atingir o curso do Pajeú, descendo o vale desse rio, passando por Serra Talhada e continuava a segui-lo até Floresta, de onde desviava para o oeste a fim de alcançar Cabrobó. Já o segundo caminho, subia o vale do rio Ipojuca até a serra de Ororubá (Cimbres), daí descia para o sul até Inajá, onde se desviava para o oeste procurando Tacaratu, Jatinã e, finalmente Cabrobó.¹⁷⁷

Currais de gado espalharam-se por toda essa região descrita acima. A criação do referido animal passou a disputar a terra dos povos indígenas. Por exemplo, de acordo com João Capistrano de Abreu, na margem pernambucana do rio São Francisco, havia numerosos grupos indígenas, parte significativa deles “pertencente ao tronco cariri, algumas caraíbas como os pimenteiras, e até tupis como os amoipiras. Com elas [tribos indígenas] houve guerras, ou por não quererem ceder pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar os gados contra a vontade dos donos”.¹⁷⁸

Ao longo de todo o século XVII e início do XVIII, medidas mais intensas de penetração foram postas em prática pela Coroa. Era o enquadramento político do território do estado do Brasil e do Reino de Angola. Em ambas as possessões, o avanço ocorreu à custa das terras de variados povos que habitavam as regiões do interior muito antes da chegada dos portugueses.¹⁷⁹ À medida que os colonizadores adentravam o interior da África e da América,

ao interior, acabavam por estabelecer um processo de reurbanização dessas áreas, realizando uma série de alterações culturais sobre características originais autóctones. SILVA, 2000.

¹⁷⁷ ANDRADE, 1998, p. 180.

¹⁷⁸ ABREU, 1998.

¹⁷⁹ Nas conquistas, as guerras terrestres podem ser consideradas ofensivas (ou de conquista), defensivas (ou de pacificação) ou mercantis. Ver FERREIRA, Roberto Guedes; CUNHA, Mafalda Soares da. Guerra e assuntos militares. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no*

massacres foram desencadeados sobre muitos dos grupos autóctones, de ambos os continentes, que não aceitavam a submissão ao jugo colonizador. Guerras estouraram e populações inteiras foram dizimadas ao longo desse processo.

Nos sertões, a África Centro-Occidental, as chamadas “Guerras Angolanas” eclodiram desde cedo.¹⁸⁰ Por sua vez, do outro lado do Atlântico, nos sertões de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil, foram infligidos conflitos bélicos aos grupos indígenas que resistiam ao avanço colonizador, naquilo que ficou conhecido pela historiografia como “Guerra dos Bárbaros”.¹⁸¹ Também houve o processo de destruição do Quilombo dos Palmares, em Pernambuco, lugar para onde, desde o fim do século XVI, convergiam os escravos fugidos. Tanto nos sertões de Pernambuco e capitanias anexas quanto nos sertões de Angola e Benguela, o papel das tropas militares foi fundamental para o empreendimento da conquista militar e/ou manutenção das áreas do interior.

Salientamos que as tropas de Pernambuco e Angola eram formadas não só por elementos portugueses, mas também por indivíduos mestiços e até mesmo por alguns elementos autóctones aliados dos colonizadores. No caso de Angola, segundo John Thornton, após 1575, os portugueses tentaram uma conquista direta com as próprias armas, e em algumas ocasiões, com os próprios soldados. Eles operavam com uma infantaria muito bem armada em muitas campanhas, mas os soldados portugueses só venciam as campanhas apoiados por grupos africanos aliados.¹⁸² Hebe Matos também converge para o investigado por Thornton. De acordo com ela, em Angola, as forças militares portuguesas eram formadas de “pequenos contingentes europeus e de diversos grupos de combate africanos, formados por autoridades locais (‘sobas’) com seus exércitos privados, aliados dos portugueses, além de grupos mercenários e regimentos de escravos, que formavam as chamadas ‘guerras

Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 237-268.

¹⁸⁰ O principal cronista das guerras angolanas foi o militar Antônio Cadornega, com sua obra *História geral das guerras angolanas*. Cadornega serviu e viveu em Angola durante o século XVII. No prólogo de sua obra, o autor diz que foi para Angola com o governador Pedro César de Meneses, aonde chegou no dia 18 de outubro de 1639 e ali seguiu a vida militar, chegando a capitão, de que teve patente em 29-1-1649, dada por Salvador Correia. Viveu 28 anos em Massangano, sendo em 1660 seu juiz ordinário e ali criou em fins desse ano a Misericórdia, tendo sido o seu primeiro provedor. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas, 1680*. Anotado e corrigido por José Mattias Delgado. [Lisboa]: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1940. t. 1.

¹⁸¹ De acordo com Pedro Puntoni, o levante feito pelos indígenas caracterizou-se mais como uma série de conflitos heterogêneos resultado das diversas situações criadas com o avanço da expansão portuguesa, do que de um movimento coeso, unificado, por parte desses grupos autóctones. PUNTONI, 2002.

¹⁸² THORNTON, 2004, p. 172, 174.

pretas’.”¹⁸³ Em relação a Pernambuco, Kalina Silva diz que, no momento em que a Coroa Portuguesa passou a intervir no processo de conquista do interior, foram deslocadas tropas situadas nas vilas do litoral para combater os indígenas resistentes e ajudar os curraleiros a se estabelecerem no sertão.¹⁸⁴ Ainda de acordo com Kalina Silva, cada tropa caracterizava-se por congregar tipos sociais específicos: portugueses, pretos, pardos, também contingentes de tupis aldeados do litoral e deslocados para o sertão, e de alguns tapuias aldeados. Esse contingente indígena era um dos mais numerosos a serviço da Coroa Portuguesa contra os outros indígenas que resistiam à tomada de suas terras.¹⁸⁵ Sendo assim, como salientado acima, o avanço português sobre os sertões de Pernambuco e Angola foi nas terras de grupos de ameríndios e de africanos respectivamente. Por vezes, esses avanços receberam a ajuda de alguns desses grupos *versus* outros.

Na chegada dos portugueses no fim do século XV, onde hoje é considerado o território de Angola e Congo, havia alguns povos bantos: os mbundo, ovimbundo e kongo. Cada um desses povos se dividia em dialetos e culturas diferenciadas que influenciavam uns aos outros. Apesar das falas aparentadas desses povos, havia certas diferenças entre elas: os primeiros falavam o idioma kimbundu, os segundos o umbundu e o terceiro o kikongo. Esses são os principais povos e seus idiomas com que os portugueses irão travar guerras, paz, realizar negociações, conquista e escravidão ao longo dos séculos a depender da conjuntura de cada momento.¹⁸⁶ Em sua crônica, Cadornega descreve as operações do exército português até 1681, realizadas em diversas frentes: ao norte, leste e áreas centrais ao sul de Angola.¹⁸⁷ Contudo, como diz John Thornton, “a ausência de crônicas abrangentes para o período após 1681, dificulta a compreensão da exata direção e natureza dessas guerras, mas elas seguramente prosseguiram”.¹⁸⁸

No mapa elaborado por Joseph Miller, podem-se ver os grupos africanos que habitavam parte do território da África Centro-Occidental antes mesmo dos portugueses ali

¹⁸³ MATTOS, Hebe. “Guerra preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no Mundo Atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 442.

¹⁸⁴ Segundo Kalina Silva, “mesmo quando os paulistas [bandeirantes] foram requisitados para participar dos combates, foi novamente com as tropas da zona açucareira que a Coroa os reforçou e fortaleceu”. SILVA, 2010, p. 79.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 79, 142, 155.

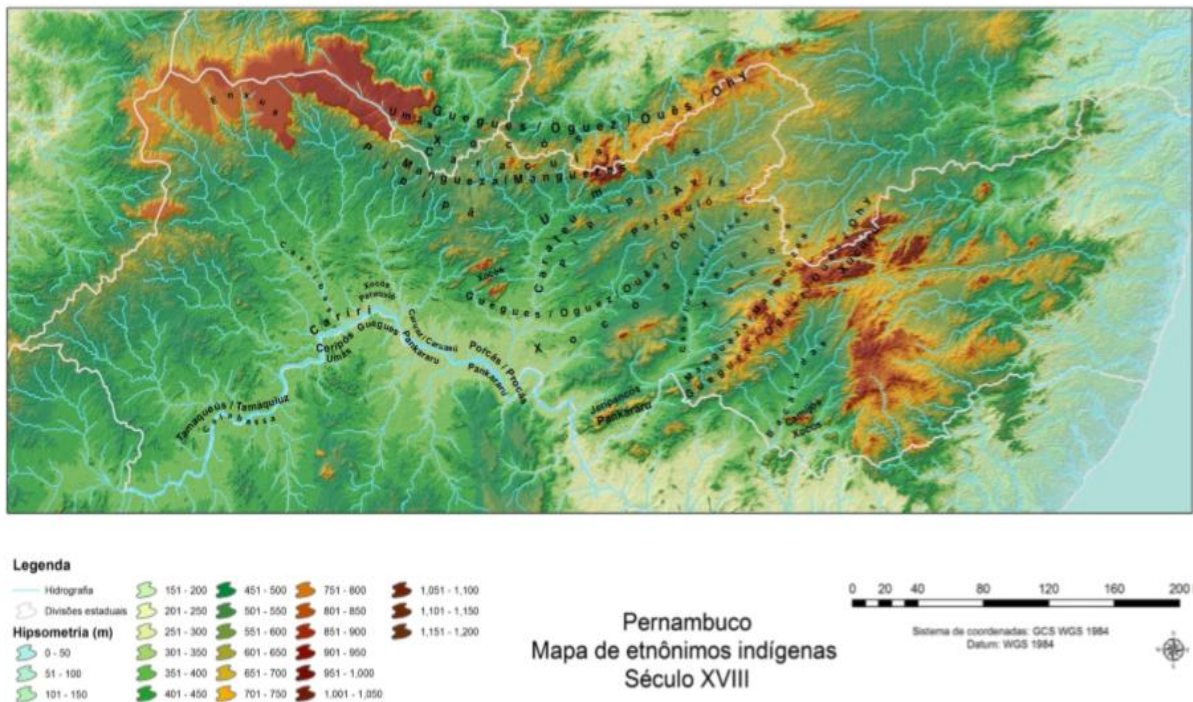
¹⁸⁶ Sobre os Bantu e os povos Ambundu, Ovimbundu e Kongo, ver MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. Ministério da Cultura, 1995. SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. SLENES, Robert W. Africanos centrais. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹⁸⁷ CADORNEGA, 1940.

¹⁸⁸ THORNTON, 2004, p. 180.

Sucuru, Icó, Chocó, Pipipã, entre outros. Essa expansão ocorreu à custa das terras que antes eram ocupadas pelos índios. Com isso, houve um embate entre os recém-chegados colonos e os diversos povos indígenas, obrigando o Governo Geral a tomar medidas relativas aos grupos indígenas que se rebelassem contra o domínio português.¹⁹⁰ No mapa a seguir (Figura 7), há a distribuição dos etnônimos indígenas em Pernambuco do século XVIII.

Figura 7 – Mapa sintético dos etnônimos indígenas no estado de Pernambuco no século XVIII



Fonte: MEDEIROS; MUTZENBERG.¹⁹¹

Como podemos observar, os processos de expansão e conquista ocorridos em Angola e Pernambuco praticamente foram ao mesmo tempo, ou seja, foram sincrônicos. Inclusive, nos últimos anos, alguns historiadores têm analisado alguns elementos que relacionavam ambos os eventos. Por exemplo, combatentes experientes na Guerra dos Bárbaros ou na luta contra o Quilombo dos Palmares, em Pernambuco, eram enviados

¹⁹⁰ MEDEIROS, 2000.

¹⁹¹ MEDEIROS, Ricardo Pinto de; MUTZENBERG, Demétrio. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 28, n. 2, p. 180-209, 2013. Disponível em: https://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V28N2-2013/artigo_cartografia_historica.pdf. Acesso em: 9 abr. 2018.

para lutar nas guerras angolanas, do outro lado do Atlântico, como as de Pungo Andongo.¹⁹² De forma inversa, pretos de Angola, ingressos no terço dos Henriques, que participaram nas lutas contra o Quilombo dos Palmares, em Pernambuco.¹⁹³ Aliás, o próprio Quilombo dos Palmares era formado por um número significativo de escravos saídos de Angola.¹⁹⁴ Em razão desse processo nessas vastidões terrestres apartadas pelo Atlântico, ordens emanadas pela Coroa eram destinadas, simultaneamente, para os governos das duas colônias a respeito do conflito dos Palmares e de Pungo Andongo respectivamente. Em outras palavras, cópias de um mesmo documento emanadas por Portugal serviam tanto para o governo do Brasil quanto para o de Angola. Como diz Alencastro, “o fato é que Palmares e o Dongo inquietavam a Coroa”.¹⁹⁵

Desse modo, à medida que ia vencendo os embates com os povos autóctones nos dois lados do Atlântico, a Coroa Portuguesa passava a estimular mais a ocupação do território, como forma de melhor dominar, embora nem sempre isso ocorresse completamente. Segundo a historiografia, em Pernambuco e capitanias anexas, os sertões já se encontravam totalmente devassados e explorados no fim do século XVII. Porém, essa ocupação era esparsa e rala. Já a

¹⁹² Luiz Felipe de Alencastro, Roquinaldo Ferreira, John Thornton, Leandro Nascimento, Welber Silva e Giovani Silva são alguns dos investigadores que analisaram a ida para Angola de militares saídos do Brasil, onde se juntaram às tropas locais no combate aos grupos africanos resistentes. Salientamos que algumas pessoas nomeadas como governadores de Angola antes haviam sido heróis nas guerras de expulsão dos holandeses do território de parte das capitanias do norte do Brasil. Eram eles: João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Uma vez aportados em Angola, ambos os governantes estimularam guerras no interior do território a tal ponto de os habitantes daquela colônia acusarem os governadores de se beneficiarem dessas guerras para capturar e transportar escravos de Angola para suas plantações em Pernambuco. Sobre o trânsito desses personagens e demais militares de Pernambuco para Angola, ver: THORNTON, John K. Angola e as origens de Palmares. In: GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes*, séc. XVI-XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 48-60. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. In: GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes*, séc. XVI-XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 61-89. FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola, sécs. XVII e XVIII. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 1-23, jan.-jun. 2007. SOUZA, Leandro Nascimento de. *Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661*. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. SILVA, Giovani Albino; SILVA, Welber Carlos Andrade da. Entre o auxílio e o degredo: soldados de Pernambuco em Angola nos séculos XVII e XVIII. In: LISBOA, Breno Almeida Vaz et al. (Org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI-XVIII*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

¹⁹³ MATTOS, 2010.

¹⁹⁴ Segundo John Thornton, no século XVII, Pernambuco continuava a importar um extraordinário número de escravizados do eixo de Angola, o que contribuiu para maior presença de Angola no Quilombo dos Palmares em Pernambuco. THORNTON, 2010, p. 48-60. Por sua vez, Marina de Mello e Souza, baseada na ida de escravos de Angola para Pernambuco, compara os quilombos existentes em Angola com os quilombos existentes no Brasil, além de analisar como a palavra Kilombo e seu significado foram transportados e modificados de um lado para outro do Atlântico. SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013. p. 135-152.

¹⁹⁵ ALENCASTRO, 2010, p. 68.

ocupação efetiva foi somente a partir da segunda metade do século XVIII.¹⁹⁶ No que concerne aos sertões de Angola, a penetração só alcançou seu ponto mais distante na segunda metade do século XVIII quando os colonizadores portugueses atingiram o rio Zambeze, no centro da África, como também os planaltos de Benguela. Esse avanço não foi de forma contínua. Os colonizadores, sejam militares, sejam homens de negócio, muitas vezes esbarravam na forte resistência dos diversos grupos autóctones.¹⁹⁷ Vastas áreas dos sertões de Angola ainda careciam de conquista efetiva por parte dos portugueses.

Apesar das dificuldades, a Coroa Portuguesa incentivava a penetração nos territórios de Pernambuco e Angola. No ano de 1799, o Príncipe Regente, por meio de seu Conselho Ultramarino, determinou que o governador capitão-general de Angola D. Fernando António Soares de Noronha (1761-1814) organizasse uma expedição por terra à procura de um caminho que ligasse a costa Ocidental à costa Oriental da África. O dito governador encarregou a missão ao tenente-coronel, comandante e diretor da feira de Cassange, Francisco Honorato da Costa. A mando deste último homem, dois pombeiros (ou pumbeiros) partiram em comitiva, no ano de 1802, da feira do Cassange, em Angola, em direção ao Tete, Moçambique, por onde percorreram os longínquos sertões entre essas duas colônias na África.¹⁹⁸ Na mesma época, a Coroa também enviou aviso régio para Pernambuco com o intuito de mapear e descrever detalhadamente os caminhos que ligavam o litoral até os distantes sertões daquela capitania. Em 1799, o referido aviso ordenava que o governo da dita capitania encarregasse “um sujeito ativo e zeloso” para realizar a “factura” das estradas e currais dos sertões pertencentes a Pernambuco. O empreendimento ficou sob a responsabilidade do capitão Custódio Moreira dos Santos, que ocupava cargo também no Senado da Câmara de Olinda e se interessava pela diligência em nome do Real Serviço.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Ver PUNTONI, 2002; SILVA, 2010; PIRES, 2002.

¹⁹⁷ Segundo Thornton, houve “algumas conquistas territoriais significativas na primeira parte deste período”, mas a “ênfase militar centrou-se mais na punição de rebeliões e na realização de incursões contra o inimigo do que na anexação de território”. THORNTON, 2007, p. 161. De acordo com Maria Emília Santos, em Angola, o avanço não foi de forma contínua. Os conquistadores muitas vezes esbarravam na forte resistência dos diversos grupos autóctones. Não era sempre que a exibição de força e os acordos comerciais com os potentados conseguiam abrir o caminho dos sertões. Por vezes, era impossível o prosseguimento das marchas; havia casos até de grandes retrocessos, superados com muita dificuldade. SANTOS, 1978, p. 165. Mais informações sobre o processo da conquista de territórios na África Centro-Ocidental pode ser visto em SILVÉRIO, Valter Roberto (Dir.). *Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX*. Brasília: Unesco, MEC, UFSCar, 2013. p. 116-125.

¹⁹⁸ Documentos relativos à viagem de Angola para Rios de Senna. OFFICIO do Capitão General de Angola José d’Oliveira Barbosa, datado de 25 de Janeiro de 1815, incluindo outro Governador de Tette para o Conde das Galvêas, em 20 de maio de 1811. In: EXPLORAÇÕES dos portugueses no interior d’África Meridional. *Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 5, 3.ª série, Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843. p. 163-238.

¹⁹⁹ Ver AHU-ACL_CU_015, cx. 235, 15875.

Nesse sentido, concomitantemente, tanto em Pernambuco quanto em Angola, expedições foram organizadas com o objetivo de melhor conhecer os sertões dessas localidades.

Sendo assim, na segunda metade do século XVIII, a extensão dos domínios portugueses no Brasil e Angola teve uma evolução diversa. Como diz João Fragoso e Nuno Monteiro, no Brasil, as zonas sujeitas à administração portuguesa registraram um enorme alargamento territorial. Em Angola, as zonas de administração portuguesa também se alargaram, mas nem tanto, porém, em ambos os casos, essas duas penetrações territoriais proporcionaram cada vez mais a administração portuguesa nesses sertões. Afinal, “em todos os espaços nos quais a administração da Coroa adquiriu uma ampla penetração territorial, foi razoavelmente replicado um modelo semelhante de administração civil, militar e eclesiástica”.²⁰⁰

Não era somente a Coroa Portuguesa que visava aos sertões de suas possessões, a Igreja Católica também tinha planos para eles. Um desses planos perpassava justamente pela ocupação do território e a conversão religiosa de grupos de ameríndios e negros africanos. Desse modo, o processo de expansão passava pela ideia da conquista espiritual e a civilização dos povos, bem como pelos mecanismos para o povoamento do território e do uso de bens materiais para manutenção do catolicismo entre as populações no interior dos dois continentes.²⁰¹ Entretanto, ressaltamos que nem todos os contatos fronteiriços dos portugueses com os povos autóctones dos diferentes continentes foram por imposição de religião. Como bem lembra Anthony Disney, “as fronteiras são zonas de transição através das quais pode ocorrer toda a espécie de contactos pacíficos. Nas fronteiras, as culturas encontram-se, aprendem umas as outras, trocam informações e estabelecem compromissos”.²⁰² No âmbito da religião, por exemplo, não foram raros casos de cristãos que se miscigenaram

²⁰⁰ FRAGOSO, João; MONTEIRO, Gonçalo Nuno. Apresentação. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Gonçalo Nuno (Org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal e Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b. p. 17.

²⁰¹ Ver ANDRADE, Welber Carlos; MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. As condições materiais da fé católica: igreja e povoados nos sertões de Angola e Pernambuco, sécs. XVIII e XIX. In: COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA. Las ciudades del Mundo Atlântico: pasado, presente y futuro, 22., 2017, Las Palmas de Gran Canaria. Las Palmas de Gran Canaria, 2017. XXII-032.

²⁰² DISNEY, 2007, p. 307.

culturalmente e adotaram alguns elementos de práticas religiosas dos povos ameríndios e africanos.²⁰³

A respeito do processo religioso de expansão terrestre sobre os sertões do Brasil e África Centro-Occidental, segundo Maria de Deus Beites Manso, as diversas missões e ordens religiosas (franciscanos, beneditinos, jesuítas, capuchinhos, oratorianos e carmelitas), além do clero secular, nas paróquias, trabalharam desde os séculos XVI e XVII com o objetivo de cristianizar e de ocidentalizar os povos ameríndios e africanos. A expansão para o interior dos continentes, isto é, para os sertões, foi de forma gradativa. Ao atingirem essas distantes regiões, essas pessoas edificaram estruturas materiais no intuito de se instalar e promover as atividades de cristianização dos habitantes locais.²⁰⁴

No caso dos sertões de Pernambuco e outras capitâneas do norte do Brasil, podemos dizer que os missionários estenderam-se por uma vasta, seca e quente região, construindo benfeitorias no intuito de submeter os indígenas aos valores ocidentais. À medida que adentraram a vegetação da caatinga, com a abertura de testadas, caminhos e pastos, os missionários aldearam muitos indígenas, preenchendo as missões religiosas.²⁰⁵ A redução dos indígenas a esses aldeamentos tinha a justificativa de servir à Igreja, à Coroa Portuguesa e ao bem comum dos colonos, assim como o objetivo de serem colocados em espaços predeterminados e transformados em mão de obra livre para a produção da Colônia. A ação dos religiosos católicos nessa região contribuiu para a colonização dos sertões.²⁰⁶ Foi seguindo essa premissa, por exemplo, que o Rei D. Pedro II de Portugal (1683-1706), em 1684, ordenou a D. João de Sousa e Castro (Governador de Pernambuco entre 1682-1685) que a Congregação do Oratório assumisse a administração das aldeias de Ararobá, Limoeiro, Carnijó e Palmar nos sertões de Pernambuco.²⁰⁷

Por sua vez, do outro lado do Atlântico, na África, os primeiros missionários chegaram na companhia do primeiro Governador e Capitão-general de Angola, Paulo Dias de Novais (c. 1510-1589), a partir da segunda metade do século XVI. A expansão para o interior ocorreu na

²⁰³ Sobre mestiçagens culturais, no âmbito da religião, entre portugueses e ameríndios ou portugueses e africanos, ver ALMEIDA, Suely Cordeiro de. *Catolicismo à africana: costumes e vivências religiosas mestiças na África Ocidental e Centro-Occidental no século XVIII*. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios, 2016. MANSO, Maria de Deus Beites. *História da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edições Parsival, 2016a.

²⁰⁴ MANSO, 2016a.

²⁰⁵ Sobre as missões religiosas em Pernambuco e suas capitâneas anexas, ver: CUNHA, 2013; LOPES, 2003. MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitâneas do norte do Brasil*. In: MEDEIROS, Ricardo Pinto de; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva (Org.). *Novos olhares sobre as capitâneas do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2007.

²⁰⁶ CUNHA, 2013; LOPES, 2003; MEDEIROS, 2007.

²⁰⁷ AHU_CU_015, Cx. 13, D. 1320.

passagem do século XVI para o XVII. As missões religiosas foram alargadas para os vales do Bengo, Dande, Quanza e, depois, Massangano, isto é, foram expandidas para partes dos sertões de Angola.²⁰⁸ No governo de Paulo Dias de Novais, foram doados vários sobados aos jesuítas, conforme o vigente sistema de amos. Esse sistema era constituído na distribuição de terras e sobados para instituições e indivíduos particulares.²⁰⁹ No século XVII, após expulsar os holandeses de Luanda (1648), a Coroa tomou como prioridade reforçar sua presença em Angola. Para isso, a ação missionária era essencial, pois garantia maior aproximação com a população Mbundu. Nesse contexto, capuchinhos italianos e jesuítas (duas das principais ordens estabelecidas na África Centro-Occidental) passaram a disputar espaço, principalmente no Congo e Angola.²¹⁰ Já nos primeiros anos do século XVIII, identificamos que existiam mais de dez paróquias/freguesias em Angola, muitas delas instaladas no interior do continente: Ambaca, Caconda, Golungo, Icollo, Muxima, Pedras, Talamatumbo entre outras. Alguns dos relatos dos padres revelam que essas paróquias e freguesias já estavam assentadas há muitas décadas naqueles sertões.²¹¹

A partir da segunda metade do século XVIII, apesar da grande presença das missões religiosas espalhadas tanto no Brasil quanto na África, a Coroa Portuguesa estabeleceu outra forma de relação sobre a política indígena e o processo de colonização dos sertões. Com o princípio de melhor preservar as fronteiras, incrementar e variar a agricultura, retirou-se a tutela das ordens religiosas sobre os autóctones. O controle sobre eles passou então para a responsabilidade dos governadores das colônias, ou seja, do Estado, cujo papel seria intermediar os colonos e promover a “civilidade” dos grupos autóctones.²¹² Nas colônias, houve, também, a expulsão dos jesuítas a partir das reformas pombalinas, entretanto, essa expulsão tratava-se mais de um caráter pontual antijesuítico. A presença de outros religiosos da Igreja Católica continuou ocorrendo, assim como continuaram existindo outras missões de evangelização.²¹³ Depois da saída dessa ordem, as atividades religiosas foram transferidas para o clero secular, tanto no Brasil quanto em Angola, que ficava responsável pela celebração de batismo, casamento, sepultamento entre outros.

²⁰⁸ MANSO, 2016a, p. 182-183.

²⁰⁹ CARVALHO, 2013, p. 72.

²¹⁰ CARVALHO, 2013, p. 123.

²¹¹ BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704. Ao longo do trabalho voltaremos a tratar desse documento, principalmente no capítulo sobre escravidão.

²¹² Na América portuguesa, foi criado o *Diretório dos Índios*. Assim, cada povoação teria o próprio diretor que desenvolveria variadas tarefas, entre elas a de tornar obrigatório o uso da língua portuguesa, proibindo o uso da língua autóctone ou geral, e incentivar os trabalhos na agricultura e comércio. Ver MEDEIROS, 2007, p. 125-159.

²¹³ CARVALHO, 2013.

Ao longo desse processo de penetração nos sertões de Angola e Pernambuco, entre os séculos XVI e XIX, houve o estabelecimento de estruturas materiais – missões, igrejas, casas, entre outras coisas – que deram suporte para a realização do intento de catequização. Contudo, é bem verdade que as condições e manutenções materiais dessas estruturas nos sertões não eram fáceis. Por vezes, a situação dos religiosos, das igrejas e das missões era precária. Até mesmo havia ausência de padres, o que acabava por esvaziar determinadas localidades. Por outro lado, só o fato de haver existido missões e paróquias no interior das duas colônias já nos mostra que a Igreja e a Coroa estavam preocupadas em se estabelecerem nos distantes sertões do Império.²¹⁴

Em suma, por tudo isso que vimos acima, a penetração em direção aos sertões de Angola e Pernambuco ocorria ao mesmo tempo, e se iniciou logo nos dois primeiros séculos de presença portuguesa, primeiro em Angola, depois em Pernambuco. Porém, o processo de conquista e ocupação efetiva variava de um para outro. A ocupação efetiva dos sertões de Pernambuco ocorreu na segunda metade do século XVIII. Por sua vez, no mesmo século, em Angola, parte dos seus sertões já estava conquistada e ocupada pela administração portuguesa. Contudo, sobre esta última, a maior e mais distante parte ainda carecia de conquista e ocupação efetiva, coisa que só ocorrerá em meados do século XIX, quando os países europeus, incluindo Portugal, voltaram mais seus olhos para o continente africano.²¹⁵ Sendo assim, apesar das primeiras penetrações nos sertões terem ocorrido primeiro em Angola (fim do século XV) do que em Pernambuco (meados do século XVI), os sertões de Angola só foram devassados por completo em meados do século XIX, diferentemente dos da Capitania de Pernambuco, que já se encontravam praticamente devassados desde meados do século XVIII. Em outras palavras, tratando-se de Angola e Pernambuco, o último a ser penetrado foi o primeiro a ser devidamente ocupado pelo processo colonizador.

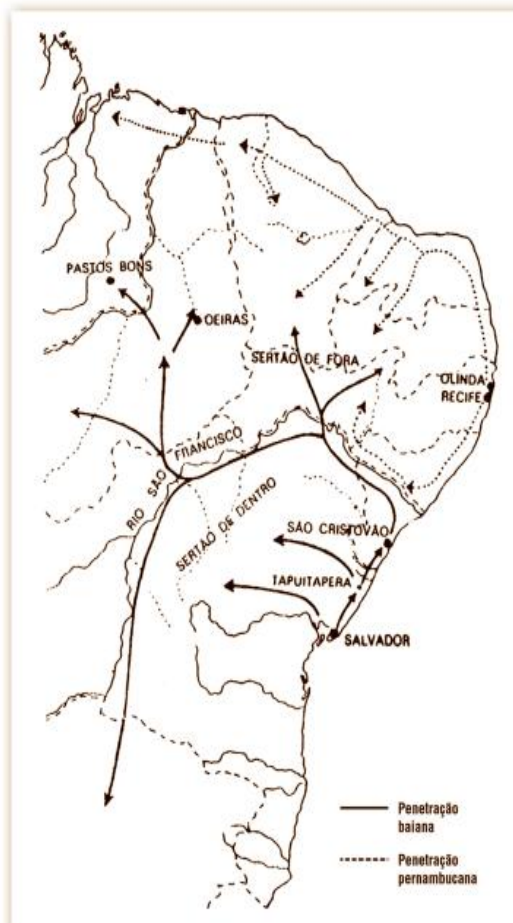
Sendo assim, podemos dizer que todo esse conjunto de processos – guerra, comércio, cristianização, entre outras coisas – contribuiu para a expansão territorial portuguesa pelos sertões de Angola e Pernambuco. Embora em ritmo diferente, concomitantemente, os colonizadores portugueses dirigiam-se tanto para as terras a leste de Angola (nascente) quanto para as terras a oeste de Pernambuco (poente). Uma vez iniciado esse processo, alguns caminhos criados pelos ameríndios e africanos foram apropriados por parte dos colonizadores,

²¹⁴ ANDRADE; MARQUES, 2017. XXII-032.

²¹⁵ BIRMINGHAM, 1974; VENÂNCIO, 1996. SANTOS, 1978.

já outros foram abertos por estes últimos. Nos dois mapas (Figuras 8 e 9), é possível visualizar algumas das rotas terrestres estabelecidas nos dois territórios supracitados durante o processo colonizador português.

Figura 8 – Rota terrestre: Pernambuco e demais capitânicas do norte do Brasil



Fonte: Manuel C. Andrade.²¹⁶

Figura 9 – Rota terrestre: Angola na África Centro-Occidental



Fonte: Luiz Felipe de Alencastro.²¹⁷

Nesse sentido, a penetração dos portugueses nos sertões do Pernambuco e Angola não foi apenas paralela e contemporânea. Mais do que um simples paralelismo, há muita coisa em comum. Seguiu-se basicamente um mesmo esquema: primeiro, o reconhecimento do terreno por meio da incursão esporádica de pessoas; segundo, o estabelecimento de missões religiosas e edificações de alguns enclaves coloniais ao mesmo tempo em que se faziam progressivas interações e/ou conflitos abertos aos autóctones; terceiro, o recrudescimento das guerras de conquista e, finalmente, a própria conquista e ocupação efetiva dos sertões. Esta última fase

²¹⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1982.

²¹⁷ ALENCASTRO, 2000.

ocorreu mais lentamente em Angola do que em Pernambuco. Esses processos geraram conflitos intensos e violentos entre conquistadores europeus e os grupos humanos autóctones daqueles lugares, mas também propiciaram contatos, negociações e interações.²¹⁸ Tratando-se das expansões colonizadoras em Pernambuco e Angola, elas têm muitos elementos em comum, embora mantenham também suas especificidades. Nesse processo de penetração terrestre, os sertões de ambos os lugares foram representados de forma negativa e positiva pelos diversos agentes da colonização, coisa que veremos na seção 1.3

1.3 A construção das representações sobre os sertões

Ângela Domingues afirma que a perspectiva de Mundo Atlântico contribuiu para ênfase nos:

[...] encontros culturais numa ótica que privilegia as relações culturais, as construções de imagens e a formação de identidades de populações europeias, africanas e ameríndias, estudadas através de fontes que tradicionalmente eram consideradas como 'literatura criativa', nomeadamente a literatura de viagens e a epistolografia.²¹⁹

Nesse sentido, podemos dizer também que essa construção de imagens e formação de identidades presentes na literatura de viagens ultrapassou a orla marítima e se estendeu pelos sertões da América e África.

Como vimos anteriormente, os dois eventos de expansão terrestre em Pernambuco e Angola, apesar de separados geograficamente, resultavam de uma dinâmica em comum. Concomitantemente, à medida que avançavam em direção ao coração das terras desses dois lugares apartados, os mais diversos agentes do processo colonizador projetavam seus sentidos sobre os sertões e representavam nos documentos aquilo que viam e/ou ouviam sobre aqueles longínquos e extensos espaços, com seus relevos, vegetações, animais e habitantes.

Nesse processo de penetração em ambos os sertões, um fio mais direto liga essas duas histórias paralelas: um mesmo discurso emanado pelo colonizador que estabelecia dicotomias entre a costa marítima e o sertão, o litoral *versus* o interior, os espaços coloniais *versus* espaços selvagens, os colonizadores *versus* os autóctones do Brasil igualmente de Angola. Ao

²¹⁸ Em relação a conflitos causados pelo processo colonizador português sobre ameríndios e africanos, ver BIRMINGHAM, 1974; PUNTONI, 2002. Sobre contatos, negociações e interações promovidos entre portugueses e demais povos do globo, ver DISNEY, 2007, p. 295-326.

²¹⁹ DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2012. p. 231-232.

longo dos séculos, esse discurso tanto vai influenciar quanto vai sofrer influência das representações elaboradas pelos mais diversos agentes sobre os sertões. Portanto, dificilmente se podem dissociar as intenções portuguesas quanto à penetração e representação dos sertões do Brasil e de Angola, já que elas partiam praticamente de um mesmo objetivo e de um mesmo discurso colonizador.

Esse discurso dicotômico pode caracterizar-se basicamente em duas partes que se completam e, por vezes, misturam-se ao longo dos séculos XVI e XIX: uma entre paganismo/evangelização, influenciada pelos projetos religiosos em curso; já a outra dicotomia, entre barbárie/civilização, ancorada na laicidade do Estado.²²⁰ Baseado nessas dualidades existentes ao longo dos referidos séculos, debruçamo-nos na construção das representações acerca dos sertões tanto de Pernambuco quanto de Angola, tomando como alguns exemplos trechos de alguns relatos de diversos agentes que percorreram ou imaginaram esses lugares, no intuito de percebermos como essas representações sobre esses dois distintos e distantes lugares (Pernambuco e Angola) se aproximavam umas das outras no que concerne ao discurso colonizador emanado por meio dos núcleos autoproclamados civilizados, que imputavam uma imagem depreciativa sobre seus sertões e habitantes.

Na passagem do século XV para o XVI, os primeiros registros escritos feitos por navegadores, aventureiros, missionários estavam voltados para a vontade de ver e conhecer o novo, ou seja, as novas terras, os novos homens, plantas e animais. Tudo isso era motivo de curiosidade, surpresa, medo.²²¹ Havia também uma oscilação entre um passado histórico-cultural (com influências bíblicas) e um espaço geográfico totalmente novo para os europeus na tipologia descritiva das terras abaixo da linha do equador.²²² Ao longo dos séculos XVI e XVII, a flora, a fauna, o clima apareciam nos relatos e descrições acerca do Novo Mundo como elementos de identidade. Essa forma descritiva tinha aproximação com a história natural ainda influenciada por pensadores da Antiguidade como Aristóteles, Plínio. Somente depois, no século XVIII, vão ocorrer transformações nos estudos da natureza por meio dos trabalhos de Buffon e do sistema classificatório de Lineu.²²³

No início da Idade Moderna, recém-chegada à África Centro-Occidental e depois à América portuguesa, a presença lusa foi, primeiramente, nas linhas litorâneas dos respectivos

²²⁰ Sobre a polaridade do argumento ideológico ao longo do domínio português na África e no Brasil, ver ALENCASTRO, 2000, p. 54.

²²¹ HENRIQUES, 2004.

²²² LOPES, Marília dos Santos. *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viséu: Passagem Editores, 2002. p. 20-21, 67-68.

²²³ GESTEIRA, Heloísa Meireles. Animais e plantas do sertão do rio São Francisco nas representações do Brasil. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012. p. 65.

continentes. Por sua posição estratégica de limite com os oceanos, cujas águas serviam para conectar os longínquos continentes, essas áreas foram as primeiras a serem ocupadas. Para ali, convergiram da Europa variados tipos de população: representantes régios, religiosos, aventureiros, negociantes, militares, degredados, entre outros. Gradativamente, alguns entrepostos comerciais, povoações e vilas se desenvolveram ao longo das duas costas do Atlântico.

Dessa forma, o litoral passou a abrigar núcleos coloniais portugueses que serviam como palco para as mais diversas práticas comerciais, religiosas, militares, políticas e culturais baseadas no modelo europeu.²²⁴ Boa parte do litoral, de certa forma, passou a ser o ambiente seguro para os portugueses. Tornou-se o conhecido. Por outro lado, em ambos os continentes, havia todo o interior ainda bastante alheio aos lusos. Chamados de sertões pelos portugueses, esses interiores eram as zonas periféricas na África e América. Eram lugares que incorporavam e intercalavam imagens positivas e negativas para a nova sociedade então estabelecida. Poderiam ser terras tanto de atração quanto de repulsa.

Esse tipo de dicotomia não era específico somente em relação à América e África, ela já estava presente na Europa desde a Antiguidade. De acordo com o historiador Jean-Claude Schmitt, desde a Idade Antiga e a Idade Média, existia na Europa o medo em relação aos lugares mais distantes tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais. Esses lugares mais distantes eram as zonas para além da fronteira daquilo que era conhecido, daquilo que era considerado civilizado. Eram os lugares ermos, os matos, os vales, as montanhas isoladas. Segundo Schmitt, “o Ocidente contava, sobretudo, com um número infinito de margens, de zonas de fronteiras, no próprio interior de seu espaço”.²²⁵ Para além das fronteiras, isto é, para além do conhecido, existiam lugares incertos, selvagens. “Os matos e bosques separavam ‘o mundo dos homens – aldeias e cidades – do mundo selvagem: a ‘inculta floresta’ dos romanos cortesões, o espaço não domesticado, refúgio da caça, de seres demoníacos e bandidos [...]”²²⁶ Com o passar dos séculos ou milênios, sucessivamente, “ao sabor da extensão variável das

²²⁴ Para o século XV e XVI, o que os portugueses fizeram nas costas marítimas de África e Brasil foram entrepostos comerciais, algumas fortificações feitas de paliçada e pequenos povoados. Eram pequenos baluartes do padrão cultural europeu em terras do Novo Mundo, ou seja, eram as *civitates* (cidades) do ponto de vista de espaços ordenados, o conjunto de habitantes, regidos por leis e por uma entidade administrativa, independentemente do seu tamanho físico, da sua *urbs*. Nesse caso, uso do termo *civitates* (ou cidades) para algumas regiões fora da Europa, tinha por objetivo contrapor esses espaços das regiões selvagens daqueles continentes (do ponto de vista eurocêntrico dos exploradores). De acordo com Fonseca, a respeito do léxico urbano português, *civitates* designa a cidade a partir do conjunto dos seus habitantes, regidos por leis e por uma entidade administrativa, e não necessariamente pelo tamanho do espaço construído. FONSECA, 2011, p. 31. No dicionário de Raphael Bluteu (1728), o termo *civitas/civitates* aparece para ajuntamento de homens, socialmente consagrados. Sendo assim, temos a *civitas/civitates*. BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 309.

²²⁵ SCHMITT, 2005, p. 358.

²²⁶ *Ibid.*, p. 359.

culturas” essas fronteiras entre os núcleos civilizados e o mundo selvagem ora avançavam, ora recuavam dentro do território europeu.²²⁷

Segundo Serge Gruzinski, desde a antiguidade, os gregos, os romanos, os cristãos, os europeus, e depois os ocidentais, criaram o hábito de chamar os outros de bárbaros. Para os greco-romanos, os bárbaros eram aqueles distantes deles em termos de linguagem e modo de vida. Entre os cristãos, a diferença de civilizado e bárbaro estava na religião professada. Para os europeus do Renascimento e das Luzes, a barbaridade encontrava-se nos povos que tinham uma inferioridade técnica, militar e cultural. Já no século XIX, a raça era que reavivava a distinção entre bárbaro e civilizado. Ainda segundo Gruzinski, ao longo da globalização ibérica, ocasionada pela expansão marítima, espanhóis e portugueses “usaram e abusaram do termo bárbaro” para se referir aos habitantes do Novo Mundo e da África, enquanto eles mesmos se apresentavam como cristãos. Essas distinções não eram simples exercícios de estilo, mas serviam para orientar as relações que os colonizadores manteriam com os colonizados.²²⁸

Sendo assim, ao se instalarem nas linhas litorâneas da América portuguesa e África, os portugueses trouxeram consigo alguns imaginários preconcebidos a respeito das áreas mais afastadas dos núcleos coloniais recém-erigidos nas duas costas marítimas.²²⁹ Isso não era novidade, afinal, em Portugal, perdurava na mentalidade de parte da população receio em relação ao sertão de seu território inserido na Península Ibérica, pensados ainda como lugares agrestes e inóspitos.²³⁰ Nesse sentido, no Brasil e em Angola, também passou a existir uma inquietação dos moradores dos núcleos coloniais das costas marítimas em relação aos sertões

²²⁷ SCHMITT, 2005.

²²⁸ GRUZINSKI, 2015, p. 175.

²²⁹ Sobre o imaginário nos primeiros séculos da expansão portuguesa, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Exemplos de determinadas permanências, ao longo dos séculos, das imagens sobre a Europa, África e Américas também podem ser vistas na cartografia produzida desde o período da expansão marítima europeia. Segundo a historiadora Carla Mary Oliveira, entre os séculos XVI e início do XIX, era comum na cartografia a presença de imagens alegóricas representando os continentes. Nelas, a Europa era representada como uma mulher caracterizada por padrões dito civilizados. Por outro lado, as imagens dos outros continentes eram caracterizadas por mulheres que aparentavam padrões variados de exotismo, riqueza, selvageria, belicosidade. Ver OLIVEIRA, Carla Mary da S. *A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2014. Já Marcelo Mota Delvaux, analisa a permanência dos mitos dos sertões na longa duração e sua influência nos séculos XVI a XIX. DELVAUX, Marcelo Mota. *As minas imaginárias: o maravilhoso geográfico sobre os sertões da América portuguesa, séculos XVI a XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Sobre a África, ver LOPES, 2002.

²³⁰ Em plena virada do século XVI para o XVII, Duarte Nunes de Leão (1530-1608) e Manuel Severim de Faria reprovavam o pensamento ainda vigente de que os sertões de Portugal, como as terras do Alentejo, eram lugares agrestes, infrutíferos, impróprios para a povoação. Para refutar esse tipo de pensamento duradouro, davam o exemplo de grandes centros urbanos, como Beja, Évora, entre outros, que conseguiram florescer naquelas terras. Sobre isso, ver: FARIA, Manuel Severim. *Notícias de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1750. p. 21-23. LEÃO, 1610, p. 50, 62.

e seus habitantes, pois consideravam as características desses espaços e grupos humanos distantes dos padrões de civilidade e racionalidade dos europeus. Os colonizadores enxergavam o *Outro* como selvagem, bárbaro, que não seguia os modelos de civilização. O bárbaro era é o inculto, o rústico, reflexo invertido dos discursos de civilização. O civilizado, este sim, era o racional, o culto, o honrado.²³¹ Como diz Janaína Amado, desde os primeiros anos do processo colonizador português:

[...] ‘litoral’ e ‘sertão’ representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. Opostas, porque uma expressava o reverso da Outra: litoral (ou ‘costa’, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização. ‘Sertão’, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.²³²

As representações acerca dos sertões foram, então, elaboradas com base no lugar social ocupado pelos agentes da colonização. Nesse caso, muitos destes estavam situados nos principais núcleos urbanos instalados nas costas marítimas das colônias ou, então, na própria Europa. Eram esses homens quem projetavam seus sentidos e representavam os espaços do interior e dos habitantes neles inseridos. Conforme já salientamos, as projeções e representações de europeus em relação ao Brasil e África tinham muita coisa em comum, pois partiam de um mesmo processo colonizador, emanados da Europa. Entretanto, é bom lembrar que as representações estavam ligadas aos interesses e objetivos particulares de cada um dos grupos: navegadores, militares, religiosos, particulares, aventureiros. Sendo assim, apesar de haver alguma homogeneidade entre todos eles, também havia particularidades que distinguiram um do outro.²³³

No século XVIII, o lexicógrafo Raphael Bluteau (1638-1734), contemporâneo dos agentes da colonização, já definia a representação como a “ação de representar qualquer coisa com ações naturais, ou em pinturas, esculturas e etc”.²³⁴ Sendo assim, em relação à

²³¹ Em relação à construção da imagem do *Outro* para o Ocidente ver: REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*: Hegel, Nietzsche, Ricouer. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Especificamente para o Novo Mundo, ver: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista*: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. Já em relação à África, cf. HENRIQUES, 2004.

²³² AMADO, 1995, p. 149.

²³³ Segundo Angela Domingues, “a formação, informação e interesse dos viajantes determinaram o que estes viram e o que lhes interessava, condicionando ainda a forma como descreveram ou representaram”. DOMINGUES, 2012, p. 181.

²³⁴ BLUTEAU, 1712-1728, v. 7, p. 264.

representação dos sertões, compreendemos como a forma na qual os diferentes autores codificavam em seus textos escritos e pictográficos os variados espaços físicos e os diferentes grupos humanos no interior de Angola e Pernambuco. É a ideia concebida pelos diferentes agentes da colonização a respeito desses lugares e pessoas. A representação dos sertões, portanto, foi elaborada por indivíduos que visualizaram ou ouviram falar de determinado espaço físico ou gente. Os documentos legados pelos diversos agentes da expansão revelam um olhar pessoal de como os sertões foram percebidos e descritos durante o período colonial em análise.²³⁵

Segundo Pierre Bourdieu (1930-2002), a representação do real ou a luta das representações são manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais. As representações contribuem para a construção da visão de mundo e, assim, para a própria construção do mundo.²³⁶ Roger Chartier (1945-) afirma que as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Em outras palavras, certos grupos procuram impor uma autoridade à custa de outros por eles desdenhados e legitimar ou justificar, para o *Outro*, determinadas visões, valores e condutas do mundo social.²³⁷

De acordo com Janaína Amado, para o colonizador português, “sertão” constituiu o espaço do *Outro*, o espaço por excelência da alteridade. Porém, o *Outro* nada mais era senão o próprio eu invertido, deformado, estilizado. “A partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram as próprias identidades.”²³⁸ Já José Carlos Reis, ao tratar sobre a construção do *Outro* no mundo ocidental, afirma que o “processo colonizador” posicionava os não europeus como o *Outro*, isto é, aqueles que deviam ser “civilizados”, europeizados. Esse *Outro* aparece como “sub-homens, sub-raças, bárbaros, primitivos, inferiores, homens-criança, homens-fera, homens-natureza, pagãos,

²³⁵ A respeito das representações dos espaços nos diversos documentos, de acordo com Tiago Bonato, por mais que algum viajante se esforçasse para representar determinado objeto de estudo, isso nunca acontecia em sua totalidade. O que era captado nas representações eram somente as características que mais interessavam ou preocupavam determinados agentes. Além disso, há impossibilidade de uma representação total, pois a percepção de determinado indivíduo não é capaz de captar exatamente todos os pormenores dos lugares por onde passa. Nesse caso, descrição textual ou pictórica está longe de ser uma imagem real, é apenas uma representação. Ver BONATO, Tiago. *Viagens do olhar: relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro, 1783-1822*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2014. p. 139, 148.

²³⁶ BOURDIEU, 2010, p. 113.

²³⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

²³⁸ AMADO, 1995.

selvagens, indígenas, homens-floresta, incultos, iletrados, supersticiosos”. Logo, os que possuíam os valores europeus eram tidos como racionais.²³⁹

Em relação à chegada dos europeus ao Novo Mundo e o contato entre a sociedade ocidental e o indígena, Eni Orlandi afirma que “ver” é uma forma de apropriação. “O visível é preâmbulo do legível: conhecido, relatado codificado.” Sendo assim, o contato do europeu com outros continentes fez com que a Europa codificasse “conhecimentos para si mesmo ao mesmo tempo em que padroniza uma forma de conhecimento modelar” sobre esses novos espaços e sociedades.²⁴⁰ Segundo Emanuel Araújo, em relação ao avanço da conquista e povoamento do interior do Brasil, havia um jogo de espelhos entre o litoral e o sertão: o sertão, espaço do outro (índio, caboclo, vaqueiro, agricultor), refletia seu principal referente, o litoral (território de poder, do desenvolvimento, do padrão cultural), de forma invertida, deformada, estilizada.²⁴¹

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Erivaldo Fagundes Neves comenta sobre a marcação de fronteiras internas e as dicotomias existentes na colônia do Brasil no quesito espacial e social.

Nessas circunstâncias, o Sertão como uma regionalização específica resultou das diferenciações espaciais e sociais que hierarquizaram os poderes coloniais e estratificaram as sociedades do interior, dicotomizadas pelas dialéticas relações internas e pela alteridade com os poderes centrais, estabelecidos de frente para o mar, a contemplar a sociedade europeia que admiravam, posicionados de costas para o outro eu, o sertanejo, que desprezavam.²⁴²

Processo semelhante, só que a respeito dos aspectos dicotômicos existentes entre os espaços coloniais e os espaços das sociedades africanas, e entre o europeu e os africanos, foram analisados por Isabel de Castro Henriques. Segundo ela, a relação dos portugueses com os africanos, desenvolvidas a partir do século XV, fez surgir o *Outro*. Esse *Outro* é colocado como dependente, como coisa de vontade de poder portuguesa. De início, os africanos são descritos pelos europeus por sua diferença física e cultural: a cor e o corpo dos homens, as religiões, as línguas, as diversas práticas, as naturezas inóspitas. De acordo com Henriques, a partir do século XVII, a carga negativa nas descrições aumenta e eles são “expulsos da sua humanidade”. Passam a ser cada vez mais enselvajados e enselvajadores. O africano aparecia

²³⁹ REIS, 2011, p. 30.

²⁴⁰ ORLANDI, 2008, p. 24.

²⁴¹ ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado do Brasil em 500 anos*. São Paulo: Campus, 2000. p. 45-91.

²⁴² NEVES, 2012a.

na documentação como “coisa” da natureza. Ao africano, são imputados traços negativos como forma de justificar e provar a selvageria, a sexualidade excessiva e a preguiça.²⁴³ Em relação aos espaços e fronteiras, Henriques afirma que o discurso colonizador negava a existência de fronteiras e espaços organizados nas sociedades africanas. “Os juízos de valor manifestados em relação aos africanos estão sempre presentes e iniciam uma visão e descrição deformada dos homens, dos espaços, das organizações africanas.”²⁴⁴ Um dos objetivos disso era justificar a necessidade de domínio sobre esses povos e regiões.

As análises empreendidas pelos investigadores acima citados ajudam-nos a compreender e problematizar nossas fontes a respeito das representações dos sertões. Afinal, no fim do século XV e início do XVI, diferentes agentes da colonização de Pernambuco e Angola, ao entrarem em contato com os sertões e seus habitantes, também codificavam o conhecimento que adquiriam sobre aqueles espaços e pessoas ao mesmo tempo em que moldavam essa forma de conhecimento. Eles projetavam a imagem do *Outro* sobre os grupos de ameríndios e povos negros que viviam no interior da América e África, respectivamente, representando-os como seres inferiores.

Na passagem do século XVII para o século XVIII, a imagem negativa do sertão como um lugar ermo, perigoso recrudesciu muito mais na mentalidade das sociedades do Império Português do que a imagem de um sertão atrativo, aprazível, calmo. Em outras palavras, com o passar do tempo, a imagem negativa encobriu, fez sombra sobre um possível sertão de imagem positiva. Essa imagem pejorativa dos espaços do sertão e de seus habitantes foi bastante utilizada, inclusive, no discurso oficial da época. Até mesmo os colonos nascidos naqueles interiores também seriam vistos como grosseiros, rústicos, incultos diante dos valores dos moradores principais núcleos urbanos das regiões litorâneas. Em outras palavras, a partir desses últimos séculos começaram a aparecer distinções não somente entre colonizadores e autóctones, mas também entre os colonos nascidos nos núcleos coloniais do litoral e os colonos nascidos nas áreas rurais e núcleos coloniais dos sertões. Os primeiros se autoproclamavam civilizados enquanto imputavam a imagem de rústicos sobre os segundos, mesmo estes últimos tendo nascido sob a égide de determinados padrões culturais europeus (idioma, vestimentas, habitação, comércio, entre outros).²⁴⁵

²⁴³ HENRIQUES, 2004, p. 62-72.

²⁴⁴ Henriques salienta que as escritas portuguesas eram operações de conhecimento, no sentido de identificar, descrever e classificar o africano, mas também eram “operações ideológicas”. HENRIQUES, 2004, p. 63-69.

²⁴⁵ Essa característica acima tem a ver com o que Bourdieu denominou de lutas de representações entre regiões. Segundo ele, uma região é estigmatizada por outra quando existe uma distância econômica e social (e não necessariamente geográfica) entre a “província” (privada do capital material e simbólico) e o “centro” (detentor desse capital). O próprio estabelecimento de circunscrições regionais e fronteiras são atos de

Entretanto, no que pese à predominância dessa imagem negativa acerca dos sertões, é possível perceber também na documentação elementos que não só caracterizaram os sertões como lugares a ser evitados (por conta dos seus perigos, da sua distância, do clima, da selvageria), mas também como lugares de atração (devido à possibilidade de conhecimento, de riquezas) e, até mesmo, de calma, de vida aprazível, onde se poderia montar habitação. Por mais que os agentes da colonização estivessem imbuídos de um imaginário maior acerca dos sertões por onde passaram, eles conseguiam captar também elementos de informações que escapavam mais a esse imaginário dominante. Afinal, como diz Janaína Amado, embora o “sertão” fosse essencialmente uma categoria carregada de sentidos negativos, havia também uma virtualidade: a da inversão. “Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”.²⁴⁶ Da mesma forma, comenta Laura de Melo e Souza ao assinalar a ambiguidade nas representações feitas acerca do Novo Mundo: “céu” e “inferno” se misturassem nas crônicas, e que “o mais edenizador dos autores se visse também às voltas com a detração”.²⁴⁷

Nos últimos anos, alguns investigadores vêm chamando a atenção para a existência de flexibilidade nas representações elaboradas pelos colonizadores. Eugênia Rodrigues, por exemplo, afirma que “é importante salientar que não existia uma representação uníssona dos africanos no pensamento europeu” apesar de as representações que difundiam a ideia de inferioridade dos africanos serem amplamente divulgadas nos relatos de viagens do século XVIII; ou seja, por mais que a representação depreciativa predominasse, havia também perspectivas divergentes, por vezes contraditórias e até vozes que viam a humanidade como uma unidade com diferenças remetidas para causas diversas.²⁴⁸ Por sua vez, Magnus Roberto de Mello Pereira, chama a atenção para as proximidades de imagens estabelecidas por alguns cientistas luso-brasileiros que percorreram a África na segunda metade do século XVIII. O historiador afirmou que, nos relatos dos referidos cientistas acerca da África, havia referências à terra natal desses homens. Em outras palavras, algumas paisagens e, sobretudo, a gastronomia existente na África provocavam lembranças nesses homens que as viam não

autoridade, de quem tem o capital material e simbólico para realizar uma imposição arbitrária, que tem força de lei para, por exemplo, separar o interior do exterior e circunscrever um território. Em outras palavras, uma região (detentora do capital econômico e simbólico) impõe sobre outra região (não detentora ou parcialmente detentora) a “definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão do mundo social”. BOURDIEU, 2010, p. 114.

²⁴⁶ AMADO, 1995.

²⁴⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 44.

²⁴⁸ RODRIGUES, Eugênia. Imagens da África Oriental na época da ilustração: as coleções de história natural do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 1780-1786. In: RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Cassimiro (Ed.). *Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011.

como algo repulsivo, mas sim de proximidade, embora imperfeita com o Brasil e Portugal.²⁴⁹ De forma parecida, Ana Cristina Roque, analisa a proximidade e semelhança entre o *Outro* e o europeu presente de forma implícita nos relatos de viajantes europeus acerca dos grupos humanos africanos. Segundo Roque, é necessário despir essa imagem criada nos relatos de viagem do africano como um animal selvagem.²⁵⁰ Para isso “é preciso ‘reler’ as fontes numa perspectiva menos limitativa em que se considerem os vários elementos que, nos diferentes textos, concretizam uma imagem menos conceptualizada e menos fabricada do africano”.²⁵¹ Ainda de acordo com Roque, não devemos somente insistir na tônica de uma representação cristalizada:

[...] que sabemos ter sido a oficial, e das consequências, a curto prazo, da persistência dessa mesma representação, de que todos conhecemos os funestos resultados, consideramos que valerá a pena apostar numa leitura da documentação portuguesa privilegiando as componentes ligadas ao reconhecimento. Não só das gentes, usos, costumes e saberes, mas também do território, recursos e potencialidades.²⁵²

Em suma, como já havia chamado a atenção, Vitorino Magalhães Godinho, além da bestialidade observada pelos europeus acerca do costume dos povos com quem travaram contatos, há também troca de olhares, e alguns “intrusos chegam a colocar-se no ponto de vista dos conquistados ou dos abordados, para deles haurirem críticas à sua própria sociedade e religião e traçarem propostas de transformações”.²⁵³

Desse modo, a respeito da nossa investigação, não se trata, aqui, de negar a existência do medo e do perigo dos sertões, ou de negar a predominância desse tipo de imagem na mentalidade e no discurso oficial das sociedades que formavam o Império Português. Tampouco se pretende cair em simples dualidades sobre imagem positiva *versus* imagem negativa. O processo era mais complexo. O que queremos é mostrar que o outro tipo de imagem, a de um sertão atrativo, embora em menor proporção, também estava presente, de forma clara ou nas entrelinhas, em muitos dos documentos coloniais que se referiam aos sertões de Angola e Pernambuco. Em outras palavras, nos sertões havia também lugares

²⁴⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um Brasil imperfeito ou de como a África foi vista por brasileiros em finais do século XVIII. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., 2002, Curitiba. *Anais* [...] Curitiba, 2003.

²⁵⁰ ROQUE, Ana Cristina. Portugueses e africanos na África Austral no século XVI: da imagem da diferença ao reforço da proximidade. In: RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Cassimiro (Ed.). *Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011. p. 93-94.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 94, 104.

²⁵² ROQUE, 2011, p. 96.

²⁵³ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria: utopia e prática de navegar*. Lisboa: Difel, 1990. p. 135.

aprazíveis, de bom ar, boa água, com populações locais que detinham os mais variados tipos de conhecimento a respeito desses lugares.

Por vezes, em determinados trechos de um relato, os dois tipos de imagem se sucedem, sobrepostam-se, justapostam-se, coexistem, entrelaçam-se, misturam-se um com o outro a respeito de um mesmo objeto, seja ele um rio, uma serra, uma floresta, seja um povo inserido no sertão, afinal, o desconhecido/o diferente pode levar à sedução e à repelência. Em outras palavras, um mesmo objeto de análise para determinado viajante, a depender da perspectiva, poderia ser motivo de repulsa, mas também poderia ser motivo de atração. Já que esse tipo de situação poderia ocorrer para um único indivíduo, o que dizer a respeito das vivências, impressões e relatos de variados tipos de navegadores, aventureiros, comerciantes, militares, cientistas (cada um com seu ofício, olhar e objetivos diferentes) que percorreram os sertões do Império em diferentes momentos?

Os sertões, por sua enorme extensão e diversidade de lugares, certamente apresentavam também ambientes aprazíveis, de natureza tranquila, de bons caminhos, de terras férteis, onde, por vezes, fazendas, povoados e vilas se desenvolveram. Nesses pequenos enclaves coloniais do interior (apesar da distância dos principais centros urbanos situados no litoral da África e América portuguesa, e de todos os problemas acima relatados), homens e mulheres dirigiam-se voluntariamente em busca de riquezas, terras, status. Já outros, realmente eram mandados compulsoriamente: escravos africanos transplantados para trabalhar nos sertões da América e criminosos degredados da América para servir nas tropas militares em campanhas nos sertões de Angola revelam esse outro lado.

Insegurança e segurança, agitação e calma, insalubridade e salubridade, tudo isso coexistia; e mais, não só coexistia como também se misturava, para mais ou menos, a depender da época, do lugar e do ponto de vista das pessoas que vivenciaram. Por exemplo, um rio poderia ser traiçoeiro por suas correntezas, mas também poderia ser a salvação contra a sede. Em outra estação do ano, esse mesmo rio poderia ser de fácil travessia, mas já não supria a necessidade suficiente de água para matar a sede de populações inteiras, ou, então, era perigoso em relação à proliferação de doenças devido às suas águas quase estanques. A fauna e a flora poderiam ser mortíferas, mas também poderiam servir de matéria-prima para as necessidades básicas de sobrevivência ou para comércio de produtos. Viajantes e colonos nos sertões aprendiam a sobreviver na natureza a partir do conhecimento praticado por grupos de ameríndios e de negros, da mesma maneira que certos conhecimentos trazidos por eles facilitavam as tarefas do dia a dia dos povos autóctones. Alguns destes últimos incorporavam elementos do cristianismo, assim como determinados colonos adotavam práticas religiosas

indígenas tidas como bárbaras perante os olhos da sociedade europeia cristã. Hábitos e costumes passavam de um grupo para outro grupo e vice-versa, embora não de forma proporcional. Afinal, como diz Vitorino Magalhães Godinho: “É nesta reciprocidade de pontos de vista – a dos homens da expansão, impelidos por um movimento que os destrói a eles próprios e à sua pátria, e a desintegração da sociedade indígena devido ao contacto com os intrusos, e logo a dupla condenação do processo histórico – que se constrói a humanidade [...]”²⁵⁴

²⁵⁴ GODINHO, 1990, p. 150.

CAPÍTULO 2

O OLHAR DOS AGENTES DA EXPANSÃO SOBRE OS SERTÕES

Este capítulo analisa as representações dos sertões, com seus espaços e habitantes, feitas pelos mais diversos agentes da expansão portuguesa. Obviamente, não podemos fazer aqui uma análise exaustiva das representações dos sertões do Brasil e África presentes nos diversos relatos e demais documentos elaborados ao longo dos séculos. Sendo assim, indicaremos o que de mais pertinente nos pode dar base para uma reflexão sobre o olhar dos diversos agentes da colonização. Apesar da miríade de perspectivas dos naturalistas, militares, religiosos, navegadores, comerciantes, havia algumas coisas em comum em quase todos eles: a presença da dicotomia litoral-sertão, a tentativa de identificação de recursos e dos potenciais das terras do interior e da sua gente, e a forma como ambos poderiam ser aproveitados pelos colonizadores.²⁵⁵

2.1 Os sertões dos navegadores

No início da Idade Moderna, a expansão marítima levada a cabo por portugueses e espanhóis ultrapassou as fronteiras do desconhecido em relação a outros continentes e ilhas banhados pelo Oceano Atlântico. Nesse périplo, esses homens levaram consigo o imaginário sobre os lugares ermos, os matos, as florestas, isto é, os lugares longe dos núcleos considerados civilizados. Segundo Marília Lopes, as caravelas portuguesas, ao navegar para o Atlântico Sul, acabavam por aflorar terras ignotas, onde havia homens nunca antes vistos. Nesse período, pessoas da tripulação faziam uso, na maioria dos casos, da escrita descritiva, em que apontavam suas impressões acerca das regiões e dos habitantes. Os mais diversos navegadores, cronistas, comerciantes, missionários, funcionários, soldados, entre outros, descreveram as regiões e povos desconhecidos, com seus perigos e fascínios. Vários deles também intercalaram diversos aspectos e influências em suas escritas, desde aquilo que ouviram falar ou presenciaram, passando também por aquilo que estava presente na

²⁵⁵ É importante salientar que os documentos escolhidos tratam-se de diferentes tipos de obras: diário de viagem, relatos, livros de memórias. Nesse caso, a depender do objetivo de cada um, havia uma variação no que concerne aos registros acima mencionados. O que para nós interessa é conseguir identificar vestígios de outra perspectiva de sertão, que não seja somente a imagem de perigo, medo, selvageria.

mentalidade da sociedade da época, como resquícios das estruturas mentais da Idade Média, por exemplo.²⁵⁶

De acordo com Ana Cristina Roque, a Expansão Marítima veio, de forma decisiva, contribuir para uma nova visão do mundo e do homem. A presença europeia obrigou a desconstrução da imagem que o Ocidente europeu tinha elaborado ao longo dos séculos anteriores acerca das zonas abaixo da linha do equador. Apesar da forte carga das imagens medievais sobre os supostos seres bestiais que “povoariam até aí as regiões tidas por inóspitas e inabitáveis”, “a mudança na percepção e apreciação do Outro transparece logo nos primeiros documentos, designadamente nos relatos da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e da viagem de Pedro Álvares Cabral [...]”. O que surpreende esses homens europeus é, principalmente, o fato de se reconhecerem a si próprios no Outro.²⁵⁷

Na passagem do século XV para o XVI, recém-chegada na África Centro-Occidental e depois na América, a presença portuguesa se deu, primeiramente, nas linhas litorâneas dos respectivos continentes. Por outro lado, em ambos os continentes, havia todo o interior ainda bastante alheio aos lusos, chamados de *sertões*. Na documentação da época, algumas das primeiras representações sobre os sertões foram elaboradas por aqueles indivíduos europeus que estavam localizados em terras litorâneas da África e América ou, até mesmo, a partir do mar. Dali, esses indivíduos projetavam sua visão em direção ao interior, e/ou tomavam conhecimento desse lugar por meio de outras pessoas, descrevendo informações a seu respeito.

No *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, elaborado entre 1497 e 1498, cuja autoria tem sido atribuída a Álvaro Velho, o termo “sertão” apareceu, por exemplo, associado à grande distância, onde se localizava o suposto Reino do Preste João na África Oriental: “[...] o Preste João estava muito dentro pelo sertão, e que não podiam lá ir senão em camelos. Os quais mouros traziam aqui uns dois cristãos índios cativos. [...]”²⁵⁸ Na ocasião desse relato, Gama e seus homens se encontravam na costa de Moçambique. Aqui a referência ao sertão africano foi dada a partir do litoral. Ao que parece, essas pessoas não chegaram ao menos a avistar de longe o dito sertão. Resumiram-se a tomar ciência dele pelas informações colhidas dos habitantes da costa.

Por sua vez, no ano de 1500, na chegada da armada de Cabral ao Brasil, Pero Vaz de Caminha também descreveu as terras do sertão vista do mar: “pelo sertão nos pareceu, vista

²⁵⁶ LOPES, 2002, p. 20-21.

²⁵⁷ ROQUE, 2011, p. 93-94.

²⁵⁸ VELHO, Álvaro. Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). *Imagens da África: da antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin, 2012. p. 11.

do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.”²⁵⁹ De acordo com esse relato de Caminha, podemos inferir que o sertão estava associado à questão da imensidão das terras. Entretanto, o escrivão não ficou restrito somente à observação pelo mar. Em outro trecho da sua carta, ao andar na mata para cortar lenha, o autor comentou o seguinte: “Mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!” Nesse caso, havia uma associação do sertão aos sentidos de imensidão e natureza.

Em ambas as descrições, tanto de Velho quanto de Caminha, aqueles sertões da África e da América apareciam mais como lugares de curiosidade, de contemplação. O lendário Preste João (no relato de Álvaro Velho atribuído ao interior de Moçambique) há muito fascinava e atraía o desejo dos europeus de conhecê-lo. No imaginário europeu, o Preste João seria um reino cristão, incrustado na África, rico em ouro. Por seu lado, Caminha vislumbrou o seu sertão de muitos e grandes arvoredos, como um lugar de possibilidade de existência de muitas aves. Vale lembrar que o Novo Mundo desde o início encantou os europeus pela variedade de pássaros de todos os tipos, tamanhos, plumagens e outras maravilhas.

No entanto, as enormes distâncias, o baixo número de pessoas, as prioridades da Coroa e a resistência de alguns grupos autóctones à penetração promovida pelos portugueses contribuíram para um reduzido número de informações acerca desses interiores diante das informações a respeito do litoral africano e americano. Mesmo assim, apesar das dificuldades, elas não deixaram de ser feitas. Os primeiros conhecimentos *in locu* dos sertões foram realizados logo nos primeiros anos de expansão portuguesa à África e América.

No início do século XVI, por exemplo, o navegador Duarte Pacheco Pereira descreveu os feitos praticados por outro navegador, Diogo Cão, no ano de 1484. De acordo com Pereira, Diogo Cão adentrou partes da África Centro-Occidental. Na ocasião, atingiu a costa do Reino do Congo e penetrou pelo rio Zaire, onde deixou algumas inscrições registradas em rocha.²⁶⁰ Cerca de 20 anos após a passagem de Diogo Cão, o próprio Duarte Pacheco Pereira também percorreu aqueles lugares e os descreveu da seguinte forma:

[...] chamam a este Rio emzaze o qual nasce em humas serras cincoenta leguoas no certaão hapartadas das Ribeyras do mar pella dita distancia; outros muitos Rios entram em zaze que o fazem seer tam grande como elle he & nelle ha muitas & grandes almadias com que se servem os negros delta terra; he muito doentio de febres & afy he de muita pescaria.²⁶¹

²⁵⁹ CAMINHA, 1500/1997.

²⁶⁰ PEREIRA, 1892, p. 83.

²⁶¹ *Ibid*, p. 83-84.

Sobre os habitantes e seu modo de vida, podemos observar nos relatos que Duarte Pacheco Pereira fez menção àquilo que poderíamos chamar, hoje, de mestiçagem cultural, pois afirma que algumas pessoas haviam aderido ao cristianismo mediante o batismo, mas esses homens continuaram a ter muitas mulheres como sempre tiveram. Nesse caso, apesar de inseridas nos ritos cristãos, eles não abandonaram algumas práticas, a poligamia, por exemplo.²⁶² O navegador também indicou uma “razoável” presença de cobre “muito fino”, comentou sobre a aquisição de dentes de elefante (chamados de “zaão” pelos habitantes), bem como a farta presença desses animais. Elogiou a produção de panos de palma, “de pelo como velludo”, afirmando que eram “tão formosos” e não se fazia melhor nem na Itália nem em toda a Guiné.²⁶³

Porém, enquanto enaltecia o povo das terras do Congo, o mesmo não pode ser dito em relação ao povo da província de “Anzica”, “metida em muito no sertão e alongada da ribeira do mar”. De acordo com o navegador, o dito povo era formado por gente negra como as do Congo e eram ferrados na testa ou na fronte “em roda maneira de caracol”. Na maioria das vezes, viviam em guerra contra os do Congo e comiam qualquer homem que morresse na guerra ou doente, tanto os seus quanto os outros.²⁶⁴ Dessa forma, Duarte Pacheco Pereira registra práticas de canibalismo do povo “Anzica”. Entretanto, devemos ter prudência quanto a esse relato de canibalismo, pois o próprio navegador afirma que até aquele momento não sabia se havia alguma coisa de proveito nessa referida terra, o que indica não ter adentrado muito nela. Devido à distância onde estava localizada essa província chamada “Anzica”, há a possibilidade de o navegador não ter sequer travado contato direto com o povo que lá habitava. Nesse caso, as referências que adquiriu poderiam ter partido de informações fornecidas pelo povo do Congo, inimigo do povo das terras “Anzica”. Sendo assim, nada impediria que o povo do Congo falsamente imputasse a imagem de canibais sobre os Anzica como forma de difamá-los perante os portugueses, no intuito de evitar uma aliança dos estrangeiros com seus inimigos.

Além das terras do Reino do Congo, o navegador chegou também a adentrar outros rios e registrar informações acerca de outros sertões da África, como os do Benim.

²⁶² Maria de Deus Beites Manso analisa alguns dos aspectos que contribuíram para a formação de uma sociedade mista no antigo Reino do Congo, a partir do contato dos portugueses com os habitantes daquele território na África. Ela salienta que “o processo sócio-cultural e político que se iniciou caminhou de acordo com os interesses da época, tanto do ponto de vista do europeu e do ponto de vista africano, como ainda no tocante ao modelo de colonização portuguesa estabelecido na região”. MANSO, Maria de Deus Beites. *Primeiros sinais de crioulezamento no antigo Reino do Congo*. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora; Luanda: Editorial Nzila, 2006.

²⁶³ PEREIRA, 1892, p. 84.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 84.

Novamente houve a representação de aspectos positivos: uma vila de nome Hugató, “no sertão de 9 léguas de bom caminho”, aonde “podem ir navios pequenos de grandura de cinqüenta tonéis”. Com uma população de 2 mil habitantes morando em casas de taipa e palha, o lugar não tinha muros, só bastando para sua defesa uma “grande cava, muito larga e funda”.²⁶⁵ Nesse caso, Duarte Pacheco Pereira descreveu um sertão não vazio de habitantes, mas, sim, repleto deles. Dois mil indivíduos é um número bastante significativo. Além disso, essas pessoas moravam num espaço urbanizado, repleto de casas e com elementos de defesa, o que demonstra que grupos expressivos na África Ocidental não viviam somente em “matos”, expressão essa que passou a se referir a habitação de muitos autóctones, principalmente a partir do século XVII.

Em Serra Leoa, também na África Ocidental, Pereira refere-se a um sertão de doze ou quinze léguas de distância do mar. Ali, achava-se uma geração de gente que eram senhores de muito ferro que traziam da terra. Além dos sertões, também se deparou com gente no litoral. Os espaços de Serra Leoa não escaparam a seus olhos: “terra áspera e braba” por conta da presença de leões; lugar onde os moradores viviam em casa de palha. Em seu relato, Duarte Pereira alterna uma imagem de barbárie e de conhecimentos desenvolvidos pelos habitantes autóctones. No geral, sobre o modo de viver dos habitantes, por exemplo, diz que alguns negros comiam outros homens.²⁶⁶

Contudo, o navegador parece amenizar a incidência do canibalismo em Serra Leoa ao dizer que isso acontecia “algumas vezes”, e, mesmo assim, isso não era usado “tão comumente” como se usava em outras partes da África (chamada por ele de Etiópia). Independentemente disso, Pereira enaltecia alguns conhecimentos desenvolvidos por esses autóctones: a extração de ferro, “os sutis colares de marfim”, “a melhor lavrada”, e esteiras de palmas “muito formosas e boas”. Outra coisa, ao mesmo tempo em que diz que “todos os negros” desta terra andavam nus, também afirma que alguns cobriam as “partes inferiores e membros de geração” com pano de algodão. Nesse caso, então podemos dizer que não eram “todos” os negros que andavam nus, pois alguns cobriam seus órgãos reprodutores com vestimentas.²⁶⁷

Sendo assim, podemos afirmar que nos relatos de Duarte Pacheco Pereira, os sertões do Benin, do Congo e de Serra Leoa alternavam uma espécie de imagem positiva (alguns lugares tinham governo, bons caminhos, vilas, casas de taipa e palha, comércio, produção de

²⁶⁵ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Geografia. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1975. p. 118.

²⁶⁶ PEREIRA, 1892, p. 56.

²⁶⁷ *Ibid.*

artefatos) com uma imagem negativa (animais selvagens, homens selvagens, habitação em árvores e montanhas). Contudo, até mesmo a selvageria dessa terra carregava consigo alguns elementos bastante estimados pelos portugueses, por exemplo, a presença de elefantes dos quais adquiriam o marfim e de outros tipos de animais que forneciam outros tipos de produtos.

Do outro lado do Atlântico, os primeiros informes sobre a terra adentro também surgiram quase de imediato no que viria a ser a América portuguesa. Em 1501, ao chegar ao Novo Mundo, Vespúcio iniciou uma navegação a partir do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, onde percorreu 700 léguas, ao longo de toda a costa, em direção sudoeste.²⁶⁸ Apesar de encontrar dificuldades em penetrar no continente, sobretudo pelas densas matas, por vezes, ele e sua comitiva conseguem o feito adentrando até “umas 18 léguas”, algo em torno de 76 quilômetros.²⁶⁹ Segundo o navegador, das vezes que desciam em terra, eram recebidos “paternalmente” e “amigavelmente” pelos indígenas e chegavam a ficar de 15 a 20 dias ali instalados, onde conversavam com os habitantes daquelas regiões.²⁷⁰ Dessa forma, naquilo que avistava, ouvia e até mesmo percorria, Vespúcio tomava nota. É verdade que boa parte dos seus relatos se refere explicitamente à costa marítima. Entretanto, em algumas vezes, chegou a se referir ao que parece ser o interior do continente, com “infinitos vales, abundante em grandíssimos rios”, “com selvas amplíssimas e densas, pouco penetráveis, copiosa e cheia de todo o genero de feras”.²⁷¹

Em seus relatos, Vespúcio chamou a atenção para alguns costumes praticados por alguns dos povos com que se deparou, tanto da costa, como da terra adentro. Em termos de alimentação, por exemplo, elogiou o sabor dos frutos, ervas, sementes e raízes consumidas por esses indivíduos. Fez a referência a uma farinha que eles produziam e servia de “pão” na alimentação.²⁷² Possivelmente, o navegador estava a falar da farinha de mandioca. Sobre a habitação, mencionou um conhecimento indígena de mudarem de habitação de tempos em tempos, por conta do calor do sol em certas épocas do ano. Segundo soube por esses indígenas, o calor contribuía para a disseminação de doenças dentro das grandes casas onde viviam, cuja estrutura chegava a abrigar centenas de moradores. Dessa maneira, ao fazer uma rotação de lugares, isso impedia o adoecimento dessas pessoas num ambiente quente, fechado e com muitas pessoas.

²⁶⁸ RODRIGUES, [s.d.], p. 49.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 30.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 8.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 9.

²⁷² *Ibid.*, p. 9.

No entanto, Vespúcio também criticou o hábito que alguns grupos tinham de comer carne humana. Ao que parece, para o navegador, a barbaridade de alguns desses povos estava principalmente no ato de canibalismo que cometiam, assim como em outros hábitos e ritos.²⁷³ Por diversas vezes, relatou o canibalismo que presenciou, tendo, inclusive, um dos seus homens sido vítima.²⁷⁴ Contudo, mesmo condenando o hábito de comer gente e de nudez praticado por alguns grupos indígenas, em certo momento, Vespúcio e seus homens estabeleceram contato amigável com essas pessoas, onde foram bem tratados na sua estada. Em uma das vezes, os laços de confiança pareciam ter-se estabelecido de tal forma que chegou a solicitar para um dos grupos que abandonasse esses costumes, coisa que diz ter sido prometida por essas pessoas.²⁷⁵ Já de outras vezes, a depender do grupo indígena, o navegador e seus homens foram rechaçados e atacados.

O canibalismo praticado por alguns povos, tanto da África quanto da América, desde cedo impressionou os europeus. Para estes últimos, a barbaridade dos outros povos estava principalmente ligada a esse tipo de costume. Poucos foram os contemporâneos, como o humanista francês Montaigne, que condenaram não somente o canibalismo de alguns desses povos, mas também aproveitaram para fazer uma autocrítica da sociedade europeia. Para Montaigne, a sociedade europeia era tão bárbara quanto as do Novo Mundo. Afinal, segundo ele, os indígenas devoravam pessoas depois de mortas, mas os europeus praticavam também barbaridades ao se comprazerem em torturar pessoas e depois dá-las, ainda em vida, para serem comidas pelos cães e porcos.²⁷⁶

Não fico triste por observarmos o horror barbaresco que há em tal ato [antropofagia], mas sim por, ao julgarmos corretamente os erros deles, sermos tão cegos para os nossos. Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo do que em comê-lo morto, em dilacerar por tormentos e suplícios um corpo ainda cheio de sensações [...].²⁷⁷

Nos séculos seguintes, a imagem de canibalismo praticado por alguns grupos de ameríndios e de africanos será utilizada pelos portugueses para justificar a conquista física e

²⁷³ Esse tipo de repúdio não foi algo exclusivo de Vespúcio. O Europeu, de forma geral, criticava comportamentos considerados por eles como bestiais. Vitorino Magalhães Godinho, por exemplo, já havia chamado a atenção que, “na época dos descobrimentos e grande expansão, a bestialidade, liga-se sobretudo ao modo de viver – à nudez ou vestuário, à alimentação, às maneiras, à inexistência de propriedade, à antropofagia”. GODINHO, 1990, p. 108.

²⁷⁴ Sobre as incidências de canibalismo e outros hábitos considerados bárbaros, consultar: RODRIGUES, [s. d.], p. 8, 21, 24-25, 30.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 8.

²⁷⁶ MONTAIGNE, Michel de. Sobre os canibais. In: MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção*. Organização de M. A. Screech; tradução de Rose Freire d’Aguiar. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010. cap. 30, p. 139-157. (Coleção Penguin Clássicos).

²⁷⁷ *Ibid.*, 2010, p. 150.

espiritual sobre os mais diversos povos e territórios do interior do Brasil e Angola, mesmo que muitos desses povos nunca tivessem praticado tais atos de devorar carne humana.²⁷⁸ Em outras palavras, quando convinha, alguns agentes da colonização generalizam, inventavam e imputavam sobre alguns grupos de ameríndios e africanos a pecha de canibalismo e barbaridade como estratégia para justificar as guerras de conquista dos sertões. Sendo assim, apesar de nem todos os grupos praticarem o canibalismo, muitos deles serão falsamente acusados dessa prática.²⁷⁹

Nos exemplos que demos acima, foi possível perceber que os sertões do Brasil e África chamaram a atenção de alguns navegadores. Embora se tenham debruçado muito mais na descrição do mar e das costas marítimas do Oceano Atlântico, os ditos navegadores referiram-se também a terra adentro, ao interior dos continentes, aos sertões. Como visto, esses espaços foram representados como lugares que emanavam medo, mas também como lugares de exotismo, de mistérios, de fascínio, de curiosidade e até mesmo de semelhança. Como diz Ana Roque, durante a Expansão Marítima, houve “reconhecimento não só na apreciação das gentes como também na própria paisagem que replica ambientes e habitats” que são familiares aos europeus, embora estes últimos nunca deixaram também de ressaltar aquilo que os separa dessas gentes e desses espaços.²⁸⁰

É verdade que, em alguns trechos dos relatos acima, houve descrição de perigo por conta da vegetação, dos animais ou de alguns grupos autóctones. Entretanto, pelo que percebemos, a imagem da curiosidade e da proximidade sobressaía. Apesar de alguns desses homens (como Duarte Pacheco Pereira e Américo Vespúcio) se terem deparado e lamentado sobre a antropofagia praticada por alguns grupos de autóctones, ainda assim, as representações que fizeram sobre estes últimos não era de todo negativa, havia espaço para o enaltecimento de outros costumes e conhecimentos praticados por eles. Contudo, essa forma de ver o *Outro* mudará gradativamente nos séculos subsequentes na medida em que vai recrudescendo-se a imagem do medo e perigo dos sertões.

²⁷⁸ Como diz Gruzinski, “a acusação de canibalismo ocupa um lugar crucial na imagem exótica que os europeus fizeram das novas populações, nas justificativas da Conquista e, por ricochete, na crítica em espelho da sociedade europeia”. GRUZINSKI, 2015, p. 181.

²⁷⁹ Sobre o canibalismo em Pernambuco, ver: PUNTONI, 2002. A respeito do canibalismo na África, ver HENRIQUES, 2004.

²⁸⁰ ROQUE, 2011, p. 93-94.

2.2 Os sertões dos religiosos

Ao percorrerem os espaços da África e América e elaborarem relatos e informações sobre esses lugares, os diversos religiosos da Igreja Católica, oriundos de diferentes lugares da Europa, deixaram uma rica documentação que nos permite elucidar alguns detalhes acerca da construção das representações sobre os sertões de Pernambuco e Angola. Para analisar esses documentos, é necessário considerar os interesses portados por esses homens da fé.

Segundo Isabel de Castro Henriques, a atividade missionária pretendia, dentre outras coisas, não só demonstrar a inferioridade religiosa do *Outro*, mas destinava-se também a assegurar a sua transição para o espaço religioso cristão. Ainda segundo Henriques, tanto na África quanto no Brasil, isso estava inserido no quadro lógico da dominação. As atividades religiosas empreendidas pelos europeus estavam imbuídas de “preconceito que considera as religiões dos *Outros* como destituídas de autenticidade”.²⁸¹

De acordo com Maria Manso, Portugal nem sempre conseguiu implantar-se de maneira mais pacífica na África, América e no Oriente. “À medida que as viagens aumentavam, os portugueses descobriram a resistência do *Outro* e elaboravam uma avaliação de seu modelo cultural, centrada, sobretudo, nos aspectos que pareciam estranhos e diferentes ao olhar europeu”.²⁸² Uma das motivações da colonização é inspirada no projeto de dilatar a fé à medida que se dilata o império. Baseado nisso, foram postas em prática estratégias de conquista e conversão que alteraram o modo de vida de sociedades africanas que, por ricochete, também alteravam o modo de vida de sociedades europeias.²⁸³

Como diz Carlos Almeida, ao se analisar a documentação produzida pelos diversos religiosos, é preciso pensar “o fenómeno missionário nas suas múltiplas conexões problemáticas, no contexto de uma Europa em processo de afirmação identitária, sob o signo da contra reforma e do movimento de expansão ao encontro de outros mundos”.²⁸⁴ Sendo assim, ainda segundo Almeida, é preciso considerar especificidades do discurso missionário, pois o olhar do religioso é um olhar motivado, portador daquilo que ele (missionário) considera ser uma verdade. “O fito da sua ação é a difusão desse modelo e a conquista de almas para o campo do cristianismo.” Por mais que os missionários se esforçassem em anotar

²⁸¹ HENRIQUES, 2004, p. 42.

²⁸² MANSO, 2006, p. 105.

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ ALMEIDA, Carlos José Duarte de. *Uma infelicidade feliz: a imagem de África e dos africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do século XVI – primeiro quartel do século XVIII)*. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009. p. 8.

a diversidade da paisagem e a diferença cultural, é preciso lembrar que esse é “um olhar que sempre projeta sobre o real, natural ou cultural, o manto solene da conversão”.²⁸⁵

Nesse caso, trazendo essa perspectiva para nosso trabalho, percebe-se que os sertões de Pernambuco e Angola, apesar das diferenças físicas e humanas que tinham entre si, muitas vezes se aproximavam um do outro no que tange a ação e representações que os religiosos faziam deles. Essa experiência de contato com diferentes culturas e produção e circulação de saberes fez surgir uma imagem de lugares diversos, mas baseada num só prisma, que era o da difusão da fé e dominação, independentemente do tipo de ordem religiosa e dos sertões percorridos.

Alguns dos costumes dos africanos e ameríndios, incluindo suas religiões e crenças, serviram de motivo para se promover o avanço da fé cristã. De acordo com Joseph Abraham Levi, por conta da própria formação religiosa que recebiam, os missionários

[...] tinham a tendência de identificar a religião cristã com a civilização europeia. Conseqüentemente, eles tentaram – pondo ao risco até a própria vida – ‘conquistar’ as almas africanas para depois levá-las à ‘verdadeira fé’, esta última a incluir uma conduta de vida segundo o modelo europeu.²⁸⁶

Em razão disso, a representação de qualidade negativa sobre os espaços dos sertões e seus habitantes autóctones fazia parte da estratégia de enaltecimento dos próprios feitos dos religiosos, pois quanto mais esses homens referendavam uma imagem de espaços difíceis, insalubres e de pessoas bárbaras e violentas, mais estavam valorizando as próprias ações, os próprios esforços de conversão em relação ao *Outro*. Por exemplo, sobre a África Ocidental, em meados do século XVII, o missionário Giovanni Antonio Cavazzi de Montecuccolo afirmou o seguinte: “e quanta moléstia experimentam os missionários que andam por aquelas terras em busca de alma, por causa das ciladas de tantos bichos [de toda a espécie de bestas], deixo que o leitor o considere com sentimento de compaixão”.²⁸⁷

A própria selvageria imputada pelos europeus a esses espaços e habitantes servia de justificativa para as ações de conquista espiritual e territorial. Em Angola, por exemplo, de acordo com Levi, o comportamento violento e antropofágico dos Jaga parece ter sido inventado pelos portugueses. “Os Jagas são o bode expiatório, o inimigo conveniente para

²⁸⁵ ALMEIDA, 2009, p. 26.

²⁸⁶ LEVI, Joseph Abraham. Padre Giovanni Antonio Cavazzi, 1621-1678, nos reinos do Congo, Matamba et Angola: primeiros contactos europeus com a África. *Estudos Portugueses e Africanos*, v. 33-34, n. 1-2, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286625933>. Acesso em: 3 abr. 2018.

²⁸⁷ MONTECÚCCOLO, 1965, v. 1, p. 59.

ambas a Coroa e a Igreja”.²⁸⁸ Em outras palavras, ao que parece, os Jaga nunca fizeram aquilo que os portugueses disseram ter feito (crueldades e barbaridades: pais que vendiam e/ou comiam os próprios filhos; mães que laceravam e/ou trituravam no almofariz as próprias crianças; açougues com carne humana à venda). A estratégia era imputar a eles o estigma de canibais e ferozes “para justificar a presença europeia em solo africano com a consequente ajuda espiritual, ‘civilizadora’ e salvadora da Igreja”.²⁸⁹

Nesse panorama, as representações feitas acerca dos habitantes e dos espaços dos sertões, de ambos os continentes, cada vez mais ganhavam um peso negativo no intuito de justificar a necessidade dessas conquistas. Nos relatos dos religiosos, os autóctones eram descritos como preguiçosos, incultos, idólatras, violentos, traiçoeiros, e sobre alguns grupos lançava-se a acusação de antropofagia.²⁹⁰ Já os espaços cada vez mais passam a ser tidos pejorativamente por “matos”, “agrestes”, entre outras denominações. O sertão era colocado como o oposto da costa: era o lugar dos não cristãos, onde os inimigos da fé adentravam para se esconder. Já os povoados portugueses edificadas na costa, eram o lugar da virtude, da doutrina cristã, da cura espiritual, onde até os indígenas aliados dos portugueses não viam outro “remédio” a não ser acomodar-se a esses costumes europeus de habitação e religião.²⁹¹

Seguindo a lógica do pensamento vigente de aproveitamento e evangelização dos espaços e habitantes, o padre Azpilcueta Navarro afirmou o seguinte sobre o sertão do vale do São Francisco, localizado entre Pernambuco e Bahia, no ano de 1555:

[...] o fructo solido desta terra parece que será quando se for povoando de Cristãos. Deus Nosso Senhor por sua misericórdia saque estes miseráveis das abominações em que estão, e a nós outros dê sua graça, para que sempre façamos sua santa vontade.²⁹²

²⁸⁸ LEVI, 1999, p. 11.

²⁸⁹ *Ibid.*

²⁹⁰ Ver HOLANDA, 2000. p. 11. Em relação à África, Isabel de Castro Henriques fez uma análise sobre a invenção da antropofagia. HENRIQUES, 2004, p. 225-246.

²⁹¹ Por exemplo, durante uma guerra ocorrida em meados de 1550, na Bahia, foi informado o destino dos grupos indígenas derrotados pelos cristãos: “[...] despovoaram a terra e se foram a morar ao sertão dentro, e os que se confederaram com os nossos, vendo que não havia outro remédio, determinaram de se accommodar a nossos costumes, fazendo de necessidade virtude, assi que dahi a poucos dias começaram a fazer casas aonde lhe fossemos ensinar a doutrina christã.” Nesse caso, o antedito relato nos mostra que o sertão era pensado como o lugar de esconderijo dos não cristãos, já os povoados coloniais inseridos no litoral eram colocados como os lugares das doutrinas cristãs. Ver: SUMMA (106) de algumas cousas que iam em a não que se perdeu do Bispo pera o nosso padre Ignácio. In: CARTAS avulsas 1550-1568. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. p. 168. (Série Cartas Jesuíticas, 2). Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4676/1/003816-2_COMPLETO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2018.

²⁹² AZPILCUETA NAVARRO, João de. Carta (90) do padre João de Azpilcueta escrita de Porto Seguro a 24 de junho de 1555. In: CARTAS avulsas 1550-1568. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. p. 150. (Série Cartas Jesuíticas, 2). Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4676/1/003816-2_COMPLETO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2018.

Isso nos mostra que, para o referido padre, o sertão era um *locus* não aproveitado em razão da falta de cristãos e da presença de pessoas tidas por abomináveis, que deveriam ser salvas desse tipo de comportamento.

Já na África, temos um exemplo também a respeito do aproveitamento e evangelização do interior continental. Em 1594, o padre Pero Rodrigues determinava que a cada ano fosse “um padre e um irmão em missão pela ilha de Luanda e terra firme a confessar, batizar e fazer os demais ministérios da companhia”. Contudo, o referido padre alertava para que, de modo algum, se aplicasse o Santo Batismo aos “fidalgos em Angola” até a terra estar conquistada e sujeita. Nesse antedito caso, ficam nítidas as ambições de conquista física e espiritual sobre os sertões. O padre alerta, a respeito de alguns desses lugares do interior do continente, que o povoado de Massangano, por exemplo, era “lugar mais prejudicial à saúde” que se tinha no Reino.²⁹³

Por outro lado, em determinadas vezes, as descrições dos esforços dos religiosos vinham acompanhadas de solicitações de recursos para a execução das suas atividades. Ao analisar a ação de missionários capuchinhos que passaram pela África, no século XVII, Joseph Abraham Levi comenta, por exemplo, que esses homens imploravam “a cúria para reforços, espirituais assim como materiais, estes últimos sempre bem aceites”.²⁹⁴ Sendo assim, pensamos que, ao solicitarem ajuda financeira para o processo de campanhas de evangelização dos mais distantes lugares, ao longo dos séculos, os clérigos faziam uso das representações pejorativas sobre esses espaços e pessoas que lá habitavam como forma de comover a Coroa para seus intentos.

Num documento elaborado pelo Bispado de Pernambuco, no ano de 1749, consta uma lista das missões, fazendas e povoações situadas em alguns lugares entre os sertões de Pernambuco e Bahia. No referido documento, é possível identificar termos como “índios brabos da mais bárbara nação”, “gentios mais bárbaros”. Pensamos que esses e outros termos foram colocados propositalmente no documento como estratégia de comover a Coroa para a liberação de recursos acerca das atividades empreendidas pelos religiosos, pois os ditos vocábulos aparecem justamente nas partes onde se informava a necessidade de liberação de

²⁹³ BRÁSIO, António Duarte, Padre. O padre Pero Rodrigues visita a Missão de Angola, 15-4-1594. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1570-1599*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953e. v. 3, p. 471-479. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34722/1/MMA_completo_Vol_3.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

²⁹⁴ LEVI, 1999, p. 15.

dinheiro por parte da Fazenda Real para edificação de igreja, gasto de batismos dentre outras coisas.²⁹⁵

Já em Angola, no ano de 1797, o bispo daquela colônia lamentava a ruína em que se encontrava a Igreja Católica nos reinos da África Centro-Occidental. Em carta ao Conselho Ultramarino, rogava para que o secretário do ultramar não deixasse “de se compadecer dos gemidos e soluços desta aflita e moribunda mãe [igreja]”.²⁹⁶ Segundo ele, “nos imensos sertões” dos reinos de Angola, Benguela e Congo, que faziam parte do Bispado:

[...] não tem padecido menos as coisas da fé, pois que em quase todos eles já mal se divisam por entre as sombras do gentilismo os últimos, e já bem amortecidos os raios de sua luz [da igreja], que só servem para mostrar que está por instantes a apagar-se de todo.²⁹⁷

A forma como o referido bispo descreveu sua correspondência era recheada de termos e frases que certamente tinham o objetivo de comover o leitor e de propagandear a situação em que a Igreja se encontrava na África Centro-Occidental. Para justificar a suposta má situação da Igreja e solicitar também auxílio financeiro à Coroa, o bispo não se furtou em recorrer e listar variados documentos elaborados ao longo dos últimos 200 anos que traziam relatos feitos por alguns indivíduos sobre os três reinos na África, principalmente, em relação aos respectivos sertões. Amparado nessas descrições, o bispo de Angola representa os sertões como bárbaros, embora também critique Luanda, a capital do Bispado, pela “supertição com a religião”.²⁹⁸

Em sua descrição, o supracitado bispo fez uso de diversos termos e expressões para representar o lado negativo dos sertões: “o clima” que “espanta, apalpa e mata”, “poucos párocos”, “cristãos “meio selvagens”, “o abuso e desprezo” dos sacramentos, “as trevas do paganismo” e, até mesmo, “a busca por fortunas”, “enganos, roubos e extorsões” praticados por alguns missionários. Em outras palavras, a barbaridade imputada pelo bispo aos sertões ia desde o clima, passando pela religião dos negros, pelas mestiçagens religiosas adotadas por alguns cristãos e, até mesmo, pelo mau comportamento de alguns missionários. Interessante notar também que, nesse período, a barbaridade já não estava imputada somente aos espaços naturais e ao hábito dos autóctones africanos, estava também no comportamento considerado errático adotado por alguns cristãos estabelecidos nesses lugares.²⁹⁹

²⁹⁵ AHU_ACL_CU_015, cx. 69, D. 5845.

²⁹⁶ AHU-Angola, cx. 83, doc. 32.

²⁹⁷ AHU-Angola, cx. 83, doc. 32.

²⁹⁸ AHU-Angola, cx. 83, doc. 32.

²⁹⁹ AHU-Angola, cx. 83, doc. 32.

Por fim, esse tipo de imagem pejorativa sobre os sertões pode ser percebido até mesmo na documentação administrativa ou militar, emanada de Pernambuco e Angola, que levavam informes sobre as atividades religiosas desenvolvidas por esses clérigos nos sertões. Nela, não raro constam os sertões como lugares inóspitos onde até mesmo alguns clérigos não aguentavam a penúria e abandonavam sua paróquia.³⁰⁰ Em plena segunda metade do século XVIII, por exemplo, o militar Alexandre Elias da Silva Correa dizia que a presença da Igreja nas povoações portuguesas no sertão de Angola era deficiente. Dizia ele: “as igrejas ali se conhecem somente pela casca: o âmago está vazio. Nem mesmo há párocos que queiram sacrificar-se a pestilência do clima, e a falta de socorros necessários para restabelecer a natureza enferma”.³⁰¹

Contudo, não só de elementos depreciativos eram representados os sertões dos religiosos. Embora a predominância fosse sobre esses últimos, é possível perceber também que a imagem dos sertões oscilava nos relatos dos missionários que marchavam em direção ao interior no intuito de promover a evangelização. Em outras palavras, é bem verdade que os sertões eram vistos como lugar de sofrimento, de danação, agreste, inculto, onde se refugiavam ameríndios e africanos com seus costumes, mas é possível também perceber em trechos de determinados relatos a imagem de um sertão mais aprazível, de bons ares, bons solos, de variados conhecimentos dos autóctones úteis para a sobrevivência.

No Brasil, por exemplo, no ano de 1553, o padre cronista Azpilcueta Navarro registrou uma viagem que fez ao sertão do rio São Francisco entre Pernambuco e Bahia. Azpilcueta Navarro percorreu “pela terra dentro 350 léguas” até atingir o vale do rio São Francisco. Ao longo do trajeto, o padre descreveu tanto uma terra agreste, quente e áspera quanto também de lugares aprazíveis, de bom clima, bom solo. “[...] são mui planas e fermosas: parece-me que nascerá nellas bem tudo quanto lhes plantarem ou semearrem, porque do mantimento que usam os índios e de diversas frutas ha grandíssima cópia [...]”.³⁰² No antedito trecho, o padre comenta não só o bom caráter do solo para se plantar, como também revela hábitos e conhecimentos que os indígenas possuíam desses lugares a respeito de mantimentos e alimentação. A variação de presença humana com suas qualidades também era anotada por Azpilcueta Navarro; havia “logares despovoados”³⁰³, lugares com indígenas que detinham

³⁰⁰ Sobre isso ver: ANDRADE; MARQUES, 2017.

³⁰¹ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Editorial Ática, 1937. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa. Série E, Império Africano). p. 94.

³⁰² AZPILCUETA NAVARRO, 1931, p. 149.

³⁰³ AZPILCUETA NAVARRO, 1931, p. 147.

conhecimento de sobrevivência (como no caso acima), e também “toda a terra povoada em derredor de diversíssimas gerações de índios mui bárbaros e cruéis”.³⁰⁴

Esse entrelaçamento de percepções a respeito dos espaços físicos do sertão do São Francisco e dos habitantes indígenas ali localizados pode ser sintetizado neste trecho descrito por Azpilcueta Navarro:

Saberão, Irmãos caríssimos, que entramos pela terra dentro 350 léguas, sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui fragosas que não tem conto, e tantos rios que em partes, no espaço de quatro ou cinco léguas, passamos cincoenta vezes contadas por água, e muitas vezes, si me não socorreram, me houvera afogado. Mais de três meses fomos por terras mui humidas e frias por causa dos muitos arvoredos e das arvores, mui grossas e altas, de folha que sempre está verde. Chovia muitas vezes; e muitas noites dormimos molhados, especialmente em lugares despovoados e assim todos, em cuja companhia eu ia, estiveram quase á morte de enfermidades, uns nas aldêas, outros em despovoados, e sem ter outra medicina que sangrasse de pé, forçando a necessidade a caminhar; e sem ter outro mantimento ás mais das vezes que farinha e água não perigou nem um, porque nos socorreu Nosso Senhor com sua misericórdia, livrando-nos também de muitos perigos de índios contrários, que algumas vezes determinavam matar-nos; principalmente em uma aldêa grande onde estavam seus feiticeiros fazendo feitiçarias, aos quaes, porque andam de uma parte para outra, fazem os índios grandes recebimentos, concertando os caminhos por onde hão de vir e fazendo grandes festas de comer e beber. Estava, pois, nesta aldeia muita gente de outras aldeias que era vinda ás festas dos feiticeiros: logo que nós chegamos, houve entre elles algum alvoroço; mas um índio principal que ia conosco, mui bom homem, começou a fazer-lhes, uma pratica a seu modo, com que socegaram.³⁰⁵

O sertão do São Francisco foi descrito por Azpilcueta Navarro como se tivesse lugares vazios de presença humana ou como lugares com a presença de grupos indígenas, sendo alguns desses indígenas considerados “bons” e possuidores de conhecimentos da terra que poderiam ser aproveitados pelos colonizadores. A farinha citada certamente era um dos alimentos indígenas usados pelo padre. Já outros grupos indígenas, eram tidos como “contrários” e “feiticeiros”, certamente por ficarem desconfiados com a presença dele e por praticarem diferente religião. Nesse caso, temos alternância de imagens sobre os indígenas, a depender dos grupos a que cada um pertencia, o que nos revela nas entrelinhas a variedade desses habitantes dos sertões. O sertão também foi descrito como lugar de enfermidades, mas boa parte dele foi descrito como lugar aprazível, de bons ares, onde tinha água para socorrer a sede.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 149.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 147.

Os animais não passaram despercebidos aos olhos e registros do padre cronista.

Os tempos são mui temperados, fora de alguns annos seccos. Ha muita caça, assim de animaes como de aves: ha uns animaes que se chamam antas, pouco menores que mulas, e parecem-se com ellas, senão que têm os pés como de boi. Também ha muitos porcos montezez e outros animaes que têm uma capa por cima á maneira de cavado armado; ha raposas, lebres e coelhos, como nessa terra. Ha muitas castas de macacos, entre os quaes uns pardos com barba como homens; ha veados, gatos montezez, onças, tigres e muitas cobras, entre as quaes ha umas que têm no rabo uma cousa á maneira de cascavel, e também sôa, e quando topam alguma pessoa bolem e fazem soido com elle, e si acerta de se não apartar, mordem-na e poucos escapam dos mordidos que não morriam. Ha umas aves que são como perdizes; outras como faisões, com outras muitas diversidades: também vi em poder de Indios dois abestruzes.³⁰⁶

Pelo descrito acima, dá para perceber novamente que Azpilcueta Navarro mostrou as duas faces do clima do sertão: em um momento temperado, em outro seco. Ele possivelmente estava a captar as mudanças de estação do ano ou, então, as particularidades dos microclimas constituintes desses vastos espaços percorridos. Em relação aos animais, basicamente dividiu a representação em duas partes: na primeira, ele cita os animais importantes para a caça e certamente para alimentação dos homens: eram as aves, antas, raposas, coelhos, lebres, etc. Já na outra parte, apareceram descritos animais selvagens e/ou perigosos: eram os macacos, gatos monteses, onças, tigres³⁰⁷ e muitas cobras, como a cascavel. As cobras, por sinal, eram um dos animais perigosos mais citados nos relatos dos diversos viajantes que percorreram os sertões de Pernambuco e capitânicas anexas.

Apesar de ressaltar mais os diversos perigos pelas partes daquele sertão que percorreu – afogamentos por conta dos rios, crueldade dos índios, ataque de serpentes e outros animais selvagens – o padre cronista Azpilcueta Navarro não se escusou em apontar também coisas positivas que lhe chamaram a atenção: índios bons, terras úmidas e frias, terra de bons frutos, conhecimentos indígenas, abundância de animais para caça e alimentação.

Em certos relatos, na África, é possível verificar os sertões do Congo e Angola sendo representados como lugares aprazíveis. Em 1578, o padre Baltazar Afonso, ao relatar em carta experiências de sua vida apostólica, referiu-se da seguinte forma em relação ao litoral do Reino do Congo: “[...] ao longo desta costa hé muito estéril, chove muito pouco, mas polla

³⁰⁶ AZPILCUETA NAVARRO, 1931, p. 150.

³⁰⁷ Não há tigres nas Américas. Ao citar esse animal, possivelmente o padre queria referir-se a algum outro felino habitante dos sertões do Brasil. O padre escreveu seu relato em 1550. É necessário lembrar que os estudos científicos sobre as classes de animais só serão mais desenvolvidos nos séculos seguintes.

terra dentro hé muito fértil de muito mantimento.”³⁰⁸ Já no trecho de outra carta de um padre anônimo escrita ao Provincial de Portugal, no ano de 1587, consta o seguinte:

O sertão deste Reyno [Angola], vinte & trinta legoas da costa hé abundantíssimo de carnes & mantimentos de toda a sorte, & tam fresco & regado de boas agoas, que todo parece hum jardim; com tudo pera a banda do mar, na distancia que disse, hé tam estéril de mantimentos & agoas, que não se pode caminhar por elle sem leuar tudo o que se requiere pera sustentação da vida, & como não há caualgaduras, até agoa pera beber, & as vasilhas pera fazer o comer hé necessário leuar em hombros de negros, & tãbem o mantimento pera elles, & tenda pera o campo: [...].³⁰⁹

Esses sertões, nos dois relatos acima, são referenciados como abundantes de alimentos e de bom clima, chuva, águas e terra fértil. Entretanto, o mais interessante é que os dois padres fizeram referência oposta ao litoral. Este foi representado como estéril de mantimentos e águas. Aqui, eles estabelecem uma dicotomia inversa sertão/litoral, sendo o interior o aprazível enquanto a costa marítima é insalubre.³¹⁰ Ao que parece, esse tipo de representação torna-se cada vez mais rara com o passar dos séculos, em que a costa passará a ser o lugar de atração e o sertão vai sendo colocado na posição de inóspito.

Alguns anos após a produção das duas cartas acima, deparamos com um documento a respeito da história da residência dos padres jesuítas em Angola, escrito em 1594. No início do documento, há uma descrição a respeito da localização do reino dos Mbundu. Além de ter suas fronteiras descritas, o reino de Mbundu é identificado na mesma altura que Pernambuco, no sentido leste - oeste.³¹¹ Essa descrição nos mostra, talvez, um dos primeiros exemplos intencionais de paralelismo geográfico estabelecido entre Angola e Pernambuco durante o século XVI. No referido documento, não há mais nenhuma descrição sobre Pernambuco, afinal, esse não era o objetivo de quem elaborou os relatos. Porém, há descrições pormenorizadas sobre os espaços de Angola.

³⁰⁸ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta do Padre Baltasar Afonso, 25-8-1578. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1570-1599*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953a. v. 3, p. 172. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34722/1/MMA_completo_Vol_3.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

³⁰⁹ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta de um padre ao provincial de Portugal, 1512-1587. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1570-1599*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953b. v. 3. p. 349. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34722/1/MMA_completo_Vol_3.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

³¹⁰ Esse tipo de perspectiva de sertão aprazível e costa marítima insalubre também aparece nos relatos de Garcia Mendes Castello Branco, um explorador, capitão, juiz e provavelmente mercador que acompanhou Paulo Dias de Novaes, na segunda expedição à Angola, de 1574-1575. Segundo Branco: “As terras de Angola, de junto ao mar, são seccas e de pouca agua, e a que há é salobra, e de poucos arvoredos, porém, por dentro é mui fértil e viçosa pela parte de Aulamba, que é entre o rio Dange e Coanza, até o Dongo [...]”. CORDEIRO, Luciano. 1574-1620. *Da Mina ao Cabo Negro Segundo Garcia Mendes Castello Branco*. Memórias do Ultramar. Viagens, Explorações e Conquistas dos Portuguezes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 21.

³¹¹ Está [o reino dos Mbundus] em nove graos na Etiopia meridional norte sul, entre o de Congo e o de Benguella, leste oeste com Pernambuco na costa do Brasil. BRÁSIO, 1954. v. 4, p. 546.

Contudo, no dito documento acima, pode ser observado que a costa marítima daquele território na África era tida como um bom local, enquanto o sertão era tido como inóspito. As terras do sertão tinham “exsseço de frio e nenhum de calma”, e ao longo da costa, havia “muitas de bons ares, e sadias”. Como exemplo de ilustração, afirma-se no documento que os lugares ao longo do rio Quanza “são doentios” e a vila de Massangana é “enferma”. Já alguns lugares marítimos, como o morro onde está situada a vila de São Paulo de Luanda, são sadios “e de bons ares”. Entretanto, nessa história, pode também ser percebido que nem toda costa era saudável nem todo sertão inóspito, pois algumas partes da costa são tidas como “doentias” enquanto a terra de Cambambe, no sertão, é tida como “tão temperada” que era comparada “nos ares a Cintra”, Portugal.³¹² Sendo assim, a dita história nos revela uma imagem que se alternava e se sucedia em relação à costa e ao sertão a depender dos lugares em que eram referenciadas. Nesse caso, parecia haver uma preocupação no documento em não generalizar as imagens sobre a costa e o sertão, e sim mostrar suas pluralidades de espaços, climas, salubridades.

Outro exemplo da pluralidade de espaços, climas, salubridades e cultura na África Centro-Occidental pode ser percebido na obra do missionário italiano Giovanni Antonio Cavazzi de Montecuccolo, escrita durante a segunda metade do século XVII, intitulada *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Segundo Francisco Leite de Faria, o livro do referido missionário foi considerado importante nos dois séculos seguintes por conta do conhecimento da geografia e da história natural de Angola e Congo. Além de percorrer este último lugar, Cavazzi chegou a viver em Angola durante quase treze anos (1654-1667), por onde viajou da costa ao interior: Luanda, Muxima, Massangano, Cambambe, Ambaca. Em meados de 1667, o missionário embarcou da África para o Brasil, onde ficou um ano em Pernambuco, hospedado no Hospício dos Capuchinhos Franceses, e dali partiu para Lisboa e depois Itália.³¹³

Em sua obra, identificamos que Cavazzi, por algumas vezes, estabeleceu comparações entre Angola e Pernambuco, quando, por exemplo, comparou as cores das serpentes do primeiro território com a serpente coral que viu no segundo; ou, então, quando comparou o tamanho e a peçonha do camaleão de Pernambuco com o da África Centro-Occidental (generalizada por ele como Etiópia).³¹⁴

³¹² BRÁSIO, 1954, v. 4, p. 547-548.

³¹³ FARIA, Francisco Leite. *João Antônio Cavazzi: a sua obra e a sua vida*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

³¹⁴ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965. v. 1, p. 78; v. 2, p. 274.

De acordo com Linda Heywood e John Thornton, a obra de Cavazzi é tida pela historiografia como pormenorizada e rica em informações etnográficas, mas muito carregada de preconceitos devido à personalidade do autor e sua visão ocidental que projetava sobre os espaços e habitantes africanos.³¹⁵ O trabalho do referido missionário é marcado por insistentes recorrências sobre intervenções divinas ou diabólicas no cotidiano africano, que fez até mesmo com que as autoridades eclesiásticas possivelmente as considerassem anacrônicas e falhas. Sendo assim, Heywood e Thornton descrevem que “a personalidade e a visão de Cavazzi afetaram a natureza de sua obra”.³¹⁶

Para termos uma ideia dessa visão negativa citada por Heywood e Thornton, observamos que Cavazzi já inicia sua obra referindo-se que os três reinos (Angola, Matamba e Congo) eram tão fecundos em “monstros nessas regiões como em todo vastíssimo continente”.³¹⁷ Especificamente sobre Angola, diz: “toda província é áspera e inculta.”³¹⁸ Sobre os africanos, Cavazzi os considera de bárbaros costumes, idólatras, feiticeiros, violentos, preguiçosos, traiçoeiros, caluniosos, invejosos, perniciosos, desumanos e todas as más qualidades. Enfim, descreve aquilo que considera “defeitos naturais e morais”.³¹⁹

A respeito de Pernambuco, após sua saída de Angola e passagem pela Bahia, dizia Cavazzi: “[...] muitas vezes pedi que me desembarcassem na praia, com intenção de continuar viagem a pé, embora a terra fosse habitada por canibais.” O cronista também se queixou muito do clima:

[...] muito úmido devido às numerosas lagoas, agravou o meu mal mediante uma erisipela muito quente nas pernas [...]. Julgo que foi também o clima que causou também ao meu companheiro uns acidentes apopléticos que, além do perigo da vida, o deixaram com a boca estranhamente torcida e deforme.³²⁰

Ele também chamou a atenção para animais peçonhentos “nos arredores de Pernambuco”: a serpente coral, “perigosa” e “a mais venenosa do país”; aranhas “do tamanho de caranguejos”, com dentes “do tamanho dos dum cão”.³²¹

De fato, essa visão repulsiva vista acima está marcadamente presente na obra do referido missionário. Contudo, em determinadas vezes, ele não deixa de enaltecer certos

³¹⁵ HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. *Njinga Rainha de Angola: a relação de Antonio Cavazzi de Monteccúcolo*, 1687. Lisboa: Escolar Editora, 2013. p. 2-8.

³¹⁶ HEYWOOD; THORNTON, 2013, p. 3.

³¹⁷ CAVAZZI DE MONTECÚCOLO, 1965, v. 1, p. 15.

³¹⁸ *Ibid.*, v. 1. p. 23.

³¹⁹ *Ibid.*, v.1, p. 81.

³²⁰ *Ibid.*, v. 2, p. 273-274.

³²¹ *Ibid.*, v. 2.

lugares ou de reconhecer explícita ou implicitamente a produção cultural de alguns habitantes. Em relação a outros animais de Pernambuco, por exemplo, chamou a atenção para “a beleza” do papagaio, “as brincadeiras” e “a graça” do macaco, e “o estupendo” saguim, que, no Brasil e em Angola, “eram vendidos por grandes preços”.³²² Sobre o clima dos três reinos de África acima citados, afirmou: “o calor, porém, embora pareça veementemente ao máximo, não é intolerável, como os antigos julgaram, pois, durante a noite [...] sopra suavemente a aragem com a frescura de copioso orvalho, aliviando vegetais e homens”.³²³ Sobre o solo para agricultura, ele se preocupa em lembrar que eram diversos em termos de fecundidade, mas, de forma geral, diz que o litoral era “um tanto quanto estéril, pelo veemente calor” e que o interior, porém, daria colheitas abundantes.³²⁴ Nesse antedito trecho, o missionário restabelece aquela imagem de um litoral inóspito e de um sertão fértil. A respeito de um dos produtos cultivados, comenta que a bananeira, chamada pelos Mbundu de “mahonjo”, “tem folhas semelhantes a lindíssimo rebento”, “direitinhas”, “sempre verdes”, “ao soprar de uma aragem fresca batem delicadamente entre si e, em doce sussurro, conciliam suavíssimo sono”.³²⁵

A respeito do lugar chamado Chela, em Angola, Cavazzi afirmou que os habitantes cultivavam a parte mais alta, “onde gozam de um clima ameníssimo, pelo que parece uma das maiores maravilhas do mundo”.³²⁶ Já sobre o Quanza, Bengo e Dande, afirmava haver “deliciosos lugares”, onde se têm “abundantes” legumes, frutas, caças, gado, cereais, campos férteis e minas de ferro “abundantes e ricas”.³²⁷ A respeito do Huaco, diz: “os naturais estão sujeitos a muitas enfermidades inerentes ao clima”, especialmente a uma, chamada “quiongo”, que ataca os nervos, produz dores de cabeça, vertigens, convulsões, tremor das pernas e ordinária devassidão. Porém, de forma velada e discreta, o missionário parece reconhecer nas entrelinhas o conhecimento desses “naturais” da terra em relação ao tratamento e à produção de um medicamento por estes homens, que até “os europeus e os outros não naturais” fazem uso para precaverem-se da referida doença.³²⁸

Reconhecimentos, embora sem alardes, de diversas atividades desenvolvidas pelos autóctones, no âmbito da alimentação, vestimenta e habitação, podem ser encontrados em vários exemplos presentes no livro 1 da obra de Cavazzi sobre a África Centro-Occidental. Em relação à árvore “aliconde”, diz que os naturais fazem panos com a casca, farinha nutritiva a

³²² CAVAZZI DE MONTECUCOLO, 1965, v. 2, p. 275.

³²³ *Ibid.*, v. 1, p. 34.

³²⁴ *Ibid.*, v.1, p. 37.

³²⁵ *Ibid.*, v.1, p. 47.

³²⁶ *Ibid.*, v.1, p. 25.

³²⁷ *Ibid.*, v.1, p. 31-33.

³²⁸ *Ibid.*, v.1, p. 28.

partir do fruto, sabão com as cinzas das folhas, recipientes de água com a casca do fruto, entre outras coisas. De outras árvores, ervas e raízes (nsafu, cassaveira e palmas), o missionário refere-se que os habitantes “naturais” extraem remédios para os mais diversos tipos de problemas: “sedativos para o cérebro”, “fluxões catarrais”, óleos para “feridas” entre tantos outros.³²⁹ Em relação à habitação dos africanos dos três reinos, o referido missionário diz que são feitas de pau com camada de barro amassada com palha. “Exteriormente são toscas e mal feitas que não podem ser comparadas com os mais míseros casebres da Europa.” Contudo, apesar desses aspectos, reconhece que a disposição espacial delas serve para os habitantes se abrigarem das feras e dos inimigos, mediante cercas de “robustas sebes à maneira de labirinto com passagens muito apertadas e intrincadas”. Ainda segundo ele, esse modo de construir torna “muito difícil” o acesso a feras e inimigos ao entrar e sair.³³⁰

Por todos esses relatos descritos acima, podemos perceber que os sertões dos religiosos foram representados com uma carga pejorativa em relação a seus espaços e habitantes, fruto de um olhar ocidental e cristão que estranhava muitos dos hábitos e costumes dos povos distantes dos núcleos de padrão cultural europeu. Porém, isso não significa que esses homens só enxergassem os sertões dessa forma. Em alguns relatos, é possível perceber também os sertões com características aprazíveis, sobretudo nos primeiros séculos de chegada portuguesa à África e ao Brasil. A imagem repulsiva começa a se sobrepor em relação à atrativa principalmente a partir de meados do século XVII. Ao que parece, isso se relaciona também com o processo de expansão da conquista territorial empreendida sobre esses distantes lugares. Quanto mais esses espaços e habitantes eram representados de forma pejorativa, mais se justificava a necessidade de realizar o processo de civilização e de evangelização sobre eles. É bem verdade que realmente havia dificuldades e os mais diversos tipos de problema sobre esses lugares. Até mesmo os relatos emanados pelo poder da Coroa na colônia (os governadores) confirmam isso. Entretanto, não só de doenças, feras, clima e vegetação inóspita eram formados os sertões, havia também outro lado mais aprazível, atrativo, de bons climas e ares, com populações autóctones que detinham conhecimentos sobre alimentação, cura e habitação.

³²⁹ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965, v.1, p. 42.

³³⁰ *Ibid.*, v. 1, p. 133-134.

2.3 Os sertões dos militares

Por conta das guerras de expansão terrestre portuguesa, em ambos os continentes, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, o medo e o perigo passaram a predominar nas representações dos sertões. Esse predomínio revela-se, em parte, nos documentos relativos às petições e requerimentos de militares que passaram e/ou se estabeleceram nos sertões de ambos os continentes. Estrategicamente, no sentido de enaltecer seus feitos naqueles lugares, soldados, cabos, sargentos, tenentes e capitães-mores representaram os sertões da forma mais inóspita possível. O interesse deles era obter alguma benesse da Coroa Portuguesa.

No ano de 1728, Raphael Bluteau utilizou a seguinte frase para exemplificar o vocábulo sertão em seu dicionário: “o lugar em que faz maior calma.”³³¹ Décadas depois, era a vez de Morais Silva, em 1789, dizer o seguinte: “[lugar] da calma, lugar onde ela é mais ardente.”³³² Embora usassem palavras diferentes, ambos os dicionaristas exemplificaram praticamente o sertão da mesma forma. Porém, esse outro lado do sertão, o da calma, não aparece em muitas das informações produzidas a respeito do interior do Brasil e de Angola, entre fins do século XVII e início do século XIX. Muito pelo contrário, o que predominou mais nessa época foi uma descrição negativa acerca desses interiores, principalmente nos documentos de âmbito militar.

“Perigosos”, “doentios”, “violentos”, “bárbaros”, “selvagens” eram alguns dos adjetivos imputados sobre os espaços dos sertões e seus habitantes. Essa predominância de que estamos a falar não necessariamente significa que os sertões não tivessem também boas qualidades. Entretanto, geralmente, essas últimas eram encobertas pela ênfase dada ao lado negativo devido à conjuntura da época. Como afirma Kalina Vanderlei Silva, em relação a alguns cronistas que escreveram sobre os sertões de Pernambuco ao longo do período colonial, “cada discurso de cada cronista era não o fruto de um conjunto de opiniões e visões particulares, mas uma partícula de um imaginário maior que abarcava o próprio autor”.³³³

Nos séculos XVII e XVIII, as guerras empreendidas pelos conquistadores contra muitos dos grupos indígenas e de africanos que habitavam os sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola, respectivamente, contribuíram para a construção de uma

³³¹ BLUTEAU, 1712-1728, v. 7, p. 613.

³³² SILVA, 1813, v. 2, p. 693.

³³³ Portanto, de acordo com Kalina Silva, “o cronista na condição de autor, por mais que tentasse direcionar sua interpretação, não podia fugir o imaginário maior que abarcava o próprio autor. Assim, as imagens de sertão que apareciam nos textos coloniais eram produzidas a partir da ideia de sertão conhecida pelo cronista, predominante na sociedade da qual ele era elemento constituinte”. SILVA, 2010, p. 113.

imagem negativa a respeito daqueles espaços e habitantes. A estratégia era imputar ao “Outro” características pejorativas que não condiziam com as formas civilizacionais dos portugueses. Um dos intuitos disso era justificar a invasão desses territórios, o extermínio de ameríndios e de africanos ou a escravização.³³⁴ Sendo assim, além da guerra em si, havia a luta de representações.

Esse tipo de estratégia foi bastante utilizado nas descrições das chamadas “Guerra dos Bárbaros” e “Guerra dos Palmares” (conflitos nos sertões das capitanias do norte do Brasil, incluindo Pernambuco) e as “Guerras Angolanas”, “Guerras do Sertão” (conflitos ocorridos nos sertões de Angola). Na tentativa de resistir à invasão de suas terras, ameríndios e africanos empreenderam combates contra essa expansão colonizadora.³³⁵ Nesses conflitos, os governos de Pernambuco e Angola enviavam uma série de ofícios e relatos à Coroa Portuguesa a respeito da movimentação das tropas, da conquista de território, da captura e mortes dos ameríndios, escravos fugidos e negros africanos que resistiam ao controle da Coroa. Dessa forma, os sertões eram representados como lugares selvagens, perigosos, de medo, onde havia populações de gentis violentos e bárbaros.

Sobre Angola, por exemplo, num documento intitulado *Informação que se dá ao sapientíssimo patrono capitão-mor do campo e comandante general das guerras dos sertões do reino de Angola Bartolomeu Duarte de Siqueira [...] 1774*, localizado no acervo de reservados da Biblioteca Pública de Évora, é possível perceber detalhes acerca da representação dos sertões elaborada durante o avanço das tropas pelo trajeto de Luanda, passando por Massangano, Cambambe, Ambaca e presídio das Pedras.³³⁶ A justificativa para a marcha das tropas eram “os roubos e latrocínios que se faziam pelas estradas dos sertões daquele Reino, impedindo o comércio em grave prejuízo da Fazenda Real de Sua Majestade e dos seus vassallos [...]”, causados pelo povo da rainha Ginga.³³⁷ No dito documento, os sertões foram representados como “matos mui fechados”, de “grande multidão de gentios”, infestados

³³⁴ Para Angola, ver HENRIQUES, 2004, p. 69, 261. DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação de comunicação a partir da História Geral das Guerras Angolanas. In: RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Cassimiro (Ed.). *Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011. Em relação a Pernambuco, ver SILVA, 2018, p. 127-130.

³³⁵ Sobre as lutas travadas entre colonizadores e os grupos indígenas e de negros fugidos nos sertões de Pernambuco ver: PIRES, 2002; PUNTONI, 2002. GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. A respeito das guerras em Angola, ver CADORNEGA, 1940; BIRMINGHAM, 1974. FRANCO, Roberta Guimarães. Conquista e resistência na “História geral das guerras angolanas”, de António de Oliveira de Cadornega. JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 14., Mendoza. *Anais [...] Mendoza: Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo*, 2013.

³³⁶ BPE. COD. CXVI/2-15 n.º 14.

³³⁷ *Ibid.*

de ladrões e assassinos, e de fenômenos climáticos intensos, por exemplo, “a noite a mais tempestuosa de trovões e chuvas que jamais se viu naqueles sertões”.³³⁸

Do outro lado do Atlântico, em Pernambuco, os espaços e habitantes de alguns sertões também foram representados como perigosos, ásperos, violentos. A respeito da região onde o Quilombo dos Palmares estava inserido, um militar que fez o relato dos espaços e dos habitantes disse o seguinte:

É o sítio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, semeado de toda a variedade de árvores conhecidas e ignotas, com tal espessura e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda a luz do sol, a diversidade de espinhos e árvores rasteiras nocivas serve de impedir os passos, e de intrincar os troncos, entre os montes se espraia algumas várzeas fertilíssimas pera as plantar, e pera parte do oeste do sertão dos Palmares se dilatam campos largamente estendidos, porém muitos infrutíferos, é só pera pastos acomodados. A este inculto e natural conto se recolheram alguns negros [bárbaros].³³⁹

Embora tenha sido citado com várzeas fertilíssimas, o sertão dos Palmares, em Pernambuco, foi representado majoritariamente como hostil: “áspero, montanhoso e agreste”, “diversidade de espinhos, árvores rasteiras nocivas” e campos “infrutíferos”. Já os habitantes, embora tenham feito uma miscigenação religiosa com os ritos católicos, foram representados como bárbaros, principalmente por manterem certos hábitos e costumes africanos (tachadas de “leis da natureza”). Dessa forma, percebe-se no documento a predominância de uma imagem negativa sobre os sertões. Predominância essa que, somada a outros documentos, alimenta o imaginário acerca desses espaços e habitantes.³⁴⁰

Esse tipo de imagem presente em crônicas e relatos militares acaba sendo adotada em ambos os lados do Atlântico também na confecção de outros tipos de documentos. Foi o caso, por exemplo, da grande produção de documentos relativos a requerimentos, petições, consultas e concessão de mercês e provimentos de militares.³⁴¹ Ao que parece, para elaborá-los, a estrutura militar apropriava-se das representações já existentes sobre aqueles lugares e

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ RELAÇÃO do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco. BPE - Cod. CIII/2-13 a n.º 09.

³⁴⁰ *Ibid.*

³⁴¹ Em termos de produção desses documentos de caráter militar, de acordo com Roberto Guedes e Mafalda Soares da Cunha, o aumento do volume de emissões em Angola, no século XVIII, estava ligado ao crescimento do tráfico de cativos e ao uso das guerras punitivas, defensivas ou de expansão de fronteiras para fazer mais cativos. Na maior parte das correspondências, a guerra em si não era o assunto militar principal, mas sim os prêmios dela derivados. FERREIRA, Roberto Guedes; CUNHA, Mafalda Soares da. Guerras e assuntos militares. In: FRAGOSO; MONTEIRO, 2017, p. 247.

habitantes e lançava uma lupa sobre elas no sentido de mais destacá-las.³⁴² A estratégia era simples: quanto mais se representava negativamente aquelas regiões, mais havia justificativa para os militares solicitarem, à Coroa Portuguesa, patentes, promoções, porte de armas, transferências de postos ou lugares e até dispensas do serviço. Obviamente, os conquistadores realmente depararam com as mais diversas dificuldades existentes nos sertões, mas também havia interesses próprios em potencializar, nos discursos oficiais, essas dificuldades.

Em outras palavras, em razão da natureza dos documentos (requerimentos, petições, consultas e concessão de mercês e provimentos de militares), praticamente não havia espaço para representar o sertão como um lugar de calma, aprazível e de fascínio. Devido ao grande número deles feitos constantemente à Coroa, tem-se aí uma predominância do lado negativo dos sertões, encobrindo, muitas vezes, aqueles aspectos que eram positivos. Dessa forma, a partir dos vários requerimentos e petições emitidos das colônias do Brasil e de Angola em direção à Metrópole, certamente a forma como os espaços e habitantes dos sertões foram representados contribuiu para influenciar o imaginário tanto das populações instaladas nos litorais das colônias quanto o imaginário da população da Metrópole portuguesa entre o século XVII e início do XIX.

Em Pernambuco, por exemplo, no fim do século XVII, o capitão Manuel Lopes havia requisitado reconhecimento de seus feitos na guerra contra os negros dos Palmares. A respeito do desempenho do militar, o Conselho Ultramarino recebeu a informação de que ele havia participado durante vários meses na dita guerra, onde perseguiu fugitivos no mais “interior do sertão”, achando-se, dessa forma, em “muitos e perigosos encontros” com esses “negros rebeldes”. Ainda de acordo com o documento, o capitão enfrentara os “principais cabeças” do lado inimigo “suportando falta de mantimentos”, “muito sofrimento, descômodos e moléstia de sua pessoa”.³⁴³ Usando a imagem difundida sobre perigos, doenças e fomes no sertão, o capitão fez seu requerimento.

³⁴² Nesse período, a estrutura militar no Brasil Colônia estava dividido em tropa de linha, ou regular, que correspondia ao exército profissional e burocrático português, isto é, que recebiam provimentos pagos; pelas milícias ou tropas auxiliares de reserva, de serviço voluntário e gratuito; e pelas ordenanças, o agrupamento de homens restantes em idade militar de cada freguesia. Ao que nos parece, era da mesma forma em Angola, pois na África havia não somente o exército regular, como também companhias e pequenas unidades que eram mobilizadas e desmobilizadas conforme a ocasião. Como em muitos dos documentos não foi possível identificar a que tipo de tropa ou agrupamento esses homens pertenciam (regular, auxiliares ou ordenanças), não os diferenciamos ao longo do trabalho, sendo todos eles considerados amplamente como parte da estrutura militar. Sobre a divisão da estrutura militar na Colônia, ver SILVA, 2010, p. 79. SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2001. Sobre a estrutura militar na África, Brasil e Ásia ver: BOXER, 2015, p. 288, 300-301.

³⁴³ AHU_ACL_CU_015, cx.12, D. 1230.

Já em 1683, para obter licença do governador de Pernambuco para ir à corte, em Portugal, o militar Manoel de Inojosa informou em seus papéis entregues ao Conselho Ultramarino sua trajetória de vida. Segundo o militar, o próprio havia passado, no ano de 1661, de Pernambuco para Angola, em campanha de socorro àquela colônia. Em 1662, retornou de licença para a mesma capitania da qual partira, e depois de alguns anos, foi mandado “servir na conquista do gentio bárbaro, na guerra dos palmares” e no descobrimento de um rio. Ainda de acordo com Inojosa, em sua jornada pelo interior, escapou a nado de um afogamento, “padeceu de muita fome e trabalho”, e resistiu repetidas vezes aos “assaltos dos gentios”.³⁴⁴ Nota-se que, no caso de Inojosa, ele combateu tanto nos sertões de Pernambuco e adjacências quanto em Angola. Nessa época, a ida para guerrear em Angola foi uma constante entre alguns homens que estavam em Pernambuco.³⁴⁵ Usando esse fato, como também as imagens de fome, violência e perigos dos espaços naturais, o militar fez seu requerimento de passagem à corte.

Em Angola, no ano de 1665, Simão da Rocha, natural daquelas terras, solicitou cargo de capitão-mor da “Guerra Preta”³⁴⁶ por ter servido como militar ao longo dos anos e por ter participado tanto no socorro dos presídios de Muxima e Ambaca quanto na guerra contra a rainha Ginga pelos sertões de Angola.³⁴⁷ Já no ano de 1752, Bartholomeu Duarte de Siqueira escreveu ao Conselho Ultramarino afirmando ser “o maior homem que Vossa Majestade tem no reino de Angola, que melhor sabe domar os bárbaros reis daquela conquista”. Essa

³⁴⁴ AHU_ACL_CU_015, cx. 13, D. 1248.

³⁴⁵ Nessa época diversos homens circularam pelos diferentes continentes a lutar em guerras empreendidas pela Coroa Portuguesa. Diogo Coelho de Albuquerque, por exemplo, foi um desses homens. Ele solicitou ao rei de Portugal a capitania-mor da Guerra de Angola, por conta dos serviços que prestara em diversas guerras. Ao longo de sua carreira militar, Diogo Albuquerque foi soldado, alferes, sargento e capitão-mor, e lutou nas guerras de fronteira de Portugal, de Pernambuco e outros lugares da América portuguesa, assim como também na recuperação de Angola. Ver: AHU-Angola, cx. 5, doc. 34. Aliás, podemos dizer que um dos motivos alegados para essa ida de militares que serviam em Pernambuco para Angola era a falta de homens e a insalubridade do clima. Havia uma suposição de que existiam semelhanças entre os climas dos sertões do Brasil (principalmente de Pernambuco) com os sertões de Angola. Isso aparece desde, pelo menos, o século XVII e permeará ao longo do século XVIII. Em 1660, pela falta de gente, André Vidal de Negreiros solicitou licença para levar da Capitania de Pernambuco para Angola duzentos homens práticos em guerra e acostumados ao clima, com armas, munições e mantimentos. Nota-se aí que o clima era um dos fatores que contribuía para a ida desses homens. Ver: AHU-Angola, cx. 7, doc. 9. Já em 1725, o governador de Angola solicita que o rei de Portugal envie ordens para o governador de Pernambuco para que este envie soldados para suprir a falta que havia nos presídios de Caconda e Benguela. AHU-Angola, cx. 22, doc. 17. Já nos anos de 1735 e 1736, houve solicitação de homens não só dos sertões de Pernambuco, dos da Bahia (Brasil), como também do Alentejo e Algarve (Portugal). A justificativa era a seguinte: “por serem de terras mais quentes aturam o trabalho” em Angola. Ver: AHU-Angola, cx. 28, doc. 37; AHU-Angola, cx. 29, doc. 59. Outras informações sobre a participação de militares de Pernambuco em Angola pode ser visto em: SILVA; SILVA, 2016.

³⁴⁶ “Guerra Preta” era o termo dado à formação de militares em Angola comandada por portugueses e mestiços e formada por uma massa de guerreiros pertencentes aos povos locais. Sobre isso, ver: SOUZA, 2013, p. 135-152.

³⁴⁷ AHU-Angola, cx. 8, doc. 123.

afirmativa proferida por Bartholomeu foi usada para três coisas: refutar falsas arguições lançadas por seus inimigos, conseguir autorização para se retirar para sua casa e confirmação da patente de “capitão mor do campo das guerras dos sertões de Angola”. Na descrição dos feitos militares de Bartholomeu, consta que ele contribuiu para “desinfestar os sertões [do Reino de Angola] que andavam ocupados de muitos negros ladrões [...]; de ir por matos perigosos e arriscados fazendo vigiar de noite e dia” [...], entre outras coisas.³⁴⁸

À medida que o tempo passava, a imagem dos sertões perigosos e mortíferos ficou estabelecida de tal forma nas sociedades coloniais de Angola e Pernambuco e na Metrópole portuguesa que, por vezes, bastava simplesmente o militar informar participação em determinada incursão nesses lugares sem necessariamente adjetivá-los. Em outras palavras, é como se o nome dos lugares e dos grupos inimigos, presentes em alguns dos requerimentos, por si só, já viessem carregados de conotação negativa, sem necessariamente haver a necessidade de adjetivá-los constantemente.

Foi o caso, no ano 1751, do capitão João Francisco de Araújo que, ao pedir licença para ir de Angola à corte em Portugal e também pleitear posto militar para Benguela ou Pedras, lembrou em seu requerimento a participação na guerra contra a rainha Jinga, da qual teve grandes despesas de sua Fazenda. Disse também ter participado de vários encontros com os “inimigos”, com “perigo de vida”, por aquelas terras.³⁴⁹ Já José Negrão, foi agraciado em seu pedido, em 1767, para o posto de cabo da esquadra do Golungo por conta dos seus feitos na chamada “Guerra Preta” empreendida nos sertões de Angola.³⁵⁰ Sendo assim, em relação aos requerimentos desses dois indivíduos, nota-se que eles não tacharam de forma significativa os sertões de Angola, bastou simplesmente informar que andaram a combater por lá. No máximo, João Francisco falou em perigo de vida. Já José Negrão, nem isso fez, somente citou a “Guerra Preta”.

Em Pernambuco, posteriormente, algumas pessoas se utilizaram implicitamente do imaginário construído acerca da Guerra dos Palmares e da Guerra dos Bárbaros para solicitarem benefícios. Foi o caso de dois irmãos alferes que, em 1760, justificaram os feitos do pai no combate aos “negros amocambados” dos Palmares, no intuito de receber, da Coroa, a posse de sesmarias com dispensa de pensão.³⁵¹ Ou então, de Luiz Ferreira de Moraes, que, em 1778, solicitou ao rei carta de sesmaria em atenção aos serviços prestados por seu pai na

³⁴⁸ AHU-Angola, cx. 37, doc. 108.

³⁴⁹ AHU-Angola, cx. 37, doc. 39.

³⁵⁰ AHU-Angola, cx. 51, doc. 29.

³⁵¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 93, D. 7376.

dita guerra daquele sertão.³⁵² Já o capitão Francisco de Oliveira Ledo, invocava o feito do pai contra o levante de um grupo indígena nos sertões de Pernambuco. Para isso, ele fez uso de termos como “tapuia” e “gentio” para designar esses habitantes indígenas do sertão.³⁵³

Sendo assim, anos após as guerras ocorridas nos sertões de Angola e Pernambuco, o imaginário sobre aqueles lugares e seus antigos habitantes continuava a permear as sociedades coloniais a tal ponto de ser aproveitado por sucessivas pessoas na elaboração dos requerimentos e petições. Por vezes, essas pessoas não precisavam explicitar a selvageria e o perigo acerca dos antigos habitantes e dos espaços daquele sertão, isso já estava subentendido ao citar o lugar, a época, a guerra, os negros e os tapuias ou gentis.

Petições e requerimentos de militares não estavam somente ligados às guerras de conquista territorial sobre os sertões. Problemas com assaltos, doenças e clima também serviam de justificativa para diversos tipos de solicitação. Em Angola, por exemplo, o clima e as moléstias foram um dos principais motivos para solicitação de transferência de diversos militares daquelas paragens para o Brasil e Portugal. Muitos deles alegavam problemas de saúde ocasionados pelos ares e por doenças adquiridas naquele território. Foi o caso, por exemplo, de Pedro Paulo Pegado, capitão-mor do presídio de Muxima, sertão de Angola, que, em 1763, pretendia passar para o Brasil ou Portugal no intuito de curar-se de doença ali adquirida. Em seu requerimento à Coroa, o dito capitão informou ter adquirido “várias moléstias” pela razão do “clima ser muito nocivo” naquelas paragens.³⁵⁴

O mesmo se passou com o tenente João Pinto de Souza, que solicitou ida de Angola para Vila Rica de Minas Gerais, Brasil. No requerimento do tenente, até a costa da África foi representada como lugar de “clima nocivo” e de “moléstias”. O dito tenente teve seu pedido atendido em parte. Identificamos que, em vez de Minas Gerais, ele acabou sendo transferido para Pernambuco, Brasil.³⁵⁵ Por sua vez, também para Pernambuco, transferiu-se o capitão-mor José Fellipe Torem em 1792. José havia servido no presídio de Ambaca, sertão de Angola, onde alegou ter contraído moléstia. Entretanto, um ano após chegar a Pernambuco, o referido capitão solicitou remoção para Portugal. O “clima” e a “atmosfera” daquela capitania da América também agravava sua moléstia diagnosticada como erisipela.³⁵⁶ Nesse sentido, como podem ser observadas nas descrições acima, para aquelas sociedades, havia uma relação entre mau clima e moléstias. Quanto mais o mau clima e as doenças eram citados nos

³⁵² AHU_ACL_CU_015, cx. 128, D. 9724.

³⁵³ AHU_ACL_CU_015, cx. 85, D. 7011.

³⁵⁴ AHU-Angola, cx. 46, doc. 20.

³⁵⁵ AHU-Angola, cx. 108, Doc. 35; AHU_ACL_CU_015, cx. 259, D. 17399.

³⁵⁶ AHU-Angola, cx. 79, doc. 19.

requerimentos, mais havia chance dos militares terem seu pedido atendido. Em contrapartida, enrijecia nas sociedades de ambas as costas do Atlântico uma imagem de sertões insalubres, doentios, mortíferos.

Já em Pernambuco, requerimentos de militares por conta do clima e das doenças nos sertões aparentam não ter predominado muito. Um dos poucos exemplos com que deparamos ocorreu no ano de 1807. Nessa data, o capitão José Cordeiro Muniz Falcão fez requerimento pedindo reforma no mesmo posto e remuneração dos seus serviços. Como justificativa, havia a descrição de “moléstias intratáveis” de asma e sufocamento que se agravavam com a “exposição impune as vicissitudes das estações do tempo”, dentre outras causas.³⁵⁷ Por outro lado, em petições e requerimentos de outros militares, predominavam representações sobre matos e caminhos perigosos dos sertões de Pernambuco por conta de assaltos. Alguns militares no intuito de justificar seus pedidos para andarem armados fora de sua jurisdição, representavam os caminhos dos sertões como lugares desertos e perigosos. Eram os lugares de “infinitos matos”, onde havia todo tipo de gente: facínoras, malfeitores, vadios, ladrões.

Os colonos militares que, porventura, precisassem viajar por esses espaços tinham receio de fazê-lo e muitas vezes apelavam às autoridades providências de segurança. Uma das opções contra o perigo dos sertões era o recurso a homens de armas, motivo de petições feitas por esses viajantes. É o que demonstra o despacho para a petição de Antonio dos Santos Coelho da Silva, capitão e morador no sertão da Vila de Cimbres, Pernambuco, que no ano de 1804 solicitou a renovação do seu porte de armas. A petição para continuar o uso de armas de proteção fez menção aos termos “infinitos lugares despovoados e perigosos” para descrever a necessidade da segurança do capitão nos lugares dos sertões.³⁵⁸

Nessa ocasião, o capitão-mor não se furtou a apresentar seu espaço como despovoado e perigoso no interesse de conseguir autorização para andar com criado armado. Também a solicitação realizou-se mediante a súplica de proteção “das indispensáveis arrecadações e remessas dos reais donativos para a fronta da Fazenda”; ou seja, como reforço para continuar com o porte de armas, o capitão fez questão de lembrar a importância das ditas armas para a defesa dos donativos reais contra os perigos do sertão de Pernambuco. Se esse capitão-mor acreditava na selvageria de seu sertão ou se apenas repetia o discurso comum à correspondência administrativa da Coroa, é difícil dizer. O fato é que ele utilizou o discurso de perigo que há séculos era imputado aos sertões no intuito de continuar fazendo o uso de

³⁵⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 265, D. 17735.

³⁵⁸ Cópia de petição, despacho e mais documentos do capitão Antonio dos Santos Coelho da Silva. PORTE de armas. In: FIAM/CEHM. *Livro da criação da Vila de Cimbres, 1762-1867*. Recife: Cepe, 1985. (Coleção Documentos Históricas Municipais). p. 178.

pistolas e de ser acompanhado por um criado armado com um bacamarte fora da sua jurisdição.³⁵⁹

Na mesma situação, encontrava-se também um sargento-mor no ano de 1812. Manuel José de Siqueira requereu e recebeu autorização não apenas para usar armas de defesa, mas também para armar homens forros que deveriam acompanhá-los em assuntos particulares e diligências oficiais. O dito sargento afirmava o seguinte: “sendo um dos maiores fazendeiros daquela vila, lhe era forçoso transitar muitas vezes por caminhos desertos, expostos aos ataques dos malfeitores [...]”³⁶⁰ Nessa provisão, percebe-se novamente que um homem de negócios apropriava-se da imagem dos sertões, com seus caminhos desertos e expostos, para fazer uso de armas de defesa. Esse porte de armas permitiria, assim, a realização de viagens mais seguras contra os ataques de malfeitores por essas paragens.³⁶¹

Em suma, pelo que percebemos, da segunda metade do século XVII até pelo menos a primeira década do século XIX, as representações negativas acerca dos habitantes e dos espaços dos sertões prevaleceram em diversos requerimentos e petições feitos pelos mais diversos militares, seja em Pernambuco, seja em Angola. É bem verdade que alguns dos documentos não chegavam a ser explícitos a respeito dos medos e perigos dos sertões, mas deixavam esses aspectos subentendidos ao simplesmente citar a guerra existente, o nome dos povos inimigos daquelas regiões ou a insalubridade do clima. Entretanto, nenhum dos diversos requerimentos e petições com que deparamos trouxe representações de conotações positivas sobre aqueles espaços e habitantes. Afinal, quanto mais ênfase nos aspectos negativos a respeito do sertão e sua gente, maior possibilidade teria o militar de comover a Coroa para aquilo que pleiteava.

Certamente, todos esses militares, tanto de Pernambuco quanto de Angola, passaram por dificuldades em suas campanhas, diligências e habitações pelos sertões, mas também devem ter tido momentos de tranquilidade. Em outros tipos de documentos produzidos por outros militares, é possível perceber que os sertões de Pernambuco e Angola eram vastos e havia variedade tanto de lugares aprazíveis quanto de lugares insalubres, de lugares calmos ou de lugares perigosos. A mesma coisa pode ser dita sobre os povos indígenas e africanos que habitavam aquelas imensidões: havia os habitantes tidos como detentores dos mais diversos conhecimentos, da mesma forma que existiam aqueles considerados incultos pelos

³⁵⁹ MARQUES, Alexandre Bittercourt Leite. *Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco, 1775-1835*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

³⁶⁰ PORTE..., 1985. (Coleção Documentos Históricos Municipais). p. 231.

³⁶¹ MARQUES, 2012.

colonizadores. Normalmente, essas representações de valorização dos espaços e habitante apareciam intercaladas, vez ou outra, nas crônicas, memórias e diários de alguns militares.³⁶²

A crônica elaborada por António Cadornega, por exemplo, é uma rica fonte para se perceber o entrelaçamento entre aspectos positivos e negativos dos sertões. É nesse sentido que, ao analisar a conquista e resistência na *História geral das guerras angolanas* de António Oliveira Cadornega, Roberta Franco comenta:

[...] a escrita de Cadornega, dividida entre sua origem portuguesa e a experiência de vida nos rincões de África, permite um olhar ao mesmo tempo de estranhamento e intimidade com o *outro*. Exemplo de como este tipo de literatura pode ser útil na percepção de si e do *outro*.³⁶³

De forma semelhante, aborda Mathieu Demaret em relação à obra de Cadornega. Segundo o investigador, apesar do discurso político e religioso de justificação da colonização presente na *História geral das guerras angolanas* (onde o africano é colocado na posição de “traíçoeiro”, “bárbaro”, “inculto” e “preguiçoso”), existem também aspectos de qualidades reconhecidas sobre essa gente (“negro inteligente”, “bons negros”, “valeroso gentio”).³⁶⁴ Por sua vez, Maria Manso e Francisco Soares se debruçam nas narrativas literárias produzidas pelo cronista militar António Cadornega e analisam os cruzamentos culturais, as práticas cotidianas e a construção de identidades em Angola do século XVII. Uma das ideias desses dois investigadores foi demonstrar que, apesar da repulsa de Cadornega em relação a alguns aspectos físicos e culturais de Angola e dos habitantes autóctones, também havia valorização na medida em que os portugueses realizavam apropriações e miscigenações de muitos desses aspectos.³⁶⁵

Por nossa vez, também deparamos com exemplos que coadunam para as análises dos investigadores acima referidos, tomando os sertões como objeto de análise. A crônica escrita pelo militar António Cadornega tratava os sertões de Angola como ásperos, desertos, desabastecidos, ocupado por inimigos, bárbaros e gentios idólatras, mas também deixava transparecer alguns aspectos de valorização em relação a eles.³⁶⁶ Por exemplo, ao descrever o rio Quanza, que vem dos sertões de Angola até desaguar no Atlântico, Cadornega comentava

³⁶² Isabel de Castro Henriques, por exemplo, chama a atenção para a complexidade constante em documentos do século XIX, onde um próprio autor condena e ao mesmo tempo elogia homens africanos, suas características físicas e intelectuais, as suas práticas culturais e técnicas. HENRIQUES, 2004, p. 72.

³⁶³ FRANCO, 2013.

³⁶⁴ DEMARET, 2011.

³⁶⁵ MANSO; SOARES, 2006, p. 127-158.

³⁶⁶ CADORNEGA, 1940.

a existência de umas árvores na margem que serviam de locais para os gentios “fazerem ali muitas feitiçarias e sacrifícios ao Diabo e a seus ídolos [...]”.

No entanto, no mesmo instante em que se refere dessa forma a esse lugar e aos habitantes, Cadornega não deixa de transparecer também sua admiração pelo local: “em cima onde está aquela copada árvore [aprazível e frondosa] há uma grande planura e diziam algumas pessoas de bom juízo que discursavam bem nas matérias, que era este sítio capaz de se fazer nele uma fortaleza e povoação [...]”.³⁶⁷ Nesse sentido, para o autor, aquele trecho do rio aparecia como um aspecto pejorativo: lugar de feitiçaria e sacrifício ao demônio atribuído ao gentio, como também enaltecido, ou seja, lugar para se estabelecer núcleo colonial.

Aliás, a descrição do Quanza por Cadornega torna-se um verdadeiro exemplo da presença imbricada e mista de respeito, temor, admiração, atração em relação a alguns espaços dos sertões. Em um determinado momento, por exemplo, o militar se referia a um trecho do entorno do rio Quanza da seguinte forma:

[...] este dito sítio faz admiração a todos os que por ele passam (coisa maravilhosa é esta) e o fazem com cuidado, assim em hir vendo suas concavidades e medonhas lapas, que a fúria daquele rio e a natureza ali há obrado [...] a potencia das suas águas este soberbo rio Coanza que imos descrevendo, com que he abundoza de suas imensas águas, e de seu numerável peixe.³⁶⁸

A narrativa de Cadornega (tal qual a água de um rio que está sempre em constante fluxo e mudança) traz diferenças e variedades acerca da imagem do Quanza. No embalo das águas: beleza, fartura, tranquilidade e perigo eram características de um rio que se sucediam e se entrelaçavam nos relatos do cronista. Definitivamente, o Quanza atraía admiração, temor e respeito do cronista militar.³⁶⁹

Embora mais modestos, indícios de um sertão menos pejorativo em Angola também podem ser encontrados na obra de outro militar e cronista, chamado Elias Alexandre, que foi escrita cem anos após a obra de Antônio Cadornega.³⁷⁰ A obra de Elias é caracterizada pela forte dualidade entre costa (positiva) e sertão (negativo). Porém, em raros momentos, o militar enaltece os sertões. Na descrição da costa marítima onde estavam inseridos o porto de Luanda

³⁶⁷ CADORNEGA, 1940, p. 58, 66-68.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 58.

³⁶⁹ A intenção estética e poética na obra do cronista militar Cadornega foi analisada pelos pesquisadores Francisco Soares e Maria Manso. MANSO; SOARES, 2006, p.127-158.

³⁷⁰ De pais saídos da Europa para o Brasil, Elias Alexandre da Silva Correia nasceu nessa colônia onde iniciou carreira de militar. Depois foi servir em Angola, ficando lá até o ano de 1789. Embora a data da sua obra escrita conste de 1782, o que parece, produziu-a entre os anos de 1789 a 1799. Na obra consta a história de Angola não só do período em que o militar serviu naquela colônia, na segunda metade do referido século, como também a história de séculos anteriores. Sobre a biografia de Elias Alexandre, ver a introdução elaborada por Manuel Murias para a publicação da História de Angola no ano de 1937. CORRÊA, 1937.

e algumas fortificações, o referido autor não utiliza muitos adjetivos pejorativos para esses lugares. Usa termos como “mansa costa”, “agradável prospecto”, “construção excelente”, “maravilhoso efeito”.³⁷¹ Já em, em relação ao sertão, também chamado por ele de “centro deste campo”, “interior do continente”, observamos que o dito militar abusa do uso de termos e expressões mais depreciativos possíveis: “semeado de tristezas”, “costumes deploráveis”, “males”, “pestífero ar de rudes matos”, “rebeldias dos sertões”, “incultos sertões”.³⁷² Em certo momento, refere-se da seguinte maneira a esse espaço: “no centro dos sertões, aonde não existe polícia, caridade, temor de Deus, fidelidade, nem uso da Lei Natural.”³⁷³ Ou, então, “em qualquer destes detestáveis matos, cometem os feirantes iguais crueldades, nutridos do leite bárbaro daquelas feras racionais [...]”.³⁷⁴

Apesar de ter ouvido falar que os sertões produziam trigo, arroz e cevada, Elias Alexandre dizia que essas “novidades” estavam “sempre ocultas”, e pareciam não passar somente de vozes que “conservam sua existência”. Afinal, segundo ele, permanecia na terra a “avidez, a esterelidade, a fome e a miséria”. Contudo, reconhece ligeiramente que os sertões de Benguela produziam os gêneros acima, pois gozavam de “primazia nessa área”. Também levanta a possibilidade de “alguma fertilidade nos sertões remotos”, e diz que a colheita de algodão e outras produções da terra “engrandece o presídio de Ambaca” (sertão de Angola), e concorrem para “formar melhor conceito daquele terreno”. Porém, logo em seguida, volta à sua percepção negativa dos sertões ao dizer que, na “verdade, outros presídios não correspondem a este” (Ambaca), exceto o de Novo Redondo. Sendo assim, podemos dizer que essas e algumas outras referências positivas dos sertões de Angola não passam de pontos isolados no contexto geral das representações elaboradas por Elias Alexandre, que, em sua grande maioria, são marcadas por imagens depreciativas sobre os sertões. Mesmo com tudo isso, algumas imagens positivas ultrapassaram alguns conceitos preconcebidos e conseguiram ser captadas pela percepção do referido cronista.³⁷⁵

Uma visão bem mais otimista em relação ao sertão do Reino de Angola pode ser encontrada no Caderno escrito pelo Sargento-Mor Affonso Mendes. Segundo esse militar, o sertão possuía “várias virtudes”, principalmente no que concerne a “ervas, raízes e outras coisas”. No caderno, foi citada uma diversidade de produtos e o uso de cada um deles no combate a determinados problemas de saúde: “raiz do pau-de-cobra”, “folhas de feijão

³⁷¹ CORRÊA, 1937, p. 19-24.

³⁷² *Ibid.*, p. 16, 25, 31, 69, 95.

³⁷³ *Ibid.*, p. 31.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 95.

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 120-121.

fradinho”, “Unha de grão besta”, “Favas pretas de Embaca”, “Pau quicoco”, “Seya hiaguari”, “Raízes do pau purga de milondos”, “Avelãs purgativas”, “Óleo de elefante”, “Raiz de mutututo”, “Barbas de árvore de insadeyra”, “micefos”(caroços de dentro das bananas), “Raiz do pau mubango”, “Pedrinhas da praia que tem forma de linguinhas”, “Raiz tumbata”, “Raiz lequiriato”, “Raízes da mufuta e casca do mesmo pau”, “Pau Santo ou gojação”, “Pau paco”, “Pedra-bazar do Elefante” entre outros.

A respeito dos efeitos medicinais dos produtos do sertão, eles serviam para diversos problemas de saúde. Somente a raiz do pau-de-cobra, por exemplo, foi descrita por Mendes como remédio para “febres”, “pontadas”, “inchações”, “gota”, “mordeduras de cobra”, “dores de madre”, “almoreimas”, “dores de estômago”, “apoplexia”, “ictirícia”, “paralisia”, “gotacoral”, “hidropisia”, “quartans”, “baço crescido” e “erupções de todos os membros”.³⁷⁶ É bem verdade que o uso dado a alguns dos produtos não passava de supertições, mas também é verdade que outros tantos deveriam ter efeito no combate a determinadas doenças e problemas de saúde.

Sem querer entrar no mérito se realmente todos os produtos tinham efeitos curativos sobre diversas doenças, o fato é que o militar não somente enalteceu uma variedade de raízes, ervas e outros produtos encontrados nos sertões de Angola, como também chegou a dar aos habitantes dos sertões os devidos créditos a respeito do conhecimento e uso dessas matérias-primas consideradas medicinais. Inclusive, a respeito do pau-de-cobra, o sargento-mor dá a entender que os brancos só tomaram conhecimento dele no ano de 1619, mas os “pretos” já conheciam a referida matéria-prima e a chamavam pelo nome de “quitengue e outros muitos; e o tinham em segredo, como usam com todos os seus remédios; e acha-se essa dita árvore nas partes de Motemo, Hamba e Bango aquitamba”.³⁷⁷

Por sua vez, um relato de um sertão menos perigoso e também menos violento pode ser encontrado no diário de viagem do pombeiro Pedro João Baptista, que realizou a já mencionada travessia de Angola a Moçambique, percorrendo os sertões entre essas duas colônias.³⁷⁸ Ao que parece, esse homem não exercia cargo militar, mas estava subordinado ao tenente-coronel comandante Francisco Honorato, responsável pela logística do empreendimento. Durante a viagem, o pombeiro João Pedro Baptista escreveu um diário onde relatou o dia a dia da jornada. Observamos que Baptista não relatou grandes dificuldades por

³⁷⁶ BNP. Cota – Cod. 6496//1; Coleção Manuscritos Reservados. *Quaderno que trata das ervas, raízes e outras cousas que se tem descoberto no Sertão do Reyno de Angola com várias virtudes, que o Sargento Mor Affonso Mendes por sua curiosidade foi escrevendo, imitando, ao Doutor Monardes que escreveo as que se descobrirão no descobrimento das Indias de Espanha.*

³⁷⁷ *Ibid.*

³⁷⁸ Documentos relativos à viagem de Angola para Rios de Senna. OFFICIO..., 1843, p. 163-238.

parte da comitiva ao longo da travessia. A excessão foi o longo tempo em que ficaram retidos em um potentado, além das tentativas de guerra e roubo que sofreram em outro potentado.³⁷⁹ Em compensação, depois que foram liberados e deram continuidade ao trajeto, fizeram sucessivos acampamentos em lugares considerados propícios para pernoitar e descansar.

A comitiva dos pombeiros parecia estar bem informada sobre os caminhos por onde passava, pois em certos momentos, conscientemente, esquivavam-se para evitar o contato com alguns grupos que poderiam ser violentos ou ladrões. Já em outros momentos, esses homens ficaram hospedados em casa de senhores, negros livres, soldado e, até mesmo, escravos, onde receberam água, agasalhos e alimentos (farinha de mandioca, peixe, carne fresca, cabras, galinha). Não se falou muito em animais ferozes nem em vegetação hostil, mas houve muitas referências a lugares “desertos”.³⁸⁰ Uma das vezes que fez menção foi sobre um “pouso” que fizeram em lugar “deserto de matos fixados por animais ferozes”. Já em outra ocasião, depararam com “dois leões berrando os quais”, diz ele, “nos fez perder sono toda a noite, e com ajuda de Deus não fizeram dano”. Contudo, quase sempre estavam a margear rios e riachos, onde saciavam a sede e se abasteciam para dar continuidade à caminhada. A queixa maior em relação à natureza parece ter sido o sol forte em certos dias. Ao longo do caminho, depararam e registraram negócios de pessoas da região envolvendo marfim, sal, tabaco além de cultivo de milho, farinha de mandioca. Nesse caso, por diversas vezes, o trânsito de produtos por conta do comércio existente nesses lugares mais longínquos chamou sua atenção.³⁸¹

Sendo assim, nos relatos contidos no diário, percebe-se que os sertões percorridos pelos pombeiros não foram representados de forma pejorativa. Ao contrário, o olhar de Pedro João Baptista deteve-se mais nas partes atrativas do caminho percorrido. Muito se falou nos pousos com lugares onde havia água para beber, nos encontros caridosos com habitantes dos sertões que lhes forneciam abrigo, alimentos e informações. Poucos foram os momentos de dificuldades registrados. Contudo, o fato de não se referir a muitos perigos não necessariamente significa que eles não existissem, pois em certo trecho do seu diário, o pombeiro salientou: “[...] não assentei os dias de Inverno que passamos no caminho precedido de moléstias.” Isso nos revela que, conscientemente, o pombeiro deixou de relatar algumas

³⁷⁹ Os viajantes saíram de Cassange, Angola, em novembro de 1802, porém, aos oito dias de viagem encontraram resistência no Potentado Bomba, cujo chefe não os deixou passar. Lá estes homens ficaram retidos até o ano de 1805, quando foram liberados para seguir viagem depois que seu amo, o tenente coronel Honorato, enviou fazendas como forma de pagamento. Logo em seguida, sofreram tentativa de roubo e guerra num potentado chamado Moxico. Porém, depois disso, o caminho não revelou muitos tumultos. Sobre isso, ver: Perguntas feitas ao dito P. J. Baptista. *Ibid.*, 236.

³⁸⁰ Cópia da derrota que fez Pedro João Batista. OFFICIO..., 1843.

³⁸¹ Documentos relativos à viagem de Angola para Rios de Senna. *Ibid.*, p. 163-238.

dificuldades por que passaram, dentre elas, os rigores do inverno e as doenças, o que nos mostra, mais uma vez, que o olhar e registro de qualquer indivíduo não capta toda a realidade por onde passa. É um olhar e registro que faz um recorte de forma consciente. É uma ação que seleciona aquilo que mais lhe interessa ser mostrado a partir de uma série de fatores: objetivos, lugar social, objeto de análise, entre outras coisas.

Por sua vez, na mesma época em que o pombeiro Pedro João Baptista empreendia sua jornada entre os sertões de Angola e Moçambique, ocorria na Capitania de Pernambuco também uma diligência organizada a mando da Coroa com o intuito de percorrer e mapear um dos caminhos que adentravam seus sertões. Do mesmo jeito como ocorreu nas duas colônias na África, em 1799, foi enviado para Pernambuco um Aviso Régio. O empreendimento ficou sob a responsabilidade do capitão Custódio Moreira dos Santos, que ocupava cargo também no Senado da Câmara de Olinda e se interessava pela diligência em nome do Real Serviço.³⁸²

O objetivo da supracitada diligência era analisar espaços propícios para o estabelecimento de currais e estradas que ligassem o litoral aos sertões do rio São Francisco, Pajeú, Urubá e outros no intuito de melhor abastecer de gado os núcleos instalados na região litorânea. Afinal, como veremos nos próximos capítulos, o sertão era o grande criador e fornecedor de gado e produtos derivados não só para o litoral de Pernambuco e demais capitanias do Brasil, como também para o circuito Atlântico. Ao percorrer esses vastos e longínquos espaços, 148 léguas no total, o militar elaborou um mapa que traz detalhes sobre a natureza do solo, clima e vegetação desses sertões de Pernambuco, bem como da presença de população.³⁸³ Embora a maior parte do território de Pernambuco seja considerada de clima quente e seco, com solo rochoso e vegetação rasteira e retorcida, o olhar do militar captou elementos que diferem um pouco dessa outra imagem, o que nos mostra um sertão de natureza plural.

Em suas observações, Custódio Moreira dos Santos explicou que estabeleceu três diferenças de natureza de terreno desses sertões, intitulados de “mata virgem”, “agreste” e “mimoso”. De forma geral, baseado nas descrições feitas por ele, podemos dizer que o primeiro é mais aprazível, com ar frio e terreno fresco e presença de chuvas, já os outros dois, são mais inóspitos por conta do ar quente e seco. Em relação a esses últimos, afirma não existir grande diferença entre um e outro, e os representa de clima quente e seco, e vegetação baixas e esgalhadas. Diz que os campos agrestes “são fechados a pastos para os animais e ruins de qualidade”, enquanto o mimoso é “o melhor que há” para o pasto dos animais,

³⁸² AHU-ACL_CU_015, cx. 235, 15875.

³⁸³ *Ibid.*

embora a terra seja muito seca, de ar ventoso e quente, e escasso de chuvas. Porém, os campos são “muito abertos e alegres”.³⁸⁴ Ao contarmos os terrenos assinalados pelo capitão a partir de Santo Antão (povoação onde havia a Feira Real dos Gados que vinham dos sertões) em direção ao sertão do rio São Francisco, podemos dizer que o referido capitão identificou, ao longo de todo o trajeto, um total de 55 lugares, sendo 43 deles caracterizados como mimosos, 10 agrestes e 1 mata virgem.

Apesar de fazer essas três separações de terreno de acordo com clima, vegetação e solo, o capitão não se escusou em observar e descrever as particularidades de cada um deles. Embora de bom clima, salienta aspectos negativos do que seria a “mata virgem” devido ao perigo da queda de galhos, por conta das chuvas e ventos, que poderiam atingir os viajantes. Além disso, a sombra das árvores impedia o crescimento de mato rasteiro para o pasto dos animais e para a produção agrícola. Sobre os campos agrestes e mimosos, apesar de salientar o clima quente e seco, a falta de chuva e a vida “muito incerta” enaltece alguns pontos, principalmente, no que se refere à presença de algumas lagoas e caldeirões incrustadas em pedras que naturalmente acumulam água da chuva, além de alguns rios temporários e perenes.³⁸⁵

Alguns dos caldeirões e lagoas naturais dos sertões têm a capacidade de acumular muita água durante os breves períodos de chuva e de se manter cheia durante certo tempo no período de seca. Para um ambiente árido, essas lagoas são de extrema importância para a sobrevivência do gado e dos seres humanos. Não foi por acaso que o militar registrou a presença de povoados justamente nas proximidades dessas lagoas. Além disso, o capitão também citou árvores com boa madeira para construção, o suave cheiro proporcionado por ervas aromáticas e outros vegetais para uso medicinal nesses lugares inóspitos, o que nos mostra um olhar atento para o objetivo de sua diligência, que era de mapear lugares adequados para a passagem e estada do gado e de boiadores ao longo do caminho desses sertões até o litoral.

Sendo assim, na representação dos seus sertões, o capitão incorporou características que nos propiciam perceber que nem só de elementos inóspitos e perigosos eram formados esses espaços do interior de Pernambuco. Havia também particularidades que tornavam esses lugares atrativos, como os lugares envoltos em lagoas e rios, que permitiam uma boa ocupação da terra. O olhar do capitão não estava voltado para a guerra com os grupos indígenas, porque muitos deles já haviam sido exterminados ou incorporados ao processo

³⁸⁴ AHU-ACL_CU_015, cx. 235, 15875.

³⁸⁵ *Ibid.*

colonizador ao longo dos séculos. Estava agora mais voltado para o aproveitamento econômico desses espaços.

2.4 Os sertões dos naturalistas

Como visto anteriormente, o interesse da Coroa em desbravar o interior das colônias existiu desde os primeiros anos da presença portuguesa no Brasil e África. Nos primeiros séculos, mesmo não havendo uma logística suficiente para o aprofundamento do processo colonizador até os mais distantes lugares, a Coroa não menosprezou as tentativas de conhecimento desses últimos. Tanto é que, gradativamente, se formou uma extensa rede de funcionários, desde anônimos até governadores, passando também por religiosos e militares, empenhados em obter algum tipo de informação. Contudo, foi a partir da segunda metade do século XVIII que realmente houve uma intensificação mais organizada nesse sentido, sendo estimuladas viagens de naturalistas pelos sertões das duas colônias.

Antes de passarmos para as viagens científicas aos sertões organizadas pela Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVIII, é importante dizer que no Brasil, a presença dos primeiros naturalistas e outros homens das ciências remonta a um século antes, durante o período que ficou conhecido na historiografia como o “Brasil Holandês”. Durante a invasão holandesa ao território situado entre Pernambuco e Maranhão, entre os anos de 1630-1654, houve o interesse por parte do recém-formado governo flamengo em desbravar os sertões de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil. Com isso, algumas expedições foram estimuladas no intuito de registrar a fauna e flora daqueles lugares. Um século depois, de certa forma, o conhecimento registrado por esses primeiros homens das ciências influenciou outros naturalistas que percorreram aqueles sertões, dessa vez a mando da Coroa Portuguesa.³⁸⁶

Ao passarem e/ou se estabelecerem no interior do Brasil, colonizadores e colonos, acabavam por aprender com as populações autóctones alguns dos conhecimentos e usos de produtos do meio (plantas, animais, minerais) para a sua sobrevivência. Em um tipo de sertão, como o de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil, onde boa parte do território é

³⁸⁶ Já no mesmo século em que foram escritas, algumas obras desses homens que percorreram o Brasil contribuíram até mesmo na construção do conhecimento científico em relação à África Centro-Occidental. Para desmistificar a ideia dominante sobre a alimentação de espécies de camaleões existentes em Angola, o missionário e cronista Cavazzi de Montecúcolo citou o trabalho de George Marcgraff (Jorge Margrave, em alemão Georg Marggraf, 1610-1644), intitulado de *Animalibus americae*, onde se dizia que eles não se alimentavam de ar, como se pensava até então, mas sim de sementes de sorgo, de limão e farinha de mandioca, pois esses alimentos foram encontrados dentro da barriga dos referidos animais. Sobre isso, ver: CAVAZZI DE MONTECÚCOLO, 1965, p. 66.

de características semiáridas, quente e seco, opções eram necessárias para sobreviver nesse tipo de ambiente. Valendo-se da experiência adquirida por esses moradores, alguns homens das ciências enviados pela Holanda realizaram seus registros acerca desses espaços e habitantes, durante a primeira metade do século XVII.

O médico e cientista Guilherme Piso (ou Willem Pies, nascido na Holanda), por exemplo, descrevia o interior (*mediterrânea*) do Brasil como lugares desertos, secos, com arbustos espinhosos, repletos de serpentes e indígenas selvagens, os Tapuia.³⁸⁷ Contudo, enaltecia os frutos que servia para alimentação e para aplacar a sede nesses lugares desertos: “Iaçabucajo, Ietaíba, Palmas e figos silvestres”, esses eram o nome de alguns dos frutos.³⁸⁸ Nota-se que alguns desses frutos tinham nomes indígenas. Embora escrita em latim, a obra de Piso manteve o nome original indígena desses frutos. Piso certamente aprendeu esses conhecimentos com os habitantes originais na sobrevivência desse tipo de ambiente seco, árido. Não foi por acaso que ele se referiu ao conhecimento dos indígenas a respeito do Caraguatá, mais conhecido como gravatá, planta que cresce nos lugares desertos do interior do Brasil. De acordo com Piso, a planta tem usos medicinais. Além disso, por acumular água do orvalho entre suas folhas, pode saciar a sede dos homens e animais que caminham por essas regiões desertas.³⁸⁹ Piso também citava a planta mandacaru (Iamacaru para os indígenas) como fornecedora de um “doce suco acidulado para pessoas fatigadas do calor”. Além disso, o dito suco dessa planta curava “febres oriundas das biles”.³⁹⁰ Sendo assim, apesar de considerar os indígenas do sertão de Pernambuco como bárbaros e selvagens, Guilherme Piso acaba por revelar os conhecimentos que esses homens possuíam, tanto alimentícios quanto medicinais.

Na mesma época, o médico e teólogo Gaspar Barleus (1584-1648), nascido na Antuérpia, representou espaços e grupos humanos do Brasil, África e Chile.³⁹¹ Embora não tenha pisado nessas localidades, Barleus baseou sua obra em documentos fornecidos

³⁸⁷ De acordo com Heloísa Meireles Gesteira, Guilherme Piso era médico e fazia parte da comitiva que acompanhou o conde João Maurício de Nassau-Siegen, em sua estada em Pernambuco, durante os anos de 1637 até 1645. Naquele período, Pernambuco e demais capitânicas anexas estavam sob o domínio holandês, que foi de 1630 a 1654. Piso, com Marcgraf, empreenderam uma viagem que ficou consagrada como o primeiro exemplo de jornada científica ao Brasil. Saindo do Recife, adentraram os sertões de Pernambuco, onde exploraram essas áreas apartadas do litoral. GESTEIRA, 2012.

³⁸⁸ PISO, 1958, p. 11.

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 11, 193, 194.

³⁹⁰ Piso descreve os diversos tipos de Iamacaru e suas funções: PISO *et al.*, 1658, p. 188-191.

³⁹¹ Caspar (Kaspar) van Baarle, em latim Caspar Barlaeus e em português Gaspar Barléu (1584-1648), estudou Teologia, Medicina e Lógica. Tornou-se professor de Lógica da Universidade de Leiden, residiu em Caen, na França, onde se formou em Medicina. Em 1631, tornou-se professor de Filosofia e Retórica do Ateneu de Amsterdam. Ver: SUDATTI NETO, Reinaldo. *A visão de Gaspar Barleu sobre a fase holandesa no Brasil e o papel das obras de Piso e Margrave*. 2010. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 39.

diretamente pelo conde Maurício de Nassau, que governou o Brasil Holandês entre os anos de 1637 e 1644. Foi o próprio Nassau quem incumbiu Barleus da feitura do livro. Há a hipótese de Barleus ter-se baseado também na obra de dois contemporâneos, Piso e Marcgraf, naturalistas que percorreram o Brasil nessa época. Porém, independentemente do fato de não ter estado no Brasil e nos outros lugares, como diz Reinaldo Sudatti Neto, “isso não diminui a importância da sua obra, pois narrou as impressões ditas pelas pessoas que fizeram parte da comitiva de Nassau e as do próprio Maurício de Nassau”.³⁹²

O livro de Gaspar Barleus, intitulado *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau, etc.*, propicia-nos perceber, concomitantemente, como eram representados os sertões de Pernambuco e Angola por meio das interpretações de uma mesma pessoa.³⁹³ Isso porque Barleus descreve as informações que tomou acerca dessas duas regiões opostas, afinal, as invasões holandesas não ocorreram somente em partes do Brasil, também na África, onde Luanda, a capital de Angola, chegou a ser subjugada pelos holandeses. Expulsos de lá, os portugueses refugiaram-se em alguns dos centros coloniais nos sertões, como a vila de Massangana, de onde empreenderam resistência.³⁹⁴ Além das representações dos espaços e habitantes, a análise da obra propicia-nos perceber também o imaginário da Europa a respeito da dicotomia litoral-interior.

Acerca do Brasil, Barleus descreveu que os sertões do rio São Francisco, entre Bahia e Pernambuco, eram perigosos e malévolos por conta da presença dos indígenas Tapuia, de assaltantes e dos negros do Quilombo dos Palmares, mas também eram lugares lucrativos em virtude da disponibilidade de animais para caça e pesca. Além disso, “no sertão do Brasil”, a dez ou doze léguas da costa, havia “pau-brasil, não em matas inteiras e cerradas, mas esparsamente, de mistura com outras árvores”.³⁹⁵ Por fim, a região também dava “copiosamente bálsamos de várias espécies, óleos, ervas e raízes medicinais”.³⁹⁶

No livro de Gaspar Barleus, há um explícito exemplo de dicotomia entre sertão e costa marítima:

³⁹² Na sua dissertação de mestrado, Sudatti Neto estudou o modo como Barleus assimilou os conhecimentos sobre a fase de ocupação holandesa no Brasil e os possíveis papéis que as obras de Jorge Margrave e Guilherme Piso, membros da comitiva de Nassau, tiveram na elaboração de seu livro. SUDATTI NETO, 2010, p. 41.

³⁹³ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau* [...]. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

³⁹⁴ Sobre a resistência empreendida pelos portugueses contra a invasão dos holandeses em Luanda, ver REGO, 1948.

³⁹⁵ BARLÉU, 1940, p. 134.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 333.

O gentio do sertão e todo aquele que conserva os costumes pátrios aproximam-se, na crueldade, mais das feras que dos homens. São avidíssimos de vingança e de sangue humano, temerários e pressurosos para os combates singulares e para as batalhas. Depois de se haver introduzido entre esses selvagens a religião e os estudos das artes liberais, foram distribuídos em aldeias e vilas os que moram à beira-mar, e adotaram os costumes dos europeus, de sorte que também aqui se aplica esta observação de Tácito: à orla do Oceano vive-se com mais doçura.³⁹⁷

Nesse trecho, Barleus deixa clara sua percepção dicotômica entre o litoral e sertão ao representar os indígenas que viviam no litoral como menos selvagens, já que foram introduzidos nos costumes europeus, presentes nas aldeias e vilas à beira-mar, e os indígenas do sertão eram “gentios” “cruéis” e “mais feras que homens”. Em relação ao litoral, Barleus faz referência a se viver com doçura à orla do oceano. Já no sertão, os costumes são de “vingança”, de “sangue humano”, de “temor” e de “batalhas”.

A visão dicotômica presente em Barleus possivelmente já o acompanhava da Europa por efeito do imaginário existente sobre orla marítima e interior. Pode-se ver que ele cita Tácito, personagem da Roma Antiga, para fazer menção à “doçura” em se viver no litoral, e não no interior do continente.³⁹⁸ Sendo assim, podemos ter uma ideia de como era antigo o imaginário no mundo ocidental a respeito da oposição costa marítima e interior continental. No caso de Tácito, certamente isso se passava entre a costa do Mar Mediterrâneo e o interior da Europa.

Por falar no historiador Tácito, Barleus recorre algumas vezes a ele e a outras personalidades da Grécia e da Roma Antiga para explicar os costumes de quem ele chamava de povos bárbaros que habitavam os sertões de Pernambuco e outras capitânicas do Brasil.

Daqui [Brasil] se torna manifesto que nada governa mais a multidão do que a superstição: dominada por esta, seja embora vaníssima, obedece mais aos adivinhos que aos próprios chefes. O muito criterioso historiador Tácito chama a isso ‘*segredo da soberania e da dominação*’ e Aristóteles na *Política*, ‘*artifícios do mando*’. Depois de Minos, Licurgo, Midas, rei da Frígia, Numa Pompílio, Druso e outros, fazem o mesmo, no outro hemisfério, os bárbaros, através dos quais nem sequer perpassou tênue aura dos gregos e romanos.³⁹⁹

De acordo com o trecho acima, podemos afirmar que Barleus compara os costumes dos bárbaros do Brasil com os povos bárbaros da Europa que viveram na Antiguidade. Nesse caso, o que havia em comum entre essas pessoas de ambos os hemisférios era a maior obediência aos “advinhos que aos próprios chefes”. Sendo assim, se pegarmos os dois últimos

³⁹⁷ BARLÉU, 1940, p. 24-25.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 14, 263.

³⁹⁹ *Ibid.*, p. 263, grifos do autor.

trechos acima, podemos dizer que Barleus atribuía a barbaridade de alguns povos da Europa ao fato de não terem perpassado pela “aura dos gregos e romanos”, assim como a atribuía a barbaridade dos grupos indígenas dos sertões do Brasil ao fato de ainda não terem sido incorporados aos costumes europeus emanados das vilas e povoados erigidos na costa brasileira. Fazer menção à antiguidade greco-romana para explicar os espaços e habitantes do Brasil e África foi um artifício usado por Barleus.

Nos documentos lidos por Barleus, por vezes, havia referência a informações fornecidas por alguns portugueses, brasileiros ou outros indígenas da costa. Essas pessoas já eram imbuídas de sua visão dicotômica em relação à costa e ao sertão. Ao terem essa visão transplantada para os diversos documentos que seriam lidos por Barleus, certamente isso contribuía para o aprofundamento da visão dicotômica do próprio autor em relação a essas regiões. Em outras palavras, havia a soma entre o imaginário dicotômico portado por Barleus e as representações dicotômicas que ele leu de terceiros ao longo da elaboração de sua obra.

Em seu livro, Gaspar Barleus publicou uma carta do conde Maurício de Nassau para o Príncipe de Orange, na qual consta como os indígenas viviam no sertão do rio São Francisco entre Pernambuco e Bahia.

Há por estas regiões um gentio feroz, bárbaro, de costumes inteiramente rudes, da raça dos antropófagos. Chamam-lhe Tapuias, dos quais há perto de 700 a duas léguas dos meus arraiais; acampam aqui alguns, enviados pelos seus para nos pedirem paz e aliança contra os portugueses. São de corpo robusto, de boa compleição e de porte elevado. Falavam uma língua que não podiam entender nem os portugueses, nem os brasileiros, nem outros tapuias que estavam entre nós.⁴⁰⁰

Ao mesmo tempo em que representava os indígenas Tapuia como rudes e bárbaros, Nassau comentava que alguns dos ditos indígenas foram enviados a léguas de distância para pedir paz e aliança com os holandeses contra os portugueses. Ora, se olharmos por outro lado, esses indígenas não eram tão rudes e desprovidos de inteligência como se dizia nas representações imputadas a eles naquele período. Afinal, tiveram a sagacidade de perceber nos holandeses possíveis aliados para derrotarem os portugueses, inimigos há mais tempo. Nesse caso, apesar de os tapuias terem sido tachados negativamente como bárbaros, sua estratégia de guerra demonstra que eles faziam bem a leitura do contexto em que as capitânicas do norte do Brasil passavam, que era de guerra entre holandeses e portugueses. Dessa forma, ao negociarem com os holandeses, esses indígenas procuravam obter melhor proveito para si.

⁴⁰⁰ BARLÉU, 1940, p. 44-45.

Gaspar Barleus, em seu livro, não somente descreveu informações a respeito dos holandeses no Brasil, também descreveu as ações dos holandeses na costa da África. Ele narrou as lutas empreendidas entre holandeses e portugueses nas duas margens do Atlântico. Por sua obra, pudemos observar também as representações que fez dos espaços e habitantes dos sertões da África Ocidental e Centro-Ocidental. Da mesma forma que no Brasil, Barleus representou como perigosos os sertões da África. O perigo vinha do clima “tórrido e seco”, assim como da barbárie de alguns habitantes, chamados por ele de “gentios”, pois praticavam outras formas de religião. Além dos habitantes, animais selvagens foram descritos, como os crocodilos, hipopótamos, elefantes, macacos, tigres, almiscareiros e víboras.⁴⁰¹

No entanto, ao mesmo tempo em que relatava aquilo que considerava como selvageria da terra, Barleus descrevia as potencialidades dela. A respeito do Reino do Congo (que ia desde o rio Congo, passando por Angola, até Benguela),⁴⁰² por exemplo, dizia: “É abundante de metais, salientando-se o ferro, do qual forjam espadas, facas e armas. Possui a região zibelinas, martas e outros animais, que se encontram também nas outras províncias.”⁴⁰³ Além disso, havia produções agrícolas, por exemplo:

Trigo, milho, arroz e árvores frutíferas. Possui diversas espécies de palmeiras: uma que dá tâmaras, outra que dá as nozes da Índia, uma terceira de que fazem óleo, vinho, vinagre e pão. Do cimo da árvore, quando furado, escorre um leite, a princípio doce e depois azedo. Da polpa dos frutos extrai-se um óleo, parecido com a nossa manteiga e empregado nos alimentos, nas unções e nas candeias.⁴⁰⁴

A respeito dos costumes dos negros africanos, Barleus sintetizava da seguinte forma: “comprazem-se admiravelmente em sórdida e fétida barbárie.”⁴⁰⁵ Contudo, ao mesmo tempo em que representava negativamente esses indivíduos, o cronista deixava transparecer outro lado desses habitantes. Um exemplo disso pode ser visto num trecho em que se fala do comércio empreendido entre portugueses e alguns africanos, entre o rio Congo, passando por Angola, até o sul da fortaleza de Benguela:

Os negros que se vêem mais longe, até o cabo Negro, a distância de cem léguas de Benguela, ligados por tratados aos portugueses, faziam com eles mútuo comércio.

⁴⁰¹ BARLÉU, 1940, p. 256.

⁴⁰² De acordo com Barleus, o reino era formado pelas seguintes províncias: “Bamba, Sonho, Sondi, Pungo, Bata e Bembe. Bamba na costa é regida por vários governadores, aos quais intitulam Mani Bamba, Mani Loanda, Mani Coanza”. BARLÉU, 1940, p. 256.

⁴⁰³ *Ibid.*, p. 256.

⁴⁰⁴ *Ibid.*

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 64.

Os habitantes do sertão, num espaço de duzentas léguas, pagavam aos governadores régios páreas e portagens, gozando igualmente da sociedade do tráfico.⁴⁰⁶

Outro exemplo pode visto quando Barleus se refere à agricultura e aos alimentos dos africanos, assim como o domínio da metalurgia e organização em cidades, como a cidade real de Lutunda.⁴⁰⁷ Nesse caso, todos esses exemplos revelam outra face dos africanos: a de pessoas organizadas, habitantes de cidades construídas por si, detentores da agricultura e metalurgia, além de conhecimento para a sobrevivência.

Por fim, segundo Barleus, líderes africanos procuraram os holandeses em busca de aliança contra os portugueses: “diversos dos régulos e chefes que dominavam nas cercanias, pactearam aliança conosco e, movidos de igual ódio contra os portugueses, os acossavam até os esconderijos das selvas.”⁴⁰⁸ Isso daí nos mostra que os africanos também estavam atentos ao panorama de conflitos entre os portugueses e holandeses em terras africanas. Da mesma maneira que ocorreu com alguns grupos de indígenas dos sertões de Pernambuco, os negros africanos também promoviam negociações e alianças, o que demonstra não serem agentes passivos nesse processo. Estratégias de guerra e de política faziam parte do cotidiano desses indivíduos.

Na passagem do século XVIII para o XIX, os relatos feitos sobre os espaços e habitantes dos sertões da América portuguesa e da África Centro-Occidental ganham um caráter cada vez mais científico, dessa vez pela égide da própria Coroa Portuguesa, que há muito já havia reconquistado seus territórios invadidos pelos holandeses. É importante dizer que, nos dois séculos anteriores (XVI e XVII), a flora, a fauna, o clima, a cultura apareciam nos relatos e descrições acerca do Novo Mundo como elementos de identidade. Essa forma descritiva tinha aproximação com a história natural ainda influenciada por pensadores da Antiguidade como Aristóteles e Plínio. Somente depois, no século XVIII, passa a haver transformações nos estudos da natureza a partir dos trabalhos de Buffon e do sistema classificatório de Lineu.⁴⁰⁹ Contudo, mesmo com essas transformações nas ciências, salientamos que nem tudo era completamente novo. Havia também permanência de antigos conhecimentos. Sendo assim, no caso dos cientistas viajantes da segunda metade do século XVIII, eles estavam imbuídos de

⁴⁰⁶ BARLÉU, 1940 p. 214.

⁴⁰⁷ *Ibid* p. 255-257.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 213.

⁴⁰⁹ GESTEIRA, 2012, p. 65.

alguns conhecimentos científicos e fantasiosos remanescentes dos séculos anteriores, assim como de novos trabalhos surgidos a partir das Luzes dos Setecentos.⁴¹⁰

Estudos recentes desenvolvidos por diversos investigadores de Portugal e Brasil têm procurado analisar o papel das instituições de ensino científicas e militares portuguesas e dos diversos agentes envolvidos no impulso de reformismo científico, assim como da repercussão desse reformismo nas colônias do Império Português, tudo isso ocorrido na segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século XIX. Dentre esses investigadores, citamos Maria de Fátima Nunes, João Brigola, Lorelai Kury, Magnus Pereira, Heloísa Gesteira, Luiz Carolino, Pedro Marinho, Maria Nizza da Silva, Tiago Bonato, dentre outros.

Influenciadas pelas ideias iluministas, viagens de pesquisas científicas passaram a ocorrer nos sertões da América portuguesa e África. Era necessário conhecer o próprio território a fim de elaborar conhecimentos sobre o potencial desses sertões. O objetivo era casar os interesses do conhecimento científico com as oportunidades econômicas desejadas pela Coroa.⁴¹¹ Mandados ou incentivados pela Coroa, cientistas, militares e funcionários régios passaram cada vez mais a enviar remessas de exemplares e informações dos chamados “Reino Animal, Vegetal e Mineral” para compor o acervo de universidades, museus, e, até mesmo, de particulares.⁴¹²

Sob o reinado de D. José I (r. 1750-1777), o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (conhecido como Conde de Oeiras, e, depois, Marquês de Pombal) introduziu amplas reformas no Império Português, entre elas, maior estímulo às ciências.⁴¹³ Em seguida, já no reinado de D.

⁴¹⁰ Como frisa Tiago Bonato, o conjunto imagético dos cientistas viajantes do fim do século XVIII é, em parte, “uma herança dos relatos anteriores” sobre os espaços e habitantes das colônias portuguesas. Ainda de acordo com Bonato, em relação ao sertão da América portuguesa, observa-se fenômeno semelhante. Imagens do século XVI continuaram presentes nos relatos do século XVIII. Contudo, outras imagens começam a aparecer na segunda metade do século XVIII e continuam a se repetir no século XIX, “construindo um imaginário sobre uma região que até hoje é reproduzido e reforçado, já que, mesmo com muitas mudanças e transformações, muito da sua base é mantida”. BONATO, 2014, p. 162.

⁴¹¹ Sobre o interesse científico aliado às oportunidades econômicas desejadas pela Coroa Portuguesa a respeito de seu Império, ver BRIGOLA, João Carlos (Coord.). *Colecionismo no século XVIII: textos e documentos*. Porto: Porto Editora, 2009. NUNES, Maria de Fátima. Portugal-Brasil, 1808: trânsito de saberes. In: KURY, Lorelai Brillhante; GESTEIRA, Heloísa Meireles (Org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2012. GESTEIRA, 2012, p. 65.

⁴¹² Como diz João Brigola, a partir da década de 1760: “[...] pretextando-se a educação filosófica dos príncipes D. José e D. João – se dá início à construção do Museu de História Natural e se traça o Jardim Botânico, junto do Paço de Madeira no Alto da Ajuda, em Portugal.” Sobre o colecionismo dessas instituições ver BRIGOLA, 2009.

⁴¹³ Em relação ao Marquês de Pombal e à chamada “Época Pombalina”, ver: BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969. FALCON, 2015.

Maria I, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1796, assume a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos e consolida as viagens de caráter científico nos projetos da Coroa.⁴¹⁴

No bojo das ideias iluministas propagadas em Portugal, a história natural, a estatística e a economia, tornaram-se o centro das atenções. A tendência agora era realizar pesquisas de campo, observar, registrar, catalogar, racionalizar sobre os diversos elementos e seres vivos que constituíam o planeta e o universo: o ar, a água, o solo, os animais, os vegetais, os astros. Um dos objetivos principais era fazer uso dos conhecimentos colhidos por esses ramos da pesquisa científica para alargar os interesses político e econômico da Coroa Portuguesa.⁴¹⁵ Em outras palavras, o “conhecer”, de finalidade científica, carregava consigo outros objetivos, que eram de cunho político-econômico. Para isso, foram organizadas expedições científicas no intuito de percorrer as mais distantes paragens do Império.⁴¹⁶

Incentivada pela Coroa Portuguesa, a organização das viagens científicas ficou a cargo de um paduano, o professor de História Natural e Química Domenico Agostino Vandelli. Ao reunir um grupo de cientistas, saídos das fileiras da Universidade de Coimbra, Vandelli organizou expedições que ficaram conhecidas como as “Viagens Filosóficas”. Segundo João Brigola, as chamadas “Viagens Filosóficas” eram “uma ideia já então praticada noutros países europeus e que haveria de ser incorporada, sobremaneira no pós-pombalino, na estratégia governamental de articulação entre naturalismo econômico, comércio ultramarino, conhecimento científico e equipamentos museológicos”.⁴¹⁷ De acordo com Maria de Fátima Nunes, filósofos naturais e cientistas “realizavam as viagens filosóficas e, por meio dessa prática, veiculavam

⁴¹⁴ Sobre D. Rodrigo de Souza Coutinho e suas políticas praticadas para o programa científico do Império ver: CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. NUNES, 2012.

⁴¹⁵ RIBEIRO, Márcia Moisés. Ciência e império: o intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Cláudia. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015. p. 499-524.

⁴¹⁶ Para mais informações a respeito das chamadas “viagens científicas”, ver: BONATO, 2014. SILVA, Maria Beatriz Nizza. Um grande inventário da natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012. KURY, Lorelai Brilhante; SÁ, Magali Romero. Naturalistas europeus nas caatingas. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012. p. 204-257.

⁴¹⁷ BRIGOLA, 2009, p. 14.

conhecimentos de uma Europa de ‘além Pirineus’ para o espaço de um verdadeiro laboratório naturalista”.⁴¹⁸

A partir daí, homens como Manuel Arruda da Câmara e Francisco José de Lacerda e Almeida, dentre outros, foram designados para circular pelas fronteiras do Império e se embrenharem nos sertões das capitanias do Norte do Brasil e nos sertões entre Moçambique e Angola (na África Central) respectivamente, no intuito de extrair o máximo de informes possíveis dessas regiões.⁴¹⁹ Ao percorrê-las, influenciados pelo “lugar social” que ocupavam como cidadãos e como acadêmicos, os cientistas projetavam seus olhares e colhiam impressões acerca dos seus objetos de pesquisa.

O cientista Francisco Lacerda e Almeida era um dos membros do grupo das viagens filosóficas organizado por Vandelli. Já Manuel Arruda da Câmara, ainda que tenha estudado em Coimbra e estivesse imbuído dos ideais iluministas, não fazia parte oficialmente desse grupo. Ele se reportava a outra pessoa, ao frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), diretor da então Tipografia do Arco do Cego.⁴²⁰ Também ambos os naturalistas, Manuel e Francisco,

⁴¹⁸ NUNES, 2012. A respeito da circulação de conhecimento, no contexto da ciência e da prática científica do século XVIII, no que concerne, especificamente, em relação ao trânsito de saberes relativo ao clima, Nunes e mais outras duas investigadoras afirmam que a meteorologia e as observações instrumentais são um reflexo de uma prática científica e cultural que estabeleceu uma rede entre Portugal, suas colônias no ultramar e os demais espaços europeus. Ver: NUNES, Maria de Fátima; ALCOFORADO, Maria João; CRAVOSA, Ana. *Meteorologia e as observações instrumentais: a emergência da construção de redes internacionais XVIII-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. p. 13-21. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/13356>. Acesso em: 28 abr. 2017.

⁴¹⁹ Para adentrar o sertão entre Moçambique e Angola, o cientista Francisco Lacerda e Almeida o fez a partir das possessões portuguesas na África Oriental. Julgamos importante deixar claro o que seriam essas possessões portuguesas naquele período, e o que seriam os vastos sertões território adentro. Portanto, análises sobre os primórdios da penetração portuguesa no Sertão da África Central podem ser vistas em Alexandre Lobato. Segundo ele, “é fora de dúvida que a expansão portuguesa nos sertões zambezianos se fez sempre por ação exclusiva dos mercadores que de Moçambique iam para a Sena vender mercadorias a outros que por sua vez se espalhavam dali para o oeste”. Em 1570, já havia até dez portugueses moradores na Baixa e Média Zambézia. Ainda segundo Lobato, no fim do século XVIII, os colonos de Moçambique já possuíam um largo conhecimento dos povos além das fronteiras, apesar do número reduzido de domínio efetivo português na África Oriental. O autor, ao se debruçar nas fontes daquela época, diz que a zona portuguesa descrita se estendia “das praias do mar, desde a terra Luabo pelas margens do Rio Zambeze por espaços de 60 léguas até a Vila de São Marçal de Sena, e para o sertão principiando-se pelas margens do dito terá largura de 40 léguas até os limites do reino de Quiteve, e seguindo-se outra vez as margens do dito rio, vem acabar no lugar chamado Lupata distancia de 40 léguas, e de largura é umas partes três e outras duas”. LOBATO, Alexandre. *Evolução administrativa e econômica de Moçambique: fundamentos da criação do governo-geral em 1752*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957. p. 51, 53.

⁴²⁰ Sobre as chamadas viagens filosóficas, ver: BONATO, 2014. PEREIRA, 2012. KURY; SÁ, 2012. KURY, Lorelai Brillhante. Manuel Arruda da Câmara: a república das letras nos sertões. In: KURY, Lorelai Brillhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012a. p. 160-203.

trocaram correspondência diretamente com o secretário do Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho.⁴²¹

Dentre o grupo de cientistas, escolhemos trabalhar com esses dois homens acima citados. Primeiro, porque eram contemporâneos. Eram nascidos no Brasil e chegaram a estudar na mesma Universidade, em Coimbra, Portugal. Segundo, porque percorreram partes dos sertões que são nossos objetos de estudo. É bem verdade que Francisco Almeida não chegou a adentrar propriamente os espaços de domínio português em Angola, morreu ao longo da tentativa de travessia; mas ao percorrer, observar e registrar o trecho dos sertões da África Central, entre Angola e Moçambique, Francisco José de Lacerda e Almeida o fez imbuído de um imaginário preconcebido sobre os sertões que foi mantendo-se ou se alterando ao longo de sua travessia.⁴²² Comparar as experiências desses dois homens pela correspondência que trocavam com o Secretário do Ultramar, além do diário de viagem escrito por Francisco Almeida e do livro de memórias escrito por Arruda da Câmara, ajudam-nos a perceber como esses dois homens entendiam e representavam os espaços e habitantes dos sertões onde estavam inseridos.

No momento em que essas pessoas começaram a singrar as fronteiras do Império Português em busca de maior conhecimento sobre os sertões, eles também se tornaram agentes mediadores de culturas, pois influenciavam os lugares e povos por onde passavam, como também sofriam influências dos seus objetos de pesquisa, ou seja, dos espaços sertanejos e de seus habitantes. Se, por um lado, o conhecimento científico adquirido nas universidades europeias reverberava no que os naturalistas viam e relatavam, por outro, não se pode negar que, por diversas vezes, o olhar dos viajantes foi realmente alterado pela observação *in locu* dos diferentes tipos de cultura, habitantes e espaços.

Francisco José de Lacerda e Almeida, nascido na cidade de São Paulo, Brasil, estudou Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra, onde se formou no ano de 1776. Em

⁴²¹ Cópias dessas correspondências podem ser encontradas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - ca-PT-TT-Condes Linhares-Liv14_c0001 (no caso de Lacerda e Almeida) e no livro organizado pelo historiador José Antônio Gonsalves de Melo (no caso de Manuel Arruda). CÂMARA, Manuel Arruda da. Anúncios dos descobrimentos feitos em Pernambuco, 1796. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Recife, n. 23).

⁴²² O padre Francisco João Pinto, imediato de Francisco Almeida, chegou a escrever em seu diário referências sobre ligações daqueles sertões com os sertões de Angola: um dos exemplos pode ser percebido quando ele diz que o rei Cazembe afirmou ter recebido uma grande porca dos “sertões de Angola”. Em outra ocasião, o padre relatou também o que seria uma felicidade do Cazembe em estar numa região que unia duas localidades diferentes: Angola e o Tete. PINTO, Francisco João, Padre. *Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799*. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Edição acrescida do diário da viagem de Mocambique para os rios de Sena e do diário de regresso a Sena pelo padre Francisco João Pinto; com uma introdução crítica de Dr. Manuel Múrias. [Lisboa]: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1936.

1778, já estava a serviço da Coroa Portuguesa, no qual, alguns anos mais tarde, foi encarregado de percorrer e pesquisar os sertões da América portuguesa, inseridos nas hoje chamadas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Entre os anos 1791 e 1795, chegou a ser promovido a Primeiro-Tenente do Mar e depois a Capitão de Fragata. No ano de 1797, recebeu da Coroa Portuguesa a carta patente de Governador dos Rios de Sena da Capitania de Moçambique. Francisco tinha ordens expressas de fixar posição em Moçambique e verificar possibilidade de comunicação entre as costas africanas do Oceano Índico ao Atlântico, aproveitando uma suposta ligação entre os rios Cunene (em Angola) e Zambeze (em Moçambique). Ele morreu tentando realizar o trabalho.⁴²³

Escritas no ano de 1798 por Francisco José de Lacerda e Almeida, as *Instruções e diário da viagem da Vila de Tete, capital dos Rios de Sena para o interior da África*, eram relatos que descreviam o dia a dia da viagem de uma comitiva liderada por ele. A viagem científica tinha o objetivo de encontrar, entre os rios da África, uma travessia da costa oriental para a costa ocidental africana, ou seja, de Moçambique para Angola, com o intuito de melhor se “tirar” proveito econômico da região; ou seja, a viagem científica de Lacerda e Almeida segue a lógica das reformas pombalinas não só para o crescimento do conhecimento científico em si, como também para o uso desse conhecimento no desenvolvimento de formas econômicas que servissem à Coroa Portuguesa. Nesse caso, à medida que percorria o trajeto, o cientista ia tomando nota do solo, do clima, dos rios, dos habitantes para que depois a Coroa usasse os informes, da forma mais conveniente, para aproveitar economicamente os sertões.

Francisco era um homem que valorizava a pesquisa de campo em detrimento das pesquisas puramente de escritório. Em uma correspondência para o secretário do Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho, o cientista chega a afirmar o seguinte: “O certo é que estando este Rey [governante do Cazembe] no interior da África, não é tão bárbaro, como os Geógrafos de Vidraças costumam pintar aquelles Cáfres [...]”⁴²⁴ Ora, ao utilizar o termo “Geógrafos de Vidraças”, possivelmente o cientista queria fazer alusão aos pesquisadores que não tinham disposição, coragem de sair de seu gabinete, para se embrenharem no campo e

⁴²³ Sobre a trajetória de vida mais detalhada de Francisco de Lacerda e Almeida, bem como detalhes de suas viagens à América portuguesa e África, ver introdução de Manuel Múrias para a obra *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. MÚRIAS, Manuel Maria. Introdução. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Edição acrescida do diário da viagem de Moçambique para os rios de Sena e do diário de regresso a Sena pelo padre Francisco João Pinto; com uma introdução crítica de Dr. Manuel Múrias. [Lisboa]: Divisão de Publicações e Biblioteca Geral das Colónias, 1936. MARTINS, Luísa Fernanda Guerreira. *Francisco José de Lacerda e Almeida: travessias científicas e povos da África Central, 1797-1884*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ Departamento de História, Lisboa, 1997. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Diários de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

⁴²⁴ PT-TT-Condés Linhares-Liv14_c0006.

realizarem suas pesquisas, sendo considerados, por isso, como cientistas observadores através de vidraças do seu gabinete. Outro fato que chama a atenção na correspondência: Francisco Lacerda critica as representações generalizadas, feitas pelos outros cientistas, sobre os povos africanos, ao dizer que os “Cáfres” são pintados pelos geógrafos como sendo completos bárbaros, quando, na verdade, para ele, não o são de todo. No entanto, ao mesmo tempo em que tentava não generalizar os povos autóctones, por vezes, Almeida também caía nessas mesmas generalizações. É o que se verá mais adiante.

O segundo viajante abordado nesta seção, Manuel Arruda da Câmara, foi um religioso, homem de negócios, médico e cientista. Há controvérsia quanto a data e o lugar exato de nascimento, margeando a segunda metade do século XVIII, entre os sertões da Paraíba e Pernambuco, Brasil. Após estudar no Convento dos Carmelitas, em Goiana, Pernambuco, Manuel da Câmara viajou para Portugal, em 1783, onde estudou Filosofia Natural na Universidade de Coimbra. Depois, em 1790, foi para a França estudar Medicina na Universidade de Montpellier.⁴²⁵ Ao regressar à América portuguesa, ele realizou duas expedições aos sertões: uma de 1793 a 1795, partindo da Capitania de Pernambuco ao Piauí, e outra entre 1797 e 1799 da Paraíba ao Ceará; além de outras viagens não datadas realizadas entre o Maranhão e o vale do rio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia. Pelas observações e anotações que realizou nessa viagem, o naturalista publicou posteriormente uma série de dissertações sobre o potencial das matérias-primas do sertão.⁴²⁶

Em uma dessas obras, intitulada *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc.*, escrita em 1797, Manuel Arruda da Câmara debruçou-se sobre as observações agronômicas e descreveu uma série de informações sobre o clima, a geomorfologia, a vegetação, agricultura e os habitantes dos sertões da Colônia brasileira.⁴²⁷ Ao ser mandado a pesquisar nos sertões das capitanias do norte do Brasil, incluindo Pernambuco e Paraíba, o naturalista confessava sentir-se útil e honrado ao contribuir na divulgação dos relatos sobre o lugar onde nasceu. O autor também valorizava a formação intelectual científica que obteve na Europa, baseada nos ideais iluministas, ao afirmar: “Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações, de que era capaz, segundo as

⁴²⁵ Sobre vida e obra de Manuel Arruda da Câmara, ver MELLO, 1982; KURY, 2012a.

⁴²⁶ MELLO, 1982; KURY, 2012a.

⁴²⁷ CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, oferecida a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor*. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

luzes, ainda que ténues, que eu tinha adquirido, para que meus patrícios tivessem alguma coisa que lhes fosse própria.”⁴²⁸

Manuel Arruda, assim como seu colega Francisco de Lacerda, demonstrava a importância das luzes na influência de novas práticas de pesquisa uma vez que fazia comentários lamentosos sobre as chamadas “obras de gabinete” (bastante predominada na geração anterior de cientistas) e em relação aos conhecimentos do senso comum (praticados pela população dos sertões).⁴²⁹ Em uma passagem, Arruda da Câmara faz uma crítica das obras até então escritas em relação à agricultura do Brasil, pois afirma: “pouco podem influir no argumento real dos gêneros que fazem as nossas riquezas: são obras de gabinete.”⁴³⁰

Em seguida, o autor também dá a entender que o trabalho de campo, por si só, não contribui muito para maior conhecimento das coisas:

A experiência é única linguagem que o povo entende, [...] os sóis ardentes, as chuvas, os ventos descabidos [...] Porém, nem por isso aprenderam a trabalhar por mais novo método, não abreviaram as suas operações, e caminharam finalmente pelo trilho dos mesmos prejuízos em que viveram seus maiores. Todos esses obstáculos se aplanaram pelo trabalho daquele, que no mesmo lugar, onde produz o gênero, sobre que quer instruir, fazer repetidas experiências a respeito das influencias do clima mais vantajosas, das diversas qualidades, e mistura de terras mais próprias, dos meios mais fáceis de plantar, colher: beneficiar a colheita, diminuindo a mão de obra, e aumentando consequentemente o lucro.⁴³¹

Logo, para o antedito cientista, é necessário que haja pesquisas que levem os métodos racionais e sistemáticos ao trabalho de campo, unindo, assim, a teoria à prática;⁴³² e mais, ao falar da importância de se fazer experiências na natureza para diminuir a necessidade de trabalhadores e aumentar o lucro, os discursos de Arruda Câmara nos sertões da América, assim como os de Lacerda e Almeida nos sertões da África, assemelham-se e colaboram para demonstrar que a ciência estava para contribuir com a política econômica do Império.

⁴²⁸ CÂMARA, 1799, p. 7.

⁴²⁹ Ao estudarem as inter-relações entre natureza e cultura na obra do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara, referentes aos sertões das capitanias luso-brasileiras durante a transição Colônia-Império, os investigadores Catarina de Oliveira Buriti e José Otávio Aguiar chamaram a atenção para a crítica de Manuel da Câmara em relação aos cientistas de gabinetes. BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Imagens do Nordeste natural na transição Colônia-Império: o olhar do viajante naturalista Manuel Arruda da Câmara sobre o meio ambiente, 1793-1810. *Revista Ariús*, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 129-142, jan./dez. 2008. p. 131.

⁴³⁰ CÂMARA, 1799, p. 10.

⁴³¹ *Ibid.*

⁴³² Baseados no trabalho de Warren Dean acerca de Manuel Arruda da Câmara, Buriti e Aguiar afirmam que “a ambigüidade do trabalho de Arruda da Câmara reside em tentar conciliar o pensamento utilitário e o naturalismo empírico dos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa”. BURITI; AGUIAR, 2008, p. 138.

Como dissemos, Manuel Arruda da Câmara e Francisco de Lacerda e Almeida possuíam algumas coisas em comum: ambos nasceram na Colônia brasileira, estudaram na Universidade de Coimbra, em Portugal, e, posteriormente, já formados, foram designados pela Coroa Portuguesa para explorar as colônias do Império. Além de cientistas, os dois homens chegaram a ocupar diferentes funções ao longo de sua trajetória de vida. Isso era uma constante no Império, pois, ao longo dos séculos, diversos homens da elite ocupavam, simultaneamente, posição variada, seja de âmbito militar, judicial, político, administrativo, econômico. Francisco, por exemplo, acumulava cargo científico, passando por militar, até governador dos Rios de Sena em Moçambique.⁴³³ Já Manuel, era cientista da Coroa e homem de negócios, que, dentre outras coisas, explorava a produção de algodão em uma grande fazenda às margens do rio Paraíba.⁴³⁴ Membros de uma elite colonial, os dois cientistas lançaram-se a viagens nas mais distantes paragens do Império Português.

Apesar de ambas as propostas de expedição serem baseadas nos ideais iluministas, e de ambos os cientistas serem “brasileiros” formados na mesma instituição de ensino (em Coimbra/Portugal) e, por isso, em tese, comungarem do mesmo discurso acadêmico desse lugar social, ressaltamos que cada um deles foi enviado para um continente, onde depararam com realidades distintas para executarem seu trabalho.⁴³⁵ Enquanto Arruda da Câmara vai para os sertões da Capitania de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil (lugar inserido no mesmo bioma onde nasceu), Lacerda e Almeida é mandado para os sertões da África Central, entre Angola e Moçambique.⁴³⁶ Nesse sentido, cada um ao seu modo vai empregar os conhecimentos que obtiveram na academia e em experiências de viagens.

⁴³³ Francisco José de Lacerda e Almeida pertencia a uma família que fazia parte da governança da terra em São Paulo. Quando já estava estudando em Coimbra, seu pai chegou a ser juiz presidente da Câmara. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Diários de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

⁴³⁴ Manuel era filho do capitão-mor das Ordenanças do Piancó (Capitania da Paraíba) Francisco de Arruda Câmara, com Maria Saraiva da Silva, então grandes criadores de gado. A família, graças a suas condições econômicas e políticas, distinguiram-se de boa parte dos seus contemporâneos sertanejos. Ver: MELLO, 1982.

⁴³⁵ Em relação à formação acadêmica dos cientistas nascidos na Colônia brasileira, Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que, pelo fato de só haver estudos universitários na Metrópole, a formação intelectual era a mesma entre os naturais do ultramar e os de Portugal. No entanto, “mesmo que as instruções emanadas do governo metropolitano fossem idênticas e tivessem origem em governantes que tinham uma mesma noção do que seriam medidas ilustradas, sua aplicabilidade no terreno e o retorno que delas se obtinha variavam de região para região”. SILVA, 2014.

⁴³⁶ Nos últimos anos, alguns historiadores já vêm analisando o olhar e as produções científicas acerca dos viajantes cientistas. Em relação aos que percorreram a América portuguesa (Manuel Arruda da Câmara e outros), ver: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012b. BURITI; AGUIAR, 2008. Já o historiador Magnus Pereira, fez uma análise sobre o olhar dos “brasileiros” que são enviados à África portuguesa, incluindo aí o naturalista Francisco de Lacerda e Almeida. PEREIRA, 2003.

Em relação aos escritos dos dois naturalistas, percebemos que Arruda Câmara mostrava bastante familiaridade com o seu espaço de pesquisa. Já o mesmo não pode ser dito de Lacerda e Almeida, que nos seus relatos, dá a entender não se sentir muito confortável nesse ambiente diferente de sua realidade. Óbvio que o fato de Arruda da Câmara caminhar pelo bioma do lugar onde nasceu contribuiu para que ele sentisse maior aproximação com seu objeto. Diferentemente da situação de Lacerda e Almeida, cujo recorte espacial de pesquisa era o desconhecido interior da África.⁴³⁷ No entanto, não se pode somente levar isso em consideração haja vista que é importante refletir também sobre a natureza e os objetivos das suas obras, bem como a forma em que foram produzidas.

Os livros de memórias e o diário, produzidos respectivamente pelos dois cientistas, são de natureza distinta: o diário de Francisco Lacerda e Almeida é um tipo de documento que foi escrito durante o processo da expedição, ou seja, ele estava relatando *in locu* os detalhes da viagem. Já os livros de Manuel Arruda da Câmara não são um relato de viagem, mas sim memórias posteriores da experiência de sua viagem, que tinha por objetivo tratar, de maneira sistemática, aspectos ligados à agricultura do algodão e uso de outras plantas no sertão (tipos de solo, clima, vegetação). Dessa forma, nos livros de memórias de Arruda da Câmara praticamente não se aborda o dia a dia de sua expedição.

Além das pesquisas científicas, o diário de Francisco de Lacerda e Almeida traz outros tipos de informações, por exemplo, os infortúnios da travessia, abandonos, assaltos, doenças por que a diligência passou, ou seja, nele, as pesquisas de campo são descritas simultaneamente à própria viagem. Nesse caso, o diário tinha a finalidade de relatar o dia a dia da comitiva e de englobar não somente as informações científicas, mas também outros assuntos, o que o tornava uma obra de caráter mais abrangente.⁴³⁸ Outra coisa, Lacerda e Almeida morreu ao longo da expedição. Ele interrompeu abruptamente os escritos do diário alguns dias antes do seu falecimento. Nesse caso, não chegou a fazer suas considerações finais.

Se o diário de Francisco de Lacerda e Almeida se constitui como um documento que foi escrito simultaneamente à viagem, e não foi concluído pelo seu autor, o mesmo não pode

⁴³⁷ Magnus Pereira identificou nos relatos de Francisco de Lacerda e Almeida uma espécie de saudade paisagística da América enquanto o cientista percorria as terras da África. Em outras palavras, o cientista estabelecia semelhanças panorâmicas entre a América e África. Por outro lado, Pereira diz que essa insistência entre comparações paisagísticas, por motivos óbvios, não ocorreu com os cientistas brasileiros que foram trabalhar no próprio Brasil, como Arruda da Câmara. Ver: PEREIRA, 2003, p. 361-362.

⁴³⁸ É importante salientarmos o seguinte: é impossível para qualquer pessoa fazer com que todas as atividades, todas as informações do dia sejam passadas, na íntegra, para o papel. Sendo assim, o diário de um viajante é um primeiro filtro. Sobre a natureza de um diário de viagens, Bonato afirma que ele acaba por se constituir como um primeiro filtro das informações colhidas por um viajante. BONATO, 2014.

ser dito dos livros escritos por Manuel Arruda da Câmara. Esses, baseados nas experiências que coletou ao longo de sua expedição nos sertões do Brasil, foram produzidos depois das expedições, a título de memórias.⁴³⁹ Estas se fizeram à base de uma seleção de informações muito mais criteriosa do que o diário do outro cientista, pois a ideia desse tipo de documento era focar mais, de forma sistemática, os aspectos ligados à agricultura no sertão, sem se preocupar muito em relatar o cotidiano da expedição. Dessa forma, é provável também que os relatos das dificuldades da campanha passadas por Arruda da Câmara, tenham sido minimizados ou, até mesmo, suprimidos, já que não se enquadravam numa perspectiva mais técnica da obra.

No entanto, apesar de escassos, existem vestígios que tratam de outras informações a respeito da expedição de Arruda da Câmara, e eles se encontram sutilmente no prefácio e nas notas de rodapé de uma das obras. Impressa em livro, a *Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros...* foi organizada textualmente com prefácio e notas de rodapé, o que indica que sofreu edição de texto por parte do autor e/ou da editora. É sabido que prefácio e notas de rodapé são componentes de organização textual que tem a função de resumir o conteúdo de um livro (no caso do prefácio), de trazer informações posteriores e também de impor limites a um texto (no caso das notas de rodapé).⁴⁴⁰ Já que o corpo do texto era voltado para tratar especificamente da agricultura do algodão (clima, solo, plantação, métodos de colher, de ensacar), o cientista acabou por utilizar notas de rodapé para inserir pequenas informações de assuntos mais diversos e, ao mesmo tempo, resumido a respeito do que encontrava ao longo das pesquisas.

Apesar das relatividades postas acima (as diferentes obras dos cientistas e as diferenças dos dois espaços geográficos percorridos), faz-se oportuno novamente salientar que as representações que os naturalistas construíram basearam-se no lugar social que ocupavam, isto é, na posição de homens de uma elite intelectual, política e econômica, a serviço da Coroa Portuguesa.⁴⁴¹ À proporção que adentravam seus diferentes sertões, os cientistas, cada um a seu modo, iam descrevendo em suas obras as impressões que tinham dos lugares por onde

⁴³⁹ Em documento destinado ao editor, Manuel Arruda da Câmara condenava a rapidez com que certos naturalistas publicavam suas pesquisas. Para o cientista, era necessário levar um tempo para analisar, revisar e, só depois disso, publicar suas obras. Dizia Manuel: “Deus me livre que da minha mão vá ao prelo obra minha que ache em minha consciência que está imperfeita.” CÂMARA, 1982.

⁴⁴⁰ Segundo Orlandi, o uso de prefácios e notas tem por finalidade organizar qualquer tipo de texto para que ele não saia dos limites pretendidos por quem o produz. ORLANDI, 2008.

⁴⁴¹ Chartier afirma o seguinte: “As representações do mundo social, assim construídas, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” CHARTIER, 1990, p. 17.

passavam. Localização, relevo, clima, vegetação, solo, vale, rio, animais e seres humanos eram representados em textos, mapas, desenhos.

Manuel Arruda da Câmara, por exemplo, no trecho abaixo, cita os acidentes geográficos, bem como o clima da região:

[...] no interior dos sertões, onde o cordão da serra, chamada Bruburema, multiplica, e encapela os seus inumeráveis cabeços, como o Ybiapába, Cariri-Novo, e todo Piauyg; porque a tal serra da Bruburema, que considero, como espinhaço da terra de toda a Capitania de Paranãbuc, forma hum cordão de muitos centos de léguas, sem interrupção alguma: este clima, que ate aqui tenho descrito, chamão agreste.⁴⁴²

Nota-se que o autor fez uso de termos indígenas, em seu relato, para denominar determinadas localidades: “Bruburema”, “Ybiapába”, “Piauyg” “Cariri”, “Paranãbuc”.

O mesmo observamos em Francisco José de Lacerda e Almeida, pois além de relatar a coordenada geográfica e as características físicas do espaço por onde a comitiva percorria, descrevia o nome das terras, cuja origem é proveniente do vocabulário de povos africanos:

O rumo geral, que hoje segui, foi o do norte, e passei pelas terras Sonte, Cube, Caboamanga, Pequizo, Condo, Chibambo, e fui pernoitar na terra Mitondo. – Nhaufa, Sonte, e Cube são prazos da Coroa. De Sonte para diante, o terreno é montanhoso; e quando é possível a estrada se dirige pelos estreitos vales, que há entre os montes.⁴⁴³

No momento em que registravam o nome dessas localidades em suas obras, os cientistas contribuía para intercalar termos indígenas na escrita portuguesa e, assim, divulgavam no Império Português palavras dos vocabulários de grupos humanos que habitavam a África e a América portuguesa. Nesse caso, percebe-se, aqui, mestiçagens culturais entre distintos universos no âmbito do idioma.⁴⁴⁴

Segundo Telmo Verdelho, não houve confronto de escritas entre os portugueses e os povos habitantes do Brasil e África portuguesa. Isso por conta da condição de agrafia dessas

⁴⁴² CÂMARA, 1799, p. 25.

⁴⁴³ ALMEIDA, Francisco José Lacerda e. Diário da viagem da Villa de Tetê, capital dos rios de Sena, para o interior d’África, feita por ordem de Sua Magestade Fideíssima, que Deus guarde etc., pelo Governador dos mesmos rios, o Doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, no ano de 1798. In: ALMEIDA, Francisco José Lacerda e. *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1936.

⁴⁴⁴ Maria de Deus Beites Manso e Francisco Soares, ao analisarem as narrativas realizadas por Cadornega nos sertões da África, aferem que as obras feitas por viajantes podem fornecer diversos elementos importantes para o entendimento da formação das sociedades miscigenadas: “quer do ponto de vista biológico, quer cultural. Para além de toda uma presença militar, comercial, política e religiosa, importa salientar que de tudo isto resultou no nascimento de uma nova realidade caracterizada tanto pela rejeição como pela aceitação das culturas em jogo. Portanto, passamos de um mundo mítico para um mundo real e onde as culturas se interlaçam, constituindo uma das formas da sua permanência.” MANSO; SOARES, 2006, p. 127-158.

comunidades autóctones. Por meio da interpretação das estruturas fonológicas existentes nos espaços geográficos das colônias, foi que os europeus elaboraram o letramento das línguas indígenas. Esse encontro de línguas, nas mais distantes paragens do Império, permitiu que, ainda hoje, se encontrem herdadas (por conta principalmente das distâncias) “informações disponíveis para a dicionarização interlinguística dos registros lexicais inventariados e para a descrição gramáticas das centenas de línguas que tem ainda vozes vivas nos sertões brasileiros”, por exemplo.⁴⁴⁵

Ainda de acordo com Verdelho, desde o fim do século XV, em razão das expansões marítimas, os europeus passaram a conviver com novos idiomas de várias partes do mundo que nunca haviam ressoado em seus ouvidos. A língua angolosa ou bunda, língua congolosa, mbunda, ganguela (de Angola); o cafre, ou cafral ou tetense (de Moçambique); e o tupi ou língua brasílica ou língua geral (da América portuguesa) são só umas de outras dezenas que existiam espalhadas pelos imensos territórios que na época faziam parte do Império Português.⁴⁴⁶

Tanto nos escritos de Francisco de Lacerda e Almeida quanto nos de Manuel Arruda da Câmara, os sertões de ambos os continentes eram, por vezes, representados como lugares ermos, desertos, dado a vários tipos de perigos; afinal, entre os séculos XV e XIX, havia um discurso do medo do interior que permeava o imaginário dos colonos que viviam nos litorais da África e da América portuguesa, assim como dos portugueses do Centro do Império.

No discurso colonizador sobre cada sertão, muitas vezes eles eram propositalmente dados como espaços homogêneos, desertos, sem habitantes. Estes, quando havia, por vezes eram relativizados (omitidos ou não) pelos viajantes, pois podiam ser ainda grupos indígenas que não se submeteram ao processo colonizador, portanto, na prática, não eram ainda súditos da Coroa. Como já nos referimos em outras ocasiões, o discurso de espaço vazio, deserto, era

⁴⁴⁵ VERDELHO, Telmo. *Encontro do português com as línguas não europeias: exposição de textos interlinguísticos*. Lisboa: BNP, 2008. p. 52-54.

⁴⁴⁶ Telmo Verdelho considera que a língua faz parte de um comportamento humano caracterizado pela constante movimentação dos indivíduos pelo globo. Para ele “o português participou no encontro das línguas e no intercâmbio dos alfabetos e da escrita e, sobretudo, promoveu o redimensionamento dos circuitos de comunicação em todo o orbe”. VERDELHO, 2008, p. 10-11.

um recurso utilizado para se dar “legitimidade” de ocupação, mesmo que existissem grupos autóctones frequentando a região.⁴⁴⁷

Por outro lado, por serem regiões de vastíssimos territórios – tanto o sertão da África Central, quanto da América portuguesa – também era comum que os cientistas deparassem com espaços realmente vazios, onde não havia nenhum tipo de presença humana, nem dos autóctones, muito menos de colonos. Sendo assim, percebemos nos variados relatos de viajantes que os espaços eram descritos como vazios basicamente por dois motivos: por conta da ausência de qualquer tipo de grupos humanos; ou pela ausência especificamente de colonos (os súditos da coroa) mesmo que ali existissem grupos autóctones ainda não sujeitos aos padrões culturais europeus.

É o que se percebe em trechos do diário de Lacerda. Em certo momento, o cientista descreve ordens em relação ao comportamento que a comitiva deveria tomar caso ele morresse no trajeto. Aqui é possível notar o uso do termo “deserto” para representar o interior vazio localizado entre os territórios de Moçambique e Angola. Em seguida, há o comentário sobre a falta de pessoas que pudessem informá-lo ou conduzi-lo pelas trilhas. O interessante é que Lacerda e Almeida descreve os lugares como “desertos” logo na primeira página do documento; ou seja, de início, já estabeleceu um (pré)conceito para a região quando ainda mal havia começado a percorrer os caminhos. Logo em seguida, o cientista queixa-se da violência que os cafres lhe poderiam fazer.

Ora, primeiro o supracitado cientista afirma que o território era deserto; depois comenta que as terras que iria percorrer estavam repletas de cafres. Essa ambiguidade não era aleatória. Uma das possibilidades para esse caráter oscilante sobre a ocupação é justamente o uso do discurso colonizador que imputava a terra como vazia, apesar da presença de grupos humanos; e mais, Lacerda e Almeida nunca havia estado por esses lugares. Aliás, segundo ele, nenhum português passara antes por ali. Nesse caso, já que não conhecia pessoalmente a região, nem tinha informações mais precisas sobre ela, o cientista, ao dar a entender que o

⁴⁴⁷ Ao analisar o conceito de Império Português, Ilmar Rohloff de Mattos afirma que a relação território-população se apresentava “como condição para o exercício da dominação, e fazia que a noção de ordem ainda uma vez fosse associada a ideia de império”, ou seja, trazendo o pensamento do pesquisador para a presente pesquisa, os lugares que prevaleciam no controle da Coroa, ocupados por colonos, eram tidos como povoados. Já os lugares onde os colonizadores não haviam ainda se estabelecido e implementado seus costumes, eram tidos como desertos, como vazios, apesar de serem ocupados por grupos indígenas, sendo estes últimos tachados de bárbaros e selvagens. Nesse caso, era necessário pôr “ordem” para garantir o Império. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Pensar um império. In: GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 22.

espaço era violento, passava a repetir um discurso já propagado desde séculos antes pelos primeiros viajantes europeus: o de que esse sertão era um lugar perigoso.

Diferentemente de Lacerda e Almeida, Manuel Arruda da Câmara conhecia por demais as características geográficas da região onde foi pesquisar. Afinal, havia nascido por lá, nos sertões entre Pernambuco e Paraíba, duas das capitanias do norte do Brasil. Em certos trechos, a obra de Manuel, por vezes, aparece discretamente representando o interior também como um lugar ermo. É o que se nota nas entrelinhas do prefácio do livro, atribuído ao autor, quando informa a Alteza Real sobre a dedicação que terá com a pesquisa.

Ainda que não se tenha exatidão se a dedicatória do livro de memórias de Arruda da Câmara fora escrito pelo próprio autor, ou se foi atribuído a ele pelo editor (o Frei Veloso), o que se nota aqui é que as representações textuais sobre os sertões como lugar inóspito, vazio, ermo estão presentes nas entrelinhas.⁴⁴⁸ O espaço é representado como um lugar de difícil acesso com “empinadas montanhas”, “abatidos vales”, onde habitam seres do tipo “vil” e “grosso”.⁴⁴⁹ No entanto, nota-se também no prefácio a ausência de descrição dos autóctones dos sertões, ou seja, os indígenas praticamente não constam no livro de memórias. Somente algumas páginas depois, numa nota de rodapé, Arruda da Câmara cita brevemente uma experiência de contato que teve com um grupo indígena chamado Pamelas.

Em um conjunto de correspondência endereçado a D. Rodrigo de Souza Coutinho, entre agosto de 1797 e outubro de 1798, Manuel Arruda da Câmara comenta sobre as dificuldades de se empreender a viagem científica ao sertão.⁴⁵⁰ Termos como “lugares quase desertos”, “vastidões dos sertões”, “sertões desertos” aparecem para ilustrar as características da região e reforçar uma justificativa para possíveis atrasos em seu trabalho de pesquisas.⁴⁵¹ Em certo momento, o cientista descreve: “[...] muitos obstáculos retardarão as minhas relações, já a vastidão dos sertões que devo percorrer, já lugares desertos e faltas de correio, já vigorosas invernadas e rios caudalosos que procurarei vencer com todas as minhas forças.”⁴⁵² Aqui, certamente, o cientista estaria referindo-se mais sobre ausência de sociedades com padrões culturais europeus, do que a não presença de qualquer tipo de grupos humanos. A questão dos sertões desertos associados a um tipo de clima seco também não se encaixaria neste momento, já que logo em seguida aparece a expressão “vigorosas invernadas e rios

⁴⁴⁸ Em relação à edição do livro *Memórias*, José Antonio Gonçalves de Mello suspeita que o prefácio tenha sido escrito pelo padre Veloso, que o atribuiu ao próprio Arruda da Câmara. MELLO, 1982.

⁴⁴⁹ CÂMARA, 1799, p. 9.

⁴⁵⁰ AHU, Papéis Avulsos de Pernambuco, maços 9 e 14. Papéis avulsos da Paraíba, maço 17. MELLO, 1982.

⁴⁵¹ AHU, Papéis Avulsos de Pernambuco, maços 9 e 17. *Ibid.*, p. 237-239.

⁴⁵² AHU, Papéis Avulsos de Pernambuco, maço 17. *Ibid.*, p. 239.

caudalosos” sobre a região por onde passava; ou seja, para explicar possíveis demoras em empreender a pesquisa, Arruda da Câmara dá a entender que um dos motivos seria o vazio da presença colonizadora.

Nas descrições de Arruda da Câmara, a imagem do espaço como inóspito não estava associada somente à falta ou à pouca presença de colonos e da cultura dita civilizada nos sertões. A maneira como eram descritos os relevos, solos, climas, vegetações, animais e doenças também contribuía para isso. Diversos são os trechos das cartas que, no seu conjunto, formam uma imagem de regiões difíceis para vivência dos colonos. Além dessas cartas, no livro de memória sobre o algodoeiro aparecem informações a respeito do solo e clima agreste.

Em relação ao clima e aos aspectos geomorfológicos do sertão de Pernambuco, por exemplo, o cientista Manuel Arruda da Câmara refere-se da seguinte forma: “a tal serra da *Bruburema*, que considero como espinhaço da terra de toda a Capitania de *Paranábuç*, forma hum cordão de muitos centos de léguas, sem interrupção alguma: este clima, que até aqui tenho descrito, chamam agreste.”⁴⁵³ Ora, nessas áreas, o clima dito como “agreste” está muito associado à forte intensidade do sol e da seca. Além disso, boa parte do solo também é caracterizada como arenoso e pedregoso. Um exemplo pode ser visto no seguinte trecho do livro de memória: “areisco, como o nome o está indicando, chamam aquele terreno quase inteiramente arenoso, ou seja, coberto de mato, ou calvo; Este dos três [Vargem, Caatinga e Areisco] é o pior”.⁴⁵⁴

Do outro lado do Atlântico, o inóspito também aparece nas representações feitas por Francisco de Lacerda e Almeida, em relação a determinados trechos dos sertões da África Central, entre Angola e Moçambique. Sobre os relevos e as condições climáticas, relatava o Naturalista: “depois que atravessei a cordilheira, por cujos vales marchei desde a Maxinga, tem havido faltas de águas. A que se encontra nas povoações, é tiradas de covas, é tão branca como o leite.” Em outro momento, o cientista diz o seguinte: “[...] e o intenso calor do sol, tem ajudado a parecerem esses lugares agrestes e tristes.”⁴⁵⁵

Ao analisar e comparar os escritos de Francisco Lacerda e Almeida e de Manuel Arruda da Câmara, percebe-se que o clima quente e os espaços agrestes acometidos pela seca não escapavam aos olhos dos dois viajantes. Afinal, a falta de água é uma séria dificuldade para a pretensão de estabelecimento de plantações, de criação de animais ou de construção de

⁴⁵³ CÂMARA, 1799, p. 25. No dicionário escrito pelo padre Raphael Bluteau, que viveu no século XVIII, o termo “agreste” significava o mesmo que “rústico”. O termo também aparece associado a lugar deserto com espinheiro. BLUTEAU, 1712-1728, v. 1, p. 184.

⁴⁵³ CÂMARA, *op. cit.*, p. 22-24.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 22-24.

⁴⁵⁵ *Ibid.*, p. 225.

núcleos urbanos. Por mais que a capacidade de elaborar cultura permita que seres humanos sobrevivam em ambientes do planeta com pouquíssima disponibilidade de água, é sabido também que a melhor oferta desse líquido poupa trabalho, tempo, energia e gastos financeiros; e no caso dos empreendimentos econômicos da Coroa, isso era bastante importante para seus objetivos.

Os espaços inóspitos dos sertões também estavam associados às doenças. Por mais de uma vez, Manuel Arruda da Câmara queixava-se de que elas o importunavam e dificultavam seu trabalho de pesquisa. Em uma das correspondências enviada ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, relatava o cientista: “se não fosse o ter estado doente de carneiradas⁴⁵⁶ naqueles sertões, por espaço de cinco meses, teria, sem dúvida, adiantado muito a remessa dos ditos produtos, e não teria sido retardado no achado de outros.”⁴⁵⁷ O fato é que Manuel se encontrava doente nos sertões da América portuguesa, e isso refletia na produção de seu trabalho. Já na África Central, o cientista Francisco José de Lacerda e Almeida e sua comitiva passaram por sérios problemas: além de contrair enfermidades, enfrentavam a carestia de alimentos, em consequência da insalubridade e da pobreza do terreno que percorriam. A partir de certo momento de sua viagem, ele passa a se queixar bastante da febre que o afligia e da fome que pairava sobre sua comitiva: “o despovoado deste lugar, a fome que vai sofrendo a gente, os pantanais, a abertura do caminho ou a estrada, e muitas vezes a sede que sofremos, além de tudo isto as minhas indisposições, febres [...]”⁴⁵⁸

Os sertões também eram considerados lugares perigosos por motivo dos animais mortíferos que viviam neles. Enquanto na América era a grande quantidade de serpentes que alarmava Manuel de Arruda Câmara, na África Central, entre Angola e Moçambique, eram os leões que provocavam medo à comitiva de Francisco José de Lacerda e Almeida.

Segundo Arruda da Câmara, as serpentes, *Crotalus hórridos*, eram “animais tão mortíferos e venenosos como são as cascavéis e outras espécies de víboras, que se escondem debaixo das hervas”.⁴⁵⁹ Ao relatar a presença de grande quantidade de serpentes venenosas, não somente nas plantações de algodão do sertão, como também nos arbalde (arredores), os escritos de Manuel de Arruda contribuem para representar os sertões das capitânicas do norte do Brasil como um lugar perigoso, onde indivíduos podiam encontrar a morte.

⁴⁵⁶ No dicionário de Raphael Bluteau, “carneirada” é um tipo de doença que se dá na Ilha de São Tomé, na costa da África. BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 154. No caso de Arruda da Câmara, em se tratando dos sertões, deve ser o mesmo tipo de doença propícia aos ambientes de clima quente, como África e Brasil.

⁴⁵⁷ AHU, Papéis Avulsos de Pernambuco, maço 19. In: MELLO, 1982, p. 242.

⁴⁵⁸ ALMEIDA, 1936. p. 225.

⁴⁵⁹ CÂMARA, 1799, p. 55.

Já nos sertões da África Central, para Lacerda e Almeida, o leão definitivamente era o animal mais temido. Numa das passagens, o cientista anotou o seguinte: “Fiz alto no rio Ircuze, tendo marchado por um agreste despovoado e cheio de Leões.” Já em outro momento, a comitiva do cientista encontrou uma povoação com “bom” lugar e “boa” terra, mas deserta de pessoas em razão das “desgraças” e “mortes” causadas por leões. De acordo com o cientista, esses bons lugares tinham matos que se assemelhavam a muitos do Brasil, pois as árvores eram “grossas e altas”.⁴⁶⁰ Nesse sentido, até mesmo quando passavam por algum espaço considerado aprazível, havia o risco de surgir algum tipo infortúnio, como a presença de leões.

No entanto, nem todo lugar era representado como perigoso, inóspito e difícil para a sobrevivência humana. Havia certas áreas, tanto dos sertões da África quanto dos sertões da América portuguesa, que os viajantes consideravam como ideais para estabelecer moradia, acampamento ou plantação. Elas geralmente eram associadas a um clima mais ameno, a uma boa oferta de água potável e a relevos menos acidentados, ou seja, eram tidos como lugares aprazíveis. Em outras palavras, tanto nos relatos de Arruda da Câmara quanto nos de Lacerda e Almeida, havia três coisas em comum: ambos consideravam a presença satisfatória de água, o clima ameno e as planícies como ideais para o estabelecimento humano e para a produção de culturas agrícolas em cada um dos sertões onde pesquisaram.

É o caso de alguns trechos descritos por Francisco Lacerda e Almeida: “O terreno me parece ótimo, é uma planície, ou para melhor dizer, um extenso campestre abundante de regatos de ótima água. Ao longe, se divisam montes mais altos que o do Tete.”⁴⁶¹ O mesmo se dá em outra passagem:

O terreno desde a povoação do meu amigo cafre, é de baixas, e suaves colinas em parte de pedras e em parte de boa terra, e nestes lugares e vales, sempre há povoações; hoje encontrei dois regatos de boa água, que nos regalou muito bem.⁴⁶²

Por fim, em outro trecho:

Pelas 6 horas e meia levantei campo, e saí a um alegre e espaçoso vale, onde estão dispersas muitas povoações: e com efeito desde o [rio] Aruangoa até aqui o terreno não convidava para fazer-se nelle morada pela sua aspereza pedraria segura e tristeza.⁴⁶³

⁴⁶⁰ ALMEIDA, 1936, p. 243.

⁴⁶¹ *Ibid.*

⁴⁶² *Ibid.*, p. 213.

⁴⁶³ *Ibid.*

Na descrição, o supracitado cientista dá a entender que naquele momento em que escreveu estava num bom lugar, mas antes havia passado por locais inóspitos. Ao longo de todo o seu diário, Francisco de Lacerda e Almeida dava uma enorme ênfase a respeito dos aspectos negativos daqueles sertões – doenças, ataques de animais selvagens, vegetação densa, habitantes incultos. No entanto, em determinados momentos, ele acabava por assinalar alguns aspectos positivos, atrativos, aprazíveis de alguns lugares por onde passou.

A variação entre o inóspito e o atrativo aparece também no livro de memória de Manuel Arruda da Câmara. O autor chega a estabelecer uma hierarquia sobre o solo do sertão de Pernambuco: “distinguem-se três qualidades de terreno, em que se costuma plantar algodoeiros: primeiro vargem, segundo caatinga, terceiro areíscos.” Para o cientista, as vargens eram planícies que “bordão os rios e ribeiros”, elas eram as terras de melhor qualidade. Já a Caatinga, de caráter intermediário, era “hum terreno cheio, ou coberto de uma espécie de *cássia*” ou “hum terreno coberto de qualquer outro arbusto baixo”. Por fim, o areíscos era um terreno “arenoso” e, por isso, foi considerado por Arruda da Câmara como o “pior dos três”. Sendo assim, embora nos sertões das capitâneas do norte do Brasil predominassem os solos dos tipos caatinga e areíscos, o cientista percorreu e também se deparou com um solo mais atrativo: “onde não há esta multiplicidade de serras, e os campos são mais espaçosos, as chuvas não são tantas, a temperie do ar he seca, e quente, chamão mimoso.”⁴⁶⁴ Ou então: “Em tudo eh preferida a vargem: porque além de outras bondades, conserva a frescura muito tempo, ainda depois de acabadas as chuvas, qualidade, que não tem os outros terrenos.”⁴⁶⁵

O entrelaçamento dos espaços inóspitos e dos espaços aprazíveis, tanto dos sertões da América portuguesa quanto da África, aparecia nos relatos dos dois viajantes, afinal, diferentemente do que permeava no imaginário da época, cada sertão não era uma imensa terra homogênea. Por mais que as características do inóspito predominassem – bem mais no Diário e na correspondência de Lacerda e Almeida sobre a África do que nos livros de memórias e correspondências de Arruda da Câmara acerca do Brasil –, o aprazível também estava presente em cada um deles, e se intercalava e se entrelaçava. Além disso, alguns espaços dos sertões da América e da África também eram vistos como lugares de fascínio, de riquezas. As áreas que apresentavam potencial de exploração econômica apareciam representadas nos relatos dos dois cientistas.

⁴⁶⁴ CÂMARA, 1799, p. 25.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 23.

Em relação aos sertões das capitânicas do norte do Brasil, entre Pernambuco e Piauí, Manuel de Arruda da Câmara chegou a registrar e até a mandar algumas remessas de minerais para a Coroa. Para isso, pagava pessoas para cavar a terra e conduzir o material até portos de embarque nos sertões até o porto do Recife, em Pernambuco, e dali seguir para Portugal.⁴⁶⁶ Dito isso, no ano de 1795, sobre o Piauí, descreveu a presença de “pedra-ume”, “nitro”, “sal-gema” e “ferro”. Acerca de Pernambuco, não identificou abundância em ferro, mas registrou a “abundância de pedras calcárias, que tanto falta no Rio de Janeiro”. Em relação à Paraíba, registrou mármore “belo e grã fino”. Já de várias partes do Cariri, descreveu muito gesso.⁴⁶⁷ Entre a Paraíba e o Ceará, o cientista registrou e remeteu exemplares dos seguintes minerais: ouro, salitre, ferro, pedra-ume, alvaiade, diversos sais muriáticos, ametistas, cristais de rocha, ágatas e petróleo.⁴⁶⁸

A descoberta de minas era um dos grandes objetivos da Coroa, no entanto, Arruda da Câmara parecia estar mais determinado a averiguar a possibilidade de extrair outros tipos de riqueza dos sertões, principalmente as de caráter vegetal, pois, em algumas das cartas, o cientista afirmava que pretendia escrever oito dissertações acerca de plantas, árvores e outros vegetais, e uma dissertação a respeito da mineralogia. Nas pesquisas do cientista aos sertões, predominaram os estudos acerca do uso de vegetais no intuito de se extrair óleos, tintas, álcool, linho, madeiras, alimentos, medicamentos.

Já do outro lado do Atlântico, nos sertões da África Central, o olhar de cientista fez Lacerda e Almeida suspeitar do potencial de riquezas de algumas localidades. Por exemplo: “Passei por um logar que denominam Murambalo, e todo aquelle terreno me pareceu aurífero.”⁴⁶⁹ Esses lugares de riqueza, por vezes, encontravam-se em regiões de difícil acesso. Em determinados trechos, por exemplo, ele descrevia a região como “aurífera”, mas de difícil mineração por causa da “falta de ferramentas”, da presença das “águas altas” e de caminhos sinuosos que dificultavam a extração. É o que se nota também no seguinte trecho do relato de Lacerda e Almeida em relação aos sertões da África: “Passei hoje por dois logares, onde vi em um delles salitre sobre a superfície da terra, e em outro, evidentes signaes de haver alli ouro. Estes logares vão notados no Mappa.”⁴⁷⁰ Aqui, além das representações redigidas sobre

⁴⁶⁶ AHU, Papéis Avulsos de Pernambuco, maço 9. MELLO, 1982, p. 238.

⁴⁶⁷ REVISTA Paládio Português ou Clarim das Palas, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 4-13, maio 1796. In: MELLO, 1982, p. 101-105.

⁴⁶⁸ AHU, Papéis Avulsos de Pernambuco, maços 14 e 19. In: MELLO, 1982, p. 242.

⁴⁶⁹ Identificações de terrenos com presença de ouro também pode ser visto em outros trechos do diário. ALMEIDA, 1936, p. 200.

⁴⁷⁰ ALMEIDA, 1936, p. 200.

os lugares de potencial de minérios, o cientista elaborava mapas situando pictograficamente esses locais.

No entanto, do mesmo modo que Arruda da Câmara, Lacerda e Almeida dedicava seu olhar de cientista para outros aspectos para além da mineralogia. O primeiro cientista, como já visto, inclinava-se mais para o estudo da Botânica. Já o segundo cientista, a Geografia e Astronomia chamavam sua atenção. É o fato, por exemplo, quando afirmou que seguiria viagem até a povoação de Mazavamba para “observar um eclipse dos satélites de Júpiter”. Ou então, quando escreveu: “Há três dias que temos andado muito para o poente: nunca supuz que houvesse de chegar tão perto da equinocial.”⁴⁷¹ Ao relatar previamente que observaria um eclipse, e ao ter noção de sua aproximação com o equinócio, o cientista demonstrava que detinha conhecimento em astronomia e geografia.

Por fim, em relação aos habitantes dos respectivos sertões, os dois cientistas descreveram alguns dos comportamentos tanto dos moradores indígenas e negros quanto dos colonos naqueles lugares instalados.⁴⁷² No Brasil, para Manuel Arruda da Câmara, os indígenas avistados por ele, da nação Palmela, andavam “inteiramente nus”. O cientista lamentou colocá-los numa regra geral, no entanto diz que infinitos deles se encontravam nessas mesmas condições nos “imensos bosques do poente”.⁴⁷³ Já sobre os colonos estabelecidos nos sertões, Manuel criticava seu modo de vida e os consideravam “rústicos”, “abusados” por acreditarem em “mau olhar” e outras crendices. Em relação aos escravos dos colonos, o cientista os considerava preguiçosos, fujões e ladrões. Por sua vez, nos sertões da África Central, o cientista Lacerda e Almeida, quase sempre se referia de forma pejorativa aos autóctones. Termos como “amigos fingidos” e “verdadeiros inimigos” eram dados aos maraves. Em relação aos cafres proprietários de escravos, Almeida os imputava termos como “arrogantes”, “ratoneiros” e “ladrões”.⁴⁷⁴ Aos muízas, um dos diferentes povos daqueles sertões, foi atribuída a antropofagia. Isso baseado em apenas uma letra de música escutada por Almeida, que fala em “carne assada”, mas não especifica de quem era a carne.⁴⁷⁵ As poucas vestimentas, ou a ausência delas, também era motivo de lamento da parte de Lacerda e Almeida. Sobre os cafres dizia: “cobrem as partes pudendas com peles de tigre, ou panos

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 225.

⁴⁷² Se comparados com outros objetos de pesquisa, como a flora e minerais dessas duas regiões, os relatos sobre a descrição dos autóctones eram poucos, contudo, não deixavam de existir. Magnus Pereira chama a atenção para as lacunas nos textos dos viajantes luso-brasileiros a respeito dos autóctones: “Salvo raríssimas exceções, o que chama a atenção é a raridade do ‘nativo’ nos textos produzidos por viajantes luso-brasileiros.” PEREIRA, 2003, p. 363.

⁴⁷³ CÂMARA, 1799, p. 3.

⁴⁷⁴ ALMEIDA, 1936, p. 190.

⁴⁷⁵ ALMEIDA, 1936, p. 190, 194.

feitos de cascas de árvore, pouquíssimos trazem fato, e este mesmo muito velhos”.⁴⁷⁶ Ou então: “É possível que ainda no meio dos mattos não deixes livre do teu veneno os homens incultos e quasi nós!”

Em relação aos escravos, eles foram representados de forma depreciativa tanto por Manuel Arruda da Câmara quanto por Francisco de Lacerda e Almeida nos respectivos relatos. Por exemplo, em relação aos escravos cafres, Almeida tachava-os de “preguiçosos”, “inertes” e “indolentes”, “insolentes”, “rebeldes” e “atrevidos”.⁴⁷⁷ Já Câmara, dizia que os escravos que trabalhavam nas plantações de algodão dos sertões de Pernambuco enganavam seus donos: “estes que se ocultam nos arbustos, ou dormem e nutrem a sua natural preguiça, ou se colhem [o algodão], roubam de cada vez uma porção, e se escondem nos matos, até acharem ocasião de os descaminharem.” Desse modo, para os cientistas, os escravos eram tidos como pessoas não confiáveis, indolentes e preguiçosas.⁴⁷⁸

Tanto nos sertões da África quanto nos sertões do Brasil, são descritos os trabalhos desenvolvidos por escravos negros e negras.

Segundo Manuel de Arruda da Câmara:

[...] quem mette no buraco a semente, commumente são negras, por isso eh que mando sempre, aos que andam com as enxadas, mudar as estacas; porque esses são negros, por isso mais ligeiros, que aquellas, qualidade que se requer serviço não padecer demasiada demora.⁴⁷⁹

Já Francisco José de Lacerda e Almeida, descreve o seguinte:

[...] lhe perguntei se em caso de necessidade e falta de cafres, me poderia servir de negras, pois me constava que ellas trabalhavam mais do que os cafres: respondeu-me, que se eu me servisse de negras, iria, se não melhor, pelo menos tão bem servido como os cafres.⁴⁸⁰

Fica nítido nos dois relatos acima que os naturalistas representam a questão de gênero, no que tange ao trabalho, de forma inversa: para Manuel Arruda da Câmara, nos sertões da América portuguesa, as negras são mais vagarosas e não têm as mesmas habilidades que os

⁴⁷⁶ *Ibid.* p. 189.

⁴⁷⁷ *Ibid.*, p. 160, 202.

⁴⁷⁸ Por outro lado, levantamos a possibilidade de que esse comportamento dos escravos poderia ser estratégia de resistência contra o jugo do opressor.

⁴⁷⁹ CÂMARA, 1799, p. 31.

⁴⁸⁰ ALMEIDA, 1936.

escravos negros.⁴⁸¹ O oposto é percebido aos olhos de Francisco Lacerda e Almeida, em relação aos escravos na África, pois, para o naturalista, as mulheres “negras” trabalhavam mais do que os homens. Francisco ainda reforça essa imagem de diferença de trabalho desenvolvido entre homem e mulher ao afirmar: “os cafres ordinariamente vivem na ociosidade, pois todo o trabalho recai sobre as negras, que trabalham muito.”⁴⁸² Sendo assim, enquanto Manuel considera as mulheres escravas vagarosas para os trabalhos nos sertões das capitâneas do norte do Brasil, Francisco enxergava a ociosidade nos homens escravos dos sertões da África.

Os dois naturalistas representaram também o comportamento dos colonos luso-brasileiros e luso-africanos dos seus respectivos sertões. Como já referido, Manuel Arruda da Câmara e Francisco de Lacerda e Almeida eram homens letrados e pertencentes a uma elite econômica colonial. Já os colonos que habitavam os sertões, apesar de fazerem parte de um projeto colonizador da Coroa, muitas vezes eram considerados também como pessoas rústicas e incultas pelos viajantes. Como homens da ciência, das luzes, os naturalistas condenavam as explicações de caráter sobrenatural que as gentes dos sertões davam para explicar certos tipos de fenômenos, por exemplo, doenças e morte de plantas, de seres humanos e de outros animais.

Um exemplo disso pode ser visto em Manuel Arruda da Câmara. Segundo ele:

Muitos algodoeiros mesmos padecem de certas moléstias: os nossos rústicos chamam quebranto, ou olhado à muitas plantas, acomete esta enfermidade sem causa aparente, como os craveiros e às árvores de pomares, donde vem dizerem os abusados, que algumas maus olhos lhe botaram olhado, ou quebranto.⁴⁸³

Nota-se no trecho supracitado que o cientista faz uso dos termos “nossos rústicos” e “abusados” para se referir com desdém aos habitantes do campo que acreditavam que algumas das enfermidades aparecidas em algodoeiros, craveiros e árvores de pomares eram causadas

⁴⁸¹ Buriti e Aguiar já constatavam que o naturalista Manuel Arruda da Câmara menospreza a atuação das mulheres escravas negras no desenvolvimento da agricultura colonial. BURITI; AGUIAR, 2008, p. 139.

⁴⁸² Salientamos que a sociedade africana era caracterizada como matrilinear. As mulheres africanas exerciam protagonismo no âmbito do trabalho. Talvez, sem saber, o naturalista estivesse registrando características dessa sociedade matrilinear. Sobre a sociedade matrilinear africana, ver HAVIK, Philip J. Matronas e mandonas: parentesco e poder feminino nos rios de Guiné, século XVIII. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 13-34. PANTOJA, Selma. Parentesco, comércio e gênero na confluência de dois universos culturais. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora; Luanda: Editorial Nzila, 2006a.

⁴⁸³ CÂMARA, 1799, p. 44-45.

por “olhado” ou “quebranto”, colocadas por “maus olhos” de outras pessoas.⁴⁸⁴ Interessante também comentar que, por vezes, o cientista acabava por adotar expressões utilizadas por aqueles que ele chamava de “rústicos; é o caso de tratar por “broca” o nome da larva de um inseto que acometia as plantações. Embora explicasse que o nome científico dessa larva era *Imago reveleta*, ainda assim o naturalista adota em seus relatos o termo “broca”, dito pelos habitantes do sertão.⁴⁸⁵

Concomitantemente, nos sertões africanos, descrevia Francisco de Lacerda e Almeida a respeito dos colonos daquela região que, segundo ele, praticavam credices. Em relação a esses homens, o cientista criticou a adoção que faziam dos costumes “bárbaros” dos negros: “[...] eu ainda não descobri nelles outra mais, do que terem adoptado os seus usos, costumes, religião, superstição, e todos os seus abominaveis vicios, que unidos aos proprios, os fazem detestáveis.”⁴⁸⁶ O cientista também relatava a respeito da morte de pessoas causada por doenças, e os cafres atribuíam à prática de algum feitiço lançado ao doente. Nesse caso, alguém que fosse acusado de ser o autor do feitiço pagaria também com a vida.

Alguns dos ditos infelizes terão perdido a vida por serem accusados de feiticeiros, pois é constante em toda esta parte de África a persuasão, que têm os cafres (e á sua muita imitação muitos e muitos brancos, como observei em Moçambique) que todo o individuo que morre, é por effeitos dos feitiços.⁴⁸⁷

Nos dois trechos acima, Francisco José de Lacerda e Almeida aponta e critica os costumes dos negros adotados pelos colonos, associando-os à prática de superstições dos naturais da terra e tachando todas essas manifestações de “abomináveis vícios”. Para o viajante, os colonos inseridos nos sertões, que adotavam os costumes dos povos naturais daquela região, tornavam-se tão ou mais “detestáveis” que os segundos.⁴⁸⁸ Aqui se tem um exemplo de que o processo desejado de aculturação do autóctone do sertão poderia ter o efeito

⁴⁸⁴ Segundo o dicionário de Raphael Bluteau de 1728: “Olhado. Quebranto que se dá olhando. Dar olhado a alguém”; Olhar de mau olho, com pena, com inveja, ou não olhar com bons olhos o bem alheio. BLUTEAU, 1712-1728, v. 6, p. 56-57. Ainda hoje, na região Nordeste do Brasil, principalmente nas áreas rurais, é comum o uso do termo “mau olhado” para determinado estado de doença, aparentemente sem explicação para o agricultor, que acomete plantas, animais domesticados e seres humanos.

⁴⁸⁵ CÂMARA, 1799, p. 44-45.

⁴⁸⁶ ALMEIDA, 1936, p. 199.

⁴⁸⁷ *Ibid.*

⁴⁸⁸ Magnus Pereira, ao analisar a influência do Brasil na África, a partir dos relatos de viajantes, afirma que Lacerda e Almeida considerava que a barbárie estava mais no colono que adotava os costumes dos autóctones do que no próprio autóctone em si. Afinal, os colonos já seriam portadores dos valores europeus, mas deixavam influenciar-se pelos costumes dos naturais. PEREIRA, 2003, p. 367.

inverso, ou seja, os naturais da terra também influenciavam culturalmente os colonos.⁴⁸⁹ Sendo assim, ao não concordar com o comportamento dessas pessoas, Francisco também reduzia a uma posição inferior as práticas e costumes realizados por certos colonos dos sertões da África, só que o fazia de uma forma mais ferina do que Manuel Arruda em relação aos colonos dos sertões da América.

No entanto, apesar das representações negativas a respeito de alguns costumes dos habitantes dos sertões (seja ele autóctone, seja colono), nem todos os trechos dos relatos remetiam a uma imagem de gente ignorante, desprovida de conhecimentos. Em certas ocasiões, ambos os naturalistas, Manuel da Câmara e Francisco Almeida, descreviam ou reconheciam nas entrelinhas as experiências de vida daqueles moradores como algo importante para a sobrevivência nos espaços dos sertões da América portuguesa e da África, respectivamente.

Representações positivas sobre os habitantes dos sertões praticamente não foram descritas pelos dois cientistas. No entanto, em certos trechos dos relatos, podemos perceber algumas reações de valorização sobre os conhecimentos dessas pessoas. Manuel Arruda da Câmara, por exemplo, ao elogiar o sabor do fruto *pichi-y* (pequi), acaba por dar a entender que o conhecimento sobre esse tipo de alimento pertencia aos moradores do sertão. “Deste fruto [*pichi-y*], de cuja a poupa se extrai azeite comestível, e muito saboroso, delícias dos habitantes do Sertão, e da amêndoa de caroço extrai excelente sebo.”⁴⁹⁰ Apesar de o elogio ter ido para o fruto, de certa forma, houve uma indicação a respeito daqueles que faziam seu uso para alimentação e para extração de azeite e sebo.

Outra indicação que Arruda da Câmara fez em relação ao conhecimento dos habitantes dos sertões foi a respeito do uso de plantas para a produção de linho. Segundo ele, essas plantas habitam nos sertões de Pernambuco, Paraíba, Ceará, principalmente no Sertão do Cariri de fora, Pajeú, e margens do rio São Francisco. Eram vulgarmente chamadas de Caroá ou Crauá. Ainda de acordo com Manuel, os habitantes do rio São Francisco teciam suas redes de pescar com o fio do linho do Caroá, bem como faziam dele “cordoálias e até pano grosseiro, sendo tratado com arte”.⁴⁹¹

⁴⁸⁹ Baseados nos trabalhos de Alexandre Lobato, historiadores como Magnus Pereira, Felipe de Alencastro, dentre outros, comentam esse processo de aculturação do europeu pelos grupos da África Central, o qual ficou conhecido na historiografia como “Cafrealização”. ALENCASTRO, 2000; PEREIRA, 2003.

⁴⁹⁰ CÂMARA, 1799, p. 10.

⁴⁹¹ CÂMARA, Manuel Arruda da. *Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do cânhamo, indagadas de ordem do Príncipe Regente, Nosso Senhor*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

Por sua vez, no outro lado do Atlântico, na África Central, também havia indícios, de forma muito velada, da valorização de conhecimentos desenvolvidos pelos povos dos sertões, por exemplo, a produção de sal feita pelos Maraves.⁴⁹² Apesar de afirmar que o sabor do sal produzido nos sertões da África não era igual ao que os colonizadores estavam acostumados, o cientista Francisco de Lacerda e Almeida não deixa de registrar sua forma de elaboração e uso numa região que, conforme disse, sofria da falta desse tipo de produto.

A percepção de Almeida sobre os conhecimentos dos negros nos sertões da África Central aparece em outros trechos do diário, mas sem o devido reconhecimento ou valorização em referência a esses habitantes.

Até agora têm sido tão pobres e miseráveis as terras por onde tenho passado, que a exceção do milho, batatas e, inhames, amendoim e poucas bananas, não há cousa a que se possa voltar; porém estas cousas há com abundância e em conta. Basta dizer, que na minha moléstia não tive o mais pequeno frango para alimentar-me, e não houve outro remédio do que sustentar-me com água de arroz. Nem um pássaro, por pequeno que seja, nem indícios de caça de qualidade alguma. Pode ser que os cafres, acabado que seja o milho e batatas, que colhem, obrigados da fome, declararem guerra até as borboletas, e esta inimizade, e mortandade tenha extinguido a raça das aves e animais. [...] Porém, de ontem para hoje já apareceram galinhas, cabras e gado vacum. [...] sempre ouvi dizer, que esta, ou aquela cousa era tão má como a carne de cabra: este adágio não tem lugar a respeito das cabras dos rios de Senna, e desta terra, pois sem exageração, a sua carne é muito melhor, e saborosa, do que o carneiro de Lisboa.⁴⁹³

Novamente percebemos acima que Lacerda e Almeida e sua comitiva passavam por sérias dificuldades, dentre elas, a fome. Entretanto, a fome deles era saciada pelos alimentos produzidos pelos habitantes dos sertões. Galinha, cabra, gado vacum, milho, batata, inhame, amendoim aparecem nas descrições do cientista. Entretanto, ele dificilmente atribuía o cultivo e a criação de animais aos negros habitantes. É quase como se os alimentos estivessem ali por si próprios, por acaso. Uma das raras citações sobre o conhecimento dos negros no que concerne à agricultura e à formação de povoações pode ser vista quando o cientista comenta, num breve trecho, que essas pessoas produziam milho, feijão, farinha, batata e fundiam ferro e construía casas. Mesmo assim, tudo isso vem acompanhado de termos ou expressões pejorativas: “casas tão pequenas”, “fornos arruinados”, “pouca farinha de milho.”⁴⁹⁴ Sendo assim, Lacerda e Almeida vale-se dos conhecimentos elaborados pelos habitantes sertanejos, no que se refere à alimentação e habitação, em um ambiente considerado por ele próprio como inóspito à sobrevivência humana, mas não dá crédito suficiente a essas pessoas.

⁴⁹² ALMEIDA, 1936, p. 197.

⁴⁹³ *Ibid.*, p. 195.

⁴⁹⁴ *Ibid.*, p. 226-229.

Nesse sentido, ao representar em suas obras alguns casos do uso de produtos da natureza, os dois cientistas acabavam por assinalar, mesmo timidamente, os saberes praticados pelos povos que viviam nos sertões. Dificilmente esses cientistas divulgaram alguns desses tipos de conhecimento, dando o devido crédito aos povos habitantes dos sertões da África e da América portuguesa. Entre Manuel Arruda da Câmara e Francisco de Lacerda e Almeida, o primeiro chegou a associar mais certos tipos de conhecimento aos habitantes dos sertões, mas, como vimos, geralmente o habitante era descrito como alguém rústico e supersticioso.

Ao analisarmos alguns trechos de relatos dos dois cientistas, produzidos em diferentes continentes, percebemos que, de forma clara ou nas entrelinhas, havia representações acerca de um sertão com características positivas para os colonizadores. Embora a imagem de sertões perigosos, incultos, selvagens, estranhos predominasse nos discursos oficiais ao longo dos séculos, elementos de fascínio, de atração, de calma e do aprazível também estavam presentes e, por vezes, entrelaçavam-se com elementos negativos nos relatos. Identificar essa imagem menos enraizada e menos fabricada de um sertão inóspito, perigoso e inculto foi a nossa proposta. Por isso, a importância de se fazer uma releitura nas fontes no intuito de mostrar que, apesar da predominância do lado negativo nas representações dos sertões, o lado positivo também existia, mesmo sendo menos representado. É justamente graças a um tipo de sertão de promessas, de boas perspectivas, que diversos tipos de pessoas adentrarão no intuito de fixar residência ou de somente passar por eles empreendendo negócios, tanto em Pernambuco quanto em Angola.

PARTE II

ENTRE PERNAMBUCO E ANGOLA: TRÂNSITO DE PRODUTOS DOS SERTÕES
(1750-1808)

CAPÍTULO 3

DOS SERTÕES DE PERNAMBUCO PARA ANGOLA

Na segunda metade do século XVIII, os colonizadores estimularam mais ainda o conhecimento dos sertões das suas colônias em África e na América portuguesa, isto é, das zonas mais afastadas do Império Português. Isso refletiu num aumento do trânsito de diversos tipos de pessoas (cientistas, comerciantes, militares, religiosos, negociantes, escravos entre outros) e de cultura material – produtos do reino animal, vegetal e mineral – de um continente para outro.

Ao pensarmos na mobilidade de pessoas e produtos entre Pernambuco e Angola, obviamente está subtendido que estes transitavam via Oceano Atlântico e portos nas costas marítimas dos continentes sul-americano e africano. Afinal, com a evolução das tecnologias e dos conhecimentos náuticos da Idade Moderna, o dito oceano passou de barreira natural a elo entre os dois continentes. Suas águas serviram como passagem para as mais diversas rotas das embarcações.⁴⁹⁵ Entretanto, se o oceano interligava as costas africana e americana, cabia aos imprescindíveis caminhos por terra e por rios estabelecer a conexão entre os interiores continentais e o circuito atlântico. Uma vez vencidas as distâncias e as dificuldades, produtos dos sertões chegavam aos portos dos respectivos litorais. De lá, podiam ganhar o circuito do Atlântico, tendo muitos, inclusive, passado de Pernambuco para Angola, do outro lado do oceano, e vice-versa.

Neste capítulo, nossa análise aborda as remessas de alguns dos produtos dos sertões de Pernambuco que seguiram para Angola. Não serão mencionadas apenas culturas materiais endêmicas, isto é, exclusivas dessa determinada região de Pernambuco, mas também elementos culturais que em outros tempos não estavam ali situados (como o gado cavalariço e vacum), e após sua introdução e adaptação passaram a ser produzidos e exportados para outros lugares. Em virtude desse trânsito de cultura material, debruçamo-nos também na

⁴⁹⁵ O historiador Felipe de Alencastro, ao analisar as rotas de navegação negreira no Atlântico Sul, ocorridas nos séculos XVI e XVII, afirma que se navegava com maior facilidade da colônia brasileira até as colônias africanas, e vice-versa, graças às correntezas e aos ventos complementares entre as duas margens do mar. Já em relação à rota entre a Europa e a América portuguesa, a travessia não era tão fácil. Segundo o historiador, “devia-se observar um calendário marítimo preciso, uma janela sazonal delimitada”. Zarpava-se de Lisboa na segunda quinzena de outubro para aportar no Recife, Pernambuco, em meados de dezembro. No regresso, era necessário aguardar até o fim de abril para se lançar novamente ao mar e se chegar a Portugal no mês de julho. Fora dessa época, a viagem dobrava, no mínimo, o tempo de cada trecho, e ainda se tinha variados riscos de vida da tripulação. ALENCASTRO, 2000, p. 57-63.

forma como esses produtos eram usados nessas duas sociedades coloniais distantes uma da outra.

Em Pernambuco, na América portuguesa, três grandes rios proporcionaram a expansão colonizadora aos sertões: o São Francisco, o Capibaribe e o Ipojuca.⁴⁹⁶ Ao fazerem uso de trechos navegáveis e de caminhos terrestres à margem dos rios, diversas pessoas conduziam as mercadorias do interior continental até a costa marítima e, no sentido inverso, conduziam pelas vastidões dos sertões mercadorias vindas da Europa e África que haviam aportado no Recife. Os transportes dos diversos produtos pelos sertões eram bastante trabalhosos, pois, além da distância a vencer, do relevo e do clima, havia os perigos da fauna, flora e de alguns grupos indígenas que resistiam à tomada de seu território.

Na antedita capitania, muitos produtos eram carregados em animais, sobretudo em bestas. Comboios eram formados para levar as mercadorias dos sertões até os portos do litoral. Os “matutos” ou “sertanejos” (indivíduos que moravam no interior) enfrentavam difíceis situações nessa travessia por causa das estradas mal abertas e das condições do clima.⁴⁹⁷ Aqueles moradores que tinham certa posse, isto é, os que faziam parte de uma elite local, chegavam a fazer uso de escravos nas caravanas, inclusive de forros armados, para evitar as tentativas de assalto. A depender da região e de certos trechos, usavam-se também pequenas embarcações pelos rios até o mar, para daí chegarem por cabotagem até o porto do Recife.⁴⁹⁸

Em meados do século XVIII, remessas de matéria-prima e de produtos extraídos, cultivados e/ou criados nos sertões de Pernambuco ganhavam o circuito atlântico, por exemplo, a farinha de mandioca, carne de gado vacum, cavalos, madeiras.⁴⁹⁹ Embarcados no

⁴⁹⁶ Sobre os rios como fator importante para a expansão colonizadora em Pernambuco, o estudo de José Antônio Gonsalves de Mello ampliou a margem da distância de penetração colonizadora daquela capitania para além das distâncias outrora pensadas por estudos mais antigos, e abriu portas para os historiadores analisarem as rotas que adentravam o sertão pernambucano. Sua obra, *Três roteiros de penetração do território pernambucano, 1738 e 1802*, dentre outras coisas, traz mapas importantes que nos mostram as três importantes rotas: Roteiro de viagem do Recife a Carinhanha pelo Capibaribe, 1738; Roteiro de viagem pelo Ipojuca, 1738; e do Recife a Cabrobó, 1802. MELLO, 1966.

⁴⁹⁷ Em relação à importância econômica e social dos sertanejos no abastecimento interno do Brasil Colônia, principalmente nas regiões onde faltavam rios navegáveis, ver DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 81.

⁴⁹⁸ Sobre os caminhos e viagens nos sertões de Pernambuco, ver ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. MELLO, 1966. RIBEIRO JÚNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à independência. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 235-242, set. 1981.

⁴⁹⁹ Em razão das informações fragmentadas sobre as remessas de diversos produtos nos dois sentidos (Angola/Pernambuco), foi impossível realizar um trabalho que abarcasse tudo isso em tempo hábil. Sendo assim, demos prioridade à cultura material que podia vir dos sertões e ganhavam o Atlântico: cavalos, carne seca, madeira e farinha de mandioca no caso de Pernambuco e marfim, cera, ferro e animais selvagens no caso de Angola. Isso não implica que não houvesse outros produtos ou matéria-prima existentes nos litorais

porto marítimo da vila do Recife, eles seguiam para outros portos da própria colônia da América portuguesa, da Metrópole portuguesa e, até mesmo, de Angola no intuito de servirem aos mais diversos usos: alimentação, habitação, transporte, entre outros.⁵⁰⁰

Tomando como foco as relações entre Pernambuco e Angola, identificamos que, em certas ocasiões, sucessivos governadores daquela colônia na África solicitaram a remessa de alguns desses produtos. Era o caso da madeira, por exemplo, que saía dos sertões daquela capitania da América portuguesa e ia para Angola, para ser usada em obras públicas, na construção de edificações e de móveis. A carne de gado vacum e, principalmente, a farinha de mandioca eram remetidos para Angola no auxílio da alimentação dos escravos embarcados na África com destino à América, e, em algumas ocasiões, no socorro à fome dos habitantes. Já os cavalos remetidos por Pernambuco, ocupavam importante papel nas campanhas militares dos sertões daquela colônia portuguesa na África.

3.1 Farinha de mandioca

Em meados do século XX, ao analisar a reconquista de Portugal sobre Angola, após a invasão holandesa sofrida por aquela colônia (1641-1648), Silva Rego comentou a respeito da relação entre Angola e Brasil. Como disse brevemente o dito investigador, navios saíam dos portos do Brasil com os porões carregados de farinha de mandioca em direção a Angola. Ao chegarem a seu destino, voltavam carregados de escravos. Angola fornecia cativos, porém a possessão africana era dependente de todo tipo de gênero da Europa e do Brasil, pois a terra só produzia poucos frutos e gado.⁵⁰¹

Embora as remessas de farinha de mandioca do Brasil para Angola já fossem apontadas em alguns estudos históricos desde o século passado,⁵⁰² foi somente em anos

de Pernambuco e Angola, como a jeribita e o sal respectivamente, mas o foco da análise foi sobre alguns dos que saíam dos sertões para o Atlântico.

⁵⁰⁰ De Pernambuco para Angola, também era remetida a jeribita (aguardente feita de cana). Infelizmente, o tempo hábil da investigação não nos permitiu expandir o foco para esse produto. Nesse sentido, já que a plantação maciça de cana-de-açúcar e a produção de aguardente era predominantemente no litoral e entorno, e não nos sertões de Pernambuco (mesmo o sertão tendo moradores com esporádicas plantações de cana e engenhocas com alambiques), optamos por dar prioridade aos outros produtos que eram mais trabalhados nos sertões. Exemplos da remessa de jeribita do Brasil para Angola podem ser vistos num documento elaborado pelo governo de Angola sobre o cálculo da importação da fazenda que anualmente devia entrar nos portos de Angola. Entre os anos de 1760 e 1769, saíam do Brasil, “um ano por outro”, 40 navios carregados de jeribita para Luanda e Benguela (AHU-Angola, cx. 54, doc. 28). Sendo Pernambuco um dos principais lugares produtores do Brasil que faziam essas remessas, possivelmente frações de sua produção estavam inseridas na quantidade total saída do Brasil para Angola não só entre os anos 60 do século XVIII, mas também em anos anteriores e posteriores à referida data.

⁵⁰¹ REGO, 1948, p. 12-16.

⁵⁰² Silva Rego é um exemplo. *Ibid.*

recentes que um número reduzido de investigadores resolveu aprofundar-se nesse trânsito. Luís Felipe de Alencastro, por exemplo, chamou a atenção para importância dos estudos a respeito da influência da farinha de mandioca da América portuguesa na África. Tomando como base as remessas da farinha a partir do Rio de Janeiro, Alencastro afirmou que a historiografia não havia, até então, dado devida atenção aos estudos da saída desse produto do Brasil para a África.⁵⁰³ Por outro lado, historiadores como Jaime Rodrigues e Eduardo França Paiva também passaram a realizar pesquisas a respeito do cultivo e do trânsito desse produto pelo circuito atlântico. Rodrigues estudou a importância transatlântica da planta e da farinha de mandioca para o sustento de escravos africanos e marinheiros em trânsito pelo Atlântico, assim como o suprimento desse produto para Portugal e África.⁵⁰⁴ Já França Paiva, identificou algumas das trocas e adaptações de culturas, principalmente entre as Américas, a África e o Oriente. Do trânsito material no sentido oeste-leste, Paiva abordou a mandioca e outros produtos que passaram do Brasil e contribuíram para a culinária do continente africano.⁵⁰⁵

Sendo assim, influenciado pelos trabalhos dos investigadores acima citados, dedicamo-nos nesta seção a analisar especificamente as remessas desse produto da Capitania de Pernambuco para o Reino de Angola, bem como o uso dele nas sociedades coloniais inseridas nesses dois lugares na virada do século XVIII para o XIX.

Segundo Juciene Apolinário, logo nos primeiros contatos interétnicos, os colonizadores portugueses ficaram impressionados com a diversidade de plantas e a variedade de usos dados a esses vegetais pelos povos indígenas contactados na América portuguesa. Os povos indígenas, ao compartilharem suas práticas culturais, contribuíram para suprir as necessidades imediatas dos colonizadores que, à medida que iam fixando-se, passavam cada vez mais a depender de novos hábitos de uso da natureza.⁵⁰⁶ Considerada herança indígena, o cultivo da mandioca consistia na base da alimentação dos diversos grupos que ocupavam o território da América antes da chegada dos portugueses. Esse tipo de cultura foi assimilado pelos colonizadores e seus escravos africanos que, uma vez se fixando nos esparsos territórios da América portuguesa, passaram a cultivá-la para sua subsistência, como também realizaram trocas

⁵⁰³ ALENCASTRO, 2000.

⁵⁰⁴ RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 37, n.75, p. 69-95, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. Acesso em: 18 jun. 2018.

⁵⁰⁵ PAIVA, 2006.

⁵⁰⁶ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 182.

comerciais. Ao aprender a técnica de produzir farinha de mandioca com os grupos indígenas, os colonizadores alargaram sua produção graças à introdução de novos utensílios.⁵⁰⁷

Desde o século XVI, a mandioca chamou a atenção dos primeiros cronistas que percorreram o Novo Mundo. De acordo com o jesuíta português Fernão Cardim (1549-1625), o mantimento dessa terra se dava com a mandioca, raízes grossas e compridas, que serviam de alimentos para os habitantes. Em seu tratado, Cardim descreve a produção da farinha por meio da mandioca e o alimento feito à base dela:

Dessas raízes espremidas e raladas se faz farinha que se come; também se deita de molho até apodrecer, e depois limpa, espremida, se faz também farinha, e uns certos beijos como filhós, muito alvos, e mimosos. Essa mesma raiz depois de curtida n'água feita com as mãos em pilouros se põe em caniços ao fumo, onde se enxuga e seca de maneira que se guarda sem corrupção quanto querem e raspada do fumo, pisada em uns pilões grandes, e peneirada, fica uma farinha tão alva, e mais que de trigo, da qual misturada em certa têmpera com a crua se faz uma farinha biscoitada que chamam de guerra, que serve aos índios, e portugueses pelo mar, e quando vão à guerra como biscoito. Outra farinha se faz biscoitada da mesma água da mandioca verde se a deixam coalhar e enxugar ao sol, ou fogo; esta é sobre todas alvíssima, e tão gostosa e mimosa que não faz para quem quer. Dessa mandioca curada ao fumo se fazem muitas maneiras de caldos que chamam mingaus, tão sadios e delicados que se dão aos doentes de febres em lugar de amido, e tisanas, e da mesma se fazem muitas maneiras de bolos, coscorões, fartes, empenadilhas, queijadinhas d'açúcar, etc., e misturada com farinha de milho, ou de arroz, se faz pão com fermento, e levedo que parece de trigo. Essa mesma mandioca curada ao fumo é grande remédio contra a peçonha, principalmente de cobras. Dessa mandioca há uma que chamam aipim que contém também debaixo de si muitas espécies. Esta não mata crua, e cozida, ou assada, que é de bom gosto, e dela se faz farinha, e beijos, etc. Os índios fazem vinho dela, e é tão fresco e medicinal para o fígado que a ele se atribui não haver entre eles doentes do fígado.⁵⁰⁸

Segundo o padre Simão de Vasconcelos (1596-1671), jesuíta nascido no Porto (Portugal), que partiu para o Novo Mundo no início do século XVII, a mandioca era o gênero e erva de raiz “mais notável e proveitosa do Brasil”. Ainda de acordo com o padre, havia três castas de farinha produzidas pela mandioca. Elas eram utilizadas na alimentação dos indígenas, sendo posteriormente apropriadas pelos colonizadores portugueses. De grande abundância no Brasil, a mandioca passou a ser usada também na possessão portuguesa de Angola.

⁵⁰⁷ Grupos indígenas haviam desenvolvido a técnica de extração do veneno da mandioca, bem como da transformação do tubérculo em farinha. Por sua vez, os portugueses se apropriaram desses conhecimentos indígenas e adaptaram-nos de acordo com a crescente demanda. Em relação à herança alimentar indígena e o cultivo da mandioca pelos indígenas e colonizadores, ver DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006. SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Senac, 2005.

⁵⁰⁸ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2015. p. 19. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16381721-Fernao-cardim-tratados-da-terra-e-gente-do-brasil-fernao-cardim-1549-1625-projeto-livro-livre-livro-697-publicado-originalmente-em-1925.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Desta raiz tirada da terra, raspada, lavada, e depois ralada, espremida, e cozida em alguidares de barro, ou metal, a que os Brasis chamam vimoyipaba, os Portugueses forno, se faz farinha de três castas: meio cozida, a que chamam vyeçacoatinga: e cozida de todo, até que fique seca, que chamam vyatá, os Portugueses farinha seca, ou de guerra. A farinha ralada dura dous dias, a meia cozida seis meses, a de guerra, ou seca, hum ano. Todas estas servem de pão aos Brasis, e gente ordinária dos Portugueses, e a juízo de muitos que correram o mundo, abaixo de pão da Europa, não há outra melhor. He muito grande a abundância deste mantimento: não farta somente o Brasil, mas poderá abranger a muitos Estados, o antigamente faltava o Reino de Angola, antes que lá usassem d'esta planta. Do sumo d'estas raízes quando se espremem, fica no fundo hum como pé, ou polme, do qual, tirado, e seco ao Sol, fazem farinha alvíssima, mui mimosa, chamada tipyoca: e do mesmo polme obreas pera cartas, e goma pera a roupa, e manteos.⁵⁰⁹

Nas regiões semiáridas do Brasil, onde boa parte do território de Pernambuco faz parte, a mandioca era cultivada por grupos indígenas pré-coloniais. Inclusive, esse tipo de clima seco do interior é considerado mais propício para o cultivo do tubérculo do que as áreas úmidas do litoral e proximidades.⁵¹⁰ De acordo com pesquisas realizadas por arqueólogos, foi possível concluir que os grupos indígenas pré-históricos do Brasil desenvolveram a cultura da mandioca em regiões semiáridas, isto é, em regiões de clima quente e seco, afastadas do litoral.⁵¹¹ Sendo assim, não havia somente cultivo nas regiões úmidas próximas do litoral, mas também no interior semiárido, isto é, em boa parte daquilo que os colonizadores portugueses passaram a chamar de sertões.

Logo nos primeiros séculos da expansão portuguesa, a mandioca foi levada pelos colonizadores do Brasil para a África, onde lá se espalhou rapidamente, atingindo também os sertões mais distantes daquele continente.⁵¹² Propício ao clima quente, esse tubérculo encontrou em determinadas regiões da África condições semelhantes às do Brasil para se adaptar.

Em relação à adaptação e ao uso da mandioca em Angola, observamos que o padre Manuel de Matos, no ano de 1655, relatava que o torrão do Bengo:

⁵⁰⁹ VASCONCELOS, Simão. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo em que se trata da entrada da Companhia de Jesus nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos*, e algumas notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas d'aquelle Estado pelo padre Simão de Vasconcelos, da mesma companhia. Lisboa: Casa do Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865. v. 1, p. 128.

⁵¹⁰ Em relação aos primórdios das plantações de mandioca no Brasil, especialmente em Pernambuco, Ana Nascimento afirma que antigas pesquisas arqueológicas associavam o cultivo da mandioca aos grupos indígenas pré-coloniais do litoral e das zonas de mata úmida, desconsiderando que os grupos indígenas que ocupavam as regiões semiáridas também eram detentores dessa técnica. NASCIMENTO, Ana. A aldeia Baião, Araripina PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão de Pernambuco. *Revista Clio*, Série Arqueológica, v.1, n. 7, 1991. p. 145.

⁵¹¹ *Ibid.*

⁵¹² GESTEIRA, Heloísa Meireles. A América portuguesa e a circulação de plantas: séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 34.

[...] hé mais fértil que quanto vi em Portugal, e dizem que mais que o Brazil, e boa prova será, que a mandioca que no Brazil se semea sempre em terra nova, e folgada de annos, aqui se semea na mesma duas vezes no anno.⁵¹³

Também na segunda metade do século XVII, o missionário Cavazzi tentava explicar a origem do referido tubérculo em Angola: “dizem que do Brasil ou da ilha de São Tomé foi importada uma pequena árvore ou, melhor, arbusto, chamado mandioca, cuja raiz, reduzida a farinha, serve de bom sustento para os naturais da região.” Para o missionário, essa farinha, “posta em água para ferver”, crescia “em volume mais que a farinha da Europa”.⁵¹⁴

Assim como no Brasil, a mandioca serviu como base de alimento para a sociedade colonial em formação na África. Era usada tanto para alimentação dos colonos como para abastecimento das embarcações que tomavam o circuito atlântico. No ano de 1592, a farinha do Brasil já aparecia em mesas da vila de São Paulo de Luanda. Na época, mandou-se dar “farinha do Brasil e peixe, aos soldados pobres muitos dias, os quaes pouco a pouco hião recrecendo na portaria”, chegando em determinados dias ao número “de cento e cinquenta” indivíduos.⁵¹⁵

A partir dessa introdução do tubérculo pelos portugueses, logo o solo de Angola passou a produzir a própria farinha. No ano de 1633, Gonçalo de Souza já relatava ao rei de Portugal a contribuição da produção da mandioca no desenvolvimento daquela conquista, desde a expansão agrícola sobre os “matos”, passando pelo sustento dos habitantes, até os lucros da Fazenda Real.

Nem é de pouca importância à indústria com que com grandes trabalhos, e gastos de poucos anos a esta parte rompem os matos, e cultivam a terra plantando, e semeando mandioca, e maça da terra pera sustento da gente preta; de que resulta muito á fazenda de V. Majestade, porque lhe rendem já os dízimos cada ano vinte mil cruzados. E na terra não há outras searas, nem outras vinhas, ou olivais.⁵¹⁶

Em 1652, o negreiro francês Barthélémy d'Espinchal de Massiac (1625-1700) descreveu suas experiências de oito anos que passou no território de Angola. Na sua descrição

⁵¹³ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta do padre Manuel de Matos ao padre Diogo de Alfaia, 15-2-1655. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental, 1651-1665*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971a. v. 11, p. 468-469. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34729/1/MMA_completo_Vol_11.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵¹⁴ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965. v. 1, p. 56.

⁵¹⁵ BRÁSIO, 1954. v. 4, p. 579.

⁵¹⁶ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta do Padre Gonçalo de Souza em nome da Câmara de Luanda, 6-7-1633. BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1631-1642*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960. v. 8, p. 244. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34726/1/MMA_completo_Vol_8.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

dos produtos cultivados nas terras do Bengo, ele citou a mandioca ao lado de outros produtos utilizados na alimentação tanto dos africanos quanto dos portugueses na África. Para Messiac, o território não produzia trigo, mas fazia uso de uma raiz chamada mandioca. Havia também “quatro tipos de milho”, “o doce e perfumado” abacaxi e os “lindos” cocos.⁵¹⁷ Embora o autor não se tenha aprofundado nas descrições, nesse relato podemos perceber que a mandioca estava ao lado de produtos típicos de outros lugares do globo, como o abacaxi, oriundo das Américas, e o coco, típico da Índia. Até mesmo um dos milhetos poderia ser também o milho típico das Américas, já que este também foi levado daquele continente para a África. Isso nos mostra alguns dos diversos produtos alimentícios, oriundos de diferentes continentes, que circularam e foram introduzidos em diferentes regiões do globo.

Por falar em diferentes alimentos, em Angola, a farinha de mandioca do Brasil somava-se a gêneros típicos do solo africano. Isso pode ser visto na Relação feita pelo capitão Garcia Mendes Castelo Branco, no ano de 1622, onde o dito capitão solicitava que, de Luanda, se passasse para Pinda, no Congo, um par de navios de farinha do Brasil que depois se uniriam a outros alimentos, pois a terra era “muito farta de mantimentos, porque ali há muita massa, ynhamé, batatas, muito peixe e bom”, também “azeite de palmas”.⁵¹⁸

A mandioca podia ser encontrada também nos sertões mais distantes, como os localizados entre Angola e Moçambique. Uma vez introduzida pelos portugueses na África Central, ela foi incorporada aos hábitos alimentares dos diferentes povos africanos. Na primeira travessia bem-sucedida por terra entre as duas colônias africanas, sentido oeste-leste, realizada entre os anos de 1802 e 1811, o pombeiro Pedro João Baptista relatou o socorro de alimento que sua comitiva teve por parte dos habitantes daqueles lugares, o que demonstra que, ao longo dos séculos, a produção de mandioca atingiu os mais longínquos sertões. Identificamos que houve referência à mandioca, ao menos cinco vezes ao longo da referida travessia, seja ela verde, seja seca. Num certo trecho, por exemplo, esses viajantes receberam uma “corça morta, e três quicapos de farinha de mandioca verde” para seu sustento. Já em

⁵¹⁷ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Relação de uma viagem a Angola, 1652. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1651-1655*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971b. v. 11, p. 250. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34729/1/MMA_completo_Vol_11.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

⁵¹⁸ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Relação de Garcia Mendes Castelo Branco, 16-1-1620. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1611-1621*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955a. v. 6, p. 440. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34724/1/MMA_completo_Vol_6.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

outro momento, ganharam “quatro Murondos de bebida chamada poube, e cem postas de carne fresca juntamente com farinha de mandioca” para alimentação.⁵¹⁹

Sendo assim, por todos esses relatos acima descritos, percebe-se que a mandioca do Brasil introduzida nos solos de Angola e outras colônias em África contribuiu para alimentação da sociedade colonial em formação. Do litoral ao sertão, o tubérculo passou a ser cultivado e utilizado até mesmo por grupos africanos habitantes das regiões mais distantes do continente. Entretanto, apesar do cultivo da mandioca ter sido logo introduzido nos primeiros séculos, as remessas de farinha da colônia do Brasil para a colônia de Angola perduraram até o século XIX. Em outras palavras, de há muito que Angola já produzia a própria farinha, mas, por vezes, continuava dependente de parte da produção vinda do Brasil e de São Tomé para suprir seu abastecimento.

A Capitania de Pernambuco era um dos lugares do Brasil que produziam e remetiam farinha de mandioca pelo circuito atlântico. Muitos dos habitantes dos sertões dessa capitania possuíam roças e covas de mandioca, bem como objetos utilizados nas plantações e no fabrico da farinha. Enxadas, pilões, prensas, engenhos de fazer farinha podem ser encontrados dentre os diversos bens descritos nos inventários *post-mortem* desses moradores sertanejos entre os séculos XVIII e XIX. Um exemplo pode ser visto no inventário de Elena Pereira da Costa (1786), que possuía uma casa de fazer farinha e, no mínimo, 500 covas de mandioca, no sítio da Baixa Verde, Julgado do Pajeú.⁵²⁰ Já no inventário do sargento-mor José Barbosa dos Santos, escrito no ano de 1784, consta que o falecido possuía em sua propriedade (sítio de Santa Cruz, localizado no termo da Vila de Cimbres, Capitania e Comarca de Pernambuco) uma casa de fazer farinha, uma roda de mandioca, dezesseis alqueires de farinha, quatro mil covas de mandioca.⁵²¹

Dos sertões de Pernambuco, a farinha e outros gêneros eram levados pelos homens do interior, no lombo de bestas, até chegarem às vilas do Recife e Olinda, localizadas no litoral, onde se juntavam à farinha produzida nas proximidades daquele litoral e de outras capitanias vizinhas à de Pernambuco.⁵²² Contudo, em épocas de estiagem severa nos sertões, havia casos

⁵¹⁹ Documentos relativos à viagem de Angola para Rios de Senna. BAPTISTA, Pedro João. Cópia da derrota que fez... In: EXPLORAÇÕES dos portugueses no interior d'África Meridional. *Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 5, 3ª. série, Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843. p. 163-190.

⁵²⁰ MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 317. Inventário de Elena Pereira da Costa, 1786.

⁵²¹ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de José Barboza dos Santos, 1784.

⁵²² Homens chamados de “matutos” eram responsáveis por carregar a farinha e outros produtos do interior para os núcleos urbanos instalados no litoral de Pernambuco. Ver: AHU_ACL_CU_ 015, cx. 222, D. 15004.

da farinha produzida no litoral socorrer aqueles habitantes do interior, o que demonstra que nem sempre o fluxo do produto era sertão-litoral.⁵²³

Muitas vezes, a carestia de farinha em certos lugares do Brasil contribuía para a circulação interna do produto.⁵²⁴ Dessa forma, podemos dizer que nem toda farinha que partia de determinado porto brasileiro para o circuito atlântico era necessariamente produzida no lugar em que foi embarcada. Por vezes, Pernambuco também importava e exportava farinha de outros lugares do Brasil.⁵²⁵ Em relação às remessas que partiam de Pernambuco, uma vez que eram embarcadas nos navios do porto do Recife para serem remetidas pelo circuito atlântico, fica difícil dizermos a procedência exata de todos os alqueires daquele produto. Entretanto, é fato que a mandioca era plantada e a farinha era produzida tanto nas áreas úmidas do litoral quanto nas áreas quentes e secas do interior de Pernambuco. No litoral e nas proximidades, sofria concorrência desleal da cana-de-açúcar, nos sertões disputava espaço com o gado solto e a concorrência com o algodão no que compete ao transporte até o litoral.⁵²⁶ Dali, elas eram comercializadas e consumidas pela população local, ou então,

⁵²³ Na primeira década do século XIX, ao percorrer os sertões das capitanias do Norte do Brasil, incluindo Pernambuco e capitanias anexas, o viajante inglês Henry Koster deparou-se com um comboio que saiu do sertão do Açu para comprar vários sacos de farinha no litoral por causa de uma seca tão terrível que ameaçava fome aos sertanejos. KOSTER, 1816, p. 75-76. KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. In: RIEDEL, Diaulas (Org.). *O sertão, o boi e a seca*: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. São Paulo: Cultrix, 1959. p. 40.

⁵²⁴ De acordo com Jaime Rodrigues: “A correspondência colonial setecentista e do início do Oitocentos é pródiga em exemplos da importância da mandioca e da farinha para o consumo local e da circulação do produto entre diferentes capitanias, sobretudo nos momentos de desabastecimento.” RODRIGUES, 2017, p. 83.

⁵²⁵ Em 1782, por exemplo, uma certidão emitida pelo governo de Pernambuco informava ao Ultramar o número de barricas e arrobas de farinha do Reino e do Norte que deram entrada naquela Alfândega, entre os anos de 1773 e até 1776. O termo “Norte” possivelmente estaria a se referir à farinha produzida ao norte de Pernambuco. Acreditamos se tratar de todo o território que compreendia da Paraíba até o Pará. Ver: AHU_ACL_CU_015, cx. 143, D. 104, D. 10489.

⁵²⁶ Sobre a concorrência da mandioca com a cana, o gado e o algodão no litoral e sertão de Pernambuco, ver: AHU_ACL_CU_015, cx. 21, D. 1967; AHU_ACL_CU_015, cx. 100, D. 7793; AHU_ACL_CU_015, cx. 193, D. 13277; AHU_ACL_CU_015, cx. 198, D. 13591.

quando não havia escassez severa, eram embarcadas nos navios do porto do Recife de onde saíam para Portugal⁵²⁷ ou para a África.⁵²⁸

Em Angola, mesmo introduzida e cultivada pelos colonizadores portugueses desde o século XVI, em certas épocas, a plantação de mandioca e a produção local de farinha não dava conta do abastecimento interno. No início do século XVIII, por exemplo, foi relatada pelos missionários capuchinhos a fome que afligia a região por conta da falta de chuva e de farinha.⁵²⁹ Em tempos de seca, que ocasionava a falta de águas, havia o comprometimento da produção local e, conseqüentemente, o risco do aumento dos preços.⁵³⁰ Observamos também que não eram somente as condições climáticas que comprometiam o abastecimento de farinha em Angola. Ações erradas tomadas pelas autoridades em Angola também contribuía para isso. Em 1722, por exemplo, muitos negros abandonaram as terras e plantações, causando escassez da farinha e aumento dos preços. Esse abandono foi uma reação aos abusos e violências causados por sargentos e soldados contra a população local em suas campanhas pelos sertões.⁵³¹ Sendo assim, tudo isso contribuía para a escassez local e, conseqüentemente, para a vinda da farinha de mandioca de outras partes do Império Português, como a do Brasil e da ilha de São Tomé, em socorro de Angola.⁵³²

Em momentos de carestia desse produto nessa colônia portuguesa na África, os habitantes mais pobres eram os que mais sofriam com a escassez e o aumento do preço da farinha. Já que não tinham condições financeiras de comprá-la, muitos pobres chegavam a morrer de fome. Por outro lado, os habitantes que possuíam escravos ficavam sem meios para

⁵²⁷ Portugal era o principal destinatário da farinha que saía do Brasil. No ano de 1801, Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino, chegou até a oferecer um prêmio para os donos, consignatários, capitães e mestres de navios e demais embarcações que conseguissem trazer para Portugal a maior quantidade de farinha de mandioca (chamada farinha de pau) dos diversos portos da colônia, desde que não fosse menos de 600 alqueires em cada embarcação. Os valores dos prêmios eram de 144 mil réis para o primeiro, 60 mil réis para o segundo e 25 mil réis para o terceiro responsável de embarcação que mais trouxessem a dita farinha. O aviso do prêmio foi fixado em Praça Pública de Lisboa. COLLECÇÃO da legislação portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações. Redegida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação Suplemento 1790-1810. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828.

⁵²⁸ Em momentos de crise na safra de farinha, o governo de Pernambuco recorria à ajuda de fornecimento do dito produto a outros territórios da América portuguesa, como os do “Norte”, Rio de Janeiro e Bahia. Por outro lado, em momentos de fartura, era a vez de Pernambuco remeter farinha para outros lugares. Em 1800, por exemplo, o governador de Pernambuco punha ênfase na abundância desse gênero na capitania, a tal ponto de informar que cumpriria a ordem de aumentar a exportação da farinha de mandioca para o Reino. Isso nos revela a oscilação que havia, para mais ou para menos, na demanda do dito produto ao longo dos anos, embora os relatos de carestia prevalecessem bem mais do que os de abundância. Ver: AHU_ACL_CU_ 015, cx. 222, D. 15043.

⁵²⁹ AHU-Angola, cx. 17, doc. 11; cx. 16, doc. 32.

⁵³⁰ AHU-Angola, cx. 49, doc. 20.

⁵³¹ AHU-Angola, cx. 22, doc. 106.

⁵³² Embora São Tomé também remetesse farinha para Angola, parece que a preferência era pela farinha vinda do Brasil. O motivo estaria na “difícil navegação do Norte para o Sul”, isto é, de São Tomé para Angola em razão das correntes marítimas e ventos. Não é de se estranhar que algumas embarcações saídas de São Tomé acabavam por “arribar” até o Brasil para depois chegar a Angola. AHU-Angola, cx. 66, doc. 92.

mantê-los. Já os homens que “negociavam em negros”, isto é, os que comercializavam escravos, “não se atreviam a manda-los vir dos matos, por não poderem fazer as despesas do seu sustento”. Igualmente se passava com os capitães de navios que traficavam escravos pelo Atlântico.⁵³³

Em Angola, em certos anos, havia o receio da falta da remessa de farinha mandioca do Brasil, como as de Pernambuco e Bahia, para aquela colônia africana. Em 1715, com a preocupação de que os capitães de navios focassem mais no tráfico de escravos com destino ao Rio de Janeiro, desprezando a rota para Pernambuco e Bahia, os homens de negócio de Angola justificavam que isso prejudicaria os lavradores que produziam farinha, tabaco e açúcar dessas outras duas capitanias da América.⁵³⁴ Certamente essa mudança de foco refletiria na redução das remessas desses gêneros tanto de Pernambuco quanto da Bahia para Angola, pois, além de causar a falta de mão de obra escrava na produção dessas culturas, comprometeria a rota que transportava os ditos produtos dessas capitanias até Angola. Décadas mais tarde, no ano de 1799, um governador de Benguela alertava que riscos para o comércio de escravos entre África e Brasil poderiam colapsar aquela terra, pois ocasionaria a falta de fazendas vindas do Brasil para comprar marfim e cera no sertão do continente africano, como também proporcionaria falta de farinha e outros gêneros que também saíam do Brasil para abastecer Benguela.⁵³⁵ Nesse sentido, com esses dois exemplos ocorridos em anos distintos, podemos perceber que a remessa de farinha proveniente do Brasil, incluindo Pernambuco, era importante para Angola. Na medida do possível, havia sincronia entre os dois lados do Atlântico Sul. Alterações feitas de forma inapropriada poderiam pôr em risco o equilíbrio estabelecido entre as duas colônias.

Momentos de carestia de farinha em Angola levavam os sucessivos governadores daquela colônia a solicitar farinha vinda do Brasil. No ano de 1783, por exemplo, o governo de Angola solicitou que embarcações saídas dos portos do Brasil, para comercializar escravos, trouxessem farinha e outros gêneros para sustentar a própria tripulação e os escravos embarcados, já que aquela colônia portuguesa na África estava sem condições de fornecer os mantimentos.⁵³⁶ Já no ano de 1793, por exemplo, Angola passava por uma grande falta de farinha de mandioca e outros víveres de primeira necessidade para a subsistência em consequência da falta quase total de chuva, que já durava quatro anos. Para piorar a situação, uma parte das plantações daquela colônia na África foi devorada por uma praga de

⁵³³ AHU-Angola, cx. 39, doc. 92.

⁵³⁴ AHU-Angola, cx. 19, doc. 59.

⁵³⁵ AHU-Angola, cx. 92, doc. 45, 44.

⁵³⁶ AHU-Angola, cx. 66, doc. 63.

gafanhotos. Nos dizeres do então governador de Angola, esses fatores levaram fome a muita gente dos sertões.⁵³⁷

Em razão da seca que se arrastava ao longo de quatro anos, novamente Angola recorreu ao socorro da farinha da América portuguesa e de São Tomé. Embarcações foram enviadas de Luanda aos portos do Brasil e da ilha africana. Porém, dessa vez, as embarcações não obtiveram muito sucesso em sua empreitada. Apesar de apelar às autoridades daqueles dois lugares em nome dos “efeitos de humanidade” e do “bem do serviço de Sua Majestade”, o governador de Angola lamentou que as providências não corresponderam, pois só foi permitida a saída de pequenas porções de “farinha de pau” daquelas colônias de outras partes do Atlântico, o que, segundo ele, de nenhuma forma dava para suprir o consumo desse gênero.⁵³⁸

Queixoso da falta de socorro por parte da América portuguesa, alguns meses depois, o dito governador de Angola reclamou à Coroa Portuguesa que o vice-rei do Brasil nem sequer abastecia direito com farinha os navios que saíam dos portos brasileiros para negociar a escravatura em Angola. Por conta disso, denunciava que muitos escravos morriam de fome dentro das embarcações ao longo da travessia pelo Atlântico.⁵³⁹ Segundo o governador, a recusa da América portuguesa em atender aos pedidos para a saída da farinha de mandioca em direção à costa leste da África causava prejuízo tanto ao sustento dos escravos traficados quanto dos comerciantes, do povo e da tropa que se achava em Angola.⁵⁴⁰

É interessante notar que, ao cruzarmos as correspondências emitidas pelo governo de Pernambuco e pelo governo de Angola para o Conselho Ultramarino, em Portugal, percebemos que ambas as autoridades nas colônias queixavam-se de fortes secas infligidas a seus territórios nos primeiros anos da década de 90 do século XVIII. Isso porque, em Pernambuco, entre os anos de 1791 a 1793, também foi registrada uma severa falta de água causada pela estiagem. Segundo as autoridades daquela capitania, a terça parte da população morreu de miséria e de fome. As famílias pobres eram as que mais sofriam com a esterilidade. A produção de farinha não dava para abastecer a capitania, muito menos dava para ser remetida ao reino.⁵⁴¹ Por terem a maior parte dos seus territórios inseridos no interior do continente, lugar onde, por natureza, impera o clima quente, seco e a vegetação retorcida e

⁵³⁷ AHU-Angola, cx. 78, doc. 59.

⁵³⁸ AHU-Angola, cx. 78, doc. 59.

⁵³⁹ AHU-Angola, cx. 79, doc. 17.

⁵⁴⁰ AHU-Angola, cx. 79, doc. 26.

⁵⁴¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 190, D. 13117.

espinhosa, Pernambuco e outras capitanias vizinhas ficavam mais fragilizadas ao fenômeno cíclico da estiagem.⁵⁴²

Portanto, comparando Pernambuco e Angola, pudemos perceber que, entre os anos de 1790 e 1793, os dois territórios sofreram com a falta de chuvas ocasionada pelo fenômeno climático da seca, tanto de um lado do Atlântico quanto do outro. Podemos dizer, então, que o governador de Angola parecia não conhecer os pormenores da situação do outro lado do Atlântico, principalmente de Pernambuco e as capitanias vizinhas, que também passavam pela mesma aflição de falta de água e comprometimento da lavoura mandioca ocasionada pela estiagem. Da mesma maneira que em Angola, a fome também imperava em Pernambuco. Nesse sentido, equivocadamente, o governador de Angola considerava que a falta de socorro das capitanias da América portuguesa resultava da má vontade do vice-rei do Brasil.

Contudo, de outras vezes, as remessas de farinha de mandioca de Pernambuco e outros lugares do Brasil para Angola chegaram a se concretizar. Observamos que a farinha brasileira remetida pelo Brasil (Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia) era armazenada no Terreiro Público de Luanda, onde se juntava a outras produzidas nos próprios sertões angolanos, as ditas “da terra”.⁵⁴³ Alguns exemplos de quantidade de farinha de Pernambuco armazenada em Angola podem ser encontrados em algumas relações das entradas e saídas de farinhas no Terreiro Público da Cidade de Luanda (Quadro 1).

⁵⁴² O clima seco, como dito anteriormente, era propício para a cultura da mandioca. Entretanto, secas prolongadas como as da última década do século XVIII, que acometiam e ainda hoje acometem Pernambuco e os demais estados da região Nordeste do Brasil, causavam/causam enormes prejuízos materiais e de vida aos habitantes do sertão. A seca nos sertões de Pernambuco e demais capitanias próximas foram registradas desde os primeiros séculos da chegada dos portugueses ao Brasil. No século XVI, o jesuíta Fernão Cardim relatou uma grave seca que presenciou. Para termos uma ideia daquilo que foi relatado pelo religioso, essa seca foi tão grave que atingiu não somente os sertões, área mais propensa a isso, mas também o entorno do litoral de Pernambuco, região onde estavam assentadas as fazendas de cana-de-açúcar, que normalmente não sofre com estiagem. Segundo o jesuíta, no ano de 1583, “houve tão grande seca e esterilidade nesta província (coisa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios. Porém passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua ou sem sua vontade”. CARDIM, 2015, p. 90-91.

⁵⁴³ AHU-Angola, cx. 54, doc. 24.

Quadro 1– Amostragem de farinha de mandioca de Pernambuco no Terreiro Público de Luanda em Angola

Data	Lugar	Produto/ quantidade
1764 (entre julho e novembro)	Pernambuco	200 exeques de farinha
1768	Pernambuco	2.621 exeques (sobra do ano de 1767)
1769	Pernambuco	700 exeques de farinha (sobra dos dois anos anteriores).

Fontes: AHU-Angola, cx. 48, doc. 48; AHU-Angola, cx. 54, doc 24.

Entre os meses de julho e novembro de 1764, por exemplo, identificamos numa relação nominal que os administradores da Companhia de Pernambuco deram entrada de 200 exeques de farinha no Terreiro Público de Luanda.⁵⁴⁴ Cada exeque era correspondente a 32 kg, o que dava 6.400 kg do dito produto. De forma geral, se tomarmos por base esses números, então se supõe que a farinha de Pernambuco introduzida em Luanda anualmente seria de mais de 400 exeques, o que corresponderia a mais 12.000 kg ou 12 toneladas por ano. Entretanto, é necessário ter prudência em relação a essa projeção, pois, como vimos, havia oscilação entre os períodos de produção e remessas daquela capitania da América.

Exemplos de oscilações podem ser percebidos entre os anos de 1767 e 1769. Em duas relações, constam que nos anos de 1768 e 1769 estavam armazenados no Terreiro Público de Luanda 2.621 exeques (83.872 kg) e 700 exeques (22.400 kg) de farinha de Pernambuco respectivamente. Essas quantidades foram descritas como sobras do ano de 1767. Por outro lado, não houve nas duas relações novas entradas de farinha de Pernambuco para esses dois últimos anos, somente saídas. Isso nos sugere que, em determinados anos, toneladas de farinha de Pernambuco poderiam se introduzidas em Luanda, enquanto em outros anos, nada se dava, restando muitas vezes as sobras armazenadas de épocas anteriores.

Entretanto, esses exemplos dos anos de 1767 a 1769 nos revelam aspectos a respeito da quantidade da farinha de Pernambuco que entrou e saiu do Terreiro Público de Luanda. Por exemplo, como visto, no ano de 1768, havia armazenados no Terreiro 2.621 exeques (83.872 kg) que sobraram do ano anterior. Contudo, observamos que, desse total, venderam-se posteriormente em Angola 1.921 (61.472 kg), restando um pouco mais de 700 exeques (22.400 kg) desse produto para o ano de 1769.⁵⁴⁵ Diante de toda essa quantidade vendida ao longo de 1768, certamente dezenas de toneladas de farinha introduzidas de Pernambuco para

⁵⁴⁴ AHU-Angola, cx. 48, doc. 48.

⁵⁴⁵ AHU-Angola, cx. 54, doc. 24.

Luanda se fragmentaram em diversas porções, sendo espalhadas e consumidas a partir de Angola.⁵⁴⁶ Se somarmos com aquelas que eram remetidas da Bahia, e principalmente do Rio de Janeiro, tem-se aí um número bem maior adentrado na África Centro-Occidental (Figura 10).⁵⁴⁷

Figura 10 – Detalhe da farinha proveniente de Pernambuco armazenada no Terreiro Público da Cidade de Luanda no ano de 1769

Far. que ficaram em 1767, e salubas em 1769	
Da Terra	1843 2 0 1
De Pernambuco	700 2 4 1
<hr/>	
3760 0 0 1 0 1	

Fonte: AHU-Angola, cx. 54, doc. 24.

Outras relações também trazem informações sobre a farinha fabricada e proveniente do Brasil, porém elas não discriminaram os portos brasileiros de onde o produto saía. Entretanto, tudo indica tratar-se dos portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, já que eram os principais emissores para os portos de Luanda e Benguela.⁵⁴⁸ Entre os anos 1797 e 1801, por exemplo, constam as seguintes quantidades da entrada de farinha de mandioca no terreiro Público de Luanda (Quadro 2).⁵⁴⁹

⁵⁴⁶ O militar e cronista Elias Alexandre da Silva Corrêa dizia que a quantidade de farinha extraída anualmente do Terreiro Público de Luanda em direção aos portos do Brasil, para o sustento da escravatura embarcada nos navios, era de 21 mil cazongueis ou 5.250 exeques. CORRÊA, 1937, p. 116. Sendo assim, isso indica que parte da farinha enviada do Brasil para Angola depois tomava o rumo de volta ao Brasil, sendo gradativamente consumida pelos escravos que se encontravam embarcados nos navios negreiros. CORRÊA, 1937, *loc. cit.*

⁵⁴⁷ Alencastro calculou que Luanda consumia um total de 580 toneladas de mandioca vindas anualmente do Brasil nos anos de 1660, quando não havia cultura de mandioca forte em Angola. Por sua vez, segundo ele, o Rio de Janeiro enviava anualmente para Angola 680 toneladas. ALENCASTRO, 2000, p. 252, 448.

⁵⁴⁸ A respeito de Benguela, por exemplo, no ano de 1791, constavam armazenados 172 alqueires de farinha do Brasil. AHU-Angola. cx. 76, doc. 40.

⁵⁴⁹ AHU-Angola, cx. 100, doc. 01.

Quadro 2 – Entradas de farinha “fabricada na terra” (Angola) e “fabricada no Brasil” no Terreiro Público de Luanda de 1797 a 1800

Ano	Entradas de farinha “fabricada na terra” (Angola)	Entradas de farinha “fabricada no Brasil”
1797	27.392 exeques	1.552 exeques
1798	24.414 sacos	4.952 sacos
1799	17.197 sacos	2.426 sacos
1800	17.569 sacos	4.825 sacos
1801	20.485 sacos	5.074 sacos
Total	27.392 exeques + 79.665 sacos.	1.552 exeques + 17.277 sacos.

Fonte: AHU-Angola, cx. 100, doc. 01.

Como podemos observar, pela incidência da farinha “da Terra”, isto é, a produzida em solo de Angola, diante das provenientes do Brasil, é possível dizer que a produção local daquela colônia africana era maior do que a mercadoria que chegava do Atlântico, pelo menos entre os anos de 1797 e 1801.⁵⁵⁰ Isso nos dá uma ideia da importância da plantação de mandioca e da produção de farinha em solo africano. Entretanto, mesmo com essa produção própria, por vezes, era necessário Angola receber auxílio da farinha de mandioca de outras partes do Império Português, principalmente da colônia do Brasil. Infelizmente, nem toda relação traz discriminados os lugares específicos do Brasil de onde essa farinha era remetida para Angola. Por outras incidências acima identificadas, o mais provável é que também fossem de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.⁵⁵¹

Aliás, cabe aqui chamar a atenção para o seguinte: parte dos pedidos das remessas de farinha proveniente do Brasil tinha como justificativa o uso do produto para abastecimento dos navios negreiros que transportavam os escravos para os portos da América. Contudo, a farinha proveniente do Brasil não somente servia para alimentar os escravos embarcados nos portos de Luanda e Benguela, servia também para alimentar parte da população local de Angola. Não é de estranhar, então, que no ano de 1799, o governador de Benguela, em carta à rainha, referiu-se à farinha e aos demais gêneros provenientes do Brasil que serviam para a manutenção das armações dos escravos novos, dos negociantes, das famílias e demais povos,

[...] porque o mantimento que produz a terra [solo de Benguela] consistente só de milho e feijão, é tão medíocre que mal chega para o gentio habitante ao redor desta cidade, que ainda se valem alguma parte do ano dos mantimentos do Brasil.⁵⁵²

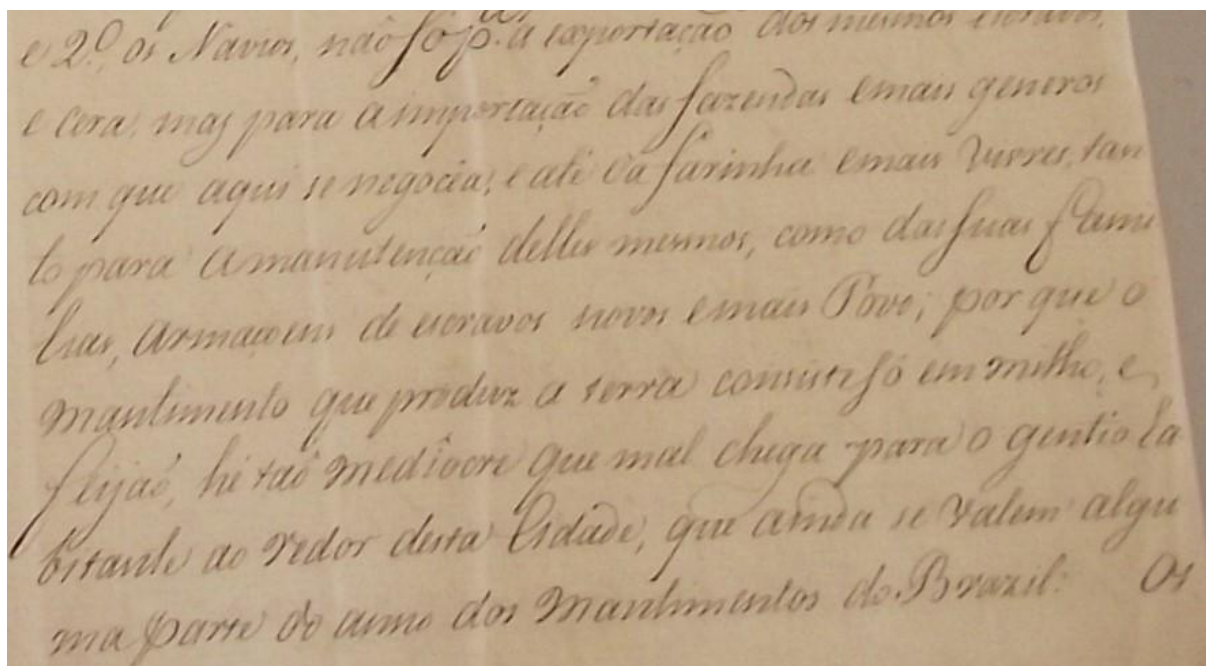
⁵⁵⁰ No ano de 1801, não somente se registrou farinha da terra e farinha do Brasil, pois, no mês de outubro, constou também da entrada 43 sacos provenientes da Ilha de São Toomé. AHU-Angola, cx. 104, doc. 07.

⁵⁵¹ AHU-Angola, cx. 54, doc. 24.

⁵⁵² AHU-Angola, cx. 92, doc. 45, 44.

Sendo assim, esse relato nos dá uma ideia não somente da importância do referido produto do Brasil para as armações de escravos traficados, como também para a sociedade de Angola de forma geral (Figura 11).

Figura 11 – Detalhe do informe do governador de Benguela sobre o uso da farinha e demais gêneros provenientes do Brasil que servia para a manutenção das armações dos escravos novos, dos negociantes, das famílias e gentio habitante ao redor desta cidade, 1799



Fonte: AHU-Angola, cx. 92, doc. 45, 44.

A respeito do cultivo da mandioca e da produção de farinha em solo angolano, temos o relato do militar e cronista Elias Alexandre Corrêa: a “farinha da mandioca, o feijão e o milho são os gêneros de primeira necessidade. O primeiro é mais abundante.” Segundo Corrêa, “a extensão de terras de cultivo produz o sustento ao imenso povo de Angola”. Nessas terras, chamadas de arimo ou quintas, chegavam a trabalhar 100, 200 ou mais negros, entre forros e escravos. O cronista também estabeleceu uma comparação entre a produção de farinha que se fazia em Angola e no Brasil:

Na manufatura da farinha de Angola se poupa com tudo algum trabalho, do que na do Brasil: ali toda superfície da mandioca é raspada, e lavada, antes de ser ralada, para a despir de uma película denegrida, que a cobre: aqui é desfeita com a casca, que a faz farinha azeda e trigueira; mas a habitação tem concorrido para a preferência desta, por mais saudável, e substancial à Negraria; e com efeito: a do Brasil, ou a pouca, que neste país é lavada, e que aumenta de preço a terça parte da outra, é nociva à saúde destes grosseiros habitantes.⁵⁵³

⁵⁵³ CORRÊA, 1937, p. 112-115.

Nesse sentido, pelo que interpretamos do trecho acima, para o cronista, a farinha produzida em Angola era mais azeda (devido ao processo de produção que não retirava toda a casca da mandioca, poupando com isso trabalho) do que a farinha fabricada no Brasil (mais trabalhosa, pois era ralada, lavada e despida da película que a cobria). Apesar disso, segundo sua percepção, a farinha cultivada em Angola era mais saudável e substancial para os negros do que a farinha que chegava do Brasil, por esta última ser “nociva à saúde destes grosseiros habitantes”.⁵⁵⁴ Contudo, pensamos que o sabor da farinha de mandioca produzida em Angola parecia alternar-se na percepção do cronista Elias Alexandre Corrêa, pois em outro momento esse homem se referiu que a farinha plantada em solo africano “aplicada em sustento, já assada, já cozida, e mesmo crua, quase toda é de qualidade doce e grata ao paladar”.⁵⁵⁵ Aliás, em sua obra, o cronista descreveu não só o processo de produção, mas também a forma como a população de Angola alimentava-se da mandioca. Por exemplo, dizia Corrêa: a mandioca apodrecida na água formava uma massa dura, azeda e extremamente insípida, de um gosto esquisito, chamada *quiaconga*.⁵⁵⁶ Ora, num lugar em que as culturas estavam em gradativa miscigenação, é bastante plausível que determinado elemento originado de um lugar fosse apropriado e ressignificado em outro. Foi o caso das formas de alimentar da mandioca originária do Brasil, praticada pelos ameríndios, que sofreu transformações ao ser apropriadas pelos Mbundu e outros povos da África, depois da ligação protagonizada pelos portugueses entre esses dois lugares.

Em Angola, depois de produzida a farinha de mandioca para o consumo alimentar, alguns lugares eram responsáveis por sua distribuição. Feiras do interior próximo como Quifangondo e Cacucaco apareceram em um dos documentos vistos por nós como fornecedoras da farinha a Luanda no ano de 1801.⁵⁵⁷ Segundo o historiador José Venâncio, havia duas espécies de feira em Angola: as que se estabeleciam próximo ao abrigo dos presídios, e as de fora dos limites da colônia, isto é, além do alcance do poder colonial.⁵⁵⁸ Sendo assim, no caso de Quifangondo e Cacucaco, tudo indica tratar-se do primeiro tipo de feira, pois estavam situadas no interior mais próximo de Luanda.

Enquanto a farinha de mandioca e outros gêneros agrícolas, como o feijão, eram comercializados nas feiras, cabia aos “arimos” (propriedades agrícolas médias) o cultivo desses produtos agrícolas. De acordo com Venâncio, os arimos eram propriedades geralmente

⁵⁵⁴ CORRÊA, 1937, p. 112-115.

⁵⁵⁵ *Ibid.*, p. 138.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 139.

⁵⁵⁷ AHU-Angola, cx. 104, doc. 07.

⁵⁵⁸ VENÂNCIO, 1996, p. 156.

localizadas junto dos grandes rios: Quanza, Dande e Bengo, os quais serviam como rotas pluviais até Luanda. Embarcações como canoas, barças ou patachos sem cobertas navegavam entre a costa e o interior pelas correntes dos três grandes rios que deságuam junto de Luanda, bem como ao longo do litoral. Essas embarcações desempenharam papel importante no abastecimento de farinha de mandioca entre o litoral e os sertões de Angola. No ano de 1797, por exemplo, alguns arimos do interior de Angola produziram em exeques as seguintes farinhas de mandioca: de Muxima (7.200), Ikolo e Bengo (4.369), Dande (2.299), Encoje (1.000) Massangano (560), Cambambe (229). A farinha desses lugares eram encaminhadas para Luanda, onde davam entrada no Terreiro Público e depois saíam redistribuídas para a população dos mais distantes lugares.⁵⁵⁹

O controle do Terreiro servia para regular os preços para o consumidor geral, precaver o ordenado militar e combater a inflação.⁵⁶⁰ Segundo Venâncio, o Terreiro também tinha por função controlar a distribuição dos produtos agrícolas mais importantes: a farinha de mandioca, o feijão e o milho. Além da função de abastecimento interno, ele garantia o comércio escravista. Os alimentos estocados estavam ligados ao abastecimento das embarcações de escravos que seguiam pelas rotas do oceano. Virada para a economia atlântica, essa instituição acabava por ligar o *hinterland* luandense ao Brasil e à Europa.⁵⁶¹ De acordo com Selma Pantoja, o Terreiro Público foi criado pela administração portuguesa para tabelar os preços, combater os atravessadores dos produtos alimentícios, abastecer os navios negreiros e suprir a população da cidade com farinha, feijão, milho e carne.⁵⁶²

Sendo assim, para o Terreiro Público de Luanda, dirigiam-se os proprietários e/ou trabalhadores dos arimos dos sertões de Angola com seus produtos para vender, assim como se dirigiam pessoas oriundas do Atlântico. Selma Pantoja identificou em uma lista, datada de 1787 a 1790, pelo menos 100 nomes de mulheres dentre um total de 1.850 nomes de pessoas.⁵⁶³ Por nossa vez, numa lista datada de 1764, identificamos também que variados tipos de pessoas deram entrada de farinha no Terreiro Público de Luanda. No referido ano, contabilizamos um total aproximado de mais de 260 nomes (sendo alguns deles repetidos) entre moradores e pessoas “de fora”. Dentre esses nomes, alguns vinham acompanhados das expressões “negros”, “pretos”, “pretas” “donas”, ou, então, eram vagamente descritos como

⁵⁵⁹ VENÂNCIO, 1996, p. 63.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 66, 214. Ver AHU Angola, cx. 86, doc. 76; cx. 93a, doc. 55.

⁵⁶¹ VENÂNCIO, 1996, p. 63.

⁵⁶² PANTOJA, Selma. Donas de arimos: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda, séculos XVIII e XIX. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 36.

⁵⁶³ *Ibid.*, p. 40.

homens da Companhia de Comércio de Pernambuco e de São Tomé. Há uma predominância de nomes do sexo masculino (mais ou menos 249 nomes masculinos diante de 11 nomes femininos).⁵⁶⁴ Essa presença de homens da Companhia de Pernambuco dá-nos indícios da participação dessas pessoas na entrada de farinha no Terreiro Público de Luanda.

Por outro lado, a presença dos nomes femininos na venda da farinha para o Terreiro igualmente nos mostra a participação das mulheres também como protagonistas nos negócios que envolviam a mandioca. Algumas dessas mulheres apareceram na supracitada lista com o título de “dona”, o que demonstra que eram pessoas que ocupavam uma elevada posição na hierarquia da sociedade colonial em Angola. Foi o caso, por exemplo, de D. Sicillia de Barros, D. Luízia Pegado de Pontes, D. Rozaura de Lima, D. Maria Roiz Barros e D. Josepha Simões, que, juntas, deram entrada de mais de 285 exeques de farinha entre os meses de julho e novembro de 1764. Havia também as “pretas”: Joana Manuel, a preta Igrácia, a preta Felipa Miguel. Juntas, essas três mulheres venderam 32 exeques de farinhas de mandioca. Por conta das condições imputadas a elas, certamente estas últimas ocupavam posição abaixo das “Donas”.⁵⁶⁵ Por fim, na lista, consta o nome de uma Luzia Fernandez. Sem nenhuma qualidade ou título imputado, a referida mulher vendeu 42 exeques de farinha de mandioca ao Terreiro Público da cidade de Luanda. Sendo assim, embora em minoria se comparada com os homens, todas essas mulheres (de pretas às donas) de alguma maneira estavam empenhadas na produção da farinha de mandioca e desempenhavam papel importante no abastecimento interno de Angola.⁵⁶⁶

Apesar dos sertões de Angola servirem para plantar a mandioca e produzir a farinha, os moradores daqueles interiores, de certa forma, também dependiam do armazenamento e distribuição do produto a partir de Luanda. Nesse caso, podemos inferir que a trajetória da farinha produzida em Angola poderia dar-se da seguinte forma: produzida nos sertões, essa farinha era remetida para ser estocada em Luanda. Nessa cidade, por vezes, eram acrescidas

⁵⁶⁴ AHU-Angola, cx. 48, doc. 48.

⁵⁶⁵ Ao estudar gênero, famílias luandenses e as redes de parentesco entre os litorais de Angola e Brasil no século XVII e XVIII, a historiadora Selma Pantoja expõe que, na colônia africana, os descendentes de europeus com africanos (livres, escravos ou alforriados), com o passar do tempo, adquiriam riqueza e prestígio. A geração seguinte dessas famílias já possuía o estatuto de aristocracia local. As mulheres dessa segunda geração recebiam a denominação de “Donas” por estarem integradas às práticas representativas europeizantes de uma “senhora branca”, por exemplo, os rituais europeus de batismo e de óbitos. Por sua vez, na primeira geração, as mulheres eram tratadas somente por seu primeiro nome, sendo seus filhos, todos naturais, reconhecidos no ato do batismo, tendo como padrinhos, os militares de baixa patente. Já na segunda geração, o título “Dona” precedia o nome das mulheres, e seus filhos tinham como padrinhos personagens de grande prestígio local: capitães, coronéis, juizes, governadores. Ver PANTOJA, Selma. Parentesco, comércio e gênero na confluência de dois universos culturais. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora; Luanda: Editorial Nzila, 2006a.

⁵⁶⁶ AHU-Angola, cx. 48, doc. 48.

da farinha de mandioca proveniente do Brasil e depois retornavam redistribuídas aos povoados dos sertões de Angola.⁵⁶⁷ O objetivo era socorrer os habitantes em caso de necessidades, principalmente as tropas que serviam nesses longínquos povoados (presídios) terra adentro.⁵⁶⁸

Assim como no Brasil, os militares de Angola eram pagos também com ração de farinha de mandioca. Além delas, os vencimentos eram completados com porção de cobre e a farda. Entretanto, o pagamento com a farinha trazia alguns problemas. Ao longo do século XVIII, sucessivas eram as queixas dos militares a respeito dos seus vencimentos.⁵⁶⁹ Por vezes, as autoridades da colônia na África recorriam ao aumento do soldo dado pela Coroa para as tropas do Brasil como forma de requerer o mesmo tratamento para as tropas de Angola. Esse tipo de estratégia comparativa usada pelas autoridades de Angola indica quanto essa colônia africana se espelhava na colônia do Brasil.⁵⁷⁰ No ano de 1784, por exemplo, foi ordenado pela Coroa que o pagamento das tropas de Angola “fossem socorridas igualmente como eram as do Brasil”.⁵⁷¹ Entretanto, as autoridades de Angola informaram que o aumento foi pouco: “não excedeu de um e oitenta avo de exeque de farinha de mandioca por dia, medida que correspondia a pouco menos de três alqueires de Lisboa”.⁵⁷² Segundo elas, por isso, o aumento só alcançou as tropas de Luanda e de Benguela, e não as dos presídios do interior.⁵⁷³ Em outras palavras, somente as tropas dos dois principais núcleos urbanos (Luanda e Benguela, situados no litoral) foram contempladas. Já as tropas dos presídios que estavam

⁵⁶⁷ Não eram socorridos somente os núcleos dos sertões. Os negociantes da cidade de Benguela, localizada na costa marítima, por exemplo, recebiam também farinha direta do Brasil, e algumas de Luanda, pois na referida cidade, eram poucos os campos que plantavam a mandioca. AHU-Angola, cx. 100, doc. 29.

⁵⁶⁸ Segundo o relato do militar e cronista Elias Alexandre Corrêa, em meados do século XVIII, o Terreiro Público armazenava anualmente 34 mil exeques de farinha. Desse total, 5.250 exeques eram destinados à escravatura do tráfico atlântico, e o restante se consumia em Angola. Disso, “a Fazenda Real saca do terreiro a quantidade necessária para municiar a tropa, e os lavradores que a fabricam tem o livre arbítrio de tirar a que lhe é precisa, sem pagar o imposto estabelecido”. CORRÊA, 1937, p. 116.

⁵⁶⁹ Também havia uma disparidade de ajuda de custo entre as colônias do Brasil e Angola. Para termos uma ideia, o Erário Régio em Portugal informava que, em janeiro de 1764, foi disponibilizada ajuda de custo a pessoas que iam servir em Pernambuco/Paraíba e Angola, no valor de dois contos e duzentos e quarenta mil reis (2:240.000) e dois contos e duzentos mil reis (2:200.000) respectivamente; ou seja, somente as capitânicas de Pernambuco e Paraíba abarcaram um maior valor do que toda a colônia de Angola. Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. Cota – 4154. Livros Mestres da Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão, e das Comarcas do Território da Relação da Baía e governos que nela compreendem, 1762-1824. 6 volumes.

⁵⁷⁰ Em tese, os militares de Angola deveriam receber o dobro da porção do que recebiam os militares que serviam em Portugal. Isso era um atrativo para angariar capitães e oficiais subalternos para a colônia africana. Entretanto, na última década do século XVIII, os soldos dos militares que serviam em Angola encontravam-se mais desvalorizados do que aqueles que serviam no continente europeu. Para as autoridades em Angola, essa desvalorização era injusta, pois os produtos importados da Europa para lá chegavam muito caros, e eram indispensáveis para se viver na África, sendo necessário ter soldos compatíveis para aquisição dos produtos. AHU-Angola, cx. 97, doc. 21.

⁵⁷¹ AHU-Angola, cx. 97, doc. 21.

⁵⁷² AHU-Angola, cx. 97, doc. 21.

⁵⁷³ AHU-Angola, cx. 97, doc. 21.

localizadas nos sertões de Angola, não receberam o dito aumento. Dentre as tropas, os soldados subalternos eram os que mais passavam necessidades. A desproporção dos vencimentos desses indivíduos (em relação aos coronéis, tenentes-coronéis, capitães e sargentos-mores) contribuía, segundo as autoridades de Angola, para a miséria, deserção e outros malefícios da colônia. O baixo soldo era a “verdadeira origem dos roubos, das deserções contínuas, enfermidades, e do grande número de homens que todos os anos morrem ou fogem com tanto detrimento do Real Serviço”. Por não poderem sustentar-se, os soldados se ausentavam para o “mato”.⁵⁷⁴ De certa forma, podemos intuir que as tropas dos sertões eram relegadas a segundo plano se comparadas com as tropas situadas nas cidades portuárias do Atlântico.

Por vezes, os capitães-mores dos presídios do interior solicitavam socorro das farinhas armazenadas em Luanda para abastecer as tropas. No ano de 1722, por exemplo, o governo de Angola socorreu com farinha os presídios de Caconda e informou preparar socorro para as terras de Golungo, Dande e Massangano.⁵⁷⁵ Alguns anos depois, houve um novo socorro desse produto para outros presídios dos sertões.⁵⁷⁶ Sendo assim, saídas do Terreiro de Luanda (onde eram armazenadas também as produções locais, do Brasil e São Tomé) a farinha adentrava os sertões e era distribuída para as tropas em necessidade.

Além das tropas, a farinha de mandioca também municiaava, em termos de alimentação, as mais diversas diligências nos sertões de Angola, de cunho militar ou civil. Como já vimos em outros capítulos, durante a segunda metade do século XVIII, soldados, cientistas ou demais habitantes da colônia realizaram, a mando da Coroa e do governo de Angola, trabalhos de coleta e remessa de espécies do reino animal, vegetal ou mineral. Para tanto, essas pessoas necessitavam adentrar os sertões da colônia. Nesse caso, a farinha era um dos principais alimentos consumidos por eles. Fácil de transportar e nutritiva, era quase certo ela estar no cardápio dos membros das diligências.

Foi o caso, por exemplo, no ano de 1765, de uma expedição da qual participaram ao menos dois militares e 60 carregadores com a função de capturar e transportar zebras dos sertões de Caconda. Esses homens consumiram o equivalente a 18.800 réis em farinha e peixe comprados para a expedição.⁵⁷⁷ A farinha armazenada no Terreiro Público de Luanda também

⁵⁷⁴ Ver AHU_ACL_CU_001, cx. 45, D. 4193.

⁵⁷⁵ AHU_ACL_CU_001, cx. 22, D. 2280

⁵⁷⁶ AHU_ACL_CU_001, cx. 27, D. 2658

⁵⁷⁷ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. “Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789”. Cota – 4189-4190.

era usada pela Fazenda Real para o “socorro dos negros do serviço das obras” públicas.⁵⁷⁸ Por exemplo, em 1780, pretos encarregados de trabalhar nas obras reais da cidade de Luanda recebiam 40 réis de vencimento e um exequê de farinha para alimentação.⁵⁷⁹ Até mesmo diligências encarregadas de transportar criminosos pelos sertões eram municiadas com farinha de mandioca. Foi o caso identificado, por exemplo, de uma “despesa extraordinária” sofrida pela Fazenda Real, no ano de 1765, em razão da compra de azeite, vinagre, sacos, 2 cazongos de farinha, 7 sacos de farinha “que se fez preciso para um preso, soldados e condutores que o levaram ao presídio de Caconda” nos sertões de Benguela.⁵⁸⁰ Nesse caso, não só os soldados e condutores receberam farinha e outros gêneros, mas também o indivíduo preso recebeu para sobreviver ao longo da travessia pelos caminhos dos sertões que ligavam ao presídio de Caconda.

Sendo assim, é possível que algumas dessas remessas enviadas do Terreiro Público de Luanda para os mais distantes lugares de Angola tivessem porções das farinhas de mandioca ditas “da terra” e de outros lugares do Império, inclusive do Brasil. Nesse sentido, com o trânsito de pessoas e circulação de produtos pelo Império Português, não é difícil imaginar que porções de farinha de mandioca remetidas por Pernambuco extrapolassem o litoral de Luanda e Benguela e atingissem também os longínquos sertões de Angola. Afinal, Pernambuco cultivava mandioca e, quando não passava por escassez, exportava farinha para Portugal, bem como socorria Angola a pedido dos sucessivos governadores daquela colônia portuguesa na África. A entrada de toneladas de farinha de Pernambuco no Terreiro Público de Luanda colabora para isso. Dali, uma parte tomou o rumo de volta para o Brasil, servindo de alimento para os escravos africanos embarcados nos navios negreiros em direção à América, e outra parte, possivelmente, penetrou nos sertões de Angola para alimentar os moradores e escravos, complementar os soldos dos militares que lá serviam e alimentar as diligências de caráter científico. Tudo isso nos mostra a importância desse produto na organização social e cultural no território daquela colônia portuguesa na África.

⁵⁷⁸ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804. Cod. 4254. fl. 45.

⁵⁷⁹ Esses pretos possivelmente não eram escravos, mas sim pessoas livres. AHU-Angola, cx. 65, doc. 17.

⁵⁸⁰ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. “Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789”. Cota – 4189-4190.

3.2 Carne bovina

O gado vacum criado nos sertões de Pernambuco servia para abastecer de produtos derivados (carne seca e couro) os núcleos urbanos situados no litoral, como Recife e Olinda, e também a Metrópole portuguesa. Entretanto, em certos momentos, observamos que a carne foi destinada também a Angola, quando solicitado por essa colônia, principalmente para servir de alimento aos escravos que seriam embarcados nos portos africanos em direção ao Brasil.

O gado não é um animal endêmico do Brasil. Gradativamente, ele foi introduzido em terras brasileiras com a chegada dos portugueses, ou seja, é uma espécie exótica. Ali encontrou lugares propícios para se reproduzir e expandir. Na passagem do século XVI para o XVII, já dizia Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618), comerciante que se estabeleceu em Pernambuco e Paraíba, “nenhum gado dos que tenho referido havia nesta província, antes se trouxe todo para ela de Portugal”.⁵⁸¹ O jesuíta Fernão Cardim (1549-1625) relatava que a costa do Brasil, entre Pernambuco e São Vicente, tornou-se “terra farta” de gado e açúcar após a chegada dos portugueses. Além de servir de alimento, o boi servia para mover os engenhos de cana-de-açúcar.⁵⁸² Com o passar dos anos, o gado foi adentrando os sertões das capitanias do norte do Estado o Brasil.

Diferentemente do Brasil, em Angola e em outros territórios da África Centro-Ocidental, o gado já estava estabelecido há milhares de anos, como o boi de corno longo. De acordo com Victor M. d’Albuquerque Matos, a ocupação inicial desses territórios foi “pelos povos pastores, provenientes de populações deslocadas com os seus gados da região do Saara, em desertificação, bem como dos povos de cultura Bantu”.⁵⁸³ Essas pessoas desceram em gradativas levas para toda a África, “nomeadamente o Congo e Angola, atingindo o Sul de África no fim do século XV, onde são vistos pelos primeiros navegadores portugueses”.⁵⁸⁴ Segundo Alberto da Costa e Silva, a agricultura, as cabras, os carneiros e os bois contribuíram

⁵⁸¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu. Salvador: Livraria Progresso, 1956. Segundo informações extraídas da base de dados BRASILHIS, Ambrósio Fernandes Brandão era: “Autor [...] dos Diálogos das Grandezas do Brasil [...]. Senhor de Engenho, cobrador de dízimos, capitão dos mercadores. [...] Carregador e fiador de açúcar em 1597. [...] Senhor de engenho em Pernambuco no ano de 1609. Foi feitor de Bento Dias, depois senhor de engenho na Paraíba. Dono de fazenda em São Lourenço. Após sua morte, seus engenhos foram confiscados aos herdeiros pela Companhia das Índias Ocidentais.” AMBRÓSIO Fernandes Brandão. Base de Dados BRASILHIS, [2018]. Disponível em: <http://brasilhis.usal.es/es/personaje/ambrosio-fernandes-brandao>. Acesso em: 14 maio 2018.

⁵⁸² Entre 1583 e 1601, o padre Jesuíta Fernão Cardim escreveu sua obra nos anos seguintes à sua chegada ao Brasil. CARDIM, 2015, p. 1-85.

⁵⁸³ MATOS, Victor M. d’Albuquerque. Ocupação pecuária de Angola: nota histórica. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, v. 100, n. 555-556, p. 115-123, jul./dez. 2005. p. 115. Disponível em: www.fmv.ulisboa.pt/spcv/PDF/pdf6_2005/100_115-123.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

⁵⁸⁴ *Ibid.*, p. 115.

para que os bantos se espalhassem pelos planaltos da Zâmbia, de Zimbábue, do Malauí, do Zaire, de Moçambique, de Angola e do leste da África do Sul. Ainda de acordo com Silva, a criação de gado era atividade primária para alguns grupos africanos. “Entre os Herreros de Angola, por exemplo, é circular e fica no centro de uma circunferência maior.” Já os Mbundos teriam bois ao sul do Quanza, “área que a tse-tsé [mosca] não infestava”.⁵⁸⁵

No Brasil, a criação de gado introduzida pelos portugueses configurou-se como um dos principais fatores que impulsionaram a conquista e ocupação dos sertões das capitanias do Norte, incluindo Pernambuco. Há tempos que a historiografia dedica análises sobre o processo de expansão terrestre colonizadora após a abertura de caminhos e condução do gado pelo interior do continente. Para alguns pesquisadores clássicos, como Capistrano de Abreu, a abundância de gados animava a imensidade dos sertões. Graças às fazendas de gado, deveriam existir numerosas vias de comunicação interna entre o Maranhão e Bahia, passando por Piauí, Ceará, e Pernambuco. Isso contribuiu para a povoação de toda essa região. Ainda segundo Abreu, o gado *vacum* dispensava a proximidade da praia e dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana-de-açúcar, como solos áridos e de vegetação rasteira e espinhosa existente em boa parte do interior das capitanias do norte do Brasil. Sendo assim, primeiramente criado no litoral, mais tarde o gado foi afastando-se de lá em direção ao interior do continente.⁵⁸⁶

Caio Prado Júnior também afirma que a criação do gado foi um dos fatores que contribuíram para o povoamento em direção ao interior. Para ele, foi uma “expansão rápida, não há dúvida”. O movimento da dispersão começou já em fins do século XVI, e alcançou o rio São Francisco em meados do século seguinte.⁵⁸⁷ Celso Furtado também coaduna com os estudos desses autores quando diz que a sociedade colonial logo percebeu a impraticabilidade da criação de gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. “Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa

⁵⁸⁵ SILVA, Alberto da Costa e, 1996, p. 501.

⁵⁸⁶ ABREU, 1998, p. 130, 132, 155.

⁵⁸⁷ PRADO JÚNIOR, 2011, p. 55-56.

litorânea”.⁵⁸⁸ Aqui, Furtado possivelmente se referia à Ordem Régia de 1701, que proibia o gado no litoral e estimulava a pecuária no sertão.⁵⁸⁹

Portanto, no século XVIII, a maior parte da criação de gado já estava consolidada há tempos nos sertões tanto de Pernambuco quanto das demais capitanias do norte do Brasil, como Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Segundo Antonil, em sua obra publicada no ano de 1711, havia no Brasil grandes extensões de terras para pastos cheios de gado. Os currais e fazendas dos sertões da Bahia, de Pernambuco e de outras capitanias chegavam a ter trezentas, até milhares de cabeças de gado. Ainda segundo ele, dos sertões de Pernambuco, cujo número de currais era bem maior que os da Bahia, iam boiadas para o Recife, Olinda e suas vilas, e para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o rio São Francisco até o rio Grande.⁵⁹⁰

Nos inventários *post-mortem* dos habitantes dos sertões de Pernambuco, é possível observar a quantidade de cabeças de gado *vacum* de determinadas propriedades rurais. Seleccionamos exemplos de alguns dos proprietários que possuíam, no mínimo, 300 cabeças do referido animal (Quadro 3). Igualmente a eles, diversas pessoas espalhadas pelos sertões de Pernambuco possuíam significativas criações.

⁵⁸⁸ FURTADO, 2005.

⁵⁸⁹ Além dos já citados clássicos, na atualidade, alguns investigadores deram continuidade aos estudos a respeito da importância do gado no povoamento do interior do Brasil. Hugo Bonifácio, por exemplo, estudou o comércio de abastecimento da capitania de Minas Gerais por parte de comerciantes e homens de negócio da capitania de Pernambuco no decorrer do século XVIII. Em seu estudo, ele abordou as rotas utilizadas pelos comerciantes de Pernambuco para abastecer as Minas Gerais de gado *vacum* e produtos derivados. BONIFÁCIO, Hugo Demétrio Nunes Teixeira. *Nas rotas que levam às minas: mercadores e homens de negócios da capitania de Pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Por sua vez, Damião Esdras Arraes estudou a urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX, no tocante ao papel exercido pela pecuária extensiva na posse de terra, aldeamentos missionários, povoamento e desenvolvimento de aglomerados urbanos estabelecidos ao longo dos caminhos de passagem do gado. ARRAES, 2012.

⁵⁹⁰ André João Antonil chegou ao Brasil no ano de 1681. Escreveu sua obra a respeito das riquezas daquele vaso território 25 anos depois. Ver: ANTONIL, André João, 1650-1721. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da’ ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837. p. 198. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acesso em: 3. abr. 2018. Nota: O original foi “Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslanderina com as licenças necessarias, no anno de 1711”.

Quadro 3 – Alguns dos proprietários de gado vacum nos sertões de Pernambuco

Ano	Proprietários	Propriedades	Cabeças de gado vacum
1774	Coronel Teotônio Monteiro da Rocha	Termo de Cimbres	450 cabeças
1779	Vitório de Souza	Fazenda Papagaio, ribeira do rio São Francisco	300 cabeças
1785	Capitão-mor Alexandre da Silva de Carvalho	Fazendas no julgado do Pajeú	400 cabeças
1795	Mestre de campo Pantaleão Siqueira Barbosa	Fazendas do Jeritacó, do Jardim, Santa Anna e Tapicuru	1.200 cabeças
1800	Alexandre Gomes de Sá	Fazendas Quixabá e Riacho	300 cabeças.

Fontes: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Teotônio Monteiro da Rocha, 1774; IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 41. Inventário de Vitorio Souza da Rocha, 1779. IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Testamento e inventário de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785; IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx? Inventário de Pantaleão Siqueira Barbosa. IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 47. Inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800.

Os inventários *post-mortem* dos habitantes dos sertões também são repletos de objetos forrados de couro do gado: baús, caixas, tamboretas, selas, gibão, adagas, cintas, armaduras. Também em Pernambuco, os cronistas viajantes do século XIX, Henry Koster e Carl Martius registraram que o couro bovino era muito usado para confecção de indumentárias (chapéu, gibão), bem como para revestimento de objetos (cadeiras, baús, caixas, malas).

No início do século XIX, como vimos na primeira parte desta tese, a estrada que ligava o sertão de Cabrobó à vila litorânea do Recife foi percorrida e representada pelo capitão Custódio Moreira dos Santos como lugar repleto de currais instalados nos ambientes agrestes e mimosos.⁵⁹¹ Essa e outras rotas interligavam os sertões à costa marítima da capitania. Por ali, o gado vivo, a carne seca e o couro seguiam em direção às feiras de Goiana e Santo Antônio, ambas situadas entre o sertão e o litoral de Pernambuco. De lá, parte era destinada às vilas de Recife e Olinda, situadas no litoral. Os caminhos percorridos alternavam entre fluviais e terrestres, a depender de qual sertão eram originados. Por exemplo, dos portos dos sertões do Açu, Mossoró e São Francisco, fazia-se uso de barcos para levá-los no sentido litoral.⁵⁹² Já nos trechos onde o trânsito era por terra, o gado vivo era tangido pelos vaqueiros. Nos caminhos dos sertões de Pernambuco, havia também lugares de arrecadação de rendimentos, receitas e despesas da Fazenda Real, como as passagens de Cabrobó e Rodelas.⁵⁹³

⁵⁹¹ AHU-ACL_CU_015, cx. 235, 15875.

⁵⁹² AHU_ACL_CU_015, cx. 164, D. 11704.

⁵⁹³ As passagens de Cabrobó e Rodelas eram alguns dos lugares de arrecadação de rendimentos, receitas e despesas da Fazenda Real. Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. Cód. 4233. 1760-1781. Relação das circunstâncias essenciais com que na Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco se devem passar as Certidões de todo o

Fenômenos naturais como a seca ou a cheia dos rios dificultavam esses trajetos. Em períodos de seca, podia faltar água para dar de beber ao gado, assim como podia haver baixa no volume dos rios, impedindo a travessia por barco. Já nos períodos das chuvas intensas, os rios transbordavam, o que dificultava a travessia desses animais pelos caminhos de terra. Por esses motivos, eram recorrentes as queixas dos sucessivos governos de Pernambuco a respeito da falta de gado vivo e de carne seca, de farinha e outros gêneros dos sertões no abastecimento das vilas açucareiras situadas no litoral.⁵⁹⁴ Entretanto, nos períodos em que havia passagem tranquila e demanda satisfatória, o gado e seus produtos derivados chegavam ao litoral para abastecerem os núcleos urbanos ali situados, como também para serem embarcados para Portugal ou Angola, quando fossem solicitados.⁵⁹⁵

Em 1711, Antonil identificou que o gado e seus produtos derivados abasteciam o litoral do Brasil e Portugal. Segundo ele, bois eram destinados dos sertões para os engenhos, no entorno do litoral, no intuito de serem utilizados na tração de carros, para as necessidades do cultivo de cana-de-açúcar e para o transporte de tabaco, mandioca, serrarias e lenhas. Além disso, produtos derivados do gado, como a sola, eram remetidos para Portugal. Ainda de acordo com Antonil, nessa época, a cada ano, da Bahia, partia para a alfândega de Lisboa até 50 mil meios de sola, de Pernambuco 40 mil e do Rio de Janeiro (sem contar os que eram provenientes de outros lugares) 20 mil meios de sola.⁵⁹⁶ Entretanto, apesar de Antonil se referir ao sertão como fornecedor do gado ou produtos derivados para o litoral do Brasil e para Lisboa, notamos que ele não fez referência a respeito da remessa desses produtos para Angola.

Sobre essas remessas do Brasil para Angola, recentemente, Alencastro chegou a afirmar que elas ocorreram em proporção maior durante o século XVIII. Contudo, o referido historiador não se aprofundou no assunto, possivelmente por ultrapassar o recorte temporal de sua pesquisa, que eram os séculos XVI e XVII.⁵⁹⁷ Por outro lado, ao trabalharmos com a

rendimento, das rendas, e Contractos Reais e de todas as despesas que se houveram feito pela mesma Provisão no anno de 1762.

⁵⁹⁴ Sobre a dificuldade de transporte do gado ou de carne seca em certas épocas nos sertões, ver alguns exemplos em documentos do Arquivo Histórico Ultramarino AHU_ACL_CU_015, cx. 164, D. 11704; AHU_ACL_CU_015, cx. 131, D.9889, além de relatos em ANTONIL, 1837, p. 203-204.

⁵⁹⁵ Na passagem do século XVIII para o XIX, ao que parece, nem toda carne que saía do porto de Pernambuco era proveniente da própria capitania. Isso porque havia períodos em que Pernambuco recebia também carne do Rio Grande do Sul, o que pode indicar que elas tenham ficado não somente lá, como também podem ter saído em seguida para o circuito atlântico. No ano de 1801, por exemplo, consta no porto de Pernambuco a entrada anual de 100 mil arrobas de carne do Rio Grande do Sul. AHU_ACL_CU_015, cx. 232, D. 15638.

⁵⁹⁶ ANTONIL, 1837, p. 205.

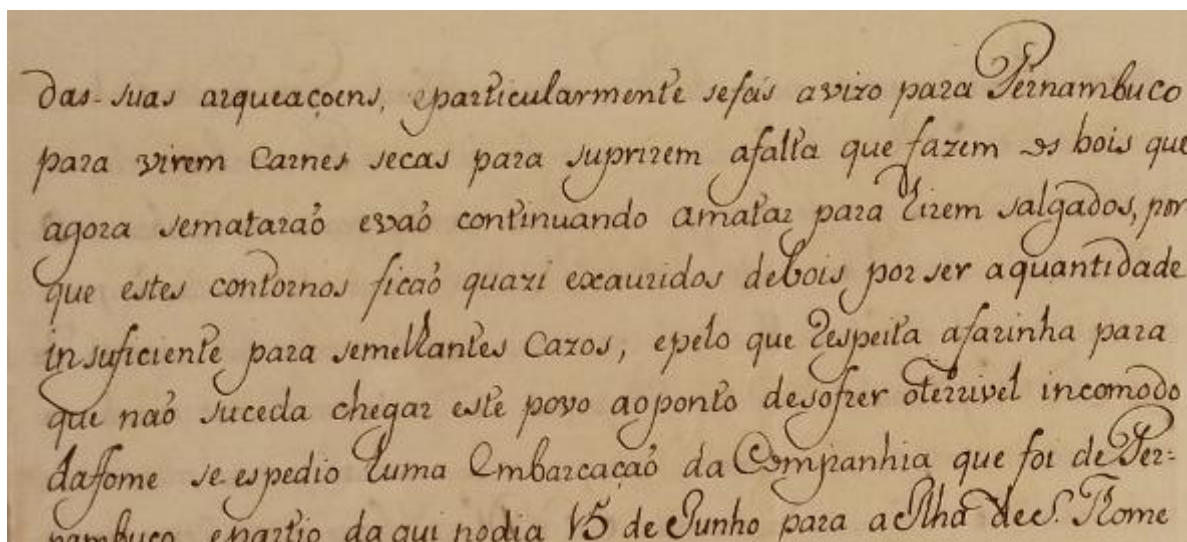
⁵⁹⁷ A respeito dos séculos XVI e XVII, Alencastro informa que a carne de boi era usada, também com outros alimentos (mandioca, feijão, milho, carne de baleia, hipopótamo ou elefante), como alimento na travessia

documentação do AHU produzidos nos séculos XVIII e XIX, identificamos alguns pedidos e remessas de produtos derivados do gado de Pernambuco ou de outros lugares do Brasil para Angola, devido a períodos de carestia dos produtos na referida colônia em África.

No ano de 1757, o Conselho Ultramarino fez uma consulta ao rei D. José I sobre a rematação no contrato de subsídio de carnes de Pernambuco para Angola. Na consulta, consta que o subsídio das carnes de Pernambuco, que estava rematado em contrato, correu no valor de cento e trinta e sete mil cruzados, e cem mil réis por triênio, mas não houve lance naquele momento. Para além do valor do dito contrato, essa consulta em si nos fornece indícios das relações entre Pernambuco e Angola no que concerne à remessa de carnes daquela capitania da América portuguesa para a colônia de Angola. Além disso, no referido documento, mencionou-se brevemente um possível contrato para uma fábrica de atanados, ou seja, de pele de bovino curtida.⁵⁹⁸

No ano de 1783, foi solicitado pelo governador de Angola envio de embarcações providas de mantimentos necessários para o sustento das suas arqueações, sobretudo os navios de Pernambuco, que poderiam trazer também carnes secas para suprir a falta de bois que ocorria na colônia na África (Figura 12).⁵⁹⁹

Figura 12 – Detalhe do aviso que o governo de Angola fez para a Capitania de Pernambuco para que esta remetesse carne seca devido à quantidade insuficiente de bois no território angolano.



Fonte: AHU-Angola, cx. 66, doc. 63.

oceânica dos escravos. Por sua vez, Alencastro aponta para o século XVIII e indica que uma proporção maior de carne seca e salgada brasileira entrava nas carreiras africanas. ALENCASTRO, 2000, p. 252.

⁵⁹⁸ AHU-Angola, cx. 41, doc. 53 e 52.

⁵⁹⁹ AHU-Angola, cx. 66, doc. 63.

No ano seguinte, em 1784, o governo de Angola informava que havia armazenada “cousa de duas mil arrobas de carne [em salmoura]” provenientes de Pernambuco, mas lamentava não poder dar consumo pela falta de água para lhe tirar o sal.⁶⁰⁰ Outro exemplo de remessas de carne foi feita no de 1801 quando foi registrado que o bergantim africano, que seguia viagem de Pernambuco para Angola, levava 2 barris de carne, 50 meias de sola, entre outros produtos como tábuas de assoalhar e pipas de aguardente.⁶⁰¹ Infelizmente, nem todas as remessas eram especificadas de onde saíam do Brasil. Alguns documentos informavam genericamente que eram “do Brasil”, sem identificar a capitania. Isso pode ser percebido numa relação de produtos importados onde consta a presença de 280 arrobas de carne seca, 209 couros de cabra, 12 couros de bezerros, entre outras coisas que deram entrada em Angola.⁶⁰²

Chegando a Angola, as remessas de carne provenientes do Brasil possivelmente eram armazenadas em açougues com a carne produzida em solo africano. A respeito desses estabelecimentos, segundo Venâncio, havia dois açougues em Luanda, um de carne e outro de peixe. Esses açougues tinham função semelhante ao Terreiro Público no que concerne ao consumo interno, controle dos preços e da taxa de inflação. Os açougues e o terreiro eram estruturas diretamente dependentes tanto da economia atlântica quanto das estruturas mais voltadas à subsistência da colônia. Esses produtos eram comprados pelas quitandeiras e vendidos nas quitandas, espécie de mercados cotidianos. Por sua vez, os mercados podem ser considerados como lugares de revenda e distribuição de produtos, como a carne e a farinha de mandioca, legumes, óleo de palma, de quelme, sal, entre outros.⁶⁰³

O fato de Angola solicitar auxílio de carnes e outros produtos derivados de gado vindos do Brasil não significa que aquela colônia na África não possuísse também a própria criação de animais, embora esta parecesse não ser muito bem aproveitada. Inclusive, no sentido inverso, de Angola também se despachavam em direção aos portos do Brasil carne do gado vacum criado em solo africano para serem consumidas pelos escravos que seguiam embarcados na travessia atlântica. Na segunda metade do século XVIII, o militar e cronista Elias Alexandre da Silva Corrêa dizia que em Angola os currais de gado valiam “uma boa parte da riqueza dos lavradores”. Porém, segundo ele, havia baixo consumo da população em razão do alto valor da carne no mercado, que fazia com que somente poucas famílias, as mais

⁶⁰⁰ AHU-Angola, cx. 69, doc. 59.

⁶⁰¹ AHU-Angola, cx. 101, doc. 27.

⁶⁰² AHU-Angola, cx. 106, doc. 05.

⁶⁰³ Para mais informações sobre os mercados, ver VENÂNCIO, 1996, p. 67-69.

abastadas, consumissem apenas de 7 a 8 cabeças de gado por semana.⁶⁰⁴ Para Corrêa, o consumo de carne de gado vacum poderia aumentar em Luanda se houvesse taxa de açougue mais favorável às pessoas mais pobres, algo que Benguela adotou por ter, segundo ele, maior quantidade de gado vacum. Contudo, de acordo com o cronista, maior do que o consumo interno de Luanda e Benguela era a extração avultada da carne que se embarcava nos “navios estrangeiros”: dos que vinham da Ásia e dos que se encaminhavam ao Brasil.⁶⁰⁵

De fato, havia criação de gado em potencial na África Centro-Occidental. Uma série de informações descritas em diversos tipos de documentos ao longo dos séculos confirma isso. Desde o século XVI, o governador e capitão Paulo Dias de Novais já havia chamado a atenção de que o vale do Quanza tinha potencial para “ter muitos currais de todo o gênero de gado”, porque a terra era muito boa.⁶⁰⁶ Nas primeiras décadas do século XVII, Castello Branco relatou o seguinte as terras de Angola: “ha muita criação de gado vacum manso com que se poderão lavrar [...]”.⁶⁰⁷ Também no século XVII, ao falar sobre a conquista do sertão de Benguela, o militar e cronista António Cadornega referiu-se à existência de muitos currais de gado vacum, e os habitantes africanos faziam muita estima pelo gado daquela província e de outras espalhadas do Cabo Negro até o da Boa Esperança.⁶⁰⁸ Quase um século depois, numa correspondência do governador de Angola ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, no ano de 1769, falou-se sobre as terras férteis de Catala, nos sertões de Benguela, onde havia “abundância de gados” e potencial para se tornar uma “populosa cidade”.⁶⁰⁹ Em 1785, as notícias provenientes de uma expedição ao Cabo Negro falaram da procura de gados e comerciantes pela “terra dentro”.⁶¹⁰ Havia tentativas de estabelecimento de comércio entre as autoridades da colônia e os grupos de negros dos distantes sertões de Benguela, por

⁶⁰⁴ Corrêa dizia que o gado de qualquer espécie concorria para a sustentação somente das pessoas ou famílias de melhor trato. “A pobreza se desvia deste sustento por não poder pagar a 40 reis cada arrátel.” Por outro lado, para o alimento da população mais pobre, cabia ao peixe ocupar esse papel. A cidade de Luanda era abastecida de peixes frescos pescados no mar. Já os Enclaves nos sertões como Massangano, Muxima, Dande e Golungo eram socorridos por peixes produzidos em lagoas. De acordo com o cronista, a fatura de peixe era tanta que também abastecia os navios que saíam do porto carregado de escravos em direção ao Brasil. Inclusive, dizia ele, se em Angola se desenvolvessem grandes fábricas capazes de salgar essa matéria-prima, a dita colônia em África seria capaz até mesmo de suprir a necessidade de alguns portos do Brasil, como Pernambuco e Bahia. CORRÊA, 1937. p. 131, 133.

⁶⁰⁵ CORRÊA, 1937. p. 131-132.

⁶⁰⁶ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta de Paulo Dias de Novais, 2-1-1584. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Occidental, 1469-1599*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brasília Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954b. v. 4, p. 419. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34718/1/MMA_completo_Vol_4.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

⁶⁰⁷ CORDEIRO, Luciano. 1574-1620. *Da Mina ao Cabo Negro Segundo Garcia Mendes Castello Branco*. Memórias do Ultramar. Viagens, Explorações e Conquistas dos Portuguezes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 20.

⁶⁰⁸ CADORNEGA, 1940, t. 2, p. 45.

⁶⁰⁹ AHU-Angola, cx. 53, doc. 71.

⁶¹⁰ Biblioteca da Ajuda. Manuscritos de Angola. 54-XIII-3, n.º 4.

exemplo.⁶¹¹ No ano de 1792, o capitão de uma nau que vinha da Índia para Portugal parou em Benguela para abastecer a embarcação de água, carne e demais víveres. Segundo deu a entender em seu diário, houve demora naquele porto pela falta de pasto de gado nas proximidades, o que foi “preciso ir buscar [o animal ou a carne] a muita distância pela terra dentro”.⁶¹² Já num documento emanado ao Conselho Ultramarino, no ano de 1801, sobre problemas ocorridos nas proximidades do presídio de Caconda, nos sertões de Benguela, observamos que somente um dos sobas aliados da Coroa Portuguesa possuía, no mínimo, duas mil cabeças de gado.⁶¹³ Ora, duas mil cabeças de gado era quantidade também encontrada nas grandes criações de algumas propriedades dos sertões de Pernambuco, como já nos referimos mais acima. Sendo assim, havia grandes criações de gado na África Centro-Ocidental, principalmente por parte dos grupos africanos nos sertões de Benguela. O que faltava era maior aproveitamento dessas criações por parte da sociedade colonial.

Contudo, longe de querermos estabelecer comparações sobre quem possuía mais e quem possuía menos gado (em termos de Angola e Pernambuco), o que queremos é mostrar que, por mais que o Brasil socorresse Angola (em determinados momentos) com remessas de carne de gado *vacum*, esta colônia na África também tinha a própria produção, embora não muito explorada. O gado podia ser encontrado até mesmo nos sertões mais remotos da África Central. Na tentativa de travessia de Moçambique para Angola, tentada sem sucesso pelo cientista Francisco José de Lacerda e Almeida, na passagem do século XVIII para o XIX, a presença de gado *vacum* e de outros animais foi um alívio para a fome que sua comitiva sentiu em determinados caminhos daqueles distantes sertões. Dizia o referido cientista: “de ontem para hoje já apareceram galinhas, cabras e gado *vaccum*” [...] “Desta terra, pois sem exageração, a sua carne [de carneiro] é muito melhor, e saborosa, do que o carneiro de Lisboa, e dela se gasta nas mesas fartas, francas e delicadas.”⁶¹⁴

Em virtude da boa quantidade de gado *vacum* existente em Angola, medidas chegaram a ser tomadas para melhor aproveitamento desse animal. No ano de 1768, o governador de Angola comparava os gados da África Centro-Ocidental com os do Brasil. Segundo ele, os do sertão de Benguela não cediam em nada aos gados do Brasil. Por conta disso, prestou conta ao Conselho Ultramarino da criação de uma fábrica de carne seca, sola, couro em cabelo e

⁶¹¹ Biblioteca da Ajuda. Manuscritos de Angola. 54-XIII-3, n.º 4.

⁶¹² BPE. CXVI/ 2-28. 1 v. 4.º Diário Náutico Viagem da cidade de São Felipe de Benguela para a de Lisboa, 1792.

⁶¹³ AHU-Angola, cx. 100, doc. 29.

⁶¹⁴ ALMEIDA, 1936, p. 196.

sabões.⁶¹⁵ Segundo o governador de Angola, os dois reinos (Angola e Benguela) possuíam “muitos gados mansos e bravos”⁶¹⁶ que poderiam ser aproveitados em benefício da indústria.⁶¹⁷ Caberia a todos os criadores e militares, “nas cidades, presídios e sertões”, serem obrigados a vender os couros de boi, bezerro e sefo ao contratador pelo mesmo preço.⁶¹⁸ Para ficar à frente da produção da fábrica, fosse escolhido um degredado do Brasil, “por ser sertanejo dos piores da América, muito hábil e acostumado”, capaz de resistir ao clima “maligno” dos sertões da África.⁶¹⁹ Esse caso nos mostra novamente como Angola se espelhava no Brasil, a tal ponto de se comparar a criação de gado dos sertões de ambas as colônias. A comparação se fazia também a respeito do clima ao se requisitar um homem que, em tese vigente, seria mais resistente ao ambiente dos sertões da África por ser um “sertanejo da América”.

Apesar do estímulo na criação de gado referida acima, parece que a produção específica do couro não favorecia os interesses dos donos do animal, pois o militar e cronista Elias Alexandre Corrêa dizia que estes não estavam sendo aproveitados nos ensaios dos curtumes, que muitos indivíduos estavam a propor.⁶²⁰ Entretanto, isso não significa que o produto não tenha sido utilizado em Angola, seja ele produzido na própria terra, seja importado do Brasil e Europa. Nas sociedades coloniais estabelecidas em África e América portuguesa, o couro era usado na confecção dos mais diversos objetos. Tratando-se de Angola, por exemplo, os mapas elaborados sobre o estoque de armas trazem informações que nos ajudam a observar o uso desse produto. O couro de boi servia para encapar armamentos e munições: barris de pólvora, patronas com correias, bolsas de machados, aventais de couro, bandoleiras, entre outros.⁶²¹ Do couro da empacaça (espécie de boi selvagem), por exemplo, segundo o missionário Cavazzi de Montecuccolo, faziam-se “escudos e adagas tão resistentes

⁶¹⁵ AHU-Angola, cx. 52, doc. 25, 24. AHU-Angola, cx. 52, doc. 73.

⁶¹⁶ AHU-Angola, cx. 52, doc. 25, 24.

⁶¹⁷ A respeito dessa distinção de gado manso e bravo, possivelmente era uma referência ao gado domesticado (nascido e criado em currais) e o gado selvagem, que andava livre pelos sertões da África. Sobre esse último, por exemplo, no ano de 1575, o padre Garcia Simões já informava que havia animais como bois, chamados de empacaços, cujos couros eram curtidos em solas. “São muito bravos, e tornão logo a quê lhe atira, e aos dentes o matam.” BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta do padre Garcia Simões para o Provincial, 20-10-1575. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1570-1599*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953c. v. 3, p. 129-142. p. 138. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34722/1/MMA_completo_Vol_3.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

⁶¹⁸ AHU-Angola, cx. 52, doc. 24-25.

⁶¹⁹ AHU-Angola, cx. 52, doc. 24-25.

⁶²⁰ CORRÊA, 1937, p. 132.

⁶²¹ AHU-Angola, cx. 7, doc. 94; AHU-Angola, cx. 8, doc. 60. AHU-Angola, cx. 104, doc. 31.

que a violência de qualquer seta não pode furá-los [...] por isso, julgo que poderiam ser bem curtidos como os couros da Alemanha”.⁶²²

Sendo assim, por tudo isso que vimos acima, foi possível notar que os sertões do Brasil e Angola tinham papel importante na criação de gado dos respectivos territórios. Além disso, o Brasil ainda fornecia o produto à base de gado para Angola, quando solicitado. Conforme identificamos, em certos momentos, houve remessa desses produtos vindos de Pernambuco. Por isso, foi elaborado até um contrato para o subsídio das carnes daquela capitania da América portuguesa para a colônia de Angola, o que demonstra a importância do produto pernambucano. Em certo momento, percebemos que havia armazenadas em Angola duas mil arrobas de carne provenientes de Pernambuco, o que dava em torno de 30 mil quilos do produto. Contudo, não nos foi possível perceber se essa era muita ou pouca quantidade. De qualquer forma, em períodos de carestia em Angola, o que viesse em socorro já deveria contribuir para alguma coisa, afinal, vide os pedidos de ajuda feitos pelos governadores em certas épocas. Nas ditas carestias, da mesma forma como ocorria com a farinha, o governo daquela colônia na África requisitava socorro às capitanias do Brasil. Apesar dos exemplos que demos acima, isso não significa que só tenha havido essas remessas que descrevemos. Possivelmente outras delas ocorreram ao longo dos anos. Por outro lado, Angola também enviava a própria carne produzida em solo africano em direção ao Brasil, dado que era utilizada no consumo dos escravos que para lá seguiam nas diversas embarcações. Independentemente da quantidade, esses casos identificados acima já reforçam novamente a interação existente em Pernambuco e Angola.

3.3 Cavalos

Alguns historiadores apontaram seus estudos para a remessa de cavalos do Brasil para Angola. Roquinaldo Ferreira, por exemplo, aprofundou-se a respeito do uso desses animais saídos do Brasil para as guerras de conquista dos sertões de Angola nos séculos XVII e XVIII.⁶²³ Por sua vez, Alencastro informou que viagens mais demoradas da Europa para África, que em certas épocas do ano levava até sete meses, ajudaram no estímulo do comércio de cavalos do Brasil para Angola, pois a travessia era mais rápida, e assim evitava a morte de mais animais ao longo da travessia.⁶²⁴ Já Evaldo Cabral de Mello, afirma que, no Brasil,

⁶²² CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, 1965, p. 61.

⁶²³ Ver FERREIRA, 2007, p. 3-23.

⁶²⁴ ALENCASTRO, 2000, p. 248.

durante o século XVII, Pernambuco tornou-se um exportador regular de equinos para Angola, “incentivado pelas autoridades lusitanas por motivos de segurança”.⁶²⁵ O trabalho desses investigadores serviu de base para analisarmos mais de perto o papel da Capitania de Pernambuco, já que era uma das principais do Brasil que remetiam esses animais para a África, desde, pelo menos, o século XVII. Sendo assim, esta seção tem por objetivo contribuir para o estudo da participação de Pernambuco durante esse processo de remessas para Angola, e visa analisar o uso desses animais em ambas as sociedades coloniais na segunda metade do século XVIII.

O gado cavalariço, assim como o gado vacum, foi introduzido pelos portugueses em terras do Brasil, pois não havia esse tipo de animal naquelas paragens antes de 1500.⁶²⁶ Na passagem do século XVI para o XVII, o senhor de engenho Ambrósio Brandão afirmava que todo o gado veio de Portugal, “exceto alguns cavalos e éguas, que vieram do Cabo Verde, por se haverem lá produzido primeiro que nestas partes”.⁶²⁷ Segundo Brandão, o cavalo netunino, “ligeiro e belicoso”, “abundara inumerável quantidade nestes campos americanos”.⁶²⁸ Na mesma época, o jesuíta Fernão Cardim relatava que a criação de cavalos se dava bem no Brasil, e havia “muita abundância deles”. Eram “formosos ginetes de grande preço”, que corriam torneios e escaramuças.⁶²⁹

Já em Angola, embora criassem bois, vacas e cabras, os grupos africanos de lá também não possuíam cavalos, sendo necessária a introdução desses animais pelos portugueses.⁶³⁰ Na Carta de Doação da Capitania de Angola ao capitão Paulo Dias de Novais, escrita no século

⁶²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 265.

⁶²⁶ Contudo, durante a pré-história, no período geológico do Pleistoceno tardio, ancestrais do cavalo existiam no território do que depois viria a ser chamado de Brasil. Era o *Equus* (cavalo selvagem), que, com outros mamíferos, faziam parte da chamada megafauna brasileira. Entre os 13 mil e 9 mil anos, mudanças climáticas contribuíram para a extinção desses animais. Quando os portugueses chegaram em 1500, já não havia de há muito esse tipo de animal naquelas paragens. Fósseis de cavalos da megafauna foram encontrados em diversos lugares do Brasil, a exemplo de Pernambuco. Sobre esses achados, ver: VIDAL, Ney. Contribuição ao conhecimento da paleontologia do Nordeste brasileiro: notícia sobre a descoberta de vertebrados pleistocênicos no município de Pesqueira, Pernambuco. *Boletim do Museu Nacional: Geologia*, n. 6, 24 jan. 1946. ALVES, Rosemergh da Silva. *Os mamíferos pleistocênicos de Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco: aspectos tafonômicos, taxonômicos e paleoambientais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. BARRETO, Alcina Magnólia Franca *et al.* Os depósitos de cacimbas de Pernambuco: aspectos geomorfológicos, geológicos, paleontológicos e paleoambientais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 42., 2004, Araxá. *Anais [...]*. Araxá, 2004.

⁶²⁷ BRANDÃO, 1956.

⁶²⁸ *Ibid.*

⁶²⁹ CARDIM, 2015, p. 37.

⁶³⁰ No século XVII, o missionário Cavazzi de Montecúcolo dizia que os pretos não sabiam aproveitar os animais de cargas (burros, cavalos e mulas) por falta de perícia em lidar com eles, pois os portugueses introduziram esse animal na África Centro-Occidental somente para uso próprio, sendo vedado o aproveitamento deles pelo africano. Sobre isso, ver: CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965, p. 63.

XVI, consta que o dito capitão se condicionaria “a levar seis cavalos para irem adiante descobrindo a terra”, e dentro de três anos, deveria ter lá “de vinte cavalos e éguas para cima”.⁶³¹ Uma vez estabelecido em Angola, Novais parece ter-se empolgado com a ida de cavalos para lá e chega a solicitar à Coroa que partissem das chancelarias de Lisboa, Évora e Porto duzentas éguas da casta da Andaluzia e vinte cavalos, sendo dez da raça ginete e dez da raça napolitano. Não sabemos se os pedidos de Novais foram atendidos. Contudo, a ida de éguas parece ter sido improvável, haja vista que, por questão de segurança, a Coroa não via com bons olhos a reprodução de cavalos em Angola, como veremos adiante.

Logo em seguida, a colônia do Brasil assumiu a função de exportar os cavalos para a África Centro-Occidental. No fim do século XVI, Cardim já dizia que do Brasil se começava a prover Angola de cavalos.⁶³² No século XVII, durante a dominação holandesa, o humanista Gaspar Barleus registrou que, no Brasil, se reproduziam “com singular fecundidade manadas de gado miúdo e de cavalos”. Lá, “acham-se cavalos do melhor sangue e do maior preço, que os angolenses compram em grande número”.⁶³³ Com o passar do tempo, as remessas intensificaram-se. O militar cronista Elias Alexandre da Silva Corrêa, que serviu em Angola nas últimas décadas do século XVIII, afirmava que a recruta de cavalos para Angola era “incessantemente provida pelos três portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco”.⁶³⁴ Ao chegarem ao porto de Luanda, boa parte dos animais era destinada aos sertões daquela colônia portuguesa na África para servirem nas campanhas militares de conquista e manutenção dos territórios.

Em Pernambuco, da mesma forma que o gado vacum, as maiores criações de cavalos estavam no interior. Para termos uma ideia, em alguns dos inventários *post-mortem* dos habitantes dos sertões, escritos entre 1750 e 1808, são encontradas propriedades rurais com significativas criações de gado cavalari que chegavam a possuir dezenas ou centenas de cabeças, entre cavalos e éguas. No ano de 1774, por exemplo, consta no inventário do coronel Teotônio Monteiro da Rocha o número de 57 cabeças de gado cavalari.⁶³⁵ No ano de 1785, o capitão-mor Alexandre da Silva de Carvalho possuía 80 cabeças de gado cavalari espalhados

⁶³¹ Sobre ordens e pedidos para ida dos primeiros cavalos a Angola, ver: CARTA de doação a Paulo Dias de Novais. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimentos dos portugueses no Congo, Angola e Benguela: extraídos de Documentos Históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. p. 411. BRÁSIO, 1954b, p. 421.

⁶³² CARDIM, 2015, p. 37.

⁶³³ BARLÉU, 1940, p. 139.

⁶³⁴ Em sua obra a História de Angola, o militar informa que “cada navio” que vinha dos portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro era “obrigado a conduzir um cavalo para Angola, pelo qual chegando vivo a Fazenda Real pagava 100.000 réis”. CORREA, 1937, p. 73.

⁶³⁵ IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Teotônio Monteiro da Rocha, 1774

por suas fazendas no julgado Pajeú, sendo 67 cavalos (de criar, de fábrica e potros) e 13 bestas.⁶³⁶ Em 1804, constam no inventário de Maria de Jesus, moradora do Sítio do Ambô, cabeceiras da ribeira do julgado Pajeú, descrição de 16 éguas parideiras, 19 cavalos e alguns poldros.⁶³⁷ Já o capitão-mor Manuel dos Santos Coelho, possuía cerca de 300 cabeças de gado cavalar.⁶³⁸

Devido a essas significativas quantidades acima descritas, certamente os equinos dessas e outras fazendas eram criados com a finalidade de serem comercializados, e não somente para o usufruto dos seus proprietários nos afazeres do dia a dia das propriedades rurais. Assim como o gado vacum, o gado cavalar criado nos sertões de Pernambuco era distribuído para outras regiões, suprimindo as necessidades da população do interior ao litoral do Brasil, e até mesmo do outro lado do Atlântico.⁶³⁹ O memorialista Ulysses Albuquerque (1889-1979), por exemplo, presenciou e relatou que, até os primeiros anos do século XX, era hábito dos compradores, oriundos do litoral e zona da mata, dirigirem-se ao sertão para comprar cavalos e burros. Segundo o memorialista, essa pratica remontava desde “os velhos tempos”, onde figuras típicas se dirigiam ao interior com o intuito de adquirir esses animais nas feiras sertanejas para conduzi-los em direção à costa.⁶⁴⁰ Por sua vez, em trabalho recente, Hugo Demétrio chama a atenção para o fornecimento de cavalos de Pernambuco também para as minas do interior do Brasil. O historiador segue o rastro de alguns criadores de cavalo e suas redes de comércio que se estendiam desde as fazendas dos sertões até as áreas produtoras de açúcar, no litoral, e das minas em outros sertões.⁶⁴¹ Já Evaldo Cabral de Melo, afirma que a criação de cavalos abastecia não só as propriedades das proximidades do litoral, mas também serviam para serem enviados para o outro lado do Atlântico: “os serviços das lavouras e fábricas, além do sistema de transporte, absorviam número considerável de equinos, juntamente com a exportação regular para Angola.”⁶⁴²

⁶³⁶ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Testamento e Inventário de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785.

⁶³⁷ MJPE. BR PEMJ FLOR, Cx. 965. Inventário de Maria de Jesus, 1804.

⁶³⁸ Ver análise do referido inventário em DUQUE, Augusto. Documento sobre o agreste. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da *Revista do Arquivo Público*, 7.34, 1.º semestre, 1947.

⁶³⁹ Isso não quer dizer que não havia criação de cavalos nas fazendas do litoral e entorno. Porém, assim como o gado vacum, as grandes criações encontravam-se nas áreas mais afastadas da costa, a mando da própria Coroa Portuguesa, devido a já mencionada concorrência com a cana-de-açúcar. No início do século XVIII, Antonil já relatava o uso de cavalos, bestas e bois nos afazeres dos engenhos de cana-de-açúcar no entorno do litoral. Porém, o dito jesuíta alertava que esses animais eram inimigos do canavial: “as cabras, tanto que a cana começa a aparecer fora da terra, logo a vão investir: os bois, e os cavalos ao principio lhe comem os olhos, e depois a derrubam, e a pisam”. Para ele, isso se dava porque as pessoas não guardavam direito esses animais “nos pastos cercados ou em partes mais remotas”. ANTONIL, 1837, p. 51.

⁶⁴⁰ ALBUQUERQUE, Ulysses Lins. *Moxotó brabo*. 3. ed. Recife: Cepe, 2012. p. 40-41.

⁶⁴¹ BONIFÁCIO, 2012.

⁶⁴² MELLO, 2007, p. 265.

Sendo assim, pelo fato de ter uma das maiores criações de gado cavalar nos sertões e de possuir um dos maiores portos do Brasil, Pernambuco era uma das principais capitânicas que remetia esses animais para Angola. Envios a partir de lá podem ser observados desde o século XVII, quando, por exemplo, no ano de 1656 o recém-estabelecido governador de Angola e mestre de campo João Fernandes Vieira solicitou permissão para levar de Pernambuco, à custa da sua fazenda, os cavalos necessários para formar duas companhias naquela colônia africana.⁶⁴³ O pedido de Vieira parece ter sido atendido, pois o militar e cronista António Cadornega registrou que as campanhas de guerra nos sertões de Angola tornaram-se dispendiosas, pois foram levados cavalos, armas, munições, pás, enxadas, machados, foices, entre outros apetrechos.⁶⁴⁴ No início do século seguinte, “ordens invioláveis” foram mantidas pela Coroa, no ano de 1712, para que a Capitania de Pernambuco continuasse a embarcar cavalos com destino à colônia na África.⁶⁴⁵ Pode-se dizer que remessas a partir de Pernambuco ultrapassaram os séculos, pois, no ano de 1808, há um documento em que a Coroa dava ordens para se substituir o envio de cavalos por éguas, o que demonstra que as remessas se estenderam, no mínimo, até a primeira década do século XIX.⁶⁴⁶

Somente no período que corresponde a nosso recorte temporal, identificamos menções de remessas para Angola vindas de Pernambuco nos seguintes anos: 1759, 1760, 1765, 1771, 1772, 1779, 1780, 1790, 1791, 1808.⁶⁴⁷ Sobre o número de animais enviados de Pernambuco para Angola, variavam com o passar dos anos, a depender de alguns fatores: disponibilidade de remessas, interesse dos sucessivos governadores, ordens da Coroa, tamanho da embarcação, logística, entre outros. Também havia hiatos de remessas entre os anos, conforme veremos logo abaixo.

⁶⁴³ AHU-Angola, cx. 6, doc. 90.

⁶⁴⁴ Sobre João Fernandes Vieira, o cronista Cadornega, que viveu em Angola na segunda metade do século XVIII, referiu-se a ele como vindo despachado para governador-geral dos reinos de Angola. Cadornega também informou que Vieira trouxe consigo homens e parentes que outrora tiveram papel na guerra de recuperação da praça do Recife e das “tão dilatadas terras” de Pernambuco contra o jugo da dominação dos holandeses. Posteriormente, Fernandes Vieira foi sucedido no governo de Angola por André Vidal de Negreiros, outro líder da guerra de restauração de Pernambuco contra os holandeses. Depois da guerra, Negreiros tornou-se governador de Pernambuco e depois governador de Angola. Ver CADORNEGA, 1940, t. 2, p. 139-140, 181-182.

⁶⁴⁵ AHU_ACL_CU_015, cx. 25, D. 2310.

⁶⁴⁶ Livro de Registros de ordens régias e avisos para Angola na Corte do Rio de Janeiro. AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod, 551.

⁶⁴⁷ Embora tenhamos deparado com essas datas, isso não significa que existiram somente elas. Certamente mais indícios estão espalhados nos diversos tipos de documentos coevos. Dessa forma, longe de tentar contabilizar os números absolutos dos cavalos que saíram de Pernambuco para Angola, tarefa que seria extremamente complicada devido às lacunas na documentação, procuramos dar alguns exemplos por meio daquilo com que nos deparamos.

Na segunda metade do século XVIII, por exemplo, segundo consta em ofício de um governador de Angola, produzido em 1760, de Pernambuco partiam regularmente 20 cavalos distribuídos em 10 navios que faziam as viagens anualmente.⁶⁴⁸ Nesse mesmo ano, registrou-se a chegada de pelo menos 18 desses animais.⁶⁴⁹ Em 1765, falou-se de “pequenas recrutas de um cavalo por navio de Pernambuco [total de 4 embarcações], e alguns muito poucos do Rio de Janeiro, pela incapacidade dos navios que para ali navegam”,⁶⁵⁰ ou seja, entre 1760 e 1765, houve redução no número de animais nas remessas provenientes de Pernambuco.

A oscilação do número de animais nas remessas ocorria também pelas condições das embarcações. Por isso, o governador de Angola solicitava que “Sua Majestade” ordenasse à Companhia Geral de Pernambuco que provesse de forma necessária o envio desses animais, pois eles eram “o único braço do governador, e o que conserva o sertão em paz”. Ainda segundo o governador de Angola, a Companhia de Pernambuco não receberia o menor prejuízo e faria negócio, quando se lhe pedisse, de um navio carregado de cavalos.⁶⁵¹

No intuito de aumentar essas quantidades de cavalos remetidos de um canto para outro, fez-se uma espécie de acordo entre o governo de Angola e o de Pernambuco, com a Direção da Companhia Geral de Comércio da mesma capitania no ano de 1771. O objetivo era que a corveta Nossa Senhora do Carmo e São Vicente Ferreira, pertencente à Coroa Portuguesa, fosse enviada em viagens entre Angola e Pernambuco. Já a justificativa para tal empreendimento era de que a cavalaria da colônia na África estava em “muita falta de cavalos”. Segundo o acordo, na ida, essa corveta levaria escravos da colônia africana para Pernambuco. No regresso para Angola, a corveta transportaria cavalos e outros produtos oriundos daquela capitania da América.⁶⁵²

Havia algumas condições para o funcionamento do dito acordo: de Angola para Pernambuco, só poderiam ser remetidos na corveta cargas específicas da Companhia de Comércio (escravos). Por sua vez, no sentido inverso, de Pernambuco para Angola, só poderiam ser enviados cargas exclusivas da Real Fazenda (cavalos, munições e gêneros para as obras reais). Enquanto a Fazenda Real entrava com a “corveta montada e preparada para navegar de tudo necessário”, caberia aos particulares da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco a responsabilidade para a nomeação do capitão, oficiais e demais marinheiros. As despesas com a aquisição e manutenção dos cavalos até chegarem a Angola ficariam na

⁶⁴⁸ AHU-Angola, cx. 44, doc. 36.

⁶⁴⁹ AHU-Angola, cx. 43, doc. 25.

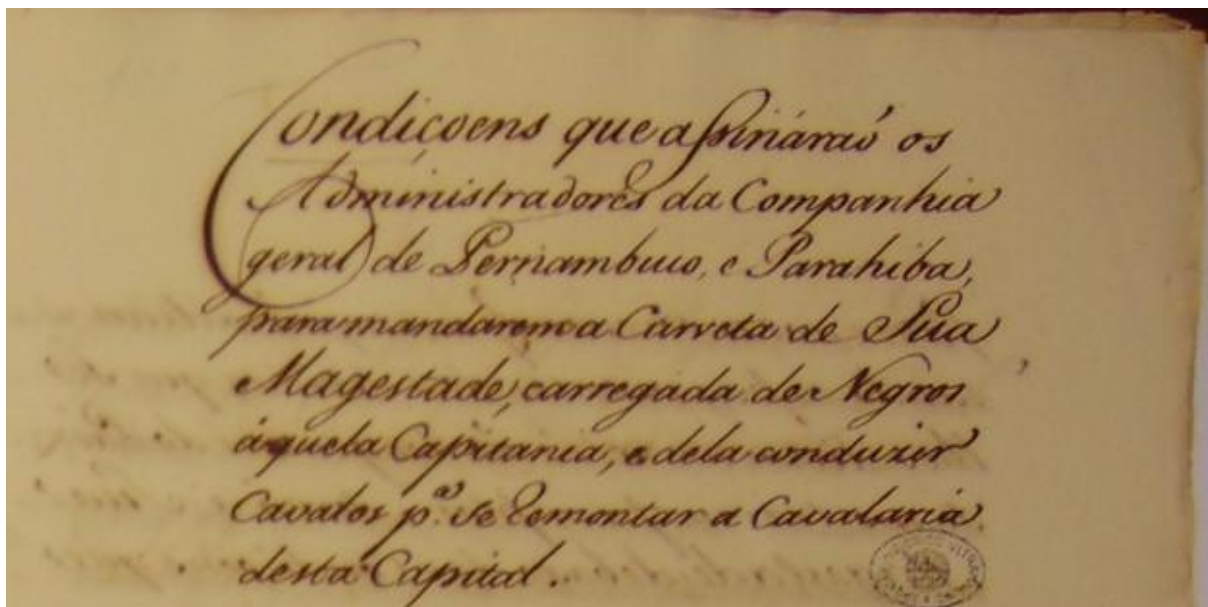
⁶⁵⁰ AHU-Angola, cx. 49, doc. 39.

⁶⁵¹ AHU-Angola, cx. 49, doc. 39.

⁶⁵² AHU-Angola, cx. 55, doc. 64.

responsabilidade da Companhia e do governo de Pernambuco, sendo depois esses ressarcidos pela Real Fazenda. Caberia exclusivamente aos administradores da Companhia de Comércio o carregamento da corveta, “por sua conta e risco”, da armação de escravos e mantimentos de Angola até Pernambuco (Figura 13).⁶⁵³

Figura 13 – Detalhe das condições para ida de cavalos da capitania de Pernambuco para Luanda e de negros de Luanda para Pernambuco no ano de 1771.



Fonte: AHU-Angola, cx. 55, doc. 64.

Em 1772, ou seja, um ano após o supracitado acordo entre o governo de Angola e a Companhia de Comércio de Pernambuco foram enviados em uma só viagem 20 cavalos, dos quais 3 morreram na travessia oceânica de 48 dias realizada pela corveta “Nossa Senhora do Carmo e São Vicente Ferreira”. O valor de cada animal comprado pela Companhia a diversos vendedores de Pernambuco variou entre 11 mil e 32 mil réis, “e ficaram por menor preço do que aqueles que costumam vir em todos os navios”.⁶⁵⁴ Realmente, ao compararmos essa remessa da corveta “Nossa Senhora do Carmo e São Vicente Ferreira” (a Real Fazenda) com remessas feitas por meio de embarcações de particulares, a diferença é visível. Por exemplo, no ano de 1780, foi pago aos Administradores da Companhia de Pernambuco, Vicente José de Brito e Francisco Honorato da Costa, o valor de 200 mil réis por dois cavalos vindos de Pernambuco, no ano de 1779, na Corveta Nossa Senhora da Guia do mestre Bernardo José de

⁶⁵³ AHU-Angola, cx. 55, doc. 64.

⁶⁵⁴ AHU-Angola, cx. 56, doc. 11.

Souza. Em seguida, foi pago novamente aos ditos administradores mais 200 mil réis por outros dois cavalos vindos também de Pernambuco, dessa vez na Corveta Nossa Senhora do Rosário do mestre Francisco José da Costa no presente ano.⁶⁵⁵ Nesse sentido, podemos afirmar que o sucesso da remessa de 20 animais numa só viagem foi visível e rentável para a Real Fazenda, fruto da parceria entre o governo de Angola e a Companhia de Pernambuco.

Entretanto, infelizmente não sabemos dizer quanto tempo durou essa parceria, já que embarcações da própria Companhia de Pernambuco, que não faziam parte do tal acordo, também continuaram a remeter cavalos, como visto nos referidos exemplos do ano de 1780. Aliás, conforme observamos na correspondência trocada entre o governo de Angola e o Conselho Ultramarino, além das oscilações no número anual de entradas desses animais de Pernambuco, nem sempre as remessas ocorriam todos os anos. Havia também verdadeiros hiatos, em que nenhum cavalo chegou a ser enviado. Em 1791, por exemplo, houve em Angola felicitações da chegada de 16 cavalos oriundos de Pernambuco, seguida da menção de que há anos que não eram mandados cavalos nem de lá nem da Bahia, o que dá a entender a existência desses intervalos.⁶⁵⁶

Cavalos foram enviados também do Rio de Janeiro e Bahia, talvez até mais do que os de Pernambuco. Deparamos também com indícios de que esse tipo de animal também foi enviado do sul da América, fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola.⁶⁵⁷ Porém, predominava na mentalidade da época a suposta ideia de que os cavalos de Pernambuco e da ilha de São Tomé (África) eram os mais adaptados para Angola. De acordo com uma das explicações fornecidas pelo governador dessa colônia na África no ano de 1759: de “São Tomé por ser quase da mesma costa, e o mesmo clima, o que se experimenta a respeito dos de

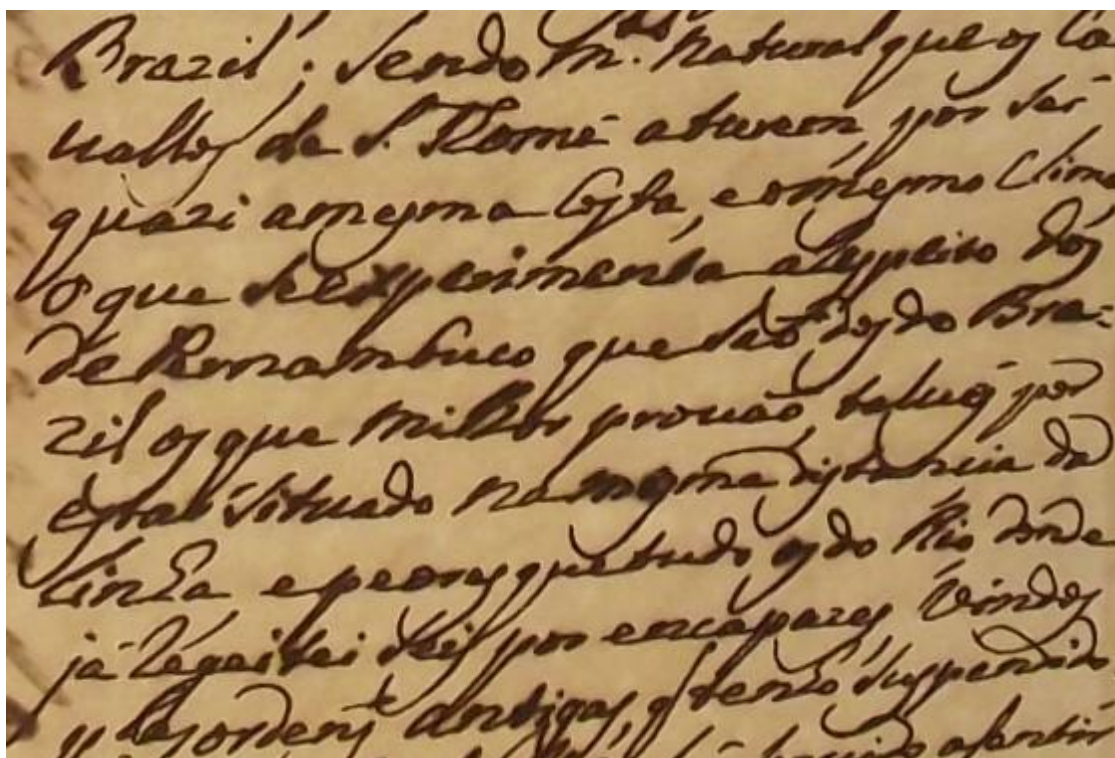
⁶⁵⁵ Ver: Arquivo do Tribunal de Contas. *Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789*. Cota – 4191.

⁶⁵⁶ AHU-Angola, cx. 76, doc. 49.

⁶⁵⁷ Num testamento pertencente ao coronel Felix José Pereira, falecido em Angola, consta que ele mantinha sociedade com Domingos da Costa Almeida, “morador na Praça da Colônia”. Essa sociedade envolvia “comprar cavalos nas terras castelhanas para o Serviço de Sua Majestade Fidelíssima”. Infelizmente, o testamento não traz muita informação sobre esse negócio, a não ser uma vaga menção sobre a obrigação do sócio em dar-lhe 700 cavalos para a “Companhia de Cavalos”, coisa que não foi efetuada. Ciente da escassa informação descrita em seu testamento, o próprio coronel informava também que “uma clareza” sobre a sociedade entre ele e Domingos Almeida se encontrava em papéis que estavam localizados em sua casa, na Cidade de Luanda, em Angola. Ora, a localidade que consta no documento como “Praça da Colônia” seria, na verdade, a Colônia de Sacramento, e as terras chamadas de “castelhanas” seriam a parte do sul da América que pertencia à Espanha. Por sua vez, o próprio coronel Felix José Pereira possuía família no Brasil, como irmãos e sobrinhos, além de duas fazendas de gado cavalar num lugar chamado serra de Viamão. Identificamos no que hoje é o estado do Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do Brasil, a existência de uma serra com o mesmo nome “Viamão”. Sendo assim, ao ligarmos todos esses pontos, tudo indica que havia possibilidade de cavalos mais ao sul da América também terem sido remetidos para Angola. ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, Mc. 17, n.º 10, cx. 30. PT/TT/JIM-JJU/001/0017/00010.

Pernambuco que são dos do Brasil os que melhor provam, talvez por estar situado na mesma distância da linha [...]”.⁶⁵⁸ Ao falar “mesma distância da linha”, possivelmente, o governador de Angola estaria a se referir à mesma latitude (Figura 14).

Figura 14 – Detalhe de ofício do governador e capitão-general de Angola ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar referindo que os cavalos de São Tomé e de Pernambuco se adaptavam ao clima daquela colônia ao contrário dos do Rio de Janeiro.



AHU-Angola, cx. 42, doc. 22.

Como pode ser visto na Figura 14, em Angola, a predileção pelos cavalos de Pernambuco parecia ser tanta que se chegou a afirmar que eles eram os melhores do Brasil, e alguns do Rio [de Janeiro] eram rejeitados por serem incapazes.⁶⁵⁹ É fato que algumas pessoas daquela época acreditavam na semelhança de clima entre Pernambuco e Angola, embora o clima do sertão da colônia africana fosse considerado mais insalubre e perigoso. O clima do sertão de Angola geralmente era mencionado como maligno aos colonizadores e aos cavalos. Por isso os dizeres de um governador, no ano de 1765, de que o sertão de Encoge, por exemplo, “era um açougue de homens e cavalos”.⁶⁶⁰ Para suprir a falta de animais nas duas Companhias de Cavalos, que na época só contavam com 40 cavalos divididos entre

⁶⁵⁸ AHU-Angola, cx. 42, doc. 22

⁶⁵⁹ Sobre a predileção pelos cavalos oriundos de Pernambuco ver: AHU-Angola, cx. 42, doc. 22; AHU-Angola, cx. 45, doc. 94. AHU-Angola, cx. 75, doc. 64. AHU-Angola, cx. 76, doc. 49.

⁶⁶⁰ AHU-Angola, cx. 49, doc. 39.

Luanda e os sertões de Benguela e Encoge, o dito governador apelava à Coroa para que a Companhia Geral de Pernambuco aumentasse o número de animais remetidos, conforme vimos mais acima.⁶⁶¹

Por outro lado, a crença na resistência dos cavalos de Pernambuco permeava a mentalidade dos próprios habitantes dessa capitania da América portuguesa. Na passagem do século XVI para o XVII, Ambrósio Fernandes Brandão, que viveu em Pernambuco, já dizia que naquelas terras os cavalos duravam mais do que os de Portugal.⁶⁶² Cerca de duzentos anos depois, em 1802, o capitão Custódio Moreira dos Santos destacava, inclusive, que cavalos que viviam libertos no campo dos sertões de Pernambuco eram mais resistentes às ervas venenosas do que aqueles que seguiam viagem do litoral para lá [sertões].⁶⁶³ Não sabemos até que ponto há uma comprovação sobre essa maior resistência física dos animais criados nos sertões de Pernambuco, no entanto, é fato que havia uma crença a respeito disso, e ela existiu não somente por lá, como também foi cultivada em Angola, do outro lado do oceano, como visto acima.

Além do discurso a respeito do clima, pensamos que outros motivos possam ter contribuído também para a escolha ou recusa dos sucessivos governos de Angola ou da Coroa sobre cavalos de determinadas regiões da América portuguesa. Afinal, é sempre bom lembrar que havia nos vastos espaços do Império Português redes de sociabilidades entre indivíduos com seus mais diversos interesses econômicos, políticos, entre outros.⁶⁶⁴ Autoridades locais e as mais diversas pessoas faziam parte dessas redes. Inclusive, alguns homens que governaram algumas capitanias do Brasil também chegaram a governar Angola, em distintos anos e vice-versa, o que contribuiu para a construção de redes entre as duas colônias. Maria de Fátima Gouvêa, por exemplo, identificou e analisou alguns personagens que faziam parte de uma rede governativa e transitavam entre Brasil e Angola à medida que iam progressivamente

⁶⁶¹ AHU-Angola, cx. 49, doc. 39.

⁶⁶² BRANDÃO, 1956.

⁶⁶³ AHU_ACL_CU_015, cx. 235, D. 15875.

⁶⁶⁴ Não é por acaso que Luiz Felipe de Alencastro identifique, por exemplo, que João Rodrigues Coutinho, governador de Angola (1602-1603), tencionava trazer da região do Prata e do Panamá (onde vivera fazendo negócios com escravos e gado) 2.500 cavalos para as companhias de cavalaria. ALENCASTRO, 2000, p. 80.

ocupando seus cargos entre a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII.⁶⁶⁵ Segundo Gouvêa, essa rede formava uma tendência de variados pedidos de auxílio por parte da administração de Angola ao governo do Brasil. Entre esses pedidos, estão o envio de cavalos do Brasil para Angola nos anos 1666 até 1754.⁶⁶⁶

Ora, usando essa noção de rede analisada por Gouvêa, e projetando-a em nosso recorte temporal (segunda metade do século XVIII até a primeira década do XIX), pode-se dizer que não só houve a permanência da circulação de autoridades governativas na ocupação de sucessivos postos entre as duas colônias, mas também houve continuidade de sucessivos pedidos para o envio de cavalos do Brasil para Angola (como já demos exemplos acima).⁶⁶⁷ Nesse sentido, pode ser que houvesse realmente outros motivos (e não somente o clima) por parte de algumas autoridades para que cavalos fossem remetidos de determinada região do Brasil em detrimento de outra, a depender dos locais onde esses homens mantinham mais consolidados seus laços de interesse, se no Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco.

Por outro lado, tratando-se de Pernambuco, pensamos também que a própria distância de travessia pudesse contribuir na predileção dos cavalos remetidos de lá, porque uma viagem do Rio de Janeiro e Bahia para Angola levava mais dias do que uma viagem de Pernambuco para aquela colônia na África (em média: do Rio de Janeiro 50 dias, Bahia 40 dias, Pernambuco 35 dias).⁶⁶⁸ Essas distâncias poderiam influenciar no estado de saúde dos animais. Nesse caso, quanto mais tempo passavam nas embarcações, mais debilitados esses animais chegavam ao continente africano. Outra coisa, um dos governadores de Angola chegou até mesmo a se referir que os cavalos provenientes do Rio de Janeiro saíam mais caros do que os de Pernambuco e Bahia. Ele não explicou o motivo disso; talvez estivesse ligado

⁶⁶⁵ A noção de rede, segundo Gouvêa, “é entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração. Essa articulação era o resultado, em grande parte, da combinação das trajetórias administrativas dos indivíduos conectados pelo meio de rede e das jurisdições estabelecidas pelos cargos que eles iam progressivamente ocupando”. GOUVÊA, Maria de Fátima. *Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a. p. 179. Sendo assim, nessa perspectiva, Gouvêa analisou as associações entre exercícios subsequentes de cargos de governador em Angola e Brasil, onde alguns desses homens em determinado momento ocupavam o cargo da governança na América, e em outro momento ocupavam na África, e vice-versa. GOUVÊA, Maria de Fátima. *Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b. p. 285-316.

⁶⁶⁶ GOUVÊA, 2010b, p. 310.

⁶⁶⁷ Antônio Álvares da Cunha, por exemplo, foi governador de Angola (1753-1758) e vice-rei do Brasil (1763-1767).

⁶⁶⁸ Sobre o tempo de viagens dos três portos do Brasil para Angola, ver ALENCASTRO, 2000, p. 251.

não só ao valor da aquisição do cavalo em si, mas também nos gastos mais demorados com os cuidados do animal ao longo da travessia atlântica.⁶⁶⁹

Havia toda uma logística para o transporte desses animais tanto pelo oceano quanto pelos caminhos dos sertões. Em uma das informações da chegada a Angola de cavalos oriundos de Pernambuco, no ano de 1772, observamos que, ao todo, 17 homens daquela capitania da América portuguesa venderam 20 cavalos que foram remetidos para a África.⁶⁷⁰ Os alimentos para os bichos se configuraram em capim verde e capim seco, arroz de casca, milho e mel. No total, foram destinadas 5 pessoas para tratarem dos cavalos, sendo um alveitar e quatro marinheiros.⁶⁷¹ Por fim, a própria embarcação sofreu adaptações para melhor transportar os animais, por exemplo, o conserto da aguada, a aquisição de 10 tinhas, 20 cabrestos e 20 arridas⁶⁷² e construção de manjedouras a bordo da corveta.⁶⁷³

Uma vez desembarcados em Angola, os cavalos enviados não só de Pernambuco, mas também de outros lugares do Brasil, precisavam também de cuidados em terra. Por conta disso, o governo de Angola solicitava não somente o envio de mais cavalos, mas também de selas, freios e um homem “ferrador que ferre e cure os cavalos” naquela colônia.⁶⁷⁴ Nas diligências aos sertões, havia todo um aparato para a manutenção desses animais: alimentação, água, selas entre outras coisas. Tudo isso pode ser visto, por exemplo, nos documentos sobre Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Reino de Angola entre os anos 1765-1789.⁶⁷⁵

Ao analisarmos a correspondência trocada entre o governo de Angola e o Conselho Ultramarino, podemos pensar que os cavalos tinham mais oportunidades de sobreviver na travessia do Atlântico Brasil-Angola do que nos próprios caminhos que saíam do litoral de Angola e adentravam os sertões. Afinal, as notícias da morte dos animais na rota marítima, apesar dos lamentos, não apareciam de forma tão incisiva como eram referidas às que ocorriam nos sertões. Sobre essa última região, dizia um dos governadores de Angola em 1766: “tão malignos, que aqueles cavalos, que lá vão, e se demoram, ou não voltam, ou se

⁶⁶⁹ AHU-Angola, cx. 76, doc. 49.

⁶⁷⁰ AHU-Angola, cx. 56, doc. 11.

⁶⁷¹ ALVEITAR – Ferrador ou qualquer indivíduo sem diploma que trata os animais doentes. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/alveitar>. Acesso em: 9 maio 2018.

⁶⁷² ARRIDAS – [Náutica] Cordões com que se prendem os toldos às bordas dos escaleres. *In*: DICIO: Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/arridas/>. Acesso em: 9 maio 2018.

⁶⁷³ AHU-Angola, cx. 56, doc. 11.

⁶⁷⁴ AHU-Angola, cx. 37, doc. 22.

⁶⁷⁵ Arquivo do Tribunal de Contas. Cota – 4189-4190. Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Reino de Angola, 1765-1789.

chegam a vir, é de muitos poucos dias a sua duração.” “Poucos sobreviviam a uma diligência ao sertão.”⁶⁷⁶ Caso realmente poucos cavalos sobrevivessem aos caminhos dos sertões angolanos, o mesmo não pode ser dito em relação à travessia atlântica Brasil-Angola, pois a grande maioria dos animais chegava viva.

Apesar do perigo real dos sertões, cabe aqui uma ponderação: podia ser também que alguns governadores da colônia africana exagerassem na “malignidade” dos sertões como uma estratégia para sensibilizar a Coroa a respeito dos planos de construção de coudelarias nas regiões do Dande, Bengo e Calumbo. Nas referidas coudelarias, o objetivo era tratar e acostumar os animais chegados do Atlântico antes de mandá-los às diligências dos sertões angolanos, ou de, até mesmo, estimular a procriação de cavalos por lá.⁶⁷⁷ Neste caso, esses governadores se apropriariam dessas características do clima dos sertões para reforçarem o desejo que tinham de estabelecerem coudelarias em Angola, coisa que a Coroa não via com bons olhos.

Por falar nisso, já é hora de tratar sobre o motivo que acarretava o controle e a restrição da criação de cavalos em Angola. De acordo com Roquinaldo Ferreira, a Coroa Portuguesa tinha receio de que esses animais pudessem cair nas mãos dos grupos africanos inimigos que poderiam usá-los nas lutas de resistência contra o avanço colonizador. A preocupação com os cavalos era tamanha que existia estrito controle sobre esses animais, pois sua disseminação poria em risco um dos “principais trunfos nas guerras contra os africanos”.⁶⁷⁸ Abaixo, identificamos informações que convergem com o pensamento de Ferreira.

No século XVII, Castello Branco escreveu lamentando o seguinte: “Sua Majestade tem mandado ao reino de Angola que não fossem eguas áquelle reino [...] a causa dizem que foi porque os negros se não apoderassem d’elles e que por tempos viriam a fazer danos [...]”.⁶⁷⁹ Já o missionário Cavazzi relatou que “os portugueses introduziram estes animais somente para o próprio uso, sem querer multiplicá-los, como facilmente poderiam fazer, satisfazendo-se com poucos, para que os seus inimigos [os pretos] não se aproveitassem deles, aumentando assim as suas forças”.⁶⁸⁰ Talvez seja por isso que, anteriormente, no ano de 1512,

⁶⁷⁶ AHU-Angola, cx. 50, doc. 22-23.

⁶⁷⁷ Sobre o interesse de alguns governadores construírem uma coudelaria para cavalos, ver: AHU-Angola, cx. 50, doc. 22-23. AHU-Angola, cx. 42, doc. 22. AHU-Angola, cx. 44, doc. 36.

⁶⁷⁸ FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 374.

⁶⁷⁹ CORDEIRO, 1881. p. 22.

⁶⁸⁰ CAVAZZI MONTECUCCOLO, 1965, p. 63.

já existisse a descrição para que dos cavalos se levasse “todos bestas” em referência aos presentes que a Coroa Portuguesa enviava ao rei do Congo.⁶⁸¹ Ora, sabe-se que as bestas são fêmeas estéreis, fruto do acasalamento de um jumento com égua. Dessa forma, não havia perigo de reprodução de cavalos em terras do Reino do Congo.

Por conta do medo de uma proliferação descontrolada de cavalos, a remessa das éguas era proibida pelo regimento do governo em Angola, sendo autorizada somente a entrada de machos vindos da América ou de São Tomé.⁶⁸² No século XVII, Castello Branco tentava comover Sua Majestade para que liberasse não só a entrada de éguas, como também permitisse a criação desses animais.⁶⁸³ Por sua vez, sucessivos governadores de Angola também não concordavam com essa proibição, e tentavam convencer a Coroa a estimular a presença das éguas naquele território. Foi o caso ocorrido em 1670, 1678 e 1734, por exemplo.⁶⁸⁴ Nos anos de 1759 e 1762, depois de pedido feito pelo governo de Angola para poder transportar e criar éguas no Bengo e Dande, o Conselho Ultramarino informou que “de nenhuma sorte se altere o Capítulo Trinta e Um do Regimento deste Governo, assim pelo que pertence a proibição de éguas”.⁶⁸⁵ Contudo, foi somente no ano de 1808 que a Coroa Portuguesa achou por bem abolir a proibição da entrada de éguas em Angola no intuito de obter vantagem com a criação de “bestas” para a condução e transporte dos gêneros do sertão.⁶⁸⁶ Para isso, expediu ordens ao juiz de Alfândega de Luanda e aos governadores capitães de Pernambuco, Bahia e Angola que, em lugar de cavalos, fossem levadas éguas nos navios. Entretanto, a Coroa orientava para se ter o cuidado na “deserção e extravio de éguas para o sertão”.⁶⁸⁷ Além disso, exigiu providências para que se “cobrissem” as fêmeas quando entrassem em períodos de “calor”, ou seja, no cio, “a fim de se evitar a produção de cavalos naquele continente, conservando, por esse modo, o motivo pelo qual se proibia a entrada das éguas”.⁶⁸⁸ Em outras palavras, a partir do século XIX, a entrada de éguas foi liberada em Angola desde que se tomassem os devidos cuidados com a sua fuga e a procriação indevida. Sendo assim, a reprodução desses animais deveria ser restrita para produção de bestas no intuito de serem usadas como meio de transporte no sertão (Figura 15).

⁶⁸¹ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Rol de objectos a enviar para o Congo, 1512. BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1471-1531*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. v. 1, p. 251.

⁶⁸² AHU-Angola, cx. 45, doc. 94

⁶⁸³ CORDEIRO, 1881. p. 22.

⁶⁸⁴ AHU-Angola, cx. 10, doc. 25 e 14 ou AHU-Angola, cx. 11, doc. 100 e 132. AHU-Angola, cx. 27, doc. 92.

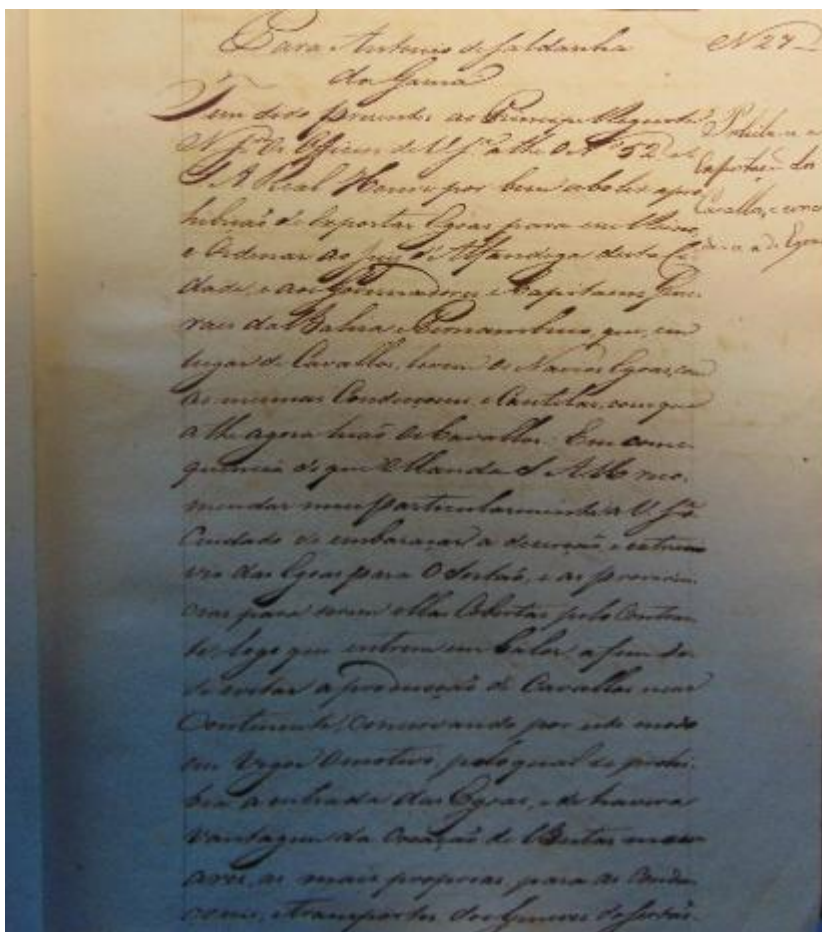
⁶⁸⁵ AHU-Angola, cx. 42, doc. 25, 22 e 23. AHU-Angola, cx. 45, doc. 94. AHU-Angola, cx. 29, doc. 237, 500.

⁶⁸⁶ Livro de Registros de ordens régias e avisos para Angola na Corte do Rio de Janeiro. AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod, 551.

⁶⁸⁷ *Ibid.*

⁶⁸⁸ *Ibid.*

Figura 15 – Abolição da proibição de se exportar éguas para o Reino de Angola.



Fonte: Livro de Registros de ordens régias e avisos para Angola na Corte do Rio de Janeiro. AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod, 551.

A preocupação com o controle e as condições dos cavalos em Angola era tamanha que listas eram organizadas pela Companhia de Cavalaria, relatando o número desses animais que se encontravam doentes, em diligência e que estavam inúteis.⁶⁸⁹ Também se exigia guia dos cavalos desembarcados em Angola, como forma de melhor controlar a entrada desses animais, no intuito de evitar contrabando em direção ao sertão.⁶⁹⁰ Em Angola, esses cavalos eram utilizados nas tropas militares. A Companhia de Cavalos da colônia africana deveria compor-se de 80 cavalos no mínimo. Porém, havia anos que só se tinha poucas dezenas. Os sucessivos lamentos sobre a pouca quantidade desses animais e os pedidos para que se chegassem mais ultrapassavam as décadas. Além do uso nas guerras de conquista e manutenção do território, uma das funções desses animais era correr a distância de dez léguas

⁶⁸⁹ Um exemplo pode ser visto em AHU-Angola, cx. 66, doc. 39.

⁶⁹⁰ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 547. Livros de Registros de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

para afugentar das estradas ladrões que roubavam e matavam os passageiros.⁶⁹¹ Os referidos quadrúpedes também eram usados em diligências militares aos sertões à procura de ouro e outros minerais.⁶⁹²

Em Pernambuco, os cavalos também eram utilizados nos regimentos de cavalaria militar e também exerceram papel na conquista e defesa dessa capitania.⁶⁹³ Como vimos, diferentemente de Angola, havia criações de cavalos no território daquela capitania da América portuguesa. Comparada à colônia na África, essa criação em Pernambuco descambou num número mais reduzido de pedidos a respeito da aquisição de cavalos para abastecer a tropa de cavalaria. Em outras palavras, apesar de algumas queixas, parecia que a cavalaria em Pernambuco não passava por tanta carência de abastecimento quanto a de Angola.⁶⁹⁴ Por outro lado, essa maior disponibilidade do animal em Pernambuco parece ter contribuído para os pedidos de militares de outras tropas, como os da infantaria, por exemplo, que também requisitavam para si o dito animal, com a justificativa de usá-los em diversas atividades do Real Serviço; ou seja, além dos Regimentos de Cavalaria, alguns militares de outras tropas tinham acesso aos cavalos, o que demonstra uma oferta maior desses animais na referida capitania da América.

No ano de 1698, por exemplo, um militar engenheiro solicitou um animal para conduzi-lo em suas diligências de averiguação das fortalezas entre Pernambuco e Paraíba.⁶⁹⁵ Já no ano de 1789, o sargento-mor do Terço Auxiliar dos Homens Pardos da Capitania de Pernambuco, João Correia Amado, solicitou à Coroa Portuguesa o direito à aquisição de um cavalo além das despesas inclusas na alimentação do animal.⁶⁹⁶ Sendo assim, os sucessivos

⁶⁹¹ AHU-Angola, cx. 37, doc. 22.

⁶⁹² AHU-Angola, cx. 39, doc. 21; cx. 38, doc. 79. AHU-Angola, cx. 39, doc. 45 e 44. AHU-Angola, cx. 40, Doc. 55.

⁶⁹³ Kalina Vanderlei Silva analisou o papel da cavalaria e das demais tropas em Pernambuco. De acordo com ela, “apesar do número relativamente menor em comparação com os infantes, a cavalaria terá não apenas credibilidade como também um certo incentivo régio na zona do açúcar como tropas auxiliares”. SILVA, 2001, p. 70.

⁶⁹⁴ Uma das poucas referências com que deparamos acerca de pedidos de cavalos para tropas de Pernambuco pode ser vista em AHU_ACL_CU_015, cx. 23, D. 2112. Contudo, isso não significa que não houvesse mais referências a isso.

⁶⁹⁵ Um militar engenheiro, por exemplo, solicitou um animal para conduzi-lo em suas diligências de averiguação das fortalezas entre Pernambuco e Paraíba. AHU_ACL_CU_015, cx. 18, D. 1766.

⁶⁹⁶ O pedido de João Amado foi negado pela Coroa. Contudo, esse caso do dito sargento torna-se bastante interessante, pois, até então, quem oficialmente tinha direito a esse tipo de benefício eram “homens brancos” das Tropas Pagas. Já João Amado, era de um Terço Auxiliar formado por pardos e pretos. Para justificar seu pedido, Amado informava que “homens brancos” dos terços auxiliares (e não somente da Tropa Paga) recebiam os animais, por ser “costume antiquíssimo”, e não porque havia ordens específicas para eles. Assim como João Amado, outros sargentos-mores dos homens pardos e pretos também fizeram igual requerimento. Como dito, a Coroa não só negou o requerimento dos homens pardos e pretos, como também considerou um abuso à prática de dar cavalos a homens brancos das tropas auxiliares. Os cavalos deveriam ser dados para esses últimos somente em tempos de guerra. Já os militares da Tropas Pagas, eram os únicos que realmente

pedidos realizados ao longo de todo o século XVIII e primeira década do século XIX, quase sempre baseados em casos anteriores de militares que fizeram o mesmo e adquiriram os referidos animais, indicam que havia certa disponibilidade desses animais em Pernambuco não somente para membros da cavalaria, mas também de infantaria e outras tropas.⁶⁹⁷

Além do serviço militar prestado à Capitania de Pernambuco, o quadrúpede era utilizado também para conduzir mercadorias de particulares entre o sertão e o litoral. A historiografia brasileira chegou à conclusão de que os cavalos não eram indicados para montarias que carregavam muito peso a longas distâncias.⁶⁹⁸ Comparados com outros animais, como o jumento e a mula (ou burro), realmente eram menos propícios.⁶⁹⁹ Contudo, podemos dizer que isso não significa que os cavalos deixaram de ser usados nos comboios que transportavam pessoas e mercadorias pelos distantes caminhos dos sertões e do litoral. Alguns relatos de viajantes e documentos administrativos produzidos durante o período colonial trazem referências sobre o uso dos cavalos nessas travessias, conforme alguns exemplos abaixo.

Em 1698, no já referido ofício sobre a compra ou aluguel de um cavalo para as vistorias das fortalezas entre Paraíba e Pernambuco, fala-se da necessidade do uso desse animal em “jornadas mais largas e mais dificultosas por causa dos despovoados”. Duzentos anos depois, em documento escrito no ano de 1799, consta a afirmação do bispo de Pernambuco de que eram os cavalos que faziam “a condução de quase todos os gêneros de primeira necessidade” da capitania, dos sertões ao litoral.⁷⁰⁰ Já na primeira década do século XIX, ao percorrer os sertões das capitanias do Norte do Brasil, o viajante inglês Henry Koster relatou um encontro com um “homem branco” que voltava do litoral com doze cavalos carregados e um pequeno potro levando selas. Cada cavalo estava carregado de dois sacos de couro com farinha, com exceção de uma carga que vinha com milho para alimentar todos

deveriam gozar do direito. AHU_ACL_CU_015, cx. 171, D. 12054; AHU_ACL_CU_015, cx. 173, D. 12141.

⁶⁹⁷ Mais exemplos de requerimentos de militares solicitando cavalos, sendo do Regimento da Cavalaria ou não, podem ser vistos nos anos de 1707, 1713, 1733, 1738, 1755, 1771, 1798, 1802, 1806. AHU_CU_015, cx. 22, D. 2051; AHU_CU_015, cx. 25, D. 2295, AHU_CU_015, cx. 45, D. 4095; AHU_CU_015, cx. 51, D. 4510; AHU_CU_015, cx. 78, D. 6504; AHU_CU_015, cx. 111, D. 8573; AHU_CU_015, cx. 200, D. 13698; AHU_CU_015, cx. 202, D. 13793; AHU_CU_015, cx. 239, D. 16062; AHU_CU_015, cx. 260, D. 17449.

⁶⁹⁸ Um dos exemplos pode ser visto em DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 75, 81-82.

⁶⁹⁹ A cria do cruzamento do jumento (*Equus asinus*) com égua (*Equus caballus*) se chama burro (caso seja do sexo masculino) e mula (a fêmea). Fruto de um cruzamento entre espécies diferentes, esses animais são, geralmente, estéreis – assim como o bardoto, indivíduo resultante do cruzamento entre um cavalo e uma jumenta. Jumentos e muars (bardoto, burro e mula) são animais resistentes, de porte médio a pequeno e com orelhas de tamanho grande – sendo maiores as dos primeiros. Jumentos são de menor estatura que mulas e burros, e têm mais pelos. ARAGUAIA, Mariana. Jumentos e mulas (gênero *Equus*). *Brasil Escola*, c2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/animais/burro.htm>. Acesso em: 4 dez. 2018.

⁷⁰⁰ AHU_ACL_CU_015, cx.207, D. 14108.

aqueles animais. De acordo com Koster, até mesmo o cavalo de sela “vinha pesadamente carregado”, e o dono vinha a pé.⁷⁰¹ Sendo assim, por esses e outros indícios, podemos dizer que os cavalos não eram recusados para as longas marchas dos sertões ao litoral do Brasil ou vice-versa. Talvez não fossem os mais indicados, porém não deixavam de ser utilizados, chegando até a transportar não somente pessoas, mas também mercadorias.

No Brasil, pessoas de variados grupos e níveis sociais podiam ter acesso aos cavalos como um bem, embora a posse da grande maioria deles ficasse com pessoas da elite.⁷⁰² Acima, o referido homem branco com quem o viajante inglês Koster encontrou pelo sertão era militar e possuía fazendas de gado, ou seja, fazia parte da elite local. Igualmente ao homem branco, havia diversas pessoas da elite local espalhadas pelos sertões das capitânicas do Norte do Brasil. Segundo Brandão, no Brasil, “os homens têm seus cavalos em que costumam andar, com os trazerem bem ajazados, principalmente quando entram com eles em algumas festas”.⁷⁰³ Contudo, em termos gerais, parte dos condutores que levava os gêneros alimentícios dos sertões ao litoral das capitânicas do Norte do Brasil era tida como “gente muito pobre”, que se sacrificava para ter o próprio cavalo.⁷⁰⁴ Havia até casos, embora em menor proporção, de escravos que também chegaram a possuir o dito animal.⁷⁰⁵ Todos esses exemplos nos mostram que cavalos estavam à disposição da população colonial, desde homens da elite local, passando por moradores mais humildes e escravos que, porventura,

⁷⁰¹ KOSTER, 1816, p. 75-76. KOSTER, 1959, p. 40.

⁷⁰² Gilberto Freyre, por exemplo, dizia que, com algumas exceções, o cavalo tinha “qualidade de animal por excelência aristocrático e até autocrático”. Ainda de acordo com Freyre, o cavalo era utilizado no serviço do domínio dos defensores da Ordem sobre as massas. “O senhor de engenho do Nordeste foi quase uma figura de centauro: metade homem, metade cavalo. E esse centauro, um ‘defensor da ordem’, embora para defendê-la a seu modo às vezes desobedecesse ao rei ou se revoltasse contra ele”. FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 97-98.

⁷⁰³ BRANDÃO, 1956, n. p.

⁷⁰⁴ Em Pernambuco, pelo cavalo ser bastante visado por ladrões, às vezes, os condutores sofriam assaltos e ficavam sem montaria para retornarem à sua casa nos sertões. No fim do século XVIII, a situação estava tão calamitosa que, em certa época, foi necessário as autoridades instituírem editais nos lugares públicos para que ninguém comprasse cavalos sem ser por certidão escrita e assinada pelo vendedor, comprador e capitão-mor ou comandante do lugar onde se fazia a venda. A notícia parece que foi bem-aceita pelos condutores sertanejos. Segundo o governo de Pernambuco, como “prova notável” da importância dos editais, havia chegado do “centro dos matos” um “velho venerando” que, apresentando-se de joelhos, afirmou vir somente para “ver os anjos que tinham dado as santas providências para evitar os furtos de cavalos”. AHU_ACL_CU_015, cx.207, D. 14108.

⁷⁰⁵ Ao estudar a trajetória de um escravo que possuía escravos em Pernambuco, Robson Costa informa que o dito homem tinha também um cavalo, dentre outros bens. Ver COSTA, Robson Pedrosa. Um senhor de escravo em cativo: a trajetória de Nicolau de Souza, Pernambuco, 1812-1835. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 47-66, jan./jul., 2017.

tivessem condições de adquirir um.⁷⁰⁶ Ademais, além desses animais (bestas e cavalos), escravos e barcos eram usados para transportar produtos e pessoas no Brasil.⁷⁰⁷

Já em Angola, a presença do gado cavalari como meio de transporte de mercadorias era bem mais restrita do que Pernambuco. Os transportes geralmente eram feitos por escravos que carregavam diversas mercadorias sobre os ombros e costas. O caminho por terra era marcado por ser cansativo e dispendioso. Até mesmo algumas pessoas abastadas não dispunham de oferta razoável de montaria para se deslocarem pelos sertões. Na segunda metade do século XVII, Cavazzi registrou que, nas regiões da África Centro-Occidental havia literalmente falta de carros e dos animais de carga. A tímida exceção era em Angola já que, às vezes, os portugueses traziam alguns da América. Por conta dessa carência, de acordo com o referido cronista, as pessoas ricas mantinham escravos que as levavam deitadas em tipóias bonitas e grandes.⁷⁰⁸ Essa escassez de animais como meio de transporte ultrapassava o tempo. Na passagem do século XVIII para o XIX, houve casos de prelados que saíam de Luanda e Benguela em direção aos presídios do interior. Além da dificuldade que tinham em arranjar guias que os conduzissem por esses caminhos, “não havia cavalgadas que não sejam as costas dos pretos”. Por isso, tinham despesas com carregadores para si, para a sua família e bagagens.⁷⁰⁹

Em suma, entre Angola e Pernambuco, esta última localidade era bem mais abastecida de cavalos do que a primeira. Afinal, havia no Brasil o estímulo à criação de gado não somente vacum, também cavalari. Já na colônia na África, era proibida a criação de equinos. A carência de gado cavalari rendia apelos dos sucessivos governadores de Angola para que se enviassem mais animais para lá. Não só isso, até mesmo se pedia autorização para tornar a referida colônia mais emancipada das ditas remessas, por meio da procriação dos animais em solo africano, coisa que a Coroa só permitiu no fim da primeira década do século XIX, mas não sem antes exigir uma série de medidas de segurança. Por essa dificuldade, a cavalaria militar em Angola parecia estar constantemente com número reduzido desses animais, o que

⁷⁰⁶ Apesar do acesso dos animais pelos diversos grupos sociais, Gilberto Freyre dizia que o cavalo do senhor de engenho se diferenciava do de cangalha, do matuto, do sertanejo por conta do bom tratamento que recebiam em relação a esses outros. FREYRE, 2004, p. 99.

⁷⁰⁷ Na passagem do século XVI para o XVII, Ambrosio Fernandes Brandão descreveu que “as mulheres se trajam muito bem e custosamente, e quando vão fora caminham em ombros de escravos, metidas dentro em uma rede”. BRANDÃO, 1956. Já Frei Vicente de Salvador, ao comentar o meio de transporte usado por Matias de Albuquerque (governador de Pernambuco no século XVII), cita que havia no Brasil o costume de se andar em rede, além de cavalos ou em barcos. Quando o referido frei comenta “andar em rede”, certamente se refere ao fato de pessoas serem transportadas em redes carregadas por escravos. SALVADOR, 1889/2010, p. 178.

⁷⁰⁸ CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, 1965, p. 148.

⁷⁰⁹ AHU-Angola, cx. 101, doc. 03.

implicava a dificuldade de diligências pelos sertões africanos. Por outro lado, Pernambuco tinha diversas fazendas de gado espalhadas por seus sertões. Algumas chegavam a ter dezenas e até centenas de gado cavalari. Ali os cavalos eram usados nas diversas atividades das propriedades rurais, na condução de pessoas e mercadorias pelos caminhos que ligavam o interior ao litoral, além de disponibilizados para compor as tropas militares daquela capitania.

Enquanto em Angola a cavalaria militar penava para manter um número mínimo de cavalos para a tropa, em Pernambuco, até mesmo militares que não faziam parte propriamente do corpo de Cavalaria tinham mais facilidade em obter o animal, inclusive com despesas pagas pela própria Fazenda Real.

Se a situação era complicada para as tropas militares em Angola, em termos de acesso aos cavalos, pior ainda era para os demais habitantes desse território na África. A carestia de cavalgadura era suprida pelo trabalhador escravo que exercia a função de carregador, não só de mercadorias, mas também de pessoas. Já que estrategicamente não havia estímulo para as criações de cavalos em Angola, cabia ao Brasil e São Tomé remeterem para lá esses animais. Pernambuco estava entre as três principais capitanias que exerciam essa função. Inclusive, a referida capitania era considerada por algumas autoridades em Angola como a que tinha os melhores animais. Segundo o pensamento vigente, os cavalos vindos de Pernambuco eram mais resistentes ao clima e às asperezas dos sertões angolanos. Talvez esse motivo fosse realmente verdadeiro, ou talvez houvesse outros motivos. Contudo, o fato é que levas de cavalos provenientes de Pernambuco adentraram os sertões de Angola. O trânsito desses animais era mais um fio que contribuía para as relações desenvolvidas entre esses dois lugares, separados por um oceano.

3.4 Madeira

A movimentação dos portugueses pelo globo propiciou também um vaivém de produtos do reino vegetal. Como diz Isabel de Castro Henriques, a circulação dessas pessoas pelo mundo, ocasionada pela expansão marítima, contribuiu para um dos aspectos mais importantes que foi a preocupação em identificar, transferir e ensaiar plantas alimentares e industriais. O interesse português propiciou, gradativamente, “uma reorganização do mundo das plantas, que não deve ser observado como uma simples operação curiosa e passiva, mas como uma demonstração do engenho português que procede em África, como em outros

lugares, por via da experimentação”.⁷¹⁰ Para tanto, foi necessário observar, analisar, estudar “o interesse em função dos objetivos de caráter econômico que estavam subjacentes à colonização e dispor das técnicas indispensáveis à transferência e adaptação das plantas”.⁷¹¹ Segundo Lorelai Kury, ao serem deslocadas pelos espaços do Império Português, as plantas poderiam ser usadas em diferentes formas, de maneira habitual ou inesperada. O mundo vegetal fornecia e fornece ainda hoje uma variedade de produtos usados em diferentes propósitos: na alimentação, na medicina, na tinturaria, na confecção de objetos, entre outros.⁷¹²

As madeiras (ou seja, as partes lenhosas do tronco e dos ramos das árvores) caracterizam-se como um desses produtos que singraram diferentes continentes, sendo utilizadas nas mais diversas atividades.⁷¹³ Em relação ao madeiramento da América, ao longo do século XVIII, houve várias remessas dele para a Metrópole portuguesa.⁷¹⁴ No referido período, para além do famoso pau-brasil, nas listagens das pautas da Alfândega de Portugal, é possível encontrar outras madeiras do Brasil provenientes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, cossueiras e tábuas de jacarandá, anjelim, vinhático, tapinhoã, roxo, acapu, salçafras (possivelmente sassafrás), iribá (possivelmente ibirá), canela preta, sucupira, pau-de- arco, entre outras.⁷¹⁵

As madeiras da Capitania de Pernambuco, por exemplo, tinham fama por serem consideradas excelentes para fabricação e reparo de embarcações e na construção de obras públicas, tanto da colônia quanto da Metrópole. Havia até lenhas que tinham como destino as

⁷¹⁰ HENRIQUES, 2004, p. 159.

⁷¹¹ *Ibid.*, p. 159.

⁷¹² KURY, Lorelai Brilhante. Apresentação. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 8.

⁷¹³ No início do século XIX, o cientista Manuel Arruda da Câmara, que percorreu os sertões de Pernambuco e capitanias anexas, descrevia a madeira da seguinte forma: “Quasi todos os vegetaes são compostos de fibras lenhosas mais, ou menos unidas humas ás outras, e grudadas com gluten, mucilagem ou fecula: quando a mucilagem passa ao estado de fecula, e desta ao do lenho, ficam as fibras longitudinaes ou lenhosas, prezas, e coadunadas, formando hum só corpo, a que chamamos lenho, ou madeira; [...]. CÂMARA, 1810, p. ii.

⁷¹⁴ Em Portugal, a atenção voltada para a extração e remessa da rica madeira do Brasil refletiu no abandono durante décadas da madeira do Pinhal de Leiria. Ao que parece, os olhos da Coroa só se voltaram novamente para este último lugar a partir do ano de 1790, quando Martinho de Mello e Castro, ministro e secretário d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, visitou o antigo pinhal e tratou de uma reforma ao longo de sua administração. Ver cópia impressa do documento: MEMÓRIA sobre o Pinhal Nacional de Leiria suas Madeiras e Productos Resinosos. Offericda á Associação Marítima e Colonial de Lisboa, pelos Sócios autores da mesma, os Srs. Francisco Maria Pereira da Silva, e Caetano Maria Batalha, anno de 1843. In: EXPLORAÇÕES dos portuguezes no interior d’África Meridional. *Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 5, 3.^a série, Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843. p. 251.

⁷¹⁵ ARQUIVO-BIBLIOTECA DA ALFÂNDEGA DE LISBOA. Pauta das avaliações das madeiras e generos pertencentes ao despacho do Paço da Madeira para o ano de 1765 até 1769; Cópia da pauta das avaliações que actualmente serve para o despacho de gêneros pertencentes à Casa do Paço da Madeira, 1775; Pauta da Mesa do Paço da Madeira para o ano de 1795.

“cozinhas reais”⁷¹⁶ em Portugal, possivelmente para serem usadas nas fornalhas; também lenha usada no abastecimento de “navios portugueses” que faziam escala em Pernambuco antes de seguirem viagem para Angola.⁷¹⁷

Vale dizer que a referida capitania não somente remeteu madeiramento para a Metrópole portuguesa. Observamos na documentação dos manuscritos avulsos de Angola do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal (AHTC) que a madeira daquela capitania, assim como de outros lugares do Brasil, também foi utilizada em Angola. Porém, as remessas de um canto para o outro parecem ter sido feitas em menor quantidade do que aquelas que eram constantemente enviadas para Portugal. Portanto, esta seção aborda o trânsito de madeiras de Pernambuco para Angola e o uso que era dado a elas tanto no lugar de origem quanto no lugar de destino, procurando analisar, também, os motivos que levavam as autoridades de Angola a solicitar esse produto que vinha do outro lado do Atlântico.

Antes de entrarmos no processo de remessa da madeira de Pernambuco para Angola, ocasionada pela expansão colonizadora, é necessário compreender o processo de normatização da identificação, extração e uso da madeira em solo pernambucano por parte dos colonizadores. Em trabalho recente, Fernanda Cordeiro de Almeida e Cleverson Faust analisaram a logística e as dinâmicas econômicas da extração da madeira das matas de Pernambuco que tinham a finalidade de abastecer a construção naval em Lisboa.⁷¹⁸ Esses investigadores identificaram que o uso de boa parte da madeira do litoral de Pernambuco durou até as primeiras décadas do século XVIII, depois se passou a extrair as madeiras do interior daquela capitania. Sendo assim, após a escassez da madeira existente na costa, os

⁷¹⁶ No ano de 1779, por exemplo, o governo de Pernambuco informou o envio de 10 mil achas de lenha para uso das reais cozinhas em observância da Real Ordem de 4 de agosto de 1778. Ao lado destas, também foram emitidas 24 pranchões de amarelo e dois caixões com quatro toras de pau cada um para amostras. AHU_ACL_CU_015, cx. 134, D. 10066. Já no ano de 1795, foi registrado no Livro de Balanço da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Capitania de Pernambuco 7. 500 achas de lenha que se compraram para as Reais Cozinhas, e se tem remetido pelos Navios de Sua Majestade. AHTC. 4227 – Balanço da Receita e Despesa da Tesouraria Geral da Capitania de Pernambuco do anno de 1795.

⁷¹⁷ No ano de 1777, o governador de Pernambuco, José César de Menezes, informou ao secretário de Estado do Reino e Mercês, o Marquês de Pombal, sobre os navios portugueses que aportaram no porto do Recife, precisados de lenha e água para prosseguir viagem até o Reino de Angola. AHU_ACL_CU_015, cx. 125, D. 9536.

⁷¹⁸ O foco da pesquisa feita por esses investigadores foi dado sobre a relação Pernambuco-Portugal, não havendo análises sobre aquilo a que nos propomos, que é a da relação Pernambuco-Angola. ALMEIDA, Fernanda Cordeiro; FAUST, Cleverson. Do estaleiro do Recife à Ribeira das Naus: logística, dinâmicas econômicas e sociais para a construção naval na Capitania de Pernambuco, 1755-1788. *Revista Navigator*, v. 10, n. 19, p. 99-113, 2014. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig19/N19_index.html. Acesso em: 5 set. 2017.

olhos das autoridades voltaram-se cada vez mais para os sertões de Pernambuco.⁷¹⁹ Para atender a tal empreendimento, foram instalados pequenos portos em rios que poderiam receber navegação e escoar a madeira cortada até os portos costeiros.⁷²⁰

Num ofício emanado pelo governador da capitania de Pernambuco (Manoel da Cunha Meneses) ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar (Martinho de Melo e Castro) ao Conselho Ultramarino, no ano de 1772, consta a necessidade em se explorar a madeira terra adentro.

É sem dúvida que o país é abundante de madeiras, mas estas pelo continuado corte em que atualmente andam para construir grande número de sumacas que em todos os anos se lançam ao mar do estaleiro desta capital [Recife], tem feito que as matas que se achavam junto a marinha, e na mais fácil condução, estão já extintas de madeiras próprias para navios; porque presente madeira é preciso corta-las pela terra dentro, donde é indispensável fazer uma inevitável despesa com carros competentes para as conduzirem ao embarcadouro, para deste passarem em sumacas e balsas ao estaleiro da construção.⁷²¹

De acordo com Fernanda Cordeiro Faust, entre os séculos XVI e XVIII, “as florestas correspondentes às capitanias do norte da América lusa eram utilizadas livremente pelos diversos grupos sociais daquelas regiões” (senhores de engenho, donos de curtumes, índios, afrodescendentes ou colonos pobres, habitantes das florestas). Essas pessoas extraíam os recursos florestais para as mais diversas atividades: construção civil e naval, caça e pesca, abastecimento das fornalhas da agricultura canavieira, tingimento de couros em cortumes, alimentação dos habitantes. Contudo, com o passar do tempo, esses recursos tornaram-se menos abundantes, iniciando-se, então, conflitos entre os distintos grupos sociais.⁷²²

A disputa pelos recursos florestais na colônia do Brasil torna-se mais intensa depois do grande terremoto ocorrido em Lisboa no ano de 1755. Por conseguinte, a monarquia lusa volta mais seus olhos para as florestas do Brasil no intuito de aproveitá-las para a reconstrução da cidade de Lisboa. Por meio da Secretaria do Ultramar, houve investimento na seleção e melhoria do corte das madeiras e contratação de mestres carpinteiros no intuito de realizar o abastecimento madeireiro para o Real Arsenal da Marinha. Para tanto, foi necessária a emissão de leis que regulassem os acessos aos manguezais e matas, o que causou mais restrição de acesso por parte da população a essa matéria-prima, principalmente dos grupos

⁷¹⁹ FAUST, Fernanda Cordeiro de Almeida. *Em benefício comum de meus vassallos: a magistratura e a administração das florestas na capitania de Pernambuco, 1755-1822*. 2015. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2015. p. 90.

⁷²⁰ FAUST, 2015, *loc. cit.*

⁷²¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 112, D. 8642.

⁷²² FAUST, 2015.

que viviam à margem da sociedade colonial: os escravos africanos e afrodescendentes, os indígenas, brancos pobres. Depois, as medidas começaram a atingir até mesmo os senhores de engenho. O objetivo dessas leis era salvaguardar as madeiras para uso das obras públicas, principalmente utilizada na reconstrução de Portugal. Sendo assim, na segunda metade do século XVIII, houve um salto nas diligências para identificação e extração da referida matéria-prima, bem como um vertiginoso aumento das remessas da madeira para a Metrópole portuguesa.⁷²³

Definitivamente, as madeiras do Brasil, em especial as de Pernambuco, chamavam a atenção da Coroa e dos viajantes europeus que por ali passavam. No início do século XVII, em sua obra *História do Brasil*, frei Vicente de Salvador descrevia da seguinte forma as “árvores agrestes do Brasil”:

[...] há no Brasil grandíssimas matas de árvores agrestes, cedros, carvalhos, vinháticos, angelins, e outras não conhecidas em Espanha, de madeiras fortíssimas para se poderem fazer delas fortíssimos galeões, e o que mais é, que da casca de algumas se tira a estopa para se calafetarem, e fazerem cordas para enxárcia e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem cá fazer navios, e se poderá aproveitar el-rei se cá os mandara fazer; mas os índios naturais da terra as embarcações de que usam são canoas de um só pau, que lavram a fogo e a ferro; e há paus tão grandes, que ficam depois de cavados, com 10 palmos de boca de bordo a bordo; e tão compridos, que remam a 20 remos por banda. São também as madeiras do Brasil mui acomodadas para os edifícios das casas por sua fortaleza, e com elas se acha juntamente a pregadura [...]; Nem menos são as madeiras do Brasil formosas que fortes, porque as há de todas as cores, brancas, negras, vermelhas, amarelas, roxas, rosadas e jaspeadas, porém tirado o pau vermelho, a que chamam Brasil, e o amarelo chamado Tataisba, e o rosado Arariba, os mais não dão tinta de suas cores, e, contudo, são estimados por sua formosura para fazer leitos, cadeiras, escritórios e bufetes.⁷²⁴

Quase um século após a publicação da obra de frei Vicente de Salvador, o jesuíta Giovanni Antonio Andreoni, pseudônimo André João Antonil (1649-1716), em sua obra *Cultura e opulência do Brasil*, fez a seguinte menção em relação às características do madeiramento do Brasil, no ano de 1711:

[...] por não haver outra parte do mundo tão rica de páos seletos, e fortes: não se admitindo nesta fabrica pão, que não seja de lei; porque a experiencia tem mostrado ser assim necessario. Chamão páos de lei aos mais solidos, de maior dura, e mais aptos para serem lavrados, e taes são os de sapucaia, e de sapupira, de sapupira-capi,

⁷²³ Fernanda Cordeiro de Almeida Faust identifica e analisa as ações conjuntas entre a monarquia portuguesa e os governadores da Capitania de Pernambuco na emissão dos mais diversos editais e alvarás que estabeleceram diretrizes para administrar os usos e demarcar áreas de reservas florestais reais. Sendo assim, aprofundou seus estudos no “campo de tensões entre os diferentes grupos sociais em torno dos recursos naturais na capitania de Pernambuco, destacando que a monarquia portuguesa constituiu um agente a mais neste campo”. FAUST, 2015, p. 18.

⁷²⁴ SALVADOR, 1889/2010, p. 12.

de sapupira-merim, de sapupira-acis, de vinhatico, de arco, de jetay amarello, de jetay preto, de messetaûba, e mussarandûba, páo brasil, jacarandá, páo de óleo, e picahi, e outros semelhantes a estes.⁷²⁵

Já nos primeiros anos do século XIX, em suas andanças por terras pernambucanas e adjacências, o viajante inglês Henry Koster descreveu as características de uma variedade de árvores encontradas, do litoral ao sertão, cuja madeira era utilizada na elaboração dos diversos tipos de cultura material, entre elas: o pau-ferro, cujo “miolo rompe os machados”; o cedro, que possui madeira “dura e muito usada para construção”; o mulungu, cujos “ramos criam raízes nas terras secas” e com a aroeira, “é possível fazer uma boa sebe”.⁷²⁶

Por falar em cedro, a origem do nome desse vegetal no Brasil indica que ele foi batizado pelos colonizadores portugueses em alusão a outra árvore conhecida na Europa. Ainda hoje, em algumas regiões do continente europeu, existe uma árvore cuja madeira é considerada nobre e é chamada de cedro. Segundo o naturalista Carl Von Martius, os colonos portugueses que chegaram ao Brasil necessitavam procurar novas plantas em lugar daquelas que faziam uso em Portugal e designavam esses novos vegetais por nomes antigos de acordo com sua analogia externa, forma, cor, cheiro, sabor.⁷²⁷ Dessa forma, é provável que o espécime vegetal encontrado no semiárido brasileiro tenha recebido o nome também de cedro pela boa qualidade de sua madeira para fazer artefatos.

Gilberto Freyre, ao falar das madeiras das matas do Nordeste, tomando como foco a região açucareira de Pernambuco, isto é, litoral e zona da mata, assinalou que “poucas delas foram utilmente aproveitadas para trave de casa-grande, roda-d’água de engenho, carro de boi”. Ainda segundo Freyre, “grande parte foi a coivara que simplesmente desmanchou em monturo; foram as fornalhas de engenho que engoliram; os portugueses que levaram para construir navio e porta de convento em Portugal”. Além disso, havia “a vaidade do senhor de engenho patriarcal que esbanjou madeira de lei fazendo-se cercas enormes dividindo um engenho do outro”.⁷²⁸

Porém, como salientou Manoel Correia de Andrade na apresentação da sétima edição do livro Nordeste, de Gilberto Freyre, “a madeira era também largamente utilizada na

⁷²⁵ ANTONIL, 1837, p. 66.

⁷²⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003. p. 377-381.

⁷²⁷ “Um hábito mais prolongado, e por assim dizer, familiaridade destes colonos com a natureza, não podia deixar de lhes aguçar os sentidos, para da grande abundância que lhes oferecia, irem cada vez mais escolhendo maior número de cousas análogas e aparentadas com aquellas que posuião na Europa.” MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Systema de materia medica vegetal brasileira*. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Laemmert, 1854. p. 21-22.

⁷²⁸ FREYRE, 2004, p. 79-80.

marcenaria onde se fabricavam cômodas, cadeiras, mesas e bancos [...]. Ainda era utilizada na construção civil em casas, armazéns e igrejas [...]”.⁷²⁹

Nos sertões de Pernambuco, a madeira típica da região era utilizada no cercado dos animais, na edificação das casas (geralmente feitas de taipa), de capelas, de prédios públicos e na fabricação de móveis (mesas e bancos, por exemplo). Entretanto, a respeito dos móveis, conforme pode ser percebido nos inventários *post-mortem*, observamos que não era algo muito comum nos domicílios. Mesmo que os moradores tivessem bens de consideração (ouro, prata, escravos, gado e bens de raiz), o mobiliário da residência geralmente era precário, ou seja, quando aparecia, a pouca mobília era descrita como velha ou usada.⁷³⁰

Tratando-se das áreas dos sertões onde havia criação de gado e plantação de algodão, certamente essas atividades também contribuíram para a derrubada das árvores nativas da região para darem lugar ao pasto e à agricultura. Por exemplo, em 1760, num testemunho feito pelo capitão de cavalos e comandante na freguesia do Ararobá, Manuel Leite da Silva, sobre a ação colonizadora do capitão Antônio Vieira de Melo nos sertões de Ararobá, foi dito que ele abriu uma estrada de comunicação aos sertões:

O que serviu [a estrada] de muita utilidade as marchas dos conquistadores, e povoando as suas terras pelas testadas das matas, ficando com este benefício mais estreita campanha, para com mais facilidade poderem invadir as tropas a campanha, e nessas povoações situando várias fazendas de gado e cavaleiros, reduzindo os

⁷²⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. Apresentação: uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 22.

⁷³⁰ Em nossa dissertação de Mestrado e em alguns artigos, abordamos o fato de boa parte das casas dos sertões de Pernambuco (na passagem do século XVIII para o XIX) terem a arquitetura e o mobiliário modesto, mesmo o morador possuindo bens de valor como ouro, prata, escravos, gado, bens de raiz entre outros. Contudo, a baixa presença de mobílias não era exclusiva dos domicílios do interior de Pernambuco. Ao nos debruçarmos em pesquisas feitas por historiadores que analisaram outras regiões do Brasil, acabamos por perceber a mesma coisa. O mesmo vale para os estudos acerca de algumas áreas rurais da Metrópole portuguesa, como a região do Baixo Minho em Portugal. Sendo assim, sobre Pernambuco ver: MARQUES, 2012. MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. *Dentro de la América portuguesa: formas de vida, propiedad de las tierras y bienes materiales en el interior de la capitania de Pernambuco, entre los siglos XVIII y XIX*. In: COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA. Las ciudades del mundo atlântico: pasado, presente y futuro, 22., 2016, Las Palmas de Gran Canaria. Las Palmas de Gran Canaria, 2017. XXII-037. Disponível em: <http://coloquioscanariasamerica.casadecolon.com/index.php/CHCA/article/view/9983>. Acesso em: 21 mar. 2018. Já sobre os estudos a respeito de outras regiões do Brasil colônia e da Metrópole, ver ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154. DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006. KÜHN, Fábio. Casa quanto chegue, campo a perder de vista: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa. In: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo (Org.). *Estudos de história do cotidiano*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011. VILAÇA, Olanda Barbosa. *Cultura material e patrimônio móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. 2012. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012.

denso matos com repetidos fogos a campos se vêem hoje povoados, conseguindo nestes benefícios crescidas rendas à Fazenda Real [...].⁷³¹

Ora, ao mesmo tempo em que era conveniente a derrubada das matas para as rendas da Fazenda Real, em razão da economia gerada pelo estabelecimento de fazendas de gado e povoados, também era inconveniente pela destruição das madeiras nesse processo. Afinal, como vimos, as queimadas das matas para abertura de roças e pastos passaram a incomodar o governo da Capitania de Pernambuco e de Portugal. Conforme abordado por Fernanda Almeida Faust: escravos, indígenas, brancos pobres e, até mesmo, os poderosos senhores de engenho das áreas açucareiras do entorno do litoral foram atingidos pelas medidas impostas pela Coroa Portuguesa que tinha como objetivo garantir a madeira das matas para a utilização das obras reais tanto na colônia quanto na Metrópole portuguesa.

Até mesmo o interior de Pernambuco não escapou dessas medidas. Para termos uma ideia da importância da madeira dos sertões, no ano de 1797, foi expedida uma ordem pela Coroa Portuguesa para que se proibisse naquela capitania a venda de terras com madeiras utilizadas na construção naval. O objetivo era preservar as matas dos incêndios e derrubadas feitos pelos habitantes, no intuito de utilizar posteriormente a matéria-prima na construção naval e demais obras públicas daquela capitania e do Reino. Terras como as do sertão de Altinho, na época distrito de Garanhuns, Pernambuco, foram apontadas como lugares que deveriam ser protegidos em virtude da incidência de madeira de qualidade para a construção de embarcações.⁷³² Além da madeira de Garanhuns, eram requisitadas para provimento do Arsenal Real da Marinha as madeiras oriundas de Alagoas, na época comarca pertencente a Pernambuco, e da Paraíba, capitania vizinha.⁷³³

Para a identificação, corte, extração, condução e manipulação da madeira das florestas a mando da Coroa, era necessária toda uma logística. No ano de 1711, o jesuíta Antonil registrou o processo de extração de madeiras das matas por parte dos habitantes da colônia do Brasil:

⁷³¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Documentos e notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (Org.). *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889*. Recife: Edições O Cruzeiro, 1975. v. 2, p. 762-763.

⁷³² AHU_ACL_CU_015, cx. 259, D. 17370.

⁷³³ Sobre extrações da madeira de Pernambuco e capitanias anexas, ver alguns documentos localizados no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC) e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). AHTC - 4233 (1760-1781) - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822.. p. 217-219; AHTC. 4227 - Livro de registro do balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral da Junta da Real Fazenda da Capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, cx. 120, D. 9199.

Cortam-se os paus no mato com machados no decurso de todo o ano, guardando as conjunções da lua, a saber; três dias antes da lua nova, ou três dias depois dela cheia: e tiram-se do mato diversamente, porque nas várzeas uns os vão rolando sobre estivas, outros os arrastão a poder de escravos, que puxão: e nos outeiros, de alto a baixo se descem com socairo; e para cima dos mesmos outeiros, também se arrastão puxando. Isto se entende aonde não há lugar de usar dos bois, por ser a paragem ou muito a pique, ou muito funda e aberta em covões. Mas aonde podem puxar os bois, se tiram do mato com tiradeiras, amarrando com cordas, ou com cipós, ou couros a tiradeira segurada bem com chavelhas: e na lama em tempo de chuva, dizem que se arrastam melhor, que em tempo de seca; porque com a chuva mais facilmente escorregam.⁷³⁴

Em alguns documentos administrativos, é possível ter uma ideia mais específica da logística e pessoas envolvidas no corte e transporte da madeira no que concerne às matas de Pernambuco e capitanias anexas. No ano de 1772, por exemplo, no já referido ofício do governador da Capitania de Pernambuco ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, consta uma lista de mestres e oficiais de carpinteiros e calafates estabelecidos no Recife de Pernambuco. A referida lista tem diversos nomes (entre pessoas livre, forras e escravas) distribuídos nas seguintes categorias: “mestres condutores”, “oficiais brancos”, “oficiais mancebos brancos”, “oficiais pretos forros”, “oficiais pretos cativos”, “oficiais cativos” entre outros.⁷³⁵ Essas eram as pessoas responsáveis por trabalhar a madeira.

Já numa ordem emanada pelo Marquês de Pombal para a Junta da Capitania de Pernambuco, no ano de 1775, é possível ter uma ideia do processo sobre o corte e remessa da madeira em direção à Metrópole portuguesa. Nos sertões da Paraíba (capitania anexa a Pernambuco), por exemplo, depois de abatidos os paus das florestas, cabiam aos obreiros fazerem falcas, serraduras e conduções necessárias até o porto marítimo.⁷³⁶ O processo de embarque das madeiras nos navios ficava sob a responsabilidade de uma “pessoa fiel e inteligente” que tivesse “particular cuidado em ver como se arrima, e acomoda a dita madeira”.⁷³⁷ Depois de embarcados os paus, os navios faziam escala no porto marítimo do

⁷³⁴ ANTONIL, 1837, p. 68.

⁷³⁵ A respeito dos oficiais cativos, o governador parecia queixar-se do uso inapropriado do nome “oficial” para os cativos. Ainda segundo o governador, a introdução desse termo “está no Brasil muito usual de mandarem ensinar escravos a toda casta de ofícios de que procede fugirem os brancos desaprenderem, ficando por esta causa entregues a ociosidade e a vida libertina”. AHU_CU_015, cx. 112, D. 8642.

⁷³⁶ FALCA (árabe *falqa*, por *filqa*, pedaço, bocado). Toro ou peça de madeira desbastada com machado ou enxó. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/falcas>. Acesso em: 28 maio 2018.

⁷³⁷ AHTC. 4233. (1760-1781) - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. p. 217-219.

Recife (Pernambuco) e de lá seguiam para Portugal.⁷³⁸ A Coroa parecia ter pressa nesse processo todo. Numa das vezes, mandou a Junta de Pernambuco averiguar a existência de uma “excessiva crença” existente entre os carpinteiros, durante os “tempos dos cortes”, que fazia com que a extração do produto fosse retardada. Ao que parece, a tal crença estaria ligada ao corte da madeira no período da lua minguante.⁷³⁹

Por sua vez, os caminhos para levar as madeiras do interior de Pernambuco e sua capitania anexa (Paraíba) aos respectivos portos marítimos eram pelos rios. Entretanto, era necessário haver um volume de água razoável para que as madeiras e outros produtos pudessem chegar até lá. Em tempo de falta de chuva, as autoridades dos núcleos urbanos situados no litoral lamentavam a falta do produto dos sertões por conta do baixo nível das águas fluviais. Esse foi o caso, por exemplo, ocorrido no ano de 1802, quando o governo de Pernambuco lamentou a impossibilidade de remeter a madeira ao reino por causa da seca no sertão, que impedia o transporte pelo rio Una.⁷⁴⁰

Por fim, nos momentos em que conseguiam descer os rios a partir dos sertões e de outros lugares do litoral, parte da madeira era aproveitada nas obras públicas da própria capitania, e outra parte era embarcada para o circuito atlântico. Pela falta de um guindaste que pudesse carregar e descarregar a madeira sobre as embarcações ali ancoradas, cabia a índigenas remunerados e presidiários realizarem o trabalho, levando a matéria-prima nos próprios ombros.⁷⁴¹ De acordo um governador de Pernambuco, essas “miseráveis” pessoas estavam expostas a ser “esmagadas” ou ter “as pernas quebradas debaixo dos paus de enorme

⁷³⁸ Numa das vezes, foi solicitado por Lisboa a remessa da seguinte quantidade de madeira da Paraíba via Pernambuco: 100 paus redondos para braço de doze polegadas de grosso, 13 até 15 polegadas de largo, 10 até 14 pés de comprido, sendo a sua circunferência de 12 pés parado redondo dos traços. 115 paus para cavernas de 12 polegadas de grosso, largura a mais que puderem ter para fazer de altura de pé de caverna 24 polegadas com alguma volta nas pontas e o seu comprimento 18 até 20 pés. 100 paus de volta para cintas, e taboas de boca de 8 até 10 polegadas de grosso com toda a largura que puderem ter e 20 pés para cima de comprido. 400 taboas de vinhático de 40 pés para cima de comprido, 3 até 5 polegadas de groço com toda a largura que se lhe poder tirar igualmente alguma volta ao Canto por todo o comprimento. Lisboa, vinte e dous de fevereiro de mil setecentos e setenta e cinco. AHTC. 4233 (1760-1781) - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. p. 219-220. Outros documentos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal também trazem diversas informações sobre a logística empreendida para identificação, corte e extração das madeiras de Pernambuco e suas capitanias anexas, bem como das remessas das referidas madeira para Portugal. Ver: AHTC. 4233 (1760-1781) - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. p. 217-220; 230 e 231; 235 e 236; 299; Cód. 4234. 1781-1788. fl. 71; Cód. 4235. 1789-1800. fl. 118 e 119; Cód. 4236. 1800-1822. fl. 16, 17, 40, 41 e 98; AHTC. 4227 - Livro de registro do balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral da Junta da Real Fazenda da Capitania de Pernambuco.

⁷³⁹ AHTC. 4233 (1760-1781). - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. p. 217-219.

⁷⁴⁰ AHU_ACL_CU_015, cx. 239, D. 16052.

⁷⁴¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 166, D. 11806.

peso que carregam”.⁷⁴² Madeira das árvores como a sucupira, jenipapo, jatobá, amarelo, jeribá, pau-d’arco eram extraídas, transportadas e embarcadas.⁷⁴³ Uma vez embarcadas no porto do Recife, a matéria-prima poderia seguir para outras capitanias da América⁷⁴⁴, para Portugal e para a África Centro- Ocidental.

Por sua vez, em Angola, o cronista Elias Alexandre Corrêa, que serviu nesta colônia durante alguns anos da segunda metade do século XVIII, dizia o seguinte sobre as madeiras de construção: “é um ramo de comércio assaz fecundo e proveitoso, apesar da frágil consistência delas”.⁷⁴⁵ Segundo o referido cronista, as madeiras de lei, incluindo o tabuado, vinham do Brasil, onde eram empregados na ereção dos grandes edifícios públicos e nas propriedades de casas. As madeiras de construção típica de Angola eram frágeis e não tinham a “honra” de entrar em concorrência com a alvenaria.⁷⁴⁶

Possivelmente, um dos primeiros pedidos feitos pelo governo de Angola para o recebimento de madeira do Brasil pode ser visto no ano de 1655, quando foi solicitada essa matéria-prima, algumas delas lavradas, para a reparação da artilharia. Assim como já visto na remessa de outros produtos, a ideia era aproveitar o circuito atlântico por conta dos escravos do contrato de Angola.⁷⁴⁷ Já no século XVIII, identificamos no mínimo oito menções de pedidos realizados de Angola para que se remetesse madeira do Brasil, sendo ao menos quatro deles especificamente de Pernambuco.⁷⁴⁸

Difícil dizer quantos pedidos existiram e quantos realmente foram atendidos, porém, alguns deles certamente se concretizaram. Um dos exemplos pode ser visto no ano 1765, quando foi pago a um Thomé Dias Vieira o frete de 18 dúzias e 10 tábuas de cossueiras, e de

⁷⁴² AHU_ACL_CU_015, cx. 166, D. 11806.

⁷⁴³ Sobre as relações das madeiras enviadas para o circuito atlântico, ver: AHU_ACL_CU_015, cx. 90, D. 7234; AHU_ACL_CU_015, cx.125, D.9534; AHU_ACL_CU_015, cx. 130, D. 9645.

⁷⁴⁴ No ano de 1775, por exemplo, foi enviado de Pernambuco para o Rio de Janeiro 130 paus de jangada, 3 mil e 200 alqueires de farinha e carnes do sertão. AHU_ACL_CU_015, cx. 121, D.9219.

⁷⁴⁵ CORRÊA, 1937, p. 147.

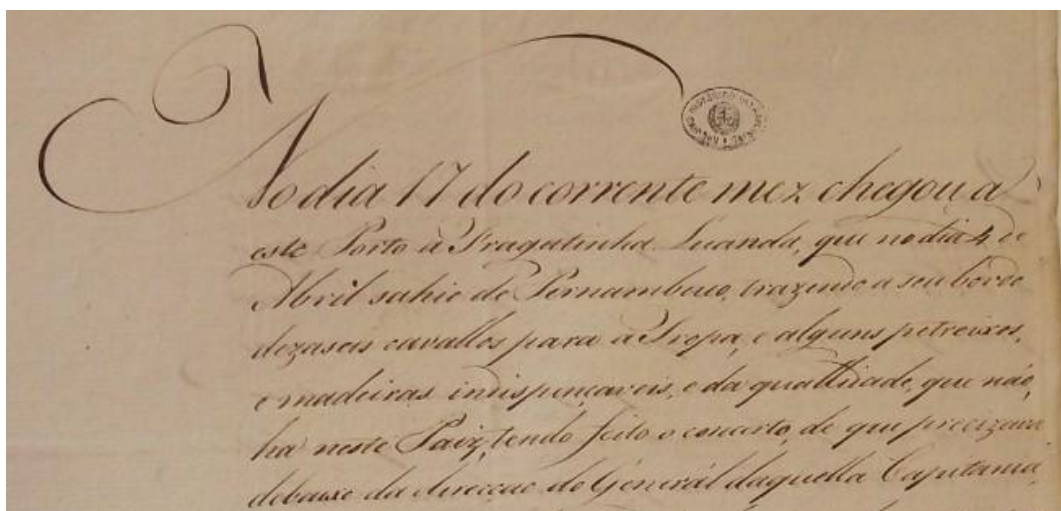
⁷⁴⁶ Além da madeira, Pernambuco e outros lugares do Brasil também remetiam telhas e tijolos para as construções em Angola. O referido cronista suspeitava que o barro de Angola não fosse muito resistente para fabricação desse tipo de material devido ao ar daquela atmosfera. Segundo ele, um mestre oleiro, discípulo de grandes fábricas da Bahia, tinha feito alguns ensaios e não achou matéria consistente que sofresse bem a cozedura do processo. Ora, acreditamos que o problema não era o ar ou a ausência de barro de qualidade em Angola, mas sim a carência de investigações para a descoberta de lugares que contivessem essa matéria-prima em solo africano. O mesmo pensamos em relação à madeira, como veremos mais adiante. Sobre a visão do cronista Elias Alexandre, ver: CORREA, 1937, p. 147, 153-154.

⁷⁴⁷ AHU-Angola, cx. 6, doc. 11.

⁷⁴⁸ AHU-Angola, cx. 18, doc. 21; cx. 17, doc. 89; AHU-Angola, cx. 27, doc. 46; AHU-Angola, cx. 21, doc. 39, 41 e 28; AHU-Angola, cx. 42, doc. 61; AHU-Angola, cx. 51, doc. 36; AHU-Angola, cx. 62, doc. 61; AHU-Angola, cx. 76, doc. 49. AHTC. 4189 - Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789.

18 dúzias e 2 tábuas de assoalhar, que tudo trouxe de Pernambuco, na Galera em que veio por Capitão, por conta de Sua Majestade para as ditas obras reais em África, somando tudo o total de 777.662 reis.⁷⁴⁹ Já no ano de 1791, de acordo com a correspondência do governador daquela colônia africana, a Fragatinha Luanda, que no dia 4 de abril saiu de Pernambuco, chegou meses depois a Angola trazendo a bordo “madeiras indispensáveis e da qualidade que não há neste país [Angola]” (Figura 16).⁷⁵⁰

Figura 16 – Detalhe do Ofício do governo de Angola informando a chegada de remessa de madeira de qualidade e cavalos vindos da capitania de Pernambuco no ano de 1791.



Fonte: AHU-Angola, cx. 76, doc. 49.

Toda essa madeira oriunda do Brasil era usada para diversos fins: desde obras públicas, construção civil até a composição de móveis pertencentes aos lares de moradores em Angola. Sobre esta última, identificamos em uma relação dos bens pertencentes aos defuntos e ausentes de Angola alguns exemplos de pessoas que possuíam móveis compostos da madeira do Brasil: José Caetano Loureiro, por exemplo, tinha uma “mesa redonda de madeira do Brasil com duas gavetas sem fechadura” no valor de 2.000 réis. Sebastião de José Ribeiro tinha uma “cadeira de madeira do Brasil”, também no valor de 200 réis. Por sua vez, Pedro Martins Camarino possuía uma caixa de madeira do Brasil, já velha, no valor de 500 réis. O carpinteiro Luis Antônio possuía tábuas de jacarandá e madeira do Brasil, esta última no valor de 200 réis, e mais diversas ferramentas que seu ofício exigia.⁷⁵¹ O fato de este último homem

⁷⁴⁹ AHTC. 4189 - Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789.

⁷⁵⁰ AHU-Angola, cx. 76, doc. 49.

⁷⁵¹ AHU-Angola, cx. 99, doc. 32.

ser carpinteiro e possuir madeira do Brasil reforça que trabalhos com essa matéria-prima do Brasil eram feitos em Angola.

A justificativa utilizada pelas autoridades de Angola para a importação da madeira do Brasil era de que na colônia, na África, não havia madeira de qualidade. Alguns governadores de Angola chegaram a se referir sobre a carência dessa matéria-prima. No início do século XVII, o governo daquela colônia informou que em todo o Reino de Angola não havia madeiras de consideração, porque eram poucas e porque alguns gêneros delas não serviam.⁷⁵² Já outro caso, por exemplo, ocorreu em 1798, quando se relatou ao Conselho Ultramarino que as madeiras das margens do rio Quanza eram muito inferiores em qualidade e beleza em relação às do Brasil, não sendo interessante, por isso, remetê-las em direção ao reino como novo ramo de comércio para servirem de maquetes e obras de marcenaria. Ainda segundo consta no documento, as madeiras dos distritos de Quilengue e Zenza seriam mais interessantes que as do Quanza.⁷⁵³

Ora, esse tipo de informação nos faz questionar até que ponto as madeiras de Angola eram realmente poucas e de qualidade inferior. O território de Angola tem dimensões consideráveis, com variados tipos de florestas e um clima parecido com o do Brasil. Muito provavelmente existiam na África Centro-Occidental do século XVIII, assim como existem até hoje, madeiras de boa qualidade.⁷⁵⁴ Portanto, é necessário ponderar sobre esse aspecto da qualidade da matéria-prima dessa colônia na África. Até porque, numa correspondência trocada entre o governo de Angola e o Conselho Ultramarino, no ano de 1764, fala-se justamente da “excelente” qualidade da madeira localizada no rio Quanza. Madeira essa, segundo consta no documento, que poderia servir nas construções de embarcações necessárias não só ao serviço da costa de Angola, como também na construção de alguma embarcação “maior” utilizada na condução de avisos e de continuadas remessas de produtos entre o Brasil e a colônia africana, ou seja, na travessia atlântica.⁷⁵⁵

Informes sobre a identificação de madeira de boa qualidade existente em Angola podem ser vistos também no ano de 1768, quando foi dito que elas serviam para o conserto de armamentos e de obras públicas.⁷⁵⁶ Inclusive, cem anos antes da elaboração da

⁷⁵² Biblioteca da Ajuda. Manuscritos Angola e Congo. 51-IX-25, f. 105-106 v. Relação de Bento Banha Cardoso sobre as madeiras de Angola e as minas de cobre de Angola e Congo.

⁷⁵³ AHU-Angola, cx. 88, doc. 23.

⁷⁵⁴ Sobre a existência da madeira na atualidade em Angola, ver: BUZA, Alfredo Gabriel; TOURINHO, Manoel Malheiros; SILVA, José Natalino Macedo. Caracterização da colheita florestal em Cabinda, Angola. *Revista de Ciências Agrárias*, Belém, n. 45, p. 59-78, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/43158/1/Ufra45-59.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

⁷⁵⁵ AHU-Angola, cx. 48, doc. 47.

⁷⁵⁶ AHU-Angola, cx. 52, doc. 73.

correspondência descrita acima, o missionário Cavazzi de Montecuccolo afirmou que as margens do Quanza e do Dande possuíam “extensas silvas de árvores, chamadas mangueiras. Dão-se bem nos terrenos úmidos, perto das correntes fluviais, onde alcançavam um tamanho extraordinário, e são, por isso, úteis para a construção, mais que outras árvores”.⁷⁵⁷ Já sobre diversas espécies de palmeiras espalhadas por Angola e Congo, dizia o missionário que uma delas possuía “folhas para cobrir os tetos das casas, pois são longas e duradouras. [...] de todo o tronco poder-se-iam tirar ótimas e grandes tábuas, se houvesse serração como na Europa. Assim, tal árvore nada teria que invejar a outras muito úteis”.⁷⁵⁸

Por sua vez, nesse mesmo período, isto é no século XVII, o explorador Castello Branco dizia que as terras de Angola, “de junto do mar”, possuíam “poucos arvoredos, porém, por dentro é mui fértil e Viçosa pela parte de Ailamba, que é entre o rio Dande e Coanza, até Dongo [...] e d’ali para cima há muitos palmares, arvores de fructo, e sem elle, que podem servir para madeiras [...]”.⁷⁵⁹ Já o militar cronista Antonio Cadornega dizia que da barra do rio Quanza seis léguas para dentro se faziam muitos patachos⁷⁶⁰ de coberta da madeira de mangue.⁷⁶¹ A madeira desses mangues servia de “frechaes, linhas e caibros para tesouras”, havia “pau de frechal para as igrejas ou fábrica grande”. Havia também muita madeira “forte e quase incorruptível”. Da vila de Massangano, no interior, mandava-se vir paus para “cavernagem” muito “fortes e duráveis”, chamados de “mugingi e espinheiro”, que até de “pau ferro” se poderia chamar.⁷⁶² Já no século XVIII, o próprio Elias Alexandre Corrêa elogiava uma madeira chamada “quicombo”, mas lamentava que essa matéria-prima fosse pouca e rara. Sobre o referido pau, dizia ser “desejado”, “cujo peso se faz o seu valor”. “Aplicado em obra excede em superioridade o jacarandá do Brasil”.⁷⁶³ Outra coisa, em se tratando do quicombo, pode-se dizer que a dita madeira parecia ser apreciada até em Portugal, pois o “pau de quicomgo de Angola” consta na relação de madeiras, ao lado das do Brasil, despachadas na Alfândega de Lisboa.⁷⁶⁴

Nesse sentido, podemos dizer que na documentação coeva havia alternância na descrição de Angola como lugar propício à existência, ou não, de madeira de boa qualidade.

⁷⁵⁷ CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, 1965, v. 1, p. 41.

⁷⁵⁸ *Ibid.*, p. 42.

⁷⁵⁹ CORDEIRO, 1881. p.21.

⁷⁶⁰ PATACHO – Embarcação de dois mastros que participa do brigue e do iate. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/patacho>. Acesso em: 12 jun. 2018.

⁷⁶¹ O mangue da Praia ou roxo, *Rhizophora Mangle L.* aplicado hoje no combustível.

⁷⁶² Sobre a existência e uso da madeira, ver: CADORNEGA, 1940, t. 1, p. 60-62.

⁷⁶³ CORRÊA, 1937, p. 151.

⁷⁶⁴ ARQUIVO-BIBLIOTECA DA ALFÂNDEGA DE LISBOA. Pauta do Consulado, 1743. p. 45.

Pensamos que essa alternância poderia se dar por alguns fatores. Um deles seria a escolha do tipo de madeira utilizada em determinada atividade, pois não é toda madeira que serve, ao mesmo tempo, para construção de embarcação, para construção de edifício e para a reparação de armamentos. Nesse caso, é preciso identificar a referência sobre o tipo da madeira e associar à atividade que ela seria destinada. O militar e cronista Alexandre Elias Corrêa, por exemplo, criticava uma madeira, chamada “mafuma”, usada na construção de portas e janelas das casas em Angola, “por ser muito porosa, que não sofre a pregadura de ferro”. Por outro lado, informava que a facilidade em se trabalhar essa madeira convidava para o aproveitamento em canoas.⁷⁶⁵

Contudo, possivelmente o que mais explique essa suposta falta de madeira de qualidade em Angola e a necessidade de solicitá-las ao Brasil fosse a questão da precariedade da logística das diligências em encontrar e transportar a referida matéria-prima dos sertões de África Centro-Occidental até a costa, onde se encontrava Luanda. Ao analisarmos relatos de alguns governadores de Angola acerca da madeira proveniente dos sertões africanos, por exemplo, percebemos que alguns deles se queixavam da falta de estrutura para escoar a dita matéria-prima proveniente do interior. Em contrapartida, solicitavam ordens para que mandassem vir madeiras do Brasil. Um exemplo disso foi no ano de 1707, quando as autoridades em Angola informaram ao Conselho Ultramarino as dificuldades de transporte da madeira cortada no distrito de Muxima, nos sertões, que não se conseguia transportá-la para Luanda, na costa, devido ao baixo volume do rio Quanza. Concomitantemente, essas autoridades também solicitaram o envio da matéria-prima pelo Brasil.⁷⁶⁶

Quase cem anos depois, em 1798, o governo de Angola relatava ao Conselho Ultramarino que a extração e a exportação da madeira dessa colônia em África para Portugal era mais dispendiosa do que aquelas que partiam do Brasil para a Metrópole. Segundo o governo, os motivos eram o seguinte: no Brasil “custam menos os cortes e os transportes para os portos e depois para Europa”. Além disso, segundo o governador, em Angola havia a repugnância ao “clima”, a falta de “homens industriosos” e os “meios indispensáveis para as boas coisas”.⁷⁶⁷ Novamente a carência da logística se fazia presente nas dificuldades para extração e condução da madeira dos sertões de Angola até o porto de Luanda.

Os exemplos acima nos mostram que, além dos problemas físicos (baixo volume do rio, clima insalubre, distâncias terrestres), havia a falta de profissionais responsáveis para

⁷⁶⁵ CORRÊA, 1937, p. 150.

⁷⁶⁶ AHU-Angola, cx. 18, doc. 21; cx. 17, doc. 89.

⁷⁶⁷ AHU-Angola, cx. 88, doc. 23.

tratar da madeira em Angola. Devido a isso, queixas e pedidos eram feitos à Coroa para que fossem enviados marceneiros, serralheiros e todo tipo de pessoa capaz de realizar trabalhos com essa matéria-prima.⁷⁶⁸ No ano de 1783, por exemplo, foi informado pelo governador de Angola a chegada de um “carpinteiro de navio” para armar uma embarcação que ele havia fabricado em Pernambuco, e se encontrava no litoral angolano. Temos nesse caso não só o trânsito de um navio que foi produzido em Pernambuco com destino a Angola, como também, posteriormente, o trânsito do profissional responsável pela construção do tal navio. Inclusive, a ideia era aproveitar a presença do dito homem para o conserto também de uma segunda embarcação, tida como de “excelente madeira”, que há anos estava inutilizada na costa africana.⁷⁶⁹

Por sua vez, apesar de também ter seus problemas, a logística da extração e escoamento da madeira do interior da América portuguesa para o litoral parecia estar mais desenvolvida do que a logística de Angola. Se compararmos o porto do Recife, em Pernambuco, com o porto de Luanda e Benguela, o primeiro parecia estar mais abastecido de madeiras do que os outros dois portos na África. Por outro lado, devido ao fluxo constante de embarcações escravistas entre as duas costas continentais (América portuguesa e África), havia a facilidade nas idas e vindas de outras mercadorias no bojo desse processo. Sendo assim, a madeira proveniente do Brasil também se inseria aí. Por isso que um governador de Angola, já em meados do século XVII, mencionou o uso das rotas transatlânticas do tráfico de escravos para pedir remessa de madeira pelo Brasil, conforme já mencionado.⁷⁷⁰

Apesar de todos os problemas de logística na identificação, extração e condução da madeira dos sertões para o litoral de Angola, as diligências não deixaram de ocorrer na tentativa de obter bons resultados na África, mesmo lentamente. Em 1666, por exemplo, ordens foram emanadas pelas autoridades em Angola para que carpinteiros e oficiais fossem cortar madeiras nos matos do Dande, e carregassem consigo mantimentos para sua empreitada.⁷⁷¹ Cem anos depois, em 1766, o governador de Angola informou que realizou reparos “em todos os presídios e montada sua artilharia quase sem despesa da Real Fazenda”. De acordo com o governante, dois motivos propiciaram isso: um foi uso da “madeira da terra”, que custou “muito pouco” e tinha a mesma duração e serviço que as outras. O segundo

⁷⁶⁸ Ver alguns exemplos em: AHU-Angola, cx. 18, doc. 21; cx. 17, doc. 89; AHU-Angola, cx. 48, doc. 47.

⁷⁶⁹ AHU-Angola, cx. 66, doc. 63.

⁷⁷⁰ AHU-Angola, cx. 6, doc. 11.

⁷⁷¹ AHU-Angola, cx. 9, doc. 77.

motivo foi a utilização de “gentes do país” com que “se fez tudo e só se pagaram alguns poucos”.⁷⁷²

Recuando novamente algumas décadas, entre os anos de 1713 e 1717, o governador de Angola queixava-se da existência de casas velhas em Luanda, em pé e com boas paredes, mas arruinadas do madeiramento por não ter com que reparar. Dizia ele: “havendo falta de madeiras naquela cidade [Luanda] por ficarem distantes e não haver meios para as conduzirem em tal forma que se não podem reparar as casas dos mesmos moradores, e lhes é mais fácil manda-las vir do Brasil”. Porém, devido ao custo dessa operação de remessa pelo oceano, preferiu o governador mandar pessoas numa diligência ao sertão para cortar madeira e conduzi-las para Luanda.⁷⁷³ A operação foi descrita como bem-sucedida, pois se extraíram “seiscentos caibros, e cento e cinquenta vigas de 30 palmos de comprimento e dois de largo em cada face”. Para esse serviço, foi necessário adquirir uma canoa, o que nos mostra que eram utilizados rios para conduzir a matéria-prima.⁷⁷⁴ O referido relato nos mostra não só a existência de diligências aos sertões de Angola para extrair madeira, como também reforça mais uma vez a crença de que o transporte da matéria-prima a partir do Brasil era mais fácil, ou seja, mais cômodo, do que a organização de uma diligência com pessoas que cortassem e conduzissem a madeira do interior à costa da África. Contudo, apesar da referida facilidade da vinda da madeira brasileira, o custo dela era dispendiosa, o que levou o governador a voltar seus olhos para os sertões da África e apostar na referida diligência, mesmo que esta fosse mais trabalhosa.⁷⁷⁵

Por sua vez, Pernambuco não só remetia madeira de construção pelo circuito atlântico, como também remetia as cascas de uma árvore para produção de medicamentos. Graças aos conhecimentos indígenas, os colonizadores aprenderam o uso de algumas plantas, ervas e raízes usados na cura de moléstias, na alimentação, na produção de tinta entre outras coisas. Vários exemplares chegaram a ser enviados para a Corte Portuguesa, entre eles, o Jericó, “arbusto que nasce em várias partes do sertão”, a erva doce, a galha do pau-ferro entre tantos outros.⁷⁷⁶ Havia também uma árvore chamada quina. Sua casca era muito estimada na Corte Portuguesa para uso medicinal. Ela se encontrava espalhada por diversos sertões das capitânicas do Norte do Brasil, incluindo os de Pernambuco.

⁷⁷² AHU-Angola, cx. 50, doc. 63.

⁷⁷³ BPE. CXVI/2-15. N.º 11. Manifesto. De Dom João Manuel de Noronha, Governador e Capitão geral do Reino de Angola, da forma com que governou aquelle Reino, e do que se sucedeu no tempo do seu governo. p. 27.

⁷⁷⁴ *Ibid.*, p. 27.

⁷⁷⁵ *Ibid.*, p. 27.

⁷⁷⁶ AHU_ACL_CU_015, cx. 138, D. 10291.

Como diz Juciene Ricarte, da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX, os saberes dos indígenas da América portuguesa foram cada vez mais examinados pelos vassallos naturalistas e médicos/boticários. Sendo assim, a quina teve atenção especial por parte dos governadores das capitanias da América portuguesa. Aliás, o interesse no conhecimento das ervas medicinais era de tal proporção que um governador de Pernambuco, no ano de 1788, remeteu a Portugal uma cartilha que mandou elaborar sobre virtudes e usos de ervas medicinais. De forma pedagógica e de fácil compreensão, a cartilha contém explicações sobre as virtudes das plantas e quais as formas de usá-las, dentre elas, a quina.⁷⁷⁷

A respeito das remessas da quina de Pernambuco para Lisboa, identificamos na correspondência trocada entre a referida capitania e a Metrópole portuguesa que, no ano de 1786, por exemplo, foram feitas ao menos oito sucessivas remessas desse produto.⁷⁷⁸ Numa delas, seguiram três caixões de quina extraída dos seguintes sertões: Campina Grande do Cariri de Fora, dos arrabaldes de Garanhuns e da mata do Jupi.⁷⁷⁹ No ano de 1802, foi organizada uma ampla diligência científica aos sertões pernambucanos com o intuito de mapear os lugares propícios para o nascimento dessa árvore (qualidade do terreno, vegetação, longitude, latitude). A responsabilidade pela diligência ficou a cargo de um homem chamado Joaquim José Rodrigues, que se entranhou “nos vastos sertões daquela capitania em mais de 300 léguas”, passando por uma rigorosa seca que assolava os povos dos sertões. Contudo, Joaquim não estava só na empreitada. Ele alegou que obrigou dois guias a acompanhá-lo (possivelmente indígenas ou mestiços da região) por entre “as incultas brenhas”, atravessando “rios, serras, montes vales, feras e alguns gentios debaixo de maior risco”.⁷⁸⁰

Apesar dos inconvenientes acima descritos, Joaquim José cumpriu seus objetivos, tendo não só mapeado os lugares de mata e agreste onde nascia a árvore, como também remetendo exemplares de “boa colheita da casca” para os Jardins da Ajuda em Portugal. Interessante perceber como deve ter sido a logística da recolha e transporte desse material oriundo de diferentes partes dos sertões de Pernambuco (distrito de Serra Talhada, ribeira do Pajeú, distrito de Tacaratu, entre outros) até Portugal. Pelo que traçamos por meio das atestações emitidas pelas autoridades locais desses lugares, a matéria-prima foi escoada pelo Riacho do Navio até o rio Pajeú. Por esse rio, seguiu abaixo até o porto de Piranhas, no rio São Francisco, e por esse mesmo rio, até o porto da vila do Penedo, de onde desceu até chegar

⁷⁷⁷ APOLINÁRIO, 2013, p. 220.

⁷⁷⁸ AHU_CU_015, cx. 153, D. 11031; AHU_CU_015, cx. 156, D.11263; AHU_CU_015, cx. 156, D. 1126; AHU_CU_015, cx. 156, D. 11288; AHU_CU_015, cx. 156, D. 11302. AHU_CU_015, cx. 157, D. 11345. AHU_CU_015, cx. 157, D. 11351. AHU_CU_015, cx. 158, D. 11404;

⁷⁷⁹ AHU_ACL_CU015, cx. 156, D.11263

⁷⁸⁰ AHU_ACL_CU_015, cx. 250, D. 16773.

ao litoral de Alagoas, na vila do Poxim; dali margeou a costa até o porto do Recife, onde foi embarcado para Portugal no ano de 1804. Sendo assim, por toda essa logística, havia mais pessoas envolvidas na diligência aos sertões. Os comandantes e capitães-mores dos referidos lugares, por exemplo, receberam ordens para ajudar Joaquim José na obtenção da madeira. O esforço em conjunto surtiu efeito: foi embarcado para Lisboa um total de “28 caixões de madeira, 13 volumes ou pacotes de couro e algumas toras da mesma árvore, sendo esta de várias qualidades, e tiradas em diferentes partes dos mesmos sertões, tendo peso a dita casca de 40 arrobas, pouco mais ou menos.”⁷⁸¹ Já no ano de 1804, o físico-mor da Coroa, que recebeu o antedito produto enviado dos sertões de Pernambuco, referiu-se-lhe da seguinte maneira: “tenho feito ratificar vantajosamente no Hospital Real de São José desta Corte. Esta casca, pois merece bem a atenção de Vossa Alteza Real ou se olhe como objeto de comércio, ou como um bem para a saúde pública menos dispendioso aos vassallos.”

Ao que parece, outras cascas da quina extraída do Brasil foram usadas como medicamento não só no Brasil e em Portugal, mas até na África. No ano de 1797, por exemplo, a Coroa Portuguesa remeteu para o governo de Angola uma botica com diversos medicamentos, dentre eles, a quantidade de 48 quinas em casca.⁷⁸² Já que os sertões do Brasil eram fornecedores desse produto, é muito provável que a quina da referida botica tenha sido extraída dessa colônia, seguida para Portugal e de lá descida em direção a Angola para ser usada no tratamento de saúde.

A quina era levada até nas expedições lançadas aos sertões da África Central. O cientista Francisco José de Lacerda e Almeida, na já mencionada tentativa fracassada de atravessar os sertões entre Moçambique e Angola, por algumas vezes, fez uso desse produto para baixar a persistente febre que o afligia durante a expedição. Dizia ele, “a quina já tinha sustado o crescimento da moléstia; esta era a única melhora com que me achava, e não era pouca coisa”.⁷⁸³ Sendo o antedito cientista natural da América portuguesa, possivelmente ele carregou consigo esse medicamento originário dos sertões do Brasil em sua fatal expedição no continente africano em 1798. Nesse caso, temos aqui um belo exemplo de uma matéria-prima oriunda dos sertões do Brasil que, em determinado momento, foi transportada e utilizada nos sertões da África Central.

Portanto, nesta seção da tese, foi possível perceber a circulação da madeira extraída das vegetações nativas de Pernambuco e Angola. Parte desse produto era encontrada nos

⁷⁸¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 250, D. 16773.

⁷⁸² AHU-Angola, cx. 97, doc. 8.

⁷⁸³ ALMEIDA, 1936.

sertões, isto é nas áreas periféricas dos principais núcleos urbanos que tinham portos marítimos. Uma vez identificada, extraída e transportada, essa matéria-prima era usada nas mais diversas atividades, no âmbito da construção, medicinação, etc. De Pernambuco para Angola, coube à madeira papel de destaque. Era um bem desejado nessa colônia em África, e remessas ocorreram de um canto para o outro. Vimos que uma das justificativas dadas pelas autoridades para a solicitação dessas remessas era de que nos sertões de Angola não havia madeira de “excelente qualidade”, por isso a necessidade de trazê-las do Brasil. Porém, questionamos essa não existência do produto nos sertões angolanos, e chegamos à conclusão de que havia sim madeira de qualidade, mas o problema deveria estar no baixo incentivo do envio de diligências para identificar o produto, extrair e transportá-lo até Luanda. Em outras palavras, era uma questão de logística. Nesse caso, Pernambuco parecia estar mais desenvolvido, até porque havia incentivos para a extração da madeira no intuito de usá-las também nas obras da Metrópole portuguesa. Uma vez chegada ao porto marítimo do Recife, a matéria-prima dos sertões pernambucanos ganhava o circuito atlântico, de onde ia para outras capitâneas da América portuguesa, para Portugal e para Angola. Tratando-se de Angola, a rota do tráfico atlântico de escravos serviu de base para o trânsito de madeira. Ao que parece, o transporte dessa matéria-prima pelo oceano saía mais rápido do que transportá-la dos sertões angolanos até Luanda em razão da incipiência da logística terrestre e fluvial local.

CAPÍTULO 4

DOS SERTÕES DE ANGOLA PARA PERNAMBUCO

O trânsito pelo Atlântico ocorreu, também, no sentido contrário, na direção leste-oeste, ou seja, de Angola para Pernambuco. Dos sertões de Angola partiam, principalmente, escravos, marfim e cera, mas também ferro e animais selvagens. Neste capítulo, abordamos as remessas de alguns dos produtos dos sertões de Angola cujo destino (final ou parcial) foi Pernambuco. Concomitantemente, debruçamo-nos também na forma como esses produtos eram utilizados nessas duas localidades separadas por um oceano.

Em relação a Angola, três grandes rios provenientes do interior deságuam junto a Luanda na costa marítima: o Bengo, Dande e Quanza. Estes serviam como vias de mão dupla. Se, por um lado, mercadorias como escravos, marfim, cera e demais matérias-primas desciam dos mais distantes sertões até a costa, por outro, também proporcionavam a subida para o interior do continente de produtos vindos da Europa e do Brasil. O transporte poderia dar-se por trechos navegáveis ou por caminhos terrestres que margeavam os referidos rios.⁷⁸⁴

No século XVII, o militar e cronista António Cadornega descrevia o rio Quanza e suas embarcações e canoas que continuamente navegavam “aquele caudaloso rio” da cidade de Luanda para todos os presídios e fortalezas da conquista, como Muxima, Massangano e Cambambe.⁷⁸⁵ No mesmo período, o missionário Cavazzi de Montecuccolo registrava os meios de comunicação em Angola: as estradas eram largas de Luanda para Massangano, Ambaca e os reinos de Matamba, Ngola-a-Ari e Cassanje. No resto de Angola, os viajantes andavam “sempre através de desertos e das florestas, pois, além das clareiras onde há aldeias, tudo está coberto de ramos, de espinhos agudos e de pedras”.⁷⁸⁶ Ainda segundo Cavazzi, os rios eram atravessados por pequenas barcas cavadas num tronco de árvore, chamadas canoas, com o auxílio de cordas compridas, segurando as duas extremidades nas margens dos rios; ou com árvores cortadas e derrubadas entre uma margem e outra.⁷⁸⁷

Já na segunda metade do século XVIII, segundo estudos desenvolvidos por José Venâncio, em sua maioria, os comboios de escravos já não eram tão transportados pelo rio Quanza, mas seguiam, por terra, seu curso. Houve a perda de significado do rio quando as caravanas do comércio escravagista começaram a utilizar as rotas terrestres do interior

⁷⁸⁴ VENÂNCIO, 1996, p. 135-136.

⁷⁸⁵ CADORNEGA, 1940, p. 62.

⁷⁸⁶ CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, 1965, v. 1, p. 148-149.

⁷⁸⁷ *Ibid.*

conforme a localização das feiras que foram surgindo. Contudo, rios como Dande e Bengo continuaram sendo importantes vias fluviais para o transporte de madeira, óleo de palma e produtos agrícolas.

Da mesma maneira que em Pernambuco, em Angola, os caminhos por terra e rios também eram perigosos.⁷⁸⁸ Segundo as autoridades, “negros e pessoas miseráveis” realizavam importantes carregações na larga distância de cem, duzentas e mais léguas onde as mortes eram frequentes.⁷⁸⁹ Entretanto, conforme analisamos na seção sobre os cavalos, ao contrário de Pernambuco, Angola não dispunha de muitos animais de carga para realizar as travessias. Em compensação, fazia-se bem mais uso de escravos para esse tipo de serviço. Ao longo do trajeto interior-litoral, os escravos eram obrigados a transportar produtos adquiridos nos sertões. Diversos tipos de pessoas participavam das travessias de escravos e outras mercadorias por esses caminhos dos sertões de Angola, principalmente, a partir da segunda metade do século XVIII: eram os ditos “naturais da terra”, “pombeiros”,⁷⁹⁰ “sertanejos”,⁷⁹¹ “brancos forasteiros”, “contrabandistas”, “hebreus”,⁷⁹² e, até mesmo, “ciganos”.

Dos portos marítimos de Luanda e Benguela, mercadorias oriundas dos sertões seguiam para Portugal e América. Podiam ir por duas rotas diferentes: ou subiam diretamente

⁷⁸⁸ Sobre os caminhos e viagens nos sertões de Angola, ver SANTOS, 1978. PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

⁷⁸⁹ AHU-Angola, cx. 51, doc. 53

⁷⁹⁰ Segundo Zerón, as definições encontradas em dicionários para pumbeiros/pombeiros designam “tanto um indivíduo malfeitor como o intermediário no comércio de escravos, na África e no Brasil”. Na África, “estes pombeiros eram escravos de comerciantes e feitores, e viviam portanto próximos dos portugueses implantados junto a costa africana, que dizer dos soldados, dos funcionários da coroa, dos missionários, além dos próprios comerciantes”. ZERÓN, Carlos Alberto. Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África. In: LOUREIRO, Rui; GRUZINSKI, Serge. *Passar as fronteiras*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS SÉCULOS XV A XVIII, 2., 1997, Lagos. *Actas* [...] Lagos: Centros de Estudos Gil Eanes, 1999. p. 16, 21. Para maiores informações sobre a etimologia da palavra pombeiro ver <https://arrugamao.blogspot.com/2013/11/pombeiro-viagem-de-uma-palavra.html>.

⁷⁹¹ O termo “sertanejo” utilizado em Angola tinha sentido diferente do termo usado no Brasil. Enquanto neste último sertanejo significa originário do sertão, habitante do sertão; em Angola sertanejo era alguém que percorria os caminhos do sertão, independentemente de habitar nele ou não. Sobre o sertanejo em Angola, Maria Madeira Santos diz que eram “misto de comerciantes, exploradores e aventureiros, dotados de grande resistência ao meio, acomodando-se às melhores formas de sobrevivência, os sertanejos rasgavam o desconhecido, avançando sempre para mais longe”. SANTOS, 1978, p. 163. Também sobre Angola, Roberto Guedes comenta: “aqui a expressão para traficante do interior é sertanejo [...]”. GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidade de cor no reino de Angola na segunda metade do século XVIII*. In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 383.

⁷⁹² Exemplo da presença de comerciantes hebreus nos sertões Angola, degredados pela Inquisição, bem como suas práticas e costumes, pode ser visto na Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José I sobre a carta do governador e capitão-general de Angola, D. António Álvares da Cunha, no ano de 1754. AHU-Angola, cx. 38, doc. 81. Ao que parece, a ligação dos judeus com os sertões de Angola ultrapassou os séculos, pois, conforme analisado por Joseph Levi, entre o fim do século XIX e primeiros anos do século XX, havia planos para uma parte do interior de Angola tornar-se um “receptáculo do Povo de Israel”, ou seja, Angola passaria a ser uma pátria “não-palestina” para esse povo. Sobre esses planos ver: LEVI, Joseph Abraham. “1907-1914: Terra Prometida em Terras Angolanas: Dinâmicas e Tensões (Inter)Nacionais”. *Revista Nordestina de História do Brasil* 1 1 (2019): 86-122. <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiadobrasil/article/view/985/626>.

da África para a Europa, ou, então, saíam da África para a América portuguesa, onde algumas das mercadorias lá ficavam, enquanto outras subiam dali em direção a Portugal. Pernambuco era uma das principais capitanias da América que recebiam essas remessas de Angola, algumas delas somente com escala para a Metrópole, já outras tendo como destino final a própria capitania.

No ano 1758, um fato ajuda a dinamizar a remessa dos anteditos produtos: a Coroa Portuguesa liberou a entrada de vários tipos de pessoas vassaladas (“brancos forasteiros”, “pardos” e “negros calçados”) para comercializarem escravos e produtos nos portos e sertões de Angola, Benguela, Congo e Loango.⁷⁹³ Como veremos depois, essa abertura do comércio nos sertões de Angola reverberou e influenciou até o outro lado do Atlântico, na América portuguesa, incluindo aí Pernambuco.

⁷⁹³ Sob a nova lei, as autoridades na África Centro-Ocidental (governadores, capitães-mores, cabos, oficiais de guerra, ministros de Justiça, Fazenda, ou os oficiais das Câmaras) ficavam proibidas de impedir os tais comerciantes de entrar e sair dos sertões, feiras gerais e portos, em busca de escravos e toda a sorte de fazendas permitidas. Além disso, ficava vedada a prática dos monopólios. Nesse sentido, ao autorizar a liberação dessas outras pessoas, a Coroa esperava estimular o comércio, bem como regularizava uma prática que, enquanto era proibida, nunca chegou a ser respeitada por diferentes indivíduos, como pode ser visto nas mais diversas queixas feitas pelos sucessivos governadores de Angola ao longo das décadas. Como desdobramentos da antedita Lei de 1758, no ano de 1769, o Contrato do marfim e escravos passou a ser administrado pela Fazenda Real devido a problemas com alguns contratadores que monopolizavam este e outros gêneros em prejuízo dos particulares. AHU-Angola, cx. 53, doc. 46. Sobre a proibição e liberdade de comércio no sertão, ver também os seguintes documentos: AHU-Angola, cx. 40, doc. 7; AHU-Angola, cx. 41, doc. 49; Alvará com força de Ley, [...] para que seja livre, e franco, o commercio de Angola, e dos portos e sertões adjacentes – Lisboa – Chancelaria Mor da Corte e do Reino, 1758. Salientamos que, de acordo com José Carlos Venâncio, antes de 1758, existiam duas espécies de comerciantes: os que desde o início do século XVII não podiam comerciar no *hinterland* (“europeus”, “euroafricanos” e “africanos aculturados”) “e os que, em missão destes, aí podiam resgatar as mercadorias que traziam de Luanda por escravos, marfim e cera”. Este último grupo eram os chamados pombeiros descalços. Sendo assim, antes de 1758, só quem estava oficialmente envolvido na descida de escravos dos sertões para os portos do litoral eram os sovas aliados ou politicamente submetidos à Coroa (obrigados ao pagamento de tributos na forma de escravos), os militares em época de campanha de expansão colonizadora, e os pombeiros descalços a mando de capitães-mores dos presídios, dos oficiais da Câmara de Luanda e dos moradores de Luanda. Sobre a proibição do comércio no sertão no início do século XVII e a sua liberação a partir de 1758, ver VENÂNCIO, 1996, p. 150-156.

4.1 Marfim

O marfim era bastante apreciado em Portugal. Já no século XV, remessas dessa matéria-prima passaram a ocorrer no bojo da expansão marítima protagonizada pelos portugueses. Segundo José Horta e Luís Afonso, a chegada direta de marfins africanos a Portugal ocorreu, designadamente, pelos contatos estabelecidos em Serra Leoa na segunda metade do século XV. Mais tarde, chegará também marfim produzido na região do Benim e do reino do Congo, este último mais para o sul do continente africano.⁷⁹⁴

Durante muito tempo, a pesquisa sobre o marfim foi relegada a segundo plano por motivo da concentração de estudos a respeito do tráfico atlântico de escravos ou das guerras de conquista empreendidas pelos colonizadores contra os povos autóctones. David Birmingham, por exemplo, em duas de suas obras, dedicou alguns momentos para descrever o comércio de marfim entre os traficantes que vinham do interior de Angola e os portugueses, mas realmente o interesse maior foi a conquista territorial e o tráfico de escravos.⁷⁹⁵ Como disse Mariza de Carvalho Soares, autores consagrados da historiografia africanista como o próprio David Birmingham, Jan Vansina, entre outros abordaram tangencialmente o tema. Não por descaso, mas sim porque o foco dedicado foi sobre o impacto do comércio de escravos entre os povos africanos. De acordo com Soares, “curiosamente, o comércio do marfim não despertou o interesse dos historiadores africanistas que vêm se dedicando ao circuito comercial do ouro, dos escravos, dos tecidos e de outras mercadorias”.⁷⁹⁶ De forma semelhante, sublinhou Rogéria Cristina Alves ao dizer que é indubitável que o comércio de escravos seja o mais pesquisado e estudado, pois trata-se de uma das maiores diáspora da história, “na qual ressoam histórias de crueldade, resignificações de identidades, construção de estratégias de resistência e sobrevivência. Contudo, é preciso olhar para essa ‘fatia’ da história e ir além,” pensando também não somente no comércio de escravos, mas também na circulação de pessoas e uma infinidade de mercadorias, dentre elas, o marfim, pois a

⁷⁹⁴ AFONSO, Luís Urbano; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça, c.1490-c.1540. *Artis*, Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio, Lisboa, n. 1, p. 20-29, 2013.

⁷⁹⁵ Segundo Birmingham, para os portugueses, o comércio de escravos sempre foi mais importante que o marfim nas zonas móveis de exploração fronteiriça. Os traficantes não pensavam que valesse a pena o transporte de marfim até Luanda, pois o produto era mal pago por motivo do monopólio exercido pela Coroa. Birmingham procurou dar foco na análise do comércio de escravos, acentuando o processo de subjugação dos povos africanos pelos portugueses. Ver BIRMINGHAM, 1974, p. 54-55; BIRMINGHAM, David. Portugal e África. Lisboa: Vega, 2003. p. 43-44.

⁷⁹⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. “Por conto e peso”: o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV-XVII. *Anais do Museu Paulista: História, Cultura e Material*, v. 25, n. 1, p. 59-86, 2017.

circulação do referido produto não fora um objeto de estudo aprofundado – “com raras exceções de pesquisas que destacam a presença de objetos em marfim na Europa”.⁷⁹⁷

Nos últimos anos, alguns historiadores procuram preencher lacunas na historiografia a respeito do estudo da circulação do produto saído da África Ocidental para as rotas do Atlântico. Além disso, parcerias formadas entre historiadores brasileiros e portugueses de diferentes instituições passaram a desenvolver projetos de pesquisa acerca da circulação do marfim oriundo de alguns portos da África, e do uso desse marfim tanto na África e em Portugal quanto no Brasil.⁷⁹⁸ Mariza Soares, por exemplo, de forma aprofundada, amplia as análises sobre o marfim e destaca a implantação do comércio na África Centro-Ocidental e sua importância no conjunto das atividades econômicas entre 1490 e 1620. Um dos objetivos de seu trabalho foi compreender a procedência e as condições com que o marfim bruto circulava até chegar ao seu destino final na Europa: oficinas europeias e os museus e coleções particulares.⁷⁹⁹ Já Rogéria Alves, também mergulha no estudo do marfim e investiga o comércio do referido produto e suas conexões atlânticas, dando ênfase à circulação de pessoas, objetos e culturas entre Angola, Brasil e Portugal ao longo dos séculos XVIII e XIX.⁸⁰⁰

Em nosso caso, pretendemos nesta seção contribuir, especificamente, para a identificação das relações existentes entre Angola e Pernambuco no que concerne a remessas de pontas de marfim oriundas dos sertões da África Centro-Ocidental que fizeram escala na referida capitania da América portuguesa, antes de subirem a Portugal durante a segunda metade do século XVIII. Ao longo desse processo, buscamos também analisar a possibilidade da entrada definitiva desse marfim em terras pernambucanas, assim como a presença, ou não, do marfim na composição de objetos usados pelos habitantes dos sertões de Pernambuco no limiar do referido século.⁸⁰¹

⁷⁹⁷ ALVES, Rogéria Cristina. Precioso marfim: o comércio das presas de marfim de elefantes entre Angola, Brasil e Portugal, séculos XVIII e XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: contra os preconceitos: história e democracia, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília, 2017a, p. 2.

⁷⁹⁸ Para mais detalhes sobre essas parcerias, ver: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. Disponível em: https://ufmg.br/storage/b/6/9/4/b694eaea8cfaabe9e69c498a5c66c6de_15296019131342_1525989102.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

⁷⁹⁹ SOARES, 2017a.

⁸⁰⁰ ALVES, 2017a, p. 1-16. ALVES, Rogéria Cristina. Marfins na rota atlântica: a circulação do marfim entre Luanda, Costa brasileira e Lisboa, 1724-1826. In: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. cap. 3, p. 96-130. ALVES, Rogéria Cristina. “Fascinante marfim”: a circulação dos objetos em marfim de origem africana (Angola, Portugal e Brasil, séculos XVIII e XIX). *Revista Ars Historica*, v. 14, p. 137-156, jan./jun. 2017b.

⁸⁰¹ Estamos a nos referir, especificamente, ao marfim de elefante.

O interesse dos portugueses pelo marfim de elefantes da África Centro-Occidental aparece registrado já nas primeiras descrições de cronistas e navegadores na passagem do século XV para o XVI. Garcia de Resende, ao escrever sobre a chegada do navegador Diogo Cão ao Congo, comentou o fato de que o rei desse território na África deu de presente a El-Rei de Portugal “dentes dalifantes & cousas de marfim lavradas, & muitos panos de palma bẽ tecidos & e com finas cores”.⁸⁰² Já Duarte Pacheco Pereira, comentou a aquisição de dentes de elefantes (chamados de “zaão” pelos habitantes), bem como a respeito da farta presença desses animais.⁸⁰³ Por outro lado, no início do século XVII, o ouvidor-geral e provedor da Fazenda de Angola relatava “o muito marfim que há pella terra dentro.”⁸⁰⁴ Nas sociedades africanas, o marfim era utilizado na confecção de objetos desde antes da chegada dos europeus. Nos primeiros contatos dos missionários vindos da Europa com os povos da África Centro-Occidental, foram registrados informes acerca da existência dos ditos objetos, por exemplo, trombetas, buzinas, cadeiras, entre outros.⁸⁰⁵

Em relação ao estudo da produção dos objetos de marfim para a região do Congo e Angola, como diz Rogéria Alves, este ainda é um campo de pesquisa em construção, “o que se deve, em parte, à escassez de fontes históricas que registrem informações sobre a confecção das peças”.⁸⁰⁶ De forma geral, Beatrix Heintze também comenta a dificuldade em se estudar a cultura material dos Mbundu (incluindo aí objetos de marfim). Segundo a autora, na maioria das vezes, a cultura material aparece na documentação apenas como referência e não como descrição.⁸⁰⁷

No que se refere, especificamente, ao uso do marfim na confecção de objetos pertencentes à sociedade colonial de Angola, se nos basearmos nas impressões colhidas pelo militar e cronista Elias Alexandre Corrêa, poder-se-ia dizer que a referida matéria-prima não

⁸⁰² BRÁSIO, António Duarte, Padre. Chegada dos pretos ao Congo, 1488-1491 [17 Garcia de Resende]. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionária africana: África Occidental, 1471-1531*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. v. 1, p. 70. p. 69-74. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34720/1/MMA_completo_Vol_1.pdf.

⁸⁰³ PEREIRA, 1892, p. 83.

⁸⁰⁴ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Auto do ouvidor geral e provedor da fazenda de Angola, 5-6-1618. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Occidental, 1611-1621*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955b. v. 6, p. 309. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34724/1/MMA_completo_Vol_6.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

⁸⁰⁵ Sobre registros de objetos de marfim confeccionados pelos diversos grupos de africanos ver: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionária africana: África Occidental*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. v. 1, p. 61, 82, 94, 113; v. 3, p. 139, 294, 326; v. 7, p. 373; v. 15, 632. Instrumentos musicais feitos de marfim também foram descritos pelo missionário CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965, v. 1, p. 162.

⁸⁰⁶ ALVES, 2018, p. 118.

⁸⁰⁷ HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007. p. 558, 601.

foi muito utilizada, apesar da existência do grande número de marfim bruto destinado à exportação. Isso porque Corrêa descreveu, de forma resumida, que o marfim em poucas coisas se aplicava em Angola. As fábricas que pudessem consumir e realçar a preciosidade do produto eram desconhecidas. Ainda segundo ele, “jogo de tábulas e copos para deitar os dados é tudo quanto o bom gosto exige neste gênero”.⁸⁰⁸

Entretanto, devemos ponderar sobre essa pouca incidência da confecção de objetos de marfim na África Centro-Occidental, pois no ano de 1785, um governador de Benguela justificou a pouca remessa do marfim bruto daquele local em direção a Portugal por causa da produção de diversos tipos de objetos a base de marfim, que estavam sendo feitos tanto na África quanto na América portuguesa, o que contribuía para diminuir o número da matéria-prima que se enviava para Lisboa; ou seja, para o tal governador, pontas de marfins da África Centro-Occidental estavam sendo usadas na confecção de objetos no próprio território africano, assim como na América portuguesa.⁸⁰⁹ Aliás, a presença de objetos feitos de marfim podia ser encontrada até mesmo nas mais distantes igrejas de Angola, algumas delas localizadas no sertão. Foi o caso ocorrido na igreja da freguesia de Ambaca no ano de 1704. Dentre as descrições dos bens e ornamentos pertencentes à dita igreja, um reverendo descreveu que ela possuía “um crucifixo de marfim com cruz lavrada e dourada com seus engates de pedras falsas, um abanador de marfim com engate e argola de prata”.⁸¹⁰

Na falta de acesso aos inventários *post-mortem* pertencentes aos moradores da sociedade colonial de Angola, fomos buscar em outros documentos (alguns autos de sequestros de bens, relação de bens e heranças dos defuntos e ausentes, testamentos e relatos de viajantes) indícios a respeito da presença de marfim nos domicílios coloniais. Foi o caso, por exemplo, de José de Souza que, em seu testamento feito em Benguela, no ano de 1780, constou administrar contratos e de estar responsável por marfins, fazendas, dinheiro e demais bens de outras pessoas.⁸¹¹ No caso do antedito testamento, foi citado o marfim, e não objetos

⁸⁰⁸ CORRÊA, 1937, p. 127.

⁸⁰⁹ AHU-Angola, cx. 70, doc. 43. Mais adiante, veremos que isso também é um indício de que parte do marfim ficava na América portuguesa, não subindo de todo para Portugal.

⁸¹⁰ BPE. Cod. CXVI/2-15 a n.º 16. Notícia das Igrejas do Bispado de Angola, e Relação da gente que tem cada Freguesia. Relação dos moradores, sobados da guarnição do presídio de Ambaca e mais pessoas que alguns anos se acham nele de assistência as suas necessidades, uns e outros abrigados a esta freguesia; feita pelo reverendo padre Gracia da Victória.

⁸¹¹ Contudo, isso não afasta a possibilidade da existência de objetos feitos dessa matéria-prima na sociedade colonial, inclusive dele constar em outros testamentos, haja vista que trabalhamos com um número reduzido desse tipo de documento no nosso universo de amostragem. Os testamentos que utilizamos estavam anexados a alguns dos autos de habilitação. Contudo, nem todo auto de habilitação tinha atrelados os testamentos, o que contribuiu, dentre outras coisas, para que nossa amostragem de testamentos produzidos em Angola fosse bastante reduzida. ANTT. Cota Atual, feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, Mc. 21, n.º 12, cx.38. PT/TT/JIM-JJU/001/021/00012.

feitos de marfim, o que dá a entender que se tratava de mercadoria bruta para comércio. Já objetos feitos de marfim, podem ser vistos no auto de sequestro de bens pertencentes ao governador de Benguela no ano de 1796, por exemplo: dois sinetes de prata com punhos de marfim, uma faca de marfim, uma bengala de ponta de abada e uma bengala de ponta de abada emendada com cartão de marfim.⁸¹² O morador José Caetano Loureiro tinha três pentes de marfim finos, no valor de 300 réis. Já o piloto Francisco Gomes Pereira, possuía uma bengala com cartão de marfim e seus anéis de prata no valor de 1.000 réis. Outro piloto de nome Vicente Anastácio Marques tinha, dentre seus bens, um bastão com cartão de marfim no valor de 200 réis. Paulo Alexandre de Oliveira possuía uma caixa de marfim para tabaco no valor de 50 réis.⁸¹³

Infelizmente, não temos como saber se esses objetos pertencentes às supracitadas pessoas em Angola foram confeccionados na própria África, onde se encaixavam naquelas coisas mencionadas pelo cronista Elias Alexandre Corrêa, ou se foram feitos na Europa, com a matéria-prima oriunda do continente africano ou asiático. Entretanto, independentemente do lugar onde os objetos foram fabricados, os moradores de Angola que mais tinham acesso a eles eram membros de uma elite colonial (como governadores, provedores, capitães-mores, religiosos, comerciantes entre outros) e de uma elite africana local (como os sobas). Sobre esses últimos, eles também eram opulentos. Segundo Cavazzi, alguns “príncipes” africanos, como o duque de Bamba e conde de Sonho, possuíam casas com paredes alcatifadas com seda, cadeiras de veludo, guarda-sóis enfeitados de ouro, gemas e “outros objetos preciosos”. Nesse sentido, possivelmente o marfim entraria nessa categoria de objetos preciosos.⁸¹⁴

Já em relação aos habitantes mais pobres da sociedade colonial, dificilmente eles teriam consideráveis objetos de marfim em sua casa. Isso porque, se nos basearmos no relato do missionário Cavazzi a respeito dos bens pertencentes àquelas pessoas designadas de “a gente comum”, veremos que estas possuíam utensílios escassos e de baixo valor: ferro para lavrar a terra e para rachar a lenha, machadinhos, esteiras para dormir, duas ou três painéis de louça, pratos pequenos de barro, pedaços de pano e pequenas cabaças para guardar raízes, sementes, legumes, unguentos e outras coisas de pouco valor. O próprio Cavazzi se referia que em Angola, Benguela e Congo era “ridículo falar de herança” entre os pretos que faziam parte da sociedade colonial, pois “nada possuíam”, ou, quando possuíam algo, era de “pouquíssimo valor”. Afirmou que “muitas vezes” precisou registrar os “pedidos de pessoas

⁸¹² AHU-Angola, cx. 83, doc. 55-A.

⁸¹³ AHU-Angola, cx. 99, doc. 32. Relação dos Bens pertencentes aos defuntos e ausentes.

⁸¹⁴ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965, v. 1, p. 142-143.

menos abastadas” que desejavam fazer testamento. Foi o caso de um preto que deixou para sua mulher e dois filhos uma pequena enxada, umas cabaças, umas panelas e três panos. Já outro preto, legou para sua esposa, filho e filha: um recipiente de barro, duas panelas, um arco, dois panos e umas louças de pouco valor.⁸¹⁵

Como já visto, a obra de Cavazzi foi escrita na segunda metade do século XVII. Percebe-se que pouca coisa mudou ao longo dos cem anos seguintes em termos da posse de bens dos grupos sociais existentes em Angola. Afinal, nosso cronista Elias Alexandre Corrêa, em plena segunda metade do século XVIII, referia-se à “gente pobre” que, por vezes, carecia até mesmo de bens básicos para a sobrevivência, como alimentos e água de boa qualidade.⁸¹⁶ Ora, se para algumas pessoas pobres o acesso a esse tipo de bem era precário, o que dizer então do acesso delas a objetos feitos de marfim, material bastante estimado pelas elites das colônias e da Metrópole portuguesa?

Contudo, isso não significa que não existisse possibilidade da “gente comum” ou da “gente pobre” possuir ao menos pequenas porções ou fragmentos de marfim, que originariam objetos miúdos como pulseiras, colares, entre outros. Afinal de contas, a referida matéria-prima originada dos elefantes estava presente nos sertões. No século XVIII, por exemplo, o sargento-mor Afonso Mendes escreveu um caderno em que tratou sobre coisas existentes no sertão do Reino de Angola. Segundo o referido militar, os habitantes do sertão usavam como medicamentos produtos derivados do referido animal: o “óleo de elefante”, “marfim de pontinhas pequenas” e “Pedra-bazar do Elefante”⁸¹⁷ Aliás, raspas de marfim de elefante e

⁸¹⁵ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, 1965, v. 1, p. 158-159.

⁸¹⁶ De acordo com Elias Alexandre Corrêa, a água em Luanda era cara e de má qualidade. Havia desgosto em beber água por conta de um território seco, pestilento, de águas turbadas, infeccionadas. Mesmos lugares onde a água era mais pura, como a do manancial da Maianga, ainda assim o líquido não era cristalino e tinha um gosto salobro. Quem mais sofria era a gente pobre, que não tinha condições em adquirir a água de melhor qualidade. Ainda de acordo com Corrêa, os moradores da baixa cidade (em Luanda) faziam uso de umas pedras que filtravam a água (encontradas também em Pernambuco e outros lugares), purificando o líquido proveniente do turbado e lodoso rio Zenza. Porém, a “gente pobre” era excluída desse benefício, que atraía dinheiro para aqueles que exploravam as tais pedras. Ver CORRÊA, 1937, 144-146.

⁸¹⁷ Sobre a pedra-bazar do elefante, o sargento-mor afirma que ela servia contra febres: “é uma bola do tamanho de um ovo, que se acha por acaso nos buchos daqueles que se matam, commumente daqueles que já são muito velhos, dando se pisada a beber quantidade de peso de um vintém de prata do reino de Portugal, na declinação da febre faz suar valentemente e melhores efeitos do que a pedra bazar da Índia. Conhece-se esta bola ser a mesma que se trata no descascar a modo de cebola, quando partem, na cor acanelada sendo meúda, e no amargar muito.” Também para a febre era usado o marfim de pontinhas misturado com outros produtos. Já o óleo de elefante, era usado para asma: “muito bom morno, untando-se com ele três vezes o peito; e logo se sente melhoras, advertindo-se que se deve resguardar do ar.” BNP. Cota – Cod. 6496//1. Coleção Manuscritos Reservados. Caderno que trata das ervas, raízes e outras cousas que se tem descoberto no Sertão do Reyno de Angola com várias virtudes, que o Sargento Mor Affonso Mendes por sua curiosidade foi escrevendo, imitando, ao Doutor Monardes que escreveo as que se descobrirão no descobrimento das Indias de Espanha.

dentos, e chifres de outros animais não somente eram usados como medicamento em Angola, como passaram também a ser utilizados em Portugal e também no Brasil.⁸¹⁸

Após essa breve descrição do uso do marfim na sociedade colonial de Angola, passa-se agora para as remessas dessa matéria-prima oriunda dos sertões da África Centro-Ocidental para a Capitania de Pernambuco na América portuguesa. Uma das primeiras informações prestadas ao Conselho Ultramarino da saída de marfim de Angola para o Brasil foi no ano de 1617, quando um religioso solicitou isenção dos direitos de alguns “dentes de marfim pequenos” que lhe haviam sido “dado[s] de esmola” a ele quando esteve em Angola, e por conta disso não pagou direitos ao chegar ao Brasil.⁸¹⁹ Esse caso já nos mostra que havia um controle sobre a circulação desse produto, pois o dito religioso corria o risco de ter de pagar os dentes de marfim ao contratador do Contrato de Angola, único que poderia extrair o marfim para fora daquele território. Ao consultarmos o catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino, identificamos que, ao longo do século XVII, outras informações esporádicas apareceram sobre algumas remessas.⁸²⁰ Contudo, foi a partir do século XVIII que realmente despontaram mais informes sobre a remessa da referida matéria-prima para o circuito atlântico.

Em relação ao Brasil e outras partes da América portuguesa, não existiam elefantes em seu território à altura da chegada dos europeus. Portanto, o marfim de elefante só começou a aparecer por essas terras por conta das conexões atlânticas resultantes da expansão

⁸¹⁸ Ao longo da segunda metade do século XVIII, observamos numa listagem das pautas da alfândega que as raspas de marfim continuavam a entrar em Portugal, sendo classificadas como “drogas”, “gêneros de droguistas” ou “drogas simples, compostos de boticas e tintas para pintores”. Em relação às pautas da Alfândega ver: ARQUIVO-BIBLIOTECA DA ALFÂNDEGA DE LISBOA. “Pauta para o despacho da Alfândega e com muitas declarações no fim. Lisboa Ocidental: Nova Oficina de Maurício Vicente de Almeida”, 1731. p. 38; “Pauta do Consulado, 1743”, p. 25, 44-45, 61; “Pauta que há de servir nas alfândegas destes reinos para o despacho dos portos secos, molhados e vedados, que hoje corre por conta da Fazenda Real”. Lisboa, 1752. p. 26-27. “Pauta que há de servir para o despacho e todas as fazendas e gêneros que entrarem e saírem pelas alfândegas dos portos secos, molhados e vedados destes reinos na forma que adiante se declara”. Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1776. p. 57. Por sua vez, uma das informações sobre o uso do marfim como medicamento apareceu no século XVII, quando o médico judeu-português conhecido pelo nome de Zacuto Lusitano indicava raspas e pó de marfim a um de seus filhos que saíria da Península Ibérica em direção ao Brasil, como forma de combater determinadas doenças das “terras quentes”, como a “gota coral” e o “tremor do coração”, o que indica que esse produto entrava em Portugal naquele século. Ver: VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; GURIAM, Gabriel Ferreira (edição, estudo e notas). *Tratado sobre medicina que fez o Doutor Zacuto para seu filho levar consigo quando se foi para o Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. (Coleção Memória Atlântica). p. 59, 74-75.

⁸¹⁹ AHU-Angola, cx. 1, doc. 72.

⁸²⁰ Ver, por exemplo, AHU-Angola, cx. 3, doc. 74 e 75. AHU-Angola, cx. 15, doc. 36.

ultramarina.⁸²¹ Uma das primeiras referências sobre o comércio de marfim entre Portugal, Angola e Brasil foi feita por Ambrósio Fernandes Brandão, médico português, que viveu no Brasil como senhor de engenho nos primeiros anos do século XVII.⁸²² Contudo, de forma geral, poucos foram os viajantes que deixaram registros sobre o comércio de marfim no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Segundo investigações levadas a cabo por alguns historiadores sobre relatos de viagens, identificou-se que dos 116 relatos analisados, não trazem nenhuma menção ao marfim 74 dos relatos, o que significa que esse material não foi largamente usado no Brasil até o início do século XIX.⁸²³

De acordo com o militar cronista Elias Alexandre Corrêa, que serviu em Angola na segunda metade do século XVIII, o marfim era o segundo dos produtos de exportação, ficando somente atrás dos escravos. O marfim era graduado em Contrato Real e privativo do Soberano, ou seja, era um precioso gênero de um contrato privativo à Fazenda Real. Todo o marfim deveria ir para o Erário Régio. Nesse sentido, não era qualquer pessoa que poderia remeter marfim bruto para fora de Angola, sendo considerado crime quem o fizesse. A exceção era a retirada do marfim lavrado, que não era proibida, porém não havia fábricas em Angola que o utilizassem, sendo inútil a permissão.⁸²⁴

Segundo Corrêa, o marfim dividia-se “em quatro classes conforme o peso de cada ponta, ou dente, e a proporção da utilidade”: o marfim “miúdo” era o da classe inferior, seguido do “meão”, “conta” e, por último, o de “lei”, considerado o superior de todos. Essa matéria-prima abundava no seio do sertão de Angola e exigia um grande número de carregadores. As grandes distâncias até Luanda acabavam por aumentar as despesas do transporte em terra. A cada três anos, remetiam-se ao Erário de Lisboa duas até três mil pontas de marfim de todas as qualidades.⁸²⁵

⁸²¹ Contudo, durante a pré-história, no período geológico do Pleistoceno tardio, ancestrais do elefante existiam no território do que depois viria a ser chamado de Brasil. Era o mastodonte e o stegomastodonte, que com outros mamíferos faziam parte da chamada megafauna brasileira. Entre os 13 mil e 9 mil anos, mudanças climáticas contribuíram para a extinção desses animais. À chegada dos portugueses em 1500, já não havia de há muito esse tipo de animal naquelas paragens. Fósseis desses animais da megafauna foram encontrados em diversos lugares do Brasil, inclusive em Pernambuco. Sobre esses achados ver: ALVES, 2007; BARRETO, 2004; VIDAL, 1946.

⁸²² Segundo Brandão, “a Angola se mandam naus com muitas fazendas, que de lá tomam carregadas de escravos, por que se comutam, deixando grande proveito aos que nisto negociam; e ainda as naus, que para lá navegam em direção do Reino, aportam na capitania do Rio de Janeiro, aonde carregam de farinhas, mantimento da terra, por ali se achar mais barata, a qual levam a vender à Angola a troco de escravos e de marfim que de lá trazem em muita quantidade”. Por falar em Brandão, ele afirmava que no Brasil havia mais comércio que para o Reino, “porque se faz muito grande para Angola e para o Rio da Prata”. BRANDÃO, 1956.

⁸²³ Sobre isso, ver SANTOS; PAIVA; GOMES, 2018, p. 19.

⁸²⁴ CORRÊA, 1937, p. 27-28.

⁸²⁵ *Ibid.*

A respeito do trajeto percorrido dos sertões até os portos do litoral de Luanda e Benguela, os documentos manuscritos com que deparamos trazem informações parcas e fragmentadas. Normalmente se referem que o marfim vinha simplesmente do interior, trazidos por “negros dos sertões” e “por sertanejos”, entre outros. Pouco são os detalhes sobre o processo. Entretanto, procuramos recolher indícios que nos ajudam a montar partes de um quebra-cabeça sobre o ambiente e a logística da aquisição, extração e transporte dessa matéria-prima dos sertões à costa africana.⁸²⁶

Sobre a captura dos elefantes para a extração do marfim nos sertões da África Centro-Ocidental, dizia o missionário Cavazzi de Montecucolo em meados do século XVII:

Um dente [marfim] dos maiores constituiria pesada carga para seis escravos [...]. Para matar os elefantes, os naturais usam da astúcia e das armas, isto é, lanças, arcsos fortíssimos e espingardas. A cilada consiste em cavar uma grande fossa, proporcionada a fera, de maneira que o elefante, caindo por si mesmo no buraco, fique sem esperança de sair.⁸²⁷

Contudo, nem todo marfim era extraído de elefantes caçados. Há relatos, como o do governador de Angola, no ano de 1776, que informa que marfins eram retirados dos elefantes que morriam por velhice ou por fome, causada pela “esterelidade do pasto” e pela “falta de regulares chuvas” em todo o continente.⁸²⁸

Lugares como a Maianga (chamada antigamente de lagoa dos elefantes), as terras “dos Ambuelas para cima das outras partes da cabeceira do rio Quanza”, a “terra dos Guenguelas” e os “sertões de Benguela” foram apontados em alguns documentos como propícios à aquisição de marfim.⁸²⁹ O lugar chamado Humbe, nos sertões de Benguela, também foi citado como fornecedor da maior parte de marfim e outros gêneros.⁸³⁰ Aliás, os sertões de Benguela chegaram a ser descritos como “infinitamente mais diverso do que o Sertão do Norte

⁸²⁶ Um trabalho recente que procura centrar-se nos agentes, na circulação do marfim e no exercício do poder das sociedades locais na África Centro-Ocidental é o de João Gime Luís. Embora trate dos territórios referentes ao Kongo Kakongo, Ngoyo e Loango, entre os anos de 1796-1825, Luís, por vezes, também se expande para os sertões de Angola e Benguela. Segundo ele, “pelas informações demonstradas pelas fontes, que, independentemente da proveniência, diversa, do marfim comprado (regiões próximas do reino de Angola: portos a norte do de Luanda: Kongo, Kakongo, Ngoyo, Loango), muito do mesmo era produzido no sertão benguelense”. LUÍS, João Baptista Gime. O comércio do marfim e o poder nos territórios do Kongo, kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825. Tese (Mestrado em História da África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2016, p. 356.

⁸²⁷ CAVAZZI DE MONTECUCOLO, 1965, v. 1, p. 59-60.

⁸²⁸ AHU-Angola, cx 61, doc. 15.

⁸²⁹ Sobre o lugar chamado Maianga ver CADORNEGA, António de Oliveira. História Geral das Guerras Angolanas (1680). Anotado e corrigido por José Matias Delgado. Tomo II. Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colonias, 1940. p. 243. Em relação aos outros lugares ver: AHU-Angola, cx. 70, Doc. 43. AHU-Angola, cx 61, doc. 15. AHU-Angola, cx. 51, doc. 62.

⁸³⁰ AHU-Angola, cx. 64, doc. 35

[Angola]” por ter “maior abundância de marfim”.⁸³¹ As menores distâncias dos sertões de Benguela em relação aos sertões de Angola pareciam favorecer o deslocamento da matéria-prima até a costa marítima.⁸³² Há indícios de que o marfim vinha até mesmo de lugares muito mais distantes, como os reinos de “Luango”, de “Ocamgua”, do “Ibar”, de “Sumde” dos “Amziqus”, e do estado de “Bata”, todos distintos um do outro e distantes do Reino de Angola.⁸³³ Por fim, salientamos que nem todo marfim era proveniente da terra adentro: há informações de que o Cabo Negro, na costa de Benguela, também tinha grande abundância de marfim, escravos e cera.⁸³⁴

Os caminhos e a logística do transporte do produto pelos sertões, de forma geral, não eram fáceis. Os carregadores, alguns em número de 40 indivíduos, estavam sujeitos a passar por “maus caminhos”, “braços de rios”, e por “terras inimigas”.⁸³⁵ Os sobas inimigos da Coroa não permitiam passagem dos pombeiros por suas terras, diferentemente dos sobas avassalados. Entretanto, o fato de algum soba não ser sujeito à vassalagem nem sempre significava a não permissão da extração de marfim de suas terras. No ano de 1780, por exemplo, foi referido que o “poderoso” soba do Humbe, nos sertões de Benguela, admitia a passagem de “pumbeiros pretos”, embora nada se soubesse da entrada de “pumbeiros brancos” nas referidas terras.⁸³⁶ Nesse sentido, esse fato também nos mostra que a passagem do marfim por algumas terras e caminhos dependia da vontade dos chefes africanos de determinadas regiões.

A Feira de Cassange, nos sertões de Angola, era considerada um dos principais pontos de convergência do marfim e escravos extraídos dos mais distantes sertões. Dali o referido produto seguia em direção a Luanda. Extratos emitidos nos anos 80 e 90 do século XVIII trazem indícios sobre o papel ativo desempenhado pelos negociantes responsáveis pela remessa do marfim e, principalmente, escravos a partir da dita feira sertaneja para o litoral. É possível perceber que havia toda uma rede estabelecida envolvendo os feirantes provenientes de diversos sertões de Angola (Ambaca, Beja, Bondo), credores e procuradores (alguns da Bahia e de Pernambuco) e até sócios em Lisboa. Estes últimos interessados nas negociações

⁸³¹ AHU-Angola, cx. 53, doc. 71.

⁸³² O cronista Elias Alexandre, por exemplo, dizia que Benguela gozava de relativa vantagem sobre Angola graças às distâncias mais curtas das suas estradas. CORREA, 1937, p. 27.

⁸³³ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Memoriais de Pedro Sardinha ao Conselho de Estado, 1612? In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1611-1621*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955c. v. 6, p. 104. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34724/1/MMA_completo_Vol_6.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

⁸³⁴ AHU-Angola, cx. 65, doc. 14.

⁸³⁵ Informações fragmentadas sobre esses lugares podem ser vistas em: AHU-Angola, cx. 70, doc. 43. AHU-Angola, cx. 61, doc. 15. AHU-Angola, cx. 51, doc. 62.

⁸³⁶ AHU-Angola, cx. 64, doc. 35.

de algumas embarcações (a Galera Soberano, o Bergantim Ozires, a Corveta Sultana) que percorriam o circuito atlântico a transportar as mercadorias.⁸³⁷ Sendo assim, pode-se notar que essa rede de negociações de escravos e marfim envolvia diversas pessoas estabelecidas nos sertões e litoral de Angola, no Brasil e Portugal, cada uma delas desempenhando um papel específico no comércio.

Outros exemplos da existência de redes de negócios do marfim podem ser vistos nos Livros da Casa Comercial em Luanda (1763-1770). Nos ditos livros, é possível notar as relações da Casa Comercial de Luanda com Portugal e com alguns lugares da América portuguesa, como Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Pernambuco. Havia diversos negócios envolvendo marfim, escravos e uma variedade de outros produtos, tendo predominância de registro sobre os dois primeiros. Ao que parece, a Casa Comercial em Luanda comprava dos “moradores desta cidade” o marfim, por exemplo, para ser remetido a Portugal. Em contrapartida, vendia produtos vindos de Portugal e do Brasil para o mercado interno de Angola: barris de azeite, vinho, aguardente, tecidos, pólvora e outros produtos manufaturados.⁸³⁸ Nesse processo, havia alguns homens, chamados de “Principais” e “Negociantes”, que se relacionavam entre si: desde os administradores do Contrato Real, passando pelo das duas Companhias de Comércio (Pernambuco e Paraíba; Maranhão e Grão Pará) até os do Corpo da Praça de Luanda.⁸³⁹

Se os supracitados homens eram os responsáveis pela parte administrativa dos negócios que envolviam o marfim, por outro lado, cabia aos diversos escravos, sertanejos e gentios o trabalho pesado de trazer o marfim dos sertões às cidades de Luanda e Benguela, na costa marítima, e de embarcá-los nos navios. Em certo momento, uma das autoridades de Angola chegou a declarar que, para a “abundância” de marfim nos portos, era necessário “animar o negro e gentio”, que traziam a matéria-prima dos sertões. Este indivíduo baseava o seu raciocínio nas diversas dificuldades operacionais e burocráticas que essas pessoas passavam nesse tipo de negócio. Em outro momento, observamos que, além das grandes distâncias e dos perigos dos caminhos dos sertões, esses indivíduos que transportavam o marfim tinham de esperar dias no litoral para receber seu pagamento; e a situação se

⁸³⁷ AHU-Angola, cx. 100, doc. 36.

⁸³⁸ ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 61, liv. 62, liv. 63.

⁸³⁹ Ao cruzarmos o Livro da Casa Comercial de Luanda com um documento intitulado ORDEM (cópia) do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (estabelecendo a prática com que se deve reger os negociantes e contratadores e negociantes da praça de São Paulo da Assunção de Luanda), é possível encontrar nomes dos mesmos negociantes presentes, concomitantemente, nos dois documentos. Ver: AHU-Angola, cx. 48, doc. 14, 15 e 16. ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 61, liv. 62, liv. 63.

complicava por não saberem ler nem escrever nas requisições de pagamento dos seus devidos honorários.⁸⁴⁰

Havia períodos em que a remessa de marfim de Angola para Portugal oscilava. Nos anos de 1772 e 1773, por exemplo, foi registrada pela Coroa Portuguesa uma “grande baixa” de extração do gênero do marfim comparando-se com os dois anos anteriores, 1770 e 1771, onde havia sido extraída uma “grande soma de arráteis”.⁸⁴¹ Observamos que alguns fatores poderiam contribuir para essa e outras oscilações: 1) problemas com pagamentos “em dinheiro de ouro” e “letras seguras na América” portuguesa envolvendo os contratadores, os negociantes que vinham dos sertões, os rendeiros, os administradores dos navios;⁸⁴² 2) problemas com atravessadores que interceptavam o marfim e outros gêneros, ocasionando o encarecimento do produto;⁸⁴³ 3) extravio do marfim por parte de nações estrangeiras em conluio com alguns habitantes de Angola;⁸⁴⁴ 4) o já referido problema com o pagamento dos negros e gentios que transportavam a mercadoria do sertão à costa por não saberem ler nem escrever; 5) as adversidades climáticas que causavam morte de elefantes.⁸⁴⁵

Finalmente, vencidas as distâncias dos sertões, os perigos dos caminhos e todos os demais problemas envolvendo os agentes do comércio, as pontas de marfim eram embarcadas nos portos de Luanda e Benguela, de onde poderiam zarpar direto para Lisboa ou poderiam primeiro fazer escala nos portos da América portuguesa, junto às mesas de inspeção instaladas em algumas capitânias.⁸⁴⁶

A rota “em direitura”, ou direta, poderia ser realizada pelas Naus da Índia. Retornando de Goa (no Oriente) para a Europa, essas embarcações faziam escala em Benguela e Luanda, onde se abasteciam de mantimentos e recebiam também produtos (marfim, animais selvagens,

⁸⁴⁰ Muitos desses homens não sabiam ler nem escrever. Isso causava dificuldades para essas pessoas uma vez que no ano de 1796 foram obrigados a preencher requisições para receber o pagamento das pontas de marfim entregues nos Armazéns Reais. Requisições essas que levavam dias para serem autorizadas pela Real Fazenda. Segundo as autoridades de Benguela, diante dessas complicações, essas pessoas estavam a deixar de trazer marfim para os Armazéns Reais, como também estavam a parar de “matar os elefantes do sertão”. AHU-Angola, cx. 83, doc. 55.

⁸⁴¹ AHU-Angola, cx. 61, doc. 15.

⁸⁴² AHU-Angola, cx. 61, doc. 15.

⁸⁴³ AHU-Angola, cx. 56, doc. 04.

⁸⁴⁴ AHU-Angola, cx. 69, doc. 55.

⁸⁴⁵ AHU-Angola, cx 61, doc. 15.

⁸⁴⁶ No caso do porto de Benguela, este também poderia enviar marfim para o porto de Luanda. Por exemplo, no ano de 1796, embarcou-se de Benguela para Luanda a quantia total de 4.888 pontas de marfim (de lei, meão e miúdo). AHU-Angola, cx. 83, doc. 55.

etc.) para depois continuarem viagem até Portugal.⁸⁴⁷ A remessa de marfim direto para Portugal parecia ser menos onerosa do que as que faziam escalas nos portos da América. No ano de 1770, um governador de Angola chegou a sugerir que, se as Naus da Índia fossem “fixas” (regulares) em Luanda e Benguela, se evitariam os fretes do Brasil, pois teriam capacidade de guardar toda a remessa anual “em direitura” da Corte.⁸⁴⁸ Contudo, o problema parecia estar na frequência com que as embarcações subiam diretamente da África Centro-Occidental para lá, o que dá a entender que a rota pelo Brasil, apesar dos fretes, ainda era mais viável em virtude de maior trânsito de embarcações envolvendo África-Brasil-Europa.

Em relação a esse marfim que fazia escala primeiramente na América portuguesa, tem-se o seguinte: o produto era remetido dos portos de Luanda e Benguela para as Mesas de Inspeção dos Portos do Brasil, para que elas o remetessem ao Tesoureiro da Casa da Índia, em Lisboa, debaixo da Ordem do Real Erário.⁸⁴⁹ O porto do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco eram os que recebiam marfim de Luanda e Benguela e, conseqüentemente, os que remetiam a Portugal. Segundo Alvarás, de 1758 e 1760, nenhum navio podia despachar os produtos de

⁸⁴⁷ Dois exemplos nos mostram a passagem dessas embarcações por Angola e Benguela. Num deles, em 1785, o capitão de Benguela informou ter remetido pela Nau da Índia (que tinha por Comandante da Coroa o capitão-tenente José Jacinto, e por Caixa da dita Nau Joaquim José Ferreira), a quantidade de 885 pontas de marfim, do tipo Contas, Meão e Miúdo. Já no ano de 1790, outra nau procedente de Goa atracou em Benguela e Angola, e dali recebeu e conduziu ao reino “mais de 556 pontas de marfim e alguma cera, um pássaro vivo e um barril com um couro de peixe mulher ou sereia para Sua Majestade”. Pelo diário de bordo dessa embarcação, foi possível determinarmos o trajeto, bem como o tempo levado entre Angola e Portugal. Consta no dito diário que a rota foi feita por Manoel do Nascimento Costa, em Nau de Sua Majestade Fidelíssima, Invocada Nossa Senhora da Conceição e Santo Antonio, de que era comandante o capitão-tenente da Real Armada José Joaquim Ribeiro. A embarcação fez vela e levantou âncora de Angola no dia 19 de agosto de 1790, e chegou a Lisboa em 19 de novembro do mesmo ano, levando 92 dias de viagem. Segundo diversas descrições constantes no diário, ao longo dos meses, o tempo variou entre bom, nublado e com aguaceiros. Sobre esses exemplos acima, ver os diários náuticos localizados na Biblioteca Municipal de Évora, seção de reservados. Cod. CXVI/2-25. Diário Náutico – viagem de Angola para Lisboa [...] vinda de Goa de nau de Viagem do presente anno com escala pellas cidades de Benguela e Angola [...] ano 1790. Outros exemplos da remessa de marfim em direitura podem ser visto em: AHU-Angola, cx. 65, doc. 92. AHU-Angola, cx. 70, doc. 43.

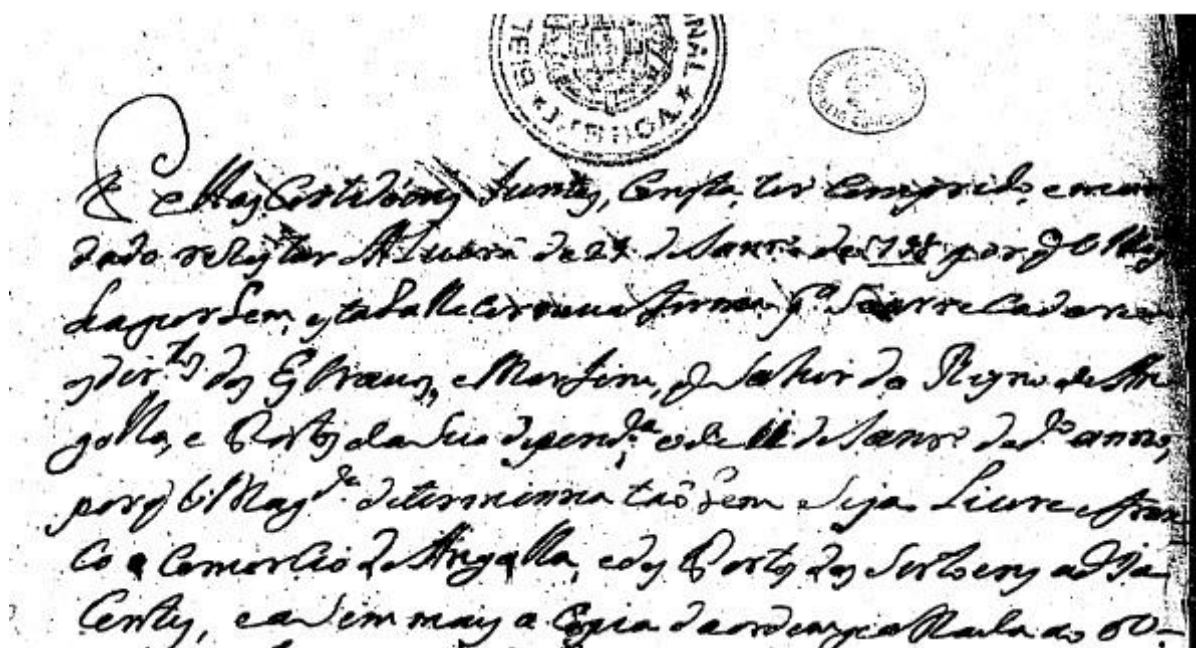
⁸⁴⁸ AHU-Angola, cx. 54, doc. 57.

⁸⁴⁹ Alguns exemplos podem ser visto em: AHU-Angola, cx. 50, doc. 57. Ou então, numa Provisão expedida por Lisboa para a mesa da inspeção da Capitania de Pernambuco, da data de 23 de abril de 1787, onde se dizia: “faço saber à Mesa da Inspeção da Capitania de Pernambuco, que porquanto no Real Erário se tem oferecido dúvida sobre os pagamentos dos fretes do marfim, que do Reino de Angola se remete para esta Cidade [Lisboa], umas vezes em direitura, e outras por via das Mesas de Inspeção da América.” AHTC - 4234 (1781-1788). Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. fl. 236.

Angola (incluídos escravos e marfim) para outros portos do Brasil que não fossem exclusivamente os três portos citados acima⁸⁵⁰

Ao que parece, a já mencionada abertura do comércio aos sertões de Angola repercutiu não somente nessa colônia na África, como também nas capitanias da América portuguesa. No ano de 1761, por exemplo, num documento emitido pelo ouvidor de Pernambuco para o rei D. José, a respeito da nova forma de arrecadação dos direitos do marfim e escravos saídos de Angola para Pernambuco, falou-se sobre o “livre e franco comércio de Angola e dos portos e sertões adjacentes”.⁸⁵¹ Nesse sentido, a interlocução do ouvidor de Pernambuco com a Coroa, citando a abertura do comércio nos sertões de Angola e sua repercussão na nova forma de contrato da vinda de marfins e escravos para Pernambuco demonstra, mais uma vez, as reverberações existentes entre esses dois lugares da América e África. Havia sintonia entre eles; mudanças ocorridas em um poderiam influenciar o outro (Figura 17).

Figura 17 – Detalhe da carta do ouvidor-geral da capitania de Pernambuco ao rei Dom José sobre a arrecadação dos direitos dos escravos e marfim saídos de Angola.



Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx. 95. D. 7510.

⁸⁵⁰ “Alvará com força de Ley, ... para que seja livre, e franco, o commercio de Angola, e dos portos e sertoes adjacentes – Lisboa – Chancelaria Mor da Corte e do Reino, 1758.” “Alvará com força de Ley, por que Vossa Magestade há por bem estabelecer nova forma para arrecadação dos Direitos dos escravos e marfim que sahiem do reino de Angola e portos das sua dependência, deste 5 de janeiro do anno de 1760 em diante.” In: COLEÇÃO das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D. José o I. Nosso Senhor deste anno de 1750 até o de 1760 e a pragmática do Senhor rei D. João o V. do anno de 1749. Tomo I. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1797.

⁸⁵¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 95. D. 7510.

Não é por acaso, alguns anos mais tarde, “Sua Majestade” tenha recomendado à Mesa de Inspeção de Pernambuco “que na execução das ditas condições e ordens, e nas mais diligências, que são óbvias em uma boa administração mercantil, se haja com todo o zelo, que da mesma Mesa se espera”. Essa recomendação veio numa Provisão para a Mesa da Inspeção de Pernambuco, de 18 de agosto de 1769, que, por sua vez, informava e dava ordens sobre a “recepção e a remessa para Lisboa de todas as partidas de Marfim”, que a dita Junta da Fazenda deveria remeter, sendo necessário “que a mesma Mesa da Inspeção de Pernambuco execute, e faça executar pela parte que lhe toca o imposto nas Ordens que a respeito deste importante negócio se expedem a dita junta da administração e Arrecadação da Fazenda Real de Angola”.⁸⁵² Nesse sentido, de acordo com a supracitada provisão, percebe-se que Pernambuco desempenhava o papel de receptor do marfim vindo de Angola, ao mesmo tempo em que remetia para Lisboa esse mesmo marfim.

Já nas instruções dadas à Mesa de Inspeção de Pernambuco, sobre como proceder a respeito do abuso das livranças e sobre a iniquidade do monopólio feita pelos Contratadores e Administradores das Rendas Reais de Angola, a Coroa Portuguesa também salientou que a referida Mesa poderia comunicar a mesma Instrução a alguns negociantes da primeira ordem, nos quais reconhecessem “toda a probidade e zelo de se instruir nos sólidos fundamentos do Comercio e nos verdadeiros interesses de um bom comerciante, que sempre são inseparáveis dos do Bem Público”.⁸⁵³ Nesse caso, o antedito trecho nos sugere que havia negociantes de marfim em Pernambuco, dos quais caberia à Mesa de Inspeção instruí-los nos fundamentos do comércio da referida matéria-prima. Esses negociantes deveriam fazer parte da cadeia de indivíduos que formavam a rede da circulação de marfim, desde a remessa do produto a partir de Cassange e outros sertões de Angola até a travessia atlântica para a América portuguesa e Europa, conforme visto mais acima.

Sendo assim, devido a esse importante papel desempenhado por Pernambuco, ao longo da segunda metade do século XVIII, várias pontas de marfim transitaram dos sertões da África Centro-Occidental, passando pela referida capitania, até chegar a Portugal. No Quadro

⁸⁵² AHTC. 4233. (1760-1781) - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. “Provisão para a Mesa da Inspeção de Pernambuco de 18 de agosto de 1769 ordenando-se-lhe o que deve praticar concernente à Administração dos Direitos dos escravos do Reino de Angola; com cópia dos parágrafos da Provisão em que se contém obrigações das ditas Mesas”. fl. 124-125.

⁸⁵³ AHTC. 4233. (1760-1781) - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822. “Remettendo-se-lhe o papel intitulado – Instrução Abuso das Livranças e ordenando-se o faça registrar ficando na intelligencia do que lhe contém”. fl. 123.

4, seguem alguns exemplos de remessas do marfim saídas dos portos de Luanda e Benguela para Pernambuco.

Quadro 4 – Remessas de marfim

(continua)

Data	Origem/destino	Produto/quantidade	Embarcação	Capitão/mestre
17/2/1767 9/4/1767 9/5/1767 1/8/1767 1/9/1767 17/10/1767	Angola- Pernambuco- Lisboa	480 pontas estimadas, entre “de conta”, “meão” e “miúdo” (1)	Galera Bom Jesus dos Navegantes; Corveta da Boa Fortuna; Corveta Nss ^a da Guia; Galera Nss ^a do Rozário; Corveta Sacramento; Corveta Nss ^a do Rozário	Antonio de Pontes Lisboa; Francisco Xavier de Carvalho; Roque Jacinto de Souza; António Lopes Figueira; Manoel Pereira; Aleixo de Araújo
30/3/1772	Angola- Pernambuco- Benguela	48 pontas de lei (2332 arráteis); 41 pontas de meão (961 arráteis); 97 pontas de miúdo (901 arráteis)	Corveta Nossa Senhora da Guia	Antonio Barbosa
30/12/1774	Angola- Pernambuco- Lisboa	175 pontas de lei (8207 arráteis); 82 pontas de mediano (1961 arráteis); 172 pontas de miúdo (1471 arráteis); 7 pontas rachadas 371 arráteis)	Galera Bom Jesus dos Navegantes e São João Nepemuceno	Antônio Lopes Figueira
15/9/1775	Angola- Pernambuco- Lisboa	75 pontas de marfim de lei (3565 arráteis), 6 pontas rachadas de marfim de lei (325 arráteis); 85 pontas de marfim mediano (1999 arráteis); 124 pontas de marfim miúdo (1099 arráteis).	Corveta Sacramento	S. Manoel Pereira
30/12/1775	Angola- Pernambuco- Lisboa	73 pontas de marfim de lei (353 arráteis); 80 pontas de marfim mediano (2055 arráteis); 72 pontas de marfim miúdo (666 arráteis)	Galera São Domingos	Antonio Barbosa de Faria
10/4/1782	[Angola]- Pernambuco- Lisboa	230 pontas de marfim	Nossa Senhora de São Pedro	Sebastião Pinto de Souza
31/12/1791	Angola- Pernambuco- Lisboa	895 pontas de marfim	Corveta Sultana	-----
1792	Benguela- Pernambuco- Lisboa	182 pontas estimadas (2)	-----	-----

Quadro 4 – Remessas de marfim

(conclusão)

Data	Origem/destino	Produto/quantidade	Embarcação	Capitão/mestre
1793	Benguela- Pernambuco- Lisboa	164 pontas estimadas (3)	-----	-----
18/10/1798	Angola- Pernambuco- Lisboa	“Carga de marfim”	Fragata Nossa Senhora do Carmo de Luanda	José Pereira de Melo
16/3/1799	Angola- Pernambuco- Lisboa	1879 pontas de marfim de diferentes qualidades	-----	-----

Fontes: AHU-Angola, cx. 52, doc. 05. AHU-Angola, cx. 60, doc. 24. AHU-Angola, cx. 57, doc. 40; AHU-Angola, cx. 61, doc. 14; AHU_ACL_CU_015, cx. 144, D. 10553; AHU-Angola, cx. 76, doc. 100; AHU-Angola, cx. 76, doc. 105; AHU-Angola, cx. 91, doc.14. AHTCP. Livro de resumo dos ofícios recebidos de Angola e Benguela 1798-1809. Cod. 4197. fl. 26.

- (1) Nem toda relação de remessa de marfim consta discriminada a quantidade específica enviada para cada capitania do Brasil. Algumas simplesmente informavam o número total de pontas afirmando de forma generalizada que o destino foi Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Exemplo, nesse documento consta que no ano de 1767 foi enviado um total de 2.004 pontas de marfim para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, tudo distribuído num total de 25 embarcações, sendo 13 dessas com destino para o Rio de Janeiro, 6 para a Bahia e 6 para Pernambuco. Sendo assim, para obtermos um número estimado de marfim que seguiu para Pernambuco, dividimos o número total de pontas de marfim (2.004) pelo número total de embarcações (25), cujo resultado foi de 80; 16 pontas para cada embarcação. Como para Pernambuco seguiram 6 embarcações, então chegamos ao valor estimado de 480,96 pontas de marfim. AHU-Angola, cx. 52, doc. 05.
- (2) Repetimos o cálculo acima desta vez para um total de 1.918 pontas de marfim distribuídas em 21 navios, e 2 desses navios seguiram para Pernambuco. AHU-Angola, cx. 76, doc. 105.
- (3) Repetimos o cálculo acima desta vez para um total de 1.207 pontas de marfim distribuídas em 22 navios, e 3 desses navios seguiram para Pernambuco. AHU-Angola, cx. 76, doc. 105.

Em relação às remessas que seguiram para Pernambuco ao longo da segunda metade do século XVIII, o Quadro 4 baseia-se somente nos exemplos que conseguimos identificar na documentação. Dessa forma, possivelmente existem outros tantos exemplos espalhados nas mais diversas fontes que contribuirão para preencher parte das lacunas entre os anos. No entanto, apesar das referidas lacunas, podemos afirmar que havia oscilações nas remessas do marfim que seguiam para Pernambuco e demais portos da América portuguesa.⁸⁵⁴ Por exemplo, um documento elaborado pelo governo da capitania de Benguela nos mostra que, daquele porto, nos anos de 1792 e 1793, seguiu marfim para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Contudo, esse mesmo documento informa que, no ano de 1791, o marfim seguiu para os portos do Rio de Janeiro, da Bahia e de Santos; ou seja, no antedito ano, o porto de Santos recebeu marfim proveniente de Benguela, já Pernambuco nada recebeu, o que sugere que as entradas poderiam ocorrer ano sim, ano não, de forma indeterminada. Além disso, das vezes que ocorriam, havia oscilação também no número de pontas de marfim.⁸⁵⁵

⁸⁵⁴ Havia momentos de “grande baixa” de remessa de marfim ao circuito atlântico. Contudo, pode-se dizer que também havia momentos de “avultada quantidade de marfim” despachada para “os portos da América”. AHU-Angola, cx. 81, doc. 11.

⁸⁵⁵ AHU-Angola, cx. 76, doc. 105.

Uma vez que chegava a Pernambuco, o marfim remetido por Angola e Benguela era registrado na Mesa de Inspeção da referida capitania da América. Em 1799, por exemplo, a dita Mesa informou a presença de “1.879 pontas de marfim de diferentes qualidades que recebera da junta da Fazenda de Angola, e que depois embarcara em diversos navios a entregar ao tesoureiro da Casa da Índia [em Lisboa] por conta e risco da Real Fazenda, importa em 9:974.624 reis”.⁸⁵⁶ Além de informar a remessa proveniente da África Centro-Ocidental para Pernambuco, com a quantidade de pontas e valor total do marfim, essa informação prestada pela Mesa mostra que o referido produto não subia todo de uma vez para a Europa, pois era repartido em diversos navios.

Esse fato levanta a suspeita de que frações do marfim poderiam esperar alguns dias, ou até mesmo semanas e, quem sabe, meses aportados em terras pernambucanas antes de seguirem para Portugal. Sendo assim, podemos supor que uma vez que chegavam a Pernambuco, era necessário retirá-lo da embarcação proveniente da África, alojá-lo em terra em algum lugar específico e vigiá-lo até ser novamente embarcado em diversos navios, dessa vez com destino a Lisboa.

Por outro lado, ao que parece, nem todo o marfim remetido dos portos de Angola com escala na América portuguesa tinha como destino final Portugal. A historiadora Marta Rosseti Batista diz ser possível que peças de marfim tenham sido confeccionadas no Brasil de forma esporádica. Da mesma forma, Rogéria Cristina Alves, ao analisar o trânsito de marfim bruto entre África, Brasil e Portugal, afirma que essa matéria-prima pode ter ficado no Brasil, alcançando distantes regiões do interior da colônia, como as Minas Gerais. Desse material podiam originar-se objetos como pequenas esculturas, pulseiras, colares e materiais decorativos para as imagens sacras.⁸⁵⁷

Como indício que coaduna para as análises das duas historiadoras supracitadas, deparamos com o já mencionado relato do governador de Benguela Pedro Correa de Quevedo Homem de Magalhães, escrito em 1785. Segundo o antedito governador, a Coroa Portuguesa queixava-se do pouco marfim de conta enviado da África para Portugal, pois o marfim que lá chegava era quase todo miúdo. Como justificativa, o dito governador fez comentários sobre isso ser “em razão das obras que por cá [África], e na América se faziam, de bastões, réguas, palhetas, facas, tabulas, graus com suas mãos, seringas, copos, tinteiros, etc.”.⁸⁵⁸ Esse caso nos mostra que marfim bruto estava a ser trabalhado não só na África, como também na

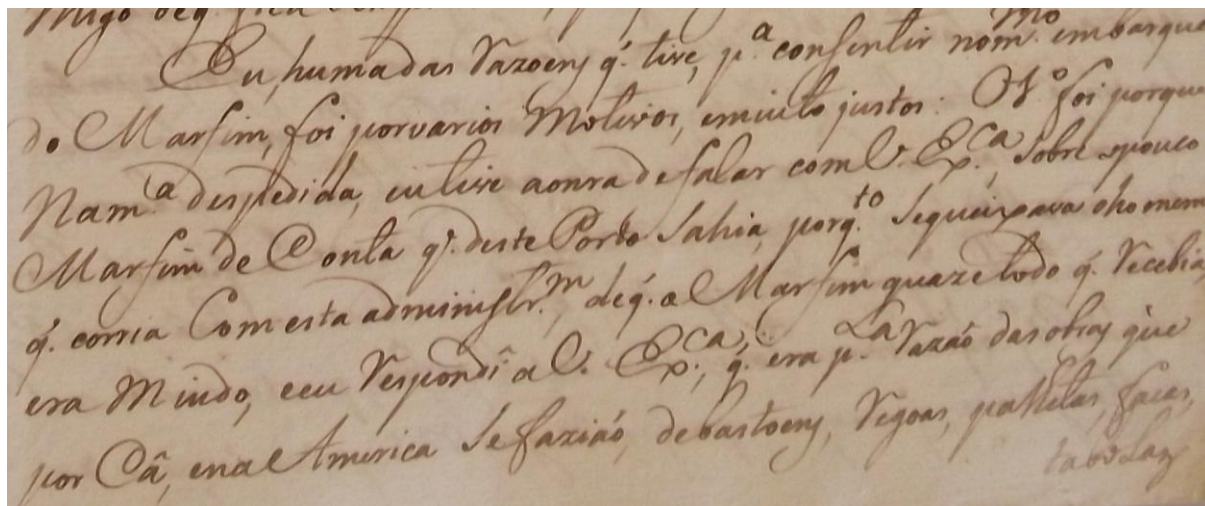
⁸⁵⁶ AHTC. 4197 - Livro de resumo dos ofícios recebidos de Angola e Benguela 1798-1809. Cod.. fl. 26.

⁸⁵⁷ BATISTA, Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: religião e magia, música e dança, cotidiano*. São Paulo: Edusp, 2004. (Série Uspiana Brasil 500 Anos). ALVES, 2017a.

⁸⁵⁸ AHU-Angola, cx. 70, doc. 43.

América portuguesa. Sendo assim, esse pequeno relato nos dá uma pista de que nem todo marfim bruto saído de Angola e Benguela fazia somente escalas no Brasil, mas alguns ficavam tanto na África quanto no próprio Brasil para servirem na confecção dos mais diversos objetos (Figura 18).

Figura 18 – Detalhe de ofício elaborado pelo governador de Benguela informando o uso do marfim naquelas partes da África e na América.



Fonte: AHU-Angola, cx. 70, doc. 43.

Embora não *in natura*, outro indício sobre a remessa direta e o uso de objetos de marfim de Angola no Brasil encontra-se num relato do militar e cronista Elias Alexandre Corrêa a respeito da chegada à colônia portuguesa na África, em 1788, de dois penteeiros (fabricantes e comerciantes de pentes). Essas pessoas presumiam tirar vantagens do seu ofício com a exploração do marfim de Angola. Porém, de acordo com o cronista, a fábrica que possuíam “era pequena para consumir avultado peso de marfim, e a extração dos pentes no Brasil não correspondeu ao que premeditavam; pois sofreram algum empate à vista da grande quantidade que as fábricas de Lisboa haviam espalhado”.⁸⁵⁹ Por fim, o cronista finaliza o trecho do relato informando ignorar se os negócios continuaram. Consequentemente, baseado nesse trecho relatado por Elias Alexandre Corrêa, podemos presumir que, em determinado momento, houve saída direta e penetração de produtos a base de marfim de Angola para o Brasil, embora a remessa desses produtos possa não ter continuado em razão da concorrência dos pentes de marfim que também iam de Lisboa para o Brasil.

⁸⁵⁹ CORRÊA, 1937, p. 28.

Nesse caso, já que Pernambuco era um dos lugares de escala no Brasil que mais recebiam marfim vindo da África Centro-Occidental, não seria difícil pensar que frações desse produto também tenham ficado definitivamente por lá, a título de confecção de determinados objetos e outras utilidades. Afinal, havia no litoral de Pernambuco não só marfim bruto (devido às remessas de Angola que chegavam às mesas de inspeção da capitania), como também de marfim lavrado. Em investigações recentes, Vanicléia Silva, Eduardo Paiva e René Gomes afirmam que o Recife já tinha certa tradição de escultores de marfim desde a presença do conde Maurício de Nassau no século XVII, quando ele adquiriu presas de marfim provenientes de negócios na Costa da África Centro-Occidental.⁸⁶⁰ Dessa matéria-prima, foram talhados móveis. No início do século XVIII, havia um escultor chamado Antonio Splanger Aranha, nascido em Boa Vista, Pernambuco. Ele foi descrito como excepcional escultor de marfim dentre outras coisas.⁸⁶¹ Desse modo, se havia um especialista em talhar marfim em Pernambuco é porque deveria haver matéria-prima e demanda para tal ofício na referida capitania.

Além da presença de marfim por vias legais, também levantamos a possibilidade da entrada de marfim contrabandeado em Pernambuco. Afinal é bom lembrar que o comércio ilícito ocorria entre Angola e o Brasil, e vice-versa. Em 1799, o governador de Pernambuco enviou correspondência ao governador de Angola informando sobre os ataques praticados por corsários franceses na costa do Brasil, alertando também para a possibilidade do mesmo ocorrer na costa de Angola.⁸⁶² Além da própria informação sobre os ataques, essa troca de correspondência entre os governadores das duas localidades também nos dá a entender quanto Pernambuco e Angola interagiam. Por sua vez, no mesmo ano, o governador de Benguela informou à Coroa Portuguesa os ataques e as capturas de embarcações carregadas de escravos, marfim, cera e outros gêneros que iriam para os portos do Brasil, assim como outras provenientes do Brasil com fazendas e mantimentos para o comércio no sertão de Benguela.⁸⁶³ Sendo assim, esses são alguns exemplos que o comércio ilícito era praticado entre as duas partes, onde produtos de um entravam ilegalmente no território do outro, e vice-

⁸⁶⁰ SILVA; PAIVA; GOMES, 2018.

⁸⁶¹ SANTOS, Vanicléia Silva. O marfim como objeto global, uma introdução. In: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. p. 32.

⁸⁶² AHU-Angola, cx. 91, doc. 14, 12, 13, 15.

⁸⁶³ AHU-Angola, cx. 92, doc. 45, 44.

versa. Aliás, havia também comércio ilícito de marfim em outras partes do Império Português, sobretudo no Oriente/Oceano Índico.⁸⁶⁴

A historiadora Suely de Almeida observou a preocupação do governo de Pernambuco com produtos que burlavam o controle fiscal da alfândega do porto do Recife. De acordo com ela, navios de Pernambuco transitavam pelas costas brasileiras e africanas levando e trazendo produtos, comprando e vendendo. “Essa prática confundia e driblava o controle de circulação de produtos proibidos, limpando, levando, esfumaçando o nome e o rosto dos infratores.”⁸⁶⁵ De acordo com Almeida, já que havia preocupação no controle fiscal da Alfândega, é porque havia risco ou concretização de burla. As redes estruturadas dos desvios e furtos “deveriam estar articuladas a intermediários, funcionários da Administração Colonial que tinham acesso aos artigos importados que chegavam ao porto do Recife, quer oriundos do monopólio, ou resultado de um contrabando”.⁸⁶⁶ Dessas pessoas coniventes, os produtos passavam por várias mãos até chegarem às ruas.

Sendo assim, podemos intuir que o mesmo poderia acontecer com fragmentos do marfim que chegava de Angola a Pernambuco com destino a Portugal. Apesar do controle régio sobre o produto, este corria o risco de ser burlado com outros tantos produtos da alfândega, e dali espalhado pelos espaços daquela capitania pertencente ao Brasil.

Desviar algum dente de marfim que chegasse ao porto do Recife não devia ser tarefa fácil. Primeiro que, como vimos, existia sobre o produto um controle régio. Segundo, um dente de marfim era uma matéria-prima de considerável porte. Deslocar esse tipo de coisa em surdina deveria necessitar o estabelecimento de uma boa rede de conivência entre as pessoas. Contudo, pensamos também que não necessariamente se desviariam dentes inteiros de elefante a partir do porto. Isso porque algumas pontas eram embarcadas em Angola já rachadas. Esse tipo de descrição “marfim rachado” ou “ponta rachada” são encontrados em diversas relações que informavam o número do produto antes de partirem dos portos da África Centro-Occidental.⁸⁶⁷ Nesse sentido, pensamos que um marfim rachado poderia facilitar a extração de seus pedaços por parte de terceiros. Dessa forma, pedaços de pontas rachadas certamente seriam mais fáceis de se retirar e esconder.

Independentemente do comércio lícito ou ilícito do marfim, *in natura* ou lavrado, e da procedência de entrada (se diretamente de Angola para o Brasil ou se depois descido de

⁸⁶⁴ Sobre o comércio ilícito no Oriente/Oceano Índico ver alguns trabalhos de Lúcio de Souza, dentre eles, SOUZA, Lúcio de. *The Portuguese Slave Trade in Early Modern Japan: Merchants, Jesuits and Japanese, Chinese, and Korean Slaves*. Trad. Joseph Abraham Levi. Boston: Brill, 2018.

⁸⁶⁵ ALMEIDA, 2016, p. 51.

⁸⁶⁶ *Ibid.*

⁸⁶⁷ Alguns exemplos podem ser vistos no documento: AHU-Angola. cx. 56, doc. 12.

Portugal para o Brasil), é certo que o marfim foi introduzido na colônia. José Carlos Venâncio, citando Velutt, informou que pontas de marfim de Angola eram vendidas no mercado brasileiro na segunda metade do século XVIII.⁸⁶⁸ Segundo Vanicléia, o marfim africano *in natura* que saiu dos portos de Angola e do Golfo do Benim para o Brasil era adquirido e negociado por negociantes brasileiros, principalmente aqueles estabelecidos nas praças do Rio de Janeiro e de Salvador.⁸⁶⁹ De acordo com Alves: “por mar e por terra, o certo é que o produto circulou para o mais interior dos territórios desse mundo português.”⁸⁷⁰ Em suas análises, a investigadora deparou com registros da presença de tal material em artefatos pertencentes à população de Minas Gerais, no interior da América portuguesa. De acordo com ela, a abertura de caminhos para o escoamento da produção aurífera e diamantífera vinda do interior das Minas Gerais para o litoral do Rio de Janeiro propiciou uma via de mão dupla, pois esses caminhos também permitiram a entrada para o interior dos territórios de produtos e objetos vindos de diferentes lugares do mundo português, entre eles, o marfim. Já Eduardo França Paiva, afirma categoricamente que “objetos em marfim são itens frequentemente encontrados nos testamentos e inventários post-mortem setecentistas de Minas Gerais”, como imagens religiosas: crucifixos, e objetos de uso cotidiano: sinetes, almofarizes, pentes, bengalas e facas com cabos feitos do material.⁸⁷¹

Entretanto, se havia objetos de marfim nas distantes Minas Gerais do Brasil, o mesmo parece não se aplicar nos sertões de Pernambuco. Nestes últimos, indícios revelam que a presença do marfim (independentemente da sua procedência) na vida doméstica dos habitantes não foi marcante. Ao analisarmos os arrolamentos de bens dos moradores dos sertões (desde os mais humildes até os mais opulentos), descritos em 56 documentos entre inventários *post-mortem* e testamentos que selecionamos para amostragem, não identificamos nenhum tipo de objeto composto por marfim. Ora, nesses tipos de documentos, os bens eram descritos nas suas mínimas particularidades, inclusive em relação ao material de que eram feitos. Dentre os diversos bens analisados, identificamos nos inventários dos moradores desde objetos valiosos (bolas de âmbar cobertas de ouro, relicários e imagens sacras com adornos em ouro e prata, pentes de ouro, pente de casco de tartaruga coberto de ouro, esporas de prata, entre outros) até objetos mais simples (garrafas e frascos de vidro, chocalhos de ferro,

⁸⁶⁸ VELUTT, Jean-Luc. Le royaume de cassange et lês réseaux luso-africains. Cahiers d'Etudes Africaines, v. 15, n. 57, p. 117-136, 1975 apud VENÂNCIO, 1996, p. 146.

⁸⁶⁹ SANTOS, 2018.

⁸⁷⁰ ALVES, 2017a, p. 11.

⁸⁷¹ PAIVA, Eduardo França. Marfins e outros suportes: transposições, traduções, associações e resignificados de objetos nas Minas Gerais, século XVIII. In: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clío Gestão Cultural e Editora, 2018a. p. 225, 233.

enxadas de ferro, bancos de madeiras típicas da região, vestimentas de algodão e couro), mas não houve menção ao marfim.⁸⁷²

Caso houvesse significativos objetos de marfim nos sertões de Pernambuco, pela importância da matéria-prima, certamente teriam sido descritos, assim como foram descritos outros objetos compostos de variados tipos de materiais, independentemente do valor de cada um deles: ouro, prata, cobre, ferro, estanho, latão, vidro, madeira, tecidos. Muitos desses objetos foram citados como quebrados, usados, velhos. Esse fato nos levanta a possibilidade de baixa presença da matéria-prima nos objetos do cotidiano dos moradores dos sertões de Pernambuco, independentemente de o marfim bruto ter entrado direto de Angola para Pernambuco e demais capitânicas; ou de ter feito apenas escala nos portos da América, subido para Portugal e depois ter retornado já lavrado de lá para esses mesmos portos.

Em suma, se comparado com outras matérias-primas, não foi visto o marfim na composição dos objetos descritos nos tais inventários post-mortem, pelo menos não em nossa amostragem de documentos. Sendo esse o caso, pode-se dizer que, aparentemente, a antedita matéria-prima não foi introduzida consideravelmente nos sertões de Pernambuco apesar dessa capitania possuir um dos três maiores portos marítimos que recebiam o marfim de Angola cujo destino final era Portugal ou, talvez, a própria capitania. Embora ainda sejam necessários estudos a respeito da presença de objetos de marfim nos inventários dos habitantes dos núcleos urbanos do litoral de Pernambuco, talvez possamos afirmar que, caso existente, esses objetos poderiam ser mais encontrados na vila do Recife e na cidade de Olinda do que nos núcleos urbanos dos sertões, pois, além das proximidades dos primeiros com o porto marítimo, eram lugares detentores dos poderes econômicos e simbólicos da capitania.⁸⁷³

⁸⁷² Alguns exemplos podem ser vistos nos seguintes inventários: MJPE. BR PEMJ FLOR (Pajeú), cx. 961. Inventário de José Rodrigues de Lima, 1782; IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Custódia de Souza da Conceição, 1782; IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 47. Inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800; MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 963. Inventário de Catarina do Espírito Santo, 1803; MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 964. Inventário de André Miranda da Rocha, 1807; MJPE. BR PEMJ FLOR (Pajeú), cx. 964. Inventário de Manuel Lopes Pereira, 1806. IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de José da Silva Salgado, 1806.

⁸⁷³ A título de informação, no acervo do Museu do Homem do Nordeste/Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco, há uma “bengala feita de marfim e prata” de técnica cinzelada. A peça está classificada como “indumentária, objeto de auxílio e conforto pessoal”, e está exposta na ala Açúcar I – Módulo B – Base 19. Infelizmente, não há descrição sobre a época em que o objeto foi produzido, autor, origem, entre outras coisas. Porém, o fato de o objeto estar associado à sociedade açucareira, reforça os indícios do marfim realmente ser mais encontrado no litoral e entorno (lugares onde estavam estabelecidas a cidade de Olinda e de Recife) do que nos sertões de Pernambuco. Informações sobre a bengala estão disponíveis em: <http://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/base-da-villa-digital/museu/item/17550-57-31-1-bengala>. Acesso em: 10 jan. 2019.

4.2 Cera

Depois dos escravos e do marfim, cabia à cera de abelha o papel de terceiro principal gênero comercial de exportação de Angola. De acordo com José Venâncio, a exploração comercial da cera em Angola, por parte dos europeus, começou durante a ocupação holandesa entre 1641 e 1648. Após esse período, as sociedades periféricas traziam a referida matéria-prima até Luanda, onde os escravos faziam uso das técnicas portuguesas para derretê-la e purificá-la. Em seguida, a cera estava pronta para a exportação.⁸⁷⁴ Alencastro citou que, no século XVII, a cera de colmeias de Quiçama, em Angola, começou a ser refinada para ser exportada ao Brasil.⁸⁷⁵ Já Sérgio Buarque de Holanda afirmou que, em determinado momento do período colonial, as “principais capitânicas” do Brasil passaram a requisitar cera de Portugal e de Angola.⁸⁷⁶ De acordo com Alberto Pinto, as remessas de cera de Angola para o Brasil continuaram mesmo após a independência brasileira em relação a Portugal, no ano de 1822.⁸⁷⁷

Apesar de variados investigadores citarem em seus estudos a cera como um dos principais produtos de exportação de Angola, nem todos se aprofundaram nos detalhes da aquisição, do trânsito e do uso da matéria-prima nas sociedades coloniais estabelecidas não só na África, como também na América na segunda metade do século XVIII. Tomando como referência o trabalho dos supracitados investigadores, procuramos nos aprofundar na identificação de algumas remessas de cera dos sertões de Angola que seguiram para Pernambuco a partir dos portos de Luanda e Benguela. Concomitantemente, analisamos a forma como as duas sociedades coloniais, de ambos os lados do Atlântico, utilizavam a referida matéria-prima no seu cotidiano. Assim como outros produtos, uma parte da cera saída de Angola poderia ficar pelas terras do Brasil, e outra parte poderia fazer escalas nos portos brasileiros para dali subir para Portugal.

Informes sobre a existência de cera de abelha na África Centro-Occidental apareceram desde pelo menos o século XVI. Em 1512, velas e outros produtos foram enviados por El-Rei de Portugal como presentes para o rei do Congo. Segundo descrição constante na lista de presentes, o objetivo era que as primeiras servissem de amostra, já que naquelas partes da

⁸⁷⁴ VENÂNCIO, 1996, p. 147.

⁸⁷⁵ ALENCASTRO, 2000, p. 114.

⁸⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁸⁷⁷ PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI*. Mercado de Letras Editores, 2015. p. 482 e 500.

África existia “muita cera”, mas não se sabia dar o devido uso a elas. Nesse caso, podemos inferir que o documento se referia à utilização da cera para a produção de vela.⁸⁷⁸

No século seguinte, a sociedade colonial em Angola já transformava a cera bruta em cera lavrada. O militar e cronista António Cadornega referiu-se à província de Quiçama, em Angola, como um perigoso e “dilatado sertão” de onde se resgatava “muita quantidade de cera”.⁸⁷⁹ Cadornega também dizia que “muita cera lavrada”, importada em quintais, descia do interior de Angola pelo caudaloso rio Quanza, abaixo da Villa da Victória de Massangano, Cambambe e Muxima.⁸⁸⁰ Por fim, na segunda metade do século XVIII, o comércio da cera de há muito já estava consolidado. Segundo o militar e cronista Elias Alexandre Corrêa, a referida matéria-prima era o terceiro principal produto a ser exportado de Angola.⁸⁸¹

Vindas dos diversos e distantes sertões de Angola, a cera era negociada em Luanda, e de lá era remetida para o Brasil e Portugal. No livro da Casa Comercial de Luanda, escrito entre os anos de 1763 e 1770, identificamos alguns negociantes que vendiam o referido produto na capital de Angola. Em abril de 1768, por exemplo, Manoel Lopes dos Santos, por mão de Joaquim Tavares da Costa, vendeu a quantidade de 15 gamelas de cera, no valor de 667.590 réis. Já em janeiro de 1770, um casal a mando de José da Silva Coutinho vendeu 28 gamelas de cera branca, mais de 1.541 libras, no valor de 462.450 réis; e nesse mesmo mês, novamente Manoel Lopes dos Santos negociou 10 gamelas de cera branca, de 1.515 libras no valor de 454.500 réis. Tudo indica que essas pessoas moravam em Angola.⁸⁸² Depois de ser negociada com a Casa Comercial de Luanda, boa parte dessa cera certamente tomou o rumo do Atlântico com outros produtos também negociados pela dita Casa, como o marfim e os escravos.

Se por um lado a cera era uma mercadoria suplementar, pois a principal era o escravo, por outro, parecia ser um negócio menos arriscado ao comerciante. De acordo com Elias Alexandre, Corrêa, era um gênero que padecia de pouca corrupção, sendo lisonjeado pelos comerciantes, apesar de “dilatados empates” que muitas vezes sofria. Segundo o cronista, a venda da cera para fora de Angola apenas compensava a despesa dos fretes e despachos.⁸⁸³ Contudo, ao longo dos anos, parece que houve crescimento no lucro da cera para os comerciantes, pois, em 1797, observamos que o governador de Angola afirmou que a exportação da cera para os portos do Brasil perfizeram “uma considerável soma de dinheiro,

⁸⁷⁸ BRÁSIO, 1952. v. 1, p. 249.

⁸⁷⁹ CADORNEGA, 1940, t. 2, p. 243.

⁸⁸⁰ *Ibid.*, t. 1, p. 62.

⁸⁸¹ CORRÊA, 1937, p. 29.

⁸⁸² ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 61.

⁸⁸³ CORRÊA, *op. cit.*, p. 29.

resultando aos negociantes maior interesse deste gênero, de que se não paga direitos alguns, por não estarem estabelecidos”.⁸⁸⁴

Possivelmente o fato acima foi um reflexo de um Alvará instituído pela Coroa Portuguesa, no ano de 1793, em que se ordenou que a cera de Angola e Benguela que entrasse nas Alfândegas do Brasil, e de lá se exportasse para Portugal, ficasse isenta de pagar Direito de entrada e de saída. O intuito dessa medida foi “aumentar a cultura e comércio da cera” tanto de Angola quanto de Benguela “em comum benefício e utilidade pública”.⁸⁸⁵ O documento dá a entender que a isenção dos Direitos era somente para a cera que fazia escala pelos portos do Brasil em direção a Portugal. Nesse sentido, possivelmente as que entrassem em definitivo para usufruto da América portuguesa continuariam a pagar os tais direitos. Talvez tenha sido por isso que, “para acautelhar toda a fraude”, se determinou também que os despachantes apresentassem, em determinado tempo, as certidões da entrada do produto nas Alfândegas de Portugal.⁸⁸⁶ Possivelmente, isso seria uma forma de a Coroa melhor fiscalizar a cera que entrava para consumo no Brasil e da que chegava lá somente como escala para Portugal.⁸⁸⁷ Para além disso, o fato é que certamente o referido alvará dinamizou a presença de cera de Angola no Brasil.

Apesar de o Brasil importar a cera da África Centro-Occidental, isso não significa que esta colônia não possuísse também a própria matéria-prima nativa. Muito pelo contrário, entre os séculos XVI e XVII, há indícios de que a cera de abelha encontrava-se em abundância nas matas brasileiras. Brandão informava que se colhia muita cera das árvores, onde as abelhas criavam mel.⁸⁸⁸ Já frei Vicente de Salvador, dizia que, na capitania de Itamaracá, vizinha a Pernambuco, a cera, o mel e outros produtos eram coletados pelas pessoas “pobres”, sendo depois resgatados pelos portugueses, que davam em troca foices, facas ou pentes.⁸⁸⁹ Assim como ocorreu na África Centro-Occidental, no Brasil, os colonizadores também estavam interessados na cera de abelha para a produção de velas.

⁸⁸⁴ AHU-Angol, cx. 85, doc. 15.

⁸⁸⁵ SILVA, Antonio Delgado da. Legislação de 1775 a 1790. In: *Colecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações*. Redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828a. v. 3, p. 632. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518674>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸⁸⁶ SILVA, 1828a, *loc. cit.*

⁸⁸⁷ No ano seguinte, isto é, em 1794, esse Alvará foi ampliado, estendendo também a mesma ordem para a cera que de Cachéu, Bissau e mais portos da Costa de Guiné se transportasse para Portugal pelas Alfândegas do Brasil. SILVA, Antonio Delgado da. Legislação de 1791 a 1801. In: *Colecção da Legislação Portuguesa: desde a ultima compilação das ordenações*. Redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828b. v. 4, p. 177. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518674>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸⁸⁸ BRANDÃO, 1956.

⁸⁸⁹ SALVADOR, 1889/2010, p. 37.

Com o passar do tempo, a cera começou a escassear no Brasil. Ao analisar os caminhos e fronteiras da América portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda identificou que o sistema de queimadas e coivara, utilizado para o estabelecimento das lavouras, contribuiu para a gradativa destruição das florestas, *habitat* das abelhas. Com isso, houve um rápido esgotamento de cera e mel em certas paragens da América portuguesa. Segundo Holanda, alguns grupos indígenas da América faziam queimadas em florestas. Porém, com a chegada dos colonizadores e a ampliação de espaços para a agricultura e o pasto, as matas foram derrubadas de forma cada vez mais rápida e, com isso, as abelhas e as colmeias escassearam. Ainda de acordo com Holanda, a escassez levou ao aumento do valor da cera no Brasil e, conseqüentemente, contribuiu para a importação da referida matéria-prima proveniente da África já nas últimas décadas do século XVII.⁸⁹⁰

Na segunda metade do antedito século, realmente já apareciam informes sobre escassez e solicitações de remessa para Pernambuco. Em 1654, por exemplo, era informado ao reino que a presença da cera se encontrava em “grande pobreza” naquela capitania da América.⁸⁹¹ Quase cem anos depois, no ano de 1748, o prefeito dos padres capuchinhos missionários italianos na Capitania de Pernambuco, frei Carlos de São José, ainda requeria cera à Coroa Portuguesa. Na ocasião, o pedido de 12 arrobas de cera foi feito ao rei D. João V para comemorar a canonização de São José da Leonessa.⁸⁹²

Na segunda metade do século XVIII, a cera da África Centro-Occidental continuou a ser remetida para o Brasil. No ano de 1796, verificamos que partiram do porto de Benguela 80.697 libras de cera com destino à América portuguesa. Dessa quantidade, 8.000 foram para Pernambuco e 72.000 para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, partiram do porto de Benguela 120.578 libras de cera. Essa quantidade foi distribuída entre Pernambuco (5.000 libras), Rio de Janeiro (110.210 libras) e a própria Angola (5.368 libras).⁸⁹³ Já no ano de 1802, saiu do porto de Luanda para Pernambuco uma quantidade de 12.666 libras de cera branca e 6.157 libras de cera amarela.⁸⁹⁴ Para termos uma ideia do peso desses produtos, uma libra era equivalente a 0,46080 kg. Sendo assim, somente para Pernambuco, foram remetidos, nas três remessas supracitadas, mais de 14.638,58 kg de cera. Infelizmente, não temos como saber que frações dessa quantidade ficaram para uso em Pernambuco nem as frações que saíram posteriormente de lá para Portugal (Quadro 5).

⁸⁹⁰ HOLANDA, 1994, p. 45.

⁸⁹¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 06, doc. 484.

⁸⁹² AHU_CU_015, cx. 68, D. 5736.

⁸⁹³ AHU-Angola, cx. 87, doc. 51-B.

⁸⁹⁴ AHU-Angola, cx. 106, doc. 53.

Quadro 5 – Exemplos de algumas remessas de cera de Angola para Pernambuco.

Ano	Origem/destino	Produto/quantidade
1796	Benguela/Pernambuco	8.000 libras de cera
1797	Benguela/Pernambuco	5.000 libras de cera
1803	Luanda/Pernambuco	18.823 libras de cera: 12.666 libras de cera branca e 6.157 libras de cera amarela.

Fonte: AHU-Angola, cx. 87, doc. 51-B; AHU-Angola, cx. 106, doc. 05; AHU-Angola, cx. 106, doc. 53.

Figura 19 – Relação dos escravos e quantidade e qualidade de cera que partiram de Angola para Pernambuco e outros lugares da América Portuguesa no ano de 1803.

Relação dos Escravos que foram exportados de Porto de Luanda para as Cidades desde o 1º de Janeiro até o ultimo de Dezembro de 1803, a saber como tambem a quantidade, e qualidade de Cera, e seus Respective Valores

	Cabedal	Onças	Onças de	Libras de	Libras de
		de	de	de	de
		peito	Cera	branca	cera amarela
Barrã e Rio de Janeiro	5160	6	174	14.966	56691
Bahia	1881	2	81	59.561	15.849
Pernambuco	3622	16	156	12.666	6.157
Barrã	855	-	32	-	-
	<u>11518</u>	<u>12</u>	<u>448</u>	<u>87192</u>	<u>78698</u>

Fonte: AHU-Angola, cx. 106, doc. 53.

Assim como ocorria com as remessas de outros produtos, infelizmente nem todas as remessas de cera que eram especificadas para qual lugar do Brasil seguiam. No ano de 1792, por exemplo, o governador de Angola dizia que foram exportadas 226.644 libras e meia de cera que saíram de Luanda para o Brasil, mas sem fazer menção para qual dos portos foram destinadas.⁸⁹⁵ Já em 1797, foi informado que, no ano anterior, havia sido exportada para os portos do Brasil a quantia de 6.471 arrobas e 28 libras de cera, que fizeram uma considerável soma em dinheiro aos negociantes. Nesse sentido, em ambos os casos, esse tipo de

⁸⁹⁵ AHU-Angola, cx. 78, doc. 41.

informação tornou-se vago para nós, pois não foi dito especificamente para que capitânicas do Brasil toda essa cera foi enviada.⁸⁹⁶

Pernambuco era um dos lugares que mais recebiam esse produto, além do Rio de Janeiro e Bahia. Essas capitânicas não só recebiam a cera vinda da África Centro-Occidental ou de Portugal, mas também no passado remeteram quantidades ao próprio Reino. Em 1782, partiram de Pernambuco em direção a Portugal 68 gamelas de cera branca.⁸⁹⁷ Já que recebia a referida matéria-prima de Angola, pode ser que essa cera remetida de Pernambuco para Portugal tivesse sua origem na África. Porém, por haver extração de cera em território do Brasil (embora já escassa), não seria difícil pensar que, em determinados momentos, Pernambuco também coletasse e exportasse a própria cera nativa para além daquelas que ele recebia de Angola.

Na América portuguesa e na África Occidental, o aproveitamento da abelha para aquisição do mel e cera de abelha pelas mais diversas populações de africanos e ameríndios antecedeu a chegada dos europeus. Os dois produtos eram utilizados por esses grupos para diversos fins: alimentares, medicinais, ritualísticos, bélicos, entre outros. No Brasil, por exemplo, frei Vicente de Salvador, ao descrever partes de um ritual antropofágico promovido por um grupo indígena, comentou o seguinte: “na véspera, e dia do sacrifício, cantam e bailam, comem, e bebem alegremente, e também o padecente come e bebe com eles, depois o untam com mel de abelhas, e sobre o mel o empenam com muitas penas de várias cores...”⁸⁹⁸ Já na África Occidental, segundo um tratado redigido no ano de 1594, consta que o exército dos fulos “traziam enxames de abelhas, que largavam contra os inimigos, ventando e correndo o vento contra eles”.⁸⁹⁹

Alguns grupos em África e América portuguesa extraíam o mel e a cera de forma primitiva, isto é, diretamente da natureza, sem nenhum tipo de intervenção humana no processo da criação de abelhas. Já outros grupos, usavam técnicas e produção de artefatos para atrair o referido inseto e obter o mel e a cera. No documento intitulado *Tratado breve dos rios de Guiné e Cabo Verde até os baixos de Santa Ana*, escrito em 1594, é possível identificar que os Casangas da África Occidental, por exemplo, “criavam as abelhas em colmeias, que as fazem de palha ao modo de canastras, embarradas com esterco de vacas

⁸⁹⁶ AHU-Angola, cx. 85, doc. 15.

⁸⁹⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 144, D. 10553.

⁸⁹⁸ SALVADOR, 1889/2010, p. 22.

⁸⁹⁹ BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Tratado breve dos rios de Guiné e Cabo Verde até os baixos de Santa Ana*, 1594. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta Missionaria Africana: África Occidental, 1570-1600*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1964. Segunda série, v. 3. p. 281. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/34736>. Acesso em: 11 out. 2018.

fresco. E as põem em árvores dependuradas. E há árvores grandes que têm em si mais de duzentas colmeias juntas”.⁹⁰⁰

Já em relação à criação de abelhas por grupos indígenas da América portuguesa, não encontramos nos relatos dos cronistas que consultamos (Cardim, Brandão e Salvador) informações sobre isso. No máximo, esses cronistas trazem informes sobre a vasta presença de mel e cera de abelha na natureza e dos usos que os indígenas faziam desse material. Contudo, ancorado em trabalhos de antropólogos, Buarque de Holanda afirmou que alguns grupos indígenas da América pré-colonial poderiam ter reutilizado os troncos já habitados por abelhas, conduzindo esses troncos para as proximidades de sua aldeia, onde os abrigavam em algum local protegido por cobertura. Além disso, Segundo Holanda, havia também a possibilidade dos indígenas adaptarem cabaças como suportes para criação de abelhas.⁹⁰¹

Em relação às diversas sociedades que compunham o Império Português, a cera de abelha tinha um papel importante no cotidiano, pois dela se faziam as velas para iluminação. Com a chegada dos portugueses na África Centro-Occidental e na América, as velas passaram a ser usadas em Pernambuco e Angola nos diversos tipos de atividades: missa das igrejas, procissão dos santos, festas régias, festas públicas e no cotidiano da vida doméstica.

Em relação ao uso da cera pela sociedade colonial de Angola, durante a segunda metade do século XVIII, o militar e cronista Elias Alexandre Corrêa informava:

Havia considerável gasto nas pompas fúnebres mais do que no Culto Divino. As exéquias e funerais são semeados de luzes, e não há parente pobre que deixe de engendrar um ofício de defuntos pela alma daquele que muitas vezes professou o paganismo de meias com a religião cristã. Há duas qualidades de cera, uma branca e outra amarela. Esta se compra a dois tostões e aquela a três, mas segundo a quantidade que desce dos sertões sobe ou baixa deste preço. Os artífices deste gênero fabricam os sírios ou velas com o âmago de cera mais inferior encascada da superior; e assim lavrada a vendem a cruz^o a Libra; mas feita particularmente sai mais em conta pagando aos negros sirieiros o feito.⁹⁰²

Ora, esse pequeno trecho escrito pelo cronista nos relega algumas importantes informações sobre a cera: procedência (descida dos sertões), tipo (amarela e branca), seu valor (dois e três tostões), transformação da cera bruta em lavrada (realizada por artífices e negros sirieiros) e uso (nos cultos e funerais). Até mesmo pessoas pobres não deixavam de comprá-las para oferecer a seus mortos, mesmo sendo o defunto um indivíduo que, em vida, miscigenou crenças religiosas africanas com o cristianismo. No sertão de Angola, por

⁹⁰⁰ BRÁSIO, 1964, v. 3, p. 297.

⁹⁰¹ Sobre a relação dos grupos indígenas com as abelhas, ver: HOLANDA, 1994, p. 46-51.

⁹⁰² CORRÊA, 1937, p. 127.

exemplo, faleceu um indivíduo de nome Manuel da Costa Homem. Consta em seu testamento que Manuel era “ajudante” e ia ao sertão fazer “negócios”. No testamento, não foram descritas velas, nem cera, nem qualquer outro bem pertencente a Manuel. Por outro lado, ele deixou encomendado a seus testamenteiros que fossem ditas pelo menos 95 missas aplicadas para sua alma, as almas penadas do purgatório, ao anjo da guarda, ao santo de seu nome e a Nossa Senhora. Para isso, destinou aos testamenteiros 12 mil réis.⁹⁰³ Ora, esse valor certamente foi utilizado para os gastos com as missas, incluindo aí o gasto com velas de cera e demais objetos usados de praxe nesse tipo de rito.

Velas de cera também eram usadas nas diversas igrejas de Angola. No ano de 1690, houve requerimento do padre da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Angola, solicitando maior quantia da Fazenda Real para os gastos com a cera e outros produtos.⁹⁰⁴ Já em 1734, o padre da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, freguesia da cidade de Luanda solicitava cômputos para o abastecimento de cera, vinho e hóstias para as cerimônias religiosas.⁹⁰⁵ A utilização de velas nas igrejas estendia-se do litoral aos sertões de Angola. A presença de castiçais nas relações de bens e ornatos que compunham as igrejas do início do século XVIII nos sugere isso. Por exemplo: em 1704, foram listados castiçais de vários tamanhos e composições nas seguintes igrejas: de São João Batista da Cazanga, Ilha da Cazanga, na cidade de São Paulo de Assunção; do distrito das Pedras, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio do Aire; e da freguesia do presídio de Ambaca.⁹⁰⁶

A cera também era usada na iluminação das casas de alguns dos moradores da África Centro-Occidental. Nos bens que pertenciam a um governador de Benguela, por exemplo, constavam em sua casa duas tochas e uma vela de cera pintada, uma delas já usada; duas libras de cera branca, além de candelabros e candelabros, que possivelmente eram usados como suporte para velas ou outros materiais. Por sua vez, Inácio de Lemos, morador em Angola, possuía, dentre seus vários bens, um pau de cera com 21 libras no valor de 4.200 réis.⁹⁰⁷ Já José Bernardes Pacheco, tinha dentre seus bens 10 búgias de cera no valor de 500 réis.⁹⁰⁸ A presença de cera e velas de cera deveria ser uma constante nas casas mais abastadas dos

⁹⁰³ ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, Mç. 8, n.º 19, cx. 17. PT/TT/JIM-JJU/001/0008/00019.

⁹⁰⁴ AHU-Angola, cx. 14, doc. 36.

⁹⁰⁵ AHU-Angola, cx. 27, doc. 145.

⁹⁰⁶ Por outro lado, havia outras igrejas instaladas nos sertões de Angola bastante pobres. Estas basicamente não possuíam estrutura, bens e ornatos necessários para realizarem as missas. Era o caso, por exemplo, da Igreja de São João Batista de Talamatumbo; da Nossa Senhora do Desterro, em Golungo; Nossa Senhora da Conceição, do presídio e fortaleza de Caconda. Ver relações em BPE. CXVI/2-15 n.º 16. “Notícia das Igrejas do Bispado de Angola, e Relação da gente que tem cada Freguesia”.

⁹⁰⁷ AHU-Angola, cx. 99, doc. 32. Relação dos Bens pertencentes aos defuntos e ausentes.

⁹⁰⁸ *Ibid.*

moradores de Angola, como a do referido governador. Porém, também deveriam ser encontradas, embora em menor quantidade, em alguma casa de moradores mais humildes, pois basta lembrar os dizeres do cronista Elias Alexandre Corrêa sobre pessoas pobres que não se escusavam em adquirir velas para oferecer às almas dos parentes mortos.⁹⁰⁹

No Brasil, a cera de abelha também era usada na confecção de velas. O cereeiro era o profissional responsável pelo artefato. Na Bahia, no ano de 1766 um indivíduo de nome João Pires Garcia foi deslocado, mediante provisão régia, da função de moedeiro para “cereeiro”, no intuito de tratar da cera usada nas festas públicas e funções reais.⁹¹⁰ Nesse sentido, da mesma forma que em Angola, no Brasil também havia pessoas responsáveis pela confecção de velas, na segunda metade do século XVIII. Na Bahia se falou em “cereeiro”, já em Angola se falou em “sirieiros” (ambas as palavras, possivelmente uma corruptela de “cirieiro”, que significa “oficial que faz vela de cera”, “aquele que faz obras de cera”).⁹¹¹

A cera fazia parte da vida doméstica no Brasil Colônia. De acordo com Leila Mezan Algranti, as velas, embora raras, podiam ser encontradas em alguns domicílios. A preocupação com a iluminação das casas pode ser percebida diante do grande número de utensílios com essa finalidade no equipamento das residências. Entretanto, segundo Algranti, por causa dessa carência, fazia-se mais uso de óleos: de baleia, tubarão, peixe-serra, rícino, mamona, copaíba, entre outros. De fato, ao pesquisarmos em alguns dos inventários *post-mortem* dos moradores dos sertões de Pernambuco, praticamente não encontramos referências a velas ou a ceras brutas. A exceção com que deparamos foi no inventário de Catarina do Espírito Santo, povoado de Flores (ribeira do Pajeú). No arrolamento de bens de seu inventário, constou o registro de 3 arrobas de cera amarela no valor de 3 mil réis. Após sua morte, a cera foi partilhada entre seus herdeiros (o marido e seus seis filhos).⁹¹² Na descrição, não há menção sobre a origem dessa matéria-prima. Ela poderia ter sido extraída das próprias matas brasileiras ou ter vindo numa das remessas que se faziam a partir de Luanda e Benguela na África. Porém, independentemente da origem, o fato é que, embora rara, a cera também se encontrava nos lares de algumas famílias dos sertões de Pernambuco, assim como em outras partes do Brasil.

As festas públicas também exigiam o uso de velas. No sertão de Pernambuco, por exemplo, em virtude do nascimento do príncipe filho sereníssimo, Senhor Infante da Espanha, Dom Pedro Carlos, foi comemorada uma festa na Vila de Cimbres no ano de 1812. A

⁹⁰⁹ AHU-Angola, cx. 83, doc. 55-A.

⁹¹⁰ AHU_ACL_CU_005, cx. 157, D. 11999.

⁹¹¹ Sobre o significado da palavra “cirieiro” ver BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 328.

⁹¹² MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 963. Inventário de Catarina do Espírito Santo, 1803.

iluminação da comemoração foi a base de cera branca e azeite. A celebração realizou-se a mando do sargento-mor da referida vila, Manuel de Siqueira. Porém, ele depois suplicou em requerimento o ressarcimento das custas pessoais que teve com a celebração:

[...] e achando-se este senado sem forças para cumprir tão justo dever, o suplicante se encarregou de fazer a dita iluminação à custa de sua fazenda e a fez nos ditos três dias com cera branca nas casas da câmara e por todas as ruas da vila com luzes de azeite, havendo juntamente todas as três noites fogo no ar.⁹¹³

Por sua vez, os ritos religiosos exigiam uma demanda contínua da cera. Observamos no catálogo dos manuscritos avulsos de Pernambuco sucessivos pedidos de clérigos e autoridades dirigidos ao Conselho Ultramarino para a aquisição ou pagamento da referida matéria-prima (para uso nas mais diversas igrejas, capelas e festas religiosas) nos seguintes anos: 1722, 1728, 1739, 1743, 1744, 1748.⁹¹⁴ Até mesmo nos lugares mais distantes, havia solicitação para chegada de cera. No sertão do rio São Francisco, por exemplo, um padre requisitou cera, hóstias e outros mantimentos para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, localizada no lugar designado por Saco na ribeira do dito rio.⁹¹⁵

Curiosamente, todos esses pedidos citados acima ficaram restritos à primeira metade do século XVIII, não sendo mais encontradas no referido catálogo solicitações ao Conselho Ultramarino para o abastecimento de cera nas igrejas e festas religiosas em Pernambuco. Sendo assim, levantamos uma questão: que motivo haveria para uma redução tão drástica desses apelos a partir da segunda metade do século XVIII? Infelizmente, não encontramos informações concretas nesse sentido (o que não significa que não existam), mas pensamos em duas possibilidades: a primeira seria que a cera proveniente de Angola proporcionou maior abastecimento do mercado de Pernambuco, reduzindo, com isso, a escassez e a necessidade de se pedir periodicamente cera ao Conselho Ultramarino em Portugal. Afinal, conforme demonstrado anteriormente, houve um aumento da presença da cera no porto da referida capitania, fruto das remessas que ocorriam a partir de Angola. Já a outra possibilidade, embora remota, seria a utilização de outras matérias-primas inflamáveis em substituição da

⁹¹³ “Registro de um requerimento e atestação feito pelo sargento-mor Manuel José de Siqueira.” FIAM. CEHM. *Livro da criação da Vila de Cimbres, 1762-1867*. Recife: Cepe, 1985. p. 229. (Coleção Documentos Históricos Municipais, 1).

⁹¹⁴ AHU_CU_015, cx. 14, D. 1357; AHU_CU_015, cx. 29, D. 2659; AHU_CU_015, cx. 35, D. 3213; AHU_CU_015, cx. 54, D. 4699; AHU_CU_015, cx. 58, D. 5018; AHU_CU_015, cx. 60, D. 5176; AHU_CU_015, cx. 68, D. 5736.

⁹¹⁵ AHU_CU_004, cx. 1, D. 80.

cera, por exemplo, azeites de origem vegetal e animal.⁹¹⁶ Entretanto, independentemente dessas suposições, só o fato de Pernambuco receber a cera de Angola durante a segunda metade do século XVIII já nos mostra exemplos tanto do trânsito do produto como também nos proporciona o vislumbre da participação dessa matéria-prima africana na vida colonial da América portuguesa.

4.3 Ferro

Entre a África e a América portuguesa, também houve remessas de ferro bruto ou fundido. Na segunda metade do século XVIII, podem ser observados alguns exemplos desse envio. Novamente os portos do Brasil serviam como escala para a subida de produtos de Angola em direção a Portugal. Porém, levantamos provas de que frações desse ferro foram introduzidas em território da colônia da América portuguesa no intuito de serem utilizadas na fabricação de ferramentas para agricultura e mineração, principalmente nos primeiros anos do século XIX. Por possuir um dos principais portos que recebiam a referida matéria-prima de Angola com escala para Portugal, não seria difícil pensar que também Pernambuco tenha sido beneficiado pela chegada do ferro da África.

Tanto no Brasil quanto em Angola, havia minas de ferro. Desde o século XVI, a procura por esse e outros minérios tornou-se um dos principais objetivos dos portugueses nesses dois lugares. Havia diferenças no uso do ferro entre as populações autóctones ameríndias e africanas antes da chegada dos portugueses. Enquanto os habitantes do primeiro não dominavam a metalurgia, os do segundo detinham as técnicas de fundição do metal e usavam a matéria-prima na confecção de objetos (azagaias, flechas, machadinhas, facas, entre outros).⁹¹⁷ Atraídos fortemente pelo interesse a respeito do metal, os portugueses pegavam informações com esses povos africanos e ameríndios sobre a localização de possíveis minas.

Em Angola, no ano de 1585, o padre Diogo da Costa escreveu em carta notícias dadas pelos pretos sobre minas de ferro e outros minérios: “há muitas minas de cobre, ferro, aço,

⁹¹⁶ Essa possibilidade parece ser mais remota por dois motivos: primeiro, a vela parecia estar mais associada às práticas de rituais religiosos da igreja do que os azeites. Outra coisa, na sociedade do Brasil Colônia, com o passar do tempo, a tendência foi a vela de cera substituir os azeites de origem vegetal e animal na iluminação, e não o contrário. A respeito da iluminação no Brasil Colônia ver: ALGRANTI, 1997, p. 115, 130.

⁹¹⁷ Segundo o historiador Joseph Miller, em Angola, o povo Mbundu tinha uma relação cultural muito forte com esse minério. Eles “tinham uma forma de tecnologia própria da Idade do Ferro, baseada principalmente no abastecimento local de minério de ferro”. MILLER, 1995.

estanho, há huã uma grande alagoa de breu muito bom para os navios.”⁹¹⁸ Já em 1594, foi dito por um padre que “nas províncias do Lumbo e Mosseque se tira estanho e ferro; do estanho não usam os pretos, do ferro fazem armas, e ferramenta para a lavoura”.⁹¹⁹ Na segunda metade do século XVII, em determinado momento, o missionário Cavazzi de Montecuccolo apontou em seu mapa (dos reinos de Congo, Angola e Matamba) a existência de serras de ferro. Em outro momento, elogiou os artefatos de ferro, a matéria-prima e a técnica empregada pelos pretos na fabricação dos objetos: “Reparei que estes utensílios são muito resistentes, devido à ótima qualidade do ferro que há nestas regiões [...]; fica o ferro muito bem fundido e purgado. Acho que desta matéria-prima poderia na Europa tirar-se ferro de muito boa qualidade.”⁹²⁰

Por sua vez, no Brasil, durante o século XVI, Gabriel Soares de Souza, em seu roteiro sobre a costa do Brasil, mencionava a necessidade da Coroa investir no descobrimento dos metais da terra, “porque lhe não falta ferro, aço, cobre, ouro, esmeralda, cristal e muito salitre”.⁹²¹ No mesmo século, o padre Pero Correia, por exemplo, dizia que em Piratininga, “dez leguas pela terra a dentro”, foi descoberta uma mina de ferro. A informação sobre a mina foi prestada pelos indígenas que viviam na região.⁹²² Contudo, como já dito mais acima, na América portuguesa os povos indígenas não faziam uso do ferro para confecção de objetos. O jesuíta Fernão Cardim, por exemplo, registrou que o uso de objetos de ferros pelos indígenas só se iniciou com o conhecimento introduzido pelos portugueses. Antes disso, os instrumentos eram constituídos “de pedra, osso, pau, canas, dentes de animal,” entre outros.⁹²³

Apesar da coleta de informações sobre as minas de ferro ocorrer desde os séculos XVI e XVII, foi somente a partir do século XVIII que os portugueses, de fato, empreenderam maior busca e exploração desse minério nos sertões de ambas as possessões. Em relação à cultura das minas do Brasil, dizia o jesuíta Antonil no início do Setecentos: “foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata, mas também houve sempre bastante descuido de as descobrir, e de aproveitar-se delas”. Ainda segundo Antonil, há

⁹¹⁸ BRÁSIO, António Duarte, Padre. Carta do Padre Diogo da Costa, 20-7-1585. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental, 1570-1599*. Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953d. v. 3, p. 321. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34722/1/MMA_completo_Vol_3.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

⁹¹⁹ BRÁSIO, 1954, p. 550.

⁹²⁰ CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, 1965, v. 1, p. 164-165.

⁹²¹ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587: leitura básica*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro-CDPB, 2013. p. 38.

⁹²² CORRÊA, Pero. Carta (77) do irmão Pero Corrêa que escreveu a um padre do Brasil. In: CARTAS avulsas 1550-1568. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. p. 139. (Série Cartas Jesuíticas, 2). Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4676/1/003816-2_COMPLETO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2018.

⁹²³ CARDIM, 2015, p. 54.

tempos que se sabia que na vila de São Paulo havia pedra ferro muito boa para as obras ordinárias que se encomendavam aos ferreiros. Porém, dizia ele, só ultimamente (na passagem do século XVII para o XVIII), um governador mandou um capitão e um fundidor estrangeiro percorrerem doze dias de viagem da dita vila para tirar ferro e barras de que se fizeram obras excelentes.⁹²⁴

Em Angola, na segunda metade do referido século, pelos relatos de abundância de ferro nos sertões (Massangano, Golungo, Ambaca, Cambambe e Caconda), alguns governadores acharam necessário estabelecer fundições que trariam vantagens à Fazenda Real, na forma de uma fábrica de ferro.⁹²⁵ Interessante que um dos objetivos para o estabelecimento da fábrica seria a produção de ferro e aço a menor preço do que antes se adquiria do Brasil, o que nos mostra indícios de que, naquele momento, Angola importava esse minério proveniente tanto de Portugal quanto da América.⁹²⁶ Em contrapartida, com a própria extração e produção de ferro fundido, a ideia era que Angola invertesse sua posição, não ficando somente como destinatária, mas também passando a ser remetente do minério tanto para o Brasil como também para Portugal.⁹²⁷ Segundo o plano, cada embarcação levaria para o Brasil entre 10 mil e 15 mil quintais de ferro (de cada vez) e traria de lá para Angola madeira, telhas e tijolos.⁹²⁸

A historiografia já deixou um legado de referenciados estudos, de diferentes prismas, a respeito da construção da Fábrica Real de Ferro em Angola.⁹²⁹ Segundo José Venâncio, entre os anos 60 e 70 do século XVIII, escolheu-se um lugar estratégico para instalação da fábrica de fundição: um vale junto da confluência do rio Luinha e Lucala. A proximidade com o rio Quanza contribuía para escoar a matéria-prima do sertão para a capital Luanda. Nas épocas de cheia, o leito do Luinha, um subafluente do Quanza, enchia-se, proporcionando o acesso

⁹²⁴ ANTONIL, 1837, p. 141-142.

⁹²⁵ Ver alguns exemplos nos ofícios emitidos pelos governos de António de Vasconcelos e de Francisco de Souza Coutinho, em 1759 e 1764 respectivamente. AHU-Angola, cx. 42, doc. 18-19; AHU-Angola, cx. 49, doc. 71, 46.

⁹²⁶ No ano de 1766 o governo de Angola expediu um ofício para a Secretaria de Ultramar informando o seguinte: [...] pelo que conseguido o meu fim, qual era o de livrar a Real Fazenda da enormíssima despesa que sofria, pagando os doze mil e oitocentos réis o quintal de ferro, e a vinte e cinco mil os seiscentos o de aço; ambas estas despesas cessam desde já [...]. AHU-Angola, cx. 50, doc. 28.

⁹²⁷ Em 1768, o governador de Angola informava ao secretário do Ultramar sobre a futura consolidação da fábrica: “[...] é necessário que Vossa Excelência determine o que se há de fazer do ferro, porque não podendo por hora ser para todo o Reino, me parece que no grande preço do Brasil seguraria mais depressa o lucro e a restituição das despesas que Sua Majestade tem feito.” AHU-Angola, cx. 52, doc. 72.

⁹²⁸ AHU-Angola, cx. 51, doc. 36.

⁹²⁹ ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras: Angola, segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. AMORIM, Maria Adelina. *A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras: Angola, séc. XVIII*. *CLIO: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n. 9, p.189-216, 2003. SANTOS, 2005; VENÂNCIO, 1996.

fluvial e marítimo até Luanda. Na estação seca, o ferro era transportado até o Lucala por jumentos importados do Brasil em 1772.⁹³⁰ De acordo com Catarina Madeira, em rigor, a Fábrica de Ferro de Nova Oeiras tem uma história relativamente curta, de oito anos (1764-1772). Apesar de uma experiência rápida, ela foi fruto de um projeto de ideias que perpassou toda a segunda metade do século XVIII e procurou tornar Angola um centro produtor de ferro, capaz não só de abastecer as necessidades angolanas, mas também do Reino de Portugal e do Brasil.⁹³¹ Já a respeito do fechamento da fábrica de ferro no ano de 1772, segundo Crislayne Alfacali, existe algum consenso na historiografia de que diversos fatores levaram ao fracasso desse empreendimento colonial: a interrupção do projeto causada pela mudança de governador, a insuficiência das minas para uma produção em grande quantidade, o clima inóspito do sertão que levava a morte dos mestres europeus desacostumados, entre outras. Contudo, diz Alfacali, mesmo com o fim da fábrica, a produção de ferro pelos ferreiros, fundidores e tocadores de fole africanos perdurou, no mínimo, até meados do século XIX, haja vista que os trabalhadores locais continuaram a vender suas barras de ferro à Fazenda Real.⁹³²

Após sair do sertão e chegar à Luanda, o ferro era remetido em embarcações diretamente para o reino ou, antes, fazia escala no Brasil. Observamos que a maior parte dos registros de remessas de ferro, a partir de Angola, aparece na documentação justamente no período em que o projeto da fábrica estava em andamento em seus oito anos. A respeito da trajetória dessas remessas de ferro de Angola para Lisboa, constatamos que algumas fizeram escala em Pernambuco. O Quadro 6 mostra alguns exemplos sobre a trajetória de algumas remessas do referido minério.

⁹³⁰ VENÂNCIO, 1996.

⁹³¹ SANTOS, 2005, p. 540.

⁹³² ALFAGALI, 2017.

Quadro 6 – Amostragem de algumas remessas de ferro.

Ano	Rota	Produto/quantidade	Embarcação	Capitão/Mestre
2/jan./1767	Angola- Pernambuco- Portugal	47 caixões de ferro – 95 quintais, duas arrobas e seis libras	Nossa Sra. Madre de Deus e Santa Anna da Companhia de Comércio Geral de Pernambuco e Paraíba	Domingos Mendonça de Furtado
16/fev./1767	Angola- Pernambuco- Portugal	16 caixões com 32 quintais de ferro de pedra	Galera Bom Jesus dos Navegantes e São João Nepomuceno	António de Pontes
17/mar./1767	Angola- Pernambuco- Portugal	55 quintais e cinco libras de ferro, divididos em 30 caixões	Corveta Boa Fortuna da Companhia Geral de Pernambuco	-----
25/ago./1768	Angola- Pernambuco- Portugal	40 quintais em 423 barras de ferro em dez caixões	Corveta Santo Antônio da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba	Domingos Furtado

Fontes: AHU-Angola, cx. 51, doc. 01; AHU-Angola, cx. 51, doc. 08; AHU-Angola, cx. 51, doc. 16

Para termos uma ideia do peso desse ferro mostrado no Quadro 6, basta dizer que 1 quintal é equivalente a 59 kg. Sendo assim, foram remetidos o equivalente a mais de 13.098 kg, ou seja, mais de 13 toneladas de ferro somente nessas datas. Possivelmente, outras mais ocorreram em diferentes momentos, sendo necessárias mais investigações para tentar achá-las.

Sobre essas remessas identificadas, no dia 2 de janeiro de 1767, por exemplo, foi anunciado pelo governador de Angola que uma corveta da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba transportava de Luanda para Portugal 47 caixões de ferro, com 95 quintais, duas arrobas e seis libras. Esse ferro foi descrito como originário da Fábrica Real da Ilamba, sertão de Angola.⁹³³ No dia 16 de fevereiro de 1767, foram remetidos de Angola 16 caixões com 32 quintais de ferro em pedra – parando em Pernambuco – cujo destino final era Lisboa.⁹³⁴ Já no dia 17 de março do mesmo ano, o governo de Angola informou sobre o transporte de 30 caixões com 55 quintais e 5 libras de ferro, realizado pela corveta Senhor Jesus da Boa Fortuna da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.⁹³⁵

Identificamos que, alguns meses depois, o governo de Pernambuco informou ter recebido, em diversos tempos, essas e outras remessas de ferro vindas de Angola, que tinham como destino final Portugal.⁹³⁶ Numa das remessas, a rota Angola-Pernambuco-Lisboa foi

⁹³³ AHU-Angola, cx. 51, doc. 01.

⁹³⁴ *Ibid.*, doc. 08.

⁹³⁵ *Ibid.*, doc. 16.

⁹³⁶ AHU_ACL_CU_015, cx. 104, D. 8082; AHU_ACL_CU_015, cx. 104, D. 8089; AHU_ACL_CU_015, cx. 104, D. 8097.

feita inteiramente pela Galera Bom Jesus dos Navegantes e São João Nepomuceno, sendo o ferro aproveitado como lastro da dita embarcação, pelo menos ao longo do trecho entre a África e a América. Por outro lado, algumas vezes, o governo de Pernambuco não pôde encaminhar de uma só vez todo o ferro proveniente de Angola cujo destino final era Portugal, sendo necessário dar preferência à acomodação e ao envio de outros gêneros daquela capitania da América. Foi o caso, por exemplo, ocorrido em 1.º de abril de 1767, quando foi dada prioridade ao embarque de pau-brasil, fazendo com que parte dos quintais de ferro de Angola ficasse à espera para ser remetido posteriormente em outra embarcação.⁹³⁷

A chegada do ferro também era acusada no seu destino final, nesse caso, Lisboa. No mês de abril de 1768, do Palácio de Queluz, em Belém-Portugal, foi informado no Livro de Registros e Ordens Régias para Angola da Secretaria de Estado e Ultramar o recebimento de 55 quintais e cinco libras de ferro, dividido tudo em trinta caixões, entregues pela Corveta Boa Fortuna da Companhia Geral de Pernambuco. De acordo com a informação prestada pelo secretário do Ultramar, esses produtos haviam sido expedidos na data de 17 de março de 1767, ou seja, mesma data de uma das remessas identificadas acima.⁹³⁸ Ao fecharmos a rota dessa remessa específica: saída de Angola com escala em Pernambuco e chegada final a Lisboa, pode-se dizer que a referida matéria levou aproximadamente um ano para chegar a seu destino. Talvez essa demora se tenha dado pelo fato já relatado que remessas de ferro provenientes de Angola, por vezes, precisavam esperar algum tempo em Pernambuco antes de subirem para Lisboa.

No entanto, ao que parece, Pernambuco e outras capitanias do Brasil não ocupavam somente essa posição de simples escala para o dito minério; essas capitanias acolheram para si parte do ferro proveniente de Angola. Este aqui é o ponto central da nossa investigação sobre a remessa de ferro. Maria Adelina Amorim, por exemplo, afirma que as remessas de barra fundida para Lisboa e Brasil materializaram, na prática, o projeto inicial da Ferraria de Nova Oeiras, o qual previa que a fundição também servisse às necessidades brasileiras, durante o funcionamento da fábrica, entre os anos 60 e 70 do século XVIII.⁹³⁹

Por nossa vez, identificamos indícios que reforçam que o Brasil realmente acolhia e utilizava os ferros remetidos por Angola. No ano de 1799, por exemplo, em ofício escrito à Secretaria da Marinha e Ultramar, o governador de Angola tratou sobre a publicação de editais em Benguela, Massangana, Pedras de Pungo Andongo, Ambaca, Golungo, Icollo e

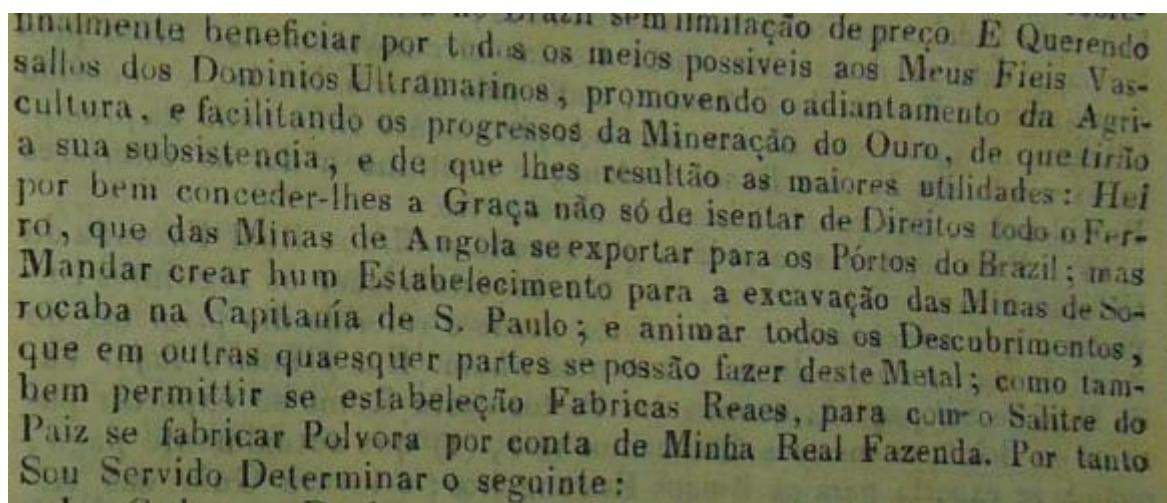
⁹³⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 104, D.8082.

⁹³⁸ AHU_CU_Ordens e Avisos para Angola, Cod. 408.

⁹³⁹ AMORIM, 2003, p. 211.

demais lugares onde se conhecia ferro que fosse enviado em barra à capital Luanda para a compra da Real Fazenda. Além de salientar que essa compra não impediria o comércio livre do produto em Angola, o governador salientou sobre a possibilidade de perdão dado pela Coroa Portuguesa aos Direitos de entrada no Brasil a todo ferro que se extraísse das minas de Angola. Ainda segundo o governador, essa medida seria útil, porque, pouco a pouco, se introduziria cada vez mais esse gênero de exportação (o ferro), assim como já ocorria com a cera e o marfim.⁹⁴⁰ Em 1801, a Coroa Portuguesa realmente concedeu isenção dos direitos de todo o ferro que das minas de Angola se exportavam para os portos do Brasil. A justificativa era estimular o trabalho na agricultura e nas minas daquela colônia nas Américas.⁹⁴¹ Nesse caso, certamente o ferro seria usado para a produção de ferramentas e demais objetos utilizados nos referidos trabalhos (Figura 20).

Figura 20 – Detalhe da Isenção do direito de todo o ferro que das minas de Angola se exportar para os portos do Brasil.



Fonte: COLLECÇÃO..., 1828, p. 694-695.

Ora, esses fatos supracitados dão a entender, então, que antes já havia remessas diretas cujo destino final era realmente o Brasil, porém se pagavam direitos sobre esse produto. Já a partir da referida data (1801), as remessas continuaram, mas dessa vez sem o pagamento dos mencionados direitos. Sendo assim, são fortes os indícios de que essa matéria-prima originada em Angola tenha sido exportada para o Brasil de onde lá ficou para a produção das mais diversas ferramentas. Além disso, esse fato também nos mostra que remessas de ferro continuaram a ser feitas mesmo depois da desativação da fábrica de ferro nos sertões de

⁹⁴⁰ AHU-Angola, cx. 92, doc. 54.

⁹⁴¹ COLLECÇÃO..., 1828, p. 694-695.

Angola, em 1772, o que converge também para os estudos de Alfagali, no sentido de que trabalhadores locais na África continuaram a vender barras de ferro à sociedade colonial de Angola, e esta continuou a remeter ferro para Portugal.

Por falar em Fábrica de Ferro, já é hora de falarmos também sobre o projeto de uma Ferraria Real que foi posto em prática em Pernambuco em fins da década de 80 do século XVIII. A dita ferraria foi instalada na vila do Recife com o intuito de fazer ferragens para as carretas das peças de todas as fortalezas daquela capitania e suas anexas, “e ainda do reino de Angola”. A ideia era trabalhar o ferro não só para o Real Serviço, como também aceitar obras de particulares que pagariam justos preços por isso.⁹⁴² Sendo assim, seriam consertadas armas, como também seriam produzidos ferrolhos e fechaduras para os armazéns e casas de Sua Majestade, para diferentes ferros necessários às galés, calcetas e prisões de criminosos, além de outros produtos de uso de particulares tanto de Pernambuco e capitanias anexas quanto de Angola (Figura 21). Vimos que a dita Ferraria Real foi instalada e funcionou em Pernambuco por iniciativa própria do governo daquela capitania no ano de 1788. Apesar disso, desde o início, o governador de Pernambuco solicitou aprovação e auxílio por parte da Coroa Portuguesa, coisa que só veio a ocorrer, ao que parece, entre os anos de 1795 e 1796, ou seja, quase oito anos depois de a ferraria ter sido instituída.⁹⁴³

⁹⁴² AHU_CU_015, cx. 166, D. 11807; AHU_ACL_CU_015, cx. 174, D. 12200.

⁹⁴³ Sobre a instalação e os serviços prestados pela Ferraria de Pernambuco, ver os seguintes documentos: AHU_ACL_CU_015, cx. 166, D.11807; AHU_ACL_CU_015, cx. 174, D.12200; AHU_ACL_CU_015, cx. 174, D.12206; AHU_ACL_CU_015, cx. 180, D.12558. AHU_ACL_CU_015, cx. 184, D.12810; AHU_ACL_CU_015, cx. 189, D.13094; AHU_ACL_CU_015, cx. 189, D.13082; AHU_ACL_CU_015, cx. 194, D.13313; AHU_ACL_CU_015, cx. 262, D.17579.

Figura 21 – Detalhe do ofício sobre estabelecimento de uma ferraria em Pernambuco com o objetivo de consertar armas e fazer ferragens para esta e outras capitanias e ainda do Reino de Angola

Além do concerto das Armas,
se está continuamente a mandar fazer ferragens
para as Carretas das Peças das Fortalezas de todas es-
tas Capitanias, e ainda do Reino de Angola; fechos
duras, e ferrolhos para os Armazenes, e Casas de Sua
Majestade, e toda a casta de ferros que são necessarios
para gales, Calcetas, e prisoes de Criminosos: todas es-
tas Obras, se poderão fazer na dita Ferraria; e quan-
do não haja em que trabalhar para a Real Taxen-
do.

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx. 166, D.11807.

A vinda de apetrechos de ferro de Angola para serem consertados em Pernambuco não seria de se estranhar. Afinal, a desativação da Fábrica de Nova Oeiras, nos sertões angolanos, poderia contribuir para isso, pois um dos planos da dita fábrica em solo africano era aumentar a produção de ferro para o consumo interno, que servisse para a reparação de seus artefatos: artilharia, partazanas (arma semelhante a lança), bombas, granadas, demais munições, painéis e obras.⁹⁴⁴ Pela carência de material e profissionais, alguns governadores da referida colônia na África chegavam até mesmo a enviar esses apetrechos para serem consertados em Portugal e no Rio de Janeiro, o que certamente levava mais tempo do que se fossem para Pernambuco

⁹⁴⁴ AHU-Angola, cx. 52, doc. 73; AHU-Angola, cx. 53, doc. 08.

por exemplo.⁹⁴⁵ Ademais, em certas ocasiões, por não haver oficiais de qualidade que trabalhassem o dito minério em Angola, o governo daquela colônia africana também remetia algumas porções de ferro para o Brasil com ordem para que lá fossem feitas as ferragens necessárias.⁹⁴⁶

Já que havia essa demanda de consertos de apetrechos de ferro e fundição de ferro para fora de Angola, não seria difícil Pernambuco também receber parte desse material. Em outras palavras, possivelmente, a aspiração de Pernambuco em receber ferragens e apetrechos de Angola estaria ligada, de forma direta ou indireta, à desativação da Real Fábrica de Ferro de Angola alguns anos antes. Afinal, na falta de um lugar próprio que trabalhasse o ferro na produção ou conserto de suas armas, ferramentas e demais ferrarias, só restava a Angola mandar, por vezes, esse material para Portugal e Brasil no intuito de que estes fizessem os reparos necessários.

Apesar de mais de um documento emanado pelo governo de Pernambuco citar que Angola seria um dos lugares beneficiados pelo serviço da ferraria instituído naquela capitania da América portuguesa, não encontramos registro de materiais enviados daquela colônia africana para serem trabalhados, exclusivamente, na dita ferraria de Pernambuco. Nesse sentido, é preciso ter cautela e abranger as investigações no intuito de tentar encontrar provas a respeito da concretização de envio de artefatos de ferro àquela ferraria. No entanto, ao considerarmos que Angola carecia de uma ferraria para consertar o próprio arsenal – a tal ponto de enviá-lo para o conserto em Portugal e no Rio de Janeiro – e fora instituída uma ferraria em Pernambuco que tinha, dentre suas propostas, receber e consertar armas provenientes de Angola, já é um indício de que isso pode ter ocorrido. Até mesmo porque, a essa altura, não há mais dúvidas quanto à estreita conexão existente entre essas duas localidades.

O Brasil possuía minas de ferro como visto nos relatos dos viajantes descritos no início desta seção. Contudo, em Pernambuco, o minério era escasso. Nos primeiros anos do século XIX, em sua expedição pelos sertões de Pernambuco, o cientista Manuel Arruda da

⁹⁴⁵ Exemplo de armamento de Angola que foi remetido para reparo no Rio de Janeiro, mais precisamente para a Ilha das Cobras, no ano de 1765, pode ser visto em: AHU-Angola, cx. 49, doc. 18. Por sua vez, no ano de 1781, foi proposto pelo governo de Angola o envio de mais armamentos para serem reparados no Rio de Janeiro. De acordo com a descrição, essas armas encontravam-se velhas e enferrujadas. AHU-Angola, cx. 65, doc. 57. Já exemplos de remessa de armas de ferro provenientes de Angola para reparação na fundição de Lisboa (espingardas com baionetas e varetas de ferro, de martelinhos, entre outros,) podem ser vistos numa relação escrita em 1791. AHU-Angola, cx. 76, doc. 87, 59. Por fim, exemplos sobre a situação precária em que se encontravam os armamentos na capital Luanda, em Benguela e nos núcleos coloniais nos sertões de Angola podem ser visto em: AHU-Angola, cx. 104, doc. 31; AHU-Angola, cx. 102, doc. 34.

⁹⁴⁶ AHU-Angola, cx. 52, doc. 73.

Câmara relatava que o lugar não era “abundante em ferro”.⁹⁴⁷ A própria Ferraria Real instituída em Pernambuco, no fim dos anos 80 do século XVIII, necessitava da matéria-prima vinda de fora para o desenvolvimento do seu trabalho. Por isso os apelos do governador dessa capitania para que a Coroa Portuguesa enviasse ferro e objetos feitos dele, por exemplo, ferro estreito, largo e meio largo, quintais de vergalhão, limas, etc.⁹⁴⁸ Nesse sentido, algumas dessas peças poderiam ter sido forjadas também por minérios de ferro originados de Angola que estavam em Portugal. Afinal, toneladas de barras de ferro foram enviadas da colônia africana para a Metrópole portuguesa durante a segunda metade do século XVIII, tendo algumas passado antes por Pernambuco. Nesse caso isso, por si só, já demonstra quanto determinado tipo de produto podia circular pelos espaços do Império.

A chegada de ferro e de ferramentas era imprescindível para uma sociedade marcadamente agrária como a de Pernambuco. Ao analisarmos os inventários *post-mortem* dos moradores dos sertões, percebemos que ferros e ferramentas se configuravam como um dos bens mais descritos nesse tipo de documento: foices, enxadas, cavadores, facas, facões, machados, serras, martelos, pregos, arreios, estribos, espingardas, bacamartes. Em alguns inventários, o ferro e a ferraria apareciam misturados com objetos de madeira, de vidro, de tecido, todos esses sob o título generalizado de “bens móveis”. Entretanto, em outros inventários, os objetos de ferro apareciam em destaque, com título próprio, assim como ocorria com os objetos de ouro, de prata, de cobre, de escravos, de gado, de bens de raiz, todos esses considerados bens de maior valor para a sociedade colonial. Talvez essa separação, com um título específico para o ferro (e não de forma generalizada como “bens móveis”), possa indicar algum tipo de importância desse bem para a sociedade dos sertões de Pernambuco. Aliás, importância essa não somente nos sertões, mas também no entorno das áreas litorâneas onde se situavam as vastas plantações de cana-de-açúcar.

No século XVIII, ao enaltecer o cabedal do senhor de engenho, título a que muitos aspiravam, porque trazia consigo “o ser servido, obedecido e respeitado”, Antonil citou a escravaria, covas de mandioca, barcos, entre outras coisas, mas também não se furtou em descrever os bens de ferro (enxadas, foices, serrarias, machados, moenda, muitos quintais de aço, e de ferro, serras, trados, verrumas, enxós, goivas, machados, martelos, junteiras, pregos e toda uma gama de peças de ferro que compunham o engenho). Ao realizar essa descrição, o

⁹⁴⁷ CÂMARA, 1982, p. 101-102.

⁹⁴⁸ Sobre detalhe da relação de material, ver AHU_ACL_CU_015, cx. 189, D.13082.

intuito de Antonil foi demonstrar o poder e a riqueza desses senhores. Sendo assim, objetos de ferro faziam parte disso também.⁹⁴⁹

Em Angola, a presença do ferro na composição de objetos também era imprescindível para a sociedade colonial. Em determinados momentos, sucessivos governadores queixavam-se da falta ou da precariedade de material para as tropas militares, obras públicas, diversos ofícios, agricultura entre outros. Por isso, a Coroa Portuguesa autorizava que uma diversidade de materiais fosse enviada do Brasil e, principalmente, de Portugal.⁹⁵⁰ Dessa forma, em certos anos, entravam em Angola objetos compostos de ferro como peças de artilharia, canastras, cadeados, pás, baldes, enxadas, machadinhas, machados, serras, serrotes, esquadros, martelos, junteiras, eixos, bigornas, ferraduras, foices, brocas, picaretas, pés-de-cabra, compassos, agulhas, colheres, picadeiras, espetos, entre tantos outros.⁹⁵¹ Depois de introduzido na África, todo esse material descambava nas mãos de soldados, comerciantes, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, ferradores, agricultores e demais moradores espalhados pelos núcleos coloniais do litoral ao sertão, onde eram usados nas mais diversas atividades: obras públicas e particulares, defesa do território, agricultura, criação de animais, entre outras coisas.⁹⁵² A esse respeito, por exemplo, às vezes, Angola também carecia de pessoas aptas a trabalhar o próprio ferro. Assim, em 1800, o governo de Angola apelou à Coroa Portuguesa a ida de ferreiros do Brasil para lá. Pernambuco foi uma das capitânicas que receberam a Ordem Régia, mas alegou não possuir homens aptos e disponíveis para enviar a Angola. No entanto, disse que ficaria atento caso surgissem notícias de alguém que poderia ser empregado na colônia na África.⁹⁵³

Em suma, a circulação do ferro bruto e fundido, bem como de objetos feitos de ferro, mostra a intensidade do trânsito dessa matéria-prima pelos espaços do Império Português. A relação entre Angola, Brasil e Portugal era intensa. Embora Angola extraísse ferro e fizesse uso dele em algumas obras e confecção de objetos, tudo indica que a maior parte dos artefatos

⁹⁴⁹ ANTONIL, 1837, p. 7-8.

⁹⁵⁰ Contudo, é bom lembrar que, por vezes, Angola também conseguia reparar a própria artilharia com o ferro proveniente de seu solo. Ver um dos exemplos em: AHU-Angola, cx. 52, doc. 73.

⁹⁵¹ Exemplos da entrada desses objetos em Angola podem ser vistos em AHU-Angola, cx. 62, doc. 100; AHU-Angola, cx. 65, doc. 62; AHU-Angola, cx. 83, doc. 52. AHU-Angola, cx. 106, doc. 05; AHTC. 4189 - Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Reino de Angola, 1765-1789.

⁹⁵² Em relação às armas de ferro, por exemplo, foi elaborado um documento intitulado “Mapa geral das companhias e artilharia com suas ferramentas e petrechos com que se acham os presídios do sertão deste Reino de Angola e suas Conquistas em 1º de janeiro de 1795”. Além de especificar os armamentos, munições e artilharias pertencentes em cada presídio do sertão (Caconda, Novo Redondo, Muxima, Massangano, Cambambe, Pedras, Ambaca e Encoge), o documento traz observações sobre a procedência dessas armas: algumas eram das que já havia no Regimento da capital Luanda e outras eram armas portuguesas. AHU-Angola, cx. 81, doc. 01. A descrição de armamentos específicos de ferro pode ser visto também em documento elaborado no ano de 1801: espingardas, baionetas, alabardas, chifarotes, entre outros. Ver AHU-Angola, cx. 102, doc. 34.

⁹⁵³ AHU_ACL_CU_015, cx. 224, D 15170.

vinha realmente de fora, ou seja, do Brasil e de Portugal. Por outro lado, cabia a Angola o papel de exportar ferro bruto e fundido para essas duas localidades. Pernambuco era um dos principais portos da América portuguesa que servia de escala da referida matéria-prima que seguia para Portugal. Contudo, como visto, identificamos prova que a América portuguesa não serviu somente de escala, mas que parte do ferro oriundo de Angola também entrou e ficou definitivamente por lá.

4.4 Animais selvagens

Durante muito tempo, os estudos históricos a respeito de animais selvagens e demais exemplares de vegetais e minerais, no contexto da ciência da segunda metade do século XVIII, ficaram restritos a análises das instituições de cunho acadêmico-científico que os abrigava, como faculdades, museus, jardins botânicos. Também se estudava o colecionismo de particulares, ou seja, de pessoas que adquiriam essas peças para uso privado, geralmente como sinal de *status*. Se por um lado esses estudos sobre as coleções museológicas e privadas tinham a preocupação de identificar o lugar de origem desses exemplares, ou seja, se eram provenientes da América portuguesa, da África e da Ásia, por exemplo, por outro, quase nada se analisava a respeito das rotas percorridas e das logísticas empreendidas para aquisição e remessa dessas espécies dos reinos animal, vegetal e mineral. Diante dessa lacuna de estudos, nos últimos anos, vem crescendo o interesse de alguns investigadores portugueses e brasileiros em analisar o processo de circulação não só dos exemplares dos três reinos, mas também das pessoas e ideias que moviam a ciência do referido período pelos espaços do Império Português. Márcia Ribeiro, Fátima Nunes, João Brigola, Angela Domingues, Heloísa Gesteira, Magnus Pereira, Lorelai Brilhante Kury, Magali Sá, Maria Nizza da Silva, Luís Carolino e Argus Almeida são alguns desses investigadores que se debruçam sobre o tema circulação.⁹⁵⁴

⁹⁵⁴ Ver alguns dos trabalhos desses investigadores em: RIBEIRO, 2015. NUNES, 2012; NUNES; ALCOFORADO; CRAVOSA, 2014. BRIGOLA, João Carlos. O colecionismo científico em Portugal nos finais do Antigo Regime, 1768-1808. In: KURY, Lorelai Brilhante; GESTEIRA, Heloisa. *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012a. BRIGOLA, João Carlos. *A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina: o quadro cultural e o movimento das ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/8325>. Acesso em: 28 abr. 2017. DOMINGUES, 2012. SILVA, 2014; CAROLINO, 2014; KURY, 2012a; GESTEIRA, 2012; PEREIRA, 2012; KURY; SÁ, 2012. ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1805, pelos governadores da Capitania de Pernambuco*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. (Arquivos do NEHiLP, n. 2). Disponível em: http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/NEHiLP_2.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

No que se refere especificamente ao trânsito de animais do Brasil e Angola para Portugal, temos os trabalhos de Magnus Pereira, Argus Vasconcelos, Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Ao analisar o conhecimento científico da caatinga do Brasil no século XVIII, o primeiro investigador brevemente afirmou que os portos do Recife e Salvador no Brasil eram escalas de remessas que vinham de Angola com destino a Portugal.⁹⁵⁵ Os outros três investigadores, em conjunto, chegaram a tratar do Recife como escala de navios portadores de animais de Angola, mas o foco maior de sua investigação foi a respeito dos animais selvagens endêmicos de Pernambuco que eram transportados para a Metrópole portuguesa.⁹⁵⁶ Contudo, ao mencionarem essas remessas de animais de Angola que fizeram escala em Pernambuco e outras capitanias, os anteditos investigadores analisaram a documentação elaborada e emanada pelo governo de Pernambuco e demais capitanias do Brasil, aparentemente não se aprofundando nos documentos elaborados e emanados pelo governo de Angola.⁹⁵⁷

Sendo assim, balizada por esses estudos, e procurando contribuir para mais informações sobre esse tema, nossa investigação deu enfoque especificamente ao trânsito de alguns exemplares de animais selvagens (vivos ou mortos) que foram transportados dos sertões de Angola até Portugal, mas fizeram escala em Pernambuco, tomando como fontes tanto a documentação produzida em Pernambuco quanto a documentação elaborada por Angola na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX. O cruzamento

⁹⁵⁵ PEREIRA, 2012.

⁹⁵⁶ Ao tratarem especificamente dos animais da própria Capitania de Pernambuco enviados por seus governadores às Quintas Reais de Lisboa, os investigadores elaboraram uma enriquecedora contagem desses bichos, a saber: foram remetidas aproximadamente “2776 aves (na grande maioria pássaros); aproximadamente 163 mamíferos, sendo 35 pequenos veados (*Mazama americana* (Erxleben, 1777) e *Mazama gouazoubira* (Fischer 1814)); 17 cutias (*Dasyprocta prymnolopha* Wagler, 1831); 38 porquinhos do mato (*Pecari tajacu* (Linnaeus, 1758); 18 pacas (*Cuniculus paca* (Linnaeus, 1766); 7 quandus (*Coendou prehensilis* (Linnaeus, 1758)); 16 onças (*Panthera onca* (L., 1758); 12 antas (*Tapirus terrestris* (Linnaeus, 1758)); 5 quatis ou quatis-mundéu (*Nasua nasua* (Linnaeus, 1766)); 1 quatimirim (*Guerlinguetus alphonsei* (Thomas, 1906)); 3 capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris* (Linnaeus, 1766); 2 mocós (*Kerodon rupestris* (WiedNeuwied, 1820)); um único tatu; uma única preguiça (*Bradypus variegatus* Schinz, 1825); entre os 12 primatas, 7 macacos, 2 guaribas e 2 saguis; 1 lontra (*Lontra longicaudis* (Olfers, 1818)) e um ‘porco monstruoso’; entre os répteis apenas são registradas 7 remessas, sendo 1 tejuçu (*Tupinambis merianae* (Duméril & Bibron, 1839)), 4 jabutis (*Chelonoidis carbonaria* (Spix, 1824)), 2 tartarugas (sendo uma enviada em uma tina) e apenas uma cobra-coral (*Micrurus* sp.). Chama a atenção existirem referências sobre a remessa de ‘ararunas’, ‘mutuns’ e ‘saguis amarelos’, os quais podem ser entendidos como possíveis alusões a *Anodorhynchus leari* e a uma espécie do gênero *Callicebus*, bem como a *Mitu mitu*, ora extinto na natureza. Neste levantamento note-se a falta absoluta de peixes, a raridade das remessas de répteis, principalmente de ofídios – apenas uma cobra-coral – que tanto interesse despertaram nos primeiros registros de fauna feitos pelos cronistas e naturalistas do século XVI e XVII.” ALMEIDA; PAPAVERO; TEIXEIRA, 2014.

⁹⁵⁷ Ao dizermos que, aparentemente, os supracitados investigadores não se aprofundaram na documentação elaborada pelo governo de Angola (Conselho Ultramarino-AHU) sobre as remessas de animais dessa colônia para Pernambuco, estamos a nos fiar nos trabalhos desses investigadores aos quais conseguimos ter acesso. Sendo assim, nada implica que, ao longo dos numerosos estudos que esses homens produziram, eles tenham também se aprofundado nos tais documentos em outras ocasiões que não analisamos.

entre os documentos desses dois distintos lugares, emanados concomitantemente ao Conselho Ultramarino, proporcionou-nos mais informações sobre os diálogos, trânsitos e conexões existentes entre Angola e Pernambuco.

Ao mesmo tempo, abordamos também algumas remessas de animais típicos dos sertões de Pernambuco que, ao lado das remessas de Angola, também tomaram o rumo para Portugal. Finalmente, nesse fluxo de animais selvagens ocorrido entre Angola e Pernambuco, levantamos a possibilidade de que alguns deles tenham sido introduzidos em terras pernambucanas sem subirem para Lisboa. Contudo, independentemente de alguns terem ido só de passagem ou de alguns terem realmente ficado por Pernambuco, a questão é que a presença desses animais oriundos dos sertões de Angola possivelmente chamou a atenção dos habitantes da vila do Recife, principalmente da área portuária aonde as embarcações que chegavam com esses bichos ficavam atracadas. É o que procuramos demonstrar mais adiante.

Na segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa intensificou suas ações na ocupação dos sertões da América e da África com medidas de incentivo à urbanização e ao desenvolvimento econômico. Além disso, foram emitidas diversas ordens para maior ampliação de estudos científicos a respeito dessas regiões. Isso permitiu não somente o desenvolvimento científico, mas também atrelou a ciência aos interesses políticos e econômicos da Metrópole. Nesse sentido, foram organizadas viagens de pesquisa científica e elaboradas instruções para os governos locais realizarem o levantamento de informações acerca dos potenciais de riqueza das matérias-primas desses sertões. Com isso, vários tipos de informações e, até mesmo, exemplares da fauna, da flora e de minerais, passaram a ser enviados por cientistas viajantes e pelos governadores das colônias para o centro do Império em Portugal.⁹⁵⁸

Entre 1750 e 1808, contabilizamos nos catálogos dos manuscritos avulsos de Pernambuco e Angola, pertencentes ao AHU, ao menos 103 documentos que trazem menções à captura e/ou remessa de diversos tipos de animais de Pernambuco para Portugal, também, no mínimo, 65 documentos que trazem menções a respeito dessas mesmas atividades empreendidas por Angola para a referida Metrópole portuguesa. Ao analisar os documentos propriamente ditos, foi possível encontrar informações que nos proporcionaram vislumbrar alguns números e os tipos de animais, os trechos percorridos por eles, a logística para as

⁹⁵⁸ Como vimos na parte I desta tese, algumas medidas foram tomadas, dentre elas, a organização das chamadas “viagens filosóficas” aos sertões e o estímulo aos governantes nas colônias para enviar cada vez mais notícias e amostras de seres vivos e matéria-prima. Sobre as viagens científicas e instruções para os governadores das colônias, ver SILVA, 2014; CAROLINO, 2014. KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012b.

remessas, as pessoas responsáveis pela captura, cuidado e transporte desses bichos, além de mais uma ligação existente entre Angola e Pernambuco.

Os sertões de onde se originavam a maior parte dessas amostras eram frequentemente descritos como imensos, dilatados, perigosos, distantes. Para encontrá-las, diligências eram organizadas a mando dos sucessivos governadores de Angola e de Pernambuco, ficando a liderança desse empreendimento a cargo de militares que serviam nas colônias ou de naturalistas vindos do Reino. Geralmente, fazia-se uso dos povos autóctones nas comitivas. Esses naturais certamente eram de suma importância não só pelo trabalho pesado de conduzir os equipamentos e víveres das diligências, também pela identificação dos produtos e lugares, e pela sobrevivência nesses lugares inóspitos a muito europeus, ou, até mesmo, a luso-brasileiros e luso-africanos.⁹⁵⁹

Os animais eram capturados no interior dos continentes africano e americano, transportados para os respectivos portos das colônias e atravessados pelo Atlântico em embarcações com destino a Portugal. Diversas espécies de mamíferos, répteis, aves, dentre outros, desembarcaram no Velho Continente na segunda metade do século XVIII. Não é preciso fazer uma contagem pormenorizada para perceber que as aves de ambos os lados (Pernambuco e Angola) aparecem na documentação como os animais mais enviados para Portugal, pois os números são visivelmente superiores em relação aos demais bichos. Os mamíferos, embora em menor quantidade que as aves, também constam na documentação. Em seguida, e não necessariamente nessa ordem, vinham os répteis, peixes, insetos entre outros⁹⁶⁰ (Quadro 7).

⁹⁵⁹ Exemplo de conhecimento indígena em Pernambuco empregado na utilização de animais plantas pode ser visto em AHU_ACL_CU_015, cx. 138, D. 10291. Já sobre o conhecimento proporcionado pelos Mbundu de Angola pode ser visto em: BNP. Cota – Cod. 6496//1; Coleção Manuscritos Reservados.

⁹⁶⁰ Daremos somente alguns exemplos de números. Seria necessário bastante tempo para realizar uma contagem pormenorizada de cada um dos animais descritos em mais de uma centena de documentos. Sendo assim, por essa lacuna, fica aqui uma sugestão para se realizar um trabalho quantitativo sobre os animais remetidos tanto dos sertões de Pernambuco quanto dos sertões de Angola para Portugal.

Quadro 7 – Exemplos de animais de Pernambuco e animais de Angola destinados a Portugal⁹⁶¹

Animais selvagens de Pernambuco remetidos para Portugal (vivos ou mortos)	Vários tipos de aves, cobra, veados, guandus, mocós, antas, pacas, porcos do mato, quatis, preguiças, capivaras, tatu, macacos, gato de algália, onças, entre outros.
Animais selvagens de Angola remetidos para Portugal (vivos ou mortos)	Vários tipos de aves, bois selvagens, sefos, quilengues, veados, zebras, jacaré, peixe-mulher, macacos, lobos, onças, gatos de algália, leão, abadas, cavalos-marinheiros, elefantes, entre outros.

Além da descrição das espécies e do número de animais remetidos para Portugal, alguns dos documentos, quando cruzados, também trazem pistas em relação ao itinerário, desde a captura nos sertões até a travessia oceânica. Acerca dos transportes dos animais pelos sertões até o litoral, as informações normalmente aparecem de forma escassa nos documentos. No entanto, por meio de alguns vestígios encontrados nas cartas e ofícios, percebemos algumas características. Além das distâncias, as condições climáticas, a vegetação, o relevo e os diversos perigos contribuía para dificultar o empreendimento de transporte em ambos os lados, porém em Angola mais do que em Pernambuco.

Na Capitania de Pernambuco, os períodos de seca causada pela estiagem das chuvas eram um empecilho para aquisição de animais nos sertões. Os caminhos percorridos pelas pessoas encarregadas da captura tornavam-se difíceis: alguns trechos eram percorridos por barcos que, por falta de volume de água dos rios, ficavam intransitáveis. Por sua vez, os caminhos terrestres não eram fáceis. Boa parte do território de Pernambuco tem solo pedregoso e uma vegetação que, embora de pequeno porte, é densa, seca, retorcida e espinhosa. Em certas épocas do ano, o sol torna-se inclemente. Além disso, havia ainda os perigos ocasionados pela peçonha de alguns animais como escorpião, aranhas e serpentes; pelo ataque de onças; ou por ataques de esparsos grupos indígenas que ainda resistiam à invasão de seu território.

No ano de 1754, um homem a quem se chamava “viajante aventureiro”, de nome Jacob Moller, ao realizar uma expedição ao sertão de Pernambuco e capitânicas anexas disse o seguinte: “nesta terra não achou coisa rara e digna de se oferecer a Vossa Excelência de lembrança”, senão tão somente um passarinho a que chamam cardeal [...] e um gato de

⁹⁶¹ Colocamos o nome dos animais tais como apareceram na documentação. Ao longo desta seção explicaremos alguns desses nomes.

algália, que por serem raríssimos neste país, me atrevo a remetê-lo”.⁹⁶² Ora, identificamos em outro documento que essa capitania passava por uma forte seca, justamente na mesma época em que o tal aventureiro andou pelos sertões.⁹⁶³ Sendo assim, essa condição climática possivelmente contribuiu para as dificuldades em achar os animais. Afinal, num ambiente de condição adversa, o ato primordial de sobrevivência do aventureiro deveria retirar a atenção do objetivo da expedição.⁹⁶⁴ Já na passagem do século XVIII para o XIX, por exemplo, o cientista Manuel Arruda da Câmara, que percorreu os sertões das capitanias do norte do Brasil, chamava a atenção para a quantidade de serpentes naqueles lugares, e se queixava de doenças que adquiriu em suas expedições.⁹⁶⁵

Em relação ao Reino de Angola, a já mencionada “malignidade” do clima, doenças, vegetação densa de diferente porte, animais selvagens e grupos africanos que resistiam à tomada de suas terras não só contribuía para dificultar a aquisição e transporte dos animais, como também podiam levar à morte pessoas que faziam parte das expedições e iam em busca de elementos fauna, flora e de minerais. A causa da morte de Angelo Donati, um naturalista que se encontrava em Angola a serviço da Coroa Portuguesa, foi atribuída à “moléstia” devido a “influência e malignidade do clima”. Durante o breve trabalho que realizou em Angola, Donati parece ter conseguido enviar algumas remessas de animais, plantas e outros exemplares para Lisboa.⁹⁶⁶ Em seguida à morte do naturalista, morreu também um rapaz que havia chegado a Massangano para acompanhar o secretário do governo de Angola (que

⁹⁶² Sobre a remessa de animais feita pelo viajante aventureiro, ver: AHU_ACL_CU_015, cx. 75, D. 6307. Acerca do nome algália, no dicionário do Padre Raphael Bluteau, escrito no século XVIII, encontra-se uma referência a um animal chamado “gato de algália”. Segundo Bluteau, nas virilhas do gato de algália, existe uma espécie de bolsinha que tem um licor de cheiro muito suave. Em outro momento, Bluteau faz menção ao gato de algália como se fosse um dos “tesouros da natureza” comprados pelos mouros, no sertão da África, e vendidos nos portos. No caso do mamífero encontrado nos sertões de Pernambuco, descrito pelo viajante aventureiro, pode ser que o animal seja parecido com o do continente africano, daí o fato de o viajante ter dado o mesmo nome. Sobre o dicionário do século XVIII, ver BLUTEAU, 1712-1728, v. 1, p. 248, 279. Já em um dicionário atual, são descritas as características físicas do gato: gato-de-algália – [Zoologia] “Mamífero carnívoro que tem abaixo do ânus uma bolsa pequena onde se deposita uma substância gorda (algália), empregada em perfumaria. = ALGÁLIA, ALMISCAREIRO, CIVETA, ZIBETA. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/gato-de-alg%C3%A1lia>. Acesso em: 22 set. 2016.

⁹⁶³ Sobre a seca e as dificuldades em transitar pelo sertão, ver: AHU_ACL_CU_015, cx. 75, D. 6309.

⁹⁶⁴ A situação do nosso “viajante aventureiro”, Jacob Muller, deveria enquadrar-se na realidade estudada pelas investigadoras Magali Sá e Lorelai Kury sobre outros naturalistas que percorreram a caatinga dos sertões. Em seus estudos, Kury e Sá afirmam que a caatinga (bioma que cobre boa parte da região Nordeste do Brasil da qual Pernambuco faz parte) foi percorrida por naturalistas estrangeiros, mas em menor número do que nos outros espaços do Brasil. Muitos viajantes evitaram a caatinga e poucos adentraram efetivamente esses sertões mais secos. Ainda de acordo com elas, as adversidades do clima seco podem ter refletido na qualidade dos trabalhos dessas pessoas. Afinal, “matar a sede acabava por ser mais premente do que inventariar o que se via. O que se via, aliás, era pouco. Tinha-se a impressão de que tudo ao redor estava morto. Só um olhar detido, uma análise pormenorizada, poderia perceber a vida escondida nas pedras, nas raízes, nos troncos retorcidos”. KURY; SÁ, 2012.

⁹⁶⁵ CÂMARA, 1799, p. 55. MELLO, 1982, p. 242.

⁹⁶⁶ AHU-Angola, cx. 67, doc. 47.

também estava doente) nos “descobrimientos para ornar o museu de Sua Majestade”. Apesar desses problemas, a moribunda expedição conseguiu capturar “um grande cavalo-marinho [hipopótamo] e dois peixes-mulheres [fêmeas do peixe-boi],”⁹⁶⁷ os quais foram embarcados no rio Quanza dos sertões em direção a Luanda na costa.⁹⁶⁸ Possivelmente, esses animais não chegaram a ser remetidos vivos para Lisboa, pois numa lista de produtos enviados pelo naturalista Joaquim José (outro membro da referida comitiva), deparamos com “oito dentes de cavalo-marinho do Quanza” e “sete costelas do chamado peixe-mulher, que é o *Trichechus manatus*”. Sendo assim, isso nos sugere que seriam os restos mortais dos tais animais que foram embarcados no rio Quanza.⁹⁶⁹

Décadas antes da morte do referido naturalista e do rapaz, um governador de Angola havia condenado a fragilidade dos homens “brancos” que trabalhavam no sertão, pois “logo morrem ou se incapacitam” naquelas terras. Já os “negros”, eram tidos pelo governador como muito “tímidos”, que para nada serviam. Por outro lado, a autoridade enalteceu um “paulista” (possivelmente um morador da cidade de São Paulo de Luanda) que se mostrava empenhado “incessantemente” no apresamento de zebras.⁹⁷⁰ Ora, dentre todos esses homens citados acima, certamente seriam os negros os mais aptos a empreender as capturas dos animais pelos sertões, pois deveriam ser os mais adaptados à natureza e os que mais conheciam as veredas dos sertões. Nesse caso, a considerada timidez atribuída a eles na verdade poderia ser um artifício de resistência deles contra as tentativas de controle e exploração dos colonizadores. A despeito de todas essas dificuldades, assim como em Pernambuco, a captura e as remessas de animais da fauna de Angola também ocorreram ao longo da segunda metade do século XVIII.

⁹⁶⁷ AHU-Angola, cx. 69, doc. 27.

⁹⁶⁸ O dicionário do padre Raphael Bluteau traz referências ao “cavalo-marinho” de África. Segundo o padre, existia um erro ao chamarem o hipopótamo de cavalo-marinho. O primeiro “tem pés de elefante, e que da boca dos rios passa para os campos, onde quase sempre anda nadando. Este animal impropriamente se chama cavalo-marinho, porque não é cavalo do mar, mas dos rios, e não é outra coisa, que hipopótamo”. Em outra referência, aparece a seguinte descrição no dicionário: “se pareceram com búfalos, muito grandes. Tinham estes animais cabeça de égua, orelhas curtas, ventas largas, dois dentes revoltos como os do javali, a pele luzidia como a do coelho, e rinchavam quase como cavalos.” Ainda segundo Bluteau, “o verdadeiro cavalo-marinho era o que os latinos chamavam de *Hippocampus*, e é peixe assim chamado, porque no pescoço e na cabeça tem alguma semelhança com o cavalo”. Já sobre o “peixe-mulher”, consta em Bluteau: “há muito peixe [em África] com feições humanas, do ventre até o pescoço. Destes peixes, os que tem mais semelhanças de mulher, que de homem, chamam lhe peixe molher. [...] da barriga para baixo tem rabo muito grosso e comprido com barbatanas, como cação. Tem pele branda e áspera, tem braços, e em lugar de mãos, dedos e barbatanas que lhe começam dos cotovelos até as pontas dos braços. O rosto é deforme, espalmado e redondo, muito maior que o humano, e com feições irregulares, porque tem a boca muito grande, semelhante a boca de uma arraia, e os beiços muito grossos e derrubados, como beiços de libreo. Tem a boca cheia de dentes, como dentes de cão, quatro dos quais, que são as presas, lhe saem fora da boca, quase um palmo, como dentes de javali. BLUTEAU, 1712-1728, v. 5, p. 334-545.

⁹⁶⁹ AHU-Angola, cx. 68, doc 47.

⁹⁷⁰ AHU-Angola, cx. 50, doc 64.

As diligências aos sertões eram dispendiosas e necessitavam de toda uma logística. Em Angola, por exemplo, identificamos no livro de “Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola” indícios que nos proporcionam perceber a logística de uma diligência empreendida no ano de 1765, no intuito de capturar zebras no sertão de Benguela. Havia o sustento das pessoas responsáveis (o soldado Albano de Caldas, o castelhano Amaro Ortiz e um homem chamado Antônio dos Santos) e de 60 carregadores ou condutores, passando pela compra de equipamentos (fios de algodão para o laço das zebras, cela para um cavalo, quatro machados e demais preparos), até a compra de tábuas, pregos, duas ancoretas e cinco sacos de milho para a acomodação e alimentação da zebra no navio que a conduziria do porto de Benguela até o porto de Luanda.⁹⁷¹ Esses homens passaram seis anos em diligência e capturaram nesse processo um total de 17 zebras e outros animais raros.⁹⁷² Ao longo desse processo, podemos confirmar que pelo menos uma das zebras foi capturada no sertão de Benguela, carregada até chegar ao porto da referida cidade, e embarcada de lá até Luanda.

Após o transporte do interior do continente ao litoral, os animais capturados nos sertões de Angola e adjacências poderiam ser remetidos por duas vias: ou subiam em direitura (direto) da África para a Europa, ou, primeiramente, iam para a colônia brasileira, para dali seguirem viagem até Portugal.⁹⁷³ Sendo assim, geralmente, as espécies vindas dos sertões da Angola acabavam por fazer escalas nos portos de Pernambuco, Bahia e, mais raramente, no Rio de Janeiro. Por sua vez, os animais apreendidos nos sertões das capitânicas do norte do Brasil eram embarcados nos portos de Pernambuco e Bahia com destino direto para Lisboa.

Os transportes de animais selvagens vivos pelo oceano exigiam cuidados, pontualidade e atenção. Por vezes, quando não demoravam ao longo da própria travessia, as embarcações atrasavam dias para sair dos portos, e isso aumentava o risco de morte por conta de cansaço ou, no caso de já estarem em alto mar, também por esgotamento de alimentos. Por outras, havia problemas de naufrágio, o que causava o falecimento tanto de membros da tripulação, bem como dos animais capturados.⁹⁷⁴ No ano de 1800, por exemplo, devido a um

⁹⁷¹ AHTC. 4189-4190 - Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789.

⁹⁷² AHU-Angola, cx. 53, doc. 75.

⁹⁷³ A rota em “direitura”, por vezes, era feita pelas naus da Índia. No ano de 1790, por exemplo, uma nau procedente de Goa atracou em Benguela e Luanda, e dali recebeu e conduziu a Portugal “um pássaro vivo, um barril com um couro de peixe mulher ou sereia para Sua Majestade”, além de marfim e cera. BPE. CXVI/2-25. “Diário Náutico – viagem de Angola para Lisboa [...] vinda de Goa de nau de Viagem do presente anno com escala pellas cidades de Benguela e Angola [...] ano 1790”.

⁹⁷⁴ Alguns exemplos de atrasos e/ou naufrágios de embarcações que transportavam exemplares de animais podem ser vistos em: AHU-Angola, cx. 51, doc. 55; AHU_ACL_CU-015, cx. 213, D. 14475; AHU_ACL_CU_015, cx. 217, D. 14730.

“forte temporal”, houve um naufrágio de uma embarcação que realizava a travessia de Pernambuco para Portugal. Dentre as várias coisas transportadas que ficaram no fundo do mar, havia uma cobra-coral remetida a Lisboa.⁹⁷⁵

A morte de um animal era extremamente lamentada tanto pelas autoridades das colônias quanto da Metrópole. Ela geralmente era atribuída à fragilidade do animal e/ou à falta de cuidados na travessia atlântica. No ano de 1767, por exemplo, o governo de Angola lamentou a morte de “tantos” pássaros e atribuiu a culpa aos marinheiros da embarcação. Para o governador, o trato desses animais deveria ser feito por um homem “cuidadoso e delicado”, e não pelos “impróprios” marinheiros, “rudez e incapazes que até os matam [os pássaros] para livrar-se desta penção”.⁹⁷⁶ Já em Pernambuco, no ano de 1774, por exemplo, o governo da capitania se justificou perante o secretário do Ultramar a respeito do mau sucesso de anteriores remessas de pássaros: a culpa do episódio recaiu sobre o descuido dos capitães das embarcações pela falta de tratamento e falta de espaço nos viveiros.⁹⁷⁷

Ao longo dos anos, toda uma logística foi sendo aprimorada na tentativa de reduzir a morte dos animais que cruzavam o Atlântico. Orientações sobre como proceder e informes em relação às pessoas responsáveis para tratá-los, bem como descrições sobre as provisões de alimentos e medicamentos por vezes aparecem descritos nos documentos. Foi o caso ocorrido no ano de 1768, quando o governo de Angola tomou algumas medidas no sentido de evitar a grande mortandade de pássaros. Além de acomodá-los em “viveiros de cana”, que algumas pessoas diziam ser “melhores”, anunciou a providência de “remédios necessários” para extinguir os muitos ratos que atacavam as aves.⁹⁷⁸ Por sua vez, a Pernambuco, no ano de 1770, chegaram diversos animais (zebras, quilengues, entre outros) vindos de Angola, cujo destino final seria Lisboa. Essa remessa veio acompanhada de orientações sobre como cuidar desses referidos animais africanos, incluindo como alimentá-los. Isso não seria de estranhar, pois alguns desses animais eram novidade em Pernambuco, onde possivelmente não se conheciam os hábitos desses bichos exóticos. Nessa estada temporária dos animais na referida capitania do Brasil, providenciaram remédios e alimentos para a tripulação e os animais: “botica para acompanhante” e “botica curativa para bichos”, “carne de porco”, “carne de vaca”, “peixe”, “arroz”, “milho” “capim”, “cana”, “mel” e outros mais foram distribuídos para homens e animais, como veremos mais abaixo.⁹⁷⁹

⁹⁷⁵ AHU_ACL_CU-015, cx. 213, D. 14475.

⁹⁷⁶ AHU-Angola, cx. 51, doc. 66.

⁹⁷⁷ AHU_ACL_CU-015, cx. 115, D. 8843.

⁹⁷⁸ AHU-Angola, cx. 52, doc. 40.

⁹⁷⁹ AHU_ACL_CU_015, cx. 108, D. 8373.

Quando bem planejados, os animais chegavam vivos e a ocasião era motivo de felicitações. Um “leão branco” capturado em Angola, por exemplo, levou praticamente um ano para chegar a Portugal. Capturado em uma armadilha, o leão foi descrito como jovem e feroz. Ao longo do trajeto terrestre do interior até o porto de Luanda, foi necessário reforçar a jaula na qual era transportado. Uma vez embarcado no porto marítimo, o animal zarpar e fez escala na Bahia, onde passou alguns meses, e depois subiu em direção à Europa.⁹⁸⁰ A notícia da captura do animal foi datada de 3 de abril de 1767. No dia 31 de outubro do mesmo ano, foi informado que o leão já estava no porto da Bahia, onde “ali se conservava vivo” há pelo menos “dois meses e meio”.⁹⁸¹ A demora se devia à espera da melhor época do ano para seguir viagem. Finalmente, nos primeiros meses do ano seguinte, a Coroa Portuguesa louvava a chegada do leão a Lisboa, e informava que, apesar de ter mudado de cor, o animal conservava-se em uma das quintas em Belém.⁹⁸² Por sua vez, no dia 16 de março de 1768, em correspondência enviada ao secretário do Ultramar, o governador de Angola comemorava a notícia recebida da chegada do leão em Portugal, e avisava que remeteria também uma onça.⁹⁸³

O alinhamento entre os poderes central e das colônias era importante para o estímulo das pesquisas científicas e de exemplares de minerais, da flora e da fauna. Secretários como Francisco Xavier Mendonça Furtado, Martinho de Melo e Castro, Rodrigo de Souza Coutinho, dentre outros, mantinham, constantemente, correspondência com os governadores locais das possessões.⁹⁸⁴ Nesse sentido, ao longo de toda a segunda metade do século XVIII, os secretários da Marinha e Ultramar procuravam formar essas parcerias com os governadores das colônias.⁹⁸⁵ Contudo, nem todos os governadores que ocuparam os sucessivos cargos ao longo dos anos tinham dedicação igual. Ao que parece, alguns se empenhavam mais que outros.⁹⁸⁶

⁹⁸⁰ AHU-Angola, cx. 51, doc. 65.

⁹⁸¹ AHU-Angola, cx. 51, doc. 55.

⁹⁸² AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 408. LIVRO DE RESGISTO de ordens régias e avisos para Angola da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

⁹⁸³ AHU-Angola, cx. 52, doc. 73.

⁹⁸⁴ CAROLINO, 2014.

⁹⁸⁵ O envio de animais das colônias para a Metrópole, no século XVIII, já havia chamado a atenção do historiador Magnus Roberto. Segundo o pesquisador, isso ocorria, principalmente, por meio da relação entre os governadores e o secretário de Ultramar. PEREIRA, 2012.

⁹⁸⁶ Em uma ordem expedida no dia 17 de maio de 1774, o secretário do Ultramar (Martinho de Melo e Castro) solicitava novamente ao governador de Angola (Antonio de Lencastre) o cumprimento da remessa de animais provenientes de Luanda e Benguela. Segundo o secretário, no ano anterior, já se fizeram solicitações a respeito desse assunto. Porém, até aquele presente momento, não tinha “chegado remessa alguma dos ditos pássaros”. Sendo assim: “manda sua majestade novamente recomendar a Vossa Ilustríssima execução da sobredita ordem, não só pelo que toca em Benguela, mas também a todos os mais [...]”. Ver:

Apesar das premissas de maior incentivo aos conhecimentos científicos e, conseqüentemente, das solicitações de remessas de espécies da fauna, de ambos os sertões, nem sempre elas eram feitas de forma equilibrada. Havia anos em que as remessas diminuía, já em outros, aumentavam. Os governos das capitânias da América e do Reino de Angola oscilavam no cumprimento das solicitações feitas pela Coroa Portuguesa. Alguns fatores contribuía para isso, dentre eles: o já mencionado interesse e empenho de cada governador das colônias, além da situação climática, da extração predatória dos animais, das prioridades (em certas épocas) de outros assuntos científicos (exemplo, a mineralogia, a geodésica, a astronomia) em detrimento da procura de animais, e da tentativa científica de descoberta dos caminhos terrestres que ligavam Angola a Moçambique, dentre outros.⁹⁸⁷

Essas remessas de animais vivos ou mortos feitas pelos governadores das colônias da América e África para a Metrópole tinham algumas finalidades específicas, dentre elas, o estudo científico e a formação de coleções particulares. No que diz respeito à contribuição científica, esses animais passavam a incorporar o acervo dos jardins botânicos e museus. Segundo o historiador Magnus Pereira, para expandir o acervo do Jardim Botânico e do Museu, anexos ao Palácio da Ajuda, em Portugal, o Ministro Martinho de Melo e Castro, na segunda metade do século XVIII, “fez uso da rede administrativa das colônias” para coletar “produtos de história natural e curiosidades científicas”.⁹⁸⁸

Esses animais vivos ficavam aos cuidados de botânicos e outros tipos de naturalistas. Notamos também que havia ordens para que os animais mortos ao longo da travessia oceânica tivessem retirados seu couro, pele, penas ou cabeça. Havia dois objetivos aí: comprovar que o animal não foi roubado, e aproveitar os restos mortais dos bichos para o acervo do museu ou para estudos. Na entrada de alguns animais em Lisboa, vindos de Pernambuco, o botânico Alexandre Ferreira afirmou que recebeu as “peles” de duas emas que morreram durante a travessia, mas reclamava que não houve um envio de uma “relação”, a respeito dessas

AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 407. Livro de registo de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

⁹⁸⁷ As secas, por exemplo, foram descritas como um sério empecilho de locomoção nos sertões de Pernambuco e Angola. Sobre queixas dos governadores a respeito da seca ver, por exemplo, AHU-Angola, cx. 50, doc 63; AHU_ACL_CU_015, cx. 75, D. 6309. Por sua vez, pensamos que a extração predatória pode ter ocorrido no ano de 1783. Afinal, em maio, do dito ano, Benguela justificava a pouca remessa de pássaros devido aos mais de 2.500 exemplares enviados no ano anterior. AHU-Angola, cx. 66, doc. 45. Já a respeito do interesse em outros temas da ciência, de acordo com o historiador Luís Carolino, dom Rodrigo Coutinho, que ocupou a Secretaria do Ultramar entre os anos de 1796 e 1803, incentivou as pesquisas acerca da Mineralogia, Astronomia e da Geodésia. Sendo assim pelo identificado por Carolino, podemos especular que o interesse no desenvolvimento de outros campos da ciência poderia ter ofuscado ou, até mesmo, diminuído a atenção para com os animais tidos como raros. CAROLINO, 2014.

⁹⁸⁸ PEREIRA, 2012.

“remessas” de animais dirigidas ao “museu”.⁹⁸⁹ Sendo assim, não bastava apenas enviar os exemplares da fauna, era necessário também que eles viessem acompanhados de uma relação citando-os e descrevendo-os. Possivelmente, a relação seria usada para maior controle e informação sobre o que realmente foi enviado ao Reino.

Para normatizar as remessas de espécies de animais mortos (também vegetais e minerais) que servissem de exemplares para a criação de um Museu Nacional, foram elaboradas instruções em formato de livro. A antedita obra é curta e foi escrita de forma bastante didática, com a preocupação em separar as instruções sobre os animais de acordo com os grupos a que cada um se enquadrava: “quadrúpedes”, “aves”, “répteis”, “peixes”, “crustáceos”, “insetos”, e “outras produções do reino animal” (estrelas-do-mar, conchas, entre outros).⁹⁹⁰ Segundo consta no livro, as remessas dos indivíduos do reino animal eram mais difíceis em razão da preparação que era necessária fazer a fim de impedir a “corrupção” a que estavam mais sujeitos. Possivelmente, o termo “corrupção”, usado na referida obra, estava associado à “suspensão do concurso conservativo e introdução de qualidades alterantes”.⁹⁹¹ Em outras palavras, o significado da palavra estava associado a problemas concernentes à conservação dos restos mortais desses animais.

Por outro lado, esses animais (tanto mortos quanto vivos) também eram remetidos para fazerem parte do acervo particular de membros da corte. No século XVII, o militar cronista Antonio Cadornega já se referia sobre o envio de um leão de África para a Corte Portuguesa. Já na segunda metade do século XVIII, os governadores de Angola e de Pernambuco declaravam, com entusiasmo, o envio de animais capturados como presentes, tanto para os secretários do Ultramar quanto para a Sua Majestade. Um dos exemplos foi o desejo do governador de Angola em enviar elefantes para a Corte Portuguesa. Segundo ele, já era o quinto apreendido “depois que soube que morrera um dos que Sua Majestade conservava”.⁹⁹² Essa afirmação nos dá uma ideia de que antes já haviam sido organizadas diligências aos sertões para a captura e posterior remessa, tanto de adultos quanto de filhotes. Os elefantes eram considerados dóceis, desde que não fossem ofendidos ou não estivessem acompanhados de suas crias. Para enviar esses bichos nas embarcações que zarpavam pelo Oceano Atlântico, era necessário antes domesticá-los até ficarem aptos à viagem.⁹⁹³

⁹⁸⁹ AHU_ACL_CU_015, cx. 221. D. 14953

⁹⁹⁰ BNP. Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a História da Natureza para formar hum Museu Nacional. Lisboa: Oficina Typografica, 1781.

⁹⁹¹ Sobre o significado do termo “corrupção” para o período estudado, ver “BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 572.

⁹⁹² AHU-Angola, cx. 51, doc. 17.

⁹⁹³ AHU-Angola, cx. 44, doc. 1; AHU-Angola, cx. 47, doc. 49.

Quanto a elefantes e outros animais, também convém mencionar especificamente os animais remetidos por Angola, que fizeram escala na capitania de Pernambuco antes de subirem para Portugal. Depois de zarpados de Angola, os diversos tipos de animais eram entregues à Mesa de Inspeção de Pernambuco, que, por sua vez, se encarregava de remetê-los a Lisboa.⁹⁹⁴ Ao cruzarmos o acervo de manuscritos de Angola e de Pernambuco, localizados no AHU, conseguimos identificar a trajetória e as particularidades de algumas das remessas: tipos de animais, quantidades, logística, entre outros. No entanto, salientamos que, na maioria das vezes, não conseguimos mapear a trajetória completa. Sendo assim, boa parte dos exemplos abaixo contém somente trechos das trajetórias desses bichos.

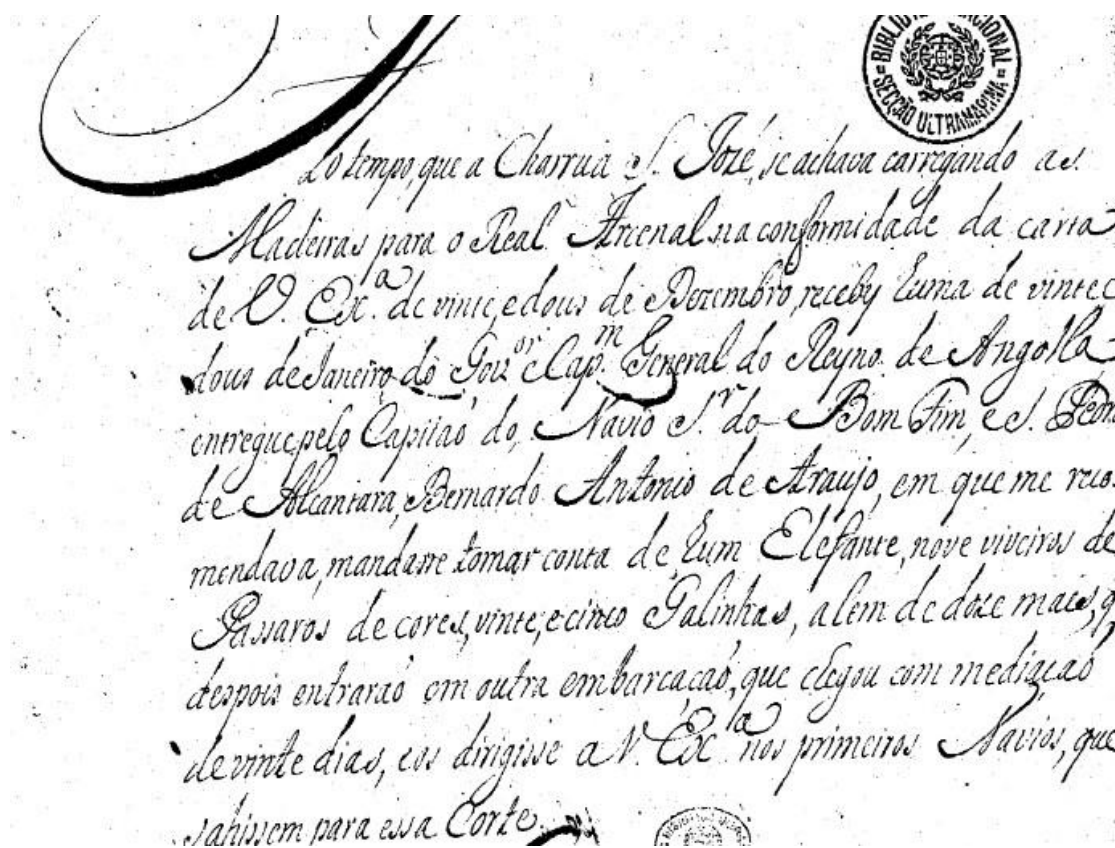
Alguns mamíferos de médio e grande porte enviados de Angola para Lisboa passaram por Pernambuco e demais capitanias, ao longo da segunda metade do século XVIII. Nos anos de 1760, por exemplo, foram capturados em Angola alguns elefantes com o intuito de serem remetidos em direção à Corte Portuguesa.⁹⁹⁵ No dia 15 de abril de 1763, por exemplo, Pernambuco anunciava organização de uma remessa para Lisboa com 1 elefante, 9 viveiros repletos de pássaros de cores e 25 galinhas [do mato] que haviam chegados de Angola (Figura 22).⁹⁹⁶

⁹⁹⁴ AHU-Angola, cx. 58, doc. 03; AHU-Angola, cx. 60, doc. 36.

⁹⁹⁵ AHU_ACL_CU_015, cx. 99, D. 7758; AHU-Angola, cx. 51, doc. 17;

⁹⁹⁶ AHU_ACL_CU_015, cx. 99, D. 7758.

Figura 22 – Anúncio da chegada em Pernambuco de elefante e outros animais vindos de Angola no ano de 1763.



Do tempo que a Charrua de S. José se achava carregando de
Madeiras para o Real Arsenal na conformidade da carta
de V. Ex.^a de vinte e dois de Dezembro, receby Luna de vinte e
dois de Janeiro do Gov.^o Cap.^m General do Reyno de Angola
entregue pelo Capitão do Navio S.^o do Bomfim, e S.^o Pedro
de Alcantara, Bernardo Antonio de Araujo, em que me reu-
mendava, mandare tomar conta de um Elefante, nove vivaras de
Passaros de cores, vinte e cinco Galinhas, alem de doce mais, q
depois entraraõ em outra embarcaçãõ, que chegou com medicao
de vinte dias, e se dirigise a V. Ex.^a nos primeiros Navios, que
sahissem para essa Corte.

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx. 99, D.7758.

Preocupado com a sobrevivência desses animais no trajeto de Pernambuco-Lisboa, o governador de Pernambuco havia trocado as embarcações onde se encontravam os animais exóticos, pois a que veio originalmente com eles de Angola era de pequeno porte.⁹⁹⁷ Aliás, ao que parece, a remessa do animal para a Corte Portuguesa não foi imediata. O elefante chegou até mesmo a passar certo tempo naquela capitania da América portuguesa, pois no ano de 1816, o naturalista inglês Charles Waterton, que esteve em Pernambuco durante sua viagem à América do Sul, referiu-se ao “Colégio de Pernambuco” como o local que no passado abrigou um elefante e “outras criaturas” no tempo do Marquês de Pombal.⁹⁹⁸

Caso estejamos a falar do mesmo elefante, então podemos inferir que esses animais passaram um tempo em terra firme, e não dentro da embarcação atracada. Interessante

⁹⁹⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 99, D.7758.

⁹⁹⁸ WATERTON, Charles. *Wanderings in South America*. London: Cassell, 1839. p. 86. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31811/31811-h/31811-h.htm>. Acesso em: 19 out. 2017. Informações sobre o registro de Charles Waterton a respeito da presença do elefante no Colégio em Pernambuco também pode ser visto em WHITAKER, Gilda Maria. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

pensarmos aqui não somente na logística que envolvia o transporte dos animais entre Angola-Pernambuco-Lisboa, mas também o fascínio e espanto que esses animais exóticos deviam ter causado nas pessoas do dia a dia da vila de Recife em Pernambuco. Afinal, ao que parece, o elefante não só mudou de embarcação para seguir viagem a Lisboa, também ficou abrigado algum tempo em Pernambuco. Durante esse processo, o quadrúpede possivelmente ficou exposto aos olhos dos habitantes daquela localidade. Isso não seria de se estranhar, pois, entre o século XVIII e XIX, começava-se a despontar uma espécie de turismo na Europa no intuito de se conhecer exemplares científicos exibidos em museus, jardins botânicos, entre outros espaços.⁹⁹⁹ Da mesma forma, embora bem mais timidamente, o mesmo poderia estar passando-se em Pernambuco e demais capitânicas do Brasil que começavam a respirar os ares da ciência emanados da Europa. Além disso, o fato de uma instituição de ensino ter servido de abrigo temporário a esses bichos exóticos nos sugere que esses exemplares possam ter sido analisados por alguma pessoa ligada ao ensino e pesquisa em Pernambuco. Portanto, a escolha do colégio para o abrigo do tal elefante talvez não tenha sido mero acaso.

Além do elefante, outros mamíferos africanos atracaram em Pernambuco ao longo dos anos. No dia 3 de julho de 1769, o governo de Angola anunciava festivamente a captura de seis casais de zebras. O passo seguinte era domesticá-las para assim facilitar o embarque em direção a Lisboa.¹⁰⁰⁰ No dia 1.º de agosto de 1769, o referido governo novamente mencionava à Coroa a captura de seis casais de zebras, três delas prenhas, “num terreno habitado de inúmeras feras”, e o desejo de enviá-las diretamente para Portugal, a fim de “evitar o mau trato em diferentes mãos no Brasil”. Contudo, caso não houvesse opção, mandaria realmente “pelos portos do Brasil com a possível cautela”.¹⁰⁰¹ Um mês depois, o dito governador informava ainda não saber a rota pela qual remeteria as ditas zebras capturadas: se diretamente para Portugal, passando pelas “ilhas”, ou via Pernambuco.¹⁰⁰² A escolha recaiu sobre Pernambuco, pois entre novembro e dezembro o governador de Angola informou a elaboração de orientações para que o governador da mencionada capitania da América as seguisse. Dentre as orientações, achou-se melhor que os animais não desembarcassem no

⁹⁹⁹ O historiador João Brigola analisou o contexto da ciência em Portugal e a abertura do conhecimento das esferas acadêmicas para outro tipo de público. Segundo ele, “é certo que a função didática destes estabelecimentos [museu e jardim botânico] anexos à Faculdade [de Coimbra] determinaram uma utilização prevalentemente estudantil, mas sabemos também que adquiriram rapidamente um carácter patrimonial e turístico que os abriram à curiosidade de eruditos, gente de luzes e viajantes estrangeiros; e até, em dias festivos (bem entrado o séc. XIX), peregrinação obrigatória das populações da região envolvente”. BRIGOLA, 2012b.

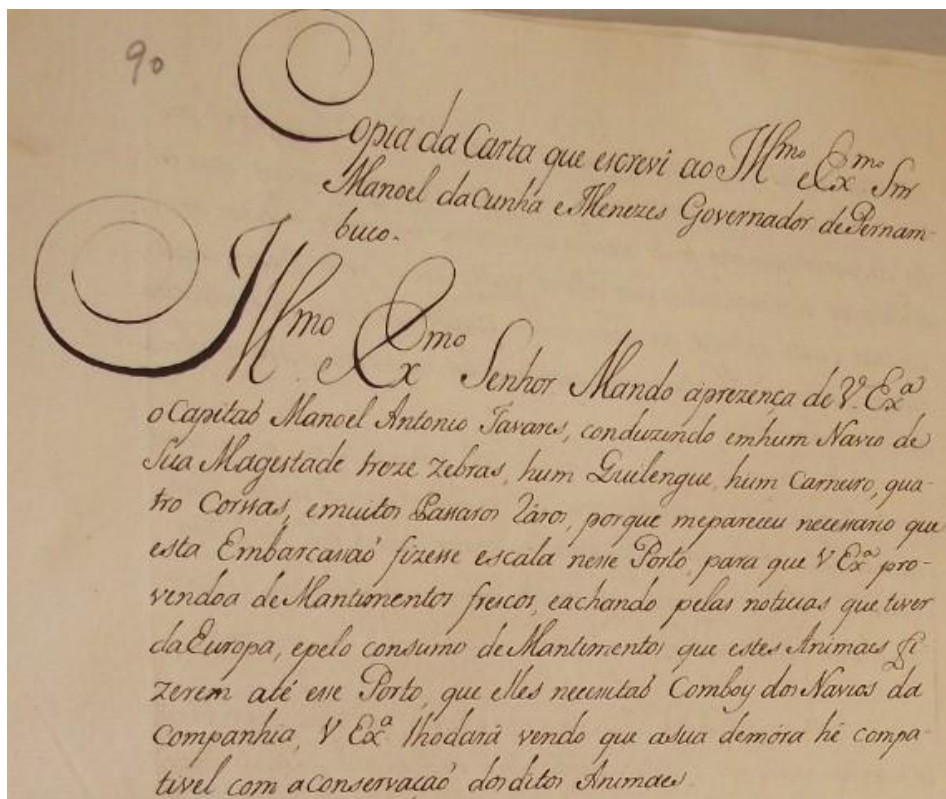
¹⁰⁰⁰ AHU-Angola, cx. 53, doc. 61.

¹⁰⁰¹ AHU-Angola, cx 53, doc. 41, 42, 43; AHU-Angola, cx. 53, doc. 51.

¹⁰⁰² AHU-Angola, cx. 53, doc. 59.

porto no intuito de evitar algum tipo de perigo nessa diligência.¹⁰⁰³ Nos primeiros dias de dezembro de 1769, foram despachadas 13 zebras, 1 quilengue, 1 carneiro do sertão, 4 corças, 3 pássaros grandes, 17 galinhas do mato e 3 viveiros de pássaros de cores, todos numa única embarcação para seguir viagem por Pernambuco. A novidade foi a incorporação de uma zebra pequena somada às outras 12 da mesma espécie, e o lamento por não conseguir enviar uma abada (rinoceronte)¹⁰⁰⁴ “devido a sua desmedida braveza” (Figura 23).¹⁰⁰⁵

Figura 23 – Detalhe de conteúdo da carta escrita pela governador de Angola ao governador de Pernambuco a respeito da remessa de 13 zebras e outros animais que iriam fazer escala naquela capitania da América.



Fonte: AHU-Angola, cx. 53, doc. 75.

Concomitantemente à supracitada remessa das zebras e demais animais, enviou-se também correspondência ao vice-rei do Brasil para que ele providenciasse um comboio para levar todos em segurança o mais depressa possível para a Sua Majestade: “apresentando-lhe

¹⁰⁰³ AHU-Angola, cx. 53, doc. 75.


¹⁰⁰⁴ No dicionário de Raphael Bluteau (século XVIII), consta que a abada é uma fera nas terras de Benguela, ou nas terras de Sofala, ambas na África. Segundo Bluteau, algumas pessoas atribuíam o termo equivocadamente ao rinoceronte, mas, na verdade, abada é animal do tamanho de um potro, com a cabeça “mais pequena” que um cavalo, e tem dois cornos. Ora, no caso do supracitado animal, informado pelo governador de Angola, tratava-se de um rinoceronte, afinal, não foi possível enviá-lo em razão de sua ferocidade, coisa típica de um rinoceronte. Sobre o vocábulo abada, ver: BLUTEAU, 1712-1728, v. 1, p. 7.

¹⁰⁰⁵ AHU-Angola, cx. 53, doc. 75; AHU-Angola, cx. 53, doc. 85.

no Tejo são e salva a mais rara mercadoria que neste número jamais lá entrou.”¹⁰⁰⁶ Os trechos acima nos dão a entender quanto Angola estava preocupada com o sucesso da remessa das zebras, e como não via com bons olhos a escala dos animais pelo Brasil. A preferência era a remessa diretamente da África para a Europa, porém, foi escolhida a rota com escala na América, possivelmente devido ao maior fluxo de embarcações que seguiam para lá.

Finalmente, no dia 9 de janeiro de 1770, houve a chegada a Pernambuco de treze zebras, quilengue e outros “animais raros” oriundos de Angola.¹⁰⁰⁷ Depois de atracada, a embarcação que trouxe os supracitados animais sofreu consertos. Já aos referidos bichos, foram dados os devidos cuidados para sua sobrevivência, enquanto não eram remetidos a Lisboa. Pernambuco seguiu à risca as orientações vindas de Angola sobre os consertos da embarcação e a alimentação dos animais. Como disse o governador daquela capitania “satisfiz a todas as recomendações que me fez [o governador de Angola] dos ditos animais, e sua condução deste porto até o de Lisboa”.¹⁰⁰⁸ Num inventário de tudo que a corveta levou na viagem, havia a descrição da “botica para os bichos”, contendo ervas, jeropiga, óleo de louro, bisturi, alicate, agulhas e diversos outros objetos para o tratamento dos animais, o que nos mostra que o comboio estava preparado para realizar procedimentos de socorro à saúde desses bichos (Figura 24).¹⁰⁰⁹

Figura 24 – Detalhe do anúncio da chegada em Pernambuco das zebras e outros animais remetidos por Angola.



No dia nove de Janeiro proximo precedente, montou a Baza deste Porto a Corveta Nossa Senhora do Monte do Carmo, e S. Vicente Ferrer, expedida em S. Paulo da Assumpção pelo Governador e Capitão General do Reino de Angola D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, para transportar treze Zebras, e outros Animais Raros, que com Escala por este Porto, envia a o de Lisboa para serem apresentadas ad. Magestade pelo Capitão Manuel Antonio Tavares, e Tenente Albano de Caldas, e destinados pelo mesmo Governador para o cuidado e tratamento dos ditos Animais.

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx. 108, D. 8373.

¹⁰⁰⁶ AHU-Angola, cx. 53, doc. 83; AHU-Angola, cx. 53, doc. 85; AHU-Angola, cx. 53, doc. 87. Na realidade, foram capturadas 17 zebras, mas 4 morreram antes de saírem de Angola. As 4 peles desses animais mortos também seguiram na mesma viagem que os animais sobreviventes.

¹⁰⁰⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 108, D. 8373.

¹⁰⁰⁸ AHU_ACL_CU_015, cx. 108, D. 8373.

¹⁰⁰⁹ *Ibid.*

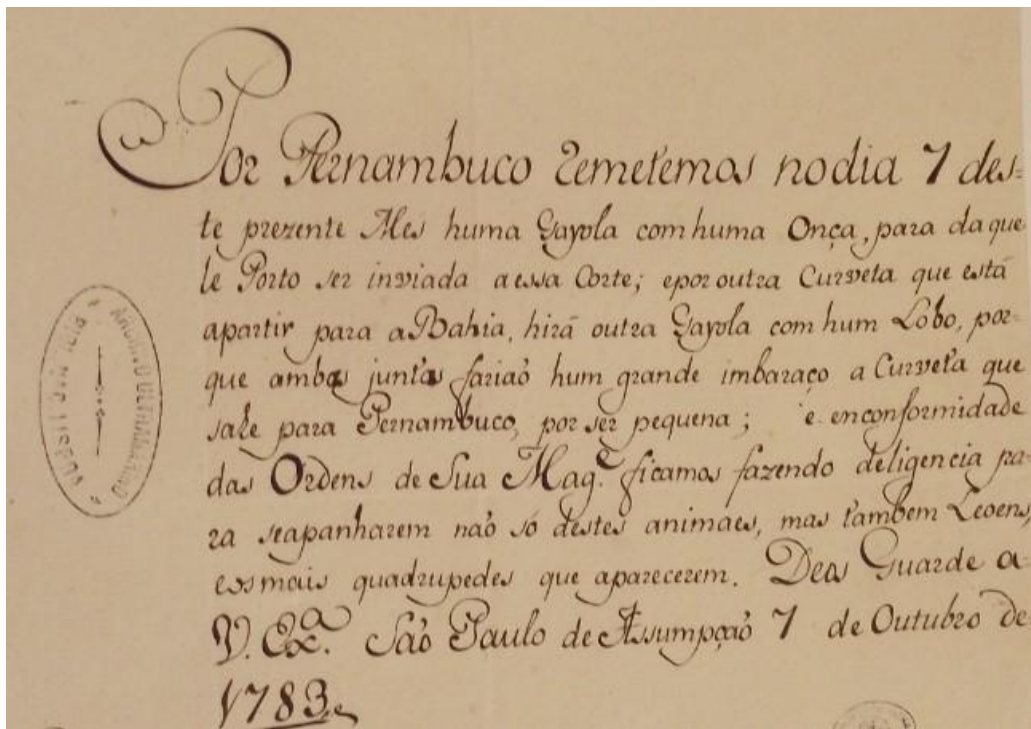
Ao contrário do elefante, parece que as zebras ficaram mais restritas aos olhos dos curiosos no Recife em vista da já referida orientação emanada por Angola para que esses animais permanecessem dentro do navio enquanto estivesse atracado no porto da dita vila. No entanto, isso não implica dizer que outras pessoas em Pernambuco não tenham visualizado as zebras, porque, nas instruções emanadas por Angola, havia o pedido de substituição de parte da tripulação original que saiu da costa da África em direção ao porto de Pernambuco. Para evitar riscos no transporte, a justificativa da troca era de que essas pessoas saídas de Angola não estavam habituadas a fazer o trecho da costa da América portuguesa para a Europa, diferentemente daquelas que residiam em Pernambuco, que estavam mais acostumadas a esse percurso. Sendo assim, pode-se dizer que, no mínimo, as zebras deveriam ter sido vistas por esses outros homens de Pernambuco que assumiram o papel de as conduzirem para Lisboa, seu destino final.

Animais mais ariscos do que as zebras e os elefantes também foram transportados com escala em Pernambuco. Em 7 de outubro de 1783, Angola remeteu àquela capitania da América portuguesa uma gaiola com uma onça (leopardo) para ser entregue na Corte em Portugal.¹⁰¹⁰ Na mesma embarcação do felino, também seguiria um lobo (algum cão selvagem, possivelmente), mas resolveu-se trocar de lugar o canídeo, pondo-o numa corveta que seguiu pela Bahia, pois “ambos juntos faziam um grande embaraço à corveta” que sairia por Pernambuco (Figura 25).¹⁰¹¹

¹⁰¹⁰ AHU-Angola, cx. 67, doc. 21; AHU-Angola, cx. 67, doc. 25.

¹⁰¹¹ AHU-Angola, cx. 67, doc. 25.

Figura 25 – Anúncio das remessas de onça e lobo de Angola com escala nas capitânicas de Pernambuco e Bahia



Por Pernambuco remetemos no dia 7 deste presente Mês huma Cayola com huma Onça, para daquelle Porto ser enviada a essa Corte; e por outra Curveta que está apartir para a Bahia, hira outra Cayola com hum Lobo, porque ambas juntas fazião hum grande imbaraco a Curveta que sale para Pernambuco, por ser pequena; e em conformidade das Ordens de Sua Mag. ficamos fazendo diligencia para sepanharem não só destes animais, mas também Leões, e mais quadrupedes que apparecerem. Deus Guarde a V. M. São Paulo de Assumpção 7 de Outubro de 1783.

Fonte: AHU-Angola, cx. 67, doc. 25.

A viagem empreendida pelo felino entre as duas margens do Atlântico Sul durou aproximadamente um mês, pois no dia 15 novembro do mesmo ano Pernambuco já anunciava remessa para Lisboa de uma onça que havia chegado de Angola (Figura 26).¹⁰¹²

¹⁰¹² AHU_ACL_CU_015, cx. 149, D. 10865.

Figura 26 – Anúncio do governador de Pernambuco sobre a onça remetida por Angola que havia chegado a dita capitania com destino a Lisboa



Meu Navio! Antonio,
Cime, deq' he Capitaõ Antonio Coelho Pereira, fiz em-
barcar humas Onças dirigidas pellos Successores do Gover-
no do Reyno de Angola, agual o mesmo Capitaõ pelo
Recibo jurado e obrigou a entregar nella Secretaria de Esta-
do a ordens de S. E.ª

D. G.ª de S. E.ª muitos annos Recife de Per-
nambuco 15 de Novembro de 1783.

M.ª Ex.ª Sr. Martinho de Melo e Castro.

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx. 149, D. 10865.

Vale aqui uma ressalva: naquela época, os termos onça e tigre eram atribuídos genericamente a qualquer felino que tivesse a pele estampada. Ora, na verdade, a onça é um animal típico da América, já o tigre é típico da Ásia. Nesse caso, entre os séculos XVI e XVIII, parecia que as denominações oficiais não estavam ainda totalmente consolidadas naquelas sociedades, a tal ponto de pessoas letradas, como missionários e governadores, utilizarem os termos “onça” e “tigre” para designar genericamente qualquer felino de maior porte que tivesse pele estampada. Um exemplo pode ser atribuído ao militar cronista António Cadornega, que viveu em Angola no século XVII, e costumava confundir na sua obra o leopardo (este sim, um animal típico daquele território) com o tigre e a onça. Em sua escrita, Cadornega se referia aos leopardos machos como se fossem tigres, e aos leopardos fêmeas, chamava onças.¹⁰¹³

Por outro lado, coube aos pássaros oriundos de Angola o papel de animais que mais aportaram em Pernambuco com destino a Lisboa. Leves e fáceis de transportar, milhares deles

¹⁰¹³ Ver CADORNEGA, 1942, t. 3, p. 338. Atualmente, parece ser ainda comum em Angola se chamar de onça a fêmea do leopardo.

foram conduzidos no sentido África-América-Europa entre os séculos XVI e XIX. A respeito do nosso recorte temporal e espacial, identificamos algumas remessas em alguns anos (Quadro 8).

Quadro 8 – Amostragem de algumas remessas de pássaros

Ano	Rota	Pássaros
1764	Angola-Pernambuco-Lisboa	7 viveiros com 386 pássaros de diferentes cores, entre vivos e mortos que vieram de Angola (1)
1765	Angola-Pernambuco-Lisboa	159 pássaros (de Angola) + 55 de Pernambuco (2)
1775	Angola-Pernambuco-Lisboa	40 pássaros (de Pernambuco) e 126 pássaros de Angola (3)
1775	Angola-Pernambuco-Lisboa	4 viveiros, 220 pássaros de cores de Angola (4)
1777	Angola-Pernambuco-Lisboa	171 pássaros de Angola (5)
1783	Angola-Pernambuco-Lisboa	38 pássaros de Angola e 12 de Pernambuco (6) + 145 de Angola (7)
1790	Angola-Pernambuco-Lisboa	2 vistosos pássaros dos sertões de Benguela. (8)

Fontes: (1) AHU_ACL_CU_015, cx. 100, D.7838; (2) AHU_ACL_CU-015, cx. 102, D. 7936; (3) AHU_ACL_CU_015, cx. 118, D. 9061; (4) AHU-Angola, cx. 60, doc. 36; (5) AHU_ACL_CU_015, cx. 127, D. 9643; AHU_ACL_CU_015, cx. 127, D. 9675. (6) AHU_ACL_CU_015, cx. 147, D. 10742. (7) AHU_ACL_CU_015, cx. 147, D. 10714. (8) AHU-Angola, cx. 75, doc. 64.

Como pode ser visto no Quadro 8, somente nos setes anos intercalados foram remetidos 1.247 pássaros de Angola com escala em Pernambuco e destino final Lisboa. Certamente esse número foi maior ao longo das décadas. Por vezes, assim que chegavam a essa capitania da América portuguesa, esses pássaros passavam a dividir a mesma embarcação com os pássaros capturados nas matas pernambucanas para serem entregues todos juntos em Lisboa. Em abril de 1765, por exemplo, saíram numa mesma embarcação com destino à Europa pássaros de Angola (159 no total, dentre viúvas-pintadas, maracachões, cessiões, azulões, imbacas, benguelinhas, canários, pássaro-rajado, entre outros) e de Pernambuco (55 no total, cabeças vermelhas, papa-arrozés, cabeças-coroadas, pintassilgos, papa-capins, curiós, bicudos, patativas e canários). Os pássaros estavam divididos em quatro viveiros, sendo três compostos com animais de Angola e um com animais de Pernambuco.¹⁰¹⁴ Esse tipo de remessa unificada de pássaros repetiu-se em outros anos, como em 1775 e 1783.¹⁰¹⁵ Nas variadas remessas aportadas em Pernambuco, geralmente era informada a morte e fuga de alguns desses animais provenientes de Angola. Os motivos iam da falta de espaço nos viveiros ao ataque de ratos que roíam as gaiolas feitas de cana, causando a fuga de alguns

¹⁰¹⁴ AHU_ACL_CU-015, cx. 102, D. 7936.

¹⁰¹⁵ AHU_ACL_CU_015, cx. 118, D. 9061; AHU_ACL_CU_015, cx. 147, D. 10742.

pássaros.¹⁰¹⁶ Em razão das sucessivas ocorrências, Pernambuco passou a providenciar viveiros feitos de arame para acomodar as aves transportadas originalmente nos viveiros de cana de Angola.¹⁰¹⁷

Por mais que esses pássaros supracitados, assim como outras aves, as zebras, o elefante, a onça, e outros animais raros não se estabelecessem por Pernambuco (pois o destino final era Lisboa), certamente eles exerceram algum tipo de atração, fascínio, conhecimento e curiosidade para alguns indivíduos que frequentavam ou trabalhavam na área portuária daquela capitania. Por vezes, esses animais chegavam a levar dias, semanas ou meses para subirem de Pernambuco em direção a Portugal. Não seria difícil imaginar que os responsáveis pelos bichos, marinheiros ou trabalhadores do porto comentassem com outras pessoas (colegas, amigos, famílias ou transeuntes) aquilo que escutaram, enxergaram ou tocaram. Nesse sentido, informes sobre os animais chegados dos sertões de Angola poderiam circular em roda de conversas daqueles que frequentavam a área portuária de Pernambuco, por exemplo, a variedade das cores dos pássaros, as cores das zebras, a altura e peso de um elefante, a ferocidade de uma onça (leopardo), entre outras informações pertinentes.

Entretanto, apesar do controle sobre os animais endereçados à Coroa Portuguesa, não podemos descartar a possibilidade de que outros animais tivessem sido introduzidos em Pernambuco e demais capitânicas do Brasil, inclusive, a título de descaminhos ou contrabando. Este último poderia ser por intermédio de corsários de outras nacionalidades que circulavam entre as costas da África e América. Em terra, havia preocupação por parte das autoridades coloniais em Angola de evitar que “pessoas de fora” fizessem uso dos “meios descobertos” pelas diligências na captura de animais raros;¹⁰¹⁸ ou seja, possivelmente a preocupação era que esses estrangeiros não tomassem conhecimento dos caminhos, dos lugares e das estratégias usadas para a captura dos referidos animais. Já no mar, também havia receio de que as embarcações que transportassem esses animais raros fossem rendidas “por mouros ou outra qualquer nação inimiga”.¹⁰¹⁹ No caso das zebras oriundas de Angola, que foram transportadas com escala em Pernambuco, a ordem era que, em caso de alguma abordagem inimiga, se matassem os ditos animais para que sua raridade não fosse comunicada a outra nação. Em outras palavras, para que outras nações não tomassem conhecimento do transporte desses animais.¹⁰²⁰ Ora, se havia esse tipo de receio por parte da Metrópole e da colônia de

¹⁰¹⁶ AHU_ACL_CU_015, cx. 127, D. 9643; AHU_ACL_CU_015, cx. 127, D. 9675.

¹⁰¹⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 147, D. 10714; AHU_ACL_CU_015, cx. 147, D. 10725.

¹⁰¹⁸ AHU-Angola, cx. 53, doc. 75.

¹⁰¹⁹ *Ibid.*

¹⁰²⁰ *Ibid.*

Angola, é porque havia possibilidade de ataques e/ou de contrabandear esses animais raros. Afinal, diversos outros produtos (açúcar, tabaco, escravos, marfins, entre outros) eram contrabandeados há séculos, o que mostra a ação desses contrabandistas entre as costas da África e do Brasil.

Já em relação aos descaminhos de animais endereçados especificamente à Coroa Portuguesa, seriam mais difíceis ocorrer. Nesde caso, os descaminhos tratar-se-iam de desvios de animais feitos por pessoas oficialmente encarregadas de transportá-los. Ora, seria complicado (mas não impossível) para as redes ilícitas descaminharem uma zebra, uma onça e, principalmente, um elefante oriundos de Angola que tivessem sido endereçados especificamente à Sua Majestade. Contudo, em relação aos desvios de animais de menor porte, as autoridades poderiam ter mais dificuldades em coibi-los. Nesse caso, pensamos também que as tais fugas de pássaros relatadas pelos capitães dos navios poderiam tratar-se de ações de pessoas da tripulação que surrupiavam alguns pássaros. No meio daqueles pássaros que realmente fugiam diante da fragilidade do viveiro feito de cana, alguém poderia valer-se desse argumento para pegar às escondidas alguns deles, e negociá-los em terras pernambucanas. Afinal, não eram somente membros da nobreza em Portugal que cultivavam certos hábitos de posse e exibição de animais “exóticos”. Isso deveria ocorrer também na América portuguesa, por exemplo.

Assim como na Metrópole, algumas espécies de animais raros deveriam estar expostas nas residências de pessoas da elite colonial como sinal de ostentação de sua família perante a sociedade. Em Pernambuco, num trabalho recente de restauração de patrimônio, o arquiteto e historiador Fernando Guerra, ao realizar a restauração de um casarão em ruínas, datado da primeira metade do século XIX, deparou com uma dita “jaula de leão”. O referido imóvel foi construído por um barão do açúcar, proveniente de Portugal. Segundo o pesquisador, muitos nobres dos séculos passados adquiriam esses animais por serem considerados símbolos de nobreza.¹⁰²¹

Embora o antedito exemplo esteja ligado a um período posterior ao colonial, nada impede que isso não possa ter ocorrido antes do século XIX. Sendo este o caso, resta saber como se processava a obtenção desses animais por parte dos habitantes de Pernambuco, se de forma lícita ou ilícita. Afinal, uma coisa é certa, como vimos, existia o transporte de diversos animais selvagens entre a costa africana e a brasileira durante a segunda metade do século

¹⁰²¹ VASCONCELOS, Rosália. Casarão de 1840 vai dar lugar a café-bar e galeria de arte. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 fev. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/02/29/interna_vidaurbana,629674/casarao-de-1840-vai-dar-lugar-a-cafe-bar-e-galeria-de-arte.shtml. Acesso em: 15 mar. 2016.

XVIII, o que já facilitaria, e muito, a possibilidade de aquisição de alguns animais exóticos de Angola por parte de pessoas da elite de Pernambuco.

Sendo assim, ao nos debruçarmos no trânsito de animais entre Angola e Pernambuco, na passagem do século XVIII e XIX, procuramos demonstrar mais um laço que conectava ambas as localidades. Esse tipo de análise trouxe à baila informações a respeito dos tipos de animais, das formas de captura, das remessas, dos cuidados com os animais e dos trajetos percorridos desde os sertões das colônias até a travessia do Oceano Atlântico com escala em Pernambuco e chegada final a Portugal. Uma parte desses animais ia de presente para as quintas e jardins de Sua Majestade e outros nobres; outra ia compor o acervo de museus. Possivelmente, outros animais também tomavam o destino da residência de membros da aristocracia das colônias, incluindo Pernambuco, haja vista a existência das remessas de animais oriundos de Angola que iam pelos portos da América com destino a Lisboa. Dessa forma, à proporção que os poderes da Metrópole e da colônia passaram a estimular o conhecimento cada vez maior das áreas do interior da América e África portuguesas, percebemos que os distantes e distintos sertões tornavam-se conectados à dinâmica do Império Português, inclusive no que concerne à captura e remessa de animais com objetivos científicos e colecionáveis.

PARTE III – TRÂNSITO DE ESCRAVOS NO CORAÇÃO DAS TERRAS

Na Senzala, úmida, estreita,
Brilha a chama da candeia,
No sapé se esgueira o vento.
E a luz da fogueira atea.

Junto ao fogo, uma africana,
Sentada, o filho embalando,
Vai lentamente cantando
Uma tirana indolente,
Repassada de aflição.
E o menino ri contente...
Mas treme e grita gelado,
Se nas palhas do telhado
Ruge o vento do sertão. [...]

(Castro Alves. Tragédia no lar)

CAPÍTULO 5

DOS SERTÕES DE ANGOLA AOS SERTÕES DE PERNAMBUCO

Na segunda metade do século XVIII, o militar cronista Elias Alexandre da Silva Corrêa escreveu a respeito dos momentos de chegada dos escravos (provenientes do interior africano) ao porto marítimo de Luanda, e da reação desencadeada nos diversos comerciantes que estavam à espera: “chegam por pelotões às remessas dos Sertões: todos correm as compras dos seus cativos receando a demora de outros por muitos obstáculos.” Os escravos eram o gênero comercial mais exportado naquela colônia africana. Segundo o referido cronista, do outro lado do Atlântico, havia três portos no Brasil que mais importavam esses escravos procedentes de Angola: eram os do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. De acordo com Corrêa, uma vez desembarcados nesses três lugares, essas pessoas cativas se espalhavam para os diversos sertões e demais capitanias da América portuguesa.¹⁰²²

Esses escravos ocuparam o papel de principal mercadoria remetida de Angola para a América portuguesa, à frente do marfim, da cera, do ferro e dos animais selvagens. Como dito, era a mercadoria principal que aglutinava em seu bojo todas as outras anteditas. Além disso, dentre todas essas mercadorias, sem dúvida, foi a que mais exerceu influência cultural na sociedade colonial. No século XVIII, acostumados a trabalhar na criação de gado e plantação de mandioca e milho nos antigos territórios que habitavam na África, muitas vezes, esses escravos eram adquiridos por senhores dos sertões de Pernambuco e adjacências.¹⁰²³ Ali, aplicavam diversas práticas e costumes vindos da África, bem como se miscigenavam biológica e culturalmente com a população local composta por colonizadores europeus (sobretudo portugueses) e grupos indígenas.

A terceira e última parte da tese, tendo por base a análise de inventários *post-mortem*, testamentos, relatos de viajantes e outros documentos, analisa a presença de escravos de Angola e seus descendentes nos sertões de Pernambuco, na América portuguesa, entre os anos de 1750 e 1808. Para além de exemplos da quantificação dos escravos, interessa-nos perceber a sua proveniência, perfil, modos como viviam e as mestiçagens empreendidas na sua relação com as populações em diálogo. Concomitantemente, também nos debruçamos na escravidão presente nos sertões angolanos, como forma de compreender alguns aspectos identitários e

¹⁰²² CORRÊA, 1937, p. 27.

¹⁰²³ Como visto na parte II desta tese, a mandioca e o milho, originários na América, haviam sido introduzidos pelos portugueses na África desde o século XVI, onde passaram a ser cultivados.

culturais referentes a muitos indivíduos escravos na África que, posteriormente, foram vendidos por seus senhores, tomando o rumo do Atlântico.

Eduardo França Paiva e outros historiadores discutem as categorias de distinção e grupos sociais no universo ibero-americano. Na documentação colonial, está presente o uso dos termos “condição” e “qualidade”. Esses termos tratam de “condição” jurídica: livre, liberto/forro e escravo – e das “qualidades”: índio, branco, preto, negro, crioulo, mestiço, pardo, mulato, cabra, etc. Por vezes, no lugar do termo “negro” ou “preto”, vinha o local de origem ou de embarque do indivíduo: Angola, Benguela, Jeje, Mina e Congo, entre outros. Por outro lado, os termos “negro”, “preto” e “crioulo” eram “qualidades” que poderiam ser imputadas tanto aos homens e mulheres nascidos na África quanto aos seus descendentes diretos, já nascidos em terras americanas.¹⁰²⁴ Nas sociedades escravistas e profundamente mescladas, biológica e culturalmente, “qualidades” identificavam, distinguiam e hierarquizavam indivíduos e grupos.¹⁰²⁵

Condição e qualidade também estavam presentes na documentação colonial da sociedade luso-africana. A partir de meados do século XVIII, a condição jurídica (livre, liberto/forro e escravo), qualidades e seu registro foram cada vez mais influenciadas pela escravidão e pelos comércios africano e atlântico de cativos. De acordo com Roberto Guedes, assim como na América portuguesa, qualidades também eram encontradas nos enclaves portugueses em Luanda e Benguela. Ainda segundo ele, qualidade está longe de expressar apenas aparência de tez; antes, indica condição social, familiar, de status, política, cujo registro na documentação resulta de diferentes objetivos. Nos enclaves coloniais portugueses em Angola, havia uma miríade delas que apareciam nos documentos coevos: branco, preto, negro, pardo, mulato, fusco, caboclo, entre outros.¹⁰²⁶ Assim como França Paiva se refere ao mundo ibero-americano, Guedes diz para a África Centro-Occidental: qualidades hierarquizavam e classificavam indivíduos.¹⁰²⁷

¹⁰²⁴ PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII: as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho. Tese (Professor Titular em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios: 2016.

¹⁰²⁵ PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández. PÉREZ GARCIA, Rafael M. (Org.). De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

¹⁰²⁶ GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola na segunda metade do século XVIII. In: ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 369-398.

¹⁰²⁷ GUEDES, 2012.

Realçar os africanos como agentes ativos da História, torna-se uma tarefa difícil. À chegada dos europeus à costa Centro-Occidental da África, os variados grupos autóctones não conheciam a escrita. Os documentos escritos que possuímos hoje sobre esses espaços e essas épocas foram elaborados pelos colonizadores. Como vimos na primeira parte da tese, esses últimos se referiam aos povos e costumes da África por uma visão de mundo imbuída dos valores culturais europeus. Embora sejam relatos feitos em uma visão ocidental, os documentos não deixam de ser válidos para a compreensão da história desses povos.

De acordo com Martin Lienhard, as vozes dos africanos escravizados “ficaram quase ausentes da documentação escrita”, mas não as suas “atitudes e práticas”.¹⁰²⁸ Ao analisar a História de Angola, a historiadora Isabel de Castro Henriques afirma que “a operação histórica agora fundamental assenta não na recusa desses documentos [elaborados pelos conquistadores], mas na sua releitura e reclassificação, para os transformar em fontes indispensáveis à elaboração da História de Angola”.¹⁰²⁹ Por sua vez, Maria de Deus Manso, ao pesquisar as relações entre escravos e homens livres, diz que mais recentemente a História passou a captar “novos sujeitos, as classes subalternas, a ‘gente pouco importante’. Gente que contribuiu para a construção das sociedades coloniais e converteu-se em sujeito histórico”.¹⁰³⁰ Esses três historiadores nos apontam caminhos para a reconstrução das diversas histórias dos povos da África, pondo em evidência a presença desses homens e mulheres como agentes ativos no processo histórico.

Segundo Mariana Cândido, graças à disponibilização da nova versão da *Trans-Atlantic Slave Trade Database* e a publicação do *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, pode-se “estimar quantos escravos deixaram cada porto ao longo do litoral ocidental da África e seus portos de desembarque nas Américas”. Contudo, “os números não revelam como essas pessoas foram capturadas e reduzidas à escravidão; além disso, estudos quantitativos priorizam a experiência coletiva e não casos individuais”. Portanto, segundo Mariana Cândido, na necessidade de ultrapassar a questão meramente quantitativa, cabe ao historiador também se debruçar em fontes primárias, analisando mais especificamente como alguns

¹⁰²⁸ LIENHARD, 2005, p. 75.

¹⁰²⁹ HENRIQUES, 2004, p. 65.

¹⁰³⁰ MANSO, Maria de Deus. Um “universo” embaraçoso de relações: homens livres, nobreza escrava, escravas, mulatinhos, crioulos e cabrinhas: Salvador no século XIX. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. AMANTINO, Marcia. (Org.) *Religião e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios, 2016b. p. 62.

indivíduos foram enganados, sequestrados, e escravizados, indicando, inclusive, como o limite entre liberdade e cativo era tênue.¹⁰³¹

De forma semelhante a Mariana Cândido, pensa Roquinaldo Ferreira. Segundo ele, o estudo do tráfico atlântico de escravos é relativamente recente, por isso, o enfoque maior reside no lado quantitativo que tem o intuito de corrigir as imprecisões das estimativas iniciais sobre o número de vítimas africanas. Entretanto, diz Ferreira, por trás dos números do tráfico, “estão seres humanos cujas histórias de vida e trajetórias precisam ser resgatadas para que haja uma compreensão adequada da devastação causada pelo tráfico atlântico”.¹⁰³²

É impossível identificar a trajetória completa de vida de cada um dos escravos. A documentação colonial que trata o tráfico atlântico, na sua maioria, refere-se a esses homens e mulheres de forma vaga e genérica, designando-os por números, peças e cabeças, entre outras formas de contagem. Além disso, depois de capturados na África, os cativos forçadamente perdiam o nome de origem africana e recebiam, mediante batismo católico, nome cristão ocidental, dificultando, assim, conhecer muitas das trajetórias individuais.¹⁰³³ Contudo, outros tipos de fontes ajudam-nos a conhecê-los melhor, sobretudo, no que concerne à sua presença em território americano, como é o caso dos inventários *post-mortem*, testamentos e lista de habitantes. Nesses tipos de documentos, por vezes, conseguimos saber suas condições e qualidades, seu nome português recebido, a idade aproximada e o lugar da África de onde provinham (embora nem sempre fossem naturais do lugar de onde eram remetidos). Desse modo, salientamos que a reconstrução da trajetória e do cotidiano dos escravos parte de uma maneira fragmentária na tentativa de identificar os indivíduos e situá-los na História.

Qual o perfil desses escravos que foram obrigados a deixar a África sendo remetidos aos sertões de Pernambuco? Para tratarmos dos escravos africanos que forçadamente deixaram Angola em direção aos sertões da Capitania de Pernambuco, julgamos necessário, antes, termos uma breve noção do processo de escravidão no próprio território do Reino de Angola ao longo do século XVIII. Afinal, ao serem deslocados para as Américas, esses

¹⁰³¹ CÂNDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 239-268, 2013.

¹⁰³² FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 52.

¹⁰³³ Na historiografia, um caso de sucesso foi o mapeamento da trajetória do escravo Rufino (1822-1853), realizado pelos historiadores João José Reis, Marcos Carvalho e Flávio dos Santos Gomes. Por meio de pesquisas em várias instituições arquivísticas, de diferentes nacionalidades e regiões, os historiadores conseguiram traçar a trajetória de um escravo, desde sua captura no norte da África, passando por seu trabalho como escravo e posterior alforria em território brasileiro, até seu ingresso, já como liberto, no comércio do tráfico de escravos. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro* (c. 1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

indivíduos levaram consigo hábitos, costumes e comportamentos adquiridos nos antigos lugares por onde trabalharam e habitaram na África. Em vista disso, uma das formas de tentar compreender um pouco acerca dessas pessoas escravizadas que saíram de Angola para Pernambuco é observar, antes, sua identidade e suas práticas culturais desenvolvidas em solo africano. Tarefa árdua em razão dos poucos estudos existentes especificamente sobre isso.

5.1 A escravidão nos enclaves coloniais dos sertões de Angola

Ao falar do processo de escravidão na África, é necessário ter ideia de que este já existia muito antes da chegada dos europeus naquele continente. A escravidão nas sociedades africanas pré-coloniais diferia da escravidão na Europa e da escravidão que posteriormente foi instituída pelos portugueses no Brasil. De acordo com John Thornton, na África pré-colonial, “a estrutura das sociedades africanas imprimiu à escravidão um significado diferente de sua conotação na Europa ou nas Américas coloniais”.¹⁰³⁴ Em outras palavras, segundo Thornton, “a escravidão estava enraizada em estruturas legais e institucionais arraigadas das sociedades africanas, e sua operacionalização diferia muito pelo qual subsistia nas sociedades europeias”.¹⁰³⁵

Conforme Thornton, o significado diferente da escravidão e sua operacionalização para África e Europa/América colonial relacionava-se com a ausência ou a presença da propriedade privada de terra. Por exemplo: na África, a ausência da propriedade privada de terras, em detrimento da existência da propriedade corporativa, fez com que os escravos se tornassem a única forma de propriedade privada que produzia rendimentos reconhecida nas leis africanas. Por outro lado, nos sistemas legais europeus, também transferidos para o Novo Mundo, a terra era a principal forma de propriedade privada lucrativa, e a escravidão ocupava uma posição relativamente inferior.¹⁰³⁶ Segundo Thornton, precisamente nesse ponto foi que a escravidão tornou-se tão importante na África. “Se os africanos não eram proprietários de um fator de produção (a terra), eles poderiam possuir outro, o trabalho [...]. Portanto, a propriedade privada do trabalho facultou ao empreiteiro africano uma geração de riqueza estável.”¹⁰³⁷ Assim, na África, em termos do conceito de propriedade, cabia a escravidão,

¹⁰³⁴ THORNTON, 2004, p. 124.

¹⁰³⁵ *Ibid.*, p. 125.

¹⁰³⁶ *Ibid.*

¹⁰³⁷ *Ibid.*, p. 138.

“possivelmente o caminho mais importante para a riqueza privada geradora de recursos para os africanos”.¹⁰³⁸

Ainda a respeito da escravidão na Europa e África do período pré-colonial e início do período colonial, John Thornton lembra que “ambas as sociedades possuíam essa instituição e tendiam a definir os escravos do mesmo modo – como membros subordinados da família, de muitas maneiras equivalentes a permanentes crianças”;¹⁰³⁹ ou seja, legalmente, as instituições eram indistinguíveis. Nesse caso, tratando-se das diferenças entre elas, estas “podem ser encontradas não nas tecnicidades legais, mas na forma de utilização dos escravos”.¹⁰⁴⁰ Na prática, os escravos na África tinham utilizações mais variadas do que os escravos na Europa e na América colonial.

Por exemplo: na Europa, e depois nas Américas do período colonial, os escravos geralmente eram usados nos trabalhos mais difíceis, degradantes, e eram também com frequência maltratados e explorados no intuito de maximizar os lucros dos seus donos. Apesar de existirem casos de escravos com trabalhos menos pesados, como os empregados domésticos e do comércio, constantemente a instituição valorizava pouco essas pessoas diante de pessoas livres com qualificações semelhantes. Entretanto, isso não se reproduzia necessariamente de forma igual na África. Muito embora na África os escravos também passassem por trabalhos difíceis, perigosos ou degradantes, também constantemente podiam ser empregados como administradores, soldados, conselheiros reais, “usufruindo, assim, de grande liberdade de movimento e um estilo de vida de elite”.¹⁰⁴¹ Em outras palavras, eram utilizados para criar administrações dependentes ou exércitos. Nesse caso, “a África deu origem a muitos escravos ricos e poderosos”.¹⁰⁴² No reino do Dongo (Angola), por exemplo, ao sul do vizinho Congo, os reis faziam uso dos escravos como administradores, pois os governantes tinham o *tendala* e o *ngolambole*, ou seja, funcionários judiciais e militares respectivamente, que supervisionavam os subordinados e coletavam taxas e tributos de seus escravos.¹⁰⁴³

Ao chegarem à África Centro-Occidental, alguns cronistas europeus procuraram descrever as características da escravidão africana existente naquele território, coisa nem sempre fácil. Alguns desses relatos deixados pelo missionário Cavazzi, no século XVII, trazem informações sobre escravos como bens. Isso converge para algumas das conclusões

¹⁰³⁸ THORNTON, 2004, p. 139.

¹⁰³⁹ *Ibid.*

¹⁰⁴⁰ *Ibid.*, p. 140.

¹⁰⁴¹ *Ibid.*, p. 140-141.

¹⁰⁴² *Ibid.*, p. 145.

¹⁰⁴³ *Ibid.*, p. 148.

acima atingidas por John Thornton. Por exemplo, de acordo com Cavazzi, nos reinos de Angola, Congo e Matamba, as heranças eram de pouquíssimo valor:

Pois o terreno dos palmares, das lavras e também aquele que é ocupado pelas casas pertence despoticamente ao rei, representado pelos príncipes e sobas. Se alguém receber como prêmio uma herdade, não pode deixar nem sequer um palmo de herança aos filhos. O rei, portanto, é quem presenteia as pessoas elevadas, dando-lhes regiões mais ou menos extensas. Estas pessoas tem o direito de subdoação, mas, morrendo elas, a propriedade volta para o erário público.¹⁰⁴⁴

Na descrição supracitada de Cavazzi, pode-se inferir que a propriedade privada de terras era ausente naquela parte da África.¹⁰⁴⁵ Por sua vez, adiante, o missionário afirma que “a maior riqueza seriam os escravos”,¹⁰⁴⁶ o que novamente coaduna para as conclusões de Thornton sobre a importância da escravidão como o caminho mais importante para a riqueza privada geradora de recursos para os africanos. Sendo assim, para as sociedades africanas, o principal bem não era a terra, pois essa não era propriedade privada, mas sim os escravos.

Por falar em escravos, o supracitado missionário chega a classificar o que ele chama de espécies de escravos:

[...] os primeiros, chamados de ‘escravos do quigico’, são filhos naturais de outros escravos e, como tais, marcados com o sinal dos seus donos. Se estes não forem arguidos de algum crime, ficam quase livres e ordinariamente não são vendidos; os segundos, prisioneiros de guerra e os terceiros chamavam-se ‘escravos de fogo’, e vivem em perpétuo serviço até à morte do comprador ou enquanto a família deste sobreviver. Poucos destes escravos são vendidos, pois prefere-se doá-los, o que, afinal, é a mesma coisa. Os patrões estimam-nos muito, por serem julgados obedientes e fiéis.

Contudo, é necessário ter prudência quanto à classificação e descrição de escravos nas sociedades africanas da África Centro-Occidental, pois, ao que parece, ela podia variar de acordo com o olhar de cada estrangeiro que chegava por aquelas terras. Por exemplo, para António Cadornega, militar que serviu e morou em Angola em meados do século XVII, os escravos ou prisioneiros de guerra eram designados como “quigicos”. Esses eram o oposto do

¹⁰⁴⁴ CAVAZZI DE MONTECUCOLO, 1965, p. 158.

¹⁰⁴⁵ Cavazzi afirma que as coisas só começaram a mudar após a chegada dos portugueses. Segundo ele, “desde que os portugueses chegaram, e ensinaram os princípios de uma convivência mais civil, as pessoas qualificadas podem transmitir os seus haveres aos filhos, enquanto não houver queixa na corte contra eles”. Porém, de acordo com o missionário, mesmo assim havia alguns impedimentos e problemas: “os herdeiros ficam sempre com medo, porque, antes de terem ganho completamente a simpatia do príncipe, um simples relatório de má língua basta para despojá-los de tudo. Nalgumas províncias a propriedade consiste em terrenos estêreis, incultos, desertos e cheios de feras, mas o presenteado tem de estar satisfeito”. Nesse sentido, podemos concluir que mesmo com as introduções trazidas pelos portugueses, ainda assim o direito a propriedade particular de terra era algo não totalmente garantido em meados do século XVII nas sociedades africanas. CAVAZZI DE MONTECUCOLO, 1965, p. 158-159.

¹⁰⁴⁶ *Ibid.*, p. 159.

termo “muvinda”, aplicado a vassallos livres. Nesse sentido, podemos dizer que entre o militar António Cadornega e o missionário Cavazzi de Montecuccolo, havia divergência quanto às características dos escravos quigicos. Enquanto o primeiro informa que estes podiam ser escravos ou prisioneiros de guerra, o segundo descreve que os escravos do quigico são filhos de outros escravos, “quase livres” e não eram vendidos; diferentes dos “escravos de guerra” e dos “escravos de fogo”. Independentemente dessa alternância nas descrições, o fato é que havia escravidão no continente africano, inclusive, com um tráfico interno bastante desenvolvido.

Como diz Thornton, ao chegarem ao antedito continente, os europeus depararam com uma estrutura montada de comércio interno africano, e logo se inseriram nesta. Contudo, na medida em que os europeus instituíram o tráfico atlântico, este passou a estimular o comércio interno e seus desdobramentos, ocasionando uma escravização bem mais intensa.¹⁰⁴⁷ Esse tráfico atlântico de escravos foi algo danoso, pois gerou um efeito populacional negativo em diferentes áreas de África, como Angola. “A perda de adultos do sexo masculino teve impactos potencialmente prejudiciais para os índices sexuais, taxas de dependência e, talvez, para a divisão sexual de trabalho.”¹⁰⁴⁸ No fim do século XVIII, parte significativa do continente africano estava exaurida demograficamente.¹⁰⁴⁹

Segundo Roquinaldo Ferreira, antes dos europeus organizarem o tráfico atlântico de escravos, no continente africano já havia migrações forçadas desde tempos imemoriais, provocadas por fluxos migratórios internos e externos que conectaram as diversas regiões da África entre si, como também o próprio continente com outras partes do mundo: Oriente Médio, Mediterrâneo e Índico. Apesar disso, segundo Ferreira, nenhum desses fluxos “teve um custo humano tão alto quanto o tráfico atlântico, que vitimou cerca de 12 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX, e disseminou violência e escravização no continente africano”.¹⁰⁵⁰ No processo da chegada dos europeus à África, algumas regiões logo estabeleceram relações comerciais de escravos em troca de produtos; já outras, viram-se forçadas a vender escravizados aos negociantes da Europa.¹⁰⁵¹

De acordo com Elikia M'Bokolo, o tráfico entre africanos era anterior ao tráfico atlântico instituído pelos europeus. De início, a participação europeia foi menor e indireta, e se fez por intermédio dos seus vizinhos muçulmanos. Posteriormente, a partir do século XIV,

¹⁰⁴⁷ THORNTON, 2004, p. 124.

¹⁰⁴⁸ *Ibid.*, p. 122.

¹⁰⁴⁹ *Ibid.*, p. 176.

¹⁰⁵⁰ FERREIRA, 2018, p. 51.

¹⁰⁵¹ *Ibid.*

os europeus, principalmente os ibéricos, esforçaram-se por abrir vias diretas com a África atlântica. Primeiramente, com raptos violentos de negros efetuados na costa, depois por meio de comércio com as classes dirigentes de alguns africanos. Aos poucos, o tráfico atlântico organiza-se como um autêntico sistema orquestrado pelos estados europeus.¹⁰⁵²

Em algumas partes da África os europeus ficaram restritos somente a captura e/ou comércio de escravos no litoral. Porém, em outras partes, houve o adentramento do interior continental em busca de escravos. Segundo Roquinaldo Ferreira, a “África Central foi a única região onde os europeus conseguiram se embrenhar de forma sistemática pelo interior, estabelecendo bases comerciais que facilitaram o comércio interno de cativos”.¹⁰⁵³ David Birmingham já havia chamado a atenção para isso. Segundo Birmingham, na África, Portugal começou como outros países europeus por não entrar no interior e se limitar à compra de escravos fornecidos pelas guerras entre os reinos africanos. Contudo, especificamente em Angola, posteriormente os portugueses desencadearam as próprias campanhas de aquisição de escravos. Ainda de acordo com Birmingham, em Angola, a força militar portuguesa foi usada para capturar escravos diretamente e também para forçar os fornecedores africanos a vendê-los aos preços ditados.¹⁰⁵⁴ Já John Thornton, diz: “[...] com certeza, as exportações iniciais de escravos de Angola relacionavam-se às operações do exército português.”¹⁰⁵⁵

De acordo com Robert Slenes, no processo do tráfico atlântico após a chegada dos portugueses, a historiografia identificou que muitos escravos foram capturados e transportados da África profunda, região essa que não fazia parte do controle português, como o reino de Lunda, mais a leste de Angola. Em razão disso, até então, pensava-se que a fronteira do escravismo adentrava cada vez mais até chegar ao centro do continente. Contudo, estudos recentes comprovaram que os escravos, na grande maioria, continuava sendo retirados das áreas da costa e dos núcleos coloniais inseridos nos sertões mais ou menos próximas a Luanda, principalmente entre os anos 1750 e 1850. Por exemplo, estima-se que a maior parte dos cativos traficados da África Centro-Occidental (72%) falava dialetos kikongo, kimbundo ou umbundo até depois de 1830. Nesse caso, ainda em áreas de domínio e de influência portuguesa.¹⁰⁵⁶

Além disso, muitos dos traficados que tomavam o rumo atlântico eram compostos de cativos que haviam nascido de mulheres escravizadas no comércio interno colonial de

¹⁰⁵² M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações até ao século XVIII*. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2012. t. 1. p. 203, 250, 261.

¹⁰⁵³ FERREIRA, 2018, p. 54.

¹⁰⁵⁴ BIRMINGHAM, 1974, p. 5-7.

¹⁰⁵⁵ THORNTON, 2004, p. 173-174.

¹⁰⁵⁶ SLENES, 2018, p. 66.

Angola, portanto, eles possuíam ao menos culturas mestiças europeias e africanas. Nesse sentido, antes mesmo de serem remetidos para o Brasil ou Portugal, alguns dos escravos já estavam inseridos na cultura portuguesa, pois haviam tido anos de vivência nos enclaves coloniais portugueses na África. Em Angola, por exemplo, eram os escravos de Luanda e dos núcleos urbanos dos sertões mais próximos, que, de residentes, passavam a ser colocados nas armações dos navios negreiros.

A historiografia sobre Angola cresceu muito nas últimas décadas, mas tem-se centrado, principalmente, na questão do tráfico terrestre e atlântico de escravos. Até agora, ela pouco dedicou estudos a respeito do trabalho e da vida que os escravos africanos desempenhavam antes de partirem pelo oceano, como também do trabalho e da vida dos escravos que nunca chegaram a atravessar o Atlântico, tendo permanecido em solo de Angola. Ciente disso, recentemente o historiador Arlindo Caldeira sentiu a necessidade e debruçou-se em maiores estudos a respeito desses cativos que viveram e trabalharam na sociedade colonial de Luanda.¹⁰⁵⁷ Contudo, se as análises da presença escrava na sociedade e no cotidiano de Luanda ainda são escassas, podemos dizer que maior ainda é a escassez em relação aos estudos sobre os enclaves coloniais inseridos nos sertões de Angola. Uma das raras exceções vem sendo as investigações desenvolvidas pelo historiador Roberto Guedes, que se tem dedicado à questão das condições e da qualidade de escravos e forros que faziam parte das escravarias de alguns presídios dos sertões de Angola.¹⁰⁵⁸

Ao analisar a escravidão em Luanda do século XVII, Arlindo Caldeira chama à atenção para o fato de que:

[...] entre a multidão dos escravos negros, havia não só diferenças de ocupações mas de estatuto. A distinção fundamental a fazer (e que alguma historiografia nem sempre sublinha com o devido realce) é entre ‘escravos residentes’ e os escravos em trânsito ou, na terminologia da época, ‘escravos do sertão’ ou ‘escravos das armações’.¹⁰⁵⁹

Segundo Caldeira, estes últimos desciam pelas rotas terrestres acorrentados, em filas, e não eram falantes de kimbundu, pois provinham de regiões mais longínquas do interior;

¹⁰⁵⁷ CALDEIRA, Arlindo. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, v. 5, n. 3, p. 12-39. set./dez. 2014.

¹⁰⁵⁸ GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola na segunda metade do século XVIII. In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 369-398. GUEDES, Roberto; PONTES, Caroline. Notícias do presídio de Caconda, 1797: moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013.

¹⁰⁵⁹ CALDEIRA, 2014, p. 26.

diferentemente dos “escravos residentes”, estes falantes do kimbundu, e instalados em Luanda. Por sua vez, estes “residentes” estavam longe de formar um grupo homogêneo, sendo divididos em vários subgrupos, conforme observado na documentação coeva: a) escravos casados ou soltos; b) escravos dos arimos (das fazendas); c) escravos “de portas adentro” (domésticos); d) escravos pombeiros (participantes na condução dos escravos descidos do sertão para o Atlântico); e) escravos de guerra.¹⁰⁶⁰

Contudo, embora Caldeira foque especificamente nos “escravos residentes” em Luanda e arredores, certamente também havia “escravos residentes” nos enclaves coloniais dos sertões que faziam parte do *hinterland* de Luanda, como Muxima, Massangano e Cambambe, entre outros não só durante o século XVII, mas também no XVIII. Vale salientar também que todos estes residentes, poderiam estar sujeitos a serem enviados para o tráfico atlântico, caso fosse do interesse dos seus senhores, como veremos mais adiante.

A escravidão interna em Angola era marcante. Na segunda metade do século XVIII, o cronista militar Elias Alexandre Corrêa dizia que o negro era o principal artigo do comércio exportado em Angola. Porém, segundo Corrêa, esses escravos também ocupavam um lugar “não medíocre nos negócios domésticos”.¹⁰⁶¹ Em outras palavras, o comércio de escravos para uso dentro da própria colônia de Angola também tinha sua importância. Pelo que o cronista dá a entender, a prioridade era o comércio de exportação; contudo, sobre o resto dos escravos que não conseguiam ser vendidos para as remessas do tráfico atlântico, afirmava: “se espalha pelos moradores que não perdem a venda se a conveniência os convida”. Ou seja, eram vendidos internamente.¹⁰⁶²

De fato, os escravos tinham um importante papel na sociedade colonial em Angola, não só em termos de comércio exportador, como também para o comércio interno. Contudo, é preciso também pensar no escravo não somente na componente econômica, mas também como elemento que servia de base para a organização social da colônia. Privados de sua liberdade, esses homens, mulheres e crianças eram utilizados por seus senhores nas mais variadas atividades: agricultura, criação de animais, mineração, pesca, comércio, guerras, trabalhos domésticos, entre outras coisas.

Em Angola, a escravaria pertencente aos mais diversos moradores estava situada nos principais núcleos coloniais do litoral ou do interior. Em volta desses núcleos, havia propriedades rurais, chamadas de arimos, que abasteciam os povoados e vilas com seus

¹⁰⁶⁰ CALDEIRA, 2014.

¹⁰⁶¹ CORRÊA, 1937, p. 126-127.

¹⁰⁶² *Ibid.*

diversos produtos agrícolas e de origem animal. Nesses lugares, militares, comerciantes, ajudantes, religiosos, viúvas, órfãos faziam uso do trabalho escravo em casa e na propriedade rural. A composição desses moradores e de suas escravaturas não era homogênea tanto na origem quanto nas funções que desempenhavam e na forma como estavam inseridos nas sociedades daqueles sertões de Angola. Exemplos dessa composição podem ser vistos num documento intitulado *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704*.¹⁰⁶³

Boa parte dos escravos trabalhava nas áreas rurais, chamadas de arimos. Segundo Aida Freudenthal, os arimos se configuravam como propriedades de terra geralmente concentradas junto dos rios Quanza, Bengo e Dande, em lugares não muito distantes dos núcleos coloniais do interior e do litoral. O termo “arimo”, no século XVIII, “significava campo cultivado, plantação, lavra, horta, ou quinta de dimensões muito variáveis”. Durante o século XIX, o significado manteve-se idêntico: terras que produziam alimentos básicos – “a mandioca, o feijão e o milho, como legumes, frutas e dendém, além da criação de animais domésticos”.¹⁰⁶⁴ Parte do que era produzido nos arimos pelos escravos se destinava ao consumo deles próprios e da família proprietária, enquanto os excedentes eram enviados para os mercados e núcleos populacionais mais próximos. Chegando a Luanda, esses produtos tanto eram vendidos nas quitandas como também podiam ser destinados ao Terreiro Público.

No século XVIII, alguns dos maiores arimos chegavam a abrigar 200 escravos. Os donos exploravam diretamente, ou por intermédio de feitores brancos ou negros, todo esse contingente. Além de homens de negócios, boa parte desses proprietários de escravos desempenhava funções militares ou burocráticas na sociedade colonial. Possivelmente a posse desses cargos públicos deveria facilitar os negócios particulares dessas pessoas, já que estreitaria em contato com a economia mercantil. Esses donos dos arimos geralmente adquiriam seus escravos por meio do tráfico interno que ocorria no território de Angola. Dessa forma, os fazendeiros procuravam abastecer-se de escravos oriundos de distantes regiões, pois estes não estariam acostumados com as novas localidades, dificultando assim as tentativas de fuga.¹⁰⁶⁵

Por falar em fuga, em Angola, segundo Aida Freudenthal, as condições impostas tanto aos escravos quanto aos libertos eram de tal violência que os conduziam ao inconformismo e

¹⁰⁶³ BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16.

¹⁰⁶⁴ FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola 1850-1875*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

¹⁰⁶⁵ FREUDENTHAL, 1989.

à revolta. Os atos de resistência cotidiana eram frequentes, o que demonstra que muitos escravos não aceitavam passivamente o cativeiro. Havia diversas táticas de resistência: lentidão no trabalho, tarefas mal executadas ou inacabadas, furto ou destruição de ferramentas e produtos, deserção temporária e fuga. Sobre esta última, “sendo a vastidão do sertão propícia à fuga, sucediam-se as novas adesões de escravos, mas também de desertores, degredados, ex-soldados e de mulheres raptadas”. Ainda de acordo com Freudenthal, essas pessoas que fugiam ao longo dos séculos iam formando no interior do território vários *mutolos*, espécie de áreas de refúgios nos séculos XVII e XVIII: Nsaka de Casange, Musulu, Ndembu, Mbwila, Ndongo, Quissama, Cassanje. Alguns desses com histórias tão antigas quanto do tráfico de escravos.¹⁰⁶⁶

Tomando a área de Quissama como exemplo, consultamos na documentação do Conselho Ultramarino que, em 1784, o governo interino de Angola informava que essa província, situada na margem sul do rio Quanza, abrigava “seguramente muitos mil escravos”, onde se refugiavam e se escondiam. Esses cativos fugiam continuamente da cidade e vizinhanças. Apesar de “encravada entre os reais Domínios de Sua Majestade, e tão próxima desta Capital [Luanda], a província de Quissama” foi descrita como “sempre rebelde”. Esse problema com escravos fugidos em Quissama implicou uma série de medidas tomadas pelos colonizadores em Angola.¹⁰⁶⁷

Por sua vez, no Bengo, nos primeiros anos do século XIX, a Câmara de Luanda solicitou providências ao governador de Angola para que este apreendesse “pretos” levantados e fugidos dos seus proprietários, que há tempos formaram um ajuntamento

¹⁰⁶⁶ FREUDENTHAL, Aida. *A recusa da escravidão: quilombos de Angola no século XIX*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura, 1999. p. 8-15.

¹⁰⁶⁷ Algumas das medidas ocorridas ao longo dos séculos foram listadas pelo bispo de Angola frei Luiz da Anunciação de Azevedo, então governador interino daquela colônia, no ano de 1784. Segundo o bispo, “[...] principiou [a província de Quissama] a ser avassalada pelo primeiro governador de Angola Paulo Dias; rebelando-se logo, foi invadida e castigada pelo mesmo governador em 1581. No de 1583 forão também castigados alguns sovas desta província pelo outro governador Dom Jerónimo de Almeida, que também senhoreou a referida Mina do sal, e junto dela fez erigir hum forte, que há muitos anos não existe, nem consta quando se perdeu. Em 1595 o governador João Furtado de Mendonça repetio igual castigo, e mandou levantar o presídio de Muxima na mesma Quissama, e ainda hoje conservamos. Bento Banha Cardozo, que governou de 1608 até 1615 castigou também estes rebeldes, que depois se associaram com os holandeses, para render ao indicado presídio de Muxima, mas não o conseguiram. Em 1688 no governo de Dom João de Lencastre por impedirem a navegação do Quanza, e roubarem as embarcações, entrou João de Figueiredo Souza na província, asolando-a em grande parte. Em 1738 experimentou novo castigo no governo de João Jaques de Magalhães, e ficamos desfrutando duas lagoas, que rendem mais de 600 contos anualmente. Em 1749 governando o Conde de Lavradio tornarão os Quissamas a obstinar-se receptando e dando asilo aos escravos fugidos, arrojando-se a vir cometer roubos nos subúrbios desta Capital; e o mesmo continuaram nos governos posteriores de D. António Alvares da Cunha, Antonio de Vasconcelos, Dom Francisco Inocêncio, e os mais até agora, sem nenhum destes se atrever a puni-los e humilha-los”. AHU-Angola, cx. 68, doc. 57.

chamado de Quilombo, localizado nos Altos do Bengo além do rio.¹⁰⁶⁸ Portanto, nas áreas acima (Quissama e Bengo), percebe-se a resistência dos escravos contra o cativo em que foram expostos. A fuga certamente causava prejuízos aos donos. Um exemplo foi no quilombo situado aos fundos do Bengo, onde foram encontrados e presos três escravos fugitivos pertencentes a um Fernando Martins do Amaral. Como outros moradores, o tal Amaral suplicava providências do governo de Angola a respeito das fugas e ajuntamentos de escravos.¹⁰⁶⁹ Como veremos nas próximas seções, as fugas de escravos também ocorreram nos sertões de Pernambuco, do outro lado do Atlântico.

Deixando de lado temporariamente a fuga de escravos, e retornando a falar das características da escravaria de muitos dos moradores dos sertões de Angola, como dissemos anteriormente, podemos vislumbrar alguns detalhes sobre isso nas relações e mapas de habitantes elaboradas ao longo do século XVIII. Por exemplo, no ano de 1704, depois de pedidos feitos pelo Bispo de Angola, Dom Luiz Simões Brandão, os padres de Angola elaboraram relações com a descrição dos habitantes das jurisdições das respectivas freguesias. Esse conjunto de relações foi intitulado de *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704*.¹⁰⁷⁰ Dentre essas gentes, além do grupo dos moradores, também havia os grupos dos sobas e seus filhos, dos forros e dos escravos.¹⁰⁷¹

Desde já nota-se o interesse de Portugal em realizar esforços para compilar informações a respeito de suas áreas coloniais, incluindo aí aquelas inseridas nos sertões de Angola. As relações que compõem o documento *Notícia...* não têm um mesmo padrão exato,

¹⁰⁶⁸ AHU-Angola, cx. 106, doc. 01. AHU-Angola, cx. 108, doc. 33.

¹⁰⁶⁹ AHU-Angola, cx. 108, doc. 49. AHU-Angola, cx. 106, doc. 01. AHU-Angola, cx. 108, doc. 33.

¹⁰⁷⁰ BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704*.

¹⁰⁷¹ Naquele período havia um uso restrito para o termo “morador”. Segundo Caldeira, de início, o referido termo era aplicado a uma população “europeia” estabelecida em Angola. Estas pessoas, “além de desempenharem frequentemente cargos públicos remunerados, participavam no tráfico de escravos e eram, também eles, os principais proprietários de terras nos vales férteis dos rios Dande e Bengo”. Contudo, “durante o século XVII, Luanda tinha, ainda assim, uma população ‘europeia’ muito reduzida, o que obrigou o município a alargar os critérios de definição de ‘morador’”, incluindo, talvez, luso-africanos. Ao lado dos “moradores” havia também a “gente de guerra”. “Alguns militares no fim de carreira, sobretudo os mais graduados, entretanto casados (muitas vezes com africanas), fixavam-se na capital e ganhavam o estatuto de moradores. Parte deles vinham a ocupar também, como proprietários ou em serventia, os poucos cargos da administração pública disponíveis na Fazenda ou na Justiça”. CALDEIRA, Arlindo. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, v. 5, n. 3, p. 12-39. set./dez. 2014. p. 17, 18 e 20.

isto é, não foram feitas por um mesmo modelo.¹⁰⁷² Por sua vez, décadas mais tarde, já com as diretrizes da administração pombalina, a partir da segunda metade do XVIII, é que se ampliou a abrangência e uniformidade dessas informações. Com isso, mapas populacionais mais padronizados passaram a ser usados na contagem dessas pessoas em Angola a partir de 1750.¹⁰⁷³ Depois dessa data, poucas variações ocorreram no formato de um documento para outro. Entretanto, se por um lado a uniformização das listas da segunda metade do século XVIII organizou melhor as informações sobre a classificação dos habitantes, por outro suprimiu alguns pequenos detalhes minuciosos sobre esses indivíduos que, por vezes, apareciam nas relações elaboradas na primeira metade do referido século. Apesar de pequenos, escassos e aparentemente sem importância, esses tais detalhes revelam ricos aspectos do cotidiano da população, como o nome de escravos e forros, forros como parte de escravarias, forros que possuíam escravaria, estado civil de escravos, entre outros.¹⁰⁷⁴

Dito isso acima, no tal documento *Notícia... de 1704*, tomamos como exemplo três freguesias inseridas nos sertões de Angola: as de Muxima, Icolo e Pedras. Além dos moradores, as relações trazem também em seu rol a presença de escravos, forros e filhos forros de cada uma dessas localidades. Em termos desses três últimos, contabilizamos os seguintes números (Quadro 9):

¹⁰⁷² O dito documento é formado por uma quantidade total de 11 *Relações*. Cada *Relação* corresponde a uma ou mais paróquias e/ou freguesias existentes no litoral e sertões de Angola. São elas: 1) Relação feita pelo padre Joseph Nunes Broa, da Freguesia de São Bartolomeu da Tambá; 2) Relação feita pelo capelão Rodrigo de Araújo, da Igreja de São João Batista de Talamatumbo; 3) Relação feita pelo Padre Paschoal Carvalho a respeito do presídio de Muxima e da sua igreja de Nossa Senhora da Conceição; 4) Relação feita pelo padre Fernando Vieira de Lima, da Igreja de São Joseph e dos moradores da Barra do Dande; 5) Relação feita por Leandro Roiz Torreção, das gentes do distrito todo de Icollo; 6) Relação feita pelo capelão e padre Sebastião de Vitória, das gentes do Distrito das Pedras, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio do Aire; 7) Relação feita pelo capelão o padre Antônio da Costa de Lima, da Igreja da Nossa Senhora do Desterro em Golungo; 8) Relação feita pelo padre João Rebello, da Igreja da Nossa Senhora da Conceição, do presídio e fortaleza de Caconda; 9) Relação feita pelo padre Nicolau Varella, da Igreja de São João Batista da Cazanga, Ilha da Cazanga, na cidade de São Paulo de Assunção; 10) Relação dos Dembos; 11) Relação feita pelo reverendo padre Garcia da Victória, dos moradores, sobados da guarnição do presídio de Ambaca e mais pessoas que alguns anos se acha nele de assistência as suas necessidades. Ver: BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704*.

¹⁰⁷³ AHU-Angola, cx. 62, doc. 67. “Mappa de todos os moradores e habitantes deste Reino de Angola, e suas conquistas, tirado no fim do anno de 1778, em que entram todos os dembos, potentados, e Sovas Vassalos de Sua Majestade Fidelíssima.” AHU – Angola, cx. 87, doc, 51-B. “Mappa das Pessoas Livres e Escravos [...] da Cidade de Sam Felipe de Benguela, no ano de 1797.” AHU-Angola, cx. 64, doc. 63. “Relação dos habitantes desta cidade de São Paulo de Assunção do Reino de Angola no ano de 1781.”

¹⁰⁷⁴ Nesse sentido, a relevância desse documento da primeira metade do século XVIII justifica o uso dele no presente trabalho, pois é capaz de fornecer pequenos e ricos detalhes sobre os habitantes de Angola, coisa que as relações padronizadas da segunda metade acabaram muitas vezes por suprimir.

Quadro 9 – População de escravos, forros e filhos forros em três freguesias dos sertões de Angola

Localidade	Escravos	Forros	Filhos forros
Muxima	839	374	735
Icollo	1.738	345	47
Pedras	+ de 106	+ de 19	+ de 1.500
TOTAL	+2.683	+738	+ de 2.282

Fonte: BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704.*

Nessas três freguesias dos sertões de Angola havia mais de 2.683 escravos, 738 forros e 2.282 filhos forros.¹⁰⁷⁵ Contudo, ao falarmos de “forros”, é necessário termos prudência, pois esse termo tinha alguns significados diferentes daquele que era utilizado comumente no Brasil. De acordo com Arlindo Caldeira, do ponto de vista do estatuto social do século XVII, em Angola, entende-se “por forros não só os ‘alforriados’ (escravos libertados por decisão do proprietário) como os africanos livres (por vezes designados por ‘forros de nascença’)”.¹⁰⁷⁶ Dito isso, na documentação coeva, muitas vezes, é difícil sabermos se o vocábulo está a se referir sobre escravos libertados por decisão do proprietário, ou se está a se referir aos forros de nascença, isto é, que nunca tiveram a mácula da escravidão. Nesse sentido, a melhor forma de tentar nos aproximar sobre quem era quem entre os forros ocorre na análise de pequenos vestígios, principalmente no contexto em que essas pessoas aparecem postas na documentação.

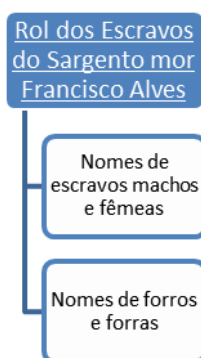
Por exemplo, na relação das gentes de Muxima, dos 374 forros, 333 deles apareceram como parte do rol de escravos de determinados proprietários, o que pode sugerir que se tratava de ex-escravos, ou seja, alforriados, mas continuavam com algum tipo de vínculo com seu antigo proprietário. Já outros 41 forros, apareceram em rol próprio, ou seja, não fizeram parte do rol de escravos de alguns proprietários, o que pode sugerir que fossem os tais “forros de nascença”, em outras palavras, que nunca foram escravos. Por sua vez, em outros róis da referida freguesia, apareceram 735 indivíduos descritos como “filhos forros” dos sobas,

¹⁰⁷⁵ Por conta da falta de uniformidade entre as relações que compõem o documento, tivemos grande dificuldade não só em contabilizar, mas também em identificar e classificar determinadas pessoas aos respectivos grupos sociais. Portanto, é necessário ter imensa cautela com os números que extraímos acima.

¹⁰⁷⁶ CALDEIRA, 2014, p. 25.

quimbares, fumos, eentre outros. Nesse caso, esses “filhos forros” tratava-se de pessoas livres, súditos de chefes africanos, que não nasceram escravos nem nunca foram escravizados até então.¹⁰⁷⁷

O esquema abaixo propicia perceber exemplo de como os 333 forros estavam inseridos no rol de escravos de alguns dos moradores de Muxima:



Fonte: BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispo de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704.*

Dessa forma, em Muxima, o rol de escravos de alguns moradores era composto por escravos e forros. Possivelmente, era o mesmo em relação às outras localidades inseridas nos sertões de Angola; porém a forma menos detalhada como as demais relações foram elaboradas não nos permitiu obter esse mesmo tipo de indício.¹⁰⁷⁸ Esse tipo de formação de escravaria (escravos + forros) não é de se estranhar. Em alguns documentos elaborados ao longo do século XVIII, por exemplo, é possível perceber que escravos e muitos forros faziam parte de escravarias dos moradores em Angola. Roberto Guedes e Carolina Pontes, ao analisarem mapas populacionais de 1797, já haviam chamado à atenção para ocorrência disso referente ao limiar do século XVIII no presídio de Caconda. Segundo eles, tanto escravos quanto forros apareceram nos documentos como integrantes da escravaria.¹⁰⁷⁹ Nesse sentido, assim como Guedes e Pontes fizeram para Caconda, também consideramos os 333 forros do

¹⁰⁷⁷ Sobre o termo “filhos forros”, de acordo com as investigações da historiadora Flávia Carvalho, o termo “forro” em Angola era amplamente utilizado para definir a população local dispersa nos sobados. Essas pessoas chegavam a ser centenas ou milhares de indivíduos. Já em relação ao uso do conceito de “filho”, este não está vinculado somente a parentesco sanguíneo, mas sim a pessoas que viviam sob a autoridade de um mesmo chefe, que lhe prestavam obediência e fidelidade. Essas definições identificadas por Carvalho parecem encontrar consonância com aquilo que observamos no documento *Notícias*, de 1704. CARVALHO, 2013, p. 234-235.

¹⁰⁷⁸ Em Muxima, havia 235 pessoas distribuídas entre gente branca, soldados, viúvas, meninos, forros, forras, gente da igreja. Dessas 235, somente 39 possuíam em seus plantéis os 1.172 indivíduos (escravos e forros). Sendo assim, isso nos mostra que havia uma grande concentração de escravatura nas mãos de poucos moradores nessa freguesia dos sertões de Angola.

¹⁰⁷⁹ GUEDES; PONTES, 2012, p. 160, 169, 170.

presídio de Muxima como integrantes da escravatura, tal como aparecem no documento original.

Sendo esse o caso, em relação a Muxima, então podemos supor que muitos escravos ganhavam alforrias ao longo dos anos, embora mantivessem uma espécie de vínculo com seu proprietário.¹⁰⁸⁰ Há possibilidades de que parte desses forros fossem filhos dos senhores com as escravas, ou seja, os filhos do quintal/senzala libertados por seus pais/senhores.¹⁰⁸¹ Nesse caso, mesmo aparecendo dentro da escravaria dos senhores, os indivíduos forros tinham algo que os escravos não tinham: a liberdade. Porém, na prática, esses forros deveriam realizar para os senhores as mesmas atividades desempenhadas por escravos: atividades domésticas, agropastoris, comerciais, entre outros.¹⁰⁸²

No que concerne à divisão por sexo na escravatura de Muxima, computamos que havia 191 forros, 142 forras, 375 escravos e 464 escravas. Aqui podemos inferir algumas coisas: o número de escravos de ambos os sexos era superior ao número de forros e forras; em termos de forros/forras, havia mais homens do que mulheres; em compensação, em termos de

¹⁰⁸⁰ Ao analisarem os forros e escravos no presídio de Caconda, no ano de 1797, Guedes e Pontes também observaram que o alto número de forros como integrantes da escravatura dos moradores do dito presídio sugere uma intensa prática de alforria, mas também não descartam a possibilidade de variadas formas de dependência terem sido “traduzidas” como alforrias. GUEDES, PONTES, 2012, p. 168. Alguns historiadores, inclusive, vêm observando essa tendência de quantidades significativas de alforrias nas colônias que faziam parte do Império Português. O conjunto desses estudos demonstra a existência de uma alforria massiva na sociedade escravista do Antigo Regime. Segundo João Fragoso e Nuno Monteiro, a alforria sublinha o poder de alguns concederem a “dádiva” da vida/liberdade a outros. Essas alforrias massivas criaram o forro como segmento marcado por uma ascensão social, pois passavam a ser ex-cativos. FRAGOSO; MONTEIRO, 2017b, p. 24-25.

¹⁰⁸¹ Segundo José Venâncio, em Angola, normalmente os homens (europeu, euroafricano ou africano com posse) mantinham relacionamento com mais de uma mulher (mestiça ou africana). “A segunda e terceira mulher eram geralmente escravas (mocambas) que faziam companhia à primeira mulher. Os filhos destas ‘ilícitas’ relações sexuais continuavam em casa do pai e tinham, em princípio, os mesmos direitos dos filhos legítimos.” VENÂNCIO, 1996, p. 53.

¹⁰⁸² Exemplos do processo de concessão de alforrias para escravos podem ser vistos em alguns testamentos de moradores que morreram no território de Angola, ao longo do século XVIII e século XIX. Geralmente era concedida a liberdade a alguns escravos devido a alguns fatores alegados pelos proprietários: bons serviços e amor a Deus estavam entre esses fatores. Por exemplo, no ano de 1780, foi elaborado em Benguela o testamento de José de Souza. O dito negociava diversos tipos de fazendas sertão adentro. Em seu testamento, José de Souza declarou possuir vários escravos machos e fêmeas, e a muitos deles passou Carta de Alforria devido aos bons serviços prestados por essas pessoas. ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, Mc. 21, n.º 12, cx. 38. PT/TT/JIM-JJU/001/0021/00012. Outros exemplos, inclusive com alforrias de filhos, podem ser visto em: ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 2, n.º 3, cx. 4. PT/TT/JIM-JJU/001/0002/00003; ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 7, n.º 13, cx. 15. PT/TT/JIM-JJU/001/0007/00013; ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 1, n.º 1-A, cx. 2. PT/TTJIM-JJU/001/0001/00016; ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 2, n.º 3A, cx. 4. PT/TT/JIM-JJU/001/002/00009.

escravos/escravas havia mais mulheres que homens.¹⁰⁸³ Isso sugere que em Muxima as alforrias eram mais acessíveis aos homens do que às mulheres. Contudo, não podemos descartar que a menor presença de escravos do que de escravas pudesse também estar ligada à predileção em se extrair escravos homens para o tráfico em direção ao Brasil. Roberto Guedes e Caroline Pontes, ao analisarem o presídio de Caconda para o fim do século XVIII, chegaram aos números de que na escravatura dessa localidade havia maioria feminina diante da masculina; ou seja, 2.055 escravas para 1.566 escravos.¹⁰⁸⁴ Portanto, a realidade de Caconda no ano de 1797 se assemelhava à realidade de Muxima no ano de 1704, o que talvez possa indicar que, ao longo do século XVIII, havia mais escravas do que escravos nos sertões de Angola. Sendo esse o caso, a presença da maioria de escravas, ao menos nessas duas localidades dos sertões de Angola (Muxima e Caconda), é o inverso daquilo que veremos mais adiante nos sertões de Pernambuco, onde nossa amostragem sugere predominância de escravos em detrimento de escravas.

Na sociedade escravista do Antigo Regime, havia casos de forros ou descendentes de forros que adquiriram escravos para si. Na relação das gentes de Muxima, do ano de 1704, um fato nos chamou a atenção: a existência de militares moradores, casados, cujos membros de suas escravarias eram parentes da própria esposa. Foi o caso, por exemplo, do alferes de nome Manuel da Rosa Tavares, casado, proprietário de escravaria, em cujo plantel havia alguns escravos descritos como “parentes de sua consorte”. Em outras palavras, o casal possuía escravos, dentre eles, Thomázia e Igrásia, que eram parentes da mulher de Manuel. Em razão disso, podemos pensar que alçada à condição de consorte do alferes Manuel, a antiga escrava ascendeu socialmente e passou não somente a ser mulher de um proprietário de escravos, como também se tornou senhora de escravos, alguns deles membros de sua família.¹⁰⁸⁵ Como veremos mais adiante, casos de forros possuindo escravos também havia no Brasil, inclusive nos sertões de Pernambuco.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸³ BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704.*

¹⁰⁸⁴ GUEDES; PONTES, 2012, p. 159.

¹⁰⁸⁵ Sobre esses exemplos em Muxima ver: BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704.*

¹⁰⁸⁶ Roberto Guedes, por exemplo, analisou um complexo caso envolvendo parentesco, escravidão e liberdade na capitania de São Paulo, Brasil. Segundo ele, a perpetuação da condição senhorial de uma família forra dependia da continuidade da escravidão de uma família escrava, e ambas as famílias (forra e escrava) possuíam laços de parentesco uma com a outra. Sendo assim, esse caso é um dos exemplos que ocorriam em diferentes e distantes regiões do Império Português de pessoas forras que detinham a posse de parentes escravos. GUEDES, Roberto. Parentesco, escravidão e liberdade: Porto Feliz, São Paulo, século XIX. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 233-263, jan./jun. 2011.

Como pode ser observado acima, o documento *Notícia* traz nomes de algumas pessoas, não só de proprietários, mas também de forros e escravos, principalmente as de Muxima e Pedras. De certa forma, a análise sobre esses nomes nos proporcionaram alguns dados relativos à identidade e origem dessas pessoas, principalmente dos escravos e forros. Os padres que elaboraram algumas das listas das gentes das freguesias de Angola deixaram informes sobre o trabalho de batismo que eles e seus antecessores realizaram em alguns lugares dos sertões. Conforme pode ser visto, batizar habitantes (moradores e seus escravos e forros) que ficavam nas freguesias fazia parte do trabalho dos padres. O problema se dava quando era para batizar os habitantes (geralmente os filhos forros dos sobas) avassalados que moravam nas áreas periféricas da jurisdição da freguesia, ou seja, a léguas de distância das paróquias. Era algo comum os religiosos dizerem que alguns dos filhos forros dos sobas nunca haviam sido batizados, enquanto outros, apesar de iniciados nos ritos católicos, voltavam a praticar o “gentilismo” ou a viver sob as “leis da natureza”. Já os escravos e forros pertencentes às escravarias dos moradores (militares, religiosos, donas, entre outros) eram mais fáceis serem batizados, pois estavam mais próximos das paróquias. Uma vez batizados, esses indivíduos oficialmente portavam um nome cristão/português.

Em relação aos nomes de escravos e forros presentes nas relações que compõem o documento *Notícia*, estes aparecem configurados da seguinte forma: há aqueles que contêm somente um nome, sendo escrito em português. Exemplo: Antonio, Maria, Francisco e Joana. Já outros, são formados por um primeiro nome em português acompanhado de um segundo nome que pode ser em português ou no idioma kimbundu, por exemplo: Lourenço de Josepha, Anna de Antonio, Paulo Cambamba, Simão â Calunga, etc. Em contrapartida, não há no documento nenhum escravo/forro que tivesse o primeiro nome em kimbundu.

Dito isso, partimos agora para analisar alguns dos membros das escravarias que possuíam especificamente o primeiro nome em português atrelado a um segundo nome em português ou kimbundu. A presença de um segundo nome em kimbundu nas listas de habitantes nos mostra claramente uma miscigenação cultural, em que um mesmo indivíduo possuía um primeiro nome em português seguido de um segundo em africano. Esses segundos nomes podem nos ajudar a compreender um pouco sobre a qualidade dos escravos e forros, por exemplo, ofícios, cor da pele, lugares, regiões ou povos a que pertenciam. Contudo, cabe aqui uma ressalva, o fato de uma pessoa possuir um nome cujo significado seja igual ao nome de algum lugar, de uma etnia, ou ofício, não necessariamente significa que essa pessoa fosse originária desse lugar ou pertencesse a determinado povo ou realizasse

determinado trabalho. Afinal, alguns desses nomes das listas podiam tratar-se simplesmente de nomes próprios.¹⁰⁸⁷

A presença do termo “parda”/“pardita” ao lado do nome de quatro escravas constantes na relação de Muxima sugere que se tratava da qualidade dessas mulheres.¹⁰⁸⁸ Nesses casos, essas cativas seriam fruto do relacionamento de uma pessoa branca com uma pessoa negra. Interessante notar que dentre dos 1.172 membros das escravaturas da freguesia de Muxima, somente essas quatro escravas foram descritas como pardas. Isso chama a atenção, pois a miscigenação entre portugueses e africanos remontam desde os primórdios da colonização em Angola. Sendo assim, pode ser que uma explicação para essa baixa presença da descrição de pardos nas relações das gentes de Angola de 1704 se devesse a pouca preocupação em designar a cor da tez dos escravos, pois, diferente da passagem para o século XIX, isso ainda não estava totalmente consolidado no início do século XVIII.¹⁰⁸⁹

Por outro lado, uma quantidade maior de escravos parece ter tido suas qualidades associadas não à cor da pele, mas sim ao lugar de origem ou pelo ofício que exerciam, entre outras coisas. Ao cruzarmos as relações do documento *Notícia* com alguns dicionários português-kimbundu, percebemos que os segundos nomes dos escravos e forros pertencentes às escravaturas de Muxima e Pedras possuíam mais de um sentido, podendo vir associados, ao mesmo tempo, a nomes de animais, de plantas, de relevos, de constelação, de crenças, de costumes, de lugares, de práticas religiosas, de objetos, de ofícios.¹⁰⁹⁰ Foi o caso, por

¹⁰⁸⁷ Por exemplo: se nos basearmos em nossa sociedade atual, o fato de uma pessoa ter o nome de Maria Luiza Leite não significa que essa pessoa tenha obrigatoriamente algum tipo de vínculo com o alimento leite. Sendo assim, o nome Leite aqui está exercendo somente a função de nome próprio.

¹⁰⁸⁸ BPE. Cod. CXVI/ 2-15 nº 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704.*

¹⁰⁸⁹ No mundo ibero-americano, por exemplo, França Paiva comenta que “a categoria ‘cor’, embora existisse, fosse relevante e empregada com alguma frequência na documentação de variada origem produzida no mundo ibero-americano entre os séculos XVI e XVIII, não alcançou, nesse período, a mesma proeminência que outros dois marcadores sociais: a ‘qualidade’ e a ‘condição’. Em outras palavras, é preciso dizer que a cor de pele adquire protagonismo nas leituras e nas representações sociais apenas a partir do século XIX, diferentemente do que imaginamos quase sempre. A super importância atribuída à ‘cor’ é muito mais um traço cultural dos séculos XIX e XX...”. PAIVA, Eduardo França. *Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando?* In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 71 e 72. Sendo assim, pensamos que talvez o mesmo acontecesse no mundo ibero-africano, já que as qualidades dos escravos descritos nas relações das gentes das freguesias de Angola, de 1704, particularmente não constaram da descrição da cor da pele dos escravos e forros.

¹⁰⁹⁰ Em anos passados, historiadores realizaram trabalhos com dicionários para identificar nomes em kimbundu presentes em diversos tipos de documentos. No livro *Poder político e parentesco*, Joseph Miller identificou e analisou o significado de alguns nomes em kimbundu nas tradições orais e nos mais diversos tipos de documentos. MILLER, 1995. Por sua vez, Aida Freudenthal e Selma Pantoja elaboraram um glossário kimbundo-português e um índice toponímico baseados no Livro dos Baculamentos, produzido no ano de 1630. FREUDENTHAL; PANTOJA, 2013. Ao nos inspirarmos nesses historiadores, também resolvemos ir atrás de dicionários que nos pudessem dar pistas a respeito do significado dos nomes em kimbundu com os

exemplo, de um escravo chamado João de Samba, cujo termo kimbundu “samba” significa: “ente supremo, orar, rezar”;¹⁰⁹¹ “charneca”, “savana”; “pessoa que vive na intimidade de alguém ou faz parte da sua família”; “doença que faz urinar sangue”; “divindade protectora dos caçadores”; “constelação do zodíaco: as três estrelas centrais da constelação de Órion”; “boldrié” [correia de couro] e “planta família das combretáceas”.¹⁰⁹² Interessante dizer que, em umbundu, o vocábulo “samba” significa: “bater as mãos, aplaudir, decapitar”.¹⁰⁹³ Sendo assim, não é difícil encontrar pessoas cujo nome pudesse significar, em simultâneo, um elemento da natureza, uma crença, um costume, um lugar ou um trabalho, por exemplo.¹⁰⁹⁴

Entretanto, por essa variedade de significados dos nomes, resolvemos nos concentrar mais naqueles que podiam estar associados a lugares de onde os membros das escravarias eram provenientes. Por exemplo, o nome “angola” referente a determinados indivíduos foi um dos que mais se configuraram nas relações de Muxima e Pedras. Para Joseph Miller, “angola” originara-se aproximadamente nas regiões planálticas próximas das nascentes do rio Lukala, onde produziu mudanças na estrutura social dos Mbundu. Por sua vez, “samba” é um povo, um grupo étnico que manteve algum tipo de relacionamento com os Mbundu. O nome “samba” apareceu na área do alto Lukala até o século XIX.¹⁰⁹⁵

Sendo assim, nas relações das gentes de Muxima e Pedras selecionamos os seguintes exemplos de escravos e forros: João de Samba, Domingos Angola, Manuel Aquipiri, Bastião Congo, Maria Anganga, Simão â Calunga, Paschoal Cazanga, Antônia Búngu, Leonor Casinge, Manuel â Caculo, Magdanela Pambala, Manuel Cambullú, Simão Cabanga, Cristovão Dala, Maria Nhangue, Luzia quilombo. Ao cruzarmos esses nomes com alguns dos já referidos dicionários, identificamos os seguintes significados:

quais nos deparamos nas relações das freguesias de Muxima e Pedras, presentes no documento *Notícia*. Sendo assim, fizemos uso das obras de Bernardo Maria Cannecattin, publicada no ano de 1804, José Pereira do Nascimento, publicada em 1907, e Assis Júnior, sem data, mas publicada na primeira metade do século XX. CANNECATTIM, 1804. NASCIMENTO, 1907. ASSIS JUNIOR, 1941. Já que as relações de Muxima e Pedra foram escritas no início do século XVIII, compreendemos que alguns sentidos de determinadas palavras podem ter ou não sofrido modificações entre um século e outro. Entretanto, na falta de fontes mais precisas sobre significados dessas palavras do século XVIII, achamos que os tais dicionários português-kimbundu dos séculos XIX e XX podem ser úteis, no mínimo, para nos aproximar de alguns dos significados.

¹⁰⁹¹ NASCIMENTO, 1907, p. 42, 77, 93.

¹⁰⁹² ASSIS JUNIOR, 1941, p. 354.

¹⁰⁹³ NASCIMENTO, José Pereira. *Dicionário do umbundu de língua de Benguela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 48.

¹⁰⁹⁴ Alguns segundos nomes em kimbundo dos escravos e forros nos trazem indícios de algumas características das divindades e crenças africanas cultuadas nos sertões de Angola. O fato de constar esses nomes em kimbundo já nos revela um pouco das mestiçagens culturais existentes, pois essas pessoas mantinham nomes que remetiam a crenças e divindades africanas, ao mesmo tempo em que também tinham nomes portugueses/cristãos.

¹⁰⁹⁵ MILLER, 1995, p. 65.

Quadro 10 – Significados dos nomes em kimbundo de alguns escravos presentes nas relações de Muxima e Pedras

Nome	Significado
Samba	Samba: “charneca, savana; povoado próximo a Ambaca, Kwanza norte” (1)
Angola	Angola: “natural ou pertencente às terras de 'Ngola (Angola)” (2)
Aquipiri	Possivelmente “Kipiri”: “monte na margem esquerda do rio Dande” (3)
Congo	Kongo: “vasto território do antigo reino deste nome” (4); “da terra, potentado”(5); “Muchi-Congo: nação”(6)
Ânganga	Nganga: “lagoa de água salgada” (7); “salina; lugar à beira do mar onde se fabrica o sal” (8)
Calunga	Kalunga: “mar, potentado” (9); afluente da margem esquerda do rio Capororo, em Benguela (10); “mar, praia, coisa marinha” (11)
Cazanga	Kázanga: “porção de terra no meio de uma baía. Ilha ao Sul da cidade de Luanda, conhecida por S. João de Cazanga, freg. de S. João Batista, entre as terras de Mussulo e Cabolombo” (12)
Búngu	Mbúngu: povoado da Dambi, distr. do Congo, prov. de Luanda (13)
Casimge	Possivelmente Kasínga: lugar circunvizinho das Ganguelas, Huíla (14)
Caculo	Caculo: lugar da qual faz parte Cazengo, a margens do rio Lucala (15)
Pambala	Pambala: povoação em Moçâmedes (16)
Cambullú	Possivelmente “Kambulu”: “lugar em Golungo Alto, circunvizinho de Cazengo, onde se supôs a existência de minas de ouro e ferro (17)
Cabanga	Kabanga: povoação em Ambaca, margem direita do rio Lucala, Quanza-Norte (18)
Dala	Possivelmente “Ndala”: povoação circunvizinho de Saurimo, de Malanje (19)
Nhangue	Possivelmente “Nhangé”: povoação vizinha de Cambambe, margem do rio Quanza, no caminho que vai do Dondo para Pungo-Andongo. (20)
Quilombo	Kilómbo sub. Conjunto de forças militares. ' Arraial \ \ Lugar de reunião ou sanzala de trabalhadores (21)

Fonte: Elaboração própria.

(1)-(4) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 354, 43, 137, 154; (5) NASCIMENTO, 1907, 97 – (6) CANNECATTIM, 1804, p. 528; (7) NASCIMENTO, 1907. p. 61 – (8) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 39; (9) NASCIMENTO, 1907, p. 66, 84 – (10) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 89; (11) CANNECATTIM, 1804, p. 507-508 – (12) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 107; (13-14) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 27, 102 – (15-16) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 97, 332; (17-18) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 91, 78 – (19-20-21) ASSIS JUNIOR, 1941, p. 29, 329, 127

Caso realmente tenham sido derivados de lugares, esses nomes acima nos mostram a diversidade de espaços de onde esses escravos de Muxima e Pedras eram oriundos. Alguns deles vinham do litoral, das áreas de salinas, próximos ao mar. Já outros eram provenientes de savanas, de montes, das margens dos rios que corriam pelo interior do continente. Tudo isso pode nos sugerir a existência de trânsito interno de escravos de variadas localidades (Congo, Benguela, Ambaca, Luanda) pelos sertões de Angola. Certamente essas localidades tanto forneciam quanto recebiam escravos do tráfico, o que configurava uma circulação desses indivíduos de diversas qualidades pelos espaços situados entre o litoral e o sertão de influência portuguesa. Afinal, os escravos existentes nas áreas de influência portuguesa não eram exclusivamente originados dos distantes sertões, ou seja, exclusivamente da área fora do jugo português.

Em Angola, os escravos exerciam variados ofícios nas propriedades de seus senhores. Havia os encarregados de trabalho doméstico, assim como existiam também os escravos

voltados para os trabalhos agrícolas, para o comércio, entre os demais ofícios. Mais uma vez, tomando como exemplo alguns escravos de Muxima e Pedras, percebe-se que alguns dos nomes em kimbundu poderiam sugerir algumas atividades/alguns ofícios realizados por eles.

Foi o caso, por exemplo, de Francisco Quimbundo (kimbundu). Esse segundo nome é dado à “língua dos naturais de Angola”; “esclarecer, língua de Angola”.¹⁰⁹⁶ Levantamos a possibilidade de se tratar de um membro da escravaria que possuísse a função de realizar traduções entre o português e o kimbundu. Afinal, ter um escravo capaz de traduzir seria interessante para um colono recém-chegado de Portugal ou do Brasil que não dominava esse idioma africano; ou, então, seria de extrema valia para ensinar os escravos vindos das mais distantes regiões, que ainda não entendiam bem as ordens em português. Havia também um Francisco Gunza, possivelmente “ngunza”, que significa “mensageiro”, “mandado”;¹⁰⁹⁷ ou seja, poderia ser uma pessoa encarregada de transmitir informações emanadas por seu dono. Em propriedades agrícolas mais isoladas, esse tipo de escravo seria interessante para levar e trazer notícias emanadas dos principais núcleos coloniais.

Existia uma escrava de nome Igrasia Gumba, possivelmente “ngumba ou ngumbe”, que significa “oleiro”;¹⁰⁹⁸ “que trabalha, que faz obras, pedreiro, operário que trabalha em barro ou argamassa”.¹⁰⁹⁹ Caso essa seja realmente a função exercida por Igrasia, resta saber se seriam trabalhos em termos de produção de utilitários, como panelas e vasilhas de barro, ou se englobava também algo maior como construção de casas de taipa, por exemplo. Havia também uma escrava de nome Esperança Gombe, provavelmente “ngombe”, associado a “boi”;¹¹⁰⁰ “da família dos bovídeos destinado a carga e alimentação do homem”, “conjunto de bois, vacas, bezerros”¹¹⁰¹, ou seja, possivelmente alguém que tratava desses tipos de animais. Já em relação à agricultura, temos, por exemplo, um membro de uma escravaria chamado Antonia Camasa, cujo vocábulo “Kamása” corresponde a “do milho, ou a ele relativo”, o que pode indicar trabalho específico nas plantações de milho nos arimos dos moradores.¹¹⁰² A presença desses três últimos nomes em kimbundu na escravaria de algumas localidades faz muito sentido, pois a olaria, a criação de gado e a plantação de milho eram atividades constantes nos arimos dos moradores nos enclaves dos sertões de Angola.

¹⁰⁹⁶ NASCIMENTO, 1907, p. 43, 63.

¹⁰⁹⁷ ASSIS JUNIOR, 1941, p. 47.

¹⁰⁹⁸ NASCIMENTO, 1907, p. 76.

¹⁰⁹⁹ ASSIS JUNIOR, *op. cit.*, p. 46.

¹¹⁰⁰ NASCIMENTO, 1907, p. 16.

¹¹⁰¹ ASSIS JUNIOR, *op. cit.*, p. 43, 73.

¹¹⁰² *Ibid.*, p. 90.

Por fim, havia também os escravos pertencentes ao capitão-mor Manuel Simões, morador e casado na cidade de Luanda. Embora não lhes tenham sido atribuídos nomes, esses escravos foram descritos como vinculados à cidade e aos arimos, já outros andavam em negócios a mando do dito capitão, espalhados pelo sertão da freguesia das Pedras. Consequentemente, uma parte dos escravos trabalhava na cidade, outra parte nas propriedades rurais, e outra parte pelos caminhos dos sertões a realizar negócios para seu dono. Esse e todos os outros breves exemplos vistos acima nos mostram as diversas atividades que os escravos poderiam desempenhar em Angola.

Por outro lado, muitos desses escravos residentes não necessariamente passavam toda a vida a trabalhar nas propriedades rurais e nas residências dos moradores de Angola. Pelo fato de serem bens, e, como tais, passíveis de serem negociados, certamente havia casos de escravos que trabalhavam nos enclaves coloniais, que, em determinado momento de sua vida de escravidão, foram vendidos ou barganhados por seus senhores indo parar no tráfico transatlântico. Em outras palavras, esses escravos residentes poderiam ser vendidos para o tráfico atlântico, assim como eram vendidos os escravos em trânsito. Portanto, diferentemente desses últimos, capturados em distantes regiões de pouca ou nenhuma presença portuguesa, os residentes que trabalhavam para moradores da sociedade colonial de Angola já carregavam consigo algumas experiências da escravidão colonial em solo africano e, querendo ou não, levavam essas experiências para o outro lado do Atlântico ao serem embarcados nos navios negreiros.

Em meados do século XVII, por exemplo, o missionário italiano Cavazzi de Montecuccolo informava sobre escravos que serviam a portugueses estabelecidos na África Centro-Occidental, mas em determinado momento, foram vendidos por seus senhores e remetidos para o circuito atlântico. Segundo o missionário, casos como esses ocorriam todos os dias. Esses escravos preferiam continuar servindo a um senhor estabelecido na África a encarar a travessia para a América. O motivo seria um imaginário que pairava entre eles de que, chegando ao Brasil, teriam seus ossos utilizados para a confecção de pólvora e suas carnes e miolos usados na produção de azeite.¹¹⁰³ Tudo indica que essas remessas de alguns escravos que serviam aos colonizadores continuaram a ocorrer nos séculos seguintes. Afinal, como toda mercadoria, eram passíveis de serem vendidos ou não.

Além disso, não eram somente escravos inseridos na cultura luso-africana que podiam ser vendidos para o tráfico atlântico com escravos capturados nas áreas fora do domínio

¹¹⁰³ CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, 1965, p. 160.

português em Angola. Havia casos também de indivíduos livres que habitavam as áreas de dominação portuguesa, no litoral e sertões próximos, e em determinados momentos foram ilegalmente reduzidos à escravidão. Segundo a historiadora Mariana Cândido, em certas épocas do século XVIII, diante da grande demanda por escravos, alguns habitantes livres dos núcleos coloniais, tanto do litoral quanto do interior, eram reduzidos à condição de cativos e negociados como escravos. Em consequência, as fronteiras da escravização tornavam-se fluidas. Dessa forma, indivíduos que estavam em territórios sob a autoridade portuguesa, e em tese estariam protegidos do cativo, passaram a ser submetidos à escravidão e traficados internamente ou pelo Atlântico.¹¹⁰⁴

Ainda de acordo com Mariana Cândido, em certas épocas, ninguém estava a salvo. Raptos, pagamento de impostos e dívidas, venda de parentes, entre outros, contribuía para o aumento da escravidão nessas áreas protegidas. A violência era generalizada, sendo, por vezes, incentivadas pelos próprios oficiais portugueses e governantes africanos que deveriam, em teoria, salvaguardar essas pessoas da escravidão. Sendo assim, não havia somente captura de escravos em áreas mais distantes fora do domínio português. Por essa fluidez das fronteiras da escravização, em certos momentos, havia também a aquisição de escravos dentro da fronteira cultural portuguesa, ou seja, nas áreas perto do litoral e de sertões próximos. Eram pessoas que certamente possuíam miscigenados padrões culturais portugueses e africanos. Uma vez reduzidas à condição de escravos, essas pessoas forçadamente eram deslocadas para outras regiões de Angola ou eram embarcadas em direção às Américas.¹¹⁰⁵

Talvez tenha sido por isso que, no ano de 1704, um padre tenha feito a seguinte descrição sobre a freguesia de Tambá, distante três léguas de Massangano: “os caminhos são de matos fechados e despovoados de gente.” Em seguida, o religioso procura justificar a baixa presença de pessoas no lugar onde a dita freguesia estava instalada, “despovoado de gente forra, por falecerem seus pais da vida, e outros divididos e metidos em senzalas de brancos, primeiros moradores a que se agregaram”; ou então, “[...] Despovoados de gente por se terem metidos [nas senzalas] os forros daqui”;¹¹⁰⁶ ou seja, se pensarmos que aqui o termo forro foi usado para pessoas que nasceram livres, então esse fato relatado pelo padre demonstra que o processo de escravização atingia até mesmo os indivíduos que eram livres, os quais, em tese, estariam protegidos do cativo, o que coaduna para aquilo que foi estudado por Cândido.

¹¹⁰⁴ Para mais informações, ver: CÂNDIDO, 2013. CÂNDIDO, Mariana. *Enslaving Frontiers: slavery, trade and identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto: York University, 2006. Dissertation: Ph. D. York University.

¹¹⁰⁵ Mais informações, ver: CÂNDIDO, 2006, 2013.

¹¹⁰⁶ BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. *Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704*.

Sendo assim, podemos inferir que parte dos cativos remetidos para o Brasil havia nascido e/ou vivido determinado tempo em locais de Angola cuja miscigenação das culturas entre portugueses, mbundos e ovimbundos já estava bastante consolidada há séculos. Eram escravos que viviam nos núcleos coloniais e, por negócios de seus senhores, acabaram sendo vendidos para o tráfico atlântico. Estamos a falar não só de Luanda e Benguela, ambas situadas no litoral, mas também de enclaves no interior do continente, estabelecidos pelos portugueses desde fins do século XVI e início do XVII, como Muxima, Massangano, Cambambe, Ambaca, Caconda entre outros. Isso para não falar também daqueles indivíduos que eram reconhecidos como livres, e, por uma série de fatores, foram reduzidos ilegalmente à condição de cativos, sendo enviados ou não para a América. Todos estes deveriam falar tanto o português quanto o kimbundo e outros idiomas bantos.

Ao embarcarem nos navios negreiros, esses indivíduos acima citados, provenientes de Luanda, Benguela e sertões de domínio português, dividiam espaço com outros escravos procedentes de outras distantes regiões, da África profunda, das quais os portugueses não dominavam, mas tinham acesso a eles por meio de uma complexa rede escravista africana. Sendo consideradas “mercadorias vivas”, todos esses homens e mulheres, adultos e crianças percorriam milhares de quilômetros por terra e mar nas piores condições existentes.

Como diz Maria do Rosário Pimentel, em relação aos escravos que transitavam de Angola para a América, caracterizavam-se também como veículos de cultura, apesar da situação subjugadora a que foram postos. Pertenciam a diferentes grupos étnicos e culturais.¹¹⁰⁷ Segundo Alexandre Ribeiro, as populações escravizadas com culturas diversificadas desempenharam papel fundamental nas transformações sociais e culturais não somente nas sociedades exportadoras, como também nas importadoras. Nesse processo de escravidão, passou a existir uma complexa mistura de culturas e de modificações de identidades.¹¹⁰⁸ Portanto, esses indivíduos escravos levavam consigo hábitos, práticas, crenças de sociedades africanas ou luso-africanas para o Brasil. Como já referido pelo cronista Elias Alexandre Corrêa, Pernambuco era um dos três lugares principais que recebiam os escravos saídos de Angola. Uma vez aportados nesses três lugares, esses escravos se espalhavam para os diversos sertões e demais capitanias da América portuguesa.¹¹⁰⁹

¹¹⁰⁷ PIMENTEL, Maria do Rosário. Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português. In: VENTURA, Maria da Graça M. (Coord.). Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

¹¹⁰⁸ RIBEIRO, Alexandre Vieira. Apontamentos sobre o tráfico de escravos entre Angola e Brasil. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013. p. 153-180.

¹¹⁰⁹ CORRÊA, 1937, p. 27.

5.2 A travessia dos escravos

A historiografia está bem servida de trabalhos que se dedicam a analisar o comércio de escravos na África e as remessas que saíam de lá para o Atlântico.¹¹¹⁰ No que corresponde a Angola, por exemplo, David Birmingham, Joseph Miller, John Thornton, Maria Emília Madeira, Maria do Rosário Pimentel, Roquinaldo Ferreira, Luiz Felipe de Alencastro e Mariana Cândido são alguns dos investigadores que abordam esse tema. Se, por um lado, sobre Angola, há uma lista de estudos que tratam da descida dos escravos dos sertões para os portos de Luanda e Benguela (de onde saíam para a travessia atlântica), o mesmo não pode ser dito em relação à entrada de parte desses escravos nos portos marítimos de Pernambuco e, menos ainda, em relação à penetração desses recém-chegados cativos em direção ao interior da antedita capitania da América portuguesa ao longo do século XVIII.¹¹¹¹

Na historiografia de Pernambuco, pouco são os estudos que se debruçaram sobre os detalhes do transporte dos escravos africanos e descendentes que adentravam o litoral em direção ao interior. Alguns fatores contribuíram para isso, dentre eles, maior interesse dos investigadores em analisar a escravidão no mundo do açúcar, isto é, nas áreas do litoral e entorno. Isso fez com que fossem desviadas as atenções dos estudos da presença escrava nos sertões. Outro fator se refere também à existência de poucas informações nas fontes de pesquisa sobre os trajetos de escravos no interior de Pernambuco, o que dificulta o trabalho a respeito do dito recorte geográfico. Contudo, apesar de escassos e pontuais, esses indícios existem e podem ser encontrados mediante análises minuciosas na documentação. Quando trabalhados, esses indícios contribuem para o preenchimento das lacunas a respeito desse tema.

¹¹¹⁰ Recentemente, em artigo, Alexandre Vieira realizou uma discussão historiográfica por meio das ideias desenvolvidas por diversos investigadores de diferentes nacionalidades que tratam da origem dos escravos e do tráfico atlântico entre Brasil e Angola. Dentre eles, Philip Curtin, Paul Lovejoy, Ralph Delgado, David Birmingham, Joseph Miller, Roquinaldo Ferreira, Mariana Cândido, entre outros. Sobre essa discussão, ver: RIBEIRO, 2013, p. 29-48. Por sua vez, Leila Leite Hernandez realizou uma enriquecedora revisão historiográfica do tráfico de escravos e as dinâmicas sociais e culturais com base nas obras dos principais estudiosos de Estudos Africanos, oferecendo uma síntese do processo de constituição da História da África no Brasil. HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil. *Revista Cerrados* (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010.

¹¹¹¹ Recentemente, Suely de Almeida afirmou que a historiografia que trata da escravidão em Pernambuco ainda é tímida, não avançando muito no tema a respeito do século XVIII, embora hoje já se saiba que o porto de Pernambuco figura no quarto lugar dentre aqueles que na América mais receberam cativos. ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e Costa da Mina, c. 1724-c.1752. *História*, São Paulo, v. 37, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018022.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

A organização do tráfico atlântico de escravos na África começou a ser feita desde cedo, já no século XVI. De acordo com Alencastro, basicamente os africanos transportados ao Brasil vieram de duas áreas principais: uma formada pela Baía de Benim e pelo golfo de Biafra, e a outra localizada no Centro-Oeste africano, sobretudo em Angola. Os grandes portos negreiros situavam-se nas principais bacias hidrográficas, como a do rio Congo e Quanza (Congo-Angola), propiciando o transporte fluvial de escravos do interior da África até os portos marítimos da costa africana. Do outro lado do Atlântico, os primeiros desembarques desses cativos africanos foram em Pernambuco, uma das capitanias do Brasil, entre os anos de 1550 e 1560. Do século XVI até 1850, o Brasil foi o maior importador de escravos africanos das Américas.¹¹¹²

Em relação especificamente à ida de escravos africanos para Pernambuco, segundo Suely Almeida e Jéssica de Souza, os cativos partiam da Costa da Mina na África Ocidental, assim como de Angola na África Centro-Ocidental. Contudo, em meados do século XVIII, com a instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, as rotas comerciais que abasteciam o mercado de Pernambuco de cativos vindos da Costa da Mina “serão redirecionadas para Angola, agindo em consonância ao conjunto de medidas adotadas pela Coroa a partir de 1730 para impulsionar o comércio de escravos na região da África Centro-Ocidental”. Como resultado desse advento, a partir do supracitado período, para Pernambuco haverá um aumento significativo de escravos provenientes de Angola, e uma redução considerável de escravos emanados da Costa da Mina.¹¹¹³

Na África Centro-Ocidental, os embarques de escravos eram direcionados, sobretudo, ao Brasil. Apesar da distância espacial entre um e outro, havia facilidades de contatos marítimos favorecidos por correntes e regimes de ventos. A interação direta de Angola com Brasil, por exemplo, estimulou a economia do tráfico atlântico. Boa parte do tráfico dependia de redes comerciais e logísticas que eram, em grande parte, controladas a partir do Brasil.¹¹¹⁴ Inclusive, conforme já referido, nos últimos anos, a historiografia vem debruçando-se nessas fortes ligações bilaterais entre um e outro. Como dito por Alencastro, “95% das viagens que

¹¹¹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 57-63.

¹¹¹³ ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SOUZA, Jéssica Rocha de. O comércio de almas: as rotas entre Pernambuco e a costa da África, 1774-1787. *Revista Ultramares Dossiê*, n. 3, jan./jul., 2013. p. 39 Ainda segundo Almeida, com o advento da Companhia Geral de Pernambuco, e maior dedicação dada ao comércio de escravos com a África Centro-Ocidental, “o comércio com a Costa da Mina não foi de todo cessado apesar da fraca representatividade que essa rota irá assumindo paulatinamente durante a vigência da Companhia”. ALMEIDA; SOUZA, 2013, p. 45.

¹¹¹⁴ FERREIRA, 2018, p. 56.

desembarcaram africanos nos portos brasileiros foram iniciadas nesses mesmos portos, sobretudo no Rio de Janeiro, na Bahia e em Recife (nessa ordem)”.¹¹¹⁵

Em Angola, oficialmente havia duas formas de comercializar os escravos retirados para o Brasil. Uma era por meio da participação direta da Coroa com seus feitores, já a outra era mediante direitos concedidos pela Coroa para armadores e mercadores por contrato. Desde o século XVI em diante, a Coroa Portuguesa legislou sobre esses direitos ora liberando mais a atuação desses particulares, ora reduzindo mais essas atuações. No início da segunda metade do século XVIII, houve a criação da Companhia do Maranhão e Grão-Pará (1755) e da Companhia de Pernambuco e Paraíba (1759).¹¹¹⁶ Especificamente a respeito desta última, um grupo de mercadores de Lisboa, Porto e de Pernambuco solicitou à Coroa, em 1759, autorização para estabelecer uma companhia para as capitanias de Pernambuco e Paraíba.¹¹¹⁷

A ideia da criação de companhias que tivessem por objetivos o fornecimento de escravos ao Brasil fazia parte das intenções da Coroa e dos seus altos funcionários. Entretanto, o estabelecimento dessas companhias não pôs fim ao tráfico realizado pelos particulares brasileiros. Concomitantemente, o tráfico negreiro permaneceu ativo, sobretudo no fim do século, quando as companhias deixaram de fornecer escravos ao Brasil. Isso para não falarmos também dos contrabandos e descaminhos de escravos que nunca deixaram de ocorrer ao longo dos séculos entre as duas colônias.¹¹¹⁸

No âmbito dos diversos estudos sobre o comércio de escravos em Angola, muito se falou sobre o processo de obtenção dos cativos e sobre as mercadorias comumente usadas nesses resgates, como matérias-primas e produtos manufaturados. Algumas das mercadorias

¹¹¹⁵ ALENCASTRO, 2018, p. 57-63.

¹¹¹⁶ Em relação a detalhes mais específicos da organização do tráfico entre Angola e Brasil e a atuação da Coroa e dos particulares, ver PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na Época Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 1995. p. 83-95. ALMEIDA; SOUZA, 2013, p. 39.

¹¹¹⁷ De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, a dita Companhia era formada pelo cabedal dos interessados e sem participação da Fazenda Real. Ela “podia fabricar naus mercantis e de guerra nos estaleiros do Reino; cortar madeiras no distrito do Porto, em Alcácer do sal e noutras matas que não estivessem cortadas; levantar gente de mar e guerra para as guarnições a manter no Reino, nas Ilhas e nas capitais de Pernambuco e da Paraíba. Os seus navios só podiam ser recrutados para o serviço régio em caso de perigo na costa, barras e portos do Reino. A companhia dispunha ainda de casas e armazéns para o seu despacho e arrecadação das fazendas”. SERRÃO, 2004, p. 178-179. Em estudo recente, Erika Dias aborda a instalação da Companhia Geral de Comercio na capitania de Pernambuco. De acordo com ela, havia uma disposição real em criar uma Companhia de Comércio com a participação de negociantes e quaisquer outras pessoas de Pernambuco para serem acionistas dela. Porém, muitos pernambucanos ficaram reticentes com a criação da dita Companhia. DIAS, Erika. *A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio*. In: ACTAS do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Centro de História da Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa & Departamento de Ciências Humanas Instituto de Investigação Científica Tropical, 2005.

¹¹¹⁸ Em relação a detalhes mais específicos da organização do tráfico entre Angola e Brasil e a atuação da Coroa e dos particulares, ver PIMENTEL, 1995, p. 83-95. ALMEIDA; SOUZA, 2013, p. 39.

eram obtidas em diferentes regiões africanas (sal, cola, anil, algodão, por exemplo), já outras eram originadas da América (jeribitas, tabaco, dentre outros), Europa (armas, pólvora, chapéus, vestimentas, bengalas, e outros artigos.) e até da Ásia (como os tecidos da Índia.). Inseridos a partir dos portos de Luanda e Benguela, esses produtos eram negociados por escravos e se espalhavam pelos sertões adentro. Em contrapartida, caravanas de escravos desciam dos sertões em direção à costa para serem remetidas, principalmente, para o Brasil. Esses produtos eram essenciais para aquisição de escravos. No ano de 1784, por exemplo, a Coroa Portuguesa ordenou que os gêneros de Portugal, das ilhas adjacentes e do Brasil (especificamente: aguardente, tabaco, jeribita e outro licor forte) que se destinavam àquele comércio escravista não pagassem “Direitos alguns de Entrada, nem outra alguma imposição qualquer ela que seja”. O intuito era “favorecer” e “animar” o comércio escravista no sertão de Angola¹¹¹⁹.

Os escravos eram conduzidos por diversas rotas que interligavam os sertões da África aos principais portos litorâneos. Na África Centro-Occidental, por exemplo, as vastas redes comerciais (que partiam do litoral de Luanda, Benguela e Ambriz até a periferia da penetração portuguesa) acabavam por estabelecer a ligação do interior à economia atlântica. Ao longo dos caminhos, entrepostos, presídios, feiras, paróquias foram erigidos e proporcionaram cada vez mais a penetração em direção aos lugares mais distantes. Núcleos urbanos instituídos tanto no litoral, quanto nos sertões de Angola: Luanda, Cassange, Pungo Andongo, Benguela, Caconda, Ambaca e Bié, serviram de pontos para os colonizadores lançarem muito mais a penetração portuguesa nas extremas distâncias do interior do continente africano.¹¹²⁰

A Feira de Cassange, por exemplo, localizada no “distante sertão tão complicado e dependente”, era considerada pelas autoridades de Angola como “a mais principal e base fundamental da exportação dos escravos deste Reino [Angola]” para as Praças de Lisboa e Brasil.¹¹²¹ No século XVII, vitórias militares afirmariam a presença portuguesa na região de Cassange tanto no pano comercial quanto no militar.¹¹²² De Cassange e de outros pontos dos sertões, esses indivíduos percorriam centenas de quilômetros de caminhos de terra, presos em

¹¹¹⁹ SILVA, 1828a, p. 535.

¹¹²⁰ Sobre as rotas do litoral e sertão da África Centro-Occidental, ver SANTOS, Maria Emília Madeira. Viagens e apontamentos de um português em África: diário de Antônio Ferreira da Silva Porto. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986. SANTOS, 1978. PIMENTEL, Maria do Rosário. Portugal e o tráfico de escravos: do ‘filhamento’ ao comércio organizado. In: ASSIS, Angelo Adriano Faria de; LEVI, Joseph Abraham; MANSO, Maria de Deus Beites. *A expansão: quando o mundo foi português: da conquista de Ceuta, 1415, à atribuição da soberania de Timor-Leste*, 2002. Braga: NICPRI, 2014. p. 254-289.

¹¹²¹ AHU-Angola, cx. 100, doc. 36.

¹¹²² FERREIRA, 2018, p. 55.

ferros uns aos outros, até chegarem aos portos marítimos da África Centro-Occidental (Luanda, Cabinda, Benguela).¹¹²³ Apesar de parte dos escravos serem capturados e transportados dos mais diversos e distantes sertões da África Centro-Occidental, vale recordar que nem todo cativo embarcado era originário exclusivamente do mais longínquo interior (como os que vinham do reino dos Lundas), havia também muitos indivíduos reduzidos à escravidão, que eram habitantes das áreas do litoral e sertões mais ou menos próximos de Luanda, ou seja, das áreas de domínio/influência portuguesa (Benguela, Muxima, Massangana, Icollo, Cambambe, Pedras, Ambaca, Cassange, e demais lugares).

A condução de escravos entre os sertões e o litoral da África era cansativo, tortuoso e perigoso para esses cativos. Talvez um dos relatos mais tristes sobre a travessia terrestre de escravos, do centro à costa, seja o do médico e explorador escocês Mungo Park (1771-1806), escrito entre os últimos anos do século XVIII e primeiros anos do XIX na África Occidental.

Ordinariamente os seguram [escravos] pondo a perna esquerda d'um, e a direito doutro em um mesmo par de ferros que pendurados de uma corda os deixam caminhar, posto que muito devagar. Cada quatro escravos vão atados também pelo pescoço com correias retorcidas; pela noite se atam as mãos com anéis de ferro, e algumas vezes se põem uma cadeia de ferro ao pescoço.¹¹²⁴

Numa das cenas que presenciou, Mungo Park descreveu o trágico fim de uma escrava. Após a caravana de cativos andar por “um mato escabroso” que molestava muito os pés, uma escrava, de nome Nili, queixou-se de muitas dores nas pernas. Para piorar a situação, mais adiante, toda a gente foi cercada por um enxame de abelhas, sendo a referida escrava a mais atacada por não ter forças para fugir. “As abelhas a puseram feito um monstro”, disse Park. Após caminhar por mais cinco horas, sem condições de continuar, montaram-na num burro, mas estava tão fraca que não conseguiu segurar-se no animal. Passou, então, a ser carregada pelos outros escravos. No dia seguinte, a escrava “tinha todos os seus membros tão pasmados e dolorosos, que não podia se conter em pé”. Em outra tentativa falha de pô-la na besta, caiu novamente na terra “com uma perna horrivelmente mal tratada”. Após tudo isso, Nili foi abandonada pela caravana no meio de um campo onde, de acordo com Mungo Park, “seguramente morreria bem cedo ou seria devorada pelas feras”.¹¹²⁵

Embora Park tenha presenciado e se referido sobre a travessia terrestre de escravos de regiões da África Occidental, podemos inferir que o processo penoso não deveria ser tão

¹¹²³ PIMENTEL, 1995.

¹¹²⁴ BNP. RES. 1698//4 v. Bosquejo sobre o comércio em escravos, reflexões sobre este tráfico considerado moral, política e christamente. Londres: Impresso por Ellerton e Henderson, 1821. p. 33-34.

¹¹²⁵ BNP. RES. 1698//4 v. *Ibid.*, 1821, p. 34-36.

diferente em partes da África Centro-Occidental, isto é, em Angola, Benguela e Congo, também na passagem do século XVIII para o XIX. Além disso, o percurso dos cativos nas longas distâncias dos sertões da África para o litoral angolano era só o início do sofrimento por que passavam esses homens, mulheres e crianças. As condições precárias dessas pessoas continuavam ou, até mesmo, pioravam ao serem embarcadas nos portos africanos. O atraso dos navios nos portos, bem como a superlotação contribuía para que muitos morressem antes mesmo que os navios levantassem âncora.¹¹²⁶

Além disso, ao longo da travessia do Atlântico, mais escravos pereciam confinados nas embarcações. Como presenciado e descrito pelo cronista Elias Alexandre da Silva Corrêa, militar que serviu em Angola na segunda metade do século XVIII, a demora na saída de um navio destinado a Pernambuco, por exemplo, causou a morte de 104 cabeças de escravatura, que sucumbiram da doença chamada “bexiga” no ano de 1786. Em outra ocasião, o cronista militar militar descreveu a morte de escravos numa viagem que fez de Angola para o Rio de Janeiro, com escala na capitania do Espírito Santo. A farinha de mandioca servida a esses escravos estava podre e cheia de bichos, o que causou uma terrível epidemia e muitas mortes. Também viu morrer pelos rigores do frio e chuva uma “negrinha” que não conseguiu alojar-se em algum lugar coberto da embarcação, assim como um negro moribundo lançado ainda vivo do navio ao mar. Portanto, percebe-se que as travessias eram tanto penosas quanto mortais.

Devido a essas péssimas condições, por vezes, havia revoltas dos escravos que seguiam dos sertões da África Centro-Occidental em direção às Américas. Segundo um relato escrito em 1782 por Antônio José Pimentel Castro de Mesquita, governador de Benguela, mesmo presos, os escravos dos sertões de Benguela conseguiam fazer frequentes levantes. Para esse governador, o mesmo não ocorria com os escravos dos sertões de Angola que, por serem “frouxos”, iam todos soltos rumo à América. Isso era explicado por Mesquita pelo fato de Angola possuir nove presídios (fortalezas). Diferentemente de Benguela, que possuía somente Caconda e, mesmo assim, este era subordinado a Angola.¹¹²⁷ Nesse sentido, o relato dá a entender que os escravos dos sertões que possuíam presídios se caracterizavam como dóceis. Já aqueles cativos originados dos sertões sem presídios, caracterizavam-se como revoltosos. Dessa forma, podemos inferir que a presença dessas fortalezas contribuía para o

¹¹²⁶ Tudo isso pode ser percebido nas diversas correspondências trocadas entre os poderes locais das colônias e a Metrópole portuguesa. Ver, por exemplo, os seguintes documentos: Manifesto de Dom João Manoel de Noronha, Governador e Capitão geral do reino de Angola, da forma com que governou aquele Reino, e do que se sucedeu no tempo do seu governo. BPE - Cod. CXVI/2-15, n.º 11, p. 26; Já no Arquivo Histórico Ultramarino, encontra-se o seguinte doc: AHU-ACL-CU-015, cx. 87, D. 7129. Conferir também os relatos do cronista militar Elias Alexandre Corrêa, 1937.

¹¹²⁷ AHU-Angola, cx. 65, doc. 14.

processo de disciplina e repressão sobre os escravos que seriam transportados dali e embarcados para o continente americano.

O tráfico de escravos pelo Atlântico era feito através de uma complexa rede formada por diferentes tipos de indivíduos espalhados tanto na África, quanto na América e Europa. Essas pessoas exerciam as mais variadas funções e desempenhavam papéis essenciais para o funcionamento da rede. Sendo assim, procuramos identificar trechos da trajetória de alguns agentes que, direta ou indiretamente, estavam inseridos numa ampla rede desse tráfico negreiro que seguia no sentido leste-oeste, especificamente, de Angola para Pernambuco.

No sertão de Cassange, em Angola, por exemplo, o diretor da feira e negociante de nome Francisco Honorato possuía contas e relações comerciais com diversos credores e procuradores, dentre eles, Manuel Gomes dos Santos (de Pernambuco) e Hermenegildo Neto (da Bahia). O nome desses indivíduos e de outros negociantes apareceu num extrato de contas de operações realizadas em 1794 e 1795, o que demonstra que existiam vínculos entre pessoas de variados lugares, inclusive de Pernambuco, com o tal negociante de escravos e marfim no referido sertão angolano.¹¹²⁸

Por falar na feira de Cassange, identificamos em outro documento que um “cigano” de Pernambuco era umas das várias pessoas responsáveis por enviar as caravanas de escravos da dita feira e de outros sertões para a costa de Angola. Consta nos autos que o “cigano” Manoel de Faria Marinho era “natural de Pernambuco, de onde veio voluntariamente negociar neste Reino [de Angola]”, como feirante legitimado pela Junta de Comércio para ter acesso à Feira de Cassange, onde negociava escravos e outras mercadorias.¹¹²⁹ O fato de Manoel ter nascido em Pernambuco, uma das principais capitânicas do Brasil a receber escravos oriundos de Angola, pode sugerir-nos o interesse que levou o Manoel a empreender viagem e realizar seus negócios naquela colônia portuguesa na África.

O fato de ser descrito como um indivíduo que foi voluntariamente negociar em Angola nos revela que Manoel não era um degradado da Coroa, mas sim um negociante que, por conta própria, foi àquelas paragens, onde chegou a constituir patrimônio, como alguns escravos, produtos e outros bens que se encontravam na jurisdição da fortaleza de Ambaca,

¹¹²⁸ AHU-Angola, cx. 100, doc. 36.

¹¹²⁹ Consta nesse documento, elaborado pelo escrivão da Ouvidoria Geral do Reino de Angola, no ano de 1800, que Manoel de Faria Marinho assinou um termo, no ano de 1798, comprometendo-se a “sair deste Reino [Angola] e não voltar mais aos sertões dele”. Antes, o dito Manoel já havia sido advertido para não deixar os limites da cidade de Luanda em direção aos sertões do dito reino e de Benguela. Ao que parece, o caso ocorreu por uma contenda entre o dito cigano e um capitão-mor, que envolveu o poder local e o poder da Coroa em Angola. AHU-Angola, cx. 97, doc. 49; AHU-Angola, cx. 97, doc. 52. AHU-Angola, cx. 97, doc. 57.

também nos sertões angolanos.¹¹³⁰ Os produtos comerciais adquiridos nos sertões de Angola pelo “cigano” Manoel eram escravos, marfim, ceras e outras “fazendas”. Para aquisição desses produtos, Manoel fazia uso de dinheiro e jeribita, aguardente feita da cana-de-açúcar.¹¹³¹ Por sinal, é bom salientar que a jeribita que ia para Angola era produzida no Brasil, inclusive em Pernambuco.¹¹³²

Manoel não era um novato em terras angolanas. Segundo consta nos autos, o “cigano” informou que estava acostumado a percorrer os caminhos dos sertões de Angola havia muitos anos, onde realizava seus negócios. Lugares como Luanda, Benguela Ambaca, Cassange, Haco, Golungo, entre outros aparecem no documento como áreas ou caminhos que o “cigano” de Pernambuco percorria em seus trajetos entre o litoral e os sertões de Angola. Ao que parece, uma das rotas que fazia era de Luanda, no litoral, em direção à feira de Cassange nos sertões. Na volta para Luanda, já carregado de escravos e outras mercadorias, ainda parava antes por Ambaca e Golungo, localizados entre Cassange e Luanda.¹¹³³

As experiências ao longo desses anos e lugares por onde passou renderam ao cigano contatos e sociabilidade com diversas pessoas naquelas paragens. Manoel alegava possuir um “aviante (credor) na capital Luanda, chamado Manoel da Cruz, do qual recebia dele “sortimentos” ou “carregação” para seguir para a feira de Cassange, no sertão, e depois retornar com escravos e demais fazendas à Luanda para o acerto de pagamento com o dito “aviante”. Além desse último, Manoel também fez referência a outros feirantes da praça

¹¹³⁰ “Ciganos” [calons] degredados da Metrópole portuguesa para o Brasil, por vezes, acabavam sendo depois expulsos pelos governadores das capitanias daquela colônia em direção à África. Foi o caso, por exemplo, de ciganos que foram exterminados (expulsos) de Pernambuco e do Rio de Janeiro para Angola. Ver COSTA, Elisa Maria Lopes da. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil, séculos XVI-XIX. *Revista Arquipélago*, História, 2.^a série, v. 9, p. 153-182, 2005.

¹¹³¹ AHU-Angola, cx. 97, doc. 49; AHu-Angola, cx. 97, doc. 52. AHU-Angola, cx. 97, doc. 57;

¹¹³² O fato de Manuel também se referir a “dinheiro” portado por ciganos nos caminhos dos sertões indica que esses ciganos não só faziam trocas diretas de mercadorias, como também podiam negociar com moeda-mercadoria e, até mesmo, com moedas cunhadas. Ver: AHU-Angola, cx. 97, doc. 49; AHu-Angola, cx. 97, doc. 52. AHU-Angola, cx. 97, doc. 57. Nas sociedades em Angola, as moedas-mercadorias poderiam ser conchas (zimbos) e outros produtos que tinham padrão de valor e serviam como intermediário nas trocas. Com a chegada dos europeus àquele território, havia também a presença de moedas cunhadas, como as feitas de cobre. Nesse sentido, o fato de Manoel fazer referência a “dinheiro” poderia significar tanto moedas-mercadorias quanto moedas cunhadas. Segundo o Museu da Casa da Moeda de Portugal, ao longo da história da Humanidade, as trocas diretas, realizadas por diferentes grupos humanos, consistiam na troca de uma mercadoria por outra. Já o uso da moeda-mercadoria, era quando os grupos faziam uso de determinado produto como padrão de valor e intermediário nas trocas. Na Antiguidade, o sal, por exemplo, foi uma das mercadorias que primeiro foram usadas como padrão e intermediário das trocas, seguido depois de conchas e metais (o cobre, a prata e o ouro). Por fim, a moeda cunhada, isto é, com peso, forma e impressões padronizadas, também passaram a ser usadas no comércio. Entretanto, salientamos que, ao longo dos milênios, o surgimento de um novo modelo não necessariamente decretou o fim do modelo anterior. Nesse caso, as três formas chegaram a coexistir e, até mesmo, a serem usadas simultaneamente em diferentes ocasiões. MUSEU DA CASA DA MOEDA DE PORTUGAL. Exposição: *Da Ausência de Moeda à Moeda Virtual*. Local: Centro Comercial Colombo, 2017.

¹¹³³ AHU-Angola, cx. 97, doc. 49; AHu-Angola, cx. 97, doc. 52. AHU-Angola, cx. 97, doc. 57;

daquela colônia, assim como a pessoas do poder local, por exemplo, um capitão-mor do Distrito de Golungo, chamado Vicente Rodrigues Fialho. Por fim, o nome de outros indivíduos que apareceram nos autos nos revelam que a rede de sociabilidade de Manoel de Faria Marinho envolvia também outros ciganos feirantes que tinham participação no comércio dos sertões de Angola.¹¹³⁴

A presença de pessoas oriundas de Pernambuco e de outros lugares do Brasil nos sertões de Angola não era de se estranhar. Por vezes, o próprio governo da referida colônia solicitava a ida de colonos e soldados do Brasil para lá no intuito de servirem e povoarem aquele território.¹¹³⁵ No ano de 1790, o governador de Angola comentava sobre a ida de escravos da África para o Brasil. Em troca da entrada de escravos, o dito governador desejava a vinda de militares do Brasil para África:

Que os naturais da Zona Tórrida eram os mais análogos a viver nella, ou seja, na América, ou na África, e que recebendo o Rio, Bahia e Pernambuco tantos braços [escravos] de Angola com que desfrutavam os efeitos do Brasil, lhe parecia justo que os generais respectivos [governadores-generais do Brasil] tivessem ordem de socorrer aquele Reino [Angola] e de fornecerem anualmente com cento e cinquenta, ou cem homens de recruta daqueles muitos ociosos e vadios de que a República quer expurgasse, e que ele conheçera nas referidas Cidades, além dos sentenciados e criminosos¹¹³⁶

Em 1796, novamente falava-se na necessidade de entrada de pessoas do Brasil em Benguela. Dessa vez, o governo solicitava 80 casais de pardos retirados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por melhor se conservarem na África, no intuito de aumentar a população. O objetivo era que esses homens entrassem para servir como soldados, mas depois, pelas suas “agências, industriais ou ofícios”, se tornassem “capazes de se estabelecerem e negociarem”, sendo dada baixa do serviço militar, por ser mais útil um negociante.¹¹³⁷

Inclusive, na África Centro-Occidental, havia uma espécie de preferência para que essas pessoas fossem oriundas dos sertões de Pernambuco e da Bahia que, segundo tese da época, seriam mais acostumados com o clima dos sertões de Angola. Nos anos de 1735 e 1736, por exemplo, houve solicitação de homens não só dos sertões de Pernambuco, dos da

¹¹³⁴ AHU-Angola, cx. 97, doc. 49; AHU-Angola, cx. 97, doc. 52. AHU-Angola, cx. 97, doc. 57.

¹¹³⁵ Inclusive, até meados do século XIX, há registro da ida de colonos do Brasil para Angola. Foi o caso de um grupo de brasileiros que fundou uma colônia em Mossamedes. Biblioteca da Ajuda. Ms. Av. 54-XI-2, n.º 53-53a.

¹¹³⁶ AHU-Angola, cx. 75, doc. 79.

¹¹³⁷ AHU-Angola, cx. 84, doc. 14-A.

Bahia (Brasil), como também do Alentejo e Algarve (Portugal). A justificativa era a seguinte: “por serem de terras mais quentes aturam o trabalho” em Angola.¹¹³⁸

Não sabemos quantas entradas se deram e quantos desses homens do Brasil (militares e/ou negociantes) se tornaram residentes em solo de Angola. Contudo, sabe-se que as solicitações feitas pelo governo de Angola existiram e algumas delas se concretizaram. O cigano Manoel de Faria Marinho certamente era um exemplo de comerciante que se estabeleceu nos sertões daquela colônia em África, onde passou a negociar escravos. Por sua vez, outra personagem que identificamos envolvido no tráfico de escravos de Angola para Pernambuco foi o mestre de campo da Praça do Recife, chamado João Oliveira Gouvin.¹¹³⁹ Contudo, parece que o mestre de campo não adentrou Angola, diferentemente do cigano Manoel.

Gouvin fazia parte de uma elite local em Pernambuco, e sua interlocução com Angola era a partir de outras esferas. Em busca de fragmentos de sua atuação no tráfico, identificamos num ofício do Conselho Ultramarino que Gouvin declarou ter feito remessa de dinheiro por ordem dos administradores do Contrato da saída dos escravos de Angola no ano de 1766.¹¹⁴⁰ Por sua vez, no Livro da Casa Comercial de Luanda, localizado no ANTT, há informações de que João de Oliveira Gouvin era de Pernambuco, e possuía uma conta corrente na Casa Comercial em Luanda. Gouvin parecia representar a direção da dita Companhia, tendo como função pagar as remessas de escravos que iam de Angola para Pernambuco.¹¹⁴¹ Identificamos também que o personagem mantinha interlocução

¹¹³⁸ Ver: AHU-Angola, cx. 28, doc. 37.

¹¹³⁹ George Cabral de Souza, em sua investigação sobre o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759), identificou um João de Oliveira Gouvin I, nascido no ano de 1683, em São Pedro Gondarém, termo de Vila Nova de Cerveira, e falecido no ano de 1760. Casado com Helena Bernarda, o dito Gouvin I deixou três descendentes, dentre eles, um João de Oliveira Gouvin II. Este último pode ser o nosso personagem, mestre de campo da Praça do Recife, envolvido no tráfico de escravos de Angola para Pernambuco. Segundo Souza, o Gouvin I era mercador e fora para o Recife em 1715, onde se atrelou ao negócio negreiro com a África. Sendo assim, como veremos, João de Oliveira II seguiu os passos do pai no que concerne ao negócio negreiro entre o Recife e África. SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial, c. 1654-c.1759*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 456.

¹¹⁴⁰ AHU_ACL_CU_015, cx. 104, D. 8074.

¹¹⁴¹ Trata -se de um livro de contratos comerciais em Luanda (África). Destacam-se os contratos de escravos e marfim. ANTT. *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 62; ANTT. *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos*, liv. 63. PT-TT-LFF-0063_m0023.TIF.

com o provedor de Pernambuco João do Rego Barros.¹¹⁴² Por diversas vezes o nome de Gouvin apareceu relacionado com a Companhia de Comércio de Pernambuco e aos Direitos de Saída dos Escravos de Luanda para aquela capitania da América portuguesa entre os anos de 1763 e 1765 (Quadro 11).

Quadro 11 – Participação de João de Oliveira Gouvin, Mestre de Campo do Recife, em algumas saídas de escravos de Angola para Pernambuco, 1763-1765

Data	Número de escravos	Embarcação
23 de julho de 1763	350 cabeças	Corveta Nossa Senhora da Guia
10 de janeiro de 1764	400 cabeças	Corveta Santíssimo Sacramento e Todos os Santos, capitão Aleixo de Araújo
26 de março de 1764	521 cabeças	Corveta Santo Antonio, de quem é capitão Roque Jacinto
4 de agosto de 1764	351 cabeças	Corveta Nossa Senhora da Guia, de quem é capitão Manoel Pereira
8 de julho de 1765	350 cabeças	Corveta Nossa senhora da Guia, capitão Manoel Pereira
8 de julho de 1765	422 cabeças e 13 crias	Corveta Nossa Senhora do Rozário, Santo Antônio e Almas, capitão Antonio Roiz dos Santos

Fonte: ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 62. PT/TT/LFF/0062.

Como podemos observar no Quadro 11, João de Oliveira Gouvin estava envolvido em significativos despachos de cativos de Angola para Pernambuco. Diferentemente do cigano Manoel de Faria Marinho, o dito Gouvin fazia parte de um círculo mais elitizado em termos dos negócios de escravos. O cigano de Pernambuco participava do tráfico terrestre e realizava um árduo trabalho em percorrer os distantes e perigosos sertões de Angola em busca de escravos para levar até o porto de Luanda. Já o mestre de campo do Recife, era um dos

¹¹⁴² Consta no Livro da Casa Comercial de Luanda que, em 5 de março do ano de 1766, João de Oliveira Gouvin realizou um saque a ordem do Provedor João do Rego Barros, cuja quantia foi lançada em conta de uma terceira pessoa, o Doutor Manoel Pinto da Cunha e Souza. ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 62. ANTT PT-TT-LFF-0062_m0152.TIF. Por sua vez, no acervo do AHU, identificamos que, em Pernambuco, ao longo do período colonial, diversos indivíduos da família Rego Barros foram batizados com o nome de João. Cada um deles ocupou diferentes ou iguais tipos de cargos nos sucessivos séculos. Exemplos: Em 1654, um João do Rego Barros aparece como capitão. Em 1725, aparece um padre João de Barros envolvido em negócios de tabaco (ver AHU_ACL_CU_015, cx. 32, D. 2953). Já entre 1673 até, pelo menos, 1770, sempre existiu um João do Rego Barros como detentor do cargo de Provedor da Fazenda Pernambuco, ou seja, ao longo de um século, o mesmo cargo ficou com a mesma família, e alguns dos detentores tinham o nome de João. No ano de 1725, um João do Rego Barros, provedor da Fazenda Real de Pernambuco, envia uma carta ao rei de Portugal [D. João V], sobre a conveniência de administrar o contrato dos escravos que vão por terra e por mar para as minas de ouro da mesma forma que o da dízima da Alfândega (ver AHU_ACL_CU_015, cx. 31, D. 2845).

responsáveis pela movimentação de dinheiro da Companhia de Comércio de Pernambuco, tendo seu nome atrelado ao tráfico transatlântico entre Angola e a referida capitania da América portuguesa. Talvez essas duas personagens nunca tenham se encontrado ao longo dos anos, afinal, quase 40 anos separam as informações que temos sobre um e outro. Porém, ambas tinham em comum o fato de serem de Pernambuco e de fazerem parte da engrenagem do transporte de escravos de Angola para o Brasil, cada qual exercendo seu papel específico nesse tráfico de seres humanos.

A presença de outros nomes ao lado de Gouvin, no Livro da Casa Comercial de Luanda, também nos chamou a atenção. No exercício de sua função, Gouvin parece ter-se relacionado (não sabemos se presencialmente ou a distância) com diversas pessoas moradoras em Angola ou que transitavam entre o Brasil e África. Sobre esses últimos, tratava-se dos capitães responsáveis pelas embarcações e dos padres capelães que seguiam nas ditas embarcações com a função de ministrar os sacramentos do catolicismo para os escravos. Além disso, observamos que, ao fazerem essas travessias pelo Atlântico, essas pessoas não só exerciam sua função de capitães e de clérigos respectivamente, mas também, por vezes, negociavam e adquiriam escravos para si. Foi o caso, por exemplo, de um padre capelão que pagou por um direito de uma cabeça de escravatura.¹¹⁴³

Dentre um universo de nomes predominantemente masculinos envolvidos no comércio de escravos entre Angola e Pernambuco, a presença de um nome feminino no meio desses outros nos chamou à atenção. Trata-se de Maria da Silva da Gama, descrita como umas das pessoas a quem os administradores da Companhia de Comércio de Pernambuco passaram letras. No ano de 1763, o nome de Maria da Silva da Gama apareceu ao lado de João de Oliveira Gouvin e outras pessoas envolvidas na saída dos escravos de Luanda, pelos direitos de 350 cabeças que se despacharam, em 23 de julho de 1763, com a corveta Nossa Senhora da Guia para Pernambuco.¹¹⁴⁴ A presença do nome dessa mulher no Livro da Casa Comercial em

¹¹⁴³ Fonte: ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 62. PT/TT/LFF/0062

¹¹⁴⁴ ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 62. PT/TT/LFF/0062.

Luanda, de certa forma, revela a existência de participação feminina nos negócios que envolviam o tráfico humano.¹¹⁴⁵

Todas essas personagens citadas acima, de forma direta ou indireta, estavam envolvidos com o tráfico de escravos saídos de Luanda para Pernambuco e outros lugares do Brasil. Igualmente a eles, uma infinidade de outras pessoas também contribuiu para a diáspora de africanos ao longo dos séculos. Os investigadores Débora Albuquerque, Flávio Versiani e José Vergolino, ao se debruçarem no *Voyages Database*, citaram que entre os séculos XVI e XIX mais de 87% das viagens que trouxeram escravos da África para Pernambuco partiram originalmente do próprio porto de Pernambuco. Em outras palavras, a maioria das embarcações saía de Pernambuco em direção aos portos da África, e de lá retornava para Pernambuco repleta de escravos. Segundo os referidos investigadores, isso sugere que quem organizava e financiava o desembarque de negros em Pernambuco eram pessoas que ali residiam, principalmente portugueses radicados no Recife.¹¹⁴⁶ Nesse sentido, embora não fossem portugueses, nossas personagens citadas acima: o cigano Manuel de Faria Marinho, natural de Pernambuco e feirante nos sertões de Angola; e João de Oliveira Gouvin, Mestre de Campo da praça do Recife e negociante de escravos em Luanda, são exemplos da participação de homens de Pernambuco que faziam parte da estrutura do tráfico de escravos saídos de Angola.

Ainda de acordo com os dados consultados por Albuquerque, Versiane e Vergolino, o porto do Recife, em Pernambuco, foi o terceiro maior porto do Brasil (ficando somente atrás de Rio de Janeiro e Bahia) e o quinto maior porto do mundo a receber escravos da África (sendo o do Rio de Janeiro o primeiro e da Bahia o terceiro do mundo). Em Pernambuco, nos séculos XVII e XVIII, a média era de 2.500 e 3.300 escravos desembarcados por ano. Já na primeira metade do século XIX, essa média saltou para 5.000 desembarcados por ano.¹¹⁴⁷

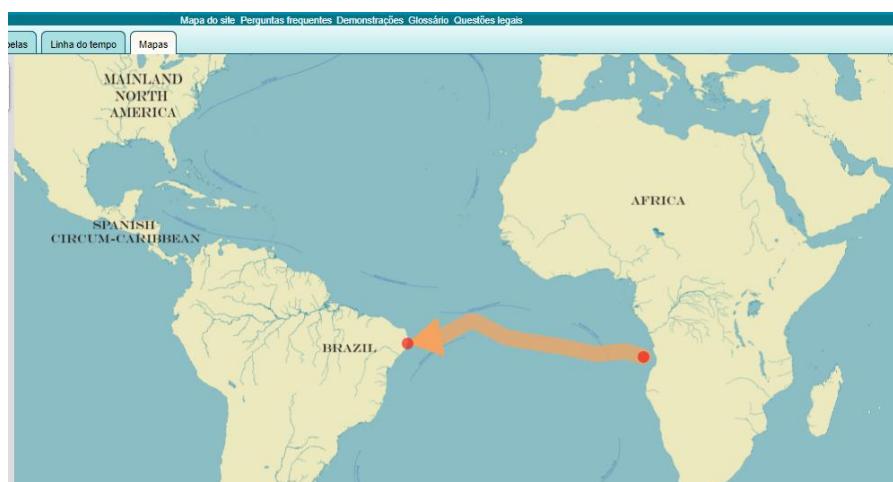
¹¹⁴⁵ A participação de mulheres à frente de negócios na África não era algo estranho. Segundo Philip Havik, na África Ocidental, entre os séculos XVI até fim do século XIX, era comum mulheres, muitas delas viúvas, batizadas com nomes portugueses, gerir negócios de sua casa. Esse protagonismo da mulher nos negócios atlânticos estava ligado a alguns fatores em conjunto: o caráter matrilinear das sociedades africanas (que tanto surpreendeu e preocupou o europeu), o fato de os europeus serem geralmente alheios ao meio e às redes de parentesco que garantiam a algumas mulheres a posição de força. Sendo assim, baseado em Havik, podemos dizer que há possibilidade da personagem que apareceu envolvida na saída de escravos, ao lado do pernambucano João de Oliveira Gouvin, ser uma dessas mulheres que geriam negócios na África. HAVIK, Philip J. Matronas e mandonas: parentesco e poder feminino nos rios de Guiné, século XVIII. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 13-34.

¹¹⁴⁶ ALBUQUERQUE, Débora de Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX. *Revista Economia*, Brasília, v. 14, n. 1A, p. 211-225, jan./abr. 2013. p. 213-214.

¹¹⁴⁷ *Ibid.*

Por nossa vez, também consultamos os dados do *Slavevoyages* para termos uma ideia da rota e do número de escravos africanos retirados da África Centro-Occidental, especificadamente entre a segunda metade do século XVIII e a primeira década do século XIX (Figura 27).

Figura 27 – Mapa da rota atlântica de escravos saídos da África Centro-Occidental para Pernambuco



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/estimates/amfhwcC3>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Portanto, saiu da África Centro-Occidental um total estimado de 1.062.164 escravos, cujos destinos eram os diversos portos da América portuguesa: Amazônia, Bahia, Pernambuco, Sudeste do Brasil e demais lugares não especificados. Após a travessia pelo Oceano Atlântico, desembarcou nesses portos um total aproximado de 964.992 escravos para o dito período. Em relação especificadamente a Pernambuco, tem-se um total aproximado de 178.883 escravos embarcados dos portos da África Centro-Occidental para 164.041 desembarcados nessa capitania da América portuguesa, entre os anos de 1751 e 1810 (Quadro 12).¹¹⁴⁸

¹¹⁴⁸ The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/RmfkhfeM>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Quadro 12 – Quantidade de escravos embarcados na África Centro-Ocidental e desembarcados em Pernambuco, 1751-1810.

Rota	Década	Embarcados	Desembarcados
África Centro-Ocidental/Pernambuco	1751-1760	22.289	20.330
África Centro-Ocidental/Pernambuco	1761-1770	25.947	23.942
África Centro-Ocidental/Pernambuco	1771-1780	18.462	16.911
África Centro-Ocidental/Pernambuco	1781-1790	28.565	26.795
África Centro-Ocidental/Pernambuco	1791-1800	39.185	36.714
África Centro-Ocidental/Pernambuco	1800-1810	44.435	39.349
África Centro-Ocidental/Pernambuco	TOTAL	178.833	164.041

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/estimates/RmfkhfeM>. Acesso em: 8 dez. 2018.

Conforme observado, esse número de escravos remetido variava entre as décadas. Contudo, é visível que, a partir de 1780 até 1810, houve um significativo aumento de escravos comercializados. Isso poderia estar ligado a diversos fatores de ordem política e econômica a respeito do tráfico. Outra variação que pode ser vista é em relação ao número de escravos embarcados na África Centro-Ocidental (178.833) e o número de escravos desembarcados em Pernambuco (164.041), o que nos dá uma ideia do número de seres humanos que possivelmente morreram ao longo da travessia nessas seis décadas, cujo total foi de 14.842 indivíduos.

A morte de escravos ao longo da travessia chegou a incomodar algumas vezes o governo de Pernambuco, que fazia queixas ao Conselho Ultramarino a respeito dessa situação. No ano de 1761, por exemplo, foi informada pelo governador daquela capitania a falta de cuidados e a desobediência dos contratadores em Angola que, em busca de maior lucro, superlotavam os navios de escravos, ultrapassando os limites estabelecidos. Segundo o governador, a “ganância” e “crueldade” dos contratadores e negociantes particulares de escravos faziam com que adultos e crianças (estas últimas, a depender do tamanho, chamadas de “crias de peito” e “crias de pé”) fossem apertados, “sem atenção a área necessária para se deitarem e ar preciso para respirarem”.¹¹⁴⁹ Até mesmo a água fornecida nas embarcações para os escravos beberem era infecciosa, pois havia o costume de armazená-las dentro de pipas anteriormente usadas para estocar a jeribita e outros licores levados de Pernambuco para Angola, conforme informado no ano de 1762.¹¹⁵⁰

¹¹⁴⁹ AHU_ACL_CU_015, cx. 94. D. 7456.

¹¹⁵⁰ AHU_ACL_CU_015, cx. 98. D. 7661.

Após a travessia do Atlântico, os escravos sobreviventes eram desembarcados nos diversos portos da América portuguesa. Uma parcela desses homens, mulheres e crianças cativos já aportavam doentes. No ano de 1800, a junta governativa da Capitania de Pernambuco enviou ofício ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, mostrando-se preocupada com o surto e a proliferação da doença chamada “bexiga” entre os escravos. Somente no referido ano, no Recife, haviam morrido 180 pretos chegados infectados da costa da África. Como forma de conter o contágio, a Junta sugeria deixar os escravos em quarentena antes de colocá-los à venda. De acordo com a Junta, isso facilitaria também para que os lavradores de “fora” tivessem um pouco mais de tempo para chegar à vila do Recife e adquirir esses escravos sobreviventes ainda em primeira mão, sem ter o prejuízo de adquiri-los por segunda ou terceira mão, o que encarecia o produto.¹¹⁵¹

Em relação a Pernambuco, a maior parte da escravatura acabava por ser utilizada nas propriedades agrícolas de plantação de cana e fabrico de açúcar, como também em diversos afazeres nos principais núcleos urbanos da capitania, tanto um quanto outro situado nas áreas litorâneas e entorno. No entanto, a partir do século XVIII, cada vez mais escravos passaram a ser conduzidos para o interior em virtude da consolidação do processo de conquista e ocupação do território, que proporcionou um aumento de povoados e vilas, assim como de propriedades rurais. O próprio ofício supracitado, trocado entre a Junta de Pernambuco e o Conselho Ultramarino, em 1800, também traz uma pequena referência sobre a atuação de lavradores que vinham de “fora” em busca de escravos.¹¹⁵² Possivelmente o antedito termo estava a se referir a lugares distantes, tanto da costa quanto dos sertões. Nesses casos, para muitos escravos, além da travessia transatlântica, ainda havia uma viagem subsequente em direção ao interior de Pernambuco, que se caracterizaria como uma continuação das rotas dos escravos saídos da África.

Nos sertões de Pernambuco e adjacências, enquanto uns escravos eram introduzidos para realizarem trabalhos rurais, outros eram conduzidos por lá para trabalharem nas minas mais distantes do interior do Brasil. Na busca pelas poucas informações a respeito da entrada de escravos pelo interior de Pernambuco, deparamos com alguns vestígios acerca disso. A entrada dos escravos que seguiam por terra de Pernambuco até as “minas de ouro” já ocorria, pelo menos, desde antes de 1725. No referido ano, o provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco e a Coroa Portuguesa debatiam sobre a conveniência de administrar o contrato dos escravos que partiam da referida capitania “por terra e por mar” em direção às

¹¹⁵¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 222, D. 15004.

¹¹⁵² *Ibid.*

tais minas.¹¹⁵³ Ora, supomos que o caminho por terra se referia ao trajeto que adentrava o interior da Capitania de Pernambuco, margeando a Bahia, até chegar à região das Minas Gerais. Já o caminho por mar, se referia à cabotagem a partir do porto do Recife em direção sul até chegar a outros portos como o da Bahia ou Rio de Janeiro, por onde, a partir de lá, os escravos entravam também em direção às Minas.¹¹⁵⁴

Mais informações sobre a saída de escravos “de Pernambuco para todas as Minas” podem ser vistas num contrato dos direitos pagos sobre os tais escravos, em 1757, localizado no Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804.¹¹⁵⁵ Uma das cláusulas das condições desse contrato versa sobre as punições que seriam tomadas sobre fraudes e descaminhos feitos por transgressores. Segundo consta no documento: “muitas pessoas” interrompiam sua viagem precocemente ao descaminhar e vender esses escravos para outros indivíduos, sendo então esses cativos aplicados em “diferentes usos”, e não nos trabalhos das minas. Para melhor controlar essa burla, foi instituído que “todas as pessoas que levassem escravos para as Minas com guias pelos ditos portos (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro) seriam obrigadas a apresentá-las [as ditas guias] em termo de quinze dias depois de sua chegada ao Provedor da Fazenda”.¹¹⁵⁶

Outra cláusula do supracitado documento dá a entender que os direitos sobre os escravos deveriam ser pagos em relação àqueles que seriam conduzidos para algumas das minas, e o pagamento não seria feito sobre escravos que não fossem para lá. Por isso, podemos inferir que, em meados do século XVIII, em Pernambuco, havia dois grupos de escravos que adentravam os sertões: aqueles disponíveis para as minas; e aqueles escravos disponíveis para outros usos (que não as minas propriamente ditas), onde deveriam exercer as mais diversas atividades: agricultura, criação de gado, entre outras. Talvez seja por isso que (no intuito de diferenciar esses dois grupos de escravos) conste na dita cláusula o seguinte: “[...] e para se evitarem os enganos que se poderão fazer serão obrigados todos os escravos

¹¹⁵³ AHU_ACL_CU_015, cx. 31, D. 2845.

¹¹⁵⁴ Os escravos não adentravam somente por Pernambuco. No que concerne aos escravos que entravam pela Bahia em direção as Minas, na primeira metade do século XVIII, ver AZEVEDO, Beatriz Líbano Bastos. *O negócio dos contratos: contratadores de escravos na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 116-117.

¹¹⁵⁵ AHTC. 4253. (1753-1808) - Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804. “Contrato dos Direitos que Pagam os escravos que saem de Pernambuco para todas as Minas, rematado a Francisco da Silva Pereira por três anos que tiveram princípio em o primeiro de julho de 1757, cada um deles em preço de um conto de reis livres para a Fazenda Real.” fl 17-20.

¹¹⁵⁶ AHTC. 4253 (1753-1808) - Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804. fl. 18.

que entrem nos distritos das ditas Minas a mostrarem nos registros delas, aonde se pagam os direitos da entrada guia dele [escravo].”¹¹⁵⁷

No supracitado contrato, consta que as mesmas cláusulas deveriam ser aplicadas também para a Bahia e Rio de Janeiro. Deve ser por isso que, em relação a Bahia, Beatriz Azevedo, ao analisar os contratos de escravos da primeira metade do século XVIII, constatou o seguinte: que nenhum escravo fosse levado às Minas “sem as guias, a exceção dos escravos levados para o serviço junto a fazendeiros e roceiros do caminho para as minas. No entanto, se por acaso estes últimos depois fossem mais tarde levados para as áreas mineradoras, há o alerta para que o mesmo imposto fosse pago, com pena de perda de escravo”.¹¹⁵⁸ Ora, isso que ocorria em relação à Bahia era algo semelhante ao que ocorria em Pernambuco, conforme vimos mais acima.

Por fim, em outro documento, deparamos com mais vestígios a respeito da entrada de escravos pelo interior de Pernambuco e dos caminhos percorridos por essas pessoas. Em correspondência trocada entre o governador de Pernambuco e o Conselho Ultramarino a respeito de “negros escravos” que iriam trabalhar na Mina dos Kariris Novos (então localizada numa área entre Pernambuco, Ceará e Paraíba),¹¹⁵⁹ no ano de 1757, constam informes de controle para que não houvesse saída de escravos da agricultura da própria capitania para a referida mina.

E para que os mais ramos da mesma [agricultura] não padecessem, quando as minas florescessem, publiquei logo bandos por todo o destrito deste governo como consta da cópia N. 3 em que proíbe que pessoa alguma podesse hir para ellas sem passaporte mas obrigando as que quando pretendessem mostrassem o exercício e ocupaçoens que se empregavão para deste modo a não permitir aquelles que sendo ocupados na mesma agricultura a pretendessem desamparar para seguir este caminho em seu prejuízo a que me sugerio ainda da referida Companhia que toda a compor de escravos novos que ao não ficarem nesta capitania pelo princípio referido seguirão o caminho das minas gerais pello [ilegível] para onde forão as mais que com elles vierão dos portos da África, em que forão resgatados por ser a sahida que lle costumão dar os negociantes desta praça e da Bahia.¹¹⁶⁰

Embora o trecho do documento seja confuso, dá-se a entender que o governador de Pernambuco usaria os escravos novos chegados dos portos da África que saíam para as Minas

¹¹⁵⁷ AHTC. 4253 (1753-1808) - Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804. fl. 19.

¹¹⁵⁸ AZEVEDO, 2013, p. 117..

¹¹⁵⁹ As minas dos Kariris Novos tinha essa denominação por estar incrustada numa região ocupada pela população autóctone Kariris. Sobre esse grupo indígena e sobre o processo de ocupação desses sertões por parte dos colonizadores, ver trabalho de OLIVEIRA, Antonio José. *Os Kariri: resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, a Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

¹¹⁶⁰ AHU_ACL_CU_015, cx. 82, D. 6880.

Gerais (conforme negócios já existentes em Pernambuco e Bahia com as Minas Gerais). Em outras palavras, haveria o cuidado de não fazer uso de escravos que já estavam inseridos na agricultura de Pernambuco, mas sim de utilizar alguns que acabavam de chegar da África. Para controlar a entrada de pessoas em direção às minas, o governador informou que faria uso de passaportes onde constasse declarado o exercício e a ocupação dos indivíduos.¹¹⁶¹ Portanto, o documento dá a entender que escravos estariam incluídos nesse uso de passaporte. Isso não é de se estranhar, pois a utilização de passaportes por parte de escravos que entravam no sertão do Brasil era prática adotada também na Bahia.¹¹⁶²

As rotas pelo interior de Pernambuco eram longas, difíceis e perigosas. Os sujeitos responsáveis pelo cumprimento do contrato de escravos estariam expostos aos mais diversos perigos, dentre eles, os descaminhos, os assaltos praticados por terceiros ou, até mesmo, revolta e fuga por parte dos cativos. Em outras palavras, os escravos poderiam se utilizar dos lugares ermos para se amotinarem. Em 1749, numa carta expedida pela Câmara de Goiana (em Pernambuco) ao rei, por exemplo, falou-se, dentre outras coisas, a respeito de um comboio cujo condutor e alguns escravos haviam assassinado seu senhor.¹¹⁶³ Provavelmente, por esse e outros casos de resistência escrava contra a subjugação que passavam, havia uma cláusula no contrato de 1757 que fala da permissão para que os oficiais que andassem nas diligências do contrato trouxessem armas de fogo.¹¹⁶⁴ Além disso, as distâncias e a geografia dos sertões também eram motivos de queixas. No já mencionado ofício que trata sobre a ida de escravos para trabalharem nas minas dos Kariris Novos, comentou-se sobre a distância entre a costa marítima e a mina do dito sertão, do tempo de travessia, das dificuldades dos caminhos e da necessidade de terem auxílio das pessoas naturais da terra (indígenas), conforme pode ser visto abaixo:

¹¹⁶¹ AHU_ACL_CU_015, cx. 82, D. 6880.

¹¹⁶² Ao analisar a entrada de escravos no sertão da Bahia, Iasmim Cezar afirma que a Coroa regulava a atividade de redistribuição de escravos desenvolvida entre os pequenos comerciantes e os grandes importadores de Salvador. Desse modo, era exigida aos negociantes uma documentação específica expedida na Bahia, no intuito de fiscalizar os envios de escravos. Essa documentação, as guias de passaporte, registrava a saída de escravos do porto baiano para o interior. Ao analisar algumas dessas guias, Iasmim Cezar, levantou diversos dados: quantidade de escravos que entraram nos sertões da Bahia entre os anos de 1778, ocupação desses escravos (agricultura, pecuária), destino final entre outras coisas. CEZAR, Iasmim de Oliveira. *A caminho dos sertões: o tráfico interno movimentando o interior baiano, 1778-1798*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus-Jacobina, Jacobina, 2016. p. 30.

¹¹⁶³ Infelizmente não temos mais detalhes sobre o referido caso ocorrido em Goiana, pois o documento que trata acerca dele tem partes ilegíveis. Sendo assim, baseamo-nos no fato descrito no catálogo do acervo de manuscritos avulsos de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx.69, D.5806.

¹¹⁶⁴ AHTC. 4253. (1753-1808) - Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804. fl. 19.

É sem dúvida que estas minas [dos Kariris Novos] distam deste porto [do Recife] quinze dias de viagem e segundo o caminho, que se faz em cada um neste continente; me persuado ser verdadeira a conta que fazem de cento e cinquenta léguas e o conhecimento que dele me deu outra [ilegível] e tantas que fiz de giro na visita geral, me obriga a dizer a Vossa Excelência que para a defesa dele se não necessitar mais que ter as praças e partir bem prevenidos que no interior em passando dez ou doze léguas da marinha só com consentimento dos naturais; pois sem este a quantidade de desfiladeiros, gargantas, bosques e gerais unida da falta de água que nas travessias se encontra, a fazem impenetrável.¹¹⁶⁵

Nesse sentido, de grandes distâncias, de quantidade de desfiladeiros, gargantas, bosques e pelo problema de falta de água, o interior de Pernambuco e das capitanias vizinhas mostrava-se, ao menos na percepção das autoridades da colônia, como um lugar de difícil penetração para os negociantes de escravos. Contudo, podemos associar que a travessia não deveria ter sido fácil também para os escravos africanos recém-chegados a esses sertões, seja aqueles de passagem para a região das Minas Gerais, seja aqueles que ficaram na mina dos Kariris Novos ou nas diversas propriedades rurais de criação de gado, de plantação de algodão, de roça de mandioca e feijão espalhados pelo interior de Pernambuco. Porém, é bem verdade que, com o passar do tempo, esses africanos e seus descendentes acabavam por adquirir afinidade com esses sertões. Como veremos mais adiante, alguns escravos chegaram a constituir família, outros se tornaram legalmente livres, já outros empreenderam fugas em busca da sua liberdade. Fugidas para os “matos”, essas pessoas passavam a fazer uso deles para se esconder e sobreviver.

¹¹⁶⁵ AHU_ACL_CU_015, cx. 82, D. 6880.

CAPÍTULO 6

A ESCRAVIDÃO NOS SERTÕES DE PERNAMBUCO

A presença de escravos originários da África era uma constante na trajetória do escravismo nos sertões de Pernambuco, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII. Consolidadas as fazendas de gado, erigidos povoados e vilas e cultivadas as plantações de algodão, potencializou-se muito mais a presença de escravos provenientes de Angola, do Congo, da Costa da Mina, entre outros. Apesar disso, há uma carência de estudos sobre o perfil dos escravos africanos e de seus descendentes nos ditos sertões. Pouco se conhece sobre as características dos diversos grupos de africanos que foram forçadamente introduzidos nessa distante região da capitania de Pernambuco, assim como dos seus descendentes diretos ou mestiços que ali nasceram.¹¹⁶⁶

A introdução de escravos na Capitania de Pernambuco estava relacionada, principalmente, com o cultivo da cana-de-açúcar. Por isso, a atenção da historiografia voltou-se, especificamente, para as vilas açucareiras e seus engenhos, localizados nas áreas do litoral e entorno. Além disso, alguns investigadores clássicos, como Manuel de Andrade e Caio Prado Júnior, quando abordavam a economia do algodão e da criação de gado predominante no interior de Pernambuco e demais estados do Nordeste brasileiro, citavam somente de forma tangencial a participação de escravos nessas atividades;¹¹⁶⁷ ou seja, não se aprofundavam na análise das identidades e modos de vida escrava nos sertões. Isso não seria

¹¹⁶⁶ Se, por um lado, pouco se conhece sobre o perfil e a vida dos escravos nos sertões de Pernambuco, por outro, temos consideráveis estudos sobre os senhores desses escravos. Ao longo do século XX, diversos memorialistas, geralmente descendentes desses senhores e suas famílias, escreveram genealogias, biografias e histórias dos seus antepassados. É bem verdade que os escravos estavam presentes nessas narrativas, porém, de forma tangencial, pois o foco principal estava nos feitos das famílias colonizadoras que desbravavam os sertões. Exemplos desses estudos podem ser vistos em: ALBUQUERQUE, 2012. BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá*. Recife: Cepe, 1977. MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o antigo termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980. WILSON, Luís. *Roteiro de velhos e grandes sertanejos*. Recife: Cepe, 1978. 3 v. WILSON, Luís. *Ararobá lendária e eterna: notas para a história de Pesqueira*. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980. WILSON, Luís. *Minha cidade, minha saudade: Rio Branco (Arcoverde), reminiscências e notas para sua história*. 2. ed. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/ FIAM, 1983.

¹¹⁶⁷ ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. PRADO JÚNIOR, 2011, p. 85-86. Embora voltado para uma história econômica, o estudo de Prado Júnior chamou a atenção também para a necessidade de se pesquisar as particularidades étnicas de cada um dos povos negros e indígenas do Brasil. Porém, o investigador lamentou não poder aprofundar-se no assunto. Para ele, o estudo dessas particularidades e a análise do papel de cada etnia na história da formação da sociedade brasileira era matéria que ainda precisava ser trabalhada de forma sistemática. Prado Júnior chegou a apontar mestiçagens biológicas ocorridas no sertão, porém, na época, lamentou a falta de estudos sobre a variedade e complexidade dos grupos étnicos que habitavam não só o sertão, mas também todo o território da colônia.

de se estranhar, pois, na época em que escreveram, sua atenção estava mais voltada para uma história econômica dos supracitados produtos criados e plantados na região.¹¹⁶⁸

Esse tipo de predominância perdurou até as últimas décadas do século XX, quando, gradativamente, novos estudos (embora ainda escassos) começaram a focar numa análise mais acurada da escravidão no interior não só de Pernambuco, mas também de outros estados que hoje formam a chamada região Nordeste do Brasil, como Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, dentre outros. Essas pesquisas recentes começaram a verificar que o interior nordestino, formado em boa parte pelo semiárido, foi uma área propícia ao desenvolvimento do escravismo, apesar de ser ainda inferior ao que ocorria nas zonas açucareiras do litoral e entorno.

Sobre a presença escrava nos sertões de três capitâneas vizinhas a Pernambuco, por exemplo, têm-se trabalhos de Tânia Brandão, Erivaldo Fagundes Neves, Isnara Ivo e Hélder Alexandre. Ao analisarem os sertões do Piauí, Bahia, e Rio Grande do Norte, respectivamente, esses pesquisadores desconstruem antigas visões historiográficas de que a presença de escravos africanos e seus descendentes era algo quase inexistente naqueles interiores.¹¹⁶⁹ Já em relação aos novos estudos em Pernambuco, por exemplo, nos anos 1980 do século XX, a pesquisadora Ivete de Moraes Cintra realizou um trabalho de levantamento de material existente nos arquivos notariais, no Arquivo Público de Pernambuco e de informações orais a respeito da escravidão no século XIX em São Bento do Una, localizado no que hoje se chama região agreste de Pernambuco.¹¹⁷⁰ No início do século XXI, debruçados na questão de posse de escravos e formação de riqueza, Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino focaram na questão demográfica dos escravos no interior de Pernambuco no fim do século XVIII e ao longo do século XIX.¹¹⁷¹ Por sua vez, também a respeito da escravidão durante o Oitocentos, Caetano de Carli analisou a produção de um

¹¹⁶⁸ Uma exceção foi o memorialista Augusto Duque, que na década de 1940, procurou analisar a presença escrava no interior de Pernambuco. O investigador debruçou-se sobre alguns inventários *post-mortem* dos anos de 1820 a 1830. Porém, conforme dito por ele, precisou interromper os trabalhos indeterminadamente, pois os ditos inventários tornaram-se inacessíveis. Não sabemos se Duque posteriormente conseguiu desenvolver seus estudos. DUQUE, Augusto. Documento sobre o agreste. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da *Revista do Arquivo Público*, 7.34, 1.º semestre, 1947. p. 27-28.

¹¹⁶⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012b. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. IVO, 2012; MACEDO, 2013.

¹¹⁷⁰ CINTRA, Ivete de Moraes. *Gado brabo de senhores e senzalas*. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988.

¹¹⁷¹ VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

sistema de escravismo-camponês e de um camponês-escravizado, bem como um escravismo estabelecido mediante redes de parentesco, ou seja, via reprodutividade escrava.¹¹⁷²

Portanto, por esses estudos, pode-se dizer que entre o fim do século XVIII e ao longo do século XIX, a escravidão já estava bastante consolidada nos sertões de Pernambuco. Os investigadores Versiani e Vergolino, por exemplo, ao analisarem os elementos das estruturas demográficas da escravidão no interior da referida capitania, para os anos de 1775 e 1887, afirmam que ter escravos, nessa região, longe de ser um fenômeno excepcional, era um fato generalizado. Conforme esses historiadores, a escravidão estava amplamente disseminada pelas áreas não açucareiras, porém, essas propriedades tinham, em média, menos escravos se comparados com os engenhos de cana-de-açúcar do litoral e entorno. Para os anteditos investigadores, mais de 70% das pessoas inventariadas naquela época era proprietária de escravos. Esse fato pode ser visto como um sinal de disseminação bastante ampla de escravos, ao menos entre os que tinham condições de mandar fazer um inventário *post-mortem*. Contudo, de acordo com eles, essa ampla disseminação de escravos se caracterizava por um escravismo de pequenos proprietários, pois a maior parte dos donos de escravaria possuía menos de dez cativos.¹¹⁷³

Se poucos foram os estudos a respeito do trânsito e demografia dos escravos dos sertões de Pernambuco, de igual forma o mesmo pode ser dito em relação aos estudos do perfil, da identidade e vida cotidiana desses escravos que estavam estabelecidos nos anteditos sertões, ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX. Nesse sentido, pode-se dizer que se sabe pouquíssimo a respeito dos homens e mulheres, adultos e crianças que faziam parte das escravarias de diversos proprietários de terras no interior de Pernambuco. Quem eram essas pessoas? Como viviam? Qual a ligação delas com a África, nomeadamente com Angola? Esses são os principais questionamentos da pesquisa desenvolvida neste capítulo que nos levou a investigar a presença de escravos nessas áreas periféricas da capitania de Pernambuco, e como tal, demonstrar um elo que conectava os sertões de Angola aos sertões de Pernambuco. Em relação aos vastos sertões da antedita capitania, debruçamo-nos principalmente em quatro localidades: uma que correspondia ao termo da Vila de Cimbres e as outras três que abrangiam os julgados do Pajeú, Tacaratu e Cabrobó.

¹¹⁷² DE CARLI, Caetano. O escravismo e o sertão de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.

¹¹⁷³ VERSIANI; VERGOLINO, 2003.

6.1 O perfil identitário dos escravos

A formação das identidades africanas no Brasil é bastante complexa. Quase tudo que sabemos sobre o perfil desses indivíduos escravos é controverso. Desde as primeiras décadas do século XX que Nina Rodrigues, e antes dele Silvio Romero (nas últimas décadas do século XIX), já chamava à atenção sobre a falta de estudos a respeito da variedade étnica dos escravos vindos da África para o Brasil. Como disse Rodrigues: “As designações populares de Nagô, Mina, Angola, Moçambique, etc. conservam, para o vulgo como para o letrado, o rigoroso valor sinonímico de Negro da Costa, ou Africano.”¹¹⁷⁴ Em outras palavras, para Rodrigues, as variadas designações eram generalizadas simplesmente em duas grandes categorias. Atualmente, os historiadores já estão atentos a essa variedade de escravos, evitando cair nessas duas grandes e antigas generalizações (Negro da Costa ou Africano). Contudo, tem-se percebido que até mesmo cada uma destas variedades (Mina, Angola, Moçambique, entre outros), na verdade, abarca uma pluralidade de outras etnias/ outros lugares de origem nem sempre visíveis aos olhos do investigador. Podemos salientar que, nos últimos anos, houve consideráveis avanços nesse tipo de estudo, embora em algumas regiões do Brasil, como o interior de Pernambuco, ainda precisem de investigações aprofundadas.

Recentemente, a respeito do caráter identitário dos escravos africanos e de afrodescendentes no Brasil, novos estudos têm trazido enriquecedoras discussões a respeito dos conceitos de identidade, mestiçagem entre outros. Como diz Alexandre Ribeiro, esses estudos partem da perspectiva de que havia uma mistura de culturas e de modificações de identidade, não só com o estabelecimento dos escravos no Brasil, mas também desde o momento em que eram capturados nos distantes sertões africanos e embarcados nos portos do litoral daquele continente. Assim, o processo de reinterpretação de identidade ocorria tanto antes de sair do continente africano como também após a inserção no território americano.¹¹⁷⁵

Maria Inês Côrtes Oliveira chamou a atenção para os registros do Brasil sobre a procedência dos escravos africanos. Em seu entendimento, os termos usados para designar a origem dos escravos provinham tanto do repertório das denominações empregadas pelos europeus que administravam o tráfico quanto dos termos utilizados pelas populações locais africanas e mestiças que se dedicavam a diferentes tarefas, desde a captura ao transporte dos

¹¹⁷⁴ RODRIGUES, 1935. p. 34-35.

¹¹⁷⁵ Discussões sobre identidades e mestiçagem podem ser conferidas em RIBEIRO, 2013, p. 29-48. LOBATO Manuel; MANSO, Maria de Deus. (Coord). *Mestiçagens e identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. Braga: NICPRI, 2013. Pantoja, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora; Luanda: Editorial Nzila, 2006b.

cativos. Daí a existência de termos extremamente generalizantes, ou de apenas simples referências aos portos de embarque, para nominar os cativos aprisionados nas vizinhanças ou nos lugares mais longínquos. Portanto, as denominadas nações angola, mina jeje, guiné são exemplos dessas generalizações extremas ou simples referências aos portos de embarque de escravos na costa da África.¹¹⁷⁶

Como diz Carlos Eugênio Líbano, a nação (seja ela angola, mina ou jeje) não pode ser tomada como identidade étnica, mas como identidade diaspórica; ou seja, “uma identidade imposta pelo poder da escravidão, mas que era articulada pelos africanos como um guarda-chuva, onde diversas identidades étnicas originais da África se ocultavam, e se articulavam politicamente quando preciso enfrentar o arbítrio e a prepotência dos senhores”.¹¹⁷⁷ Líbano debruçou-se sobre os diversos tipos de nações africanas que foram para Salvador, Bahia. “Quantidades assombrosas de etnias se escondiam dentro das ‘nações’ e mesmo assim estas etnias apareciam quando julgado necessário pelos africanos.”¹¹⁷⁸ Em relação especificamente à identidade dos angolas, disse que esta também guarda especificidades: “por definição correspondia aos cativos de qualquer etnicidade embarcados em Luanda. Mas mesmo esta definição tinha suas exceções”, pois alguns escravos designados por angolas possivelmente tinham sido embarcados em Benguela, ao sul, ou mesmo a partir da costa norte da boca do rio Zaire.¹¹⁷⁹ Por isso, pode-se dizer que a “nação” angola era genérica e abrangente, pois ela poderia abarcar um campo de região que englobava a África Centro-Occidental, incluindo Benguela, Congo e outros lugares.¹¹⁸⁰

De forma sintética, Regiane Mattos resume o processo de redefinição dos grupos étnicos africanos e da formação das identidades africanas no contexto da escravidão e da diáspora. Conforme Mattos, no intuito de facilitar o tráfico de escravos, eram dados aos africanos designações que remetiam ao seu lugar de procedência, mas não representavam exclusivamente as etnias a que pertenciam antes de ser capturados e transformados em escravos. “Essas designações eram etnônimos que misturavam os nomes dos portos de

¹¹⁷⁶ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 19-20, p. 37-77, 1997.

¹¹⁷⁷ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Que mengui colo moambundo”: a nação angola na cidade da Bahia no século XVIII, 1750-1799. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, 2012. p. 185.

¹¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 184.

¹¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 183.

¹¹⁸⁰ SOARES, 2012.

embarque, os mercados e as feiras onde eram vendidos, alguns reinos e raramente etnias próprias africanas.”¹¹⁸¹

Esses homens, mulheres e crianças pertencentes a diferentes grupos africanos eram portadores de hábitos culturais trazidos consigo desde a África. Minas, jejes, angolas, congos eram alguns dos grupos de escravos aportados na América portuguesa provenientes de diferentes lugares da África Ocidental e Centro-Ocidental. A historiografia já identificou alguns dos locais de onde os grupos de escravos partiam da África para o Brasil. Contudo, é necessário prudência, pois nem todo escravo pertencia originalmente ao grupo étnico em que se encontrava inserido, não só pelo que vimos na discussão dos investigadores acima, como também por conta de fraudes existentes no processo de agrupamento. Afinal, como disse o cronista Elias Alexandre Corrêa na segunda metade do século XVIII, em Angola, “os atravessadores que interceptavam os escravos vindos dos sertões ensinavam os cativos a “trocar os nomes das suas pátrias, quando as nações são inferiores a outras mais bem reputadas, em qualidade, e natureza”.¹¹⁸² Portanto, já que fraudes aconteciam na interceptação de escravos nos sertões de Angola, o mesmo poderia ocorrer em outras regiões da África.

Dito isso acima, tem-se o seguinte: os minas eram provenientes do castelo de São Jorge da Mina, inserido na região do Golfo de Benim.¹¹⁸³ Tratava-se de um porto de embarque, não de etnia. Embora “mina” fizesse referência ao porto, o termo poderia designar indivíduos oriundos desde a Costa do Ouro, Benim até o Congo.¹¹⁸⁴ Os “jejes” eram um grupo etnolinguístico vindos de áreas onde atualmente encontram-se países como o Togo, Gana, Benim.¹¹⁸⁵ Por sua vez, talvez os “guinés” sejam o mais vago e abrangente de todos. No Império Português, ao longo dos séculos, o termo “guiné” foi usado não somente em seu sentido original (referente à área litorânea que envolvia a feitoria de Cachéu, subordinada às ilhas de Cabo Verde), como também se expandiu e abarcou uma extensa área litorânea em

¹¹⁸¹ MATTOS, Regiane Augusto. *De cassange, min, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo, 1800-1850*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 12.

¹¹⁸² CORRÊA, 1937, p. 126.

¹¹⁸³ A respeito da procedência dos escravos mina, ver FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 247-248.

¹¹⁸⁴ SANTOS, Vanicléia Silva. Mandingueiro não é mandinga: o debate entre nação, etnia e outras denominações atribuídas aos africanos no contexto do tráfico de escravos. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013. p. 17.

¹¹⁸⁵ Sobre a procedência dos jejes, ver PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2015. p. 58.

direção ao sul, que ia desde Cachéu, Costa da Mina até Cabo Negro, em Benguela.¹¹⁸⁶ Já os “congos” e “angolas”, eram provenientes da África Centro-Occidental.¹¹⁸⁷ Sendo assim, cada uma dessas qualidades: angola, mina, congo, jeje, guiné abarcava uma gama de escravos de diferentes etnias e de regiões africanas. Esses escravos recebiam essas denominações por conta dos lugares de onde partiam da costa da África, o que não significa dizer que tenham sido, obrigatoriamente, nascidos nesses lugares.¹¹⁸⁸

A sociedade do Brasil colonial foi profundamente marcada pela presença africana, mas também foi uma sociedade mestiçada. Entre os séculos XVI e XIX, os africanos que chegavam à América relacionavam-se entre si, mas também se miscigenavam com índios, brancos e outros descendentes de negros. Dessa presença e herança biológica, surgiu no Brasil toda uma leva de indivíduos das mais diversas “qualidades”, os chamados, “crioulos” “pardos”, “cabras”, “mulatos”, entre outros.¹¹⁸⁹

A respeito da influência cultural dos escravos africanos nas Américas, concordamos com John Thornton quando diz que o ambiente de algumas plantações no Novo Mundo certamente dificultou o desenvolvimento e a transmissão de uma vida cultural plena, porém, em outras propriedades rurais, houve chances plenas de transmissão cultural africana.¹¹⁹⁰ Segundo Thornton, por exemplo:

¹¹⁸⁶ OLIVEIRA, 1997.

¹¹⁸⁷ Sobre a procedência dos escravos Angola para a América, ver FURTADO, 2006, p. 247-248.

¹¹⁸⁸ Nas primeiras décadas do século XX, em seus estudos, Nina Rodrigues já chamava a atenção a respeito do hábito adotado pelos “traficantes de designarem a nacionalidade dos negros pelo nome de suas procedências geográficas em África”. RODRIGUES, 1935, p. 62.

¹¹⁸⁹ O significado dos vocábulos “pardo”, “mulato” e “cabra” podem ser encontrados em alguns dicionários escritos no século XVIII, como o de Raphael Bluteau e Morais Silva. O vocábulo “mulato” significa: “Filha e filho de branco e negra, ou de negro e de mulher branca.” BLUTEAU, 1712-1728, v. 5, p. 628. Ou, então: “Filho ou filha de homem preto com mulher branca, ou de mulher preta com homem branco, ou de mulato com branca até certo grau.” SILVA, 1813, v. 2, p. 327. Já “pardo” aparece nos dois dicionários como um sinônimo de mulato. BLUTEAU, 1712-1728, v. 6. SILVA, 1813, v. 2, p. 398. No entanto, havia também variações de significados de um dicionário para o outro, por exemplo, o conceito “cabra” aparece da seguinte forma no dicionário de Bluteau: “deram os portugueses este nome a alguns índios, por que os acharam ruminando, como cabras, a erva betel, que quase sempre trazem a boca”. BLUTEAU, 1712-1728, v. 2, p. 21. Já no dicionário de Morais e Silva, “cabra” foi associado ao “filho ou filha de pai mulato e mãe preta, ou as avessas”. SILVA, 1813, v. 1, p. 314. Se havia algumas variações dos supracitados conceitos entre dicionários, o mesmo pode ser dito na forma como apareciam na documentação coeva. Isso porque existia instabilidade das “qualidades” de cativos descritas nos variados tipos de documentos coloniais que poderia ser causada por diferenças sociais, regionais, temporais e, inclusive, pelos olhares daqueles que escreviam os documentos. Alguns historiadores brasileiros chamam a atenção para as mudanças e adaptações que os conceitos têm sofrido ao longo do tempo, bem como sobre o fato de que as formas de classificar os mestiços eram diferentes entre as distintas regiões do Brasil. Trabalhos recentes podem ser vistos em AMANTINO, Márcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França. Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando? In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. IVO, 2012. BEZERRA, Janaína Santos. *A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana, XVIII*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

¹¹⁹⁰ THORNTON, 2004, p. 228.

[...] onde os escravos eram em sua maioria do sexo masculino, eles eram abrigados em barracas, trabalhavam durante muitas horas e viviam pouco, e, portanto, suas oportunidades de interação cultural eram limitadas, assim como seus projetos de constituir uma família e socializar suas crianças nessa cultura eram restritos. Por outro lado, onde as condições permitiram aos escravos constituir sua própria casa e viver no seio de sua família e educar seus filhos, as chances de continuidade da cultura africana, de criar uma nova cultura afro-americana valendo-se da mistura de elementos africanos e europeus, e subsequentemente, de transmitir essa cultura através de gerações mantiveram-se vivas.¹¹⁹¹

Portanto, segundo o supracitado investigador, mesmo em péssimas condições de vida (alta mortalidade, taxas de desequilíbrio entre os sexos e cargas de trabalho pesada), alguns escravos conseguiam formar comunidades que se mantinham, reproduziam-se, desenvolviam e transmitiam sua cultura. Já em outras propriedades, que poderiam ter melhores condições, o desenvolvimento cultural era mais adiantado.¹¹⁹²

Assim como diversos lugares do Brasil, os sertões de Pernambuco também receberam escravos africanos. Uma vez estabelecidos nas diversas fazendas espalhadas pelos sertões, esses escravos, provenientes da África, eram integrados ao cotidiano da vida rural, onde passavam a trabalhar, principalmente, na criação de gado vacum e cavalariço, nas plantações de algodão, milho, mandioca e feijão, e nos diversos afazeres domésticos. Já outros escravos, como já salientamos, seguiam pelos caminhos dos sertões para trabalharem nas esporádicas minas localizadas em Pernambuco e capitânicas anexas, como a dos Kariris Novos (então localizada numa extensa área entre Pernambuco, Ceará e Paraíba), ou então seguiam para regiões fora dos limites de atuação administrativa de Pernambuco, como a região das Minas Gerais, por exemplo. Esses escravos se miscigenavam tanto biológica quanto culturalmente com as populações locais. Sendo assim, é importante pensá-los também como indivíduos que passaram a influenciar e sofrer influências do meio onde estavam inseridos.

A presença de escravos nos sertões de Pernambuco e capitânicas anexas para trabalharem nas minas pode ser percebida, por exemplo, num Ofício do governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a “entrada de negros escravos para os trabalhos” nas minas dos Kariris Novos.¹¹⁹³ A partir da “Lembrança das Entradas que se Fizeram [escravos] para a Companhia das Minas”, elaborada em Pernambuco 29 de outubro

¹¹⁹¹ THORNTON, 2004 p. 228.

¹¹⁹² *Ibid.*, p. 229.

¹¹⁹³ AHU_ACL_CU_015, Cx, 82, D. 6880.

de 1756, estruturamos o Quadro 13 com a designação desses escravos, suas qualidades, nomes, características físicas, valor e os respectivos proprietários:¹¹⁹⁴

Quadro 13 – Escravos que adentraram os sertões de Pernambuco para trabalhar nas minas dos Kariris Novos

(continua)

Quantidade	Condição/ qualidade	Nome/ descrição física	Valor	Proprietário
2	Negros Ladinos e Angolas	Miguel com bastante sinais de bexiga no rosto; Antonio bastantemente alto, e os beijos grandes, principalmente o de cima	Ambos em 180 réis	Mestre de Campo José Vaz Salgado
3	Negros novos da Costa		Total de 280 réis	Mestre de Campo José Vaz Salgado
2	Negros Ladinos	1 crioulo moço e barbado por nome Mathias, 1 negro Angola Miguel Correa com sua barba	110 mil réis e 80 mil réis respectivamente	Sargento-mor Manuel Correa de Araújo
1	Negro Novo da Costa		110 mil réis	Sargento-mor Manuel Correa de Araújo
4	Negros novos de Angola		Total de 350 mil réis	Sargento-mor Manuel Correa de Araújo
3	Negros novos de Angola		Total de 260 mil réis	Capitão Domingos Marques
4	Negros novos de Angola		Total de 349 mil réis	Capitão Antonio José Brandão
5	Negros novos de Angola		Total 450 mil réis	Capitão Felix Garcia Vieira
1	Negro Ladino de Angola	André de estatura mediana com sua barba, nariz chato, as mãos curtas e grossas	80 mil réis	Capitão Henrique Miz
3	Negros novos de Angola		Total de 300 mil réis	Capitão Henrique Miz
3	Negros Ladinos	1 crioulo Mathias bastantemente alto, e um gervasio na face esquerda; 1 crioulo Joaquim com bastante marcas no rosto e de mediana estatura; 1 negro barbeiro Angola baixo e barbado	100 mil réis; 90 mil réis e 90 mil réis respectivamente	Capitão Luís da Costa Monteiro
1	Negro novo da Costa	Com sua barba	80 mil réis	Capitão Luís da Costa Monteiro
1	Negro novo de Angola		96 mil réis	Capitão Luís da Costa Monteiro
1	Crioulo	Manuel de estatura alta e barbado	120 mil réis	Manuel Gomes dos Santos

¹¹⁹⁴ Mantivemos as qualidades dos escravos de acordo como apareceram no documento.

Quadro 13 – Escravos que adentraram os sertões de Pernambuco para trabalharem nas minas dos Kariris Novos

(conclusão)

Quantidade	Condição/ qualidade	Nome/ descrição física	Valor	Proprietário
1	Negro Angola Ladino	Pedro com sua barba Mineiro e barbeiro	120 mil réis	Capitão-Mor Antonio Jacob Vicoza
1	Moleque Crioulo	Luiz	80 mil réis	Capitão-Mor Antonio Jacob Vicoza
2	Negro Ladino Mineiro/ Moleque Ladino	Antonio e Antonio	Ambos 220 mil réis	Capitão-Mor Antonio Jacob Vicoza
3	Negros da Costa		Total 330 mil réis	Capitão Antonio de Sá Loureiro
1	Negro novo de Angola		86 mil réis	Capitão Antonio de Sá Loureiro
2	Negros novos da Costa		Total de 330 mil réis	Antonio Pinheiro Salgado
1	Negro novo de Angola		80 mil réis	Patrício José de Oliveira
3	Negros novos de Angola		Total de 238 mil réis	Patrício José de Oliveira
2	Negros novos de Angola		Total de 200 mil réis	Sargento-Mor Antonio da Cunha Ferreira
5	Negros novos de Angola		Total de 430 mil réis	Capitão José Silvestre da Silva
4	Escravos novos de Angola		Total de 344 mil réis	Luís Ferreira de Moura
1	Negro novo de Angola		86 mil réis	Capitão Manuel Leite da Costa
2	Negros novos de Angola		Total de 192 mil réis	Antonio Gomes Ramos
4	Negros novos de Angola		Total de 380 mil réis	Domingos Pires Ferreira
4	Negros novos de Angola		Total de 350 mil réis	Guilherme de Oliveira
2	Negros Ladinos	1 por nome João S. Amaro do Calabá de boa estatura; Joaquim S. Thomé Benguella	100 mil réis e 70 mil réis respectivamente	Sargento-Mor Domingos Ribeiro de Carvalho
1	Negro Ladino de Angola Congo	Manuel	85 mil réis	Sargento-Mor Miguel Álvares Lima.

Fonte: AHU_ACL_CU_015, Cx, 82, D. 6880.

A dita relação constou do total de 73 escravos, sendo 5 crioulos, 10 negros novos da costa, 47 negros novos de angola, 6 negros ladinos de angola, 1 negro ladino de angola/congo, 1 negro ladino mineiro, 1 calabá ladino, 1 benguela ladino. Os crioulos eram escravos nascidos no Brasil descendentes diretos de africanos; os negros novos (da costa e de angola) possivelmente eram boçais, isto é, escravos ainda não inseridos na cultura luso-africana ou

luso-brasileira, pois deviam ser recém-chegados das profundezas da África, onde não havia domínio português;¹¹⁹⁵ e os ladinos (mineiro, calabá, angola, benguela, angola/congo) eram escravos africanos já inseridos na cultura portuguesa.¹¹⁹⁶ Pode-se perceber que nenhum dos “negros novos” constou do respectivo nome (o que realmente indica serem recém-chegados e ainda não estarem inseridos na cultura lusa), diferentemente dos negros ladinos que apareceram com seu nome cristão/ocidental, o que mostra já estarem ambientados há algum tempo na cultura lusa. Os escravos de Angola, independente de novos ou ladinos, configuram-se como o maior grupo. Do total de 73 escravos, eram 54 de Angola.

Por sua vez, a presença de escravos nas propriedades rurais, onde trabalhavam na agricultura, na criação de animais e no ambiente doméstico dos sertões de Pernambuco pode ser percebida nos inventários *post-mortem* e testamentos. Ao nos debruçarmos nesses documentos, elaborados especificamente entre os anos de 1771 e 1810, percebemos que havia proprietários que possuíam de uma a dezenas de escravos.¹¹⁹⁷ No nosso recorte temporal, nenhum inventário e testamento consultado chegou a possuir escravos na casa da centena. Contudo, fora desse recorte, havia exceções, pois chegamos a identificar também proprietários que possuíam mais de cem escravos, como a senhora Clara Coelho e seu marido, o sargento-mor Manuel de Siqueira, que juntos possuíam 132 escravos no ano de 1814; ou então, o capitão-mor Antônio dos Santos Coelho (pai de Clara Coelho), que possuía 516 escravos espalhados em diversas de suas propriedades de terra no ano de 1822.¹¹⁹⁸ Como ocorria em outras partes da América portuguesa, todos esses escravos dos sertões de Pernambuco eram classificados em diversas qualidades, como algumas já citadas mais acima.

Os inventários oferecem muitos dados para se investigar. Tomados metodologicamente em conjunto, por recortes espaciais e temporais, proporcionam amplas

¹¹⁹⁵ Acreditamos que esses “negros novos” eram também conhecidos como “boçais”. Segundo o dicionário de Moraes Silva: boçal é “o que não falla ainda a língua do país estrangeiro em que se acha, diz-se em geral dos pretos, opondo-os aos ladinos”. SILVA, 1813, v. 1, p. 286.

¹¹⁹⁶ Segundo o dicionário de Moraes Silva, escrito em 1789, escravo ladino “opõe-se a boçal, e é o que já sabe a língua e o serviço ordinário de casa”; “sabiam o português”. SILVA, 1813, v. 2, p. 199.

¹¹⁹⁷ Esses inventários e testamentos são originários, principalmente, das áreas que correspondiam ao termo da Vila de Cimbres e das áreas sob a influência dos julgados de Cabrobó, Flores e Tacaratu.

¹¹⁹⁸ Utilizamos os inventários do capitão Antonio dos Santos Coelho e da sua filha Clara Coelho a título de ilustração. Embora boa parte do tempo de vida dessas anteditas personagens tivesse sido ao longo da segunda metade do século XVIII, sua morte e a elaboração dos inventários (nos anos de 1822 e 1814 respectivamente) ocorreram após o limite estabelecido de nosso recorte temporal, que foi o ano de 1808. Portanto, já que ultrapassaram, e muito, o nosso recorte temporal, não inserimos esses dois inventários na contagem de escravos que realizamos no quadro elaborado logo em seguida. O inventário de Clara Coelho está localizado no IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de Clara Coelho Leite dos Santos, 1814. Já as informações a respeito dos escravos constantes no inventário de Antonio dos Santos Coelho, podem ser vistas no artigo escrito por Augusto Duque para a revista do Arquivo Público de Pernambuco. DUQUE, 1947, p. 27-34.

perspectivas dos grupos observados.¹¹⁹⁹ Índícios presentes neles nos permitem colher informações e dados sobre o cotidiano da escravidão nos sertões, origem dos escravos africanos e brasileiros, modos de vida, sexo, idade, profissão exercida, doenças e deficiências físicas, alforrias, entre outras coisas. Contudo, é necessário ter ciência de que os indivíduos arrolados nos inventários constituem uma amostra imperfeita da população. Estamos a trabalhar com uma parcela de documentos que certamente faziam/fazem parte de um universo maior. Muitos inventários dos habitantes dos sertões de Pernambuco perderam-se ou se deterioraram com o passar dos séculos.¹²⁰⁰ Além disso, dos que resistiram e chegaram aos dias de hoje, nem todos ainda estão disponíveis para consulta.¹²⁰¹ Nesse sentido, é conveniente usar com cautela os dados extraídos desse tipo de fonte.

Para termos uma ideia a respeito do número de escravos e as respectivas qualidades nos sertões de Pernambuco, pegamos uma amostragem de 48 inventários *post-mortem* e 8 testamentos produzidos entre os anos de 1771 e 1810.¹²⁰² A partir da contagem dos escravos nos supracitados inventários e testamentos, computamos um total de 266 escravos – homens e mulheres, adultos e crianças. Dentre eles, não tiveram suas qualidades descritas 14 escravos ou estavam ilegíveis. Por outro lado, apareceram 252 escravos com suas qualidades descritas e legíveis (Tabela 1).

Dos escravos de qualidades legíveis, coube aos crioulos o maior número percentual (31,6%), seguido dos angolas (23,3%), cabras (18,4%), mulatos (9,8%), negros (4,2%), pardos (3,0), minas (1,5), jeje (1,1%), congos (0,75%), pretos (0,75%), guinés (0,37%).¹²⁰³

¹¹⁹⁹ NEVES, 2012b.

¹²⁰⁰ Como dizem Fábio Lima e Reinaldo Leão, a respeito dos inventários e outros documentos de Pernambuco: “desgraçadamente, em muitas das praças mais antigas do Brasil, como é o caso de Olinda e do Recife [em Pernambuco], os cartórios e os órgãos de justiça não conservaram adequadamente os seus depósitos documentais. O descaso, associado às características climáticas locais, acabou levando ao desaparecimento de conjuntos documentais de valor inestimável.” LIMA; LEÃO, 2015, p. 77-122.

¹²⁰¹ Os inventários que se encontram no IAHGP foram objetos de projetos de conservação e disponibilização. Uma parte desse trabalho realizado tomou forma de catálogo para consultas. Outros inventários encontram-se no MJPE/TJPE e também passaram para projeto de conservação, catalogação e disponibilização.

¹²⁰² Salientamos aqui algumas observações: 1) a grande maioria dos inventários e testamentos a que conseguimos ter acesso foi elaborada entre os anos de 1771 e 1810. Nesse sentido, em relação aos documentos elaborados entre os anos de 1751 e 1770, só conseguimos obter acesso a um deles (este será usado isoladamente mais adiante, portanto está fora da Tabela 1). Em razão desse número reduzido de inventários do terceiro quartel do século XVIII, resolvemos expandir a contagem dos escravos dos inventários até o ano de 1810, como forma de obter uma quantidade mais significativa. Isso justifica o alargamento da contagem por mais dois anos após o limite do recorte temporal da nossa pesquisa, que é de 1808. 2) Do total de 56 documentos, entre inventários e testamentos a que tivemos acesso, pelo menos nove deles não constaram com a presença de nenhum escravo registrado na descrição ou na partilha de bens, o que indica que as nove pessoas inventariadas não tinham escravos como bens. 3) Dos números de escravos que apareceram registrados nos demais inventários e testamentos, estes devem ser vistos com prudência, pois alguns dos documentos investigados na amostragem estavam com partes faltantes, danificadas ou ilegíveis, dificultando ou impedindo a leitura de algumas das informações.

¹²⁰³ Mantivemos a qualidade dos escravos de acordo como apareceram nos diversos inventários *post-mortem*.

Tabela 1 – Número de escravos computados na amostragem de inventários em termos absolutos e percentuais

Qualidades	1771 - 1780	1781 - 1790	1791 - 1800	1801 - 1810	Total N.	Total %
Angola	3	15	15	29	62	23,3
Congo			2		2	0,75
Mina		1	1	2	4	1,5
Jeje		1		2	3	1,1
Guiné		1			1	0,37
Preto				2	2	0,75
Negro	7	2	1	1	11	4,2
Crioulo	6	24	23	31	84	31,6
Mulato	4	6	6	10	26	9,8
Pardo	2	2	2	2	8	3,0
Cabra	9	3	14	25	49	18,4
Não descritos/ilegíveis	1	7	3	3	14	5,3
Total	32	62	67	105	266	100

Fontes: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

Para melhor compreensão dessas qualidades, formamos dois grandes grupos: 1) o grupo dos escravos africanos e seus descendentes diretos, formado pelos angolas, congos, minas, jejes, guinés, pretos, negros, crioulos; 2) o grupo dos escravos mestiços no Brasil, formado por mulatos, mulatas, pardos, pardas e cabras. O primeiro grande grupo possuía um total de 169 indivíduos. Já o segundo, possuía 83 indivíduos. Esses números nos sugere que nos sertões de Pernambuco havia maior presença de escravos africanos e seus descendentes diretos do que dos escravos mestiços, pelo menos entre a segunda metade do século XVIII e a primeira década do século XIX. Foi justamente ao primeiro grupo, principalmente aos escravos angolas, que dedicamos maior atenção, mas sem esquecer os demais (Tabela 2).

Tabela 2 – Escravos africanos e descendentes diretos em números absolutos e percentagem

Qualidades	1771 - 1780	1781 - 1790	1791 - 1800	1801 - 1810	Total N.	Total %
Angola	3	15	15	29	62	36,7
Congo			2		2	1,2
Mina		1	1	2	4	2,4
Jeje		1		2	3	1,7
Guiné		1			1	0,6
Preto				2	2	1,2
Negro	7	2	1	1	11	6,5
Crioulo	6	24	23	31	84	49,7
Total	16	44	42	67	169	100

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

Dentro do grupo acima, os angolas apareceram em segundo maior número, só perdendo para os crioulos. Bem atrás destes, vinham os minas, jejes, congos, guiné e os demais escravos vagamente descritos como pretos e negros. Para esses últimos, fica difícil classificá-los, pois poderiam pertencer a qualquer uma das anteditas qualidades. Em outras palavras, os termos preto/negro poderiam ser dados tanto para os escravos africanos (angolas, congos, minas, jejes, guinés) quanto para seus descendentes diretos, os chamados crioulos.¹²⁰⁴

A maior parte dos crioulos contabilizados na Tabela 2, possivelmente, era descendente direto dos angolas, devido ao número elevado desses últimos diante dos demais escravos africanos: minas, jejes, guiné. Isso porque os crioulos não eram escravos vindos da África, mas sim escravos nascidos no Brasil, filhos diretos de pai e mãe africanos. Também poderiam ser filhos de ascendentes crioulos, por exemplo, homem africano com mulher crioula, ou o inverso, mulher africana com o homem crioulo, ou, até mesmo, de crioulo com crioulo.¹²⁰⁵

Isso nos mostra quanto os escravos provenientes de Angola impactaram na composição escravista dos sertões de Pernambuco. Não só pela própria presença, como também por seus filhos crioulos nascidos nesse território. Um dos exemplos pode ser visto nos anos de 1781/1782, na povoação das Flores, julgado do Pajeú, onde havia o casal Sezilha crioula e Caetano angola, cujos filhos eram Grácia crioula, Manuel e Anna. Nesse caso, foi dada a qualidade de crioula a uma escrava de mãe também crioula e um pai angola. Embora

¹²⁰⁴ Outros historiadores já chamaram a atenção do uso do termo negro, na sociedade colonial do Brasil, para se referir especificamente a escravos africanos (angolas, minas, jejes, etc.) ou a descendentes diretos (crioulos). Por nossa vez, também identificamos uso do referido termo para os escravos angolas e crioulos nos sertões de Pernambuco. Foi o caso, por exemplo, dos escravos pertencentes a Caetano Bernardo dos Santos. Nesse inventário os escravos são descritos tanto como negro de angola quanto negro crioulo; ou seja, o vocábulo negro foi atribuído tanto para um quanto para o outro. Sendo assim, em outros inventários, por vezes, o termo negro/preto não apareceu acompanhado de outras denominações, o que torna impossível encaixar tais pessoas entre os grupos de escravos africanos ou crioulos. IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de Caetano Bernardo dos Santos 1805.

¹²⁰⁵ Como diz Erivaldo Fagundes Neves, identificava-se o escravo negro nascido no Brasil pelo genérico crioulo e, conforme a miscigenação, pela cor: mulato, cabra, pardo. NEVES, 2012b, p. 120. Crioulo também significa “o escravo que nasce em casa do senhor”. SILVA, 1813, v. 1, p. 496.

os dois últimos filhos não tenham constado de suas qualidades descritas, subtende-se que também eram crioulos, igual à irmã Grácia. Inclusive, na propriedade da qual esses anteditos escravos trabalhavam, havia um total de 9 escravos, entre homens e mulheres, sendo 3 angolas e 6 crioulos.¹²⁰⁶

Em relação aos escravos angolas, esses números extraídos por nós coadunam com as pesquisas desenvolvidas por outros investigadores que demonstraram que a maior parte dos escravos africanos desembarcados no porto do Recife, em Pernambuco, provinha da colônia de Angola na segunda metade do século XVIII.¹²⁰⁷ Nesse sentido, a realidade dos sertões era um desdobramento daquilo que existia nas áreas portuária e açucareira de Pernambuco durante a segunda metade do XVIII e primeiros anos do século XIX. Em outras palavras, tudo indica que os angolas constituíram o maior contingente afro do litoral ao sertão da capitania.

É pertinente salientar, novamente, que o termo angola era uma denominação ampla atribuída a qualquer escravo que chegou ao Brasil proveniente dos portos de Luanda e Benguela na África Centro-Occidental. Se retornarmos ao primeiro capítulo desta terceira parte, veremos que a escravaria nos sertões do reino de Angola era heterogênea, formada por escravos cujos segundos nomes em kimbundu poderiam indicar lugares específicos do reino de Angola de onde alguns deles eram originários. Era angola, samba, cambulu, kazanga, pambala, cabanga, entre outros. Possivelmente, todos esses eram escravos Mbundu, que foram atribuídas a eles qualidades para designar os distintos lugares de onde provinham ou eram naturais. Nesse sentido, tudo indica que, ao serem forçadamente transportados para a América portuguesa, alguns dos escravos saídos do reino de Angola perdiam essas denominações originais e passavam todos a serem designados generalizadamente como “angolas”. Isso para não falar dos escravos retirados dos sertões africanos mais distantes, provenientes de outros grupos e etnias que também eram embarcados em Luanda e Benguela.

Em relação aos escravos minas e jejes, os baixos números quantificados por nós indicam pouca presença nos sertões de Pernambuco na passagem do século XVIII para o século XIX. Novamente a presença de escravos no sertão parece ser um desdobramento daquilo que ocorria na área portuária do Recife. Em outras palavras, no porto do Recife, havia um desembarque reduzido de escravos provenientes da Costa da Mina; isso conseqüentemente reverberou também no número reduzido de entrada desses cativos no

¹²⁰⁶ MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 317. Testamento e Inventário de Thomazia Ferreira, 1782.

¹²⁰⁷ Para os anos de 1742 a 1777, por exemplo, a investigação realizada por Suely de Almeida e Jéssica Souza revela que o número de escravos desembarcados no porto do Recife na antedita foi o seguinte: entre os anos de 1742-1759, chegaram 38.383 escravos vindos de Angola e 16.189 escravos vindos da Costa da Mina. Já entre os anos de 1759 e 1777, entraram no porto do Recife 29.733 escravos vindos de Angola contra 7.801 escravos vindos da Costa da Mina. ALMEIDA; SOUZA, 2013.

sertão de Pernambuco.¹²⁰⁸ Outra coisa, se por um lado eles entraram em menor quantidade na referida capitania, por outro, foram mais introduzidos na Bahia.¹²⁰⁹ Isso é interessante, pois três dos poucos escravos minas e jejes constantes nos inventários dos sertões de Pernambuco pertenciam justamente a um homem que negociava tabaco e transitava por uma área situada entre os sertões de Pernambuco e Bahia. Foi o caso do inventário elaborado no ano de 1806, pertencente ao português Manuel José Teixeira Travanca, falecido em São Francisco das Chagas nos sertões do rio São Francisco. No referido inventário, consta que Manuel possuía os escravos Joaquim e Salvador, ambos da nação mina, a escrava Rita de nação jeje e o escravo Simão de nação angola.¹²¹⁰ Sendo assim, o fato de transitar e negociar tabaco entre a capitania de Pernambuco e Bahia pode ter propiciado ao negociante português maior facilidade em adquirir dois escravos minas e uma escrava jeje, já que em Pernambuco a oferta dessas qualidades de escravo parecia ser menor do que a da capitania vizinha.¹²¹¹

Também de baixos números na amostra de inventários apareceram os congos e guinés. Os primeiros foram representados por dois indivíduos, já os guinés tiveram somente um único representante. Sendo assim, no sítio das Lages, julgado do Pajeú, no ano de 1794, havia a

¹²⁰⁸ De novo vale referir-se ao estudo de Almeida e Souza, ao computarem que havia uma entrada reduzida de escravos da Costa da Mina (África Ocidental) em relação a maior entrada de escravos de Angola (África centro Ocidental). ALMEIDA; SOUZA, 2013.

¹²⁰⁹ Ao analisar a historiografia que trata do tráfico de escravos na Bahia, Maria Inez Cortez Oliveira observa que os angolas chegariam à Bahia até o fim da vigência do tráfico (1850). “Entretanto, a proporção deste contingente foi bem mais significativa durante o século XVII do que nos períodos subsequentes, porquanto, a partir da segunda metade do século, a abertura do comércio direto com a Costa da Mina transformaria alguns portos desta região em importantes entrepostos para o abastecimento de escravos à Bahia. As nações da Costa da Mina, a partir de então, suplantariam, em muito, os contingentes que saíam de Angola.” Já em Pernambuco, os angolas continuaram a ser introduzidos em maior quantidade durante o século XVIII. OLIVEIRA, 1997, p. 42.

¹²¹⁰ MJPE. BR PEMJ FLOR, cx.?. Testamento e Inventário de Manoel Teixeira Travanca, 1806.

¹²¹¹ Consta no dito inventário (escrito no ano de 1806, na Vila de São Francisco das Chagas, Barra do Rio Grande do Sul, Comarca da Vila de Santo Antonio da Jacobina, Capitania de Pernambuco) que os escravos ali inventariados foram do falecido Manuel José Teixeira Travanca, “homem branco e natural da Freguesia de San Salvador de Travanca, termo do Porto, Bispado de Braga”. Casado com Anna Gonsalves da Rocha, moradora no Brejo do Salgado, Freguesia da Nossa Senhora do Amparo, Manuel José deixou três filhos legítimos: Antonio Teixeira Travanca de idade de 30 anos; Onorato Teixeira, casado; e Anaclito Teixeira de idade entre 24 e 29 anos. Em seu testamento, Manuel José havia declarado ser filho legítimo de Manuel Teixeira e de Maria Pinta da Rocha, todos dois naquela época já falecidos. MJPE. BR PEMJ FLOR, cx.?. Inventário de Manoel Teixeira Travanca, 1806. Em busca de mais informações sobre trajetória de Manoel Teixeira Travanca, fomos à procura do Livro de Batismo da Paróquia de Travanca, localizado no acervo do Arquivo Distrital do Porto/Portugal. Ali deparamos com o registro de um Manuel José, filho de Manoel Teixeira e Maria Pinta, nascido em 13 de dezembro de 1750. Ver: ADP. Registos de Batismo. COTA ATUAL: E/10/10/4-13.1 Cód. PT-ADPRT-PRQ-PAMT36-001-0006_m0116;PT-ADPRT-PRQ-PAMT36-001-0006_m0117. Nesse acervo, entre as balizas cronológicas de 1706 até 1776, não encontramos mais nenhum outro registro de algum indivíduo que possa ter tido ao mesmo tempo o nome de batismo, o mesmo nome de pais e o mesmo local de nascimento, com exceção desse dito indivíduo descrito como nascido em 1750. Portanto, podemos inferir que aquele Manuel José (falecido em Pernambuco/América, por volta de 1806, e descrito em seu inventário *post-mortem* como natural da freguesia de Travanca, termo do Porto, Bispado de Braga) era, de fato, o mesmo que teve o registro de nascimento feito em 1750 no livro de batismo da paróquia de Travanca, Portugal.

escrava Maria da nação congo.¹²¹² Já no ano de 1798, o escravo congo Antonio da Costa, de 60 anos de idade, trabalhava pelas fazendas do seu senhor, também no julgado do Pajeú.¹²¹³ Por fim, em 1784, no sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres, havia a escrava guiné Luiza, de mais ou menos 45 anos de idade.¹²¹⁴

Ainda sobre o grupo dos africanos, a ausência de escravos benguelas na amostra de inventários para o supracitado período nos chamou a atenção. Ora, antes de 1730, os escravos saídos de Benguela eram conduzidos primeiramente para o porto de Luanda, e dali seguiam com escravos angolas para a América portuguesa. Nesse processo, não seria de se estranhar que nas capitânicas da América portuguesa os escravos de outras etnias e localidades passassem a ser considerados escravos angolas, já que saíam do porto de Luanda para os portos do Brasil. Contudo, após 1730, o porto de Benguela passou a enviar escravos diretamente para os portos do Brasil, sem necessariamente precisar passar primeiro por Luanda.¹²¹⁵

O porto de Pernambuco foi um dos lugares que receberam diretamente escravos de Benguela. Por exemplo, somente nos anos de 1792, 1793 e 1796 identificamos que saíram de Benguela em direção a Pernambuco o número de 800, 1.897 e 1.171 escravos respectivamente.¹²¹⁶ Sendo assim, já que havia essa conexão direta, não seria surpresa a presença também de escravos benguelas (ao lado de angolas, minas, jejes e congos) nos inventários *post-mortem* dos habitantes nos sertões de Pernambuco. Porém, como visto nos números presentes na Tabela 2, isso parece não ter ocorrido entre os anos de 1751 e 1810; ou, se ocorreu, deve ter sido de forma bem escassa.

Não sabemos afirmar precisamente o motivo dessa carência de escravos benguelas nos supracitados inventários desse período. Já que os sertões de Pernambuco receberam escravos angolas, congos, minas, jejes e até guiné, não fazia sentido não receberem benguelas, já que esses também desembarcavam no porto do Recife. Nesse caso, suspeitamos que a ausência de registro de benguelas nos inventários estaria mais ligada à forma como foram descritos do que propriamente à não presença desses cativos nos sertões. Em outras palavras, pensamos que na

¹²¹² IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 41. Inventário de José casado de Sá, 1794.

¹²¹³ IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 76. Inventário de Agostinho Nunes de Magalhães, 1798.

¹²¹⁴ IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de José Barboza dos Santos, 1784.

¹²¹⁵ Sobre o tráfico de escravos entre Benguela, Luanda e Brasil, ver GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. *Novos Estudos Cebrap*, n. 80, p. 141-160, mar. 2018. p. 151.

¹²¹⁶ AHU-Angola, cx. 81, doc. 05; AHU-Angola, cx. 76, doc. 105. Já num mapa elaborado pelo governo de Benguela, consta que de seu porto saiu para O Brasil, entre os anos de 1762 e 1795, um total de 209.243 escravos e 428 crias de pé. Esses números nos exemplificam quanto Benguela forneceu diretamente escravos para os portos do Brasil. No referido documento, também consta que, para além do Brasil, iam todos os anos muitos escravos de Benguela para Angola. AHU-Angola, cx. 84, doc. 13.

Capitania de Pernambuco esses escravos provenientes do porto de Benguela continuaram sendo descritos como angolas. Talvez uma das explicações para isso fosse a subordinação de Benguela em relação a Angola, apesar da consolidada relação de comércio bilateral entre a primeira e algumas capitanias da América portuguesa. Essa nossa suposição converge para alguns estudos realizados sobre escravos provindos dos portos de Luanda e Benguela que, por vezes, continuaram sendo descritos generalizadamente como angolas, até mesmo, em meados do século XIX em diversas partes do Brasil.¹²¹⁷ Portanto, em Pernambuco, possivelmente, a denominação angola também seria uma espécie de “guarda-chuva” que abrigaria escravos de outras etnias, inclusive, por vezes, os benguela.¹²¹⁸

Assim como em outras partes do Brasil, a presença de um crescente contingente de escravos africanos nos sertões de Pernambuco introduziu novos costumes e influenciou a cultura daquela região. Por exemplo: os batuques, os choros, as práticas curativas, dentre outras coisas. Por vezes, as autoridades da Metrópole e da colônia procuravam proibir alguns elementos culturais desses escravos africanos e seus descendentes, tidos como ameaçadores aos “bons costumes” da sociedade. No ano de 1780, por exemplo, o então governador de Pernambuco respondeu ao secretário do Ultramar a respeito das ordens e providências para ir “desterrando” as danças que os pretos faziam naquela capitania.¹²¹⁹

Contudo, por mais que os escravos estivessem inseridos num ambiente repressivo, que procurava muitas vezes tolher suas práticas, hábitos e costumes, é bem verdade que, mesmo assim, eles conseguiam burlar as leis. Ademais, a distância dos sertões também poderia favorecer uma fiscalização mais frouxa a esse respeito. Além disso, não podemos descartar que alguns proprietários poderiam fazer vista grossa para os batuques e danças dos pretos,

¹²¹⁷ Foi o caso daquilo identificado por Carlos Eugênio Líbano Soares (para os escravos angolas aportados em Salvador), baseado em Joseph Miller (para os escravos angolas aportado no Rio de Janeiro). De acordo com esses investigadores, muitos angolas eram provenientes desde a boca do Zaire, no Congo, até Benguela, na África Centro-Occidental. SOARES, 2012. p. 183-184.

¹²¹⁸ Ao que parece, após 1810, alguns inventários passaram a melhor descrever de forma pormenorizada, e não generalizada, escravos de diferentes lugares de Angola e de outras partes da África. Foi o que constatamos, por exemplo, no inventário de Clara Coelho, escrito em 1814. Dentre mais de uma centena de escravos, além de “angolas”, constam descritos também “casanges”, “cabindas”, “angola benguela”, “angola congo”, “songa de angola”. Já no inventário de Manoel dos Santos Coelhos, consta uma lista bastante diversificada de escravos: “angolas”, “congós”, “moçambiques”, “cabindas”, “rebolos”, “benguelas”, “cassanges”, “angicos”, “bacas”, “songas”, “munhacas”, “quissamans”, “camundás”, “camudangos”, “gabans”, “costas”, “são tomés”, “bondos”, “caxéus”, “zeuras”, “quibundas”, “bambuás”, “bambalina”, “maiongo”, “macaco”, “quibucos”. IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de Clara Coelho Leite dos Santos, 1814. Já as informações a respeito dos escravos constantes no inventário de Antônio dos Santos Coelho podem ser vistas em artigo escrito por Auguste Duque para a revista do Arquivo Público de Pernambuco. DUQUE, 1947, p. 27-34. Para mais detalhes sobre a localização no território de Angola e demais partes da África de indivíduos casanges, songas, entre outros, ver: Agência Nacional de Inteligência Geoespacial, Bethesda, MD, EUA. Disponível em: https://geographic.org/geographic_names/name.php?uni=-4020365&fid=324&c=angola. Acesso em: 27 dez. 2018.

¹²¹⁹ AHU_ACL_CU_015, cx. 138, D. 102259.

com o intuito de assim evitar possíveis descontentamentos e revolta por parte dos seus plantéis. O memorialista Ulisses Lins de Albuquerque, nascido em 1889, em Sertânia, sertão de Pernambuco, descreveu suas lembranças a respeito de histórias que escutava de escravos alforriados e outras pessoas sobre a chegada de escravos angolas e guinés vindos do litoral, e das construções de casebres e senzalas “que iam dando aquelas instâncias primitivas ares de aldeia”. Nesses espaços, segundo Albuquerque, os africanos influenciaram a cultura, mais precisamente a música e dança.

Os cantos nostálgicos dos filhos da África e as toadas dos caboclos, ao repinicar da viola, espalhavam pelos ares uma mensagem de melodia que despertava as almas para a emoção e o enternecimento. Não raro, o som de uma zabumba percutia longe... e em breve, os mulatos e caboclos estavam a tocar pífanos de taboca, organizando, assim, o rústico conjunto musical com que alegravam o ambiente. O côco e o samba apareciam nas senzalas, e as quadrilhas e polcas já eram dançadas na casa-grande.¹²²⁰

Apesar do referido memorialista sertanejo ter nascido no fim do século XIX, especificamente um ano depois da abolição da escravatura, ocorrida em 1888, certamente aquilo que viu e ouviu sobre a cultura dos ex-escravos africanos nos sertões de Pernambuco não deveria ser tão diferente dos hábitos daqueles escravos que viveram no limiar do século XVIII para o XIX. Interessante também notar no supracitado trecho exemplos da miscigenação cultural e biológica ocorrida nos sertões, pois foram citados também mulatos (filhos de brancos com negras e vice-versa) e caboclos (filhos de brancos com índias e vice-versa).

Aliás, a significativa presença dos escravos “angolas” nos sertões de Pernambuco, diante dos escravos jejes, minas e guinés, pode indicar que elementos do idioma kimbundu (e, talvez, em menor escala o kikongo e umbundo) fossem mais falados naquelas paragens, do que elementos de outros idiomas africanos, como os da África Ocidental.¹²²¹ De todas as heranças culturais africanas no Brasil (idioma, culinária, música, dança), as línguas africanas

¹²²⁰ ALBUQUERQUE, 2012. p. 28.

¹²²¹ Como já mencionado em outras ocasiões, esses idiomas (kimbundu, kikongo e umbundo) pertencem ao ceppo das línguas bantas, portanto, possuíam muitas afinidades entre si. Sendo assim, apesar das diferenças existentes entre elas, também há as similaridades. Segundo Thornton, dizem que o kikongo e o kimbundo eram tão similares como o espanhol e o português. Além das línguas, os povos originados da África Centro-Ocidental compartilhavam muitas outras coisas em comum, como religião e arte. Sobre as diferenças e similaridades das línguas, religião e cânones artísticos, ver THORNTON, 2004, p 262.

foram umas das que mais causaram impacto ao se miscigenar com a língua portuguesa.¹²²² Por outro lado, é importante chamar à atenção também que alguns escravos provenientes de Angola já deveriam saber uma espécie de português miscigenado desde a África. Afinal, conforme analisado nos capítulos anteriores, muitos deles nasceram cativos ou livres em áreas coloniais portuguesas, e só depois é que cruzaram o Atlântico por meio do comércio de escravos.

Certamente esses indivíduos supracitados não só falavam o português, como continuavam a falar o kimbundu entre si, inclusive em terras brasileiras. Não é de estranhar, então, que o viajante inglês Henry Koster, ao circular pelos sertões de Pernambuco e capitanias anexas no início do século XIX, tenha registrado que alguns moradores sertanejos acharam que o idioma inglês falado por seu ajudante John era “língua de negros”.¹²²³ Ora, se esses sertanejos confundiram o inglês com alguma língua africana, era porque os negros ali instalados continuavam a falar, no mínimo, alguns elementos do seu idioma original. Consequentemente, nada impedia também que ensinassem algumas palavras em kimbundu a seus filhos nascidos no Brasil, como os crioulos e mestiços.

A presença em Pernambuco dos escravos angolas (além de congos, minas, jejes, etc.) contribuiu não só para o nascimento de escravos crioulos, cujo pai e mãe eram essencialmente africanos, como também para o surgimento de escravos mestiços (cabras, mulatos e pardos), na medida em que os africanos e seus descendentes diretos também se relacionavam com pessoas brancas, indígenas e também mestiças. Já que os angolas eram os escravos africanos de maior número existente, é grande a possibilidade de que a maior parte dos mestiços em Pernambuco fosse descendente do antedito grupo africano, assim como ocorreu com os crioulos (Tabela 3).

¹²²² A presença das línguas africanas no Brasil foi marcante. Uma das maiores influências culturais dos africanos no Brasil pode ser percebida pela alteração da língua portuguesa em todos os setores (léxico, semântico, sintático) ocasionada pela voz dos 4 milhões de africanos trasladados para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. Segundo Yeda Castro, “calcula-se que dos 75% dos quatro milhões de indivíduos trazidos em escravidão para o Brasil a maioria era proveniente dos reinos do Congo e do Ndongo, de falas quimbundo e quicongo, e foram distribuídos por todo o território brasileiro do começo do tráfico, no século XVI, ao seu final, no século XIX, aos quais vieram se juntar, em número relativamente menor, mas igualmente importante, a partir do século XVIII, os de fala umbundo de Benguela, que foram dirigidos em grande parte para os trabalhos de garimpagem em Minas Gerais”. Como diz Castro, “se as vozes dos quatro milhões de negro-africanos que foram trasladados para o Brasil ao longo de mais de três séculos consecutivos não tivessem sido abafadas na História do Português Brasileiro, por descaso ou preconceito acadêmico, não haveria mais dúvida, por parte de linguistas e filólogos, de que a consequência mais direta do tráfico da África Subsaariana para o Brasil foi a alteração da língua portuguesa na antiga colônia sul-americana. CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português brasileiro. *Revista africanias.com*, Salvador, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/index.php?p=volume1>. Acesso em: 10 set. 2018. CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português do Brasil: o legado negroafricano nas américas. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão, v. 24, p. 11-24, 2016.

¹²²³ KOSTER, 1816, p. 89.

Tabela 3 – Escravos mestiços

Qualidades	1771-1780	1781-1790	1791-1800	1801-1810	Total N.	Total %
Mulato	4	6	6	10	26	31,3
Pardo	2	2	2	2	8	9,7
Cabra	9	3	14	25	49	59
Total	15	11	22	37	83	100

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

Conforme pode ser visto na Tabela 3, do grupo dos escravos mestiços nos sertões de Pernambuco, coube aos 49 cabras a posição de maior número (59%), seguido dos 26 mulatos (31,3%) e 8 pardos (9,7%). Nesse grupo, o número de cabras era mais que o dobro em relação à soma entre pardos e mulatos. Assim como os crioulos, os mestiços nasceram no Brasil, porém eram indivíduos frutos de relacionamentos mistos de africanos com brancos, indígenas e mulatos, diferentemente dos crioulos que eram nascidos no Brasil de uma linhagem direta de pai e mãe escravos vindos da África. Dentre os mestiços, a alta percentagem de cabras (59%) nos sugere um forte relacionamento de africanos com indígenas. Isso não seria de se estranhar; afinal, como visto na primeira parte desta tese, diversos grupos indígenas habitavam os sertões de Pernambuco (Xucuru, Paraquió, Pipipã, Truká, Pankararu, entre outros).¹²²⁴ Apesar de vários grupos terem sido expulsos ou exterminados pelos colonizadores, outros acabaram por coexistir com esses últimos e com escravos trazidos da África.

6.2 Faixa etária, sexo e formação familiar

Uma vez que identificamos as possíveis identidades étnicas e/ou diaspóricas dos escravos nos sertões de Pernambuco, passamos agora para a análise dos escravos por faixa etária. Contudo, um alerta: nem todos os escravos foram descritos com sua idade. Do total de 266 escravos, apareceram 197 com a respectiva idade ou com a idade aproximada. Na Tabela 4, segue um panorama total dos escravos.

¹²²⁴ Conforme identificado por Márcia Amantino, na América portuguesa, “cabra foi, em muitos momentos e lugares, utilizado para designar pessoas nascidas da mestiçagem entre índios e negros ou de negros (crioulos ou africanos) com mulatos ou pardos”. AMANTINO, Márcio. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; GARCÍA, Rafael M. Pérez (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 97.

Tabela 4 – Faixa etária dos escravos

Qualidade	Total	Até 12	%	13-24	%	25-50	%	+ de 50	%	Não descrita/ Ilegível	%
Angola	62	0	0	17	27,4	25	40,3	12	19,3	8	12,9
Congo	2	0	0	0	0		0	1	50	1	50
Mina	4	0	0	0	0	3	75	0	0	1	25
Jeje	3	0	0	1	33,3	1	33,3	0	0	1	33,3
Guiné	1	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0
Preto	2	0	0	0	0	0	0	2	100	0	0
Negro	11	0	0	0	0	1	9,0	3	27,2	7	63,3
Crioulo	84	25	29,7	17	20,2	23	27,3	2	2,3	17	20,2
Mulato	26	8	30,7	4	15,3	3	11,5	0	0	11	42,3
Pardo	8	0	0	0	0	3	37,5	0	0	5	62,5
Cabra	49	26	53,0	9	18,3	5	10,2	0	0	9	18,3
Sem qualidades descritas/ ilegível	14	2	14,2	1	7,1	1	7,1	1	7,1	9	64,2
Total	266	61	22,9	49	18,4	66	24,8	21	7,8	69	25,9

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

Certamente, a idade atribuída aos escravos, principalmente aos vindos da África, encontrava-se sujeita a muita especulação, aproximada. Isso porque seria difícil para os senhores de escravos atribuírem a idade exata a essas pessoas sem conhecer o seu passado na África; fora as fraudes na hora do processo de compra e venda de um escravo, desde a captura nos sertões da África, passando por diversas mãos, até chegarem aos sertões de Pernambuco. Por tudo isso, não à toa, muitos dos escravos nos inventários vinham com a expressão “mais ou menos” para designar sua idade aproximada. Por exemplo: escravo Ventura angola, de idade “mais ou menos” 60 anos. Consequentemente, é necessário tomar esses números com prudência.

Dentre a configuração geral, coube aos escravos nascidos no Brasil (crioulo, cabra, mulato) o maior contingente de escravos com idade até os 12 anos de idade. Em números absolutos, entre os anteditos escravos tinham 25, 26 e 8 escravos respectivamente na dita faixa etária. Já entre os escravos africanos (angolas, minas, jejes, congos, pretos, entre outros) não apareceu sequer um único escravo com idade até os 12 anos. Por outro lado, os escravos africanos se configuraram como os que tinham o maior número acima dos 50 anos. Em termos de números absolutos, os angolas, congos, pretos e negros tiveram somados 18 escravos acima da idade dos 50, e desses eram angolas 12 escravos. Já os nascidos no Brasil

só tiveram dois escravos, estes representados pelos crioulos. Entre os cabras, pardos e mulatos, não constou nenhum escravo com idade acima de 50 anos. Portanto, nessa amostragem, a população de escravos nascidos no Brasil era mais jovem que a dos escravos vindos da África.

Em relação especificamente aos angolas, foco maior de nossa atenção, percebemos que eles se configuram como uma população mais adulta. Isso porque, ao longo das quatro décadas, de 1771 a 1810, não apareceu nenhum escravo abaixo dos 13 anos (0%). Somente 17 escravos (27,4%) iam dos 13 aos 24 anos e 25 escravos (40,3%) iam dos 25 aos 50 anos; acima dos 50 anos, apareceram 12 escravos (19,3%). Os 8 angolas restantes (12,9%) não tiveram sua faixa etária descrita.

Os escravos angolas das faixas etárias dos 13 aos 24 anos, e dos 25 aos 50 anos, configuraram-se em 67,7% diante dos 9,3% acima dos 50 anos, e dos 12,9% de idade não descrita. São justamente esses escravos dos 13 aos 50 anos de idade que formavam a principal força de trabalho. Os escravos mais velhos, acima dos 50 anos, certamente continuavam a ser usados nas diversas atividades. Porém, sua idade avançada e condição física não deveriam permitir vantajosa produtividade a seus senhores.

Ser um velho escravo não deveria ser coisa alcançada por todos. As agruras da escravidão eram constantes. Além do trabalho pesado, havia os maus-tratos e castigos físicos e psicológicos. Somado a tudo isso, existia também o perigo das doenças, de ambientes insalubres e de uma medicina pouco desenvolvida se comparado aos dias de hoje. Contudo, o fato de os angolas constarem com 19,3% de sua população acima dos 50 anos pode indicar que, de certa forma, essa população resistia aos problemas enfrentados. Dos 12 escravos angolas acima dos 50 anos, um deles ocupava a casa dos 50, seis deles a dos 60, três a dos 70, um a dos 90 anos de idade e um descrito vagamente como “velho”.

Possivelmente o maior tempo de vida desses escravos mais velhos proporcionou mais oportunidades de transmissão de culturas para as gerações mais novas. Afinal, num ambiente onde as pessoas eram reclusas, um homem com 90 anos de idade, por exemplo, teria tido oportunidade de transmitir parte de sua experiência de vida aos escravos mais novos durante um bom tempo. Hábitos, práticas, histórias, línguas e diversos tipos de conhecimentos deveriam circular entre as gerações de escravos de determinadas propriedades rurais.

Por outro lado, a ausência, ou talvez baixa presença, de cativos de idade até os 12 anos dentre os angolas e demais africanos, possivelmente, pode ser explicada devido às dificuldades em se transportar crianças escravas da costa marítima de Pernambuco aos sertões. Segundo Horácio Gutiérrez, no tráfico atlântico, crianças escravas eram embarcadas,

por exemplo, nos portos de Angola e desembarcadas nos portos brasileiros. Estima-se que essas crianças correspondiam somente a 10% de escravos traficados, entre 1734 e 1769. A partir da segunda metade do século XVIII, esse número decresce.¹²²⁵ Para Pernambuco (1734-1769) Gutierrez constatou que foram desembarcadas 1.177 crianças.¹²²⁶ Portanto, apesar da presença de crianças desembarcadas na dita capitania, por outro lado, a ausência de crianças africanas na nossa amostragem da Tabela 4 sobre os sertões sugere que elas eram menos presentes ainda no tráfico terrestre. Especulamos que as crianças, sobretudo as mais novas, poderiam atrapalhar o andar da comitiva, fora os riscos de morte desses pequenos cativos para o comprador ou negociante de escravo. Conseqüentemente, a predileção da ida de escravos africanos para os sertões deveria recair mais sobre a faixa etária acima dos 13 anos.

Na amostragem da escravaria dos sertões de Pernambuco, entre 1770 e 1810, faltam crianças escravas vindas da África. Porém, existem crianças escravas nascidas no Brasil. Na nossa amostragem de inventários, havia um relativo número de escravos nascidos no Brasil, situados na faixa etária até os 12 anos de idade (22% do total da população escrava). Caetano De Carli, ao estudar a escravidão nos sertões de Pernambuco do século XIX, diz que é provável que os proprietários de escravos incentivassem a reprodução de escravos para melhor desenvolver o abastecimento de mão de obra cativa, principalmente a partir da segunda metade do referido século, devido às leis de fim do tráfico atlântico. Segundo os números levantados por De Carli, entre os anos de 1800 e 1888, o número de cativos com idade até os 14 anos ficou entre 35% e 40%. Comparando nossa estimativa com a de De Carli, pode-se ter uma ideia de que houve um aumento do número de crianças ao longo das décadas.¹²²⁷

Contudo, a despeito dessa diferença entre o último quartel do século XVIII e o decorrer do século XIX, pensamos que havia também o interesse dos proprietários de

¹²²⁵ GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista História*, São Paulo, 120, p.59-72. jan/jul. 1989.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290004237_O_trafico_de_crianças_escravas_para_o_Brasil_durante_o_século_XVIII Acesso em: 2002/2019.

¹²²⁶ É necessário ter prudência nesses números levantados por Gutierrez, pois sua investigação foi realizada no ano de 1989, portanto, trinta anos atrás. Logicamente, muitos anos se passaram e houve novas investigações sobre esse assunto. Em estudos recentes, Herbert Kléin diz que três quartos dos escravos traficados para o Brasil eram adultos, portanto, subtendemos que um quarto eram crianças. KLEIN, Herbert S. *Demografia da escravidão*. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 185. Contudo, independente dessa disparidade, o que interessa para nós, aqui, é mostrar que crianças escravas africanas também eram inseridas no tráfico atlântico.

¹²²⁷ Entretanto, a comparação entre essas estimativas devem ser levadas com prudência, pois Caetano de Carli fez sua contagem de escravos desde o nascimento aos 14 anos. Já nós fizemos até os 12 anos devido ao uso maciço do diminutivo “cabrinha”, “crioulinho”, “mulatinho”. “molequinho” para a maior parte das crianças dessa idade presentes nos inventários que consultamos.

escravos dos sertões, anos 1770-1810, em estimular a reprodução de escravos no seu plantel. Afinal, 22% de crianças na nossa amostragem não deixam de ser um número relevante. Embora o tráfico atlântico de escravos estivesse no seu auge no século XVIII, não deveria ser difícil também pensar que muitos proprietários procuravam não só adquirir escravos vindos da África, mas também incentivar a reprodução escrava no próprio plantel como forma de aumentar a mão de obra cativa, boa parte dela descendente dos escravos angolas, conforme já analisado supra.

Em nosso recorte temporal, parece que havia um leve desequilíbrio entre o número de crianças escravas nascidas em Pernambuco. De um lado os crioulos, de outro os mestiços (mulatos, pardos e cabras). Isso pode ser percebido na comparação da idade das crianças da amostragem. Dos 84 crioulos, eram 25 crianças. Já dos 83 mestiços, eram 34 crianças. Portanto, proporcionalmente falando, o número de crianças é levemente maior entre os mestiços do que entre os crioulos. Apesar de estreita, essa maioria de crianças mestiças diante das crioulas na amostragem dos sertões de Pernambuco converge para a realidade de outras partes da América portuguesa. Isso porque, de acordo com Klein, as mulheres africanas que chegavam ao Brasil eram mais velhas, tinham perdido vários anos reprodutivos, e assim, no que restava de sua vida fértil no Brasil geraram menos filhos que as escravas nascidas em solo brasileiro. Logo, havia um desequilíbrio natural.¹²²⁸

De acordo com Marília Ariza, no Brasil colonial e imperial, logo cedo a meninice da criança escrava acabava. Por volta dos 12 anos de idade, a criança passava a acompanhar os mais velhos em tarefas mais pesadas; com 14 anos, já eram considerados maduros o suficiente para o trabalho penoso.¹²²⁹ Ora, nos inventários dos sertões de Pernambuco percebemos que a maior parte dos escravos até os 12 anos foi descrita no diminutivo, ou seja, foram chamados de crioulinhos, crioulinhas, mulatinhos, mulatinhas, cabrinhas. Depois dessa idade, o uso desses termos cai drasticamente e as qualidades dos jovens escravos perdem o tom diminutivo, passando simplesmente a crioulos, crioulas, mulatos, mulatas, cabras. No trabalho, estes indivíduos possivelmente deixavam de fazer serviços menos pesados e passavam a trabalhar com a enxada, debaixo do sol escaldante do semiárido, nas plantações de mandioca, milho, feijão e algodão. Como visto, já que a meninice dos escravos inventariados acabava por volta dos 12 anos, então podemos dizer que a realidade dos sertões de Pernambuco não diferia muito da do restante do Brasil.

¹²²⁸ KLEIN, 2018, p. 185.

¹²²⁹ ARIZA, Marília B. Crianças/ventre livre. In: SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 171.

Além da faixa etária dos escravos, quando devidamente trabalhados, os inventários *post-mortem* nos propiciam perceber a divisão dos escravos a partir do sexo. Para a investigadora Maria Helena Machado, ainda é comum encontrar nas pesquisas sobre a escravidão uma generalização sobre os escravos, como se esses fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa única categoria.¹²³⁰ Nesse sentido, no intuito de evitar as generalizações, procuramos identificar as particularidades provenientes do gênero na escravidão. Ao analisarmos os inventários *post-mortem* de alguns dos habitantes dos sertões de Pernambuco, também dividimos os grupos de escravos por sexo e qualidades (Tabela 5).

Tabela 5 – Escravos, por sexo, em número absoluto e percentagem entre 1771 e 1810

Qualidades	Total de escravos	Masculino N.	Feminino N.	Masculino %	Feminino %
Angola	62	40	22	64,52	35,48
Congo	2	1	1	50	50
Mina	4	4	0	100	0
Jeje	3	0	3	0	100
Guiné	1	0	1	0	100
Preto	2	2	0	100	0
Negro	11	5	6	45,45	54,55
Crioulo	84	53	31	63,09	36,91
Mulato	26	15	11	57,70	42,30
Pardo	8	7	1	87,5	12,5
Cabra	49	20	29	40,81	59,19
Sem qualidades descritas	13	10	3	76,92	23,08
Ilegível	1	0	1	0	100
Total	266	157	109	59	41

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

Conforme pode ser visto acima, o número total de escravos (157) era superior ao número total de escravas (109), embora essa diferença não fosse tão extremada. Em outras palavras, eram homens 59% dos escravos enquanto 41% eram mulheres. Em termos de proporção, esses números que extraímos dos sertões de Pernambuco, entre 1770 e 1810, se aproximam da realidade de outras partes do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, como a província de São Paulo. De acordo com Herbert Klein, a proporção geral de sexo da população escrava em São Paulo, no ano de 1829, era de 153 homens por 100 mulheres.¹²³¹ Já em relação aos sertões de Angola, do outro lado do Atlântico, ao longo do século XVIII, parecia haver maior predominância de escravas em relação a escravos. Isso pôde ser constatado ao menos na freguesia de Muxima e em Caconda, conforme observado no capítulo

¹²³⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-340.

¹²³¹ KLEIN, 2018, p. 185-194.

anterior.¹²³² Essa aparente inversão entre os sertões de Angola e os de Pernambuco talvez possa ser explicada devido a predileção dos comerciantes de escravos em extrair mais cativos do que cativas da África para o Brasil. Dessa forma, o número de homens escravizados aumentava no Brasil enquanto diminuía na África.

Voltando à Tabela 5, dentre os três maiores grupos de escravos em números absolutos (crioulos, angolas, cabras), é o grupo dos angolas o de menor paridade entre os sexos. Há registrado 40 homens (64,52%) para 22 mulheres (35,48%); ou seja, quase o dobro de homens do que mulheres angolas. Em seguida, vem os crioulos, com 53 homens (63%) para 31 mulheres (37%). Em terceiro, aparecem os cabras, com 29 mulheres (59,2%) para 20 homens (40,8%). Nesse último, percebe-se que o grupo era o inverso dos outros dois, ou seja, tinha mais mulheres que homens.

Se compararmos os números acima com outros estudos realizados especificamente para os sertões de Pernambuco no século XIX, podemos dizer que essa diferença entre escravos do sexo masculino e feminino diminuiu com o avanço das décadas. Isso porque, na segunda metade do referido século, Caetano De Carli identificou em suas análises nos levantamentos populacionais de 1842, de 1858-1859 e no censo de 1872 que a proporção entre escravos e escravas foi, em certa medida, mais ou menos parecida. “Para os cativos, essa porcentagem varia entre 50,3% em 1842, 51,9% em 1855-59 e 54,3% em 1872. Para as cativas, o índice também pouco se altera, ficando em 49,7% em 1842, 48,1% em 1855-59 e 45,7% em 1872.”¹²³³ A comparação da nossa amostragem dos anos de 1770 a 1810, com o censo de 1842, 1858 e 1872 analisado por De Carli indica que houve uma redução na diferença entre o número do sexo de escravos e escravas do último quartel do século XVIII para a segunda metade do século XIX.

Entre os anos de 1770 a 1810, a diferença não extremada entre os sexos nos sertões de Pernambuco, na nossa amostragem, sugere a existência de uma estrutura que poderia contribuir para o relacionamento sexual de um escravo com seus pares, possibilitando a geração de filhos entre eles. A situação seria mais complicada se houvesse uma extrema disparidade entre os sexos, principalmente se fosse um número elevadíssimo de homens diante das mulheres, o que dificultaria mais a geração de filhos.¹²³⁴

¹²³² Contudo, é necessário ter prudência, pois tratamos somente de duas localidades dos sertões de Angola, uma com números do início do século XVIII e a outra com números do fim do referido século. Portanto, pode ser que em outras localidades dos sertões ao longo do século XVIII o número de mulheres escravas fosse inferior ao de homens escravos. Sendo assim, aponta-se aqui a necessidade de maiores estudos sobre isso.

¹²³³ DE CARLI, 2015, p. 98.

¹²³⁴ Uma extrema disparidade entre homens e mulheres seria motivo de dificuldades, mas não de impedimento de existência de relacionamentos. Segundo John Thornton, havia diversos casos de propriedades agrícolas

Segundo Maria Helena Machado, para muitas mulheres africanas e afrodescendentes, ter filhos e formar família, muitas vezes, era algo positivo, pois casamento, filhos e família poderiam proporcionar maior segurança, prosperidade, laços de afeto e resistência ao endurecimento da escravidão. Contudo, uma ressalva: nem toda relação sexual e formação de família era algo consentido à mulher escrava. Como diz Machado, um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres escravizadas era o estupro, presente em todas as sociedades escravistas. Não raro escravas domésticas eram violadas dentro de casa por seu senhor e filhos deste. Ainda tinham de conviver com a cólera da esposa enciumada, que as castigava fisicamente. Em caso de gravidez por conta do ato, algumas escravas tinham seus filhos arbitrariamente separados e vendidos para outros proprietários. Em momentos de desespero, havia exemplos de mulheres cativas que faziam aborto como forma de não dar à luz criança indesejada, fruto de uma concepção forçada. Já outras sacrificavam os próprios filhos recém-nascidos para não os entregar à escravidão: “para as mulheres escravizadas, ser mãe engendrava situações altamente dúbias, nas quais as alegrias da maternidade vinham misturadas ao medo dos maus-tratos, da separação e de outras dificuldades que causariam sofrimento da criança”.¹²³⁵

Feita a ressalva acima, pode-se dizer que ao longo de todo período colonial, uma pluralidade de famílias, inclusive escravas, foi formada nas vastidões dos domínios portugueses na América.¹²³⁶ De acordo com os historiadores Suely Almeida e Gian Carlo Melo, diversas formações aglutinavam conquistadores, naturais da terra e escravos. Essa pluralidade surgiu por meio dos contatos, das trocas culturais e biológicas, forçadas ou não, existentes na sociedade escravista da colônia.¹²³⁷ Atualmente, muitos historiadores chamam à atenção de que não existia somente um único modelo de família (frequentemente associado àquela composta por um homem branco, chefe de família, casado com uma mulher submissa, tendo filhos biológicos), mas famílias com variadas especificidades. Sendo assim, havia uma pluralidade de núcleos familiares construídas por meio de várias situações diferentes, reflexo

espalhadas nas Américas (Brasil, México, Cuba, etc.) em que mesmo com diferenças extremadas (do tipo 19 homens para uma 1 mulher), famílias eram formadas e culturas eram transmitidas. THORNTON, 2004, p. 230.

¹²³⁵ MACHADO, 2018.

¹²³⁶ Nos dicionários de época, como os de Rafael Bluteau (1728) e Moraes Silva (1789), existem algumas designações para o termo “família”. Entre os dois dicionários, há semelhanças e algumas diferenças. Em Bluteau, por exemplo, o termo família está associado “as pessoas de que se compõem uma casa, pais, filhos e domésticos”. BLUTEAU, 1712-1728, v., p. 28. Já em Moraes e Silva, consta de “pessoas, de que se compõem a casa, e mais propriamente subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes e aliados. termo jurídico o que está sob o pátrio poder”. SILVA, 1813, v. 2, p. 9. Sendo assim, ao compararmos os dois dicionaristas, percebemos que Moraes Silva amplia a abrangência do termo.

¹²³⁷ ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo. Famílias brasílicas: Pernambuco e a mestiçagem, séculos XVI-XVIII. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 25.1, 2007.

de uma dinâmica social existente na sociedade colonial.¹²³⁸ Apesar de em alguns documentos coevos o termo “família” não aparecer, outros vocábulos indicam formações familiares, tais como parentes, filhos, pais, mães, marido, esposa, irmãos, irmãs, netos, netas, entre outros.¹²³⁹

Em relação aos estudos das famílias escravas, os primeiros passos foram dados desde os anos de 1950 e 1960, tanto na historiografia brasileira quanto na norte-americana. Como afirma Robert Slenes, a história da família escrava no Brasil vem suscitando inúmeras divergências e interpretações ao longo das décadas. Na atualidade, estudos mostram que a prática de escravos formarem uma família conjugal estável era comum no território do Brasil, sobretudo nas grandes propriedades, onde podia se chegar até três gerações convivendo simultaneamente.¹²⁴⁰ Segundo Sheyla de Castro, é interessante a multiplicação de estudos que ultrapassam a simples constatação da existência da família escrava. Segundo a historiadora, pesquisas estão sendo feitas no intuito de se entender as influências das heranças culturais e das condições materiais de vida na formação e nos interesses da organização familiar dos cativos.¹²⁴¹ Por sua vez, Maísa Cunha também chama à atenção para os poucos estudos que são feitos em relação a casamentos mistos, ou seja, casamentos realizados entre um indivíduo que ocupava a condição jurídica de escravo e o outro, a condição de liberto ou livre. Desses casamentos mistos, famílias foram construídas.¹²⁴² Nesse sentido, além dos estudos sobre casamentos entre escravos, é necessário aprofundar-se nos casamentos mistos.

No Brasil Colônia, a formação da família não necessariamente se dava pelo sacramento do matrimônio. Como diz Stuart Schwartz, “devemos ter em mente desde já que a formação de unidades conjugais e, em última análise, de famílias, não dependia do casamento consagrado pela igreja, quer para os escravos, quer para os livres”. Ainda de acordo com Schwartz, “dizer que um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não

¹²³⁸ Discussões sobre a formação da família colonial no Brasil podem ser vistas em: ALGRANTI, 1997. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SILVA, Gian Carlo de Melo Silva. Alguns caminhos para entender a “família” no período colonial. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

¹²³⁹ SILVA, 2016.

¹²⁴⁰ Entretanto, Slenes também salienta que nas cidades, o índice de casamento e formação familiar estável era baixo, pois frequentemente os cativos eram destinados para o aluguel e, portanto, viviam a maior parte do tempo separados. SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. *Revista Tempo*, v. 3, n. 6, dez. 1998. Disponível em: www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-4.pdf. Acesso em: 2 dez. 2017.

¹²⁴¹ *Ibid.*

¹²⁴² CUNHA, Maísa Faleiros Cunha. Casamentos mistos: entre a escravidão e a liberdade. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 223-242, maio-ago. 2017, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000200223&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 dez. 2017.

significava que eles não formavam uma unidade familiar, ainda que legalmente pudessem ser incapacitados sob certos aspectos”.¹²⁴³

Sendo parte das vastidões da América portuguesa, os sertões de Pernambuco não fugiam à regra no que tange aos casamentos e formação de família escrava. Na falta de acesso aos livros de matrimônio das freguesias dos sertões de período anterior a 1808, os inventários-*post-mortem* nos permitem vislumbrar algumas informações sobre o tema casamento e família escrava.¹²⁴⁴ Em nossa amostragem de inventários, identificamos somente as seguintes formações familiares (Quadro 14):

Quadro 14 – Formação familiar nos inventários

Ano	Família	Lugar
1782	A escrava Sezília crioula mulher do escravo Caetano Angola. O casal tinha três filhos crioulos: Grácia, Anna e Manuel	Povoação das Flores, julgado do Pajeú
1785	A escrava Josefa angola mulher do escravo Antonio	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú
1785	A escrava Catharina cabra mulher do escravo Luiz crioulo	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú
1794	A escrava Maria, de nação congo, mãe da escrava/forra Margarida mulata/cabra	Sítio das Lages, julgado do Pajeú
1805	Felizarda preinha	Vila de Cimbres
1807	Os irmãos escravos/libertos Inácio mulato e Francisco mulato	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas.

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

Conforme pode ser visto, na amostragem de inventários *post-mortem*, poucos foram os registros específicos de relacionamentos entre cativos e formações de famílias escravas. No entanto, isso não significa que essas práticas não tenham ocorrido. Quando não há registros específicos nesse tipo de documento, alguns indícios nos revelam que escravos estavam a se relacionar e conceber filhos. A presença de crianças crioulas e mestiças com meses ou poucos anos de idade nos sugere isso. Estas se encontram inseridas na referida faixa etária até os 12

¹²⁴³ SCHWARTZ, 1988, p. 310.

¹²⁴⁴ Os livros de matrimônio das freguesias dos sertões podem contribuir com importantes informações sobre os casamentos de escravos. Porém, nem todos resistiram ao tempo, e aqueles que chegaram aos nossos dias estão dispersos nas diversas paróquias do interior de Pernambuco. Em trabalho recente, o investigador Marcelo O. do Nascimento analisou o livro de matrimônio pertencente à freguesia de Cimbres de 1816. Ao focar nos registros de matrimônio de escravos que pertenceram a uma personagem, Marcelo identificou os nomes e as qualidades dos escravos que receberam o matrimônio. Na listagem que o dito investigador organizou, é possível perceber que houve casamento entre escravos de mesma qualidade: angola com angola, guiné com guiné. Já outros casais não constaram de sua qualidade discriminada. NASCIMENTO, Marcelo O. do. *Pesqueira de 1800: a fazenda, o fundador e sua gente*. Pesqueira: Ed. do autor, 2016. p. 237-239.

anos, que corresponde a 22% da população total de escravos da amostragem, conforme visto mais acima.

Na verdade, para essa escassez de informes sobre famílias escravas nos inventários, devemos levar em consideração que não era todo inventariante que dava os pormenores da escravaria nos arrolamentos de bens do inventariado. Por exemplo: a maioria das crianças não aparecia com algumas descrições sobre quem eram seus pais, ou nem sempre havia referência sobre os casais de escravos. Além disso, alguns escravos poderiam levar seu relacionamento às escondidas, caso não fosse de agrado dos seus senhores. Afinal, como diz Schwartz, no Brasil Colônia, os cativos “sofriam a intrusão direta do senhor em sua vida familiar. O poder do proprietário podia expressar-se no impedimento às uniões, designação de parceiros, determinação da época do casamento e, em última análise, na separação das famílias”.¹²⁴⁵

Com base no Quadro 14, podemos dizer que havia diferentes composições de família na nossa amostragem. Havia uma família escrava nuclear, ou seja, completa, formada por pai, mãe e filhos. Foi o caso registrado no ano de 1782, na povoação das Flores do julgado do Pajeú. O casal de escravos Sezília crioula e Caetano angola tinham três filhos crioulos: Grácia, Anna e Manuel.¹²⁴⁶ Já outras formações familiares, eram compostas somente por casais sem a descrição de filhos. Foi o caso ocorrido na Fazenda das Almas, julgado do Pajeú, onde havia dois casais no ano de 1785: a escrava angola Josefa, mulher do escravo Antonio; e a escrava cabra Catharina, mulher do crioulo Luiz.¹²⁴⁷

Na América portuguesa, geralmente havia maior dificuldade na realização de casamentos que envolviam escravos de diferentes senhores. O historiador Stuart Schwartz, por exemplo, nas análises que fez sobre a escravidão ocorrida em alguns engenhos de cana-de-açúcar do litoral da Bahia, afirmou que era difícil a ocorrência da união de escravos pertencentes a diferentes proprietários devido a uma série de inconveniências que esses casamentos causavam aos seus senhores, dentre elas, o trânsito dos escravos de uma propriedade a outra. Nesse sentido, a maior parte das uniões se dava entre cativos de uma mesma propriedade.¹²⁴⁸ Como pode ser observado nos casos acima, não ocorreu união de homem e mulher pertencentes a propriedades distintas. Por exemplo, O casal Sezília e Caetano era de um mesmo proprietário na povoação das Flores, já os casais Josefa/Antonio e Catharina/Luiz pertenciam ao proprietário da Fazenda das Almas. Nesse sentido, as uniões

¹²⁴⁵ SCHWARTZ, 1988, p. 314.

¹²⁴⁶ MJPE. BR PEMJ FLOR, Cx. 317. Testamento e Inventário de Thomazia Ferreira, 1782.

¹²⁴⁷ IAHG. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785.

¹²⁴⁸ Sobre os problemas acarretados pelas uniões ocorridas entre escravos de diferentes propriedades e senhores, ver: SCHWARTZ, 1988, p. 313.

entre esses homens e mulheres seguiram a predominância existente nas outras partes da América portuguesa. Além disso, como não houve descrição de filhos para nenhum dos casais, possivelmente estes não tiveram rebentos até aquele momento. Ou, então, seus filhos foram separados dos pais e vendidos para outros proprietários. Por outro lado, havia irmãos cujos pais não constaram descritos no inventário. Foi o caso ocorrido no ano de 1807, nas terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas, onde existiam dois irmãos, ambos mulatos, Francisco e Inácio, que foram alforriados por seus senhores.¹²⁴⁹

Outros exemplos de composição familiar podem ser vistos no Quadro 14. Foi o caso ocorrido no ano de 1805, na Vila de Cimbres, onde havia a escrava angola Felizarda, de 18 anos, preta;¹²⁵⁰ ou seja, Felizarda estava grávida, mas não teve o pai de seu feto descrito. Nesse documento, é realmente impossível identificar quem era o pai. Contudo, havia algumas possibilidades para a paternidade: poderia ser alguns dos cativos que faziam parte da mesma escravaria que Felizarda, poderia ser algum escravo de outro proprietário, poderia ser o próprio senhor da escrava ou um dos seus filhos. Afinal, na sociedade colonial, diversos eram os casos de estupro ou de sedução dos senhores e seus filhos às escravas, sobretudo as mais novas.

Por fim, em 1794, no sítio das Lages do julgado do Pajeú, havia uma escrava chamada Margarida, posteriormente alforriada por seus senhores. Margarida era filha da escrava Maria, de nação congo. Apesar do pai de Margarida, aparentemente, não ser citado na documentação, há a possibilidade de ele ter sido um homem branco ou mulato, pois foi dada a Margarida a qualidade de mulata no testamento de seu senhor que a alforriou. Entretanto, curiosamente, no arrolamento de bens do inventário do mesmo senhor, Margarida foi descrita com a qualidade de cabra.¹²⁵¹ Em outras palavras, enquanto o senhor era vivo, Margarida foi descrita como mulata, depois que o senhor morreu, Margarida passou à cabra. Em suma, de um documento para outro, a qualidade de Margarida decaiu na hierarquia de mulata para cabra, o que nos mostra que nos sertões de Pernambuco havia uma instabilidade nas qualidades dos escravos, conforme já observado por outros investigadores sobre diferentes lugares do Brasil.¹²⁵²

¹²⁴⁹ MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 964. Testamento e Inventário de André Miranda da Rocha, 1807.

¹²⁵⁰ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de Caetano Bernardo dos Santos 1805.

¹²⁵¹ O testamento está ilegível em algumas partes. Por isso, não temos certeza de que o pai de Margarida foi ou não citado no referido documento. IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 41. Inventário e Testamento de José Casado de Sá, 1794.

¹²⁵² Em relação à instabilidade das qualidades em outras partes da América portuguesa, ver: AMANTINO, 2016. IVO, 2012.

6.3 Trabalho, maus-tratos, achaques e moléstias

Nos sertões de Pernambuco, o trabalho escravo foi usado em diversas atividades. Henry Koster e Carl Von Martius (viajantes estrangeiros que percorreram Pernambuco e capitânicas anexas nas primeiras décadas do século XIX) afirmavam que no interior da colônia brasileira o trabalho escravo era utilizado para cuidar da criação de gado, das plantações de algodão, dos afazeres domésticos. Por exemplo, segundo Von Martius, cabia aos escravos, dentre outras coisas, a função de cozer o barro e transformá-lo em ladrilhos, telhas côncavas para a construção das habitações.¹²⁵³ De acordo com Koster, alguns escravos eram destinados a fazer farinha de mandioca, amassar o barro com os pés para fazer tijolos e telhas, muros, barreiras, carregar tijolos, lenha e mais coisas. Já outros, “ficam em casa trabalhando em ocupações compatíveis com suas habilidades”.¹²⁵⁴

Segundo o memorialista Ulysses de Lins Albuquerque, nascido no sertão no fim do século XIX, escravos cultivavam as roças e na casa de farinha trituravam e transformavam a mandioca no precioso alimento. Também quebravam o milho em moinho de pedra para preparar o xerém. Alguns fazendeiros mandavam ensinar certos ofícios aos escravos mais habilidosos, e por eles eram feitos uma gama de objetos: roupas de couro, arreios, mesas, tamboretas, colheres de pau, gamelas, caçuaís, entre outros.¹²⁵⁵ Apesar de Albuquerque ter nascido em 1889, suas lembranças dos hábitos, costumes e trabalhos realizados por escravos e antigos escravos nas fazendas dos sertões de Pernambuco não deviam ser tão diferentes daquilo que era realizado em fins do século XVIII.

Os inventários também nos possibilitam compreender um pouco sobre as atividades desempenhadas pelos cativos nas áreas estudadas: termo da Vila de Cimbres e julgados do Pajeú, Tacaratu e Cabrobó. Infelizmente, nem todo documento trouxe descrito o ofício/serviço desempenhado pelos escravos ali arrolados. Contudo, no arrolamento de bens, a presença de escravos (mesmo sem o ofício/serviço descrito) ao lado de criação de gado, de plantações e de casas sugerem os trabalhos realizados por essas pessoas.

Do total de 266 escravos, apenas 14 apareceram com suas atividades desempenhadas (Tabela 6). Nesse universo geral, podemos dizer que 3,7% dos escravos estavam destinados à agricultura; era do serviço doméstico 0,75%; de ofício de marcenaria 0,37%; de ofício de

¹²⁵³ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Tropeiros e barcaças. In: RIEDEL, Diaulas (Org.). *O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1959.

¹²⁵⁴ KOSTER, 2003, p. 525.

¹²⁵⁵ ALBUQUERQUE, 2012.

gado 0,37% e os outros 94,8% de escravos sem ocupação descrita, o que não significa que não realizavam as anteditas atividades.¹²⁵⁶

Tabela 6 – Registro de ofícios e serviços de escravos nos inventários *post-mortem*.

(continua)

Ano	Profissão	Escravo	Qualidade	Idade	Lugar
1785	De ofício de gado	Tomé	Escravo/ crioulo	55 +/-	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú
1785	Ofício de carapina; Oficial de marceneiro	Luiz	Escravo/ Crioulo	35	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú
1800	Do serviço de enxada	João	Escravo/ Angola	21	Sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu
1800	Do serviço de enxada	Raimundo	Escravo/ Angola	28	Sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu
1800	Do serviço de enxada	Maria	Escrava/ Angola	40	Sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu
1800	Do serviço de enxada	Maria	Escrava/ Angola	14	Sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu
1800	Do serviço de enxada	Luiz	Escravo/ mulato	20	Sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu
1800	Do serviço de enxada	Roque	Escravo	20	Sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu
1808	Do serviço de campo	Floriano	Escravo/ Crioulo	16 +/-	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de N. Sa. da Saúde de Tacaratu
1808	Do serviço da casa	Caetana	Escrava/ Cabra	30 +/-	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de N. Sa. da Saúde de Tacaratu
1808	Do serviço de enxada	Luís	Escravo/ Angola	14	Fazenda da Volta, termo e julgado de N. N. Sa. da Saúde de Tacaratu quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da Vila de Cimbres.
1808	Do serviço de casa	Joana	Escrava/ Angola	60 +/-	Fazenda da Volta, termo e julgado de N. Sa. da Saúde de Tacaratu; quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da Vila de Cimbres

¹²⁵⁶ Essa nossa pequena amostragem dos sertões de Pernambuco aproxima-se daquilo que foi levantado por Erivaldo Fagundes a respeito do Alto Sertão da Bahia, século XIX. Assim como no nosso caso, Fagundes identificou poucas ocupações atribuídas a seus escravos analisados. Além disso, segundo ele, “são mais escassos os inventários com informações das atividades desempenhadas pelos cativos, antes de meados do século XIX”. No total de sua amostragem, os escravos da agricultura apareceram com 3,99%, o das atividades domésticas com 3,35%, o de ofícios mecânicos com 0,51% e o de ofício de pecuária com 0,39%. Esses números relativos de Fagundes, comparados com os nossos, aproximam-se a respeito dos escravos da agricultura, dos escravos de ofícios mecânicos e dos escravos de ofício da pecuária, e difere mais nos números dos escravos domésticos. Sobre o trabalho de Erivaldo Fagundes, ver NEVES, 2012b, p. 90-92.

Tabela 6 – Registro de ofícios e serviços de escravos nos inventários *post-mortem*.

(conclusão)

Ano	Profissão	Escravo	Qualidade	Idade	Lugar
1808	Do serviço de enxada	Thomé	Escravo/ Cabra	25 +/-	Fazenda da Volta, termo e julgado de N. Sa. da Saúde de Tacaratu quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da Vila de Cimbres
1808	Do serviço de enxada	Angelo	Escravo/ Cabra	30 +/-	Fazenda da Volta, termo e julgado de N. Sa. da Saúde de Tacaratu quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da Vila de Cimbres

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. MJ FLOR, SER-TAL, CAB.

De acordo com a Tabela 6, podemos dividir os trabalhos em três categorias: os de “ofício”, os de “serviço de casa”, os de “serviço de enxada/campo”. Quando se considera apenas o universo dos cativos com serviços/ofícios declarados, como indicado na Tabela 6, tem-se 71,4% dos escravos inseridos nos serviços agrícolas (de enxada), 14,3% nos serviços domésticos (de casa), 7,15% no ofício mecânico (marcenaria), 7,15% no ofício de pecuária (criar gado).

Em termos das qualidades dos escravos, nota-se que os angolas aparecem como o maior grupo de trabalhadores descritos. São seis indivíduos, entre homens e mulheres. Em segundo lugar, aparecem empatados os crioulos e os cabras, cada qual com 3 membros. Por fim, há 1 mulato e 1 escravo sem qualidade descrita. Portanto, o número de angolas é quase o dobro dos outros cativos. Talvez esse pequeno número possa estar relacionado com o número total de escravos com idade produtiva, pois, como vimos em outro quadro, os angolas apareceram com o maior número de escravos entre os 13 e 50 anos se comparado com o crioulos, mulatos, pardos e cabras. Já esses últimos, aparecem com um considerável percentual de crianças, coisa que os angolas não têm.

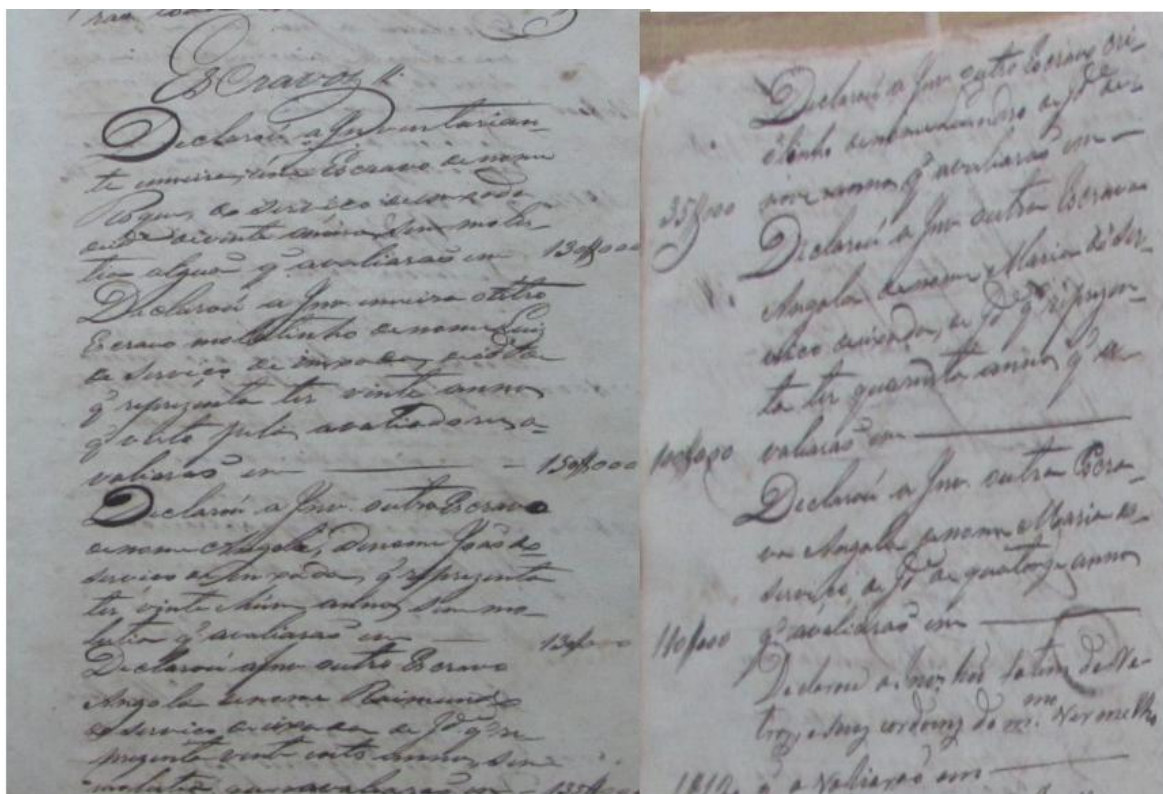
Os trabalhos realizados pelos angolas e outros africanos (congos, minas, jejes, guiné), nos sertões de Pernambuco, não deveriam ser muito diferentes das atividades que viram e/ou realizaram no período em que viveram no continente africano, antes de serem remetidos para o tráfico atlântico. Isso porque, como vimos em capítulos anteriores, na África do século XVIII, também havia cultivos de feijão, mandioca e milho, além de criação de gado. Ora, essas culturas eram marcantes também nos sertões de Pernambuco. Aliás, três delas (o cultivo das plantas), eram originárias do Brasil e foram introduzidas no continente africano pelos portugueses, desde o século XVI. Sendo assim, alguns desses escravos já chegavam da África com algum tipo de experiência para trabalhar nas propriedades rurais de Pernambuco.

Isso pode ser um dos motivos para se trazer constantemente mão de obra experiente para os sertões. Apesar da possível ação dos proprietários em incentivar a reprodução de escravos dentro de seu plantel, o caráter imediatista deveria pesar mais. Afinal, era mais rápido trazer escravos africanos experientes, alguns deles falantes do idioma português, do que simplesmente esperar o crescimento e treinamento dos jovens escravos nascidos no Brasil. Crescimento este, muitas vezes interrompido, devido às mortes de crianças causadas pelas agruras da vida escrava. Em outras palavras, possivelmente, nos sertões de Pernambuco, entre 1770-1810, a demanda por escravos adultos/experientes prontos para assumir imediatamente as funções levava à contínua aquisição de africanos e à incorporação destes ao lado dos escravos nascidos no Brasil.

No ano de 1800, no sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá, julgado de Tacaratu, pertencente a Alexandre Gomes de Sá, havia um total de 7 escravos. Destes, 4 eram angolas, 1 era mulato, 1 era crioulinho e 1 não tinha qualidade descrita. Com exceção do crioulinho, todos os escravos tinham entre 14 e 40 anos, ou seja, faziam parte da mão de obra de faixa etária produtiva. Ora, a superioridade no número de angolas dentro da escravaria dos referidos sítios é um exemplo de quanto esses escravos vindos de África, de idade produtiva, estavam inseridos na pecuária e na agricultura dessas propriedades rurais.¹²⁵⁷ Esses cativos foram descritos como do serviço de enxada (com exceção do crioulinho), o que significa que trabalhavam na agricultura. Porém, a presença no inventário de 300 cabeças de gado vacum, 9 cabeças de gado cavalari e curral de pau a pique sugere que alguns desses cativos poderiam trabalhar também na pecuária (Figura 28).

¹²⁵⁷ Uma das propriedades rurais teve sua área mencionada, 1 légua e meia de comprimento e 3 léguas de fundo (cerca de 6,0 km x 12 km).

Figura 28 – Arrolamento de escravos no inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800.



Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 47. Inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800.

Nos sertões de Pernambuco, dentre todas as atividades desempenhadas nas propriedades rurais, talvez a criação de cavalos tenha gerado maior estranhamento nos escravos angolas e congos, afinal de contas, vale recordar que esse tipo de animal era bastante reduzido na África Centro-Occidental devido à política de restrição de criação de equinos mantida pela Coroa Portuguesa. Em Angola, alguns governadores dessa colônia chegaram a dizer que os negros dali temiam os cavalos por não estarem acostumados com os bichos.¹²⁵⁸ Sendo assim, é possível que os escravos angolas e congos desembarcados em Pernambuco tenham ficado impressionados não somente com a quantidade de cavalos criados nos sertões, como também com a maior facilidade de aproximação entre eles e esses bichos. Por exemplo, nas fazendas de Alexandre de Carvalho, no julgado do Pajeú, os 7 angolas, de um total de 14 escravos, conviviam com 80 cabeças de gado cavalariço, sendo 67 cavalos e 13 bestas.¹²⁵⁹ Apesar de esses 7 angolas não necessariamente terem tido a obrigação de cuidar dos animais,

¹²⁵⁸ Contudo, para outros governadores de Angola, como Francisco de Souza Coutinho, o medo que os negros tinham dos cavalos se dava mais pelo fato de estarem montados por brancos do que pelo próprio animal em si. AHU-Angola, cx. 50, doc. 22 e 23. Roquinaldo Ferreira já havia chamado a atenção para essa contradição sobre o medo que os negros tinham do cavalo. Segundo Ferreira, isso estava mais ligado à questão deles serem montados por brancos.

¹²⁵⁹ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Testamento e Inventário de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785.

podemos imaginar a sua reação ao se depararem pela primeira vez com fazendas repletas de dezenas de cabeças desses animais. Deveria ter sido algo inquietante e ao mesmo tempo curioso para esses homens e mulheres africanos.

Vale lembrar também que, saídos da África e incorporados à escravaria das propriedades rurais dos sertões de Pernambuco, esses homens e mulheres africanos, sobretudo provenientes de Angola, trabalhavam nas produções de farinha de mandioca, de carne de boi seca e de criação de cavalos. Como vimos em capítulos anteriores, frações dessas mercadorias tiveram como destino à própria Angola. Nesse caso, o trabalho desses cativos africanos propiciava não só o abastecimento interno de Pernambuco, como também, por vezes, contribuía, direta ou indiretamente, para o abastecimento daquela colônia na África. Em suma, uma parte do abastecimento de Angola era proporcionada por Pernambuco, que por sua vez dependia da mão de obra escrava de Angola para tal feito. Isso nos mostra mais uma vez os laços estreitos entre esses dois territórios divididos pelo Atlântico.

Voltando à Tabela 6, essa última também nos dá indícios da divisão de trabalho por sexo existente nas propriedades agrícolas dos sertões de Pernambuco. Dos 14 escravos que tiveram seus serviços/ofícios descritos, eram 10 homens e 4 eram mulheres. A respeito da divisão de trabalho por sexo no Brasil Colônia, Maria Helena Machado diz que os profissionais especializados (ferreiros, marceneiros, entre outros) eram exclusivamente homens. Já o trabalho doméstico foi quase monopolizado por mulheres. Por fim, os trabalhos de plantação podiam ser realizados tanto por homens como por mulheres, sendo os homens maioria diante das mulheres.¹²⁶⁰ Ora, nossa amostragem acima coaduna exatamente para a realidade do Brasil de forma geral. Isso porque o trabalho de enxada no campo era realizado tanto por homens quanto por mulheres, embora a predominância fosse dos primeiros: dos 10 escravos que realizavam esse tipo de serviço, eram 8 homens e 2 mulheres. Já o serviço doméstico, configurou-se inteiramente realizado por mulher. Em distintas propriedades, apareceram 2 escravas, exercendo essa função do serviço de casa. Por outro lado, o registro de 2 escravos homens exercendo funções de maiores especialidades (criação de gado e marcenaria) sugere que isso era trabalho masculino.

Dos três tipos de trabalho, certamente o de serviço de enxada era o mais estafante para os escravos. O trabalho no campo implicava maior exposição ao sol escaldante e outras intempéries. No semiárido de Pernambuco, boa parte do solo é seco e pedregoso, repleto de vegetação retorcida, espinhosa e urticante. Para cultivar, é necessário fazer a limpa do terreno,

¹²⁶⁰ MACHADO, 2018, p. 335.

quebrar pedras, retirar tocos, matar animais peçonhentos entre outras coisas. Talvez por isso a presença predominante de homens nesse tipo de serviço, já que era necessário maior força bruta. Apesar disso, mulheres também eram obrigadas a trabalhar no campo. Um exemplo pode ser visto no sítio da Quixaba e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu, onde havia duas escravas do serviço de enxada: uma de apenas 14 anos e outra de 40 anos de idade. Expostas aos trabalhos pesados da enxada, definitivamente, essas mulheres e homens penaram em seus afazeres.¹²⁶¹

Por sua vez, o serviço doméstico estava ligado aos afazeres e cuidados da casa: varrer, arrumar, cozinhar, auxiliar os senhores, entre outras coisas. Na Fazenda São José, em Tacaratu, a escrava cabra Caetana, de 30 anos de idade, ocupava essa função.¹²⁶² Já numa das fazendas localizadas em Cimbres ou Tacaratu (o proprietário possuía duas fazendas separadas por centenas de quilômetros uma da outra), a escrava angola Joana, de 60 anos, também realizava serviços de casa.¹²⁶³ O trabalho doméstico certamente deveria ser menos exaustivo do que o trabalho de campo. O abrigo proporcionado pela casa impedia a exposição às agruras da natureza. O fato de frequentar a residência dos senhores também podia propiciar melhores vestimentas e alimentos a esses escravos. O contato frequente poderia gerar alguns laços de afinidade entre senhores e escravos: muitas crianças dos senhores foram criadas por escravas. Por outro lado, devido a essa proximidade, esses cativos domésticos também estariam mais sujeitos à fiscalização e à cólera de seu dono.

Já os ofícios eram trabalhos mais especializados, ou seja, não eram todos os escravos que poderiam fazê-los. Normalmente requeriam técnicas mais apuradas, que levavam certo tempo de aprendizagem. Escravos inseridos nesse tipo de trabalho geralmente eram mais valorizados. Na fazenda das Almas, julgado do Pajeú, o escravo Tomé desempenhava o importante papel de criar gados. O conhecimento de Tomé sobre seu ofício parecia ser grande, pois foi dada a ele a incumbência de descrever no inventário os números e pormenores de todo o gado pertencente ao seu falecido senhor. Na mesma fazenda, havia o escravo Luiz que exercia o ofício de carapina. Luiz não era um mero ajudante, mais um “oficial de marceneiro”. O proprietário de Tomé e Luiz possuía um total de 28 escravos, porém, somente esses dois foram destacados com ofícios, o que demonstra certa distinção destes com os demais membros da escravaria que não tiveram suas funções imputadas.¹²⁶⁴

¹²⁶¹ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 47. Inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800.

¹²⁶² MJPE. BR PEMJ Tacaratu, cx. 965, Inventário de José Correa Lima, 1808.

¹²⁶³ MJPE. BR PEMJ FLOR Tacaratu, cx. 965. Inventário de Narcisa Maria, 1808.

¹²⁶⁴ IAHGP. Acervo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva Carvalho, 1785.

Nas informações da Tabela 6, tanto homens quanto mulheres, configuraram-se com idade que variava dos 14 aos 60 anos de idade; ou seja, estavam quase todos dentro do grupo produtivo. Sendo assim, nenhum escravo criança (até os 12 anos) apareceu nela. Ora, como observamos anteriormente, a antedita faixa etária apareceu na casa dos 22% do total de 266 escravos; mesmo com esse número, não houve nenhuma criança atribuída a algum ofício/serviço. Contudo, isso não significa que antes dos 12 anos as crianças escravas tivessem uma infância feliz e despreocupada. É necessário ter prudência com esses anteditos dados, pois se sabe que crianças escravas no Brasil auxiliavam diversos tipos de trabalho não tão pesados ou que não requeriam maiores responsabilidades e técnicas. Além disso, muitas mães não tinham outra opção senão levá-las para seu ambiente de trabalho. Alguns europeus que percorreram o Brasil, sobretudo no século XIX, observaram e representaram o cotidiano dos escravos, inclusive das crianças cativas ao lado de sua mãe trabalhadora. Algumas pinturas feitas por Rugendas e Debret, por exemplo, retratam isso.

Como é lembrado por Marília Ariza, na vida doméstica brasileira, meninos e meninas desempenhavam atividades como limpar a casa, banhar senhores, servir a mesa, auxiliar na cozinha, entre outras. Nas lavouras das grandes e pequenas propriedades, apesar de ainda não possuírem força suficiente para os trabalhos mais pesados – como capinar o mato com enxada –, as crianças eram usadas para auxiliar nos cuidados de alguns animais domésticos, para coletar a produção agrícola e tantas outras atividades.¹²⁶⁵

Sendo assim, nos sertões de Pernambuco, apesar de menos estafantes, muitas das atividades não deixavam de ser perigosas para crianças escravas. Afinal, um ambiente como uma cozinha, cheia de objetos perfurantes e cortantes, além de fogo aceso, água fervendo, entre outros artefatos de risco, é um prato cheio para algum tipo de acidente, sobretudo para os mais novos. Também inseguras são as roças e campos expostos ao sol e a animais peçonhentos como aranhas, escorpiões e serpentes. Por mais que fossem usadas para coletar, e não para capinar, essas crianças tinham suas mãos e pés suscetíveis ao ataque de alguns desses animais.

As péssimas condições de trabalho certamente contribuíam para a proliferação de doenças e problemas físicos entre homens, mulheres e crianças. Uma vez estabelecidos nos sertões de Pernambuco, as longas e penosas travessias, bem como os trabalhos árduos que foram obrigados a realizar, fizeram com que muitos escravos vindos da África ficassem

¹²⁶⁵ ARIZA, 2018, p. 171.

debilitados fisicamente. Seus descendentes nascidos no Brasil também passavam pela mesma situação.

Indícios nos inventários *post-mortem* nos revelam maus-tratos passados por esses cativos. O chicote era objeto comum naquela sociedade. Símbolo de domínio e opressão, esse objeto era usado pelos senhores de escravos dos sertões. Identificamos alguns proprietários de escravos que possuíam chicotes com cabos de prata arrolados entre seus bens, por exemplo, Alexandre Gomes de Sá, José da Silva Salgado, Ana Maria das Dores, Catarina do Espírito Santo, Maria de Jesus, Narciza Maria, Maria Nunes, dentre tantos outros. A presença desse tipo de artefato, dividindo o mesmo inventário com escravos, nos sugere o uso dado a este instrumento punitivo: chicotear esses cativos. Fora isso, em número reduzido, também havia objetos como argolas de ferro, correntes de ferro e ferros de marcar que poderiam ser usados tanto nos animais quanto nos cativos.¹²⁶⁶

O estado físico e as condições de saúde podem ser observados em pequenas descrições constantes em alguns inventários. Apesar de curtas, essas descrições trazem informações sobre tipos de doenças e problemas físicos que acometiam essas pessoas. Da amostragem de 266 escravos espalhados pelos sertões de Pernambuco, foram descritos com algum tipo de achaque, moléstia, doença 28 deles, sem “nenhum achaque nem moléstias” 55 e 183 deles simplesmente não constaram de algum tipo de informação, o que nos impede de saber mais sobre suas condições de saúde e estado físico. Portanto, em termos relativos 10,52% dos escravos tinham algum tipo de problema, estavam saudáveis 20,67% e não tiveram seu quadro de saúde descrito 68,79%. No primeiro grupo, identificamos os tipos de morbidade na Tabela 7.¹²⁶⁷

¹²⁶⁶ Alguns exemplos da presença de chicotes podem ser vistos em IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 47, Inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800; IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de José da Silva Salgado, 1806; MJPE. BR PEMJ FLOR (Pajeú), cx. 964. Inventário de Anna Maria das Dores, 1804; BR PEMJ FLOR, cx. 963. Inventário de Catarina do Espírito Santo, 1803; MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 965. Inventário de Maria de Jesus, 1804; MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 965, Inventário de Maria Nunes, 1809; MJPE. BR PEMJ Tacaratú, cx. 965. Inventário de Narcisa Maria, 1808.

¹²⁶⁷ Entendemos por “morbidez” o seguinte: “Enfermidade; estado do corpo que apresenta algum tipo de doença. Esgotamento; falta de vigor; fraqueza física ou psíquica”. In: DICIONÁRIO de Português Online. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/morbidez/>. Acesso em: 15 set. 2018. Ou então: 1. Estado do corpo mórbido. 2. QUEBRANTAMENTO DO CORPO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/morbidez>. Acesso em: 15 set. 2018.

Tabela 7 – Casos de morbidez dos escravos nos inventários *post-mortem*.

Tipos de morbidade	Número de casos
Com feridas	1
Joelhos inchados	1
Pés inchados	1
Pernas tortas	1
Aleijado de uma perna	1
Cravos nos pés	1
Doente do estômago	2
Dores pelas ancas	1
Doente de fígado (destemperado, calor, outros).	3
Potroso	1
Quebrado da virilha	3
Achacado de bobas	1
Doente da gota coral	2
Doente do mal da gota	1
Olho direito fechado	1
Cego do olho esquerdo	1
Espinhela caída	1
Doente	1
Doente da bexiga	1
Doente dos peitos	1
Doente da barriga	1
Incapacitada	1
Enfermidade ilegível	3
Total	31

Fonte: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

A respeito do significado dos termos dados para algumas doenças citadas nos dois inventários acima, encontramos no dicionário do padre Raphael Bluteau (século XVIII) as seguintes denominações: “quebradura da virilha”: é o nome dado “às duas hérnias, que os médicos chamam Hérnia zirbal e intestinal”.¹²⁶⁸ O termo “potroso” é também usado para o indivíduo doente de hérnia intestinal.¹²⁶⁹ Por fim, tem-se a doença “gota coral” caracterizada por “uma convulsão de todo o corpo, e um recolhimento, ou atração dos nervos, com lesão do

¹²⁶⁸ BLUTEAU, 1712-1728, v. 6, p. 518.

¹²⁶⁹ *Ibid.*, v. 6, p. 657.

entendimento, e dos sentidos, que faz que o doente caia de repente”.¹²⁷⁰ Este último é o que se chama hoje de epilepsia.

Na Tabela 7, houve 31 casos de doenças/problemas físicos entre os escravos. Algumas das morbidades repetiram-se em mais de um escravo. Por exemplo: a quebração de virilha acometeu 3 desses cativos. De igual número, apareceram as doenças relacionadas com o fígado. Por outro lado, houve cativo que acumulou mais de um problema. Por exemplo: no ano de 1785, na fazenda das Almas, julgado do Pajeú, a escrava Josefa angola, de 50 anos, sofria simultaneamente de feridas, joelhos inchados e problemas no estômago.¹²⁷¹ Em compensação, de forma bastante vaga, foi descrito a morbidez de outros escravos. Em 1795, na localidade Jenipapo, termo da Vila de Cimbres, a escrava Antonia angola foi tida como “incapacitada”. Já em 1805, na Fazenda Serra Telhada e sítio Saco, a escrava Maria angola, de mais ou menos 65 anos, foi descrita como doente.

Em nossas análises, as qualidades dos 28 escravos que apresentaram casos de morbidez, em números absolutos, foram as seguintes: 11 crioulos, 7 angolas, 6 cabras, 2 mulatos, 1 preto e 1 pardo. As três primeiras qualidades correspondem, respectivamente, aos três maiores grupos de escravos do total geral, isto é, dos 266 cativos. Sendo assim, é normal que os crioulos, angolas e cabras se apresentassem, respectivamente, como aqueles com mais casos de morbidez.

Pegando cada uma das três primeiras qualidades e examinando-as isoladamente, temos os seguintes números: 11 dos 84 crioulos, 7 dos 62 angolas, e 6 dos 59 cabras apresentaram algum tipo de doença/problema físico. Em termos percentuais, isso significa que 13,09% dos crioulos, 11,29% dos angolas e 10,16% dos cabras apresentaram algum tipo de morbidez. Contudo, novamente salientamos que esses números são somente dos escravos descritos com algum tipo de enfermidade. Como já dito, havia inventários que informavam se os escravos estavam com ou sem achaques e moléstias, já a maioria nada reporta a respeito disso.

Talvez os dois inventários mais ricos em informações a respeito da saúde e condições físicas dos escravos arrolados tenham sido o do capitão-mor Alexandre da Silva Carvalho de 1785, e o do comandante Agostinho Nunes de Magalhães de 1798.¹²⁷²

Nas propriedades do supracitado capitão, espalhadas no julgado do Pajeú e no termo de Cimbres, havia um total de 28 escravos; desses, constavam 8 com problemas de saúde e 20 não tiveram suas condições descritas. Sobre os que apresentaram morbidez, havia o crioulo

¹²⁷⁰ BLUTEAU, 1712-1728, v. 4, p. 101.

¹²⁷¹ IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva Carvalho, 1785.

¹²⁷² IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva Carvalho, 1785. IAHP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 76. Inventário de Agostinho Nunes de Magalhães, 1798.

Estevam, de mais ou menos 30 anos, que possuía “um pé inchado”; o escravo Ventura, do “gentio de Angola”, de idade 60 anos, foi tido como “potroso”; o crioulo Severino, de 19 anos, encontrava-se “quebrado de uma virilha”. Havia também os escravos Antonio, “de idade crescida”, e sua mulher mencionada anteriormente, Josefa, do gentio de Angola, com idade de 50 anos. Ambos sofriam de problemas de saúde: ele “quebrado das virilhas”, e ela com “feridas”, “joelhos inchados” e dores no “estômago”. A escrava Gracia, crioula de apenas 12 anos, sofria com o “fígado destemperado”. De problemas no dito órgão, também sofria outro crioulo, de nome Francisco, de 30 anos, era o “calor de fígado”. Por fim, havia o crioulo Luís, achacado “de dores pelas ancas”.¹²⁷³

O inventário do comandante Agostinho Nunes de Magalhães consta de, pelo menos, 20 escravos arrolados. Desse total, apareceram 9 descritos como “sem achaque ou moléstia alguma”, apareceram 6 descritos como detentores de algum tipo de problema de saúde, não constaram de nenhum tipo de descrição 3, e não estavam com suas descrições legíveis na documentação 2 escravos. Os que constavam com algum tipo de enfermidade eram o cabra Felizberto, “quebrado”, cujo valor era de 30 mil réis, e um pardo de nome ilegível “com as pernas tortas”. A escrava Simôa, de onze anos de idade, “doente do calor de fígado”. A crioula Maria, de 19 anos, acometida de “um olho direito fechado”. Por fim, havia a cabrinha Vicência, de apenas quatro anos de idade, e a crioula Rita, de 40 anos, ambas doentes “da gota coral”.¹²⁷⁴

Esses indivíduos escravizados viviam no limite da resistência física e emocional. Não só as moléstias ameaçavam a vida dos escravos. Os trabalhos pesados, maus-tratos e castigos físicos também contribuía para agravar as condições de homens, mulheres e crianças. Morbidade como pés inchados, joelhos inchados, pernas tortas, aleijado das pernas, quebradura de virilha retratam isso. Como diz Erivaldo Neves, a respeito da vida escrava nos sertões da Bahia, “[...] a análise do cotidiano escravo indica sempre a submissão à permanente e exacerbada violência física e psicológica [...]”.¹²⁷⁵ Consequentemente, ao que parece, nos sertões de Pernambuco as coisas não deveriam ser tão diferentes da sua capitania vizinha. A presença de moléstias e achaques, com objetos usados na repressão dos cativos, indicam a difícil situação vivida pelos escravos.

¹²⁷³ IAHG. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva Carvalho, 1785.

¹²⁷⁴ IAHG. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 76. Inventário de Agostinho Nunes de Magalhães, 1798.

¹²⁷⁵ NEVES, 2012b, p. 105.

6.4 A busca pela liberdade: fugas e alforrias

Assim como ocorria em Angola, uma forma de os escravos adquirirem sua liberdade no Brasil era pela alforria. A alforria era de caráter legal. De acordo com Erivaldo Fagundes Neves, a emancipação consistia num “ato jurídico pelo qual o senhor, espontaneamente, ou uma autoridade judicial, mediante uma ação de liberdade, concedia alforria a um escravo, que passava a condição de homem livre [...]”.¹²⁷⁶ Desde cedo, a alforria passou a fazer parte da sociedade escravista brasileira. Como diz Eduardo França Paiva, as alforrias são componentes da escravidão. Em boa parte, elas se davam mediante negociações envolvendo o senhor e o escravo no dia a dia da relação. A alforria poderia ocorrer sob algumas formas: liberdade comprada, dada gratuitamente, legada em testamento, prometida sob alguma condição. Segundo Paiva, além dos bons serviços prestados, obediência e fidelidade, havia outros aspectos valorizados no cotidiano escravista, por exemplo, sedução, afeto e confiança mútua. Dessa prática, algo novo surgia, a possibilidade de alguns ex-escravos “se tornarem senhores de escravos depois de se libertarem, fruto da mobilidade social que se dinamizava”.¹²⁷⁷

As alforrias também ocorreram nos sertões de Pernambuco. Detalhes dessa prática podem ser vistos em alguns dos testamentos e inventários *post-mortem* dos habitantes dessa região. Dos 266 escravos da nossa amostra, foram descritos 10 como libertos/alforriados, o que corresponde a 3,7% do total de indivíduos. Dentre esses, eram 7 homens e 3 eram mulheres, o que nos sugere uma possível predileção em se alforriar homens nos sertões.¹²⁷⁸

Em relação às qualidades dos supracitados escravos que constaram alforriados nos inventários dos sertões, há 4 mulatos, 2 crioulos, 2 pretos, 1 jeje e 1 não teve qualidade descrita. Surpreendentemente, os angolas não constaram nesse grupo de escravos libertos. Apesar de se constituírem como o segundo maior grupo do total geral de escravos, não houve menção de angolas alforriados nos inventários da amostragem. A ausência de angolas nesse grupo de libertos torna-se mais intrigante, pois havia na mentalidade da época uma ideia de

¹²⁷⁶ NEVES, 2012b, p. 169.

¹²⁷⁷ PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b. p. 94-95.

¹²⁷⁸ Contudo, é necessário não tomar essa superioridade do número de homens em relação a mulheres como regra geral nos sertões de Pernambuco. É necessário aprofundar-se nos estudos para se chegar a alguma conclusão sobre isso. Até porque, em outros lugares de Pernambuco, em diferentes períodos, existiram casos de mulheres alforriadas serem maioria em relação aos homens. Por exemplo, Beatriz Brusantín, ao estudar alforrias via testamento de proprietários de engenhos na zona da mata norte de Pernambuco, especificamente a Comarca de Nazareth (1870 e 1888), identificou que mais mulheres foram alforriadas que homens. BRUSANTIN, Maria de Miranda. As últimas vontades e os desejos primordiais: as alforrias via testamentos (Pernambuco), 1867-1887. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 267-294.

que os escravos dessa qualidade eram “dóceis”, “dedicados”, “fiéis”, “honestos” e “esforçados” para conseguir sua liberdade. O viajante inglês Henry Koster, por exemplo, ao percorrer Pernambuco e outras capitanias do Brasil, disse o seguinte sobre os anteditos cativos: “comumente dóceis, e se podem perfeitamente encarregar dos serviços da casa e do estábulo sem que dêem muito cuidado, e alguns demonstram grande dedicação, fidelidade e honestidade”.¹²⁷⁹ Em outro momento, Koster afirma: “são os que mais se esforçam para obter sua liberdade.”¹²⁸⁰ Se o viajante inglês acreditava no discurso vigente da época em relação aos negros de Angola, é difícil dizer; o fato é que ele fez esse registro sobre essas pessoas.

Nos inventários e testamentos, é possível identificar os motivos que levavam determinados senhores dos sertões de Pernambuco a alforriarem os respectivos escravos. As alforrias poderiam ocorrer de forma gratuita, isto é, sem ônus ao escravo, ou de forma comprada, em que os escravos pagavam por sua liberdade.

Exemplos de alforria sem ônus aos escravos ocorreram em diferentes datas e em distintos lugares. No ano de 1781, na povoação das Flores, julgado do Pajeú, foi prometido em testamento que a crioula Sezilha receberia uma carta de liberdade após a morte dos seus senhores. O motivo da alforria foi pela companhia que a escrava prestou à sua senhora e marido ao longo dos anos. Ao que parece, a promessa foi cumprida, pois no ano de 1785, num auto de contas dos testamenteiros, foi informado que a dita escrava recebeu sua carta de liberdade conforme conteúdo do testamento.¹²⁸¹ Por sua vez, no ano de 1794, no sítio das Lages, julgado do Pajeú, o escrivão do inventário informou que uma escrava chamada Margarida se apresentou com sua carta de alforria concedida pelos seus falecidos senhores. Na dita carta, havia dois dos motivos da alforria: “pelos serviços prestados” e pelo “amor de Deus”. Pode ser que outros motivos tenham constado no dito documento, porém, o estado de conservação dele não nos permitiu visualizar.¹²⁸²

Outros exemplos de alforria podem ser encontrados no testamento do padre André Miranda da Rocha no ano de 1807. O referido padre, proprietário de terras na ribeira da Paraíba, de terras em águas do Piancó, e da fazenda das Almas da parte da capela, possuía um total de 7 escravos dos quais mandou alforriar 5 deles (o preto Antonio, o preto Pedro, o mulato Francisco, o mulato Inácio e Luiz sem qualidade descrita). Os outros 2 (crioulo José Pinto e o pardo Gonçalo) foram vendidos por seus testamenteiros. De acordo com André Miranda, as alforrias concedidas a seus escravos deveram-se aos bons serviços prestados

¹²⁷⁹ KOSTER, 2003, p. 510.

¹²⁸⁰ KOSTER, 2003, *loc. cit.*

¹²⁸¹ MJPE. BR PEMJ FLOR, Cx. 317. Inventário de Thomazia Ferreira, 1782.

¹²⁸² IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 41. Inventário de José Casado de Sá, 1794.

pelos cativos e pela idade avançada de alguns deles. Os pretos Paulo e Pedro, por exemplo, foram descritos como velhos, e por isso foram alforriados.¹²⁸³ Contudo, devido à idade avançada, supomos que esses escravos mais velhos tiveram dificuldades em arranjar trabalho remunerado para se manterem.

Por sua vez, exemplos de alforrias compradas ocorreram no ano de 1804. O proprietário do sítio Saco Grande, termo de Cabrobó, concedeu alforria a dois de seus escravos mediante algumas condições de pagamentos por parte dos cativos: a jeje Marcelina ganhou de seu senhor metade de sua alforria, a outra metade deveria ser paga pela dita escrava. Por sua vez, o mesmo senhor garantiu alforria ao crioulo José desde que este pagasse por seu valor dentro do prazo de até dois anos. Caso não pagasse o referido valor, o dito escravo deveria voltar ao cativeiro de antes. Apesar de compradas, ambas as alforrias (Marcelina e José) ocorrerem em diferentes situações. Ao contrário de Marcelina, José não teve metade de sua alforria concedida pelo seu senhor. Por outro lado, recebeu um prazo de dois anos para quitar sua dívida.¹²⁸⁴

Contudo, uma vez alforriado, isso não significa que o antigo cativo não corresse o risco de retornar à escravidão. Casos legais de revogação de alforria, ou de captura ilegal de um liberto seguida de reescravização deste ocorriam em diversos lugares do Brasil, e das Américas em geral.

A alforria concedida a um escravo poderia ser revogada mediante casos de algum liberto cometer algum tipo de ingratidão contra quem o alforriou.¹²⁸⁵ Identificamos nos testamentos dos sertões de Pernambuco um caso de revogação de alforria. No ano de 1804, no sítio do Saco Grande, termo da povoação de Cabrobó, foi descrito que o mulato Prudente teve sua alforria revogada pelo seu senhor devido a uma alegada desobediência, prática de injúria e tentativa de assassinato. Segundo o dito senhor, por causa dessa ingratidão, o mulato Prudente deveria voltar ao cativeiro¹²⁸⁶ (Figura 29).

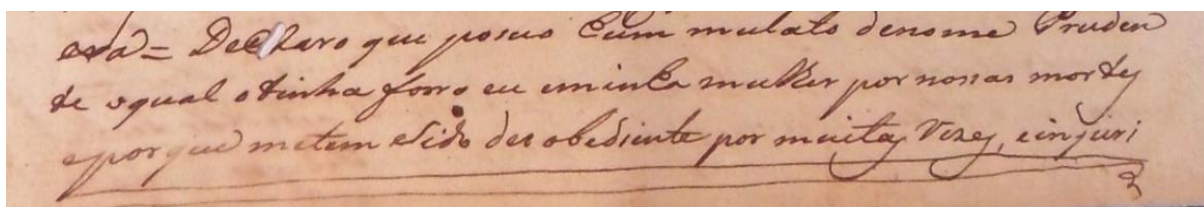
¹²⁸³ MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 964. Inventário de André Miranda da Rocha, 1807.

¹²⁸⁴ Exemplos como este acima, em que os escravos compravam sua alforria, aconteciam em diferentes lugares do Brasil. No alto sertão da Bahia, Erivaldo Neves identificou vários casos ocorridos no século XIX. Segundo Neves, alguns senhores concediam a seus escravos o direito de trabalhar, em proveito próprio, durante algumas horas ou dias e lhes permitiam, com esse esforço, comprar sua liberdade ou de algum membro de sua família. Por um lado, isso evidencia que a emancipação de um cativo configuraria uma concessão do senhor, e por outro, que a formação de pecúlio pelo escravo satisfazia interesses senhoriais que obtinham o ressarcimento do valor do escravo. NEVES, 2012b, p. 169-170. Erivaldo Fagundes. Escravidão, pecuária e policultura: Alto sertão da Bahia, século XIX. p. 169 e 170.

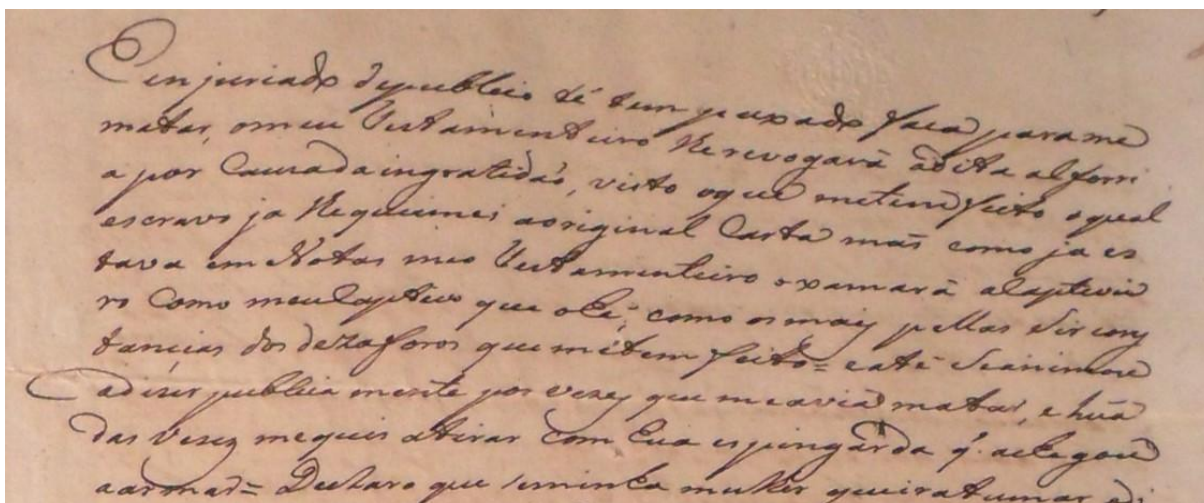
¹²⁸⁵ No Alto Sertão da Bahia, Erivaldo Neves, por exemplo, analisou casos desse tipo. NEVES, 2012b.

¹²⁸⁶ MJPE. BR PEMJ CAB, Cx. 964. Testamento de Cristovão Dornelas de Vasconcelos, 1804.

Figura 29 – Detalhe da Revogação de alforria do mulato Prudêncio



esta = Declaro que posuo Cum mulato de nome Prudenc
de squal ovinha forro eu eminta mulher por nossas mores
e por que metem sido desobediente por muitas vezes, e injuri



Injuriado de publicis de seu peupado para para me
meter, om eu testamenteiro de revogará ad de alforri
a por causa de ingratidão, visto que o metido feito o qual
tava em Notas mio testamenteiro e examará de testem
no como meudo testem que o de, como os mores pelas de com
fancias do de ta forro que metem feito = este testem
de sua publicis mente por vezes que me avia matas, e tua
das vezes me quis de viras com sua espingarda q. allegou
a adonad = Declaro que seminta mulher queira aumar de

Fonte: MJPE. BR PEMJ CAB, Cx. 964. Testamento de Cristovão Dornelas de Vasconcelos, 1804

Por outro lado, havia casos de captura ilegal de alforriados. Em Pernambuco, um caso de um liberto que foi indevidamente recapturado, e tornado novamente escravo, pode ser visto no requerimento do preto Caetano de nação angola. O referido documento, apesar de curto, nos revela essa fascinante e trágica história de Caetano escrita pelas mãos de seu procurador. No ano de 1799, o preto Caetano pediu à rainha D. Maria justiça quanto ao seu direito de estar forro, pois havia sido indevidamente submetido ao cativo, mesmo já sendo um liberto. Por sua vez, a rainha ordenou aos governadores interinos de Pernambuco que averiguassem esses fatos. Caso fossem verdadeiros, dever-se-ia dar ao preto Caetano sua liberdade e punir os culpados.¹²⁸⁷ Segundo consta no dito documento, o preto Caetano de nação Angola, escravo do cirurgião Jacinto de Campos Brito, acompanhou seu referido senhor em uma das viagens que este fez de Pernambuco para Lisboa. Ao chegar na Alfândega de Lisboa, aconteceu de o preto Caetano ficar forro devido às “Leis Novilíssimas” aplicadas em Portugal.¹²⁸⁸ Por sua vez, o tal senhor, ao perceber que não possuía mais seu escravo, enganou Caetano e o

¹²⁸⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 207, D. 14120.

¹²⁸⁸ Essas “Leis Novilíssimas” citadas no requerimento de Caetano possivelmente estavam a se referir à proibição pura e simplesmente de embarque ou desembarque de negros na Metrópole a partir do ano de 1761. Sobre a proibição a partir dessa data, Joaquim Veríssimo Serrão comenta: “proibiu-se a carga ou transporte de escravos negros de ambos os sexos dos portos da África, do Brasil e da Ásia para a Metrópole.” Os escravos que chegassem em data posterior seriam libertos e não careciam de carta de alforria. Contudo, a lei “não se applicava aos negros que já viviam no reino ou que chegaram antes de expirar o tempo indicado no diploma”. SERRÃO, 2004, p. 136-137.

Por outro lado, a despeito desses casos de alforriados rebaixados novamente à condução de cativos, havia outros indivíduos que levaram o resto de sua vida como libertos, e chegavam a ser bem-sucedidos, pois conseguiram formar família e construir patrimônio, e até mesmo ter escravos para servi-los. Foi o caso, por exemplo, da liberta Lauriana Rodrigues, falecida em meados do século XVIII, cujo inventário foi escrito no ano de 1751, na ilha do Pambu, distrito da Povoação de Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó, sertão de Rodelas, Comarca e Capitania de Pernambuco.¹²⁹⁰ Lauriana era alforriada e casada com José Pereira, este um escravo de outra propriedade. Aqui temos um casamento misto, isto é, quando um indivíduo é livre e outro é cativo. O casamento da liberta com o escravo teve o apoio da antiga senhora de Lauriana e do senhor de José, pois os distintos senhores concederam um total de 5 escravos (Pedro, Paulo, Francisca, e suas duas crias) para servir ao casal.¹²⁹¹ A leitura do inventário dá a entender que esses escravos não se tornaram propriedades do casal, mas ficaram com eles como uma espécie de concessão. Esse fato nos mostra duas coisas: 1) havia uma espécie de relação de sociabilidades entre Lauriana Rodrigues e José Pereira com seus ex-donos e dono respectivamente, a ponto de esses últimos cederem escravos aos primeiros. 2) existia dentro de um mesmo grupo social (escravos) diferenciações hierárquicas. Estamos a falar do grupo ao qual o escravo José Pereira pertencia, pois mesmo sendo cativo, recebeu do seu senhor outros escravos para servi-lo.¹²⁹²

¹²⁹⁰ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 01. Inventário de Lauriana Rodrigues, 1751. Esse inventário não fez parte da amostragem de inventários que analisamos na Tabela 1. O referido documento foi o único com que deparamos para as décadas de 1750 e 1760. Como dito anteriormente, por conta dessa escassez de documentos para 1750 e 1760, realizamos nossa amostragem quantitativa a partir do ano de 1771.

¹²⁹¹ Tratar o tema sobre organização familiar, escravidão e poder nas famílias mistas, isto é, famílias formadas por forros e escravos, que tinham mulheres à frente delas, é um desafio, pois existem poucos fragmentos da trajetória de vida dessas pessoas presentes nos documentos espalhados nos arquivos de Pernambuco e do restante do Brasil. Entretanto, para esboçar a trajetória dessas pessoas, é preciso vasculhar os arquivos, encontrar documentos em potencial e esmiuçar os indícios presentes neles. Como bem disse a historiadora Suely de Almeida, essas mulheres quase não produziram documentação de próprio punho. Algumas conseguiram deixar escritos, mas o fizeram por meio da pena do escrivão, quando ditavam suas questões, sendo escutadas e interpretadas pelos donos da palavra escrita, que geralmente eram homens. Por fim, havia aquelas que nem essas oportunidades tiveram, tendo as informações sobre si elaboradas e organizadas única e exclusivamente por homens, em sua maior parte carregados de misoginia presente na organização cultural ibérica. Sendo assim, para delinear a trajetória das mulheres de cor da Capitania de Pernambuco, é preciso identificar os poucos indícios encontrados nas mais diferentes documentações elaboradas por oficiais de justiça, clérigos, militares, etc. ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII. In: Flávio José Gomes Cabral; Robson Costa (Org.). *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

¹²⁹² Nos últimos anos, alguns historiadores vêm debruçando-se sobre casos em que forros possuíam escravos e, até mesmo, de escravos que possuíam escravos. Em relação a Pernambuco ver: COSTA, Robson Pedrosa. Um senhor de escravo em cativo: a trajetória de Nicolau de Souza, Pernambuco, 1812-1835. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 47-66, jan./jul., 2017. COSTA, Robson Pedrosa. Rufina: uma escrava senhora de escravos em Pernambuco, 1853-1862. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, p. 109-130, 2018.

O inventário de Lauriana revelou também que a liberta possuía bens classificados em móveis (roupas, enxoval, talheres, catre, mesa, banco) e animais (cabras e ovelhas). Porém, esses bens foram designados pelo escrivão do inventário como não sendo “bens de consideração”. Em outras palavras, não eram valiosos, pois não havia dinheiro, propriedade de escravos, metais preciosos ou bens de raiz. Já que o casal não possuía propriedades de terra, há possibilidades da liberta Lauriana e do escravo José Pereira terem residido em terras de um dos senhores, o que poderia indicar que mantiveram vínculos com essas pessoas. Possivelmente, isso ocasionava com que o casal ficasse dependente das vontades dos senhores, ou que, até mesmo, trabalhasse para eles. Casamentos mistos, como o de Lauriana Rodrigues e José Pereira, eram formas vantajosas ao senhor para arregimentar mão de obra extra, neste caso, o indivíduo liberto.¹²⁹³ Além disso, em outras regiões do Império Português, vale salientar que mesmo alforriados, alguns indivíduos continuavam vinculados a seus donos, independente de estarem casados com cativos ou não. Afinal, do outro lado do Atlântico, nos sertões de Angola, diversos forros continuaram vinculados a proprietários de escravos, conforme analisamos anteriormente.

Entretanto, durante o período colonial, a maior parte dos escravos não foi contemplada com a alforria, a maioria morreu mesmo no cativeiro. Segundo João José Reis e Eduardo Silva, a alforria era, muitas vezes, um ato de negociação entre senhores e escravos, quando este ato falhava ou nem chegava a ser realizado por intransigência senhorial ou impaciência do cativo, cabia aos escravos procurarem as mais diversas formas de resistência contra o jugo da escravidão. As fugas eram a unidade básica de resistência contra o sistema escravista. Os escravos que empreenderam fugas “impuseram grande prejuízo a seus senhores e afrontaram um sistema poderoso”. Ainda de acordo com os investigadores, a importância da fuga “não deve ser medida em termos puramente quantitativos”. O escape é um “ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação”.¹²⁹⁴

Tanto nas Américas quanto na África, houve fugas de escravos. Como diz Martin Lienhard, é nos matos que se costuma haver a fuga dos escravos coloniais. Essas pessoas não

¹²⁹³ Sobre casamentos mistos e dependência de libertos aos senhores, ver: CUNHA, 2017.

¹²⁹⁴ Em suas investigações, os referidos historiadores discutem os limites dos estudos que veem a escravidão como um sistema absolutamente rígido, quase um campo de concentração, em que o escravo aparece como vítima igualmente absoluta; ou, ao contrário, dos estudos que põem ênfase no heroísmo épico da rebeldia. Para Reis e Silva, “os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo”. Desse modo, os investigadores sugerem que, “ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos”. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 7, 62-63.

tardaram muito em compreender que a floresta, e os matos em geral, eram o seu aliado mais seguro.¹²⁹⁵

O mato se opõe aos espaços controlados – ou controláveis – pelos portugueses, à ‘civilização’ – um conceito ainda não formulado mas já presente no discurso dos europeus. Os africanos, ao perceberem o terror que o mato inspirava aos portugueses, não só faziam dele o seu refúgio habitual, como também acostumaram a condicionar a sua saída dele a uma série de exigências.¹²⁹⁶

Nos últimos anos, a historiografia passou a realizar comparações entre as fugas de escravos e formações de quilombos empreendidas tanto na África quanto no Brasil. Marina de Mello e Souza, por exemplo, procura identificar semelhanças e diferenças entre os *quilombos* centro-africanos e os quilombos brasileiros, assim como as percepções que de ambos tiveram os portugueses colonizadores dos dois lados do Atlântico, bem como dos novos sentidos que o termo “quilombo” ganhou ao longo do espaço-tempo.¹²⁹⁷ Já Silvia Hunold Lara, ao enfatizar no terreno das relações existentes entre os modos da dominação portuguesa na África e na América, busca nexos entre a resistência africana, identidades, cultura e política nas duas margens do Atlântico, tomando como objeto de pesquisa o Quilombo dos Palmares. Para Lara, o Quilombo dos Palmares era um sobado africano naquela capitania da América portuguesa.¹²⁹⁸ De acordo com Lienhard, a luta dos quilombolas afro-brasileiros em geral pode ser considerada como uma espécie de continuação de uma luta já inaugurada na África pelos africanos rebeldes que se refugiavam na floresta ou em outros lugares inacessíveis para fugir do jugo colonizador.¹²⁹⁹

Da mesma maneira que em Angola, no Brasil, os escravos também procuravam resistir às condições penosas do cativeiro. Em busca da liberdade e do fim dos maus-tratos, muitos deles empreenderam fugas, alguns chegando a formar quilombos. Em relação aos motivos que levavam à fuga de escravos no Brasil, João José Reis e Eduardo Silva afirmam que a fuga era uma forma de resistência, de ruptura, quando a negociação envolvendo escravos e senhores falhava, ou quando nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava. Diversos motivos podiam ocasionar a fuga: “abusos físicos, separação de entes

¹²⁹⁵ LIENHARD, 2005, p. 81.

¹²⁹⁶ Segundo Lienhard, “além de recurso prático para escapar ao cativeiro, a fuga, nesse contexto, é a linguagem de quem não tem a possibilidade de se fazer ouvir a sua voz no espaço do poder. A mensagem que os africanos comuns emitem através da prática da fuga é a recusa da colonização portuguesa e dos efeitos perversos que ela provoca a sua vida tradicional”. LIENHARD, 2005, p. 81-82.

¹²⁹⁷ SOUZA, 2013.

¹²⁹⁸ LARA, Silvia Hunold. Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII. In: GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

¹²⁹⁹ LIENHARD, 2005.

queridos por vendas ou transferências inaceitáveis ou o simples prazer de namoro com a liberdade”.¹³⁰⁰

O viajante inglês Henry Koster, que percorreu os sertões de Pernambuco e capitânicas anexas nos primeiros anos do século XIX, relatou a existência de fugas de escravos. De acordo com Koster, os escravos fugidos procuravam afastar-se dos lugares habitados, como uma vila, e se escondiam em bosques, agrupados em números de dez a doze indivíduos. Esses indivíduos tinham o conhecimento das matas, o que lhes propiciava vantagem contra seus captores. Nos matos, “constroem cabanas, que são chamadas de mocambos nos lugares mais ermos, e vivem da caça e dos frutos que podem encontrar.”¹³⁰¹

Existiram diversos quilombos espalhados no Brasil. Certamente o Quilombo dos Palmares foi o mais significativo deles.¹³⁰² De acordo com Marcos Carvalho e Anna Laura de França, “Palmares como um todo não pode ser reificado, pois não era um dado, mas um conjunto de comunidades guerreiras, que ainda trazia alguns traços organizacionais dos quilombos imbangalas [...]”. Em poucas palavras, Silvia Hunold Lara descreve o histórico de Palmares da seguinte forma:

No início do século XVII, escravos fugitivos estabeleceram-se nas montanhas da Serra da Barriga, na região das Alagoas, em Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Durante a invasão holandesa (de 1630 a 1654), essa comunidade se desenvolveu: formaram-se pelo menos nove grandes mocambos naquela região, o mais importante

¹³⁰⁰ REIS; SILVA, 1989.

¹³⁰¹ KOSTER, 2003, p. 532.

¹³⁰² Desde o século XIX, diversos investigadores, sob os mais variados prismas, analisam a história do quilombo dos Palmares. Silvia Hunold Lara, em artigo, realizou uma discussão historiográfica do referido quilombo. De acordo com ela, na segunda metade do século XIX, a história de Palmares já figurava como um símbolo das lutas contra a escravidão. Em seguida, Lara diz que adentrando o século XX, a história de Palmares foi construída como uma saga de liberdade, tendo o líder Zumbi como o grande herói. Na primeira metade do século XX, um segundo tema ganha destaque entre os historiadores de Palmares: o de suas características africanas. O enfoque caiu na participação dos bantus como criadores exclusivos do quilombo. No dito enfoque Palmares, era tido como um pedaço da África no Brasil. Por sua vez, na segunda metade do século XX, esse tema foi abordado com mais detalhes pela historiografia. Chegou-se à conclusão de ter havido uma forte presença de culturas falantes do kimbundo, do kikongo e de termos do idioma umbundu, todos esses derivados do bantu. Além disso, segundo Lara, estabeleceram-se comparações entre as práticas políticas imbangalas (na África Centro-Occidental) e os núcleos guerreiros estabelecidos no Nordeste do Brasil. Aos poucos, outros estudos passaram a levantar a questão multiétnica de Palmares. Nessa perspectiva, embora haja concordância da predominância centro-africana entre os habitantes de Palmares, também se ressalta que havia presença de brancos e indígenas. Palmares era multiétnico e multicultural. Por fim, de acordo com Lara, nos últimos anos, ganha força uma perspectiva que recupere não só as conexões atlânticas entre Palmares e África, mas também relações com outros eventos convergentes, em outras regiões da América. LARA, 2010, p. 100-118. Além de Silvia Hunold Lara, outro investigador que também fez uma discussão historiográfica sobre quilombos no Brasil foi Aldemir Fiabani, que aborda o quilombo não somente como resistência do trabalhador escravizado, como também trata do papel da Constituição brasileira de 1988, que determinou na atualidade o reconhecimento das terras dos remanescentes de quilombo. FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes, 1532-2004*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

deles (Macaco) com 1.500 casas. Os ‘negros dos Palmares’, como eram chamados, resistiram a diversos ataques liderados pelos holandeses e depois por autoridades portuguesas e coloniais. Em 1678, após enfrentar uma forte campanha, o líder Ganga Zumba assinou um acordo de paz com as autoridades locais, que previa o deslocamento de todos os quilombolas para uma região próxima a Serinhaém. Nem todos concordaram com os termos do acordo; vários habitantes de Palmares permaneceram na Serra da Barriga, sob a liderança de Zumbi. As duas facções logo entraram em conflito e Ganga Zumba foi morto em uma conspiração. Macaco foi reconstruído e continuou a resistir. Até 1694, quando um exército comandado por Domingos Jorge Velho destruiu Palmares. Zumbi sobreviveu, mas foi finalmente morto em uma emboscada em 1695.¹³⁰³

Após a destruição de Palmares, vários moradores do quilombo conseguiram fugir e se esconder nas matas do entorno, e em regiões um pouco mais afastadas do interior de Pernambuco. Devido a isso, campanhas prosseguiram para perseguir esses fugitivos. Segundo Marcus Carvalho e Anna Laura de França, as comunidades que formavam Palmares espalhavam-se por várias léguas de terras, entre os engenhos da costa e o agreste, por onde andavam os palmarinos, “exímios navegadores dos labirintos das matas”. Essas matas eram um tipo de sertão verde, de clima úmido, de vegetação de grande porte, de rios caudalosos.¹³⁰⁴ Mesmo após a destruição das principais povoações quilombolas de Palmares em 1695, a guerra continuaria e adentraria os primeiros anos do século XVIII. Havia focos de resistência em vários pontos daquelas matas. As tropas singravam as matas em busca dos remanescentes palmarinos.¹³⁰⁵

No século XVIII, uma série de documentos feitos por diferentes moradores certificam a atuação de um capitão chamado Antonio Vieira de Melo no combate aos “negros rebelados” dos Palmares, dentre outras coisas. Nessas certificações é possível perceber que até mesmo a vegetação da caatinga dos sertões de Ararobá, muito mais no interior de Pernambuco, foi usada pelos escravos como esconderijo. Por exemplo, segundo a certificação feita no ano de 1760 por Manuel Leite da Silva, capitão dos cavalos e comandante da freguesia de Ararobá, sobre a atuação do supracitado Antonio Vieira de Melo, consta que: “[...] a maior parte das terras dadas se achavam apossadas do gentio da terra, rebeldes e ferozes, e dos negros rebelados assistentes nas matas dos Palmares.”¹³⁰⁶ Por sua vez, no ano de 1741, na certidão de

¹³⁰³ LARA, 2010, p. 100.

¹³⁰⁴ Carvalho e França observam que as comunidades quilombolas que formavam o complexo Palmarino estavam situadas numa espécie de “sertões densamente verdes, mas onde era difícil conseguir o sustento para as tropas [colonizadoras], justificando por vezes chamá-los de desertos”. Portanto, essas matas “não eram sertão por estarem distantes. Elas estavam ali, muito perto [do litoral]. Eram sertão pela impossibilidade de cruzá-las facilmente, de sobreviver sem saber como aproveitar seus furtivos recursos, de conquistá-las mesmo dispondo de ferro e fogo”. CARVALHO, Marcus; FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. Palmares, a cabanada, a “gente das matas”. In: GOMES, Flávio (Org.). Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séc. XVI-XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 133-134.

¹³⁰⁵ *Ibid.*

¹³⁰⁶ MELLO, 1975, p. 762-763.

Luiz Mendes da Silva, Cabo Regente do Terço dos Palmares, consta que o dito foi mandado a correr as campanha e destruir os mocambos que se viam ocultos e espalhados pelos matos, em que se fez preciso romper as matas em seguimento dos negros até sair às Fazendas de Antonio Vieira de Melo “[...] pelas beiradas de cima que eram caatingas as mais dificultosas marchas, onde pela aspereza se costumavam a ocultar os negros [...]”.¹³⁰⁷ Já na certidão elaborada no ano de 1729, de Manuel de Araújo Cavalcanti, presbítero do hábito de São Pedro, Cura e Vigário da Vara na capitania de Ararobá, consta que Antonio Vieira de Melo era senhor de muitas partes destes lugares (sertões de Ararobá), sendo estes compreendidos por “muitas partes incógnitas e ásperas caatingas, em que habitavam antigamente os negros rebelados [...]”.¹³⁰⁸

Informações que reforçam que “negros” do Palmares também adentraram mais os sertões a oeste, atingindo os cantos “infrutíferos” e “incultos” da caatinga, pode ser visto num documento localizado na Biblioteca Pública de Évora/Portugal, intitulado “Relação do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco (1678)”.¹³⁰⁹

[...] e pera parte do oeste do sertão dos Palmares se dilatam campos largamente estendidos, porém muitos infrutíferos, é só para pastos acomodados. A este inculto e natural canto se recolheram alguns negros a quem, ou os seus delitos, ou a intratabilidade de seus senhores, fez parecer menos castigo, do que o que eles receavam, podendo tanto neles a imaginação, que se davam per seguros onde podiam estar mais arriscados; facilitou-lhes a estância a comédia, e com pressas que começaram a fazer, e com persuasões da liberdade, que começaram a espalhar, se foram multiplicando.¹³¹⁰

Sendo assim, nos supracitados trechos, percebe-se que partes dos sertões denominados de Ararobá, em Pernambuco, possuíam remanescentes de “negros rebelados dos Palmares”, o que indica que essas pessoas, ao fugirem da destruição do referido quilombo, adentraram muito mais as terras do interior de Pernambuco. Diferentemente dos sertões verdes, de clima úmido, de matas exuberantes e rios caudalosos onde Palmares outrora estava incrustado, o sertão de Ararobá para onde alguns dos palmarinos e seus descendentes se esconderam era caracterizado em boa parte por clima quente e seco, solo pedregoso e vegetação de pequeno porte, retorcida e espinhosa (a chamada caatinga).

Contudo, as matas dos sertões mais ao interior de Pernambuco não tinham somente remanescentes de escravos fugidos do antigo quilombo dos Palmares, ou seus descendentes. Como já demonstrado, diversos sítios, fazendas e povoados possuíam trabalhadores escravos

¹³⁰⁷ *Ibid.*, p. 763-764.

¹³⁰⁸ MELLO, 1975, p. 764-765.

¹³⁰⁹ BPE. Cod. CIII/2-13 a n.º 09.

¹³¹⁰ *Ibid.*

em suas terras. Portanto, nesses locais, não seria difícil imaginar que alguns desses cativos conseguissem fugir e se embrenhar pela caatinga à procura de abrigo. Esses escravos fugidos viam nos lugares mais afastados a oportunidade de se esconder dos seus proprietários e das autoridades locais. Possivelmente, alguns desses fugitivos poderiam ter chegado até a formar pequenos quilombos nas caatingas ásperas,¹³¹¹ já outros poderiam ter empreendido as fugas no intuito de tentar negociar melhores condições com seus donos ou com outros senhores.¹³¹²

Nos inventários de 1771 a 1810, aparecem alguns registros de fugas de escravos de determinadas propriedades dos sertões de Pernambuco. No ano de 1785, na Fazenda das Almas, julgado do Pajeú, o crioulo Luiz foi descrito como “muito preguiçoso” e “acostumado a fugir”.¹³¹³ Possivelmente o fato de resistir à escravidão, seja na lentidão das atividades do dia a dia, seja nas tentativas de fuga, gerou ao referido escravo essa má fama entre seus senhores. Interessante notar que Luiz era casado com a cabra Catharina. Nesse sentido, possivelmente as fugas empreendidas pelo escravo ocorreram antes da união com sua mulher. A não ser que ele abandonasse a esposa nessas tentativas, já que ela em nenhum momento foi descrita como dada a fugas. Ou então, as fugas empreendidas pelo crioulo eram temporárias, reivindicatórias, isto é, sem o objetivo de rompimento radical com o sistema, conforme casos identificados por João José Reis e Eduardo Silva em diversas regiões do Brasil.¹³¹⁴

Já no ano de 1788, o mulato João havia fugido do seu senhor, um português chamado Luiz Ferreira Maciel, proprietário da Fazenda da Barra e da Alagoa, ribeira do Pajeú, tendo sido encontrado em outra propriedade em casa e poder de um capitão chamado Aleixo Feliz de Andrade, morador em seu engenho junto de Limoeiro. Tanto o Pajeú quanto Limoeiro situavam-se nos sertões de Pernambuco, porém, a distância de uma localidade para outra, em linha reta, fica a mais de 275 quilômetros. No seu testamento, segundo Luiz Ferreira de Maciel, foi o próprio capitão Aleixo quem escreveu uma carta informando o paradeiro e o desejo de comprar o mulato João pelo valor de 150 mil réis. Por sua vez, o proprietário Luiz

¹³¹¹ Ainda hoje é possível perceber a existência de remanescentes quilombolas em áreas mais afastadas dos municípios do interior de Pernambuco. Sobre algumas dessas comunidades ver OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Da escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco. In: CESAR, Tiago da Silva *et al.* (Org.). *História, cultura e patrimônio: experiências de pesquisa* [e-book]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

¹³¹² Como diz João José Reis e Eduardo Silva, no Brasil, “conhecedores das malhas finas do sistema, [escravos] escapavam muitas vezes já com a intenção de voltar depois de pregar um “susto” no senhor e, assim, marcar espaços de negociação no conflito”. Ainda de acordo com Reis e Silva, havia dois tipos de fugas empreendidas pelos escravos: uma de caráter reivindicatório, isso é, estas não pretendiam um rompimento radical com o sistema, mas sim negociar condições com o senhor. Já a outra, era de caráter mais radical, ou seja, de rompimento e insurreições. REIS; SILVA, 1989, p. 9, 65-66.

¹³¹³ IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785

¹³¹⁴ Sobre as fugas reivindicatórias ocorridas no Brasil ver: REIS; SILVA, 1989.

Maciel informou que o valor de seu escravo era de 190 mil réis, e na falta da arrecadação do valor, o escravo deveria ser reconduzido para sua propriedade no Pajeú.¹³¹⁵

Os sertões também eram procurados pelos escravos fugitivos oriundos do litoral. No ano de 1725, por exemplo, uma escrava assassinou seu senhor e fugiu para o sertão. Infelizmente não foi possível saber os motivos que levaram ao assassinato e à fuga, pois o documento encontra-se bastante ilegível. Contudo, sabemos que o documento trata de um requerimento do filho do falecido pedindo justiça para apuração da morte do seu pai, militar do terço de Olinda.¹³¹⁶

As fugas de escravos em Pernambuco pareciam ser constantes. Nos anos de 1750, a existência de um Juízo dos Ausentes tinha, dentre suas finalidades, devolver ou arrematar escravos fugidos. Os senhores que mandassem resgatar seus fugitivos cativos recolhidos pelo Juízo deveriam pagar todas as despesas feitas pelo dito órgão. Cabia a esses senhores identificar seus escravos declarando o nome deles e os lugares de onde eram provenientes. Caso algum escravo não fosse requisitado por seu dono, o cativo seria rematado por um valor estipulado a outro senhor. Entretanto, ao que parece, havia problemas dentro do referido órgão. No ano de 1757, a Câmara do Recife escreve carta ao rei Dom José sobre os delitos cometidos pelo Juízo dos Ausentes que recolhia os escravos fugidos e os arrematava para outrem por preços diminutos, em prejuízo de seus antigos donos que chegavam a procurar e identificar no Juízo seu cativo fujão.¹³¹⁷

Nem todo escravo fugia de seu senhor à procura de liberdade. Havia casos de escravos que empreendiam fugas na esperança de encontrar outro senhor, talvez menos violento do que o antecessor. Segundo a tal carta emitida pelos supracitados oficiais da Câmara do Recife ao rei Dom José I, alguns dos cativos fugidos, desde o Rio São Francisco até o Maranhão, buscavam “qualquer Comarca que melhor conta lhes faz para serem arrematados, sendo em grave prejuízo de seus senhores”. Em outras palavras, tudo indica que alguns escravos fugiam de seus antigos donos no intuito de serem recolhidos pelo Juízo dos Ausentes para em seguida serem arrematados por outra pessoa.¹³¹⁸

Por fim, independentemente de os escravos fugirem em caráter temporário ou de fugirem do cativeiro realmente em definitivo, o fato é que os matos eram os grandes aliados para acobertar o cativo africano e seus descendentes. Afinal, desde as florestas da África que

¹³¹⁵ O português Luiz Ferreira Maciel, em seu testamento, afirmou ser natural da freguesia de Darque, arcebispado de Braga, filho legítimo de Roque Ferreira Maciel e de Ângela Ferreira. MJPE. BR PEMJ FLOR, cx. 961. Testamento Comendador Luiz Ferreira Maciel, 1788.

¹³¹⁶ AHU_ACL_CU_015, cx.31, D.2789.

¹³¹⁷ AHU_ACL_CU_015, cx. 84, D. 6978.

¹³¹⁸ AHU_ACL_CU_015, cx. 84, D. 6978.

escravos costumavam desenvolver resistência aos senhores coloniais. Uma vez atravessados pelo Atlântico, isso continuaria a ocorrer na América potuguesa. Inseridos do litoral aos sertões do Brasil, não tardará muito para os escravos africanos e seus descendentes compreenderem que aquelas florestas, tão semelhantes e ao mesmo tempo diferentes da sua terra natal, eram também suas aliadas mais seguras contra a escravização por parte dos colonizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais podem ser tiradas a partir da nossa investigação sobre as conexões existentes entre Pernambuco (América portuguesa) e Angola (África portuguesa), e sobre a gradual inserção dos sertões de ambas as localidades na dinâmica do Império Português, propiciada pela expansão territorial que ocasionou o trânsito de pessoas e culturas, na passagem do século XVIII para o XIX. Trânsitos esses diversos e multifacetados, dos quais chegaram até nós alguns vestígios da sua existência, mas ainda assim pairam lacunas na formação completa de sua malha. Contudo, se pensarmos nessa malha como um grande quebra-cabeça,¹³¹⁹ em que algumas peças se perderam ao longo dos anos, então foi dado um passo importante ao encontrar e juntar o máximo de peças que nos foi possível para, ao menos, colocá-las no lugar certo no intuito de termos uma ideia aproximada do panorama original. Dessa forma, este trabalho procurou preencher algumas lacunas a respeito do nosso objeto de pesquisa, mas temos ciência de que outras podem ser complementadas em trabalhos vindouros, apesar de nunca se conseguir atingir a perfeita completude.

Muito foi feito, mas ainda há muito a se fazer. Um tema nunca se esgota e, como tal, está sempre aberto ao desenvolvimento de novas investigações. A discussão sobre a origem da palavra sertão ainda continua aberta, bem como o debate sobre a forma como o vocábulo era utilizado. A respeito do trânsito da cultura material, deixamos apontadas aqui a necessidade de ampliação das pesquisas. Tanto em termos quantitativo dos produtos analisados (afinal, existiram outras remessas para além daquelas que identificamos) quanto de produtos que não puderam ser contemplados no estudo devido à viabilidade do trabalho (o sal e a jeribita são dois exemplos). Ademais, demos maior enfoque na circulação de produtos primários oriundos dos sertões. Por outro lado, é interessante também fazer investigações sobre os produtos manufaturados que adentraram ambos os sertões. Ainda sobre o trânsito de produtos, tivemos bastante dificuldade em identificar os agentes mediadores que levavam e traziam consigo essa cultura material. As poucas referências que nos deparamos na documentação eram generalizantes acerca dessas pessoas. Sendo assim, é necessário estudos que busquem esmiuçar melhor a história desses indivíduos. No que concerne à entrada de escravos africanos e seus descendentes pelos sertões de Pernambuco, fazem-se necessárias

¹³¹⁹ “jogo que consiste em combinar peças que se encontram baralhadas a fim de formar um todo, em geral uma figura.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1679.

mais pesquisas para que se somem às nossas. O trajeto pelos caminhos, as passagens desses escravizados pelas veredas, ainda são aspectos pouco conhecidos. Para aqueles investigadores que enveredam pela linha da história econômica, há campo para analisar os preços de diversos produtos e escravos que transitaram entre Pernambuco e Angola, e vice-versa, as formas de negociações e o cálculo das arrecadações tributárias dessas transações. Para outros, que seguem a linha da história política e administrativa, as correspondências trocadas entre as autoridades do governo de Angola, de Pernambuco e o Conselho Ultramarino na Metrópole parecem ser terreno fértil para analisar interações ou disputas de poder político entre essas pessoas e instituições.

Dito isso, passamos agora para uma breve retrospectiva da jornada percorrida ao longo do presente trabalho. Na primeira parte da tese, nossa abordagem iniciou-se com a discussão do conceito de sertão. Observamos que a referida palavra era usada para designar tanto o apartado da costa, isto é, o interior continental, quanto lugares onde a presença colonizadora era escassa ou inexistente, independentemente desses lugares serem afastados ou não da costa marítima. Não é de estranhar, então, que tenhamos identificado que em alguns documentos escritos entre os séculos XVI e XIX se utilizou o termo sertão/sertões para designar alguns espaços que faziam parte da própria orla continental, mas ainda eram caracterizados pela pouca presença colonizadora. Portanto, não eram somente as distâncias físicas que caracterizavam as duas regiões (costa/sertão). Sobretudo, era também a detenção, em maior ou menor grau, de elementos dos padrões culturais europeus (leis, forma de habitar, idioma, forma de se vestir). Nesse caso, os litorais da África e América possuíam bem mais dos padrões europeus, justamente por sua maior ligação com a Europa, por conta do Oceano Atlântico, que servia de elo através das navegações, e também por conta dos objetivos econômicos da Coroa, voltados mais para essas regiões litorâneas.

A conquista do interior do Brasil e Angola realizou-se pelos colonizadores por meio de um conjunto de interesses distintos, mas possuíam alguns pontos em comum. Expansão do controle territorial, disseminação da fé católica, desenvolvimento de comércio e aquisição de terras e títulos eram aspirações que permeavam a Coroa Portuguesa, a Igreja Católica, as elites metropolitanas e coloniais. A penetração, as conquistas e a ocupação dos sertões de Angola e da América portuguesa não ocorrerem de forma homogênea e ininterrupta. Ao longo dos séculos, o processo de avanço colonizador ora acelerava, ora desacelerava. Essa alternância se dava por variados tipos de fatores, dentre eles, o empenho e as prioridades dos governos das colônias e da Metrópole portuguesa. Além disso, a resistência dos povos autóctones, a dificuldade do clima, da vegetação, do relevo e da fauna estranha aos

colonizadores também contribuíam para essa alternância. Nesse sentido, a penetração dos portugueses nos sertões do Pernambuco e Angola não foi apenas paralela e contemporânea. Tratando-se da expansão colonizadora em Pernambuco e Angola, a penetração nestes dois lugares têm muitos elementos em comum, embora mantenham também suas especificidades. Mais do que um simples paralelismo, elas partilhavam alguns aspectos básicos. Seguiram basicamente um mesmo esquema: primeiro, o reconhecimento do terreno mediante a incursão esporádica de pessoas; segundo, o estabelecimento de missões religiosas e edificações de alguns enclaves coloniais ao mesmo tempo em que se faziam progressivas interações e/ou conflitos abertos aos autóctones; terceiro, o recrudescimento das guerras de conquista e finalmente, a própria conquista e ocupação efetiva dos sertões. Esta última fase se dará mais lentamente em Angola do que em Pernambuco. Esses processos geraram conflitos intensos e violentos entre conquistadores europeus e os autóctones daqueles lugares, mas também propiciaram contatos, negociações e interações.

Nesse processo de penetração em ambos os sertões, um fio mais direto liga essas duas histórias paralelas: um mesmo discurso emanado pelo colonizador que estabelecia dicotomias entre a costa marítima e o sertão, o litoral *versus* o interior, os espaços coloniais *versus* espaços selvagens, os colonizadores *versus* os autóctones, tanto do Brasil quanto de Angola. É justamente essa dicotomia que aproxima a história de Pernambuco com a história de Angola; afinal, a dualidade era concebida e emanada por um processo colonizador mais amplo sob a égide de Portugal. Ao longo dos séculos, esse discurso tanto vai influenciar quanto vai sofrer influência das representações elaboradas pelos mais diversos agentes da expansão sobre os sertões. Portanto, dificilmente se podem dissociar as intenções portuguesas quanto à penetração e representação dos sertões do Brasil e de Angola, já que elas partiam praticamente de um mesmo objetivo e de um mesmo discurso colonizador. Na análise em diferentes documentos, percebemos as diferenças físicas e culturais existentes entre os espaços e habitantes dos dois sertões. No entanto, é justamente na análise das representações elaboradas que notamos que o interior dos dois continentes era pensado por meio de alguns aspectos em comum, pois, além de ambos serem representados como desertos, perigosos, inóspitos, incultos e com diversos tipos de riqueza, eram considerados como territórios que faziam parte de projetos expansionistas de caráter político, religioso, econômico e científico, onde transitavam pessoas que levavam e traziam os mais diversos tipos de conhecimentos das vastidões do Império.

Embora houvesse o predomínio de representações negativas acerca desses lugares, ao longo dos séculos, vimos que representações de um sertão positivo também transpareceram

em diversos documentos elaborados pelos diversos agentes da colonização. Não somente no quesito de riquezas materiais (do reino animal, vegetal e mineral), mas também no que compete a lugares aprazíveis, de bom clima, com populações locais que detinham conhecimentos alimentares, medicinais e de habitação dos lugares onde viviam. Analisamos como essas representações negativas e positivas muitas vezes se entrelaçavam a respeito de um mesmo objeto, povo ou lugar. Enfim, por meio das análises das representações, pudemos ter uma ideia dos aspectos naturais e humanos dos sertões de Pernambuco e Angola, ao longo dos séculos. Sertões esses que se tornavam cada vez mais conectados aos espaços do Império Português, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, com o estabelecimento de um fluxo mais intenso de pessoas e produtos.

A segunda parte do trabalho focou nas conexões existentes entre a Capitania de Pernambuco e o Reino de Angola a partir dos trânsitos de produtos de um lugar para o outro e vice-versa, dando ênfase aos seus sertões. Em relação aos séculos XVI e XVII, Alencastro referiu-se acerca das intensas relações entre o núcleo negreiro do Brasil e Angola. Segundo o investigador, as capitanias do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco possuíam mais ligações com Angola, do outro lado do oceano, do que com algumas partes do norte ou do extremo sul da América portuguesa. Por nossa vez, a partir do que investigamos, especificamente a respeito da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola, podemos dizer que as intensas conexões continuaram adentrando o século XIX. O aumento do número de escravos traficados entre esses dois lugares a partir da segunda metade do século XVIII, assim como o interesse cada vez maior dos colonizadores sobre os sertões do Brasil e Angola contribuíram para o fortalecimento dos laços entre os dois lados do Atlântico, à medida que mais produtos saídos do interior continental passaram a ser remetidos de um lado para o outro.

Entre Pernambuco e Angola, o tráfico de escravos aglutinava em seu bojo uma gama de mercadorias ancilares que eram deslocadas de um lugar para o outro. Sobre essas últimas, analisamos na documentação aqueles produtos e remessas que nos foram possíveis: marfim, cera, ferro, animais selvagens, farinha de mandioca, carne de gado vacum, cavalos, madeiras. Tarefa árdua em razão das informações fragmentadas e dispersas em diversos documentos pertencentes a diferentes instituições arquivísticas. Apesar disso, essas informações coletadas e analisadas por nós reforçam quão Pernambuco e Angola estavam conectados entre si através do trânsito de produtos assim como demonstram como os sertões de ambos os lugares cada vez mais se tornaram inseridos nas dinâmicas do Império Português.

Entre aquelas mercadorias que seguiram de Pernambuco para Angola, demos enfoque na farinha de mandioca, carne seca, cavalos e madeira. Elas foram usadas pela sociedade colonial de destino, tendo uma participação ativa em termos culturais. Conforme analisamos, algumas delas saídas de Pernambuco, como a farinha de mandioca e os cavalos, exerceram influência na sociedade desde o litoral até os sertões angolanos.

Embora tivesse a própria plantação de mandioca, introduzida pelos portugueses desde o século XVI, Angola continuou dependente das remessas de farinha que vinham do Brasil. Pernambuco, assim como Bahia e Rio de Janeiro, eram os principais lugares provedores do produto. Na Capitania de Pernambuco, a mandioca, tubérculo do qual se fazia a farinha, era plantada tanto nas áreas litorâneas quanto no interior. Desse último, a farinha partia em direção ao primeiro para abastecer as vilas de Recife e Olinda. Dali também ganhava o circuito Atlântico com destino a Portugal e também Angola. A farinha remetida para a colônia de Angola alimentava não só escravos que partiam para a América, como também contribuía na alimentação da sociedade, principalmente, em períodos de carestia do produto. Além disso, em Angola, da mesma maneira que no Brasil, a farinha de mandioca era usada no soldo dos militares. A existência de presídios (fortificações militares) na terra adentro, assim como o recebimento de soldos por parte dos militares que ali serviam, implica dizer que a farinha que chegava do Brasil, e se juntava com a “da terra”, também era utilizada nos sertões angolanos.

Já os cavalos, eram imprescindíveis para a conquista, manutenção e defesa dos sertões de Angola. A restrição de criação de cavalos na África Centro-Ocidental, imposta pela Coroa Portuguesa, foi motivo para a importação de cavalos vindos do Brasil. Embora a Bahia e o Rio de Janeiro remetessem cavalos, havia na mentalidade da época a ideia de que os equinos procedentes de Pernambuco eram mais resistentes ao clima inóspito dos sertões de Angola. Contudo, não devemos tomar isso como único motivo para a escolha dos lugares de onde partiam esses animais. Além dos interesses de autoridades ligadas ao comércio dos bichos, o tempo de travessia desses animais enviados de diferentes partes do Brasil poderia influenciar na escolha dos lugares. Nesse caso, uma viagem feita a partir da Capitania de Pernambuco demorava menos tempo para chegar a Angola do que as viagens que partiam da Bahia e do Rio de Janeiro. Isso deveria refletir no estado de conservação em que chegavam esses animais, bem como nas despesas geradas pela travessia. Uma vez desembarcados em Luanda, os cavalos eram utilizados nas companhias militares, que, por sua vez, promoviam expedições para a conquista e/ou manutenção dos sertões de Angola. Foi somente a partir do século XIX, no intuito de estimular a criação dos quadrúpedes como meio de transporte para a população, que a Coroa Portuguesa liberou a entrada de éguas no território angolano, mas não sem antes

estabelecer uma série de medidas para que o animal não caísse em mãos dos inimigos nos sertões.

A carne seca também saía de Pernambuco para Angola, mesmo esta última tendo a própria criação de gado e um grande potencial para exploração econômica. Em certo momento, autoridades em Angola chegaram até mesmo a comparar as próprias criações com as do Brasil. Entretanto, ao que parece, períodos de carestia de alimentos em Angola contribuíam para a solicitação do produto ao Brasil. Por ser uma das principais capitânicas da América portuguesa a criar gado em seus sertões, Pernambuco fornecia, em certos momentos, carne seca para Angola. Em Angola, foi criado até um contrato para as carnes vindas de Pernambuco. Porém, não sabemos quanto tempo isso durou. Na colônia africana, a carne vinda do outro lado do Atlântico juntava-se à carne extraída das próprias criações locais e contribuíam na alimentação dos escravos embarcados nos navios negreiros em direção aos vários portos da América portuguesa.

Por fim, em relação à madeira remetida do Brasil para Angola, vimos que algumas delas eram originadas de Pernambuco. Usadas em obras públicas e privadas, a referida matéria-prima era utilizada também na confecção de móveis. A justificativa dada pelas autoridades angolanas para a importação de madeira do Brasil era que naquela colônia na África não existia madeira de qualidade. Contudo, chegamos à conclusão de que em Angola havia sim boa madeira, porém o que não existia era uma logística plenamente desenvolvida para procurar, extrair e conduzir essa matéria-prima dos distantes sertões até a cidade de Luanda no litoral. Sendo assim, saía mais cômodo, embora mais dispendioso, trazer madeiras do Brasil, principalmente de Pernambuco e capitânicas anexas, onde a logística de aquisição do produto era bem mais desenvolvida, pois já estavam a ser usadas em larga escala na reconstrução de Lisboa devido à destruição causada pelo terremoto de 1755.

Por sua vez, no sentido inverso do trânsito, foi possível perceber que mercadorias saídas de Angola, de certa forma, também exerceram papel em Pernambuco. Estamos a falar do marfim, da cera, do ferro e de animais selvagens. Embora tenham ido de Angola para Portugal, com escala em Pernambuco, tudo indica que frações desses produtos acabaram por ficar definitivamente naquela capitania da América portuguesa, seja de forma direta, de uma colônia para outra, seja de forma indireta, quando alguns desses produtos, uma vez chegados a Portugal, depois poderiam descer para abastecer a colônia do Brasil, da qual Pernambuco fazia parte. Independentemente da entrada definitiva, ou da entrada somente por conexão, a presença de todos esses produtos de Angola no porto de Pernambuco certamente alterou o cotidiano da referida capitania da América portuguesa, desde a necessidade das trocas de

cartas entre as duas colônias, que anunciavam os produtos, até o relativo impacto que alguns desses produtos exerceram na sociedade pernambucana.

O marfim definitivamente fazia escala em Pernambuco. Milhares de pontas deram entrada na Mesa de Inspeção daquela capitania. Depois de desembarcadas, identificamos que, por vezes, as pontas de marfim eram divididas e encaminhadas dali para Lisboa em distintas embarcações. Nesse trânsito, havia a possibilidade dessa matéria-prima ter ficado por Pernambuco, porém mais restrita à região litorânea, lugar onde havia a presença das vilas açucareiras, centro de maior poder econômico na capitania. Já nos sertões, tudo indica que a presença do marfim era escassa. A ausência de objetos compostos desse produto na amostragem de inventários *post-mortem* dos habitantes daquela região nos sugere isso. Na descrição de bens dos tais inventários, havia desde objetos mais valiosos feitos de ouro, prata e cobre até objetos menos valiosos feitos de madeira, vidro, entre outras coisas. Portanto, caso algum morador tivesse realmente algum objeto de marfim, este seria descrito, coisa que não ocorreu.

Por sua vez, a cera de abelha dos sertões de Angola também foi remetida ao Brasil. Pernambuco recebeu esse produto, principalmente no fim da segunda metade do século XVIII, período em que houve um aumento de remessas devido a um alvará régio isentando o pagamento do Direito de entrada e saída desse produto africano nos portos brasileiros. O Brasil também extraía e importava cera para Portugal, porém, a devastação das florestas causada pela monocultura contribuiu para a diminuição da referida matéria-prima produzida pela abelha, sendo necessário receber o produto exportado por Angola. Tanto em Angola quanto no Brasil e Portugal, a cera era usada na fabricação de velas. Por sua vez, esse objeto era importante para a iluminação das residências e de espaços públicos, bem como para os ritos religiosos nas igrejas e procissões. Pernambuco não fugia à regra, e tinha uma sociedade que utilizava velas feitas de cera de abelha. Inclusive, a matéria-prima, ou o produto manufaturado (vela), alcançava até os distantes sertões, sendo utilizada nas festas de povoados e vilas, nas igrejas e nas residências familiares. Nestas últimas as velas chegavam até a ser inventariadas como herança.

O ferro era produto muito importante nas sociedades coloniais de Pernambuco e Angola. Embora Angola extraísse o próprio ferro e fizesse uso dele em algumas obras e confecção de objetos, tudo indica que a maior parte dos artefatos prontos vinha realmente de fora, ou seja, do Brasil e de Portugal. Por outro lado, cabia a Angola o papel de exportar ferro bruto e fundido para essas outras duas localidades. Pernambuco era um dos principais portos da América portuguesa que servia de escala da referida matéria-prima que seguia para

Portugal. Contudo, como visto, identificamos prova de que a América não serviu somente de escala para o produto. Parte do ferro oriundo de Angola também entrou e ficou definitivamente por lá, no intuito de ser usado na confecção de ferramentas para trabalho nas minas e na agricultura. Aliás, Pernambuco não só recebia a matéria-prima bruta e fundida remetida por Angola, como também se propunha, em certa época, a receber e consertar armas e ferramentas danificadas existentes naquela colônia em África. Sendo assim, a circulação do ferro bruto e fundido, bem como de objetos feitos de ferro, mostra-nos quanto essa matéria-prima transitava pelos espaços do Império Português.

Pernambuco também servia de escala para animais selvagens saídos de Angola com destino final Portugal. Capturados nos sertões da África Centro Ocidental, era necessário toda uma logística especial para transportá-los vivos do interior até a costa marítima, para dali seguirem em viagem para os portos brasileiros e, em seguida, até o porto de Lisboa. Nesse trânsito, pássaros, zebras, elefante, leopardo, entre outros animais, aportavam temporariamente por Pernambuco. Uma vez que chegavam ao porto do Recife, por vezes, esses animais vindos da Angola somavam-se aos capturados nos sertões de Pernambuco, subindo todos juntos em direção a Portugal. Já que existia a conexão, possivelmente também havia probabilidade de alguns animais exóticos da África terem definitivamente entrado em Pernambuco, principalmente a título de descaminho e contrabando, para compor o acervo de algumas famílias mais abastadas. Contudo, independentemente da entrada em definitivo, ou da entrada somente por escala, o fato é que a presença dessas animálias no porto e arredores deve ter chamado a atenção das pessoas da vila do Recife. Comentários sobre os animais certamente emanaram dos marinheiros que com eles dividiram a embarcação, dos funcionários que trabalhavam no porto do Recife, dos transeuntes que passaram pela área em certas ocasiões, etc. Não deveria ter demorado muito para que alguns dos comentários também chegassem às rodas de conversa entre colegas, amigos, famílias, entre outros. Talvez por isso a história da estada de um elefante numa instituição de Pernambuco, durante o tempo do Marquês de Pombal (1750-1777), ainda ecoasse e tivesse sido captada pelos relatos de um viajante inglês que visitou a referida capitania no ano de 1816, portanto décadas após o fim do período Pombalino.

Por fim, havia os escravos traficados de Angola para Pernambuco. Eles ocuparam o papel de principal mercadoria transitada à frente do marfim, da cera, do ferro e dos animais selvagens. Na colônia na África, havia os escravos “em trânsito”, isto é, os descidos das distantes regiões a leste de Angola com destino direto para o tráfico Atlântico; e os escravos “residentes”, ou seja, aqueles que eram utilizados na própria sociedade colonial de Angola,

embora também pudessem ser vendidos para o tráfico Atlântico caso fosse do interesse de seus senhores. Havia até mesmo casos de indivíduos livres, mas, em certas ocasiões, eram escravizados ilegalmente e também remetidos para a América portuguesa.

A presença interna de escravos na sociedade colonial de Angola era marcante. Conforme analisamos no rol de escravos das freguesias de Muxima e Pedras (enclaves portugueses nos sertões angolanos), havia cativos das mais diversas qualidades compondo as escravarias dos moradores desses dois lugares: eram os escravos angolas, congos, cabangas, cambulus, calungas, cazangas, pambalas, dalas, nhangues, entre outros, o que comprova a existência de uma diversidade de qualidades de escravos pelo território daquela colônia. Porém, ao serem remetidos pelos portos de Luanda e Benguela para Pernambuco e outras capitânicas do Brasil, tudo indica que muitos desses escravos passavam a ser denominados genericamente como “angolas”, em alusão à colônia de onde partiram, tendo assim suas qualidades originais substituídas. Em outras palavras, o termo “angola” passou a englobar, muitas vezes, os escravos congos, benguelas, cabangas, dalas, entre outros.

Havia toda uma estrutura em funcionamento para o descimento de escravos dos sertões de Angola até o destino final na América portuguesa. Diversas pessoas faziam parte dessa engrenagem, cada uma exercendo um papel específico. Entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, identificamos ao menos duas pessoas de Pernambuco com ligação com o tráfico em Angola, e uma delas atuou *in loco* durante anos nos sertões dessa colônia na África. A presença de pessoas oriundas de Pernambuco e de outros lugares do Brasil nos sertões de Angola não era de se estranhar. Por vezes, o próprio governo da referida colônia solicitava a ida de colonos e soldados do Brasil para lá no intuito de servirem e povoarem aquele território. Inclusive, parecia haver uma espécie de preferência para que essas pessoas fossem oriundas dos sertões de Pernambuco e da Bahia que, segundo tese da época, seriam mais acostumados com o clima dos sertões de Angola. Parece que o volume de ida desses colonos do Brasil não era suficiente, pois as autoridades em Angola estavam sempre a solicitar a chegada de mais pessoas. Entretanto, independentemente dos números, o fato é que indivíduos saíram do Brasil (por livre iniciativa ou por degredo) para levar uma nova vida no continente africano. Portanto, uma vez que chegavam e se instalavam em Angola, essas pessoas se inseriam nas atividades econômicas locais, inclusive, no tráfico de escravos.

O percurso de muitos cativos nas longas distâncias dos sertões da África para o litoral angolano, e dali para a América portuguesa, era só o início do sofrimento por que passavam esses homens, mulheres e crianças. As condições precárias dessas pessoas continuavam ou,

até mesmo, pioravam ao serem embarcadas nos portos africanos. Os atrasos dos navios nos portos, bem como a superlotação contribuía para que muitos morressem antes mesmo que os navios levantassem âncora. Além disso, ao longo da travessia do Atlântico, mais escravos pereciam confinados nas embarcações. Após a travessia do Atlântico, os escravos sobreviventes eram desembarcados nos diversos portos da América portuguesa. Uma parcela desses homens, mulheres e crianças cativas já aportavam doentes.

Em relação a Pernambuco, a maior parte da escravatura acabava por ser utilizada nas propriedades agrícolas de plantação de cana e fabrico de açúcar, como também em diversos afazeres nos principais núcleos urbanos da capitania, tanto um quanto outro situado nas áreas litorâneas e no entorno. No entanto, a partir do século XVIII, cada vez mais escravos passaram a ser conduzidos para os sertões devido à consolidação do processo de conquista e ocupação do interior do território, que proporcionou um aumento de povoados e vilas, assim como de propriedades rurais. Nesses casos, para muitos escravos, além da travessia transatlântica, havia uma viagem complementar em direção ao interior de Pernambuco, que se caracterizaria como uma continuação das rotas dos escravos saídos de Angola e outras regiões da África.

Nos sertões de Pernambuco e adjacências, enquanto uns escravos eram introduzidos para realizar trabalhos rurais, outros eram conduzidos até lá para trabalhar nas minas mais distantes do interior do Brasil. Embora os testamentos, inventários *post-mortem* e outros documentos comprovem a presença de escravos africanos nos sertões de Pernambuco, as informações sobre a entrada dessas pessoas nessas regiões periféricas ainda são escassas. Na busca por vestígios a respeito especificamente da introdução de escravos pelo interior de Pernambuco, identificamos alguns pontos: até pelo menos meados do século XVIII, as autoridades da capitania e da Metrópole tinham preocupação com o abastecimento de escravos nos sertões. Havia o risco de muitos escravos serem deslocados dos afazeres agrícolas para o trabalho das minas, causando, assim, prejuízo para o comércio de gêneros agrícolas e abastecimento de alimentos. Por outro lado, havia casos de condutores que deveriam levar a mercadoria escrava até as minas, mas não completavam seu trajeto, pois no meio do caminho ia vendendo seus escravos para serem utilizados em outros trabalhos, que não o da mineração. Em consequência dessa instabilidade, na tentativa de melhor equilibrar a entrada de escravos nos sertões, as autoridades de Pernambuco e da Coroa procuravam instituir medidas de controle. O uso de passaportes por escravos era uma delas.

Sem dúvida, o escravo foi a mercadoria que mais exerceu influência cultural no lugar para onde foram destinados. Acostumados a trabalhar nas minas, na criação de gado, na

plantação de mandioca e milho nos antigos territórios que habitavam na África, muitas vezes, esses escravos “angolas” eram adquiridos por senhores dos sertões de Pernambuco e adjacências. Uma vez ali inseridos, aplicavam diversas práticas e costumes vindos da África Centro-Occidental, bem como se miscigenavam biológica e culturalmente com a população local composta por luso-brasileiros, grupos indígenas e escravos de outras partes da África. Conseqüentemente, a miscigenação de angolas com brancos, angolas com indígenas, angolas com angolas, angolas com outros africanos geraram toda uma leva de mulatos, pardos, cabras, crioulos.

Todos os escravos que apareceram nos inventários e em outros documentos ao longo deste trabalho eram somente alguns dos milhares de cativos africanos e cativos nascidos no Brasil que estavam espalhados por vilas, povoados, fazendas, sítios e demais propriedades rurais dos sertões de Pernambuco. Embora existissem na antedita capitania escravos da África Occidental (jejes, minas e guinés), a maior parte deles era proveniente/descendente da África Centro-Occidental, ou seja, eram os tais “angolas”, “crioulos” e mestiços. Eram pessoas que carregavam consigo heranças culturais, como o kimbundu ou outros idiomas (kikongo e umbundo), assim como práticas de trabalho, hábitos, entre outros fatores. Alguns dos escravos certamente já chegavam à Capitania de Pernambuco com a cultura miscigenada desde Angola devido à presença portuguesa desde o século XV naquele território e adjacências, tanto na costa quanto em partes dos sertões. Eram os chamados “negros ladinos de Angola”. Já outros escravizados, vieram de outras regiões mais longínquas da África Centro-Occidental, onde os portugueses não tinham poder de penetração suficiente, mas chegavam às suas mãos por meio de uma intensa rede de tráfico terrestre e alianças com grupos africanos; possivelmente eram os denominados “negros novos de Angola”.

Uma vez desembarcados no litoral de Pernambuco e adentrando o interior do continente, esses escravos africanos deveriam sentir um misto de estranheza e semelhança a respeito dos espaços por onde passavam. Pernambuco e Angola estão na mesma latitude e tem praticamente o mesmo clima que varia entre quente e úmido, e quente e seco, a depender da região. Apesar desses fatores propiciarem um ambiente de certa forma semelhante entre os dois territórios, há também grandes diferenças na formação de relevo, da flora, da fauna. Sendo assim, de início, os escravos africanos recém-chegados aos sertões de Pernambuco deveriam estranhar o espaço. Porém, gradativamente, uma vez conhecida a região, alguns desses cativos adaptavam-se aos relevos e à vegetação. Isso para não falar nos descendentes dessas pessoas (crioulos ou mestiços) que já nasciam imersos nos sertões e desde cedo passavam a se aventurar pelos matos que circundavam as vilas, povoados e propriedades

rurais. Aliás, conforme observamos, os matos eram o grande aliado das fugas empreendidas por escravos tanto em Pernambuco quanto em Angola.

Em Pernambuco, apesar de toda a diversidade de qualidades dos escravos (angolas, jejes, minas, congos, guinés, crioulos, pardos, mulatos, cabras), todos tinham em comum o fato de estarem na mesma condição de cativos. É bem verdade que alguns conseguiram sua liberdade, seja por meio de resistência, empreendendo fugas, seja por alforria negociada com seus senhores. Porém, a maioria morreu escravizada no cativo. Eram homens e mulheres, velhos, jovens, crianças e até bebês. Raros eram os que tinham algum sobrenome. A maior parte mesmo eram pessoas de um nome só. Vale recordar que muitos deles tiveram sua identidade alterada e ressignificada desde sua captura na África, passando pela travessia atlântica, até chegarem a Pernambuco. Às vezes, nem pelo nome próprio (que receberam em português) essas pessoas eram chamadas. Despidos de sua humanidade, por vezes, eram meramente designados por “cabeças”, “peças”. Eram os marginais da sociedade, os párias, os ninguéns. Porém, nem toda desumanização é capaz de silenciar por completo suas histórias, suas individualidades. Nos próprios documentos da sociedade escravista, aparecem vestígios sobre esses indivíduos. Em homenagem a todos esses homens e mulheres escravos que deparamos ao longo dos inventários e testamentos dos sertões de Pernambuco, criamos uma espécie de memorial com o nome, qualidade, idade, localidade e outras pequenas informações (APÊNDICE).

Portanto, a partir de fontes como os inventários *post-mortem*, testamentos, relações de habitantes e relatos de viajantes, pudemos perceber fragmentos de histórias de vida de alguns escravos vindos da África e seus descendentes. A nossa ideia não foi tratá-los como meros números, cabeças ou peças, mas mostrá-los também como indivíduos que eram provenientes de variadas localidades da África, principalmente de Angola, que tinham identidade, que sofriam com doenças, casavam-se, tinham filhos, empreendiam resistência, e por vezes adquiriam a liberdade. Muitos deles foram capturados nos longínquos sertões africanos e conduzidos para os distantes sertões de Pernambuco. Nessa diáspora atravessaram milhares de quilômetros de terras, oceano e terras novamente. Uma vez instalados nas fazendas e povoados do interior de Pernambuco, acabaram por contribuir no processo de mestiçagem biológica e cultural da sociedade sertaneja.

Em suma, a pesquisa revelou que a expansão terrestre portuguesa, tanto para o interior de Angola quanto para o interior de Pernambuco, propiciou cada vez mais um intercâmbio de produtos e pessoas entre esses lugares. No bojo desse trânsito, culturas foram levadas de um lugar a outro, ora se mantendo preservadas, ora sofrendo modificações ao partirem e

chegarem ao seu destino. O uso de certos tipos de produtos e de escravos em duas regiões distintas (a de origem e a de destino) são exemplos dessas mudanças e permanências ocorridas dentro das sociedades coloniais de Pernambuco e Angola, pertencentes ao Império Português.

FONTES E REFERÊNCIAS

1 Fontes manuscritas

1.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 61. PT/TT/LFF/0061

ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 62. PT/TT/LFF/0062

ANTT. Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 63. PT/TT/LFF/0063

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 21, n.º 12, cx. 38. PT/TT/JIM-JJU/001/0021/00012.

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 2, n.º 3, cx. 4. PT/TT/JIM-JJU/001/0002/00003

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 7, n.º 13, cx. 15. PT/TT/JIM-JJU/001/0007/00013

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 1, n.º 1-A, cx. 2. PT/TT/JIM-JJU/001/0001/00016

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 2, n.º 3A, cx. 4. PT/TT/JIM-JJU/001/002/00009.

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 17, n.º 10, cx. 30. PT/TT/JIM-JJU/001/0017/00010.

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 21, n.º 12, cx.38. PT/TT/JIM-JJU/001/021/00012.

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, Mç. 8, n.º 19, cx. 17. PT/TT/JIM-JJU/001/0008/00019.

1.2 Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC) - Fundo Geral do Erário Régio

4154 - Livros Mestres da Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão, e das Comarcas do Território da Relação da Baía e governos que nela compreendem, 1762-1824. 6 volumes.

4189-4190-4191 - Balanço de todas as transações e receita e despesa da Contadoria da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda do reino de Angola, 1765-1789.

4197 - Livro de resumo dos ofícios recebidos de Angola e Benguela 1798-1809.

4227 - Livro de registro do balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral da Junta da Real Fazenda da Capitania de Pernambuco.

4233 (1760-1781); 4234 (1781-1788); 4235 (1789-1800); 4236. (1800-1822). - Livro de Ordens, Cartas Régias e Provisões Expedidas para Pernambuco, 1760-1822.

4253 (1753-1808) - Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804.

4254 - Livro de Registro das Condições dos Contratos Reais da Repartição da África Ocidental, Maranhão e Baía, 1753 a 1804.

1.3 Arquivo Distrital do Porto

Registos de Batismo. COTA ATUAL: E/10/10/4-13.1. Cód. PT-ADPRT-PRQ-PAMT36-001-0006_m0116;PT-ADPRT-PRQ-PAMT36-001-0006_m0117.

1.4 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Secção de Reservados

BNP. Cota – Cod. 6496//1; Coleção Manuscritos Reservados. Quaderno que trata das ervas, raízes e outras cousas que se tem descoberto no Sertão do Reyno de Angola com várias virtudes, que o Sargento Mor Affonso Mendes por sua curiosidade foi escrevendo, imitando, ao Doutor Monardes que escreveo as que se descobrirão no descobrimento das Indias de Espanha.

1.5 Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Seção de Reservados - Acervo Cunha Rivara

BPE - Cod. CIII/2-13 a n° 09. RELAÇÃO do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco.

BPE. Cod. CXVI/2-15. n.º 11. MANIFESTO. De Dom João Manuel de Noronha, Governador e Capitão geral do Reino de Angola, da forma com que governou aquelle Reino, e do que se sucedeu no tempo do seu governo.

BPE. Cod. CXVI/2-15 n.º 14. INFORMAÇÃO que se dá ao sapientíssimo patrono capitão-mor do campo e comandante general das guerras dos sertões do reino de Angola Bartolomeu Duarte de Siqueira [...] 1774.

BPE. Cod. CXVI/ 2-15 n.º 16. Notícia das Igrejas do Bispado de Angola e relação das gentes que tem cada Freguesia, ano 1704.

BPE. CXVI/2-25. “Diário Náutico – viagem de Angola para Lisboa [...] vinda de Goa de nau de Viagem do presente anno com escala pellas cidades de Benguela e Angola [...] ano 1790”.

BPE. CXVI/ 2-28. 1 v. 4.º Diário Náutico Viagem da cidade de São Felipe de Benguela para a de Lisboa, 1792.

1.6 Biblioteca-Arquivo da Alfândega de Lisboa

“Pauta do Consulado, 1743”.

“Pauta que há de servir nas alfândegas destes reinos para o despacho dos portos secos, molhados e vedados, que hoje corre por conta da Fazenda Real”. Lisboa, 1752.

“Pauta das avaliações das madeiras e gêneros pertencentes ao despacho do Paço da Madeira para o ano de 1765 até 1769”.

“Cópia da pauta das avaliações que actualmente serve para o despacho de gêneros pertencentes à Casa do Paço da Madeira, 1775”.

“Pauta da Mesa do Paço da Madeira para o ano de 1795”.

1.7 Biblioteca da Ajuda

Manuscritos Angola e Congo. 51-IX-25, f. 105-106 v. Relação de Bento Banha Cardoso sobre as madeiras de Angola e as minas de cobre de Angola e Congo.

Ms. Av. 54-XI-2, n.º 53-53ª. Relação das Propriedades Rústicas do distrito de Mossamedes, e nome de seus proprietários, 1859, agosto 5.

Manuscritos de Angola. 54-XIII-3, n.º 4.

1.8 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Fundo Conselho Ultramarino (CU)

Registo de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, 1750-1835, 10 vols.

AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod, 551. Livro de registos de ordens régias e avisos para Angola na Corte do Rio de Janeiro.

AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 408. Livro de registos de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 407. Livro de registos de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 547. Livros de registos de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

SÉRIE ANGOLA

AHU-Angola, cx. 1, doc. 72

AHU-Angola, cx. 3, doc. 74 e 75

AHU-Angola, cx. 5, doc. 34

AHU-Angola, cx. 6, doc. 11

AHU-Angola, cx. 6, doc. 90

AHU-Angola, cx. 7, doc. 9 e 94

AHU-Angola, cx. 8, doc. 60 e 123

AHU-Angola, cx. 9, doc. 77

AHU-Angola, cx. 10, doc. 25 e 14

AHU-Angola, cx. 11, doc. 100 e 132

AHU-Angola, cx. 14, doc. 36

AHU-Angola, cx. 15, doc. 36

AHU-Angola, cx. 17, doc. 89

AHU-Angola, cx. 18, doc. 21

AHU-Angola, cx. 19, doc. 59

AHU-Angola, cx. 21, doc. 39, 41 e 28

AHU-Angola, cx. 22, doc. 17 e 106

AHU-Angola, cx. 27, doc. 46, 92 e 145

AHU-Angola, cx. 28, doc. 37

AHU-Angola, cx. 29, doc. 59, 237 e 500
AHU-Angola, cx. 37, doc. 22, 39 e 108
AHU-Angola, cx. 38, doc. 79 e 81.
AHU-Angola, cx. 39, doc. 21, 45, 44 e 92
AHU-Angola, cx. 40, doc. 7 e 55
AHU-Angola, cx. 41, doc. 49, 53 e 52
AHU-Angola, cx. 42, doc. 18, 19, 22, 23, 25 e 61
AHU-Angola, cx. 43, doc. 25, 26 e 27
AHU-Angola, cx. 44, doc. 1 e 36
AHU-Angola, cx. 45, doc. 94
AHU-Angola, cx. 46, doc. 20
AHU-Angola, cx. 47, doc. 49
AHU-Angola, cx. 48, doc. 14, 15, 16, 47 e 48
AHU-Angola, cx. 49, doc. 18, 20, 39, 46 e 71.
AHU-Angola, cx. 50, doc. 22, 23, 28, 57, 63 e 64.
AHU-Angola, cx. 51, doc. 01, 08, 16, 17, 29, 36, 53, 55, 62, 65 e 66
AHU-Angola, cx. 52, doc. 05, 24, 25, 40, 72 e 73.
AHU-Angola, cx. 53, doc. 8, 41, 42, 43, 46, 51, 59, 61, 71, 75, 83, 85 e 87
AHU-Angola, cx. 54, doc. 24, 28 e 57
AHU-Angola, cx. 55, doc. 64
AHU-Angola, cx. 56, doc. 04, 11 e 12
AHU-Angola, cx. 57, doc. 40
AHU-Angola, cx. 58, doc. 03
AHU-Angola, cx. 60, doc. 24 e 36
AHU-Angola, cx. 61, doc. 14 e 15
AHU-Angola, cx. 62, doc. 61, 67 e 100
AHU-Angola, cx. 64, doc. 35 e 63
AHU-Angola, cx. 65, doc. 14, 57, 62 e 92

AHU-Angola, cx. 66, doc. 39, 63 e 92
AHU-Angola, cx. 67, doc. 21, 25 e 47
AHU-Angola, cx. 68, doc 47 e 57
AHU-Angola, cx. 69, doc. 27, 55e 59
AHU-Angola, cx. 70, doc. 01 e 43
AHU-Angola, cx. 75, doc. 64 e 79
AHU-Angola. cx. 76, doc. 40, 49, 59, 87, 100, 105
AHU-Angola, cx. 78, doc. 41 e 59
AHU-Angola, cx. 79, doc. 17, 19 e 26
AHU-Angola, cx. 81, doc. 01, 05 e 11
AHU-Angola, cx. 83, doc. 32, 52, 55, 55-A
AHU-Angola, cx. 84, doc. 13 e 14-A
AHU-Angola, cx. 85, doc. 15
AHU-Angola, cx. 87, doc. 51-B
AHU-Angola, cx. 88, doc. 23
AHU-Angola, cx. 91, doc. 12, 13, 14 e 15
AHU-Angola, cx. 92, doc. 45, 44 e 54
AHU-Angola, cx. 97, doc. 8, 21, 49, 52 e 57
AHU-Angola, cx. 98, doc. 07
AHU-Angola, cx. 99, doc. 32
AHU-Angola, cx. 100, doc. 01, 29 e 36
AHU-Angola, cx. 101, doc. 03, 27
AHU-Angola, cx. 102, doc. 34
AHU-Angola, cx. 104, doc. 07 e 31
AHU-Angola, cx. 106, doc. 01, 05 e 53
AHU-Angola, cx. 108, doc. 33 e 35
AHU-Angola, cx. 108, doc. 49

SÉRIE BRASIL-PERNAMBUCO

AHU_ACL_CU_015, cx. 06, D. 484
AHU_ACL_CU_015, cx.12, D. 1230
AHU_ACL_CU_015, cx. 13, D. 1248
AHU_ACL_CU_015, cx. 14, D. 1357
AHU_ACL_CU_015, cx. 18, D. 1766.
AHU_ACL_CU_015, cx. 21, D. 1967
AHU_ACL_CU_015, cx. 22, D. 2051
AHU_ACL_CU_015, cx. 23, D. 2112
AHU_ACL_CU_015, cx. 25, D. 2295, D. 2310,
AHU_ACL_CU_015, cx. 29, D. 2659
AHU_ACL_CU_015, cx.31, D.2789, D. 2845
AHU_ACL_CU_015, cx. 32, D. 2953
AHU_ACL_CU_015, cx. 35, D. 3213
AHU_ACL_CU_015, cx. 45, D. 4095, D. 4193
AHU_ACL_CU_015, cx. 51, D. 4510
AHU_ACL_CU_015, cx. 54, D. 4699
AHU_ACL_CU_015, cx. 58, D. 5018
AHU_ACL_CU_015, cx. 60, D. 5176
AHU_ACL_CU_015, cx. 68, D. 5736
AHU_ACL_CU_015, Cx.69, D.5806, D. 5845.
AHU_ACL_CU_015, cx. 75, D. 6307, D. 6309.
AHU_ACL_CU_015, cx. 78, D. 6504
AHU_ACL_CU_015, Cx, 82, D. 6880
AHU_ACL_CU_015, cx. 84, D. 6978.
AHU_ACL_CU_015, cx. 85, D. 7011

AHU_ACL_CU_015, cx. 90, D. 7234
AHU_ACL_CU_015, cx. 94, D. 7456
AHU_ACL_CU_015, cx. 95, D. 7510
AHU_ACL_CU_015, cx. 98, D. 7661
AHU_ACL_CU_015, cx. 99, D.7758
AHU_ACL_CU_015, cx. 100, D.7793, D.7838
AHU_ACL_CU-015, cx. 102, D. 7936
AHU_ACL_CU_015, cx. 104, D. 8074, D. 8082, D. 8089, D, 8097.
AHU_ACL_CU_015, cx. 108, D. 8373
AHU_ACL_CU_015, cx. 111, D. 8573
AHU_ACL_CU_015, cx. 112, D. 8642
AHU_ACL_CU-015, cx. 115, D. 8843
AHU_ACL_CU_015, cx. 118, D. 9061
AHU_ACL_CU_015, cx. 120, D. 9199
AHU_ACL_CU_015, cx. 121, D.9219
AHU_ACL_CU_015, cx.125, D.9534, D. 9536.
AHU_ACL_CU_015, cx. 127, D. 9643, D. 9675
AHU_ACL_CU_015, cx. 128, D. 9724
AHU_ACL_CU_015, cx. 130, D. 9645
AHU_ACL_CU_015, cx. 131, D.9889
AHU_ACL_CU_015, cx. 134, D. 10066
AHU_ACL_CU_015, cx. 138, D. 10291
AHU_ACL_CU_015, cx. 138, D. 102259
AHU_ACL_CU_015, cx. 143, D. 104. D. 10489
AHU_ACL_CU_015, Cx. 144, D. 10553

AHU_ACL_CU_015, cx. 147, D. 10714, D. 10725, D. 10742
AHU_ACL_CU_015, cx. 149, D. 10865
AHU_ACL_CU_015, Cx. 153, D. 11031
AHU_ACL_CU_015, cx. 156, D.11263, D. 1126, D. 11288, D. 11302.
AHU_ACL_CU_015, cx. 157, D. 11345, D. 11351.
AHU_ACL_CU_015, cx. 158, D. 11404
AHU_ACL_CU_015, cx. 164, D. 11704
AHU_ACL_CU_015, Cx. 166, D. 11806, D.11807.
AHU_ACL_CU_015, cx. 171, D. 12054
AHU_ACL_CU_015, cx. 173, D. 12141.
AHU_ACL_CU_015, cx. 174, D. 12200, D.12206.
AHU_ACL_CU_015, cx. 180, D.12558
AHU_ACL_CU_015, cx. 184, D.12810
AHU_ACL_CU_015, cx. 189, D.13082, D.13094
AHU_ACL_CU_015, cx. 190, D. 13117
AHU_ACL_CU_015, cx. 193, D. 13277
AHU_ACL_CU_015, cx. 194, D.13313
AHU_ACL_CU_015, cx. 198, D. 13591
AHU_ACL_CU_015, cx. 200, D. 13698
AHU_ACL_CU_015, cx. 202, D. 13793
AHU_ACL_CU_015, cx.207, D. 14108, D. 14120.
AHU_ACL_CU-015, cx. 213, D. 14475
AHU_ACL_CU_015, cx. 217, D. 14730
AHU_ACL_CU_015, cx. 221. D. 14953
AHU_ACL_CU_015, cx. 222, D. 15004, D. 15043

AHU_ACL_CU_015, cx. 224, D 15170

AHU_ACL_CU_015, cx. 232, D. 15638

AHU-ACL_CU_015, cx. 235, 15875

AHU_ACL_CU_015, Cx. 239, D. 16052, D. 16062

AHU_ACL_CU_015, cx. 250, D. 16773

AHU_ACL_CU_015, cx. 259, D. 17399, D. 17370.

AHU_ACL_CU_015, cx. 260, D. 17449

AHU_ACL_CU_015, cx. 262, D.17579

AHU_ACL_CU_015, cx. 265, D. 17735

SÉRIE BRASIL-ALAGOAS

AHU_CU_004, cx. 1, D. 80.

SÉRIE BRASIL-BAHIA

AHU_ACL_CU_005, cx. 157, D. 11999

1.9 Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco (IAHGP)

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 01. Inventáriode Lauriana Rodrigues, 1751.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Teotônio Monteiro da Roxa, 1774.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 21. Inventário de João Ferreira de Almeida, 1775.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 41. Inventário de Vitorio Souza da Rocha, 1779.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Custodia de Souza da Conceição, 1782.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de José Barboza dos Santos, 1784.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Inventário de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 71. Testamento de Alexandre da Silva de Carvalho, 1785.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 85. Inventário de Manoel Correia do Amorim, 1788.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Damiana Gomes, 1792.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 41. Inventário e Testamento de José Casado de Sá, 1794.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 61. Inventário de Manoel Felix, 1795.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 85. Inventário de José Pereira Viana, 1795.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti. cx? Inventário de Pantaleão de Siqueira Barboza, 1795

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 62. Inventário de Francisco da Silva, 1795.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 76. Inventário de Agostinho Nunes de Magalhães, 1798.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 47. Inventário de Alexandre Gomes de Sá, 1800.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de Caetano Bernardo dos Santos 1805.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de José da Silva Salgado, 1806.

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 21. Testamento de Antonia Vieira, 1810¹³²⁰

IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti, cx. 107. Inventário de Clara Coelho Leite dos Santos, 1814.

1.10 Memorial da Justiça de Pernambuco (MJPE)

BR PEMJ SER-TAL, Cx. 961. Inventário de Eugenia Nunes, 1775.

BR PEMJ FLOR, Cx. 961. Inventário de Antonio de Barros Rego Colaço, 1775.

BR PEMJ FLOR, Cx. 317. Testamento de Thomazia Ferreira, 1781

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx. 961. Inventário de José Rodrigues de Lima, 1782.

¹³²⁰ Antonia Vieira era mulher do comandante Agostinho Nunes de Magalhães. Ao cruzarmos o testamento de Antonia com o inventário de seu marido, percebemos que havia 6 escravos em comum tanto em um quanto no outro. Sendo assim, para esses 6 escravos, tivemos o cuidado de não os repetir na lista.

BR PEMJ FLOR, Cx. 317. Inventário de Thomazia Ferreira, 1782

BR PEMJ FLOR, Cx. 317. Inventário de Elena Pereira da Costa, 1786.

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx. 961. Inventário de Izabel Rodrigues, 1788.

BR PEMJ FLOR, Cx. 961. Inventário de Albano Ribeiro, 1788.

BR PEMJ FLOR, Cx. 961. Testamento Comendador Luiz Ferreira Maciel, 1788.

BR PEMJ FLOR, Cx. 319. Inventário [nome ilegível], 1790/1803.

BR PEMJ FLOR, Cx. 318. Inventário de Manoel Carneiro de Andrade, 1796.

BR PEMJ FLOR, Cx? Inventário de João Baptista Pereira , 1801

BR PEMJ SER-TAL, Cx? Inventário de Jozefa Maria de São Pedro, 1801.

BR PEMJ FLOR, Cx.? Inventário de Anastácio Ferreira da Costa, 1801.

BR PEMJ FLOR, Cx.? Inventário de Victorina Pereira ,1803.

BR PEMJ FLOR, Cx. 964. Testamento de Eugenia Rodrigues de Almeida, 1803.

BR PEMJ FLOR, Cx. 963. Inventário de Catarina do Espírito Santo, 1803

BR PEMJ FLOR, Cx. 964. Inventário de Eugenia Rodrigues de Almeida, 1804.

BR PEMJ CAB, Cx. 964. Testamento de Cristovão Dornelas de Vasconcelos, 1804.

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx. 964. Inventário de Anna Florinda de Barros, 1804.

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx. 964. Inventário de Anna Maria das Dores, 1804.

BR PEMJ FLOR, Cx. 965. Inventário de Maria de Jesus, 1804

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx 964. Inventário de Theodora Gomes de Souza, 1805

BR PEMJ FLOR, Cx. 964. Inventário de Manoel de Souza Ferreira, 1805.

BR PEMJ SER-TAL (Pajeú), Cx. 964. Inventário de Anna Maria de Sá, 1805.

BR PEMJ FLOR, Cx? Inventário de Manoel Teixeira Travanca, 1806.

BR PEMJ FLOR, Cx? Testamento de Manoel Teixeira Travanca, 1806.

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx. 964. Inventário de Manuel Lopes Pereira, 1806.

BR PEMJ FLOR, Cx. 964. Inventário de André Miranda da Rocha, 1807

BR PEMJ FLOR, Cx. 964, Testamento de André Miranda da Rocha, 1807.

BR PEMJ FLOR, Cx. 964. Inventário de José Alvares da Silveira, 1807.

BR PEMJ Tacaratu, Cx. 965, Inventário de José Correa Lima, 1808.

BR PEMJ Tacaratu, CX. 965. Inventário de Narcisa Maria, 1808.

BR PEMJ CAB, Cx, 965. Inventário de Manoel da Costa Silva, 1809.

BR PEMJ FLOR, Cx. 965, Inventário de Maria Nunes, 1809.

BR PEMJ Tacaratu, Cx. 965, Inventário de José dos Santos, 1809.

BR PEMJ FLOR. CX, 965, Inventário de Severino Dias de Souza, 1810.

BR PEMJ FLOR (Pajeú), Cx. 965, Inventário de Getrudes Ferreira da Silva, 1810.

2 Fontes impressas

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diário da viagem da Villa de Tetê, capital dos rios de Sena, para o interior d'África, feita por ordem de Sua Magestade Fideíssima, que Deus guarde etc., pelo Governador dos mesmos rios, o Doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, no ano de 1798. *In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida.* Edição acrescida do diário da viagem de Mocambique para os rios de Sena e do diário de regresso a Sena pelo padre Francisco João Pinto; com uma introdução crítica de Dr. Manuel Múrias. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1936.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o assúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes.* Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acesso em: 3 abr. 2018.

ASSIS JUNIOR, Antonio de. *Dicionário kimbundu-português: linguístico, botânico, histórico e corográfico.* Luanda: Argente, Santos e Cia., 1941.

AZPILCUETA NAVARRO, João de. Carta (90) do padre João de Azpilcueta escrita de Porto Seguro a 24 de junho de 1555. *In: CARTAS avulsas 1550-1568.* Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. p. 146-151. (Série Cartas Jesuíticas, 2). Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4676/1/003816-2_COMPLETO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2018.

BAPTISTA, Pedro João. Cópia da derrota que fez... *In: EXPLORAÇÕES dos portuguezes no interior d'África Meridional. Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 5, 3ª. série, Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843. p. 163-190.

BARLÉU, Gaspar. *Casparis Barlaei Rerum per octennivm in Brasillia et alibi nuper gestarum,' Sub Prefectura Illuftriffjini Comitiss I. Mavritti Nassoviae &c. Comitiss. Amstelodami, Ex. Typographeio Ioannis Blaeuv, 1647.*

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau [...].* Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

BARROS, João de. *Da Ásia.* Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1776. Liv. III, cap. XII.

BELLIN, Jacques Nicolas. *Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela, avec les pays voisins tiré de l'Anglois.* Paris, ca.1754. 1 mapa, color, gravura a cobre, size: 9.4 x 12.2 inches/24.0 x 31.0 cm. Escala de 100 léguas marinhas de França. Disponível em: <http://www.swaen.com/antique-map-of.php?id=25948>. Acesso em: 14 mar. 2018.

Bosquejo sobre o comércio em escravos, reflexões sobre este tráfico considerado moral, política e christamente. Londres: Impresso por Ellerton e Henderson, 1821.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil.* Introdução de Capistrano de Abreu. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

BRÁSIO, António Duarte, Padre. Chegada dos pretos ao Congo, 1488-1491 [17 Garcia de Resende]. In: BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta missionária africana: África Ocidental, 1471-1531.* Coligida e anotada pelo padre António Duarte Brásio. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1952. v. 1, p. 70. p. 69-74. Disponível em: repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34720/1/MMA_completo_Vol_1.pdf.

BRÁSIO, António Duarte, Padre. *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental,* Lisboa: Agência-Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, 1952-1988, 15 v.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História geral das guerras angolanas, 1680-1681.* Anotado e corrigido por José Mattias Delgado. [Lisboa]: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1940-1942. 3 t.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o método de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor.* Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do cânhamo, indagadas de ordem do Príncipe Regente, Nosso Senhor.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

CÂMARA, Manuel Arruda da. Anúncios dos descobrimentos feitos em Pernambuco, 1796. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

CAMINHA, PeroVaz de. *Carta a El rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (1500). Notas de Maria Paula Caetano Águas. Lisboa: Expo98, 1997. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/explorar-por-autor.html?aut=1566>. Acesso em: 22 fev. 2017.

CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da Língua Bunda, ou angolense explicada na portugueza e latina*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16381721-Fernao-cardim-tratados-da-terra-e-gente-do-brasil-fernao-cardim-1549-1625-projeto-livro-livre-livro-697-publicado-originalmente-em-1925.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CARTA de doação a Paulo Dias de Novais. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimentos dos portugueses no Congo, Angola e Benguela: extraídos de Documentos Históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, João António. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. 2 v.

CORDEIRO, Luciano. 1574-1620. *Da Mina ao Cabo Negro segundo Garcia Mendes Castello Branco*. Memórias do Ultramar. Viagens, Explorações e Conquistas dos Portuguezes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

COLLECCÃO da legislação Portugueza: desde a ultima compilação das ordenações. Redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Lesgislação Suplemento 1790-1810. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828.

COLLECCÃO da Legislação Portugueza: desde a ultima compilação das ordenações. Redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maignense, 1828a. v. 3. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518674>. Acesso em: 4 nov. 2018.

COLLECCÃO da Legislação Portugueza: desde a ultima compilação das ordenações. Redegida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Typografia Maignense, 1828b. v. 4. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518674>. Acesso em: 4 nov. 2018.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Editorial Ática, 1937. Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa. Série E, Império Africano).

CORREA, Pero. Carta (77) do irmão Pero Corrêa que escreveu a um padre do Brasil. In: *CARTAS avulsas 1550-1568*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. p. 137-139. (Série Cartas Jesuíticas, 2). Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4676/1/003816-2_COMPLETO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2018.

COUTO, Diogo de. *Da Ásia: dos feitos que por portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente*. Década IV. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1776. Liv. I, cap. II.

DICCIONÁRIO da Língua Bunda, ou angolense explicada na portugueza e latina. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

FARIA, Manuel Severim. *Notícias de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1750.

FIAM. CEHM. *Livro da criação da Vila de Cimbres, 1762-1867*. Recife: Cepe, 1985. (Coleção Documentos Históricos Municipais, 1).

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo orbe serafico brasilico, ou, chronica dos frades menores da provincia do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiniano Gomes Ribeiro, 1858.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1816.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. In: RIEDEL, Diaulas (Org.). *O sertão, o boi e a seca*: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. São Paulo: Cultrix, 1959.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Câmara Cascudo. 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003. p. 377-381.

LARGEST Early World Map - Monte's 10 ft. Planisphere of 1587. *David Rumsey Map Collection*, 26 nov. 2017. p. 1. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/blog/2017/11/26/largest-early-world-map-monte-s-10-ft-planisphere-of-1587>. Acesso em: 11 out. 2018.

LEÃO, Duarte Nunez de. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa por Jorge Rodriguez, 1610.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Systema de materia medica vegetal brasileira*. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Laemmert, 1854.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Tropeiros e barcaças. In: RIEDEL, Diaulas (Org.). *O sertão, o boi, a seca*: histórias e paisagens do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1959.

MEMÓRIA sobre o Pinhal Nacional de Leiria suas Madeiras e Productos Resinosos. Offerida á Associação Marítima e Colonial de Lisboa, pelos Sócios autores da mesma, os Srs. Francisco Maria Pereira da Silva, e Caetano Maria Batalha, anno de 1843. In: EXPLORAÇÕES dos portuguezes no interior d'África Meridional. *Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 5, 3.^a série, Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.

MONTAIGNE, Michel de. Sobre os canibais. In: MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios*: uma seleção. Organização de M. A. Screech; tradução de Rose Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010. cap. 30, p. 139-157. (Coleção Penguin Clássicos).

NASCIMENTO, José Pereira. *Dicionário do umbundu de língua de Benguela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

NASCIMENTO, José Pereira. *Dicionário português-kimbundu*. Huilla: Typographia da Missão, 1907.

OFFICIO do Capitão General de Angola José d'Oliveira Barbosa, datado de 25 de Janeiro de 1815, incluindo outro Governador de Tette para o Conde das Galvêas, em 20 de maio de 1811. In: EXPLORAÇÕES dos portugueses no interior d'África Meridional. *Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 5, 3.^a série, Parte não-oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.

PAUTA para o despacho da Alfândega e com muitas declarações no fim. Lisboa Ocidental: Nova Oficina de Maurício Vicente de Almeida, 1731.

PAUTA que há de servir para o despacho e todas as fazendas e gêneros que entrarem e saírem pelas alfândegas dos portos secos, molhados e vedados destes reinos na forma que adiante se declara. Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1776.

PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Geografia. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1975.

PINTO, Francisco João, Padre. Viagem do Cazembe a Tete em 1798 e 1799. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Edição acrescida do diário da viagem de Mocambique para os rios de Sena e do diário de regresso a Sena pelo padre Francisco João Pinto; com uma introdução crítica de Dr. Manuel Múrias. [Lisboa]: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1936.

PISO, Guilherme *et al.* *Gulielmi Pisonis, medici Amstelaedamensis, de Indiae utriusque re naturali et medical libri quatuordecim, quorum conenta pagina sequens exhibet*. Amsterdã: Ludovicum et Danielem Elzevirios, 1658.

PORTE de armas. In: FIAM/CEHM. *Livro da criação da Vila de Cimbres, 1762-1867*. Recife: Cepe, 1985. (Coleção Documentos Históricos Municipais).

REVISTA Paládio Português ou Clarim das Palas, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 4-13, maio 1796. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Recife, n. 23).

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*, 1889. Brasília: Senado Federal, 2010.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587: leitura básica*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro-CDPB, 2013.

SUMMA (106) de algumas cousas que iam em a não que se perdeu do Bispo pera o nosso Padre Ignácio. In: CARTAS avulsas 1550-1568. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931. p. 168-178. (Série Cartas Jesuíticas, 2). Disponível em:

https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4676/1/003816-2_COMPLETO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2018.

VASCONCELOS, Simão. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo em que se trata da entrada da Companhia de Jesus nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos*, e algumas notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas d'aquelle Estado pelo padre Simão de Vasconcelos, da mesma companhia. Lisboa: Casa do Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865. v. 1.

VELHO, Álvaro. Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). *Imagens da África: da antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin, 2012.

WATERTON, Charles. *Wanderings in South America*. London: Cassell, 1839. p. 86. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31811/31811-h/31811-h.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

3 Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

AFONSO, Luís Urbano; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça, c.1490-c.1540. *Artis*, Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio, Lisboa, n. 1, p. 20-29, 2013.

ALBUQUERQUE, Débora de Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX. *Revista Economia*, Brasília, v. 14, n. 1A, p. 211-225, jan./abr. 2013. p. 213-214.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins. *Moxotó brabo*. 3. ed. Recife: Cepe, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. In: GOMES, Flávio. (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séc. XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 61-89.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras: Angola, segunda metade do século*

XVIII. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. *Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1805, pelos governadores da Capitania de Pernambuco*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. (Arquivos do NEHiLP, n. 2). Disponível em: http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/NEHiLP_2.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

ALMEIDA, Carlos José Duarte de. *Uma infelicidade feliz: a imagem de África e dos africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do século XVI – primeiro quartel do século XVIII)*. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro; FAUST, Cleverson. Do estaleiro do Recife à Ribeira das Naus: logística, dinâmicas econômicas e sociais para a construção naval na Capitania de Pernambuco, 1755-1788. *Revista Navigator*, v. 10, n. 19, p. 99-113, 2014. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig19/N19_index.html. Acesso em: 5 set. 2017.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII. In: Flávio José Gomes Cabral; Robson Costa (Org.). *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Catolicismo à africana: costumes e vivências religiosas mestiças na África Ocidental e Centro-Ocidental no século XVIII. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios, 2016.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e Costa da Mina, c. 1724-c.1752. *História*, São Paulo, v. 37, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v37/1980-4369-his-37-e2018022.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo. Famílias brasílicas: Pernambuco e a mestiçagem, séculos XVI-XVIII. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 25.1, 2007.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de; SOUZA, Jéssica Rocha de. O comércio de almas: as rotas entre Pernambuco e a costa da África, 1774-1787. *Revista Ultramares Dossiê*, n. 3, jan./jul. 2013.

ALVES, Rogéria Cristina. Precioso marfim: o comércio das presas de marfim de elefantes entre Angola, Brasil e Portugal, séculos XVIII e XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA: contra os preconceitos: história e democracia, 29., 2017, Brasília. *Anais...* Brasília, 2017a. p. 1-16.

ALVES, Rogéria Cristina. “Fascinante marfim”: a circulação dos objetos em marfim de origem africana (Angola, Portugal e Brasil, séculos XVIII e XIX). *Revista Ars Historica*, v. 14, p. 137-156, jan./jun. 2017b.

ALVES, Rogéria Cristina. Marfins na rota atlântica: a circulação do marfim entre Luanda, Costa brasileira e Lisboa, 1724-1826. In: SANTOS; PAIVA; GOMES (Org.), 2018. cap. 3, p. 96-130.

ALVES, Rosembergh da Silva. *Os mamíferos pleistocênicos de Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco*: aspectos tafonômicos, taxonômicos e paleoambientais. 2007. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

AMANTINO, Márcio. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; GARCÍA, Rafael M. Pérez (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

AMARAL, Ilídio. *O consulado de Paulo Dias de Novais*: Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

AMORIM, Maria Adelina. A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras: Angola, séc. XVIII. *CLIO: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n. 9, p.189-216, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. Apresentação: uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

ANDRADE, Welber Carlos; MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. As condições materiais da fé católica: igreja e povoados nos sertões de Angola e Pernambuco, sécs. XVIII e XIX. In: COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA. Las ciudades del mundo atlântico: pasado, presente y futuro, 22., 2016, Las Palmas de Gran Canaria. Las Palmas de Gran Canaria, 2017. XXII-032.

ANDRÉS-GALLEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

ARAGUAIA, Mariana. Jumentos e mulas (gênero *Equus*). *Brasil Escola*, c2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/animais/burro.htm>. Acesso em: 4 dez. 2018.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado do Brasil em 500 anos*. São Paulo: Campus, 2000. p. 45-91.

ARIZA, Marília B. Crianças/ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ASSIS, Angelo Adriano Faria; LEVI, Joseph Abraham; MANSO, Maria de Deus. *A expansão: quando o mundo era português: da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002)*. Braga, Portugal: Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais; Viçosa, Brasil: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa; Washington, DC, /USA: 2014.

AZEVEDO, Beatriz Líbano Bastos. *O negócio dos contratos: contratadores de escravos na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá*. Recife: Cepe, 1977.

BARRETO, Alcina Magnólia Franca *et al.* Os depósitos de cacimbas de Pernambuco: aspectos geomorfológicos, geológicos, paleontológicos e paleoambientais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 42., 2004, Araxá. *Anais...* Araxá, 2004.

BARROS, José d'Assunção. História comparada; da contribuição de March Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, SP, n. 1, p. 7-21, 2007.

BARROS, José d'Assunção. Ao lado da história comparada: histórias interconectadas, histórias cruzadas e outras histórias. In: ALVES, Gracilda. LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl. *História comparada: debates teóricos e metodológicos*. Recife: Edupe, 2013.

BARROS, José d'Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014a.

BARROS, José d'Assunção. Histórias cruzadas: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014b.

BARROSO, Gustavo. *O sertão e o mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Livr. Leite Ribeiro, 1923.

- BASTIDE, Roger. *As Américas negras*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- BATISTA, Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: religião e magia, música e dança, cotidiano*. São Paulo: Edusp, 2004. (Série Uspiana Brasil 500 Anos).
- BEZERRA, Janaína Santos. *A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana, XVIII*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa de Angola*. Tradução de Altino Ribeiro e Sérgio Moutinho. Porto: A Regra do Jogo, 1974.
- BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Lisboa: Vega, 2003.
- BONATO, Tiago. *Viagens do olhar: relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro, 1783-1822*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2014.
- BONIFÁCIO, Hugo Demétrio Nunes Teixeira. *Nas rotas que levam às minas: mercadores e homens de negócios da capitania de Pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português: 1415-1825*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRIGOLA, João Carlos (Coord.). *Colecionismo no século XVIII: textos e documentos*. Porto: Porto Editora, 2009.
- BRIGOLA, João Carlos. O colecionismo científico em Portugal nos finais do Antigo Regime, 1768-1808. In: KURY, Lorelai Brilhante; GESTEIRA, Heloisa. *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012a.
- BRIGOLA, João Carlos. *A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina: o quadro cultural e o movimento das ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/8325>. Acesso: 28 abr. 2017.
- BRUSANTIN, Maria de Miranda. As últimas vontades e os desejos primordiais: as alforrias via testamentos (Pernambuco), 1867-1887. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 267-294.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Imagens do Nordeste natural na transição Colônia-Império: o olhar do viajante naturalista Manuel Arruda da Câmara sobre o meio ambiente, 1793-1810. *Revista Ariús*, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 129-142, jan./dez. 2008.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BUSTAMANTE, Regima M. da Cunha; THEML, Neyde. História Comparada: olhares plurais. *História Comparada*, v. 1, n. 1, jun. 2007.

BUZA, Alfredo Gabriel; TOURINHO, Manoel Malheiros; SILVA, José Natalino Macedo. Caracterização da colheita florestal em Cabinda, Angola. *Revista de Ciências Agrárias*, Belém, n. 45, p. 59-78, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/43158/1/Ufra45-59.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

CALDEIRA, Arlindo. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, v. 5, n. 3, p. 12-39. set./dez. 2014.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. *Enslaving frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto: York University, 2006. Dissertation: Ph. D. York University.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 239-268, 2013.

CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CARVALHO, Marcus; FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. Palmares, a cabanada, a “gente das matas”. In: GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séc. XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português brasileiro. *Revista africanias.com*, Salvador, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/index.php?p=volume1>. Acesso em: 10 set. 2018.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português do Brasil: o legado negroafricano nas américas. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão, v. 24, p. 11-24, 2016.

CEZAR, Iasmim de Oliveira. *A caminho dos sertões: o tráfico interno movimentando o interior baiano, 1778-1798*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Campus-Jacobina, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2016.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CINTRA, Ivete de Moraes. *Gado brabo de senhores e senzalas*. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988.

CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. v. 1. Lisboa, Alêtheia Editores, 2016.

COSME, Leonel. *Crioulos e brasileiros de Angola*. Coimbra: Novo Imbondeiro, 2001.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil, séculos XVI-XIX. *Revista Arquipélago*, Açores, História, 2.^a série, v. 9, p. 153-182, 2005.

COSTA, Robson Pedrosa. Um senhor de escravo em cativo: a trajetória de Nicolau de Souza, Pernambuco, 1812-1835. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 47-66, jan./jul., 2017.

COSTA, Robson Pedrosa. Rufina: uma escrava senhora de escravos em Pernambuco, 1853-1862. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79, p. 109-130, 2018.

CUNHA, Elba Monique Chagas da. *Sertão, sertões: colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

CUNHA, Maísa Faleiros. Casamentos mistos: entre a escravidão e a liberdade. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 223-242, maio-ago. 2017, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000200223&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 dez. 2017.

DE CARLI, Caetano. O escravismo e o sertão de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.

DELGADO, Ralph. *Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela, 1483-1942*. Lisboa: [Imprensa Beleza], 1944.

DELGADO, Ralph. *História de Angola: primeiro e segundo períodos, 1482 a 1648*. Benguela: Edição da Tipografia do Jornal de Benguela, 1948.

DELGADO, Ralph. *História de Angola: terceiro período, 1648 a 1836*. Lisboa: Banco de Angola, 1978.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DELVAUX, Marcelo Mota. *As minas imaginárias: o maravilhoso geográfico sobre os sertões da América portuguesa, séculos XVI a XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação de comunicação a partir da História Geral das Guerras Angolanas. *In: RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Cassimiro (Ed.). Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011.

DIAS, Erika. A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio. *In: ACTAS do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Centro de História da Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa & Departamento de Ciências Humanas Instituto de Investigação Científica Tropical, 2005.

DIAS, Jill. Caçadores, comerciantes, guerreiros: os Cokwe em perspectiva histórica. *In: A ANTROPOLOGIA dos Tshokwe e povos aparentados: colóquio em homenagem a Marie-Louise Bastin*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p. 17-49.

DICIO: Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/arridas/>. Acesso em: 9 maio 2018.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>.

DISNEY, Anthony. A expansão portuguesa, 1400-1800: contactos, negociações e interacções. *In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 295-326.

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2012.

DUQUE, Augusto. Documento sobre o agreste. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da *Revista do Arquivo Público*, 7.34, 1.º semestre, 1947.

FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e novos estudos sobre a “Época Pombalina”. *In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Cláudia. A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

FARIA, Francisco Leite. *João Antônio Cavazzi: a sua obra e a sua vida*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

FAUST, Fernanda Cordeiro de Almeida. *Em benefício comum de meus vassallos: a magistratura e a administração das florestas na capitania de Pernambuco, 1755-1822*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FELNER, Alfredo. *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela: extraídos de documentos históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. *Sertão: fronteira do medo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Roberto Guedes; CUNHA, Mafalda Soares da. Guerra e assuntos militares. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 237-268.

FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola, sécs. XVII e XVIII. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 1-23, jan.-jun. 2007.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes, 1532-2004*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Gonçalo Nuno (Org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal e Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

FRAGOSO, João. Apresentação. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Gonçalo Nuno (Org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal e Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b. p. 13-45.

FRANCO, Roberta Guimarães. Conquista e resistência na “História geral das guerras angolanas”, de António de Oliveira de Cadornega. JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 14., Mendoza. *Anais [...]* Mendoza: Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, 2013.

FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola 1850-1875*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

FREUDENTHAL, Aida. *A recusa da escravidão: quilombos de Angola no século XIX*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura, 1999.

FREUDENTHAL, Aida; PANTOJA, Selma (Org.). *Livro dos Baculamentos que os Sobas deste reino de Angola pagam a Sua Majestade, 1630*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, D. L.; Lisboa: Publito, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. Animais e plantas do sertão do rio São Francisco nas representações do Brasil. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 58-110.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. A América portuguesa e a circulação de plantas: séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria: utopia e prática de navegar*. Lisboa: Difel, 1990.

GOMBRICHT, Ernst H. *Para uma história cultural: trajetórias*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1994.

GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. *Novos Estudos Cebrap*, n. 80, p. 141-160, mar. 2018.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b. p. 285-316.

GRUZINSKI, Serge. *La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a “Blade Runner”, 1492-2019*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo: cultura ameríndia y civilización de Renacimiento*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

GRUZINSKI, Serge. Os canibais de Lisboa: da história colonial e imperial à história global. In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba, 1750-1800*. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GUEDES, Roberto. Parentesco, escravidão e liberdade: Porto Feliz, São Paulo, século XIX. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 233-263, jan./jun. 2011.

GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola na segunda metade do século XVIII. In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 369-398.

GUEDES, Roberto; PONTES, Caroline. Notícias do presídio de Caconda, 1797: moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013.

GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista História*, São Paulo, 120, p.59-72. jan/jul. 1989.

HAVIK, Philip J. Matronas e mandonas: parentesco e poder feminino nos rios de Guiné, século XVIII. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 13-34.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Organizações Kilombelombe, 2007.

HENRIQUES, Isabel de Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África: séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil. *Revista Cerrados* (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. *Njinga Rainha de Angola: a relação de Antonio Cavazzi de Montecúcolo, 1687*. Lisboa: Escolar Editora, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Diários de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização o Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

IBGE. *Áreas especiais: Cadastro de Municípios localizados na Região Semiárida do Brasil*. Rio de Janeiro, [2017]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm?c=4>. Acesso em: 16 mar. 2018.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios: 2016.

KLEIN, Herbert S. Demografia da escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

- KÜHN, Fábio. Casa quanto chegue, campo a perder de vista: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa. In: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo (Org.). *Estudos de história do cotidiano*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.
- KURY, Lorelai Brilhante. Manuel Arruda da Câmara: a república das letras nos sertões. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012a. p. 160-203.
- KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012b.
- KURY, Lorelai Brilhante. Apresentação. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013. p. 8.
- KURY, Lorelai Brilhante; SÁ, Magali Romero. Naturalistas europeus nas caatingas. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012.
- LARA, Silvia Hunold. Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII. In: GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- LEVI, Joseph Abraham. Padre Giovanni Antonio Cavazzi, 1621-1678, nos reinos do Congo, Matamba et Angola: primeiros contactos europeus com a África. *Estudos Portugueses e Africanos*, v. 33-34, n. 1-2, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286625933>. Acesso em: 3 abr. 2018.
- LEVI, Joseph Abraham. “1907-1914: Terra Prometida em Terras Angolanas: Dinâmicas e Tensões (Inter)Nacionais”. *Revista Nordestina de História do Brasil* 1 1 (2019): 86-122. <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiadobrasil/article/view/985/626>.
- LIENHARD, Martin. *O mar e mato: histórias da escravidão*. Luanda: Kilombelombe, 2005.
- LIMA, Fábio Arruda de; LEÃO, Reinaldo Carneiro. O inventário post-mortem de Gaspar Carneiro, senhor do engenho Tibiri de baixo (1624). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)*, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.
- LOBATO, Alexandre. *Evolução administrativa e econômica de Moçambique: fundamentos da criação do governo-geral em 1752*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1957.
- LOBATO Manuel; MANSO, Maria de Deus. (Coord). *Mestiçagens e identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. Braga: NICPRI, 2013.
- LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003.
- LOPES, Marília dos Santos. *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem Editores, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte, séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACHADO, Maria Helena P. T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-340.

MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o antigo termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980.

MANSO, Maria de Deus Beites. Primeiros sinais de criouliização no antigo Reino do Congo. In: PANTOJA, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora. Luanda: Editorial Nzila, 2006.

MANSO, Maria de Deus Beites. *História da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edições Parsival, 2016a.

MANSO, Maria de Deus Beites. Um “universo” embaraçoso de relações: homens livres, nobreza escrava, escravas, mulatinhos, crioulos e cabrinhas: Salvador no século XIX. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. AMANTINO, Marcia. (Org.) *Religião e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios, 2016b.

MANSO, Maria de Deus Beites; LOBATO, Manuel (Coord.). *Mestiçagens e identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. Braga: Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais, 2013.

MANSO, Maria de Deus Beites; SOARES, Francisco. Tirar doutrina: cruzamentos narrativos de Cadornega. In: BOTELHO, Cléria; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). *História & literatura: identidade e fronteiras: fronteiras da africanidade*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 127-158.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. *Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco, 1775-1835*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. *Dentro de la América portuguesa: formas de vida, propiedad de las tierras y bienes materiales en el interior de la capitania de Pernambuco, entre los siglos XVIII y XIX*. In: COLOQUIO DE HISTORIA CANARIO-AMERICANA. Las ciudades del mundo atlántico: pasado, presente y futuro, 22., 2016, Las Palmas de Gran Canaria. Las Palmas de Gran Canaria, 2017. XXII-037. Disponível em: <http://coloquioscanariasamerica.casadecolon.com/index.php/CHCA/article/view/9983>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreira. *Francisco José de Lacerda e Almeida: travessias científicas e povos da África Central, 1797-1884*. 1997. Dissertação (Mestrado) –

Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ Departamento de História, Lisboa, 1997.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Systema de materia medica vegetal brasileira*. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Laemmert, 1854.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Tropeiros e barcaças. In: RIEDEL, Diaulas (Org.). *O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1959.

MATOS, Victor M. d'Albuquerque. Ocupação pecuária de Angola: nota histórica. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, v. 100, n. 555-556, p. 115-123, jul./dez. 2005. Disponível em: www.fmv.ulisboa.pt/spcv/PDF/pdf6_2005/100_115-123.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

MATTOS, Hebe. “Guerra preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no Mundo Atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 433-457.

MATTOS, Regiane Augusto. *De cassange, min, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo, 1800-1850*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações até ao século XVIII*. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2012. t. 1.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil. In: MEDEIROS, Ricardo Pinto de; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva (Org.). *Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2007.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de; MUTZENBERG, Demétrio. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 28, n. 2, p. 180-209, 2013. Disponível em: https://www3.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V28N2-2013/artigo_cartografia_historica.pdf. Acesso em: 9 abr. 2018

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano, 1738 e 1802*. Recife: UFPE, Instituto de Ciências do Homem, 1966.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. Documentos e notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (Org.). *O Diário de*

Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889. Recife: Edições O Cruzeiro, 1975. v. 2.

MELLO, José Antonio Gonsalves de (Org.). *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Recife, n. 23).

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997.

MENDONÇA, Manuel Júlio de Mendonça. *O distrito de Moçâmedes: nas fases da origem e da primeira organização, 1485-1859*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1950.

MENZ, Maximiliano M; LOPES, Gustavo Acioli. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c.1700-1850). *Revista de História*, São Paulo, n. 177, 2018.

MILLER Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. Ministério da Cultura, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, Nova Série, n. 4-5, p. 1-8, 2012. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite. Contadoria geral da África Ocidental, do Maranhão, e das comarcas do território da Relação da Baía. In: MOREIRA, Alzira Teixeira Lei. *Inventário do fundo geral do Erário Régio: arquivo do Tribunal de Contas*. Lisboa, 1977. cap. 7, p. 129-138. Disponível em: https://www.tcontas.pt/pt/arquivo_biblioteca/instrumentos_pesquisa/Inventario_Adenda_Erario_Regio.pdf. Acesso em: 18 jun. 2018.

MÚRIAS, Manuel Maria. Introdução. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida*. Edição acrescida do diário da viagem de Mocambique para os rios de Sena e do diário de regresso a Sena pelo padre Francisco João Pinto; com uma introdução crítica de Dr. Manuel Múrias. [Lisboa]: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colonias, 1936.

NASCIMENTO, Ana. A aldeia Baião, Araripina PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão de Pernambuco. *Revista Clio*, Série Arqueológica, v.1, n. 7, 1991.

NASCIMENTO, Marcelo O. do. *Pesqueira de 1800: a fazenda, o fundador e sua gente*. Pesqueira: Ed. do autor, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Introdução. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais do sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012a. p. 14-57.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012b.

NUNES, Maria de Fátima. Portugal-Brasil, 1808: trânsito de saberes. In: KURY, Lorelai Brilhante; GESTEIRA, Heloísa Meireles (Org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2012.

NUNES, Maria de Fátima; ALCOFORADO, Maria João; CRAVOSA, Ana. *Meteorologia e as observações instrumentais: a emergência da construção de redes internacionais XVIII-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. p. 13-21. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/13356>. Acesso em: 28 abr. 2017.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Da escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco. In: CESAR, Tiago da Silva *et al.* (Org.). *História, cultura e patrimônio: experiências de pesquisa* [e-book]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

OLIVEIRA, Antonio José. *Os Kariri: resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, a Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Carla Mary da S. *A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2014.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 19-20, p. 37-77, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: Annablume, 2002.

PAIVA, Eduardo França. Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português: naturalia & mirabilia. In: STOLS, Eddy; THOMAS, Werner; VERBERCKMOES, Johan (Org.). *Naturalia, Mirabilia & Monstruosa en los Imperios Ibéricos: siglos XV-XIX*. Louvain University Press, 2006. v. 1, p. 107-122. Disponível em: <http://www.esclavages.cnrs.fr/IMG/pdf/LouvainTexto.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII: as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho*.

Tese (Professor Titular em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PAIVA, Eduardo França. Escravo e mestiço: do que estamos efetivamente falando? *In*: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

PAIVA, Eduardo França. Marfins e outros suportes: transposições, traduções, associações e resignificados de objetos nas Minas Gerais, século XVIII. *In*: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018a. p. 225-240.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. *In*: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008.

PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, 2013.

PANTOJA, Selma. Donas de arimos: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda, séculos XVIII e XIX. *In*: PANTOJA, Selma (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo; São Paulo: Marco Zero, 2001.

PANTOJA, Selma. Parentesco, comércio e gênero na confluência de dois universos culturais. *In*: PANTOJA, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora; Luanda: Editorial Nzila, 2006a.

PANTOJA, Selma (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE Editora; Luanda: Editorial Nzila, 2006b.

PANTOJA, Selma. Revisitando a rainha Nzinga: histórias e mitos das histórias. *In*: MATA, Inocência (Org.). *A rainha Nzinga Mbandi: história, memória e mito*. Lisboa: Colibri, 2014.

PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam C. (Org.). *Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas*. São Paulo: Intermeios, 2014.

PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. Alimentación y alimentos. *In*: PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. *História de la cultura material en la América equinoccial*. Bogotá: Intituto Caro y Cuervo, 1990. v. 1.

PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. Vias, transportes, comunicaciones. *In*: PATIÑO RODRÍGUEZ, Víctor Manuel. *História de la cultura material en la América equinoccial*. Bogotá: Intituto Caro y Cuervo, 1990. v. 3.

PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

- PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Geografia. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1975.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um Brasil imperfeito ou de como a África foi vista por brasileiros em finais do século XVIII. *In: JORNADA SETECENTISTA*, 5., 2002, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2003.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. *In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2012.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. *In: LE GOFF, Jacques (Org.). A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 1995.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português. *In: VENTURA, Maria da Graça M. (Coord.). Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. Portugal e o tráfico de escravos: do ‘filhamento’ ao comércio organizado. *In: ASSIS, Angelo Adriano Faria de; LEVI, Joseph Abraham; MANSO, Maria de Deus Beites. A expansão: quando o mundo foi português: da conquista de Ceuta, 1415, à atribuição da soberania de Timor-Leste, 2002*. Braga: NICPRI, 2014. p. 254-289.
- PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI*. Mercado de Letras Editores, 2015.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- PISO, Guilherme *et al.* *Gulielmi Pisonis, medici Amstelaedamensis, de Indiae utriusque re naturali et medical libri quatuordecim, quorum conenta pagina sequens exhibet*. Amsterdã: Ludovicum et Danielem Elzevirios, 1658.
- POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio. Articulação Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico: séculos XVI-XVIII. *In: ALMEIDA, Suely et al. Políticas e estratégias administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- POMIAN, Krzysztof. História das estruturas. *In: LE GOFF, Jacques (Org.). A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 130-153.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: 2002.

REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola, 1641-1648*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1948.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricouer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. Apontamentos sobre o tráfico de escravos entre Angola e Brasil. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013. p. 153-180.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Ciência e império: o intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Cláudia. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015. p. 499-524.

RIBEIRO JÚNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à independência. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 235-242, set. 1981.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Prefácio. In: VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro: Ed. da UnB, [s.d.]. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

RODRIGUES, Eugênia. Imagens da África Oriental na época da ilustração: as coleções de história natural do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 1780-1786. In: RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Cassimiro (Ed.). *Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011.

RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 37, n.75, p. 69-95, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>. Acesso em: 18 jun. 2018.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROQUE, Ana Cristina. Portugueses e africanos na África Austral no século XVI: da imagem da diferença ao reforço da proximidade. In: RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Cassimiro (Ed.). *Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Padrões de colonização no Império português, 1400-1800. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009.

SANTOS, Afonso Costa Valdez Thomaz dos. *Angola, coração do Império*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1945.

SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio, 1750-c.1800*. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1978.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de Antônio Ferreira da Silva Porto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986.

SANTOS, Vanicléia Silva. Mandingueiro não é mandinga: o debate entre nação, etnia e outras denominações atribuídas aos africanos no contexto do tráfico de escravos. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013.

SANTOS, Vanicléia Silva. O marfim como objeto global, uma introdução. In: SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. p. 15-40. Disponível em: https://ufmg.br/storage/b/6/9/4/b694eaea8cfaabe9e69c498a5c66c6de_15296019131342_1525989102.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção, séculos XV a XIX*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018. Disponível em: https://ufmg.br/storage/b/6/9/4/b694eaea8cfaabe9e69c498a5c66c6de_15296019131342_1525989102.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

SARMENTO, Clara; MANSO, Maria de Deus Beites (Org.) *A expansão: quando o mundo foi português: da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002)*:

mulheres na expansão colonial portuguesa. Braga: Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, 2014. p. 290-373.

SCHMITT, Jean Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-363.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: o despotismo iluminado, 1750-1807*. 6. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011.

SILVA, Gian Carlo de Melo Silva. Alguns caminhos para entender a “família” no período colonial. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

SILVA, Giovani Albino; SILVA, Welber Carlos Andrade da. Entre o auxílio e o degredo: soldados de Pernambuco em Angola nos séculos XVII e XVIII. In: LISBOA, Breno Almeida Vaz et al. (Org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial, séculos XVI-XVIII*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Guia de história do Brasil colonial*. Porto: Universidade Portucalense, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: GESTEIRA, Heloísa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil: séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Senac, 2005.

SILVA, Rosa Cruz. O corredor do Kwanza: a reurbanização dos espaços: Makunde, Kalumbo, Massangano, Muxima, Dondo e Kambambe séc. XIX. In: SANTOS, Maria Emília Madeira. *A África e a instalação do sistema colonial*. Lisboa: IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Dir.). *Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX*. Brasília: Unesco, MEC, UFSCar, 2013.

SLENES, Robert W. Africanos centrais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. *Revista Tempo*, v. 3, n. 6, dez. 1998. Disponível em: www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-4.pdf. Acesso em: 2 dez. 2017.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Que mengui colo moambundo”: a nação angola na cidade da Bahia no século XVIII, 1750-1799. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, 2012.

SOARES, Mariza de Carvalho. “Por conto e peso”: o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV-XVII. *Anais do Museu Paulista: História, Cultura e Material*, v. 25, n. 1, p. 59-86, 2017.

SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial, c. 1654-c.1759*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Leandro Nascimento de. *Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SOUZA, Lúcio de. *The Portuguese Slave Trade in Early Modern Japan: Merchants, Jesuits and Japanese, Chinese, and Korean Slaves*. Trad. Joseph Abraham Levi. Boston: Brill, 2018.

SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2013. p. 135-152.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, Jul., 1997, p. 735-762. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/gurminderkbhambra/research/iasproject/1/2/subrahmanyam_connected_histories.pdf. Acesso em: 2 abr. 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. O império português era um império em rede. *Expresso*, 20 ago, 2016. Entrevista. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-08-27-Sanjay-Subrahmanyam-O-imperio-portugues-era-um-imperio-em-rede-1>. Acesso em: 9 mar. 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Impérios, historiografia, ciências sociais: uma entrevista com Sanjay Subrahmanyam. *Análise Social*, n. 226, v. 53, primeiro trimestre, p. 189-206, 2018. Entrevistadores: Ângela Barreto Xavier *et al.* Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a08.pdf>. Acesso em: 5 fev 2019.

SUDATTI NETO, Reinaldo. *A visão de Gaspar Barleu sobre a fase holandesa no Brasil e o papel das obras de Piso e Margrave*. 2010. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. *Verbo de Minas: Revista do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora*, v. 8, n. 16, p.71-108, jul./dez. 2009.

THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THORNTON, John Kelly. Os portugueses em África. *In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007.

THORNTON, John Kelly. Angola e as origens de Palmares. *In: GOMES, Flávio (Org.). Mocambos de Palmares: histórias e fontes, séc. XVI-XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010. p. 48-60.

TORRES, Manuel Júlio de Mendonça. *O distrito de Moçâmedes: nas fases da origem e da primeira organização, 1485-1859*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1950.

VASCONCELOS, Rosália. Casarão de 1840 vai dar lugar a café-bar e galeria de arte. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 fev. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/02/29/interna_vidaurbana,629674/casarao-de-1840-vai-dar-lugar-a-cafe-bar-e-galeria-de-arte.shtml. Acesso em: 15 mar. 2016.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Stampa, 1996.

VERDELHO, Telmo. *Encontro do português com as línguas não europeias: exposição de textos interlinguísticos*. Lisboa: BNP, 2008.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

VIDAL, Ney. Contribuição ao conhecimento da paleontologia do Nordeste brasileiro: notícia sobre a descoberta de vertebrados pleistocênicos no município de Pesqueira, Pernambuco. *Boletim do Museu Nacional: Geologia*, n. 6, 24 jan. 1946.

VILAÇA, Olanda Barbosa. *Cultura material e patrimônio móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. 2012. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; GURIAM, Gabriel Ferreira (edição, estudo e notas). *Tratado sobre medicina que fez o Doutor Zacuto para seu filho levar consigo quando se foi para o Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. (Coleção Memória Atlântica).

WHITAKER, Gilda Maria. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

WILSON, Luís. *Roteiro de velhos e grandes sertanejos*. Recife: Cepe, 1978. 3 v.

WILSON, Luís. *Ararobá lendária e eterna: notas para a história de Pesqueira*. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

WILSON, Luís. *Minha cidade, minha saudade: Rio Branco (Arcoverde), reminiscências e notas para sua história*. 2. ed. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/ FIAM, 1983.

ZERÓN, Carlos Alberto. Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África. In: LOUREIRO, Rui; GRUZINSKI, Serge. Passar as fronteiras. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS SÉCULOS XV A XVIII, 2., 1997, Lagos. *Actas [...]* Lagos: Centros de Estudos Gil Eanes, 1999.

APÊNDICE – Memorial dos escravos dos sertões de Pernambuco

1 – Escravos africanos e crioulos

Ano	Lugar/ jurisdição	Nome	Condição/ qualidade	Idade	Valor	Outras informações
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Severino	Escravo/ crioulo	43	75 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Frutuoso	Escravo/ crioulo	28	90 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Maria	Escrava/ crioula	7 anos	60 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	João	Escravo/ negro		80 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Antonio	Escravo/ crioulo		55 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Feliz	Escravo/ Angola		40 mil réis	
1775	Povoação das Flores, Julgado do Pajeú	Rita	Escrava/ negra	velha	60 mil réis	
1775	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Ana	Escrava/ negra Angola	velha	50 mil réis	
1775	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Tomás	Escravo/ crioulo	38	85 mil réis	
1775	Povoação das Flores, Julgado do Pajeú	Antonio	Escravo/ crioulo	22	95 mil réis	
1775	Povoação das Flores, Julgado do Pajeú	Antônio José	Escravo/ negro		86 mil réis	
1775	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	José	Escravo/ negro	velho	40 mil réis	
1775	Serra do Arapuá, Julgado do Pajeú	[Sem nome]	Escravo/ negro	70 anos	16 mil réis	
1779	Sítio Papagaio, ribeira do São Francisco, Tacaratu	Catharina	Escrava/ negra	50 +/-	40 mil réis	
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Pedro	Escravo/ crioulo			
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Luis	Escravo/ crioulo	30 +/-	100 mil réis	
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	João	Escravo/ angola			
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	D ^{os}	Escravo/ angola			
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Caetano	Escravo/ angola			Casado com a crioula Sezilia

1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Sezília	Escrava crioula			Mulher de Caetano Angola; Recebeu carta de alforria com a morte dos seus senhores
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Grácia	Escravo/ crioula	14 +/-	60 mil réis	Filha do casal Caetano e Sezilha
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Anna	[Crioula]			Filha do casal Caetano e Sezilia
1782	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Manuel	[Crioulo]			Filho do casal Caetano e Sezilia
1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres	[sem nome]	Escravo/ preto de nação mina	40 +/-	80 mil	
1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres	Francisco	Escravo/ crioulinho	6 +/-	40 mil	
1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres	Luiza	Escrava/ Guiné	45 +/-	55 mil	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Tomé	Escravo/ crioulo	55 +/-	80 mil	De ofício de gado
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Pedro	Escravo/ angola	40	100 mil	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Benedito	Escravo/ angola	60	50 mil réis	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Antonio	Escravo/ angola	46+/-	70 mil réis	Solteiro
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Josefa	Escrava/ angola	50	20 mil réis	Mulher do escravo Antonio [sem qualidade descrita]. Com feridas, joelhos inchados, problemas no estômago
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Maria	Escrava/ angola	60	20 mil réis	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	José/[João?]	Escravo/ crioulo	35 +/-	100 mil	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Luiz	Escravo/ crioulo	35	150 mil/ 60 mil ¹³²¹	Ofício de carapina; Oficial de marceneiro. Dores pelas ancas, muito preguiçoso. Acostumado a fugir; casado com a escrava Catharina
1785	Fazenda das	Arcângela	Escrava/	20 +/-	75 mil réis	

¹³²¹ O escravo Luiz teve seu valor reduzido de 150 mil para 60 mil reis devido aos seus “defeitos e achaques” que não foram informados anteriormente pelos avaliadores.

	Almas, julgado do Pajeú		Jeje			
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Gracia	Escrava/crioula	12 +/-	50 mil réis	Fígado destemperado na cabeça
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Bastião	Escravo/Angola	30 +/-	100 mil réis	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Ventura	Escravo/Angola	60 +/-	40 mil réis	Doente: potroso
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Francisco	Escravo/crioulo	30	60 mil réis	Doente: calor de fígado
1785	Fazendas Poção, Barro vermelho e Salgado, Ribeira do Moxotó, termo da vila de Cimbres	José	Escravo/crioulo	20 +/-	100 mil réis	
1785	Fazendas Poção, Barro vermelho e Salgado, Ribeira do Moxotó, termo da vila de Cimbres	Severino	Escravo/crioulo	19 +/-	75 mil réis	Doente: quebrado de uma virilha
1785	Fazendas Poção, Barro vermelho e Salgado, Ribeira do Moxotó, termo da vila de Cimbres	Manuel	Escravo/Angola	30 +/-	100 mil réis	
1785	Fazendas Poção, Barro vermelho e Salgado, Ribeira do Moxotó, termo da vila de Cimbres	Antonio	Escravo/Angola	25 +/-	85 mil réis	
1785	Fazendas Poção, Barro vermelho e Salgado, Ribeira do Moxotó, termo da vila de Cimbres	Estevam	Escravo/crioulo	30 +/-	90 mil réis	Com um pé inchado
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	Maria	Escrava/negra		60 mil réis	
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	Antonia	Escrava/negrinha		60 mil réis	
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	[sem nome]	Escrava/crioulinha		30 mil réis	
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	João	Escravo/crioulinho		35 mil réis	
1786	Brejo do Bom Jesus da Baixa Verde, julgado do Pajeú	Joana	Escrava/preta	27/28 +/-	70 mil réis	
1786	Fazenda da Barra e da Alagoa, ribeira do Pajeú	João	Escravo/crioulo			
1786	Fazenda da Barra e da Alagoa, ribeira	Francisco	Escravo/crioulo			

	do Pajeú					
1788	Sítio Brejinha [ilegível], povoação de Tacaratu	Antonio	Escravo crioulo	30 +/-	100 mil réis	
1788	Sítio Brejinha [ilegível], povoação de Tacaratu	Antonio	Escravo/angola	16 +/-	100 mil réis	
1788	Sítio Brejinha [ilegível], povoação de Tacaratu	Maria	Escrava/angola	16 +/-	90 mil réis	
1790	Sítio da Baixa Grande, julgado do Pajeú	Maria	Escrava/angola		60. mil réis	
1790	Sítio da Baixa Grande, julgado do Pajeú	Josefa	Escrava/crioula		70 mil réis	
1790	Sítio da Baixa Grande, julgado do Pajeú	Rosa	Escrava/crioula	Pequena	25 mil réis	
1790	Sítio da Baixa Grande, julgado do Pajeú	Domingos	Escravo/crioulo	Pequeno	20 mil réis	
1792	Sítios Santa Anna, Caraúba, Mateus Vieira e Gameleira, no termo de Cimbres	Mariana	Escrava/negra angola		60 mil/ 45 mil réis	O casal proprietário da escrava Mariana (Damiana Gomes e Luiz de Souza Barbalho) possuía uma dívida com a mesma no valor de 7 mil réis
1794	Sítio das Lages, julgado do Pajeú	Maria	Escrava/Nação Congo		40 mil	Mãe da cabra/mulata Margarida
1794	Sítio das Lages, julgado do Pajeú	Anselmo	Escravo/crioulo		80 mil	
1794	Sítio das Lages, julgado do Pajeú	Luiz	Escravo/crioulo		80 mil	
1795	Jenipapo, termo da Vila de Cimbres	Antonia	Escrava/angola		60 mil réis	Avaliada por sua incapacidade
1795	Povoação de Nossa Senhora da Saúde, julgado de Tacaratu	Ignácia	Escrava/angola	48 +/-	50 mil réis	
1795	Povoação de Nossa Senhora da Saúde, julgado de Tacaratu	Simplícia	Escrava/negrinha		30 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]Jubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Quintiliano	Escravo/crioulo	25 anos	100 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]Jubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Domingos	Escravo/angola	24 anos	95 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó,	José	Escravo/	16 anos	80 mil réis	

	Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José		crioulo			
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Teotônio	Escravo/ crioulo	17 anos	90 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Miguel	Escravo/ crioulo	18 anos	100 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Alexandre	Escravo/ crioulo	12 anos	70 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Manoel	Escravo/ angola	18 anos	60 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	João	Escravo/ crioulo	16 anos		40 mil réis
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	José	Escravo/ angola	45 anos	80 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Miguel	Escravo/ angola	23 anos	95 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Antonio	Escravo/ angola	18 anos	95 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Joaquim	Escravo/ angola	20 anos	95 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Gonçalo	Escravo/ crioulo	12 anos	75 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Francisco	Escravo/ angola	20 anos	90 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó,	Bastião	Escravo/	55 anos	75 mil réis	

	Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José		angola			
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Zacarias	Escravo/ crioulo	40 anos	50 mil réis	Achacado de bobas
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	[Plita?]	Escrava/ crioula	26 anos	100 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Pl[?]ana	Escrava/ crioula	30 anos	80 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Margarida	Escrava/ crioula	21 anos	85 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Ignácia	Escrava/ crioula	25 anos	85 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Quitéria	Escrava/ crioulinha	5 anos	30 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Vicência	Escrava/ crioula	20 anos	90 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Antonia	Escrava/ crioulinha	11 anos	105 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José	Brízida	Escrava/ crioulinha de peito	5 meses	16 mil réis	
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco... julgado do Pajeú	Antonio da Silva	Escravo/ crioulo	48 +/-	80 mil réis	Sem achaque nem moléstia
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco... julgado	Antonio da Costa	Escravo/ Nação Congo	60 anos	25 mil réis	Sem achaque e nem moléstia

	do Pajeú					
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco... julgado do Pajeú	Inocência	Escravo/ crioulo	50 anos	50 mil	[ilegível]
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco... julgado do Pajeú	Caetano	Escravo/ Costa da Mina	Ilegível	25 mil réis	[ilegível]
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Rita	Escrava/ crioula	40 +/-	30 mil réis	Doente de gota coral
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Maria	Escrava/ crioula	19 +/-	80 mil réis	Com um olho direito fechado
1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	João	Escravo/ angola	21	130 mil réis	Sem moléstia, Do serviço de enxada
1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	Raimundo	Escravo/ angola	28	135 mil réis	Sem moléstia, Do serviço de enxada
1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	Leandro	Escravo/ crioulinho	9 anos	35 mil réis	
1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	Maria	Escrava/ angola	40 anos	100 mil réis	Do serviço de enxada
1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	Maria	Escrava/ angola	14 anos	110 mil réis	Do serviço de enxada
1801	Sítios Freira e Viração, termo do Pajeú	João	Escravo/ angola	40 +/-	95 mil réis	Com a espinhela caída
1801	Sítios Freira e Viração, termo do	Joana	Escrava/ crioula	15 +/-		Sem moléstia alguma

	Pajeú					
1803	Povoação Nossa Senhora do Rosário das Flores do julgado ribeira do Pajeú	Joaquim	Escravo/angola	50 +/-		Sem moléstia alguma
1804	Sítio do Saco Grande da Fazenda de Fora, termo de Cabrobó	Felipe	Escravo/crioulo			
1804	Sítio do Saco Grande da Fazenda de Fora, termo de Cabrobó	Marcelina	Escrava/jeje			O ex-senhor concedeu metade da alforria, a outra metade deveria ser paga pela dita escrava
1804	Sítio do Saco Grande da Fazenda de Fora, termo de Cabrobó	André	Escravo/crioulo			Doente da bexiga, foi tratado para sarar
1804	Sítio do Saco Grande da Fazenda de Fora, termo de Cabrobó	José	Escravo/crioulo		100 mil réis	O ex-senhor alforriou seu escravo desde que este pagasse por seu valor dentro do prazo de até dois anos. Caso não pagasse o referido valor, o dito escravo deveria voltar ao cativo de antes
1804	Fazenda São José das Cabeceiras do julgado do Pajeú	Maria	Escrava/Angola	38 +/-	100 mil réis	
1804	Fazenda São José das Cabeceiras do julgado do Pajeú	Marcelina	Escrava/crioulinha	3 anos	55 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda São José das Cabeceiras do julgado do Pajeú	Francisco	Escravo/crioulo	12 anos	120 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	José	Escravo/angola	50 +/-	90 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	[Amois?]	Escravo/crioulo	30 +/-	120 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	Clara	Escrava/angola	25 +/-	120 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	Maria	Escrava/crioulinha	8 +/-	70 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	Florência	Escrava/crioulinha	7 +/-	70 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	Francisca	Escrava/crioulinha	3 +/-	40 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Sítio do Ambô, cabeceiras da ribeira do julgado Pajeú	Simiana	Escrava/Preta Crioula	22 +/-	120 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Vila de Cimbres	[ilegível]	Escravo/		75 mil réis	Doente dos peitos

			negro			
1805	Vila de Cimbres	Felipe	Escravo/ crioulo	16 anos [?]	75 mil réis	
1805	Vila de Cimbres	Felizarda	Escrava/ angola	18 anos	80 mil réis	Prenha
1805	Vila de Cimbres	Brízida	Escrava/ crioulinha	9 anos	40 mil réis	
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, julgado da ribeira do Pajeú	Vicente	Escravo/ angola	70 +/-	45 mil réis	
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, julgado da ribeira do Pajeú	Maria	Escrava/ angola	60 +/-	40 mil réis	Doente da barriga
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, julgado da ribeira do Pajeú	Simão	Escravo/ crioulo	Ilegível	140 mil	
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, julgado da ribeira do Pajeú	Thereza	Escrava/ crioula	35 +/-	80 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, julgado da ribeira do Pajeú	João	Escravo/ crioulo	15 anos	130 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, julgado da ribeira do Pajeú	Apolinária	Escrava/ crioulinha	2 anos +/-	30 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Luís	Escravo/ Crioulo	28 +/-	130 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Anselmo	Escravo/ crioulo	35 +/-	140 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Simão	Escravo/ crioulo	25 +/-	135 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Domingos	Escravo/ angola	25 +/-	130 mil réis	
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Mathias	Escravo/ angola	20 +/-	140 mil réis	
1805	Fazenda Serra Telhada e Sítio Saco	Domingos Novo	Escravo/ angola	25 +/-	145 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Antonio	Escravo/ angola	18 +/-	130 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio	Josefa	Escrava/ angola	18 +/-	120 mil réis	

	Saco					
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Ana	Escrava/angola	20 +/-	125 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Maria	Escrava/angola	65 +/-	25 mil réis	Doente
1805	Brejo de São Bartholomeu, Termo ribeira do Pajeú; Sítio Barro Vermelho, ribeira do Moxotó	José	Escravo/angola	90 +/-	10 mil réis	
1805	Brejo de São Bartholomeu, Termo ribeira do Pajeú; Sítio Barro Vermelho, ribeira do Moxotó	João	Escravo /angola	70 +/-	40 mil réis	
1805	Brejo de São Bartholomeu, Termo ribeira do Pajeú; Sítio Barro Vermelho, ribeira do Moxotó	Damião	Escravo/crioulo	50 +/-	30 mil réis	Quebrado de uma virilha
1805	Brejo de São Bartholomeu, Termo ribeira do Pajeú; Sítio Barro Vermelho, ribeira do Moxotó	Manoel	Escravo/angola	70 anos	80 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Catharina	Escrava/angola	30 anos	140 mil réis	Sem moléstia
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	André	Escravo/crioulinho	10 anos	100 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Joaquim	Escravo/angola	25 anos	150 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Manoel	Escravo/angola	31 anos	150 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Paulo	Escravo/angola	30 anos	150 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	João	Escravo/angola	16 anos	130 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Antonio	Escravo/crioulo	16 anos	130 mil réis	
1806	Julgado da ribeira do Pajeú	Francisco	Escravo/angola	25 +/-	160 mil réis	
1806	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, comarca de Jacobina	Joaquim	Escravo/mina	25 anos	150 mil	
1806	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, comarca de Jacobina	Salvador	Escravo/mina	40 anos	100 mil réis	
1806	Vila de São	Rita	Escrava/	40 anos	80 mil réis	

	Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, comarca de Jacobina		jeje			
1806	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, comarca de Jacobina	Simão	Escravo/angola	25 anos	145 mil réis	O dito escravo apareceu primeiramente no testamento como “Jeje”. Já no inventário e auto de rematação apareceu duas vezes como “Angola”
1807	Terras na ribeira da Paraíba, terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	José Pinto	Escravo/crioulo		150 mil réis	Pertencente a um reverendo padre de nome André Miranda da Rocha
1807	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	Antonio	Liberto/preto	Velho		Alforriado pelo seu antigo senhor, o padre André Miranda da Rocha
1807	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	Pedro	Liberto/preto	Velho		Alforriado pelo seu antigo senhor, o reverendo padre André Miranda da Rocha
1807	Povoação de Nossa Senhora do Rosário das Flores, do sertão do julgado da ribeira do Pajeú	Nicácio	Crioulinho	12 +/-	120 mil réis	Sem moléstia alguma
1807	Povoação de Nossa Senhora do Rosário das Flores, do sertão do julgado da ribeira do Pajeú	Jun[ilegível]	Crioulinha	6 +/-	35 mil réis	Sem moléstia alguma
1807	Povoação de Nossa Senhora do Rosário das Flores, do sertão do julgado da ribeira do Pajeú	Domingos	Crioulinho	3 +/-	30 mil réis	Sem moléstia alguma
1807	Povoação de Nossa Senhora do Rosário das Flores, do sertão do julgado da ribeira do Pajeú	Luiza	Crioulinha	08 meses	20 mil réis	Sem moléstia alguma
1808	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu	Floriano	Escravo/crioulo	16 +/-	120 mil réis	Do serviço de campo, sem moléstia

1808	Fazenda da Volta, termo e julgado de NSS ^a da Saúde de Tacaratu Quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da vila de Cimbres	Luís	Escravo/ angola	14 anos	100 mil réis	Do serviço de enxada
1808	Fazenda da Volta, termo e julgado de NSS ^a da Saúde de Tacaratu Quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da vila de Cimbres	Joana	Escrava/ angola	60 +/-	40 mil réis	Do serviço de casa; com moléstia de cravos nos pés
1809	Fazenda das Lages, julgado de Cabrobó do rio de São Francisco, sertão de Rodelas	Domingas	Escrava/ crioula	12 anos	40 mil réis	Achacada de dores de estômago
1809	Fazenda Carnaúba, julgado do Pajeú	Maria	Escrava/ angola	26 +/-	120 mil réis	
1810	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Buraco... julgado do Pajeú	Antonio	Escravo/ angola			
1810	Fazendas Carnaúba, Buraco... julgado do Pajeú	Antonio	Escravo/ crioulo			
1810	Fazendas Carnaúba, Buraco... julgado do Pajeú	Francisca	Escrava/ crioula	Velha		
1810	Fazenda Volta, julgado da ribeira do Pajeú	Joana	Escrava/ angola	30 +/-	100 mil réis	Sem moléstia

Fontes: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

2 – Escravos mestiços

Ano	Jurisdição	Nome	Condição/ qualidade	Idade	Valor	Outras informações
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	[ilegível]	Escravo/ pardo		100 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Feliz	Escravo/ pardo	31 +/-	90 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Leonarda	Escrava/ cabrinha	12 +/-	45 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	[ilegível]	Escrava/ cabrinha	13 +/-	45 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Delfina	Escrava/ cabrinha	[ilegível]	45 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Manoel	Escravo/ cabrinha	2 anos	20 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Luiza	Escrava/ cabra		45 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Damiana	Escrava/ cabra		45 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Delfina	Escrava/ cabrinha	10 anos	40 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Silvana	Escrava/ cabrinha	8 +/-	25 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	Maria	Escrava/ mulata		50 mil réis	
1774	Arrabalde da vila de Cimbres	José	Escravo/ cabra		75 mil réis	
1775	Povoação das Flores, julgado do Pajeú	Maria	Escrava/ mulata		80 mil réis	

1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres	Inácio	Escravo/ cabra	25 +/-	75 mil réis	
1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres; Fazenda do Carassa, Distrito do Novo Julgado dos Cariris Velhos;	Luiz	Escravo/ pardo			
1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres; Fazenda do Carassa, Distrito do Novo Julgado dos Cariris Velhos.	Vicente	Escravo/ pardo			
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Catharina	Escrava/ cabra	18 anos	100 mil réis	Mulher do escravo crioulo Luiz
1786	Fazenda da Barra e da Alagoa, ribeira do Pajeú	Faustino	Escravo/ mulatinho			
1786	Fazenda da Barra e da Alagoa, ribeira do Pajeú	João	Escravo/ mulato		150 mil réis	Fugiu do antigo senhor e se achava em outra propriedade em poder do capitão Aleixo feliz de Andrade, morador em seu engenho junto a Limoeiro
1786	Brejo do Bom Jesus da Baixa Verde, julgado do Pajeú	Maria	Escrava/ mulatinha	3 anos	40 mil réis	
1786	Brejo do Bom Jesus da Baixa Verde, julgado do Pajeú	Alexandre	Escravo/ mulatinho	6 anos	100 mil réis	
1786	Brejo do Bom Jesus da Baixa Verde, julgado do Pajeú	Bernardo	Escravo/ mulatinho	4 anos	100 mil réis	

1788	Sítio Brejinha [ilegível], povoação de Tacaratu	Francisco	Escravo/ mulato	24 anos	130 mil réis	
1790	Sítio da Baixa Grande, julgado do Pajeú	Francisca	Escrava/ cabrinha		40 mil réis	
1792	Sítios Santa Anna, Caraúba, Mateus Vieira e Gameleira, no termo de Cimbres	André	Escravo/ cabra		90 mil/ 60 mil réis	O casal (Damiana Gomes e Luiz de Souza Barbalho) proprietário do escravo André possuía uma dívida com o dito escravo de um novilho no valor de 6 mil réis.
1794	Sítio das Lages, julgado do Pajeú	Margarida	Escrava e depois forra Teve suas qualidades alternadas entre cabra e mulata			Filha da escrava Maria de nação Congo; Se apresentou com sua carta de alforria dos falecidos seus senhores.
1795	Povoação de Nossa Senhora da Saúde, julgado de Tacaratu.	Davi	Mulatinho	2 anos		
1795	Sítio Brejinho, termo de Cimbres	Ângela	Mulata		100 mil réis	Doente do mal da gota
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]jubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José.	Antonio	Escravo/ mulato	40 anos	90 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]jubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José.	Feliz	Escravo/ mulato	25 anos	98 mil réis	Achacado do vento[ilegível]
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]jubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José.	Joaquina	Escrava/ cabrinha	12 anos	50 mil réis	

1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Felizberto	Escravo/ cabra	Ilegível	30 mil réis	Quebrado de um [ilegível]
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Benedito	Cabra	Ilegível	100 mil	Sem achaque nem moléstia
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Luiz	Escravo/ cabra	20 anos	110 mil	Sem achaque e nem moléstia
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Nicácio	Escravo/ pardo	ilegível	80 mil réis	Com as pernas tortas
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	João	Escravo/ cabra	20 +/-	110 mil réis	Sem achaque e nem moléstia
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Mathias	Escravo/ cabra	3 +/-	40 mil réis	Sem achaque e nem moléstia alguma
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	José	Escravo/ cabrinha	3 +/-	40 mil réis	[ilegível]
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do	Simôa	Escrava/ cabra	11 +/-	90 mil réis	Doente do calor de fígado

	Pajeú					
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Josefa	Escrava/ cabrinha	7 +/-	70 mil réis	Sem achaque nem moléstia alguma
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Cosma	Escrava/ cabrinha	3 +/-	40 mil réis	Sem achaque nem moléstia alguma
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Narciza	Escrava/ Cabrinha	1,5 +/-	30 mil réis	Sem achaque nem moléstia alguma
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Vicência	Escrava/ Cabrinha	4 +/-	30 mil réis	Doente da gota coral
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Antonia	Escrava/ parda	27 +/-	100 mil réis	
1798	Fazendas Carnaúba, Serra Talhada, Brejo Cana Brava, Buraco...julgado do Pajeú	Apolônia	Escrava/ cabra	30 +/-	100 mil réis	Sem achaque ou moléstia alguma
1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	Luiz	Escravo/ mulatinho	20 anos	150 mil	Do serviço de enxada
1804	Sítio do Saco Grande da Fazenda de Fora, termo de	Prudênte	Escravo/ mulato			Teve sua alforria revogada pelo seu ex- proprietário devido a

	Cabrobó					uma alegada desobediência, prática injúria e tentativa de assassinato
1804	Fazenda São José das Cabeceiras do julgado do Pajeú	Luiza	Escrava/ mulata	18 +/-	155 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda São José das Cabeceiras do julgado do Pajeú	Joanna	Escrava/ mulata	15 +/-	152 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda São José das Cabeceiras do julgado do Pajeú	Antonia	Escrava/ mulatinha	6 +/-	80 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Fazenda Belém, ribeira do julgado do Pajeú	Pedro	Escravo/ cabrinha	9 +/-	90 mil réis	Cego do olho esquerdo
1804	Sítio do Ambô, cabeceiras da ribeira do julgado Pajeú	Gonçalo	Escravo/ pardo	30 +/-	150 mil réis	Sem moléstia alguma
1804	Sítio do Ambô, cabeceiras da ribeira do julgado Pajeú	Joaquina	Escrava/ mulatinha	2 +/-	50 mil réis	
1804	Sítio do Ambô, cabeceiras da ribeira do julgado Pajeú	Jorge	Escravo/ mulatinho	3 +/-	40 mil réis	
1804	Sítio do Ambô, cabeceiras da ribeira do julgado Pajeú	Roza [?]	Escrava/ cabrinha	2 +/-	30 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Brejos da Boa Vista e Queimadas, povoação das Flores, ribeira do Pajeú	Joaquina	Escrava/ mulatinha	03 meses	20 mil réis	
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio Saco	Liandra	Escrava/ mulata	25 +/-	130 mil réis	Sem moléstia alguma
1805	Fazenda Serra Telhada e sítio	Roza	Escrava/ mulata	16 +/-	130 mil réis	

	Saco		cabra			
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Brízida	Escrava/ cabra	15 anos	130 mil réis	
1806	Sítio Juazeiro, termo de Cimbres	Luíza	Escrava/ cabra	22 anos	130 mil réis	Sem moléstia
1806	Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, comarca de Jacobina	Ignocêncio	Escravo/ cabra		174 mil réis	
1807	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	Gonçalo	Escravo/ pardo		150 mil réis	Escravo pertencente a um reverendo padre de nome André Miranda da Rocha
1807	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	Francisco	Liberto/ mulato			Alforriado pelo seu antigo senhor, o padre André Miranda da Rocha; Irmão do mulato liberto Inácio
1807	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	Inácio	Liberto/ mulato			Alforriado pelo seu antigo senhor, o padre André Miranda da Rocha Irmão do mulato liberto Francisco
1808	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu	Caetana	Escrava/ cabra	30 +/-	130 mil réis	Do serviço da casa; sem moléstia
1808	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de Nossa	Clara	Escrava/ cabrinha	8 +/-	60 mil réis	Sem moléstia

	Senhora da Saúde de Tacaratu					
1808	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu	Raimunda	Escrava/ cabrinha	9 +/-	80 mil réis	Sem moléstia
1808	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu	Manoela	Escrava/ cabrinha	4 +/-	40 mil réis	
1808	Fazenda de São José, ribeira de São Domingos, termo e julgado de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu	Felix	Escravo/ cabrinha	1 ano	30 mil réis	
1808	Fazenda da Volta, termo e julgado de NSSª da Saúde de Tacaratu; Quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da vila de Cimbres.	Thomé	Escravo/ cabra	25 +/-	150 mil réis	Do serviço de enxada; sem moléstia
1808	Fazenda da Volta, termo e julgado de NSSª da Saúde de Tacaratu; Quarto de léguas de terras da Fazenda dos Prazeres, riacho do Cupeti do termo da vila de Cimbres.	Angelo	Escravo/ cabra	30 +/-	140 mil réis	Do serviço de enxada; sem moléstia
1809	Fazenda Várzea Redonda, julgado de Tacaratu	Domingos	Escravo/ cabrinha	13 +/-	70 mil réis	Doente por ser aleijado de uma perna
1810	Fazendas Carnaúba,	Manoel	Escravo/			

	Buraco...julgado do Pajeú		cabra			
1810	Fazendas Carnaúba, Buraco...julgado do Pajeú	Antonia	Escrava/ cabra			
1810	Fazendas Carnaúba, Buraco...julgado do Pajeú	Mariana	Escrava/ cabra			
1810	Fazenda da Lagoa das cabeceiras do julgado, ribeira do Pajeú	Martinho	Escravo/ cabra	22 +/-	140 mil réis	Sem ofício e sem moléstia
1810	Fazenda Volta, julgado da ribeira do Pajeú	Francisco	Escravo/ cabrinha	9 anos	90 mil réis	Sem moléstia
1810	Fazenda Volta, julgado da ribeira do Pajeú	Nazária	Escrava/ cabrinha	7 anos	80 mil réis	Sem moléstia
1810	Fazenda Volta, julgado da ribeira do Pajeú	Alexandre	Escravo/ cabrinha	5 anos	60 mil réis	Sem moléstia
1810	Fazenda Volta, julgado da ribeira do Pajeú	Marciana	Escrava/ cabrinha	2 anos	45 mil réis	Sem moléstia; A netinha dos proprietários, de nome Antônia, recebeu dos seus avós, por doação, a dita escrava.
1810	Fazenda Volta, julgado da ribeira do Pajeú	Félix	Escravo/ cabrinha	6 meses	30 mil réis	Sem moléstia

Fontes: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.

3 – Escravos de qualidade ilegível ou sem qualidade descrita

Ano	Lugar/ Jurisdição	Nome	Condição/ qualidade	Idade	Valor	Outras informações
1779	Sítio Papagaio, ribeira do São Francisco, Tacaratu	Antonio José	Escravo	60 anos velho	60 mil réis	
1784	Sítio de Santa Cruz, termo de Cimbres	[ilegível]	Escrava	[ilegível]	Ilegível	
1785	Fazenda das Almas, julgado do Pajeú	Antônio	Escravo	Crescida		Casado com Josefa Angola; Quebrado das virilhas
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	João	Escravo		80 mil	
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	Domingo	Escravo		60 mil/ 30 mil réis	
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	Roza	Escrava		60 mil/ 30 mil réis	
1785	[Fazenda das Almas, julgado do Pajeú]	José	Escravo		60 mil/ 30 mil réis	
1790	Sítio da Baixa Grande, julgado do Pajeú	Miguel	Escravo		60 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José.	Bento	Molequinho	05 meses	16 mil réis	
1795	Fazendas Jeritacó, Itapicuru, Jardim, [?]ubu, Santa Anna, sítio Brejo de São José.	Joaquim	Molequinho	4 anos	20 mil réis	

1800	Sítio da Quixabá e Fazenda da Gravatá da parte de Pernambuco, julgado de Tacaratu	Roque	Escravo	20 anos	130 mil	Sem moléstia alguma; Do serviço de enxada.
1804	Sítio Riachão, povoação de Flores da freguesia de Cabrobó; Sítio Salgadinho e Terra Samambaia, na ribeira do Cupeti do termo da vila de Cimbres.	Miguel	Escravo	50 +/-	70 mil	Sem moléstia alguma
1807	Terras na ribeira da Paraíba, dote de terras em águas do Piancó, Fazenda das Almas da parte da capela	Luiz	Liberto			Alforriado pelo seu antigo senhor, o reverendo padre André Miranda da Rocha
1807	Povoação de Nossa Senhora do Rosário das Flores, do sertão do julgado da ribeira do Pajeú	Maria	Escrava		60 mil réis	

Fontes: IAHGP. Fundo Orlando Cavalcanti; MJPE. BR PEMJ FLOR, SER-TAL, CAB.